UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

EDUARDO HOLDERLE PERUZZO

JAIME CORTESÃO
trajetória intelectual e projeto historiográfico
(1910 – 1960)

SÃO PAULO
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

EDUARDO HOLDERLE PERUZZO

Jaime Cortesão, trajetória intelectual e projeto historiográfico (1910-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P471j Peruzzo, Eduardo Holderle
 Jaime Cortesão, trajetória intelectual e projeto
 historiográfico (1910-1960) / Eduardo Holderle
 Peruzzo ; orientador José Jobson de Andrade Arruda. -
 São Paulo, 2018.
 317 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Econômica.

 1. História. 2. História intelectual. 3.
 Historiografia. 4. História de Portugal. 5. Cortesão,
 Jaime, 1884-1960. I. Arruda, José Jobson de Andrade,
 orient. II. Título.

Nome: PERUZZO, Eduardo H.

Título: Jaime Cortesão, trajetória intelectual e projeto historiográfico (1910-1960).

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: 29 de maio de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda (presidente)

Instituição: FFLCH — USP

Julgamento: (Não vota)

Prof. Dr. Fernando Antonio Novais

Instituição: FFLCH — USP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider (externo)

Instituição: Departamento de História — PUC-SP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva (externo)

Instituição: ICSA — Unifal

Julgamento: Aprovado

Aos muitos mestres que tive na vida.

AGRADECIMENTOS

Como na epígrafe que se avizinha, a vida é, de fato, uma *peregrinação*. A vinda para São Paulo e a realização deste trabalho talvez não sejam ventura como a Carreira da Índia, mas nem por isso foi menos repleta de surpresas, infortúnios e superações. Por isso, me cabe, antes de mais nada, agradecer àqueles que das mais diversas formas me apoiaram e estiveram presentes nesta jornada.

Agradeço primeiramente à Universidade de São Paulo (USP) e em especial a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), pela formação que tive nestes últimos cinco anos, que serão para sempre celebrados como momento marcante de minha vida pessoal e profissional. Por conseguinte, estendo minha gratidão e reconhecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por haver financiado este projeto, consecutivamente, nas bolsas de Mestrado (Proc. No. 2013/08412-6), Doutorado Direto (Proc. No. 2015/11819-6) e Estágio de Pesquisa no Exterior (Proc. No. 2016/147886-4). Apoio esse que garantiu minha dedicação plena à pesquisa, estabelecimento e permanência nas cidades de São Paulo e Lisboa, bem como a participação em eventos dentro e fora do país.

Aos integrantes da banca de avaliação pela disponibilidade e aceite do convite. Prof. Dr. Fernando A. Novais, Prof. Dr. Alberto L. Schneider e Prof. Dr. Roberto P. Silva.

Ao meu orientador, prof. José Jobson de Andrade Arruda que desde cedo estabeleceu um vínculo de proximidade e confiança que excede o acadêmico. Sempre interessado em apoiar-me nos mais diversos aspectos, nunca mediu esforços para facilitar minha jornada e abraçar este projeto em meio à sua inspiradora concepção do campo historiográfico. Assim como à prof^a. Maria Arminda do Nascimento Arruda que, além da cordialidade habitual, tanto contribuiu com minha visão do paradigma da *formação* no pensamento social brasileiro. Ao casal, serei eternamente grato pela distinção e carinho com que sempre fui acolhido.

Ao estimado prof. Joaquim Romero Magalhães, provavelmente o maior conhecedor da obra de Cortesão e que de forma sempre generosa supervisionou meus estágios de pesquisa em Portugal, sempre com indicações e sugestões

pertinentes. Nem todas acabei seguindo, no que aproveito para desculpar-me, sobretudo porque ele tinha razão.

Aos membros do *Grupo de Estudos Historiográficos Ibero-Americanos*, Alberto Luiz Schneider, Carlos Fernando de Quadros, Luís André do Prado, Leandro Villariano, Renato Martins, Roberto Pereira Silva. Professores Jobson, Maria Arminda, Laura de Mello e Souza, Iris Kantor e demais pessoas que passaram pelas reuniões do grupo, cujas leituras e debates tanto inspiraram as páginas que se seguem.

À profa. Vera Lucia Amaral Ferlini por haver acompanhado o desenvolvimento deste trabalho desde seu início e pelo apoio constante. E, à toda equipe da *Cátedra Jaime Cortesão* (FFLCH/Camões) que leva o nome do objeto deste estudo e que garantiu em parte a estrutura necessária para realização desta pesquisa e a de vários outros colegas. Neste ínterim meu muito obrigado à Patrícia Machado. Reforçando a importância que a bolsa concedida em 2014 por essa instituição, e pelo dito instituto, propiciou com o início das pesquisas nos acervos portugueses.

Agradeço à profa. Laura de Mello e Souza pelo privilégio de participar de seu seminário e dos debates no grupo de estudos. Com especial gratidão pelos livros de Cortesão de sua biblioteca — já há muito esgotados — que gentilmente presenteou-me e que além de fontes deste trabalho, preservarei estimadamente.

Ao professor Francisco Palomanes Martinho que esteve em minha banca de qualificação e supervisionou meu estágio junto a disciplina de História Ibérica, oportunidade onde pude confirmar meu desejo e vocação pela atividade docente. Júbilo que estendo aos prezados alunos da graduação pelo retorno que naquela oportunidade manifestaram.

Aos professores Ana Paula Megiani, Miguel Palmeira, Fernando Novais, Rogério Forastieri, Fernando Bouza Alvarez, Stuart Schwartz, Francine Iegelski, dentre os demais nas disciplinas que cursei na pós-graduação. Algumas de curta duração, mas que tiveram efetiva repercussão em minha formação, na bibliografia e nas ideias aqui desenvolvidas.

Aos professores da graduação em História na *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, de uma forma geral, bem como a própria instituição. Mas em especial, à Silvia Regina F. Petersen, Fábio Kuhn, Temístocles Cezar, e Enrique

Padrós. Reconhecimento que amplio aos professores que tive no colégio, curso de especialização e em outros momentos da experiência discente, que por diversas vezes me incentivaram e estimularam.

Em Portugal, àqueles que depositaram crédito ao meu trabalho. Prof. Sergio Campos Matos, que me recebeu como investigador visitante da *Centro de História da Universidade de Lisboa*. Aos professores Diogo Ramada Curto e Francisco Roque de Oliveira, pelas sugestões e entusiasmo que demostram.

À querida Eliane Junqueira, bibliotecária da *Casa de Portugal*, que como poucos conhece a bibliografia luso-brasileira. Devedor que sou de sua generosidade e do trabalho hercúleo que realiza junto àquele magnífico acervo, deixo minha consideração.

Aos colegas Marina Sousa, Leonardo Saad, Tathianni Silva, Fernando Ribeiro, Leonardo Rolim, Esdras Arraes, Rogério Beier, Assucena Assucena, Eduardo Ramos, Fabrício Mendes da Silva, pelas trocas e convívio quase diários nestes últimos anos. E ao David Ribeiro, que a despeito de nosso pouco contato direto, contribui à minha pesquisa com seu excelente trabalho.

Ao Nelson Caetano, e em seu nome aos demais funcionários da *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* pelo trabalho que realizam junto a Universidade.

À equipe do setor de Reservados da *Biblioteca Nacional de Portugal*, em especial a Dona Natália, sempre muito prestativa.

Aos amigos mais próximos da *História Econômica*. Natalia Tammone, Luís Otávio Pagano Tasso, Manuela Mielniczenko, Rodrigo Ricupero, Thiago Alves Dias, por dividirem comigo os momentos mais diversos: dos eventuais jantares de terça-feira às agruras muitas da pós-graduação. Atividade a qual sempre encaramos coletivamente, na organização de eventos, nos pitacos nas pesquisas alheias, nas ajudas com relatórios... Minha profunda gratidão.

Ao Carlos Caetano, Consuelo Peruzzo, Caio Cateb, Gustavo Ferreira. A quem agradeço por haverem tornado minha estadia em Portugal também prolífera em amigos. Nem só de livros e em meio a acervos vive o historiador. E se pude repartir bons momentos em terras lusitanas foi graças a vocês. Também ao Rivadávia Padilha e Mirella Nascimento, amigos desde a graduação e companheiros de viagem.

À Marcia Juliana Santos por todo apoio e amizade que fizeram com que São Paulo se tornasse minha casa. E a Ligia Torres e Vitor Furlan Jorge por serem amigos tão afetuosos.

À Luise Malmaceda, pela fraternal amizade que foi um dos principais esteios de toda esta jornada, e que tanto representa em nossa experiência comum de gaúchos desbravando a Paulicéia. Agradecimento que estendo a Pedro Correia.

Ao Carlos Fernando de Quadros, outro conterrâneo, amigo de quase uma década, camarada de debates marxistas e parceiro de boemia. Com quem tenho compartilhado a aventura uspiana e cujas consultas e recomendações bibliográficas tanto enriquecem meu angusto repertório, e diretamente este trabalho.

À minha família. Meus pais Gaston, Rosane e minha irmã Juliana, por todo apoio e compreensão. À “dinda” Gema e avós Paschoalina e Gerhard (*in memoriam*), além dos tios todos que fizeram parte de minha infância e juventude. Aprendi muito com cada um deles e não fosse a fibra e dedicação daqueles que me antecederam, não teria chegado até aqui. Por isso me desculpo a todos pela longa ausência e agradeço especialmente aos meus pais a educação moral e as garantias materiais que me possibilitaram dedicar-me a carreira que escolhi.

À Mariana Moga, que surgiu de repente para me lembrar que existe vida para além da tese. E que essa vida pode ser repleta de parceria, afeto e de seus chistes constantes! Obrigado ainda pela disposição generosa e incondicional em me ajudar nestes arremates finais, provavelmente este trabalho não existira sem ela.

Aos Deuses, Entidades, Santos... Nominalmente: São Lourenço, Santas Almas do Purgatório, Sant’Ana Mestra, São Jerônimo e Santo Antônio por me terem até aqui, conduzido.

Aos caminhos e descaminhos dessa vida, meu muito obrigado.

«Quando as vezes ponho diante dos olhos os muitos e grandes trabalhos e infortúnios que por mim passaram, começados no princípio da minha primeira idade, e continuados na maior parte, e melhor tempo da minha vida, acho que com muita razão me posso queixar da ventura que parece que tomou por particular tenção e empresa sua em perseguir-me e maltratar-me [...] Mas por outra parte quando vejo que, do meio de todos estes perigos e trabalhos, me quis Deus tirar sempre em salvo e pôr-me em seguro, acho que não tenho tanta razão em queixar-me, quanta de lhe dar graças por este só bem presente, pois me quis conservar com vida, para que eu pudesse fazer esta rude e tosca escritura [...]

PERUZZO, Eduardo H. **Jaime Cortesão, trajetória intelectual e projeto historiográfico (1910-1960)**. 2018. 317 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

Filho precoce do modernismo lusitano, Jaime Cortesão (1884-1960) surge no cenário contemporâneo investindo-se de um papel já típico da modernidade, a figura do intelectual. Tendo originalmente se formado em Medicina e com significativa inserção no meio literário da época, fora, todavia, à História que dedicou maior parte de sua vida. Seus trabalhos acerca do Portugal medieval e moderno, expansão territorial, colonização, entre outros temas, contribuíram para dar uma orientação atlântica e visão de conjunto do império marítimo português. A pesquisa pretende reconstituir aspectos de sua entrada na vida cultural e política portuguesa sob o advento da I República, em 1910. Explorando, para tanto, componentes de sua trajetória pessoal e seu combate a uma visão positivista/naturalista da figura do gênio histórico. O que culmina em destacada participação no grupo Seara Nova e consequente engajamento nas forças de oposição à Ditadura e ao Estado Novo portugueses. Retomando sua produção inicial busca-se compreender o sentido de seu projeto historiográfico que tinha por intuito restituir a consciência nacional, destacando os recursos mobilizados pelo autor frente a institucionalização da História, enquanto campo disciplinar. Procurando, por fim, elucidar como a aproximação com as demais ciências sociais, algumas tendências da historiografia contemporânea e, sobretudo, a incorporação da Geografia, viriam compor seu saber e fazer historiográficos. Elementos que alcançam sua obra da maturidade, revelando também uma interpretação única da formação do Brasil, proveniente ainda de seu longo período de exílio e intercâmbio intelectual neste país.

Palavras-chave: Jaime Cortesão, História Intelectual, Projeto Historiográfico, Gênio Histórico, Geografia, Formação do Brasil.

PERUZZO, Eduardo H. **Jaime Cortesão, intellectual trajectory and historiographic project (1910-1960)**. 2018. 317 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

Precocious son of Portuguese modernism, Jaime Cortesão (1884-1960) appears in the contemporary scenery assuming a typical role inside the modernity, the intellectual figure. In spite of graduating in Medicine firstly and with a distinguished insertion on the literary environment of his time, he dedicated most of his life to Historical studies. His works regarding medieval and modern Portugal, territorial expansion, colonization, among others subjects, have contributed to an Atlantic view and a global perspective of the Portuguese Seaborn Empire. This study aims to reconstruct some aspects of his entrance in Portuguese cultural life and politics during the rise of the First Republic in 1910, exploring components of Cortesão's personal trajectory and his fight against a positivist/naturalist view of the historic genius figure. Which has culminated in his distinctive participation of the Seara Nova group and consequent activism in the resistance against Portuguese Dictatorship and Salazar's Government. Then, his initial production is recapitulated in order to understand the meaning of his historiographic project which aimed the restoring of a national consciousness, highlighting the main resources mobilized by the author forward the institutionalization of History, as a disciplinary field. Thus, this study aims to elucidate how the approximation with other social studies, some trends of contemporary historiography, and, mostly, Geography's incorporation, would add to his historiographical knowledge and making. These elements would culminate in his work of maturity and so revealing an unique interpretation of making of Brazil, also result of his long period of exile and intellectual exchange in this country.

Keywords: Jaime Cortesão, Intellectual History, Theory of History, Historiographic Project, Geography, Making of Brazil

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AGBNP	Acervo Geral da Biblioteca Nacional de Portugal
AECID	Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo
ACPC	Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOS	Arquivo Oliveira Salazar
BCP	Biblioteca da Casa de Portugal
BAG	Biblioteca de Arte Gulbenkian
BFLUL	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BEPE	Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (FAPESP)
CJC	Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH/Camões)
Camões	Instituto de Cooperação e da Língua
ICA	Congresso Internacional de Americanistas
Esp. D4	Espólio de Carlos Malheiro Dias
Esp. E3	Espólio de Fernando Pessoa
Esp. E25	Espólio de Jaime Cortesão
FEAA	Fundação Engenheiro António de Almeida
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FGJ	Fundo Geral de Jornais (Sessão de Microfilmes da Biblioteca Nacional de Portugal)
LBM	Legado do Professor Borges de Macedo
LFF	Legado de Fidelino de Figueredo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I. Apresentando Jaime Cortesão	20
II. Problemática (ou pontos de partida).....	26
III. Fontes.....	33
IV. Estrutura do trabalho	38
 CAPÍTULO 1 — A REPÚBLICA NASCENTE E O JOVEM INTELECTUAL	41
1.1. O 5 de Outubro e a implantação da República	41
1.2. “O povo sanciona a Revolução”: os funerais de Reis e Bombarda	51
1.3. Jaime Cortesão, mocidade e engajamento político	57
1.4. O novo regime, a questão nacional e o <i>horizonte de expectativa</i> intelectual	63
 CAPÍTULO 2 — O LEGADO DA <i>GERAÇÃO DE 70</i> : DECADÊNCIA E DEGENERAÇÃO ...	74
2.1. O suicídio de Antero de Quental e seu impacto	74
2.2. <i>In Memoriam</i> , páginas de uma prosopografia intelectual	81
2.3. O Cientismo em Portugal	90
2.4. Sousa Martins e a origem mórbida do gênio e da arte.....	99
2.5. Decadência, crise e degeneração.....	126

CAPÍTULO 3 — CORTESÃO, A ARTE E A MEDICINA.....	142
3.1 A ocasião e a obra	142
3.2. A Arte e a Medicina.....	147
3.3. A ideia de <i>degenerescência</i> no Portugal modernista.....	187
3.4. Nem (tanto) Arte, nem Medicina: uma crítica literária nos moldes de uma estética sociológica do gênio.....	202
CAPÍTULO 4 — <i>FAZER-SE</i> INTELLECTUAL E PROJETO HISTORIOGRÁFICO	221
4.1. O sentido do <i>Portugal histórico</i> : os intelectuais e a I República	221
4.2. O sentido da História em Portugal: tradição e inovação historiográfica	247
4.3. “Por mares nunca d’antes navegados”: Cortesão, historiador dos <i>Descobrimentos</i>	258
4.4 Cortesão, Braudel e a Geografia (uma inevitável comparação)	265
4.5 A voga americanista e a síntese sobre o Brasil colonial	278
CONCLUSÃO	289
FONTES	295
a) Acervos pessoais	295
b) Revistas de ideias	296
c) Jornais e periódicos	298
BIBLIOGRAFIA.....	299

INTRODUÇÃO

“Ter olhos só — é cegar-se. Com eles vemos apenas a face fria e impassível das coisas”, escreveu em 1910 o jovem poeta e futuro historiador, Jaime Cortesão (1884-1960). Naquela altura, sua prosa e versos estavam embebidos de um espírito de contestação, que se voltava tanto contra o pesadelo da tradição — do qual falava Marx — quanto à certas tendências culturais de seu próprio tempo. Janelas da alma, espelhos do mundo, a metáfora do *olhar* não é fortuita. De modo geral, sempre expressou literalmente esta faculdade sensorial imediata de nos apropriarmos de nosso entorno, mas não somente. É o olhar, ainda, uma espécie de promontório de onde lançamos nossas aspirações ao desconhecido, e a ele retornam as imagens várias que configuram nossa experiência subjetiva da realidade.¹

Foi também neste segundo sentido que despertaram, naquele instante, os olhos de nosso personagem para o novo século que se iniciava. Um olhar do presente, que busca descortinar o passado, enquanto mira um horizonte pronto a cumprir-se. A sensibilidade do artista que decide encarar de frente a Medicina e, depois, do médico-poeta que irá fitar a História, até entregar-se de vez à ela. O testemunho da guerra, a momentânea cegueira que o tira da batalha, a oposição a Salazar. E, por fim, um novo vislumbre da maturidade, o exilado português que passa a enxergar e a viver o Brasil. Visões múltiplas que convergem, e até se confundem, em sua vasta obra de literato, publicista e historiador.

Isso tudo porque, apesar da metáfora, Cortesão nunca fora um mero observador. Seu olhar não permanecia superficial ou estrangeiro, cada uma de suas impressões desdobravam-se em inquietações profundas, originando leituras muito próprias da História e daquilo que transcorria ao seu redor. É, por isso, um olhar engajado, que vem de fora, mas percebe desde dentro a partir daquilo que o próprio considerava uma via intuitiva de aproximar-se da realidade; sem, contudo, jamais desvencilhar-se de uma autêntica preocupação com os métodos científicos e o rigor intelectual. Ainda que, por vezes, ele mesmo se afastasse da objetividade que professava — tal era seu envolvimento político e sua crença no potencial da História como instrumento de conscientização — sua produção é sólida e trouxe inegáveis contribuições para a historiografia contemporânea.

¹ Cf. CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. pp.31-63. Bem como demais ensaios da obra.

A tese que ora se apresenta é parte de uma ávida pesquisa que segue investigando a trajetória profissional deste autor e suas interpretações acerca da história de Portugal e do Brasil. Movidos pelo interesse inicial de compreender o sentido que a História ocupa nesta sua ampla projeção intelectual, foi-nos possível aqui firmar alguns passos nesta direção. Ou seja, através da análise do legado da geração de 1870, do combate de Cortesão ao naturalismo cientista e de sua militância republicana, pudemos sorver a matriz do pensamento que iria posteriormente embasar seu *pensar e fazer* historiográficos; sem que tenhamos, de todo, concluído este trajeto.

É justo esclarecermos ao leitor que esta tese não esgota, sequer, as intenções originais de quando foi proposta tal empreitada, quanto menos, a riqueza factual e teórica que compreendem este objeto. O caminho aqui percorrido é apenas uma das muitas vias possíveis de se acessar o amplo universo de Jaime Cortesão. Nosso erro maior talvez tenha sido deixar-nos levar pelas voluptuosas águas da pesquisa, adentrando demasiadamente em certas questões, não conseguindo retornar a tempo e com fôlego à centralidade do problema.

Era, também, esperado para esta *versão corrigida*, além de uma revisão mais efetiva, a readequação do conteúdo (de modo que as seções viessem a compor conjunto mais orgânico, despojado de alguns excessos e reparando certas ausências). Mas, condicionantes de *força maior* adiaram esta possibilidade. Como desculpou-se o próprio Jaime Cortesão, em sua tese na Medicina, colocado entre as necessidades pungentes que se contrariam: a de conseguir a “perfeição”, tormento de todo autor; e a de preparar-se rapidamente para o ganha-pão quotidiano; tivemos de optar pela segunda “que, se não é a mais elevada, é pelo menos a mais instante.”

I. Apresentando Jaime Cortesão

Filho precoce do *Modernismo* lusitano, Jaime Zuzarte Cortesão (1884, Ançã-1960, Lisboa) surge no cenário contemporâneo investindo-se de um papel já típico da própria modernidade: a figura do *intelectual radical*. Além da verve literária, que fez com Fernando Pessoa o considerasse o primeiro poeta daquela “novíssima geração”², Cortesão desde cedo dá sinais de sua participação atuante na vida cultural e política portuguesa. Pensador, polígrafo, militante e combatente na Grande Guerra, até

² Cf. PESSOA, Fernando. Sobre o poeta. Excerto de uma carta datada de 22/01/1913. In: LOPES, Oscar (Coord.) *Jaime Cortesão*. Lisboa: Editora Arcádia, 1962. p. 204.

enveredar-se definitivamente para os caminhos da História. Uma História de cariz totalizante, que ia ao encontro aos seus anseios democráticos e a latente tomada de consciência nacional, dentro de um projeto ideológico que concebida o *ressurgimento* de um Portugal heroico, e que ganhava novo sopro de esperança com os ventos da República recentemente instaurada (1910).

Suas ideias concorriam frontalmente com o conservadorismo monárquico e católico que já vinha perdendo força na esfera pública, mas também opunham-se ao positivismo, às vanguardas integralistas e a outros nacionalismos de cariz discricionário que, aos poucos, assentariam a base ideológica dos sucessivos regimes autoritários que se instalariam em Portugal. Forças reacionárias que foram desde cedo combatidas pela geração de intelectuais republicanos, da qual Cortesão fazia parte, fosse através de sua atuação panfletária, institucional ou mesmo pela luta armada. Como se pode prever, os embates daí oriundos transpuseram o território político mais imediato, reverberando por todo campo semântico e literário. É neste contexto que cresce paulatinamente o interesse de Cortesão e seus contemporâneos por um estudo sistemático do passado português, para além de caricaturas e simplificações, que pudesse realmente nutrir esta nova disputa pelos múltiplos sentidos do *Portugal histórico*.

Médico de formação, poeta de temperamento,³ foi de fato na História que encontrou sua *vocação*.⁴ O ofício de historiador que Cortesão exerce até o final da vida, é (como veremos) a culminância de um percurso bastante consciente, ainda que errático e repleto de percalços. E isso se expressa na sua nítida intenção de dominar este campo do conhecimento, suas técnicas e métodos, na sua constante atualização frente ao debate teórico e o desejo de ser reconhecido pelos seus pares, a despeito de seu autodidatismo e alijamento dos meios acadêmicos tradicionais. Em outras palavras, uma *ambição* (política, filosófica, estética) muito consonante à *ação* (intelectual) que via na História sua grande possibilidade de realização.⁵

À sua tese na Medicina empresta sua sensibilidade poética, numa defesa apaixonada, embora fundamentada, de Antero de Quental, refutando a ideia da natureza *degenerada* do *gênio* e da Arte, do famoso médico Sousa Martins. Titulado

³ Tal como o caracterizou Vitorino de Magalhães Godinho. Cf. GODINHO, V. M. A historiografia portuguesa do século XX – orientações, problemas e perspectivas. Conferência na Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo em agosto de 1954, *Revista de História*, São Paulo, v. 10, n. 21/21, pp. 3-21, 1955. p.11.

⁴ NOVAIS, Fernando. Prefácio a Jaime Cortesão ou ‘encontro marcado’. In: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. pp. V-XXIV.

⁵ MAGALHAES, Joaquim R. No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927). In.: VÁRIOS. *Cidadania e história: homenagem a Jaime Cortesão. Cadernos da revista de história econômica e Social (edição especial, n.6/7)*. Lisboa: Sá da Costa, 1985. pp. 27-48, p.28. e TRAVESSA, Elisa, Op. cit., p. 21.

médico-cirurgião, Cortesão pouco exerce a profissão, mas as idas e vindas entre Lisboa, o Porto e a casa dos pais (nos arredores de Coimbra) acaba por fazê-lo interagir com os diversos núcleos da militância republicana e, desde muito cedo, passa a integrar os principais círculos políticos e circuitos intelectuais de seu tempo. Durante toda a década de 1910, seus poemas, ilustrações e artigos de crítica literária e de intervenção multiplicam-se nos jornais e revistas portuguesas, alguns destes coordenados por ele próprio. Após retornar gravemente ferido do fronte aliado na Grande Guerra recupera-se, e já nos princípios da década de 1920, a identificação de seu nome com a História é bastante direta e consolidar-se-ia cada vez mais.

Seus trabalhos posteriores acerca dos *Descobrimentos* marítimos, colonização e formação democrática de Portugal contribuíram para dar uma orientação atlântica e uma visão de conjunto de seu antigo Império oceânico. Partindo de uma revalorização do contexto geral que teria originado a nação portuguesa e sua primazia pela expansão marítima, ele elabora novas explicações para antigos problemas, além de protagonizar debates com historiadores portugueses e estrangeiros. É nesta mesma linha, que irá defender mais tarde o processo de formação territorial do Brasil enquanto projeto consciente e dinâmico da Coroa portuguesa que tanto repercutiu na historiografia brasileira.

Representando no contexto lusitano um comportamento autorreflexivo — que passa a ser cada vez mais *rotinizado* pelos historiadores —, Cortesão empenhou-se não somente em escrever a História, mas em pensá-la enquanto disciplina científica. Mas, ainda, como parte fundamental de seu projeto cívico-pedagógico. Oriundo de uma atenta preocupação epistemológica acerca das operações e métodos do conhecimento histórico e do papel que este poderia desempenhar na construção de uma “consciência nacional”, propôs uma História renovada, que se voltava ao passado com as questões do presente, considerando os fatores geográficos, sociais e econômicos. Semelhante ao que se passava na França dos *Annales*. Sobrepondo-se à tradição historiográfica dominante em Portugal: bastante encerrada no rigor empiricista das meras compilações documentais, ou de feição mais literária, ensaística e decadentista.

Esse *olhar para o passado com os olhos do presente* — inspirado em grande medida nos dizeres de Benedetto Croce — será visível em várias passagens de Cortesão.⁶ Juntamente com a afirmação da prática historiográfica enquanto um

⁶ Como por exemplo: “Toda a história escrita tende a tornar-se uma interpretação atual do passado. Por isso se tem dito que cada geração escreve, a sua maneira a história. Assim é; e assim deve ser. Não nos furtamos a estudar o passado à luz das preocupações do presente. Pelo contrário”. CORTESÃO: 1943. p. 3. Cf. também entrevista de Jaime Cortesão ao radialista Francisco Igrejas Caeiro, transmitida em 1958, cuja transcrição encontra-

“trabalho objetivo, mais científico que literário, mais crítico que apoloético” ⁷.

Chegando a afirmar em um de seus últimos registros:

O desejo veemente de crescer em mim e nos meus concidadãos a consciência da comunidade a que pertencemos. Afundar as raízes do ser no conhecimento do pretérito, em comunhão com todos aqueles que formaram em nós o sentimento nacional, e contribuir para criar a consciência histórica e pragmática da Nação — eis o dever e a alegria do historiador. A história de cada povo, humildemente escrita, quer na glória dos seus feitos e virtudes, quer na contrição dos seus erros e defeitos, das suas Aljubarrotas e dos seus Alcácer-Quibires, não pode e não deve ser a contemplação estática do passado, mas um impulso, uma promessa, um pacto de vida para o futuro. O fim da história, considerada como ciência humana e humanística, não é uma regressão ao passado, mas uma explicação do presente, uma arte de prever e uma promessa de excedência.⁸

Não obstante, sua visão moderna (e modernista) do presente, herdava o legado cultural do XIX, o chamado “século da História” e da “íclita” *Geração de 70*⁹. Mesmo comprometido com uma matriz disciplinar científica, personificava em seus escritos de juventude entusiasmo libertário do jovem radical, que não raramente frequenta o passado em busca de modelos. Assumindo assim um — aparentemente paradoxal — *historicismo presentista*, que enraíza a um passado idealizado nas forças capazes de prover o “ressurgimento heroico de Portugal”. Aparentemente paradoxal, porque sem embargo não houvesse poucos republicanos que defendessem uma ruptura completa com o passado nacional, Cortesão protagonizou sempre um projeto oposto.

Este *presentismo* e objetividade do método — evidentes na passagem supracitada, e que abre o artigo *História e Historiadores* (1959) — em contrapartida a uma forte idealização da era dos *Descobrimentos*, trará ao autor da maturidade uma verdadeira teoria do *herói/gênio* em História. Sua ideia de “excedência” que já estava presente nas suas primícias literárias: na poesia heroica de *A Morte da Águia* e na estética do gênio em *A Arte e a Medicina* (ambos de 1910). Mas que depois podem ser lidas em todas as suas obras de História, até o fim da vida. Uma constante que sofre inflexões várias, mas que se mantêm fiel às possibilidades do indivíduo na História.

* * *

se disponível em SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. Jaime Cortesão, um dos Grandes de Portugal. Povia de Varzim: Fundação Eng. Antônio de Almeida (Tipografia camões), 1993. pp. 337-353.

⁷ Cf. CORTESÃO, J. Op. cit., p. 3.

⁸ Idem, pp. 3-4. (Artigo originalmente publicado em Boletim Arcádia, Lisboa, n. 1, jun. 1959).

⁹ Mera licença poética, uma vez que a expressão “Íclita Geração”, é utilizada, desde *Os Lusíadas* (Canto IV) para se referir aos filhos do rei D. João I (1357-1433) e não aos literatos de 1870.

A crença na necessidade de uma tomada de consciência geral — com maior ou menor participação da História — era, na verdade, a agenda de todo um grupo de intelectuais. No caso de Cortesão, um coletivo que formara em torno da *Renascença Portuguesa* (no Porto) num primeiro momento, e a *Seara Nova*, anos depois em Lisboa, que teve em Cortesão e António Sérgio seus grandes mas não únicos expoentes. Grupos que reivindicavam para si a herança crítica e literária de Antero, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, mas que pretendiam superar a leitura decadentista que estes faziam do passado ibérico. Em direção oposta a Sérgio, que acreditava na inovação de uma ruptura, Cortesão pretendia resgatar no Portugal histórico o *gênio-nacional*.

Gênio, que segundo Cortesão, havia conferido aos lusitanos papel preponderante no nascer da Era Moderna. Com a idealizada coragem e suposto universalismo dos cruzados, navegadores e príncipes da Renascença, colonizadores, bandeirantes; e também dos artistas, que trouxeram o sopro de vida até a contemporaneidade. Ou mesmo tratando de todo um povo, da *grei portuguesa*, dos lusíadas etc. Fosse o herói/gênio, um indivíduo, uma sociedade, ou uma virtude subjetiva, o que de fato importava nesta forma de recompor a história era perceber o protagonismo e excedência de alguns sujeitos, munidos da consciência máxima de seu tempo, podendo transcendê-la em nome do interesse comum de uma coletividade espiritualmente em sintonia.

Foi no contexto das comemorações do Centenário da Independência do Brasil (1922) e enquanto diretor da Biblioteca Nacional de Portugal que Cortesão inicia formalmente sua carreira de historiador, publicando *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, capítulo que integrava a obra coletiva *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Desde seus primeiros textos, o exemplo do Brasil servirá então como base de legitimação para caracterizar positivamente este suposto espírito português (munido de um “humanismo universalista” e milenarista), que na busca quimérica de um paraíso terreal teria, na verdade, construído um *novo mundo* real.

Em 1927, após uma malfadada tentativa de reestabelecimento da democracia em Portugal, Cortesão, que era um dos líderes do movimento, é obrigado a deixar o país. Começava assim sua longa trajetória de exilado político e opositor ao salazarismo e aos demais regimes autoritários e fascistas que se espalhavam pela Europa. Depois de viver na França, Espanha e em outros países europeus, num retorno breve à pátria,

fugindo do avanço nazista em território francês, é preso e pouco tempo depois expatriado com a família para o Brasil. Aqui, passa a viver no Rio de Janeiro desempenhando vários cargos em instituições de memória e aparelhos culturais do Estado brasileiro, ocupando cargos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto Rio Branco. Neste período, o eixo de sua investigação e produção histórica deslocam-se predominantemente para temas brasileiros.

Coube, então, ao nosso personagem cumprir o fadado destino do desterro. Tópico comum entre os escritores exilados, mas que no caso de um saudosista como Cortesão, é ainda mais constante. Fica evidente em sua correspondência que seu maior desafio passa a ser o provimento de sua família, recursos que em grande parte vieram dos frequentes artigos que publicava em periódicos fluminenses, paulistas e até mesmo nas colônias portuguesas em África.

Os ditos cargos que ocupou nas instituições brasileiras lhe possibilitaram um grande contato com coleções de mapas e documentação ainda pouco explorada, originando-se daí suas aulas de história da cartografia e formação territorial do Brasil (ministradas no cursos de preparação dos diplomatas do Itamaraty). É deste período que surgem as duas grandes obras publicadas em nosso país: *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1950) e *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* (1958), que entre outras publicações mais esparsas acerca do bandeirantismo, lastrearam sua teoria da pré-figuração de nossas fronteiras.

Inobstante a sua atuação política e a repercussão de algumas de suas teses, pouco se conhece hoje da obra historiográfica de Jaime Cortesão. Certamente, seu enfrentamento ao Estado Novo português e consequente exílio por três décadas, contribuíram para um certo silenciamento de sua obra em Portugal. Quanto à sua recepção no Brasil, muitos dos embates que traçou com autores brasileiros, tenham talvez dificultado sua penetração em nosso ambiente acadêmico.

Provavelmente, aquilo que hoje poderíamos tomar como uma das maiores virtudes de Cortesão — qual seja, pensar a história colonial do Brasil de forma integrada à história do Portugal moderno — destoasse das narrativas e interpretações mais ufanistas de nacionalidade brasileira,¹⁰ o que talvez justifique sua pouca inserção nos meios mais convencionais. O que se sabe é que seu desempenho editorial em cadeias de imprensa da época (*O Estado de São Paulo* - SP) e *A Manhã* - RJ, entre

¹⁰ Cf. FRANCHETTI, Paulo. Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão. In: LEITE, Rui Moreira; LEMOS, Fernando. (Orgs). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; Bauru, SP: EDUSC. 2003. pp. 111-115.

outros) tornaram-no conhecido do grande público brasileiro, o que legitimou mais tarde sua indicação como responsável pela *Exposição Histórica do IV Centenário da Cidade de São Paulo* (1954) e a mobilização da nossa imprensa pela sua libertação, quando com 74 anos Cortesão é novamente preso, já de retorno a Portugal, acusado de conspirar contra o regime.

II. Problemática (ou pontos de partida)

É importante frisarmos que esta obra não se trata de uma biografia de Jaime Cortesão. Não que desdenhemos do gênero, apenas não foi aquilo a que nos propusemos. Nosso trabalho conta, de fato, com uma dimensão biográfica, mas procura situar-se entre uma história intelectual e um estudo historiográfico. Seu ponto de partida é uma interrogação sobre *o intelectual-historiador* e, através dele, sobre *a História*.¹¹ No caso, a História (área do conhecimento): a produção historiográfica e a constituição de um campo disciplinar; e a história (processo): os acontecimentos transcorridos naquele dado contexto.

Em outras palavras, traçando um percurso que tomou Jaime Cortesão como seu eixo central, o que se procurou realizar, como já insinuamos, foi a compreensão de sua trajetória intelectual e a configuração do campo de produção do conhecimento histórico em relação ao meio social em que estavam inseridos. Retomando as conjunturas em que os textos que foram produzidos; os debates e questões que se colocavam, refazendo assim as condições mínimas de sua inteligibilidade e de sua existência como produto intelectual. Igualmente, tentou-se recuperar algumas daquelas ideias focando em outros eixos de articulação (personalidades, acontecimentos, obras específicas). Uma vez ampliando-se a escala quisemos acompanhar os desdobramentos, apropriações, e sentidos outros que tais ideias recebiam em novas experiências, permitindo-nos ir além de uma interpretação única e deixando em aberto os muitos espaços de diálogo entre os vetores intelectuais daquele tempo.¹²

¹¹ Parafraseando François Hartog no prefácio de seu livro sobre o helenista Pierre Vidal-Naquet. Cf. HARTOG, François. *Vidal-Naquet, historien en personne. L'homme-mémoire et le moment-mémoire*. Paris: La Découverte, 2007.

¹² Aqui nos inspiramos na apresentação escrita por Manoel Salgado Guimarães ao livro de Hartog sobre Fustel de Coulanges. Cf. GUIMARÃES, Manuel Salgado. Apresentação. Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. pp.10-15. p.15

Mas, o que era o intelectual daquela época? Espera-se ter respondido a esta pergunta ao longo do texto. De toda forma, não custa adiantar aquilo que Pierre Bourdieu considerou acerca do aparecimento da figura do intelectual, no modelo do *dreyfusard* zolaniano, e que se diferencia das manifestações que o antecederam no mundo do pensamento e da cultura letrada. O sociólogo francês acredita que este novo *tipo* atendia a uma demanda de problemas típicos da modernidade, que precisou então produzir uma nova figura:

a do intelectual, inventando para o artista uma missão de subversão profética, inseparavelmente intelectual e política, capaz de fazer aparecer como um partido estético, ético e político, feito para encontrar defensores militantes, tudo que seus adversários descreviam como o resultado de um gosto vulgar ou depravado. Levando a seu termo a evolução do campo literário no sentido da autonomia, ele tenta impor até em política os próprios valores de independência que se afirmam no campo literário. É bem isso que consegue quando, por ocasião do caso Dreyfus, chega a introduzir no campo político um problema construído segundo os princípios de divisão característicos do campo intelectual e a impor ao universo social inteiro as leis não escritas desse mundo particular, mas que tem por particularidade valer-se do universal. Assim, paradoxalmente, é a autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se, assim, como intelectual.¹³

Odisseu polytropos — o Ulisses de muitas facetas — essa era parte fundante da própria mitologia intelectual. Um herói que se achava capaz de escrever nos mais variados gêneros, professar as mais diversas tendências filosóficas, ser cosmopolita e, ao mesmo tempo, valorizar as virtudes pátrias. Figura que queria intervir diretamente na vida cultural e política de sua comunidade, fazendo-a despertar, mudando-lhe os valores e a direção, através do protesto (ora silencioso de seus escritos, ora na ebulição social por eles conspiradas). Sua autonomia relativa na sociedade burguesa lhe dava os ares de determinação e, por vezes, de prepotência que arraigavam pra si um senso de missão. Essa consciência de si mesmo e o convencimento deste dever histórico, eram parte do seu *fazer-se* e, de fato, os distinguia de outras formas de manifestação social na vida pública.

Deixando de lado o mito, idealizada ou não a figura do intelectual, surge na contemporaneidade como uma última inflexão de uma sociedade que queria olhar para si mesma com uma visão crítica que vinha das crises de consciência que volta e meia despontavam no cenário histórico. Em Portugal, ela se percebe de forma evidente na cultura de finais do XIX, com os já referidos autores de 1870 e se consolida nos anos

¹³ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras. 1996. pp. 133-161. p. 150.

da I República (1910-1926). São estes homens e mulheres que fitamos quando tentamos reconstituir minimamente o circuito de ideias daquele momento de transição da experiência histórica portuguesa. E que tinha expressões semelhantes nos mais diversos países do ocidente.

A Nação na construção de sua própria identidade precisava contar com esses agentes de mediação cultural, fosse para denunciar sua suposta *decadência* (Portugal), fosse para procurar entender os dilemas de sua *formação* incompleta (Brasil). A tomada de consciência coletiva (nacional) era um dos objetivos centrais do *projeto* intelectual. Como destacou Roberto Pereira da Silva em seu estudo historiográfico sobre Celso Furtado.

Se tomarmos as interpretações sobre Celso Furtado, identifica-se uma constatação que as perpassa, uma característica subjacente que revela talvez o cerne da atitude do autor, qual seja: seu propósito claro de intervir na realidade, a preocupação em alterá-la, construir um novo futuro, uma utopia racional pois, com os instrumentos da razão, pretende intervir no mundo para modificá-lo. Esse o ponto focal das interpretações, este o coração do projeto furtadiano, este o traço que pretendemos ressaltar.¹⁴

É, contudo, tarefa hercúlea esta a que Silva se propôs — e que é em grande medida ao que nos propusemos — sem cair nos perigos daquilo que novamente Bourdieu chamou de *a ilusão biográfica*. Isto porque ao pensarmos na ideia de um indivíduo autoconsciente de seu devir, seu desejo de intervenção e mesmo de um *projeto* de ação (cuja próprias categorias de inteligibilidade e relação com o mundo externo passam por essa autorrepresentação), é muito fácil cair no anacronismo que perpassa sua vida como “[...] *um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto [...]*.”¹⁵ Impondo uma ordem coerente e cronológica *a posteriori* nos eventos individuais narrados, manipulando assim as ocorrências do passado de acordo com uma teleologia. O que cabe à uma abordagem biográfica é atentar às prováveis incoerências, às descontinuidades presentes na vida do personagem, no caso de nosso estudo, aos condicionamentos oriundos da própria imersão do intelectual.

O antropólogo Gilberto Velho procura equacionar esse problema. Em sua proposta de análise de sociedades complexas, considera que nas sociedades moderno-contemporâneas existe uma tendência de constituição de identidades a partir de um

¹⁴ SILVA, Roberto Pereira. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica* (1948-1959): uma interpretação historiográfica. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2015. p. 12.

¹⁵ Ibidem, p. 184.

jogo intenso e dinâmico em torno de papéis sociais que se associam a experiências e a níveis de realidade diversos (quando não conflituosos e contraditórios). Por isso, a própria identidade dentro de um mesmo contexto é algo em constante transformação. Para pensar a agência individual dentro desta configuração relativa e mutante dos papéis sociais, procura valer-se das categorias de *projeto* e *campo de possibilidade* que retira da filosofia sociológica de Alfred Schütz e Georg Simmel.¹⁶

E, assim, *projeto* seria uma dimensão mais racional e consciente de nosso devir e conduta individuais, organizados para atingir finalidades específicas.¹⁷ Mas, apenas essa definição poderia soar-nos assaz racionalista ou com ênfase apenas na consciência individual. Por isso, um projeto (individual ou coletivo) precisa ser pensado dentro de seu *campo de possibilidades* ou seja, nas circunstâncias inarredáveis da dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação desses projetos.¹⁸

Projetos até mesmo de uma *geração*¹⁹ de autores que ocupam um mesmo espaço de sociabilidade intelectual. E, que, pra além de suas próprias memórias, imprimem discursos para toda uma coletividade. Verdadeiras memórias sociais em torno de suas ideias, suas obras, sua morte. Uma vez que “*a memória histórica pode ajudar a estruturar a memória individual e até algumas coletivas*”²⁰, penetrando assim os espaços sociais em que se produz e vivifica a cultura.

Não a cultura no seu velho sentido, restrito quase sempre apenas à produção intelectual e artística, mas enquanto conceito que se desdobra em seu caráter polissêmico, revisto e criticado pelas Ciências Sociais.²¹ Nesse caso, a história deve corresponder a necessidades profundas da gestação da memória social, exigindo o desdobramento da atividade do historiador, que passa a incorporar o arqueólogo, o

¹⁶ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 8-9 e 40.

¹⁷ Que também não deve ser pensado de forma estanque, alerta mais adiante o autor. “*Por isso mesmo, o projeto é dinâmico e é permanentemente reelaborado reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade. Assim, a biografia, valorizada ao extremo em um mundo individualista, está sujeita a periódicas revisões e reinterpretações.*” Ibidem, p.104

¹⁸ “*Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de longue durée.*” Ibidem, p.28.

¹⁹ Ver SIRINELLI, Jean-François. A geração. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. pp. 131-137.

²⁰ MATOS, Sérgio Campos. Historiografia e memória social (1945-2000): balanço e perspectivas futuras. IN: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FONSECA, Luís Adão (Org.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp; Portugal: ICCTI, 2001. p. 541.

²¹ Ver a respeito, entre outros: CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999; BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

sociólogo e o antropólogo, entre outros, o que acaba por gerar um fecundo diálogo interdisciplinar.²²

Começamos essa reflexão perguntando “o que (quem) era o intelectual moderno?”. Mas, como ao fim sempre acabam por sobrar mais (e novas) perguntas do que respostas, registro abaixo algumas que Gérard Leclerc nos deixa em sua *Sociologia dos Intelectuais*. Quanto às respostas, esperamos trazê-las ao longo deste trabalho.

Serão então os intelectuais uma classe social, uma categoria estatística, uma rede de afinidades? Constituem um grupo bem delimitado, homogêneo e facilmente identificável? Respondem a uma função (que se poderia chamar de “função intelectual”) bem definida? Ou executam eles vários tipos de atividades sociais, de ordem política, cultural etc.?²³

* * *

Para Pierre Vilar “pensar historicamente” significa situar, mensurar e datar, continuamente. Na medida do possível, é claro. Pois, não há nada mais importante para um determinado saber do que ter consciência de seus próprios limites. Esquecem disso com frequência, alguns saberes orgulhosos de situar-se fora da história — como se isso fosse possível. Furor midiático, biografias populares, filmes policialescos, reconstruções aproximadas de certos ambientes, tudo isso leva, segundo Vilar, o cidadão comum a pensar a história sentimentalmente, moralmente, em função de indivíduos. Já o historiador, em suas constantes inquietudes deve perceber que o conhecimento histórico é de outra natureza. Este consiste em compreender e esforçar-se para tornar compreensível os fenômenos sociais na dinâmica de seus processos.²⁴

Num desdobramento desta eloquente expressão, José Jobson de Andrade Arruda nos convida a “pensar historiograficamente”. Isto é, em sua proposta de análise da produção histórica, pensar não somente os textos (produto final do trabalho do historiador), mas sim a cultura histórica como um todo. O que significa refletir sobre os vários momentos de cristalização de certas tendências históricas e linhagens interpretativas (hegemônicas e hegemonzantes). É, portanto, procurar compreender (dentro dos limites de uma neutralidade possível), porque determinadas diretrizes se

²² Cf. NOVAIS, Fernando. Problemática da historiografia brasileira. IN: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FONSECA, Luís Adão (Org.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp; Portugal: ICCTI, 2001. p. 574.

²³ LECLERC, Gérard. *Sociologia dos Intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005. p. 10.

²⁴ VILAR, Pierre. Pensar historicamente. In: *Pensar la historia*. Cidade do México: Instituto Mora, 2001. pp. 21-52. pp.21-23

tornaram dominantes, acabando por conformar determinados sentidos e apropriações do passado.²⁵

Visão que procura dar conta dos historiadores, suas obras e as circunstâncias de suas vidas postas no fulcro da pesquisa historiográfica. Entendida não como mera descrição das obras históricas ou de seu arrolar em diversas tendências e escolas históricas. Mas sim, no modo pelo qual estes autores reconstituíram o seu passado apropriando-se de significados e valores sobre os quais se nutre constantemente o conhecimento histórico. Numa concepção *transtemporal*, onde passado, presente e futuro se entrecruzam sob um projeto e uma operação de escrita da história.²⁶

Ou ainda, naquilo que sintetizaram as palavras de Manoel Salgado Guimarães, ao referir-se a historiografia enquanto

investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultando de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo como parte do drama social humano, quando escolhas são efetuadas, que definem o passado que se deseja, ou que se necessita, como forma de inventar um futuro.²⁷

Fernando Novais chama atenção ao fato que desde os fins dos anos 1960 e, a partir dos 1970, vem se adensando entre nós os estudos propriamente historiográficos, muitas vezes associados a atividades de pesquisa maiores. O que seria positivo, pois, considera que estes estudos “*devem ser, acima de tudo, uma dimensão do ofício do historiador, e não uma especialização autônoma*”. Com o que em larga medida concordamos. E segue com comum apontamento acerca do recorte temático que predominam em tais estudos.

Ao longo desses anos, adensaram-se entre nós os trabalhos de história da história, em teses universitárias, artigos, comunicações, debates, etc. O que se poderia notar, contudo, é que esses trabalhos dirigiam-se, quase sempre, a um único tipo, ou seja, à avaliação da obra de um autor (Varnhagen, Capistrano, Caio Prado, etc), raramente inclinando-se para outros recortes,

²⁵ ARRUDA, José Jobson A. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 21.

²⁶ ARRUDA, José Jobson A. Op cit. p. 22.

²⁷ GUIMARÃES, Manoel Salgado A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 15

e quase nunca enveredando para a discussão conceitual de seus supostos teóricos e metodológicos.²⁸

Se a presente proposta de trabalho incorre no critério do recorte autoral, levantado por Novais, procura atentar-se, todavia, para o segundo ponto. Escolheu-se privilegiar a discussão conceitual e teórico-metodológica presentes no *projeto* historiográfico de Jaime Cortesão.

No que tange ao repertório conceitual para um estudo desta natureza, talvez um dos modelos mais clássicos, ainda carregue uma terminologia bastante coerente. Referimo-nos ao conceito de *operação historiográfica*, de Michel de Certeau.²⁹ O autor foi um dos pioneiros em atentar para a influência do meio (o *lugar social* onde é produzido o conhecimento), enquanto a dimensão do “não dito”. Porque assumir esse caráter subjetivo da produção do conhecimento põe em cheque a proposta de isenção e imparcialidade tidas então como virtudes fundamentais do historiador.

Tal proposta insiste no fato de que a História é sempre uma expressão de identidade e por suposto a produção historiográfica não se entende fora do contexto geral das formas sociais e quadros mentais de seu tempo. Sabemos ainda, que para algumas sociedades e visões cosmogônicas, a história, como a concebemos, não tem o mesmo grau de relevância que ocorre nos Estados nacionais, por exemplo. Compreender estas questões passa ainda por desnaturalizar o próprio sentido do *Tempo*, como procura fazer François Hartog — outra importante referência para os estudos historiográficos — ao conceituar os “regimes de historicidade”³⁰ e as distintas formas em que a experiência do passado e a expectativa do futuro influem na cultura de uma sociedade. E logo, na escrita de sua História.

No caso Português, no momento de instauração da República, as relações entre a vivência histórica — enquanto “espaço de experiência” — e a produção de um discurso histórico (ou mesmo de uma História-conhecimento) com olhos para o futuro — “horizonte de expectativa” — são muito evidentes, como procuraremos mostrar.³¹ Ou seja, para além do espaço, é também esta *imersão temporal* da produção historiográfica uma das principais prerrogativas de sua compreensão.

²⁸ NOVAIS, Fernando. Historiografia, exame de consciência crítica do historiador In: _____. *Aproximações*. São Paulo: Cosac Naif, 2005. P. 306.

²⁹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. pp. 65-119.

³⁰ HARTOG, François. Régimes d'historicité, présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003. e “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”. São Paulo, *Revista de História*, n. 148, pp. 9-34, 2003.

³¹ Para usarmos as categorias clássicas de R. Kosseck. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Parte II. Sobre a teoria e método da determinação do tempo histórico. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 97-188.

Outrossim, a história da historiografia (na mesma linha do que Kosselleck propõe para a história dos conceitos) também deve ser tomada no campo da história social. Considerando sobretudo a forma como os autores, conforme já se mencionou, relacionam a si e seu meio com a experiência do tempo. Ou como afirma também Arruda: “[...] *entendida como forma de história intelectual, a historiografia impõe-se como pensamento que busca refletir sobre o modo pelo qual ‘em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação.’*”³²

A *história dos conceitos*, por sua vez, é um método importante neste tipo de estudo, visto que os conceitos são a linguagem operacional da história. Sabemos que estes não brotam do vocabulário esporádico do historiador (ou ao menos não deveriam brotar), mas são socialmente construídos, deslocados, reinterpretados e legitimados na relação com seu meio produtor/receptor, e na relação com outros conceitos. Que operam sempre em *constelação* na atribuição de sentidos, dentro de diversos campos do conhecimento, escolhas e posturas teóricas, políticas, etc. Sendo assim, além de compreender a articulação interna destes conceitos no quadro teórico dos autores e confrontá-los com a realidade empírica, cabe ainda situá-los no seu devido contexto. Num *circuito de ideias*, sempre na perspectiva de uma história social, onde dialogue mesmo com aqueles pressupostos com os quais originalmente não ambicionava.³³

III. Fontes

Em estudos deste caráter existe uma fronteira muito tênue entre o que é fonte primária e o que é bibliografia. Uma única obra pode encarar ambas feições ao longo de um mesmo trabalho, isto ocorre inúmeras vezes no presente estudo. Não nos adentraremos neste debate. No entanto, o *corpus documental* e bibliográfico com o qual tratamos merece alguns comentários. Por exemplo, o contato com as edições originais das publicações, em casos como o de Cortesão é uma questão de primeira ordem para se compreender o conjunto de seus textos na forma como foram por ele concebidos, dispostos e tornados públicos pela primeira vez. Isso porque a maior parte do que hoje nos chega de sua produção são as edições existentes na coleção da *Obras Completas* (que totaliza em torno de 30 volumes).

³² ARRUDA, José Jobson de A. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 37.

³³ Como ressaltam Kosselleck, Op. cit.; Malerba, Op. cit. e PROST, Antoine. Os conceitos. In: Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. pp. 115-131. Para citar alguns exemplos.

A coleção começou a ser publicada entre 1964-1971, tendo seguimento em 1975-1985, respectivamente pelas editoras *Portugália* e *Livros Horizonte*. E, desde 1990 retomou-se sua impressão pela *Imprensa Nacional/Casa da Moeda* (mantendo-se desta vez mais fiel às composições originais). Sendo que boa parte das obras publicadas nas primeiras duas fases de edição tratam-se, em realidade, de compilações organizadas por Joel Serrão e Vitorino de Magalhães Godinho, que selecionaram textos originais de Cortesão publicados em periódicos, separatas, obras coletivas e os agruparam por eixo temático sob títulos por eles atribuídos (na maioria das vezes optaram pelo nome do texto mais destacado para nomear o conjunto).

Tratam-se, portanto, dos escritos originais de Cortesão, mas sob composição de terceiros. Até mesmo partes faltantes e/ou inacabadas foram emendadas com conteúdo retirado de outras publicações. O que numa leitura menos atenta faz com que um texto escrito aos finais da década de 1950 figure estranhamente como introdução de uma obra dos anos 1930. Ou que capítulos das obras coletivas *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937-40) ou da *História de Portugal* (“Barcellos”, 1928-54) apareçam entre os originalmente escritos para *Os Descobrimentos Portugueses* (obra inacabada, 1960-62). Isso tudo torna um trabalho heurístico e uma crítica preliminar das edições, parte fundamental para se ter em conta seus escritos em perspectiva: uns em relação aos outros, e ao momento em que foram produzidos e publicados.

Outra parcela importante de nossa investigação foi poder contar com duas oportunidades de Estágio de Pesquisa³⁴ em Portugal junto ao *Espólio de Jaime Cortesão* (Fundo de Cultura Portuguesa Contemporânea/BNP). No que diz respeito essa questão, também cabe uma justificativa quanto da importância da incorporação dos *acervos pessoais* no âmbito de um estudo historiográfico. Opção menos tradicional, mas que tem ganho a atenção de autores que se debruçam sobre historiografia e história intelectual. Terreno tradicional da Biografia, estes acervos têm demonstrado uma vasta gama de possibilidades, como apontam Miguel Palmeira e Felipe Brandi, que pesquisam, respectivamente, o classicista radicado na Inglaterra, Moses Finley e o medievalista francês Georges Duby.³⁵

Segundo Brandi, atentas para a historicidade e procurando inserir o conhecimento da história das ciências dentro do universo das práticas, as pesquisas

³⁴ Entre novembro de 2014 (Bolsa do Camões: instituto da Língua e Cooperação/Cátedra Jaime Cortesão/FFLCH-USP) e janeiro de 2015 e entre novembro de 2016 e junho de 2018 (BÉPE/ FAPESP, Processo no. 2015/11819-6). Ambos sob supervisão do Prof. Dr. Joaquim Romero Magalhães (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

³⁵ TRAVANCAS, I; ROUCHOU, J; HEYMANN, L (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

contemporâneas tendem a privilegiar o realce dos alicerces mundanos e institucionais do saber. E a história intelectual vem se mostrando particularmente preocupada em favorecer uma abordagem de sociologia do conhecimento. Atenta aos grandes organismos da legitimidade intelectual, aos fenômenos de circulação e apropriação dos discursos, bem como a distribuição de signos de reconhecimento e distinção acadêmica. E conclui: “*O interesse pelos arquivos privados encontra, nesse contexto, as condições ideais para se propagar. Estes aparecem como o meio idôneo para restituir ‘corpo’ às ideias, devolvendo à história intelectual a sua dimensão mais ‘humana’ [...]*”³⁶

Restituir corpo às ideias, por sua vez, possibilita trazer à luz disputas e relações de poder, quando não, mais diretamente, as motivações “extra-intelectuais” na elaboração de uma obra.³⁷ Ou mesmo aquelas propriamente intelectuais. Esta fonte acaba sendo não apenas um *material*, mas antes um *instrumento* que permitiria adentrar os bastidores das criações culturais e erigir uma história intelectual ou uma história disciplinar com inspiração realmente sociológica.³⁸

Miguel Palmeira, comenta que os arquivos pessoais de historiadores

podem ser evidentemente submetidos a um uso canhestro. Com frequência, quem se debruça sobre eles não faz mais do que reunir adornos empíricos para a reafirmação de um senso comum sobre o mundo intelectual. Para efeitos de uma história da historiografia, têm pouco valor o detalhe anedótico descontextualizado a interpretação meramente literal dos testemunhos. O interesse da consulta a um arquivo como os *Finley Papers* não está em mimetizar as imagens que acadêmicos fabricaram para si, mas em relativizá-las, em desfazer as prenoções a respeito do “autor” e de sua “obra” — o que implica ler as fontes para além daquilo que elas nos dão a ver de imediato. Em outras palavras, a virtude do levantamento de informações arquivísticas reside justamente na oportunidade que instaura de se alterarem as condições de representação da vida intelectual. Esse tipo de material é um terreno privilegiado para a observação da produção de conhecimento como processo (algo que a fonte publicada normalmente escamoteia, ocultando as marcas de construção dos produtos intelectuais) e em suas condições efetivas (condições que entrevistas e memoriais de acadêmicos tendem a codificar num discurso normativo a respeito de sujeitos isolados postos diante de seus objetos prontos).³⁹

³⁶ BRANDI, Felipe. "Arquivos privados e história dos historiadores: sobrevoo no acervo pessoal de Georges Duby". In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. p. 101.

³⁷ BRANDI, Felipe. *Op. Cit.* p. 103.

³⁸ Idem.

³⁹ PALMEIRA, Miguel. Arquivos pessoais e a história da história: a propósito dos *Finley Papers*. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. pp. 91-92.

Outros autores que já há mais tempo defendem o uso deste tipo de fonte em pesquisas dessa natureza são Christophe Prochasson e Philippe Artière.⁴⁰ O primeiro, que pesquisou registros produzidos por intelectuais de Esquerda ao longo da III República Francesa e da Grande Guerra, destaca sobretudo a importância de duas matérias que compõe estes acervos: as revistas e a correspondência.⁴¹ Como ocorre com parte da correspondência pessoal presente no espólio de Jaime Cortesão, trocada com familiares, parceiros intelectuais, editores ou mesmo diversos dirigentes políticos e acadêmicos de diversas partes do mundo. E, que torna possível a reconstituição de suas redes de sociabilidade, trazendo à lume declarações acerca de projetos editoriais e políticos, além do debate de ideias acerca do que se passava com o mundo a sua volta.

Outra fonte particularmente importante apontada por Prochasson, e que aparecem no espólio, são o que chama de “dossiês de trabalho”, os manuscritos e originais “*onde se pode ver a matéria-prima de uma obra em vias de elaboração, das cadernetas de anotações ou dos blocos de croquis, das agendas nas quais podem ser percebidas as redes de conhecimentos e as hierarquias relacionais que as animam.*”⁴²

* * *

Quanto ao acervo, encontra-se sob a guarda do Depósito de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal (Coleção/Fundo: Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea⁴³, Espólio de Jaime Cortesão 1984-1960, cota: E25). E está dividido em duas partes:

Parte I: *Aquisição de 1985, preparado por Carolina Cortesão (viúva), catalogado em 1994, com um total de 52 caixas e 3097 documentos;*

Parte II: *Aquisição de 2002, preparado por Irene Cortesão (nora, viúva de Antônio Cortesão. Esteve na residência desta, na cidade do Porto até ser adquirido pela BNP), ainda não catalogado. Listado no guia preliminar caixas 54 a 84 (sendo a caixa 83,*

⁴⁰ Publicados juntamente com historiadores nacionais em dossiê especial sobre o tema na revista *Estudos Históricos Revista Estudos Históricos*, v.11, n.21 (1998), Rio de Janeiro: FGV.

⁴¹ PROCHASSON, Christophe. 'Atenção Verdade' - Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, v.11, n.21 (1998), Rio de Janeiro: FGV. p.110

⁴² Op. Cit. p. 116.

⁴³ Cf. PORTUGAL, Biblioteca Nacional de. *As Mãos da Escrita: 25 anos do arquivo de cultura portuguesa contemporânea*. Lisboa: BNP, 2007. p.92.

desdobramento da 62 e a 84 de dossiês destacáveis⁴⁴), não se pode saber ao certo o número de documentos.

Há nas duas partes do acervo uma enorme quantidade de textos originais manuscritos e datiloscritos pelo autor e às vezes por sua esposa, Sra. Carolina Cortesão. Na maioria, artigos que seriam publicados na imprensa lusófona. Há ainda reproduções de documentos, mapas, etc. relativos às pesquisas de Cortesão, bem como uma larga série de correspondência (majoritariamente a passiva). Consta ainda um acervo de fotografias, medalhas, condecorações e recortes *post-mortem* contendo homenagens.

A parte I do espólio, da qual se tem maior informação foi comprada pelo Estado português no âmbito das comemorações do centenário de Jaime Cortesão (1984-1985). Aquisição na época do Instituto Português do Livro, com vistas a ser integrado ao patrimônio do Museu da Literatura, instituição que acabou por não se concretizar. Desta forma, em 1991, reconhecida a inviabilidade da instalação do museu, a Sra. Maria da Saudade Cortesão (filha) encaminha o mesmo à BNP, instituição que além de salvaguardar os acervos de vários intelectuais, havia sido dirigida pelo próprio Cortesão.

O acervo teria sofrido uma primeira “arrumação” de responsabilidade de Carolina Cortesão, que agrupou alguns textos em envelopes ou maços, ora fazendo menção individualizada de cada um pelo respectivo título, ora indicando apenas o tema dominante, ou ainda, considerando-os como papéis “diversos” ou “incompletos”. Constatou-se, todavia, que nem sempre tais indicações correspondiam ao conteúdo dos mesmos. Pode-se averiguar que alguns datiloscritos e impressões tipográficas emendados pelo Autor correspondem a sucessivas versões de textos publicados em vida. As diversas colagens e emendas destes dossiês de trabalho denunciam o processo de criação utilizado por Cortesão.

Boa parte dos textos contidos no acervo são cópias datilografadas por Carolina Cortesão. Alguns constituem a preparação das edições póstumas obedecendo a critérios que não se pode saber se eram do próprio autor ou de terceiros, como já mencionado. Vários conjuntos de recortes de jornais foram emendados por Jaime Cortesão, e aparecem em pastas nomeadas por ele como “Velhos erros e novas correcções”, “Cartas do Brasil”, “Cartas de Portugal”, “Portugal, a terra e o homem”

⁴⁴ Documentos em estado crítico de conservação ou com ferragens e outros materiais que prejudicariam o acondicionamento conjunto.

que coincidem por vezes com o título de algumas de suas obras e foram organizados no espólio sob as tais categorias.

A parte II não se encontra previamente organizada e catalogada, estando apenas listada de forma precária, o que apresenta maiores dificuldades. É bem verdade que por esta razão seu material é praticamente inédito, e mediante levantamento realizado no estágio já mencionado pode-se constatar que a variedade de documentação é semelhante à da parte I, todavia, a quantidade é superior e refere-se a um período maior da vida do autor. Não há informações acerca da constituição deste acervo e sua integração ao espólio para além das já referenciadas inicialmente. Convém destacar que é nesta parte que se encontram em abundância: cadernos, anotações e fichamentos do autor, neste aspecto é mais rico que o anterior para a compreensão de seu processo de trabalho e sua *operação historiográfica*.

IV. Estrutura do trabalho

Pra além do *table des matières* do projeto original, os conteúdos deste trabalho foram se estruturando seguindo os passos da investigação que foram descritos ao longo desta “Introdução”. Em razão disso, julgou-se pertinente distribuí-lo em torno de sessões temáticas que foram os eixos de nossa problemática e compõe agora as subdivisões dos capítulos. Como já foi aventado, a escolha de certos temas em detrimento de outros ocorreu de forma consciente, mas fora motivada muito mais pela contingência dos prazos do que pela ambição da pesquisa. De todo modo, espera-se que a disposição do texto tenha sido favorável à compreensão do leitor e que a abundância de notas, citações e epígrafes não seja impedimento para uma leitura além de informativa, também deleitosa.

No “Capítulo 1 – A República nascente e o jovem intelectual” procuramos fundamentar sob um *acontecimento-marco* (a implantação da República portuguesa em outubro de 1910) a entrada do jovem Cortesão na vida política e intelectual portuguesa. Trata-se, portanto, de uma síntese mais breve e de caráter narrativo. Seu tom quase jornalístico é proposital e teve por intuito trazer à tona os relatos de época que pudessem ambientar-nos naquela conturbada atmosfera revolucionária que tanto marcara os agentes que nela participaram. Como fica claro, aquele evento seria o batismo político de toda uma geração que nascera no Portugal monárquico da *Era dos*

Impérios, mas que agora teria de consolidar a República. Destarte, a formação desta figura do cidadão (ampliada às mais diversas camadas da sociedade) se torna o mote principal de intelectuais que se uniam em torno da missão de mediar este projeto, dando origem aos coletivos e revistas literárias que coloriram as tendências ideológicas do novo regime.

A existência do “Capítulo 2 – O legado da *Geração de 70*: decadência e degeneração” surgiu de uma necessidade paralela ao problema central da pesquisa. Não era nossa intenção original recuarmos até o contexto intelectual de 1870. Mas, como se poderá perceber, a presença de Antero de Quental, dos chamados *Vencidos da Vida* e outros de seus contemporâneos, teve tamanho impacto nas gerações seguintes, que se mostrou inócua qualquer tentativa de se compreender os primeiros escritos de Cortesão e os embates teóricos de sua época sem este *détour*. Por isso, partimos de outro grande acontecimento, sobretudo no meio letrado, que foi o suicídio de Antero de Quental (1891) e uma espécie de “prosopografia intelectual” em torno de seu livro de homenagem póstuma — *o In Memoriam*.

Ainda neste capítulo, foi possível resgatarmos tendências de pensamento como o Positivismo, Cientismo e as leituras decadentistas da História. A tese defendida por Cortesão na Medicina tratava de duas figuras importantes daquele contexto, sendo a primeira, Antero, a outra, Sousa Martins. Este último, médico destacado e maior expoente das teses degeneracionistas em Portugal, nesse sentido, ao restituirmos corpo a algumas de suas ideias deu também ao capítulo uma dimensão da história da ciência, que procurou situar o debate acerca da *degeneração/degenerescência*, bem como da natureza mórbida do gênio e da criação artística nos quadros mentais da época. Encerrando-se com uma comparação daquelas teses com outras categorias análogas da experiência finissecular do tempo, e que tiveram ainda maior vigência no meio intelectual lusófono, como: *crise e decadência*.

O “Capítulo 3 – Cortesão, a Arte e a Medicina” é extenso porque resulta de um exercício de esforço máximo entre exegese e contexto. Isso porque nos aprofundamos em uma única obra, muito pouco conhecida de Cortesão, *A Arte e a Medicina* (1910). A qual procurou-se historicizar, em todos os seus meandros — como fora feito no capítulo anterior com a *Nosografia de Antero* escrita por Sousa Martins. Entretanto, rastrear as ideias filosóficas de Cortesão e de seus colegas da *Renascença Portuguesa*, mostrou-se mais custoso do que desvendar o circuito mais fechado do Positivismo cientista.

Ao cabo, julgamos alcançado este objetivo, o que nos possibilitou vislumbrar esta sua faceta desconhecida em um movimento maior da crítica estética de um ponto de vista sociológico, que se tornou uma tendência expressiva ao longo do século passado. Permitiu-nos ainda, através da análise desta obra inicial, perceber (para além de seu uso poético) a teoria acerca do *gênio* e da “excedência” em Cortesão, que seria um traço perene de toda sua produção intelectual e teria enorme impacto em sua idealização do papel do indivíduo na história, impactando toda sua produção historiográfica.

Acabou-se por condensar no “Capítulo 4 – *Fazer-se* intelectual e projeto historiográfico”, o conteúdo que provavelmente deveria dispersar-se, pelo menos em dois capítulos autônomos. Desta maneira, aborda-se, num primeiro momento, o sentido do Portugal histórico na dinâmica da *Renascença Portuguesa* e *Seara Nova* em meio à noção de *fazer-se* intelectual. E, posteriormente, entra a análise propriamente historiográfica da obra de Cortesão como expressão das inquietações teórico-metodológicas de seu tempo, no diálogo da História com a Geografia e demais Ciências Sociais. Para isso, optou-se por tomá-lo em comparação com Fernand Braudel e em sua aproximação com a voga americanista espanhola, donde originar-se-ia sua síntese sobre o Brasil colonial.

Pelo ritmo que dispunha e os muitos pontos que ficaram de fora, nossa “Conclusão” é apenas uma formalidade, talvez fosse melhor encará-la como *considerações finais*. Tentou-se em poucas palavras amarrar algumas das linhas gerais que ao longo do trabalho elucidaram a visão de mundo, da História e *projeto* intelectual-historiográfico de Jaime Cortesão, procurando ligar seus textos de juventude e sua primeira fase de ativismo político à sua obra da maturidade. Mas, ainda assim fica em aberto muitas frentes a se explorar em trabalhos futuros, como sua obra específica acerca da formação do Brasil, bem como sua experiência de exílio em nosso país.⁴⁵

⁴⁵ Não obstante o trabalho de alguns colegas que vem tratando a este respeito e serão oportunamente mencionados. RIBEIRO, David W. A. *Cartografia das relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940- 1957)*. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2015. 260 p. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02032016-142848/pt-br.php>>. Acesso em: 18/04/2018.

CAPÍTULO 1

A REPÚBLICA NASCENTE E O JOVEM INTELECTUAL

Portugal entra em uma nova fase da sua vida politica. Mudaram as instituições pelo poder dominador da revolução. Os factos da historia que, muitas vezes, parecem reger-se por leis desconhecidas, mas necessarias e fatães, são sempre a resultante do procedimento dos homens, unicos propulsores dos acontecimentos. As revoluções são o facto inexoravel em que o povo intervem como um juiz para julgar o seu proprio destino.

EDITORIAL, «A Proclamação da Republica em Portugal», *Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, Lisboa, 20 de outubro de 1910, p. 229

1.1 O 5 de Outubro e a implantação da República

Era 3 de outubro de 1910 quando por volta do meio-dia afixou-se na praça do Rossio o *placard* do jornal *O Seculo* com a notícia do atentado ao Dr. Miguel Bombarda. O chefe civil dos republicanos fora alvejado a tiros de revólver por um suposto paciente e encontrava-se em estado grave. A própria manchete incitava a desconfiança popular à uma provável conspiração clerical, com envolvimento direto da própria rainha D. Amélia.⁴⁶ Naquele mesmo sítio, símbolo da vitória liberal sobre os miguelistas, que desde então havia se tornado uma espécie de fórum de Lisboa, a revolta foi instantânea e unânime. Em meio a multidão, ouvindo as manifestações indignadas e fazendo coro com elas, foram-se juntando os demais passantes, comerciantes e soldados. Não era difícil prever que essa reação acabaria se alastrando para outras partes da cidade.⁴⁷

Por toda Baixa começa a chegar gente, e um tropel já se acumulava junto ao portão da Infantaria 16, no Campo de Ourique. Quando pouco após as seis da tarde, um novo *placard* confirmou a morte de Bombarda, os ânimos exasperaram-se e tiveram início rebeliões contra religiosos, entidades oficiais e redações dos jornais realistas. Apesar da hesitação já não se podia voltar atrás, as experiências malfadadas em 1891 no Porto e após o regicídio de 1908 haviam exposto de forma patente o descompasso

⁴⁶ “O Dr. Miguel Bombarda foi alvejado a tiros de revólver por um louco que hoje o procurou em Rilhafoles, tendo recolhido ao Hospital de S. José em estado grave. O povo de Lisboa está convencido de que o assassinio foi obra dos clericaís”. Anúncio emitido na sucursal do jornal *O Seculo* no Rossio. Disponível em <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00615>>. Acesso em 24/10/2017.

⁴⁷ Ver BRANDÃO, Raul. *Memórias. Três volumes reunidos*. Lisboa: Quetzal, 2017. p. 249 et seq. Cf. tb. MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 353 et seq.

entre as pretensões moderadas das lideranças republicanas e as expectativas gerais de renovação do regime.⁴⁸

Por esta altura, o então eleito e futuro presidente do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca encontrava-se em comitiva pelo país. A seu convite o Rei D. Manuel II visitara à tarde o coraçoado *São Paulo*, surto a embocadura do Tejo, de lá o monarca tomou conhecimento da situação e seus prováveis desfechos. Fardando seu uniforme de almirante, decide então o soberano encerrar o encontro, partindo ao Arsenal a bordo de uma discreta galeota. Ao retirar-se, os canhões da portentosa embarcação brasileira dispararam uma salva de 21 tiros (como era costume), enquanto a guarnição perfilada no convés lhe fazia a continência; seria a última salva à monarquia portuguesa.⁴⁹

Nas primeiras horas do dia 4 assistiu-se à movimentação das tropas insurgentes e à gradual adesão dos civis por pontos estratégicos da cidade. Amotinavam-se os quartéis e afluindo na Av. da Liberdade, em direção a Rotunda, já se podia ouvir os disparos das metralhadoras. Contabilizam-se as primeiras baixas, as principais artérias de Lisboa encontravam-se tomadas. Talvez, ao som ainda distante das descargas de fuzilaria, alguns residentes de partes mais ermas, indiferentes, ceifassem couves em seus canteiros sem perceber a real dimensão do que se passava — como comenta o periodista Raul Brandão.⁵⁰ Mas era inevitável, ao longo do dia viu-se armar a *Revolução*.

* * *

Do Tejo deveriam partir os 31 tiros da armada que pronunciariam o levante. O chefe operacional dos insurgentes era o Vice-almirante Carlos Cândido dos Reis, a Marinha tinha papel fundamental no desfecho, cuja data fora escolhida precisamente pelo deslocamento das embarcações para fora da Barra. A esperada salva de resposta

⁴⁸ Importante se considerar, todavia, que já nas suas origens, a implantação da República portuguesa foi um processo dirigido desde cima, obra de elites divergentes. Cf. SECCO, Lincoln. Uma conjuntura longa. In: _____. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo Alameda, 2004. pp. 26-112. p. 37, 47 et. seq.

⁴⁹ MENESES, Afonso A. Bourbon e. O movimento revolucionário de 4 de Outubro de 1910 e a proclamação da República. In: MONTALVÔR, Luís de (pseud.) (ed.). *História do regime republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, 1930. pp. 355-406. p.375.

⁵⁰ BRANDÃO, Raul. Op. cit., p. 249. Tal descompasso é confirmado por outros autores que aperceberam-se desse caráter não tão disruptivo da revolução em Portugal. “*Bem certo que foi glorioso (ou que quer que de impreciso, mas subjectivamente exaltante, se lhe assemelhe) o dia 5 Outubro, ‘um dia c almo aquelle, um dia que se não repete na vida’ — como escreverá um editorialista republicano [Álvaro de Bulhão Pato]. Mas, do mesmo passo, se observarmos de olhos provisoriamente distraídos da conjuntura política que sobrepondo-se ao ramerrão da vida civil, lhe conferiu feição espetacular, foi um dia como os outros. Porque a revolução (se entendermos agora e aqui, só pela sua face exterior, como conjunto de circunstâncias de caráter violento excepcional que determinou, em 1910, a alteração da vida pública portuguesa) insere-se afinal sem perturbar mais do que parcial e superficialmente o ritmo no fluxo da vida cotidiana.*” BAPTISTA, Jacinto. *O Cinco de Outubro*. Lisboa: Arcádia, 1964. p. 20.

da Artilharia 1 nunca se ouviria, e a este silêncio em terra seguiu-se o do restante da frota no rio. Desventurada série de acontecimentos que teriam sinalizado ao almirante um novo fracasso.

Tudo pareceu conspirar para estabelecer em torno da figura de Cândido dos Reis uma atmosfera de hesitação e dúvida, sentimentos incompatíveis com seu senso de compromisso e devoção à causa republicana. Premeditação, desengano e, num precipitado sobressalto de decepção, teria posto fim a própria vida. Versão mais aceita ainda hoje, seu suicídio foi revestido desde então como a heroica decisão de sacrifício pessoal que, juntamente com Bombarda, teria dado a vida pela causa republicana.⁵¹ Reassumido o comando náutico, os barcos dispararam em direção ao Palácio Real das Necessidades e aos demais focos de resistência, tal era a demonstração de força necessária para selar a capitulação das tropas leais a monarquia. Subsequentemente, deu-se a fuga do Rei, indo ao seu encontro o restante da família real (primeiramente para Mafra e depois para o exílio). Estava assim prescrita a dinastia de Bragança à frente da Nação portuguesa.

Desperta o 5 de outubro ainda sob o estampido dos canhões, que por vezes chega ao auge para depois cair sobre a cidade um silêncio mortal. Por toda madrugada distinguia-se o assobio das granadas, e de quando em quando, um despedaçar de beiral que caía na rua.⁵² As tropas realistas rendem-se e os marinheiros insurgentes desembarcam na Alfândega. Ao final da manhã, da varanda dos Paços do Conselho (Câmara Municipal), é proclamada a *República*.

Levante militar em que o papel dos civis se revelou determinante, não pela força de assalto que estes poderiam representar, mas pelo papel dissuasório e atuação massiva; a revolução tinha que ser feita com o povo e com a tropa. Foi a junção da caserna e da rua perante a indiferença de um regime decadente, que explica a vitória e seu desfecho mais imediato.⁵³ Do lado oposto, segundo palavras do próprio presidente do Conselho da monarquia, Teixeira de Souza: “*O optimismo de uns, a fraqueza de muitos, a duplicidade de bastantes, a incapacidade e a indiferença da maior parte, fizeram que a Revolução triunfasse*”⁵⁴.

⁵¹ SARAIVA, Ricardo (pseud.). Acerca de algumas figuras republicanas, *Seara Nova*, Lisboa, novembro de 1952, a. XXXII, n. 1264-1265. pp.165-175. p.165. Ricardo Saraiva era na verdade pseudônimo de David Ferreira (1897-1989). Secretário de Jaime Cortesão na *Biblioteca Nacional*, vindo a integrar o grupo da *Seara Nova*. Não confundir com o filho, o escritor David Mourão-Ferreira (1927-1996). Cf. CARDIA, Sottomayor. (org.) *Seara Nova: antologia*. Lisboa: Seara Nova, 1971.v. 1. p. 114 (nota 1). Cf. tb. ANDRADE, Adriano da Guerra e. *Dicionário de pseudônimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999. p. 347.

⁵² BRANDÃO, Raul. Op. cit., p. 251.

⁵³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Almedina, 2009. pp. 380-382.

⁵⁴ Teixeira de Souza apud MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. cit., p. 384.

Papel civil determinante, aliás, já vinha ocorrendo, ainda que não massivamente, em torno de instituições como a Maçonaria, a Carbonária e demais agremiações republicanas na construção de um consenso geral antimonárquico e anticlerical e mesmo no planejamento da insurreição e da transição política. Nos anos que antecederiam o feito, militou-se intensamente em oposição às ordens religiosas — sobretudo contra os Jesuítas —, há muito alinhadas com o conservadorismo (nas suas mais variadas instâncias) e que, mais uma vez, seriam expulsas de Portugal.⁵⁵ Se as lojas maçônicas tiveram papel importante entre a burocracia do Estado e a diplomacia exterior, os carbonários — mais identificados com a ação direta — somaram-se de pronto as fileiras lideradas por Machado Santos, que partindo da Rotunda foram rendendo os focos rivais.

Importante ter em vista que a monarquia portuguesa não fora derrubada tão somente pela insurreição, mas por sua própria incapacidade de oferecer aos portugueses — em uma era que se abria para revoluções sociais — uma transição desde um regime oligárquico e caciquista para um minimamente democrático-reformista. Portugueses que, desde a vitória liberal de 1834, gozavam de certas liberdades constitucionais e democráticas que viram esfacelarem-se sob o autoritarismo de João Franco. Um regenerador-liberal, presidente do conselho de ministros que em nada honrara este segundo aposto, tendo exercido de forma bastante ditatorial seu mandato que acabaria com o regicídio de 1908.⁵⁶

Ainda a despeito do protagonismo das Forças Armadas, foram as lideranças civis do Diretório Republicano que proclamaram o novo regime naquela mesma manhã do dia 5. Da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, às 11 horas, José Relvas, acompanhado por Eusébio Leão e Inocêncio Camacho, anuncia: “*Unidos todos numa mesma aspiração ideal, o Povo, o Exército e a Armada acabou de, em Portugal, proclamar a República*”. Este último lê em voz alta a lista dos membros do Governo Provisório, presidido por Joaquim Teófilo Braga e constituído por outros importantes vultos republicanos que se tornariam alguns dos principais atores políticos dos

⁵⁵ As disputas entre poder secular e igreja armaram uma forte tradição anticlerical no campo político português, exemplos disso seriam as sucessivas expulsões das ordens religiosas do país. Em 1759, o ilustre Marquês de Pombal sentencia a prescrição dos Jesuítas na corte e seus domínios ultramarinos. Mais tarde, com a vitória liberal de Dom Pedro IV, as ordens que haviam se somado ao Miguelismo são banidas. Novamente agora nos anos que antecedem a República se pode notar a constante propaganda anticlerical, culpabilizando sobretudo a educação jesuítica, estampando diversas páginas editoriais dos jornais de maior circulação.

⁵⁶ A título de comparação, sugerimos as considerações do historiador Julian Casanova para o caso da Segunda República espanhola. Cf. CASANOVA, Julian. Prólogo; El Cambio. In: FONTANA, Josep; VILLARES, Ramón. (dirs.) *História de España, Vol. 8: República y guerra civil*. Madrid: Critica; Marcial Pons. pp. XV-XX; pp. 3-37.

primeiros anos da República.⁵⁷ Esta composição refletia o equilíbrio de poder entre as várias correntes democráticas, permanecendo em funções até 3 de setembro de 1911, com importante obra legislativa.

* * *

O telégrafo e os jornais levaram a notícia a todo o país e às colônias, provocando gradual adesão quase sem resistência por todo território, não obstante poucos incidentes. Em Paris, já se encontrava o Grão-Mestre da Maçonaria e fundador do jornal *O Seculo*, Sebastião de Magalhães Lima, para estabelecer contatos internacionais com vista ao reconhecimento diplomático do regime. De lá, iça-se a bandeira republicana portuguesa no *Grand Hôtel*, simbolizando o sucesso do pleito. Em Lisboa, os marinheiros desembarcam junto à beira, enquanto pede-se à população cautela (a deposição e devolução das armas). Todos os esforços agora somavam-se no sentido da volta à normalidade.

De imediato, o Governo fez publicar a seguinte nota:

CIDADÃOS:

O povo, o exercito e a armada acabam de proclamar a republica. A dinastia de Bragança, malefica e perturbadora consciente da paz social, acaba de ser para sempre proscrita de Portugal.

Este facto estranho e famoso, que representa o orgulho de uma raça indomavel e a redenção de uma patria que a bravura tornou legendaria, enche de entusiastica alegria o coração dos patriotas.

Eis que finalmente termina a escravidão d'esta Patria e se ergue luminosa na sua essencia virginal a aspiração benefica de um regime de liberdade.

Cidadãos! O momento que decorre redime e compensa de todas as luctas combatidas, de todos os trances dolorosos que se sofreram. E sómente é preciso para elle ser o inicio de uma época de austera moralidade e impoluta justiça que todos os portugueses se unam numa harmoniosa communhão de princípios. Façamos do nosso sacrificio pela Patria a base do nosso programa político e de generosidade para com os vencidos a base do nosso programa moral.

Cidadãos! Que um só interesse, o interesse pela Patria, vos anime e uma só vontade, a vontade de ser grande, nos una!

A Republica confia do Povo a manutenção da ordem social, o respeito pela justiça e a dedicação pela causa comum da liberdade!

Consolidar com amor e sacrificio a obra que surge da Republica Portuguesa.
[...]⁵⁸

⁵⁷ A pasta do Interior foi ocupada por António José de Almeida, a da Justiça por Afonso Costa, a do Fomento por Manuel de Brito Camacho (substituindo António Luís Gomes), a dos Negócios Estrangeiros por Bernardino Machado, a das Finanças (por decreto de 12 de Outubro) por José Relvas (já que o indigitado Basílio Teles não chegou a assumir as funções, por alegado motivo de doença); a da Guerra por António Xavier Correia Barreto e, por fim, a da Marinha (a partir de dia 10 de Outubro, denominado de Marinha e Colónias) por Amaro Justiniano de Azevedo Gomes. Em 22 de Novembro de 1910, Brito Camacho será incluído no elenco governamental, sobraçando a pasta do Fomento. Cf. *O Seculo*, Lisboa, 6 de outubro de 1910, p. 8. Cf. tb. *Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, Lisboa, 20 de outubro de 1910, v. XXXIII, n. 1144 e 1145. pp. 237-238.

⁵⁸ *Occidente*, Lisboa, 20 de outubro de 1910, v. XXXIII, n. 1144 e 1145. p. 236.

Seguia-se a este trecho um aparte endereçado às Forças Armadas e, novamente, ao povo. Concernente à ordem e ao trabalho, também neste aspecto denota-se sua forte inspiração na carta da proclamação brasileira.⁵⁹ O reestabelecimento da ordem era preocupação central do Gabinete Provisório. Tanto pela manutenção das instituições e seguimento da vida nacional, como pela preocupação na legitimação do processo frente às nações estrangeiras. O restante do mundo deveria conceber a “revolução portuguesa” como um cumprimento da vontade popular e dos desígnios naturais de um regime democrático, e não uma mera erupção antimonárquica, sobretudo aos olhos de seus principais aliados: a velha monárquica Grã-Bretanha e a jovem república dos Estados Unidos do Brasil.

Por certo, nem só de problemas domésticos e a inaptidão brigantina se deu a República portuguesa. Com o avanço dos processos neocolonialistas, novas potências passaram a sobrepujar os antigos impérios pré-industriais ainda remanescentes como Portugal e Espanha.⁶⁰ Maior exemplo disso fora o *Ultimatum britânico* de 1890, um memorando do primeiro ministro Lord Salisbury que, à revelia da *Conferência de Berlim*, exigia a retirada das forças militares portuguesas que ocupavam a região entre Moçambique e Angola (nos atuais territórios de Zimbábue e Zâmbia) pretendida pelo *Mapa Cor-de-rosa* como possessão lusitana. A concessão de Portugal às exigências da sempiterna aliada foi vista como uma humilhação nacional, com fortes consequências no meio político e intelectual portugueses. A repercussão inspirou inclusive a canção “A Portuguesa” que se tornaria hino oficial da República. Como diz a letra da música,

⁵⁹ “O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo./ Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir com a ordem pública a liberdade e o direito do cidadão./ Para comporem este Governo, enquanto a Nação Soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder a escolha do Governo definitivo, foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo os cidadãos abaixo assinados./ Concidadãos!! O Governo Provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o Governo da paz, da fraternidade e da ordem./ No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido, para a defesa da integridade da Pátria e da ordem pública, o Governo Provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do Governo proclamada pelo Povo, pelo Exército e pela Armada Nacional./ Concidadãos!! As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário./ Fica, porém, abolida, desde já a vitaliciedade do Senado e bem assim o Conselho do Estado./ Fica dissolvida a Câmara dos Deputados./ Concidadãos!! O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeira, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.” Assinada a 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório; Aristides da Silveira Lôbo, ministro do Interior; Tenente-Coronel Benjamin Constant B. de Magalhães, ministro da Guerra; Chefe de Esquadra Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha; Quintino Bocaiuva, ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio de Obras Públicas.

⁶⁰ HOBBSBAWM, Eric, J. *A Era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 89. Cf. tb. SECCO, Lincoln. Op. cit., p. 42.

a nação “que deu novos mundos ao mundo” não deveria se subjugar frente às demais. O ultimato representou o princípio do fim do governo de D. Carlos I, culminando com as crises que levaram aos assassinatos, seu e de seu herdeiro, em 1 de fevereiro de 1908⁶¹ e ao recrudescimento do Partido Republicano⁶². Quanto à sobrevivência das demais colônias portuguesas em África, naquele momento, Eric Hobsbawm atribui mais provavelmente ao desinteresse e à incapacidade de seus rivais em acordarem quanto à sua distribuição.⁶³ Embora saibamos que na realidade a questão colonial seguiria mobilizando inúmeras estratégias políticas, diplomáticas e contingentes militares por parte do Governo português durante a maior parte do século XX. O assunto estava sempre na ordem do dia e envolvia diretamente a imprensa e o campo intelectual que majoritariamente (ao menos até a década de 1960) se mostrava favorável a manutenção das colônias, muitas vezes independente do espectro político a que pertenciam.⁶⁴

A consolidação da passagem de uma sociedade imperial à uma sociedade competitiva⁶⁵ (burguesa), em finais do XIX, reconfigurava o lugar de Portugal — bem como o interesse de suas elites — no sistema da *Economia-mundo* moderna e de seus consequentes desdobramentos diplomáticos. Ou, para utilizar uma expressão cara à época, no “Concerto das Nações”. Como destaca Lincoln Secco, setores da burguesia nacional precisavam posicionar-se na grande arena, onde um império secular e empobrecido competia junto às vorazes potências neocolonialistas.⁶⁶ Para superar os novos dilemas, inspiravam-se na experiência do além-mar e não faltaram textos de intelectuais como Eça de Queirós, Oliveira Martins e Fialho de Almeida — entre tantos outros — debatendo as conquistas e desventuras da “Revolução Brasileira” frente a um Portugal “atrasado”, que precisava conectar-se mas estreitamente aos interesses modernos da economia e geopolítica mundiais.⁶⁷ Enfim, é interessante notarmos esta

⁶¹ “Portugal matou o seu rei. Queria a República? Queria ordem? Talvez mais esta do que aquela. Talvez o desejo da primeira escondia a necessidade da segunda. Mas, apesar de tudo, era preciso pegar em armas ou influenciar aqueles que as detinham. No dia 28 de janeiro de 1908 o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, foram assassinados. Não faltou muito para que um golpe militar derrubasse o sucessor (rei D. Manuel) e implantasse a República em 5 de outubro de 1910, com uma resistência que custou a vida de setenta e seis combatentes.” SECCO, Lincoln. Op. cit., p. 45.

⁶² Que de fato se dá de formas diferentes entre o Porto e Lisboa durante o chamado *rotativismo liberal*. Cf. RAMOS, Rui. Do ‘rotativismo’ ao franquismo (1897-1908). In: MATTOSO, José (dir.) História de Portugal. A segunda fundação. Lisboa: Estampa, 2001, v. 6, pp. 219-259.

⁶³ HOBSBAWM, Eric J.. Op. cit., 89.

⁶⁴ Um dentre os muitos exemplos pode ser visto em COSTA, Augusto da. *Portugal vasto império. Um inquérito nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934. Com entrevista a diversos letrados, entre eles: Fernando Pessoa, Marcelo Caetano e Fidelino de Figueiredo.

⁶⁵ Florestan Fernandes, apud SECCO, Lincoln. Op. cit., p. 43

⁶⁶ Ibidem, p. 43.

⁶⁷ SECCO, Lincoln. Op. cit., p. 45. Cf. tb. PEIXINHO, Ana Teresa. A Geração de 70 e o republicanismo: a intervenção polémica de Eça de Queirós. In: GOMES, Angela de Castro.; MOURÃO, Alda. (orgs.) *A Experiência*

repercussão da experiência brasileira de 1889 em Portugal, país com o qual ainda mantinha importantes laços econômicos e retinha relações de profunda consanguinidade e matriz cultural.⁶⁸

Estabelecia-se uma nova ordem mundial, por todo o globo o ideário político revolucionário passava das palavras à ação. Socialismo — em suas mais variadas vertentes — ou, pelo menos, o republicanismo, despertava na aurora do século XX, representando no plano político aquilo que o liberalismo constitucional cumprira no século anterior. Os regimes flexibilizam-se, reformam-se ou são superados por rompantes revolucionários. Na periferia das potências modernas, Brasil (1889), Portugal (1910), México (1910) e China (1911) espelham esse processo que continuaria, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, na Rússia (1917), Alemanha (1918), Turquia (1923), etc.

A notícia da visita de Hermes da Fonseca, presidente brasileiro eleito pelo voto direto, animava a capa dos principais jornais. Para além de uma “notável coincidência”, o marechal a bordo de seu portentoso navio teria sido o portador dos ventos de liberdade, segundo nota que estampa a capa do quinzenário *Occidente* de 20 de outubro.⁶⁹ A nota conclui ainda que,

Era na presença de um ilustre filho do Brasil, que vae dirigir os destinos daquella patria irman, é que naquela qualidade visitava por poucos dias esta capital, que em Lisboa se levanta a revolução mais extraordinaria por seus efeitos, proclamando a Republica em poucas horas, galgando, como que de um salto, o regimen politico secular que governava este povo, e pondo-se ao

da Primeira República no Brasil e em Portugal. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014. pp. 159-180. p. 175 et seq.

⁶⁸ Como demonstra o editorial “Bem Vindo, o Marechal Hermes da Fonseca chega hoje a Lisboa, a bordo do S. Paulo”, bastante representativo do discurso da época: “*Os laços de profunda amizade que ligam o povo portuguez e o povo brasileiro vão sem duvida, estreitar-se ainda mais. o Brazil; é como que um prolongamento da patria portugueza. O grande paiz sul-americano, que portuguezes audazes arrancaram da treva e acompanharam por largo tempo na sua constante marcha ascensorial para a civilização, é bem para os portuguezes de hoje, tão sonhadores e tão aventureiros como aquelles que sulcaram os mares tenebrosos «nunca d’antes navegados», uma segunda patria bem amada. E o Brazil sabe-o e reconhece-o, porque nas veias de seu povo, generoso e forte, valente e progressivo, gira o sangue de antepassados d’aquelle outro povo que hoje o olha com desvanecimento e que para amortecer a sua indomavel ancia de actividade productiva, a elle recore, quando dessepera de encontrar na sua terra aquillo que a sua imaginação, sem que os seus musculosos braços consigam alcança-lo, jamais deixa de antever em sonhos nunca satisfeitos [...]*” *O Seculo*, Lisboa, 1 de outubro de 1910, p. 1.

⁶⁹ “*Ha na vida das nações como na dos indivíduos coincidencias de notar, que não pôdem passar despercebidas. Está neste caso a visita do marechal Hermes da Fonseca, presidente eleito da Republica dos Estados Unidos do Brasil, a nação irman a que Portugal deu o ser e que é hoje seu orgulho, antecipando-se-lhe nos ideaes dos nossos tempos e avançando a olhos vistos no caminho do seu desenvolvimento, tendo por lêma na sua bandeira Ordem e Progresso./ Lisboa toda se alvoroçou com a visita deste brasileiro ilustre como se elle fôra, acaso, o mensageiro da liberdade, que viesse ás famosas aguas do Tejo trazer as primicias de uma nova era, á semilhança das primeiras luzes da civilização, que ha quatro seculos, um portuguez audacioso e feliz, Alvares Cabral, levára ás aguas do desconhecido Guanabara./ Uma convulsão intima agitava as consciencias, como que no presentimento de acontecimentos, que para muitos não serão ainda definidos, mas que outros já verião na sua realidade./ Os acontecimentos não se fizeram esperar muito e vieram comprovar o presentimento de qualquer coisa de extraordinário. Umas setentas horas depois do presidente eleito da Republica dos Estados Unidos do Brasil ter chegado ao Tejo, Lisboa proclamava a Republica! Notavel coincidência!*” *Occidente*, Lisboa, 20 de outubro de 1910, v. XXXIII, n. 1144 e 1145. p. 225.

lado da nação que é seu orgulho, porque se formou e engrandeceu pelo generoso sangue português, que ali tem levado, o seu trabalho, a sua atividade, todo o seu esforço!⁷⁰

No seguimento da notícia, narra-se a festa de recepção ao marechal, oferecida por associações comerciais. Ali, destacam-se dentre as características da descrição física do líder, uma comparação com Napoleão Bonaparte e um comentário de caráter frenológico, muito ao gosto naturalista da época.⁷¹ Aliás, como se verá no capítulo seguinte, a ciência cumpriria papel de destaque no ideário republicano, ainda no edital afixado pelo Governo Provisório, quando da proclamação, constava a passagem: “*Não basta porém, proclamar a república; é mister, agora, consolidá-la e acredita-la construindo sobre os escombros um futuro de paz e de ordem em que a ciência e o trabalho substitua o preconceito e o privilegio.*”⁷² Lembrando que a disparidade no âmbito científico-tecnológico frente ao mundo industrializado era apontado por Antero de Quental (em 1871) — e por outros antes dele — como uma das causas da decadência peninsular. Por tudo isso, não será à toa que o primeiro presidente da República portuguesa era também um dos maiores expoentes do positivismo — enquanto doutrina da *ordem e progresso* — naquele país.

* * *

Menos ilustre que maior parte de seus colegas da chamada *Geração de 70*, coube a Teófilo Braga assumir a presidência interina da nova República. Nascido na ilha de São Miguel, filho da aristocracia local, seria um dos vários açorianos que se destacaram na vida política e intelectual portuguesa como o então futuro presidente Manuel de Arriaga e o autor das *Odes Modernas*, Antero de Quental, com quem mantém uma relação adversa durante toda maturidade, como ver-se-á mais adiante. Professor do Curso Superior de Letras, foi provavelmente o maior divulgador dos postulados de Augusto Comte em Portugal.⁷³ Poucas de suas caracterizações —

⁷⁰ Ibidem, p. 225.

⁷¹ “*O Presidente eleito da República Brasileira á paisana, e a sua pequena estatura mal se destaca entre as pessoas que o rodeiam. Um jornalista francês no Matin comparou-o á figura de Napoleão Bonaparte, e com acerto; se o seu olhar não é penetrante como a do grande dominador, é extremamente vivo, e na ampla frente, já meio despovoadade de cabelos, ha os característicos de um cérebro bem formado* [grifo nosso].” Ibidem, p. 226.

⁷² Ibidem, p. 236.

⁷³ Ninguém menos do que Mário Soares, então aluno de graduação, escreveu um trabalho — que por muito tempo seria o único — sobre o pensamento de Teófilo Braga como sua dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras de Lisboa. Que é publicada no mesmo ano (1950) com prefácio de Vitorino de Magalhães Godinho. Cf. SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Lisboa: Centro Bibliográfico, 1950.

inclusive as caricaturas — deixam de referir sua excessiva simplicidade, de vícios prosaicos eufemisticamente transmutadas em virtude republicana. “*Homem simples, sóbrio, com hábitos de uma austeridade espartana, sabendo reduzir as suas necessidades toda restrição conforme os seus meios. O tipo mais perfeito do obreiro benemérito e do cidadão útil*”.⁷⁴

Raul Brandão seria menos discreto acerca da figura de Teófilo, muito embora reconheça o senso de compromisso público do primeiro presidente.⁷⁵ Outro sujeito importante que aparece em diversas páginas de suas *Memórias* fora o professor, lente de Coimbra e então ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado. A natureza desta composição de governo ilustrada era resultante de uma convicção generalizada de que os espíritos esclarecidos dariam conta dos novos rumos. Não obstante, os hábitos e idiossincrasias de seus representantes serviam para encher de anedota as páginas de folhetins dos primeiros anos de governo. Esse contraponto podia se ver no realismo dignificante dos retratos presidenciais de Columbano *versus* a caricatura jocosa da pena de seu irmão, Rafael Bordalo Pinheiro.

Bernardino Machado, que teve papel fundamental na consolidação da nova República, já era figura destacada na política nacional. Dos homens que compunham o Governo Provisório, havia sido ministro da monarquia e deputado pelos regeneradores, anos antes de entrar para o Partido Republicano em 1903.⁷⁶ Chefe do Diretório, ainda assim era tido como moderado, mais próximo aos liberais dos tempos de Garret e Herculano do que dos revoltosos de 1910. Viria a ser ainda presidente de Portugal em dois momentos conturbados: sucedendo a um brevíssimo segundo mandato de Teófilo Braga e a ditadura do ministro chefe Pimenta de Castro em 1915, comandando a participação de Portugal na Grande Guerra e destituído pelo golpe de Sidónio Pais em 1917. E, novamente, após a renúncia de Teixeira Gomes em 1925, naquelas que viriam a ser as últimas eleições presidenciais da Primeira República. No

⁷⁴ *Occidente*, Lisboa, 20 de outubro de 1910, v. XXXIII, n. 1144 e 1145. p. 237.

⁷⁵ “O retrato de Teófilo Braga feito pelo Columbano é uma figura dramática. Quem lida com ele diz que Teófilo fala, fala sempre e diz mal de tudo e de todos: do Camilo, do Eça, do Antero. Diz mal da madrasta, por causa de quem saiu de casa, indo para Coimbra. A sua primeira ideia foi a América. Há uma única pessoa de quem diz bem: — do pai, que foi um grande homem de bem. Da República conta horrores. [...] Morreu-lhe a mulher, e a criada velha que o servia abandonou-o. Tomou uma rapariga, que adoeceu. Ouviu-se então Teófilo nas sessões da Academia dizer: — Vou-me embora mais cedo porque estou sozinho e tenho lá que cozinhar algumas coisas... E isto só o engrandece. O que eu admiro mais neste velho a teimosia e o hábito. A força de persistência chega a ser o que um sombreiro chega a ser no monte: deita raízes no mesmo sítio, engrossa e cresce: tem grandeza. Sempre agarrado aos seus livros, às suas ideias, à sua obra — que Unamuno diz que tem três metros de profundidade — aos seus princípios, atinge o tamanho e a majestade duma árvore secular. Tiro-lhe o meu chapéu pelas intenções, pelo esforço, pela sinceridade da sua vida, pelos seus hábitos simples, ligado ao trabalho sempre. É um homem tão extraordinário que morre impenitente não só agarrado às suas ideias, mas também aos seus rancores — que leva para a cova para remoer por omnia secula seculorum.” BRANDÃO, Raul. Op. cit., pp. 377-379.

⁷⁶ FERREIRA, David. *História política da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, v. 1. p. 26.

instante que imediatamente sucedeu a Proclamação, destacou-se sua atividade diplomática, que se seguiria por algum tempo enquanto embaixador no Brasil. Os laços seculares deveriam ser mantidos com a Inglaterra, garantindo por parte dessa não só o reconhecimento do novo regime como a manutenção das possessões coloniais.⁷⁷ Antes disso, suas faculdades de articulador político, garantiram-lhe papel central na mediação entre as sessões republicanas de todo país, tendo sido justamente nesta voga, a entrada efetiva de Jaime Cortesão na cena política nacional.

1.2 “O povo sanciona a Revolução”: os funerais de Reis e Bombarda

A consagração do nascimento da República viria a se dar, no entanto, com os pomposos funerais de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda. Se ainda se questiona a efetiva participação popular na sublevação que havia deposto a Monarquia, será esse, sem dúvida, o instante de maior envolvimento dos variados seguimentos da população portuguesa. O desaparecimento prematuro e quase simultâneo das duas mais importantes figuras da revolução certamente gerou uma reviravolta na composição oficial do Governo. E se não é lícito em História fazer previsões, se pode aventar, ao menos, que a presença de Reis e Bombarda, ou mesmo de qualquer deles depois do triunfo da República, teria modificado a base da composição e os primeiros passos do novo regime.⁷⁸

Nos jornais que antecediaam os préstitos multiplicavam-se convites oficiais⁷⁹ para o saimento dos dois “mártires da República”, com destaque às facilitações no transporte até a capital, a fim de garantir total integração ao rito.⁸⁰ É em *O Seculo*, que se reafirmava como veículo de maior circulação da propaganda republicana — a

⁷⁷ Ver a reprodução das entrevistas que o ministro dá ao jornal britânico *Times*, e ao espanhol *El Liberal*, na nota “A revolução portuguesa no estrangeiro: O dr. Bernardino Machado e a nova Republica Política interna e política externa”, em *O Seculo*, Lisboa, 16 de outubro de 1910, p. 2.

⁷⁸ SARAIVA, Ricardo. Op. cit., pp. 165-175.

⁷⁹ “Devendo realizar-se no próximo domingo, 16 do corrente, o saimento dos pranteados cidadãos almirante Candido dos Reis e dr. Miguel Bombarda, a Câmara Municipal de Lisboa convida todos os moradores da cidade, e principalmente os habitantes das ruas por onde transitar o préstito fúnebre, a patentear o seu pesar, associando-se pela forma que mais conveniente acharem às manifestações de luto decretadas pelo governo provisório da Republica. Paços do Conselho, 13 de Outubro de 1910. [assina] Anselmo Braacamp Freire.” *O Seculo*, Lisboa, 15 de outubro, p.2.

⁸⁰ “Transporte para Lisboa a preços reduzidos./ A fim de facilitarem a viagem a Lisboa dos individuos de fora da capital que queiram assistir aos funeraes, resolveram a Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes e as do Minho e Douro, Beira Alta e Ramal de Vizeu organizar um serviço especial de bilhetes de ida e volta a Lisboa, por preços resumidissimos, validos para a ida em 15 e 16 do corrente e para o regresso desde as 4 horas da tarde do dia 16 até a meia noite do dia 18. [...]Por sua parte, a Parceria dos Vapores Lisbonenses reduz os preços das carreiras de Aldegallega, Seixal e Cacilhas” Ibidem, p. 2.

despeito de sua evidente parcialidade — que podemos colher os mais completos relatos de época daquelas que, até então, teriam sido as maiores cerimônias públicas de que se teve notícia no cenário lusitano. O anseio pela adesão massiva era patente aos interesses do Governo Provisório, que queria mostrar ao país e ao estrangeiro que o sistema implantado resultava da vontade geral dos portugueses. Estampado na capa da edição de domingo, 16 de outubro, lia-se:

HONRA AOS MORTOS!

Lado a lado devem atravessar hoje a cidade, a caminho do cemiterio, dois mortos ilustres da Republica: o dr. Miguel Bombarda, o propagandista anticlerical, ardente e entusiasta, o devotado caudilho democrata, um dos organizadores mais audaciosos do movimento insurreccional que determinou a queda do regimen historico, e Candido dos Reis, o marinheiro intemerato, o homem de character limpido e de alma forte, chefe militar da Revolução. Nenhum d’elles teve a alegria suprema de vêr a realisação da obra, a cujo triumpho sacrificavam tudo: interesses, posições e vidas. A ambos feria a morte, quando já alvorecia o dia glorioso da emancipação nacional. À homenagem de hoje é merecida e justa, como o será a que consagrar, d’aqui a algum tempo, a memoria gloriosa dos que, combatendo pela Republica, morreram por ella.⁸¹

Prosseguia o editorial prevendo que os funerais destes homens ilustres, por suas qualidade e devoção cívica revestiriam, por certo, o aspecto grandioso de uma “glorificação”, que entre a mágoa e o luto por suas perdas se contemplaria ainda os expressos sentimentos de vitória e de alegria mal contida, pela lembrança irreprimível de que seu sacrifício, que não era em vão. Reforçando que a melhor maneira de condignamente honrar os mortos da República era fazer sentir aos vivos os benefícios do regime vindouro. E que, portanto, um Portugal novo deveria erguer-se sobre os escombros do antigo: “corroído de vícios e crapuloso”. Por isso, depois de curvar-se respeitosamente diante dos ilustres féretros dever-se-ia levantar o espirito à luz de uma esperança comum de “rejuvenescimento nacional”. O mesmo que teria animado de “entusiasmo santo” a alma dos ditos mártires.⁸²

Mantendo o tom de elegia, descrições minuciosas ocupam as primeiras páginas da edição seguinte. “*O POVO SANCCIONA A REVOLUÇÃO. Mais de duzentas mil pessoas prestam publica homenagem a Miguel Bombarda e a Candido dos Reis e afirmam a sua adesão á Republica*”. Reiterava constantemente que aquelas manifestações de homenagem aos gloriosos defuntos revestiram-se de uma imponência nunca vista, sendo, seguramente, a mais grandiosa de todas quantas se tinham realizado na capital; e que era a consagração das novas instituições, que se faziam naquele momento às ruas

⁸¹ *O Seculo*, Lisboa, 16 de outubro de 1910, p. 1.

⁸² *Ibidem*, p. 1.

de Lisboa. As mesmas ruas onde a artilharia troou e a fuzilaria crepitou, dias antes, para que a implantação da República não continuasse a ser apenas uma insatisfeita aspiração do povo português.⁸³

Bandas marciais reuniam-se no Terreiro do Paço tocando a, já referida, *A Portuguesa*⁸⁴. A canção símbolo dos republicanos serviu como uma espécie de *requiem* secular, acompanhando toda a passagem dos féretros e marcando o ritmo da marcha por todo percurso: do Salão Nobre da Câmara Municipal, onde tinham sido velados, passando pelo Rossio e indo em direção à Rotunda. Era este o itinerário da procissão cívica, que em nada tinha de aleatório, visto terem sido aqueles os locais (*lugares de memória*) estratégicos para a vitória republicana. Aliás, frente à necessidade de afirmação do novo regime, e, portanto, consequente esforço da conformação daquele repertório simbólico, nada pareceria ser ocasional.

Como aponta José Murilo de Carvalho, o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos desde a Revolução Francesa, era naturalmente a ideologia e uma justificação racional da organização do poder. Embora fundamentalmente de natureza discursiva, tais justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo e o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização social, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários. A república era então vista como um *telos* que postulava uma futura *idade de ouro*, em que os seres humanos se realizariam plenamente — enquanto cidadãos — no seio de uma pátria mitificada. Como discurso, as ideologias republicanas permaneciam originalmente enclausuradas no fechado círculo das elites educadas. Mas, seja por seu próprio conteúdo, seja pelos elementos utópicos, elas acabavam por postular a saída do fechado e restrito mundo das elites e buscando, cada uma a sua maneira, o envolvimento e legitimação popular na vida política. Daí a necessidade de uma *formação das almas* republicanas que viriam a compor esse amplo consenso.⁸⁵

O extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, não poderia ser feito apenas por meio do discurso impresso, sobretudo em uma país majoritariamente analfabeto ou com baixo

⁸³ *O Século*, Lisboa, 17 de outubro, p. 1.

⁸⁴ “A Portuguesa”, nasceu como uma canção patriótica em resposta ao *Ultimatum britânico*, a letra foi escrita por Henrique Lopes de Mendonça e a música composta por Alfredo Keil naquele mesmo ano de 1900. Sendo desde cedo uma das identidades mais fortes do repertório simbólico dos republicanos, acabou por tornar-se o hino nacional após 1911.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. pp. 9-10.

nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais imediata, como as imagens (alegorias, símbolos), os mitos e, sobretudo, os ritos — que nada mais são do que a vivificação de um dado repertório simbólico-mitológico. O emprego de tais instrumentos era frequentemente inspirado no jacobinismo e positivismo franceses, e não acidentalmente *A Portuguesa* seria uma espécie de *La Marseillaise* lusa; e o barrete frígio e a figura de Marienne figuram entre os símbolos propriamente nacionais na disputa em torno da definição do panteão cívico do novo regime.⁸⁶ A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, de redefinição de identidades coletivas. Não por acaso a Revolução Francesa, em suas variadas fases, fora um exemplo clássico da tentativa de mobilizar os sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um *novo homem*. O destacado teórico e orador da Revolução, Conde de Mirabeau, teria dito que não basta mostrar a verdade, era necessário fazer com que o povo a assimilasse, mais do que isso, a amasse e, por isso, a educação pública é sempre um dos pilares do programa republicano. Em 1792, a seção de propaganda do Ministério do Interior francesa tinha exatamente o nome: *Bureau de l'Esprit*.⁸⁷

Assim, o cortejo de Reis e Bombarda seguia um rico protocolo de implicações ideológicas e políticas. Pelas ruas, podiam-se ver estandartes das diversas coletividades e instituições que se faziam representar. A organização *in loco* esteve a cargo de associados dos Centros Republicanos, seguiam-se as forças militares, ocupando posição de destaque os soldados e os marinheiros revolucionários; depois, caminhavam as escolas, as associações de classe, a Maçonaria, representantes do poder municipal e do Governo, e, finalmente, os populares.⁸⁸ A procissão mais parecia uma parada da vitória, pois fazia desfilar os símbolos e representantes das forças sociais e políticas que haviam alimentando a contestação ao *establishment*, agitando as massas, e que, a pretexto da morte das duas lideranças, estavam empenhados em legitimar popularmente a revolução.⁸⁹ “*E a imensa massa humana não cessa de crescer, de*

⁸⁶ Prosseguia o autor: “*Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos. [...] A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.*” Ibidem, p. 10.

⁸⁷ Ibidem, p. 11.

⁸⁸ *O Seculo*, Lisboa, 17 de outubro de 1910, p. 2.

⁸⁹ CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*. Coimbra: Minerva, 1999. p. 168

*invadir tudo, de tomar os passeios, de se entrincheirar em toda a parte onde pode encontrar um abrigo que lhe permita assistir ao desfile do mais imponente cortejo cívico que se tem realizado em terras de Portugal”*⁹⁰.

Por volta do meio dia, começam a chegar à região da Rotunda. Ao centro do passeio davam-se as últimas demãos de tinta no imenso catafalco — em forma de triângulo, na invocação de simbolismo maçônico — que se erguera especificamente para a celebração. A grandiosidade de tal estrutura efêmera, projetada pelo arquiteto oficial Alexandre Soares, conforme a descrevem os registros⁹¹, não deixava a desejar a tradicional celebração barroca das solenes exéquias dos monarcas ibéricos, outrora comemoradas nas mais diversas partes do império.⁹² O que trazia também neste aspecto a manifesta continuidade de alguns costumes e tradições, o que no âmbito do imaginário social é também parte constitutiva dos processos dialéticos de ruptura, tanto para seu estabelecimento, como para sua manutenção. Não obstante, o culto em forma de uma religiosidade cívica procurava mobilizar signos de outra ordem.

Uma multidão heterogênea, o homem do povo, de coçadas roupas, lado a lado com o rico burguês, de casaca e cartola. A gente cidadina — mais apurada no seu andar e no seu vestir — caminha ombro a ombro com o homem altivo da província — de rosto tisonado e mãos calejadas.⁹³ Esta era imagem que se procurou reforçar naquele instante, e que nos chega até o presente: a confirmação do regime pela coletividade dos portugueses, pertencessem a que classe fosse, de todo Portugal.⁹⁴ O que em grande medida pareceu ter sucedido outras imagens constantemente evocadas neste intuito,

⁹⁰ *O Seculo*, Lisboa, 17 de outubro de 1910, p. 2.

⁹¹ “O pavilhão é um corpo de quinze metros de largura por trinta de altura, encimado pelas armas da cidade e pela bandeira republicana, cercado em panno negro circundado no alto, por fóra, de sanefas em lhama de oiro. No interior, partem do vertice da nave para os lados dos angulos largas fitas verdes e vermelhas e pelas pilastras colchas de seda das mesmas cores recortam-se em novos symbolos maçonicos. Ao centro, em linha quebrada, aprumam-se, guarnecidas de velludo, as duas eças destinadas ás duas urnas, sobrepujadas por uma columna que um busto em marmore, da Republica, saindo de uma enorme corôa de dhalias e rosas, remata. E’ o que ha de mais despretencioso e simples, mas é o que melhor podia impôr-se á descommunal e estranha perspectiva de que é o centro.” Ibidem, p. 2.

⁹² SMITH, Robert. Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. 21, 2ª série, n. 1, 1955, pp. 123-156. Cf. tb. VARELA, Javier. *La muerte del rey. El ceremonial funerario de la monarquía española (1500-1885)*. Madrid: Turner Libros, 1990. p. 13 et seq.

⁹³ “Não resta um palmo de terra, um portal, uma janella, um telhado, um miradouro, uma arvore de onde se alveje a Rotunda que não esteja pleno de povo. Que colossal amphiteatro bizarramente decorado e invulgarissimamente pleno de humanidade é n’esta hora a irradiação de linhas que veem convergir ao ponto em que nos encontramos. [...] Todas as embocaduras estão pejadas. De onde veio tanta gente, tanta que representa todas as classes na sua maior força? Tambem de fóra, porque Lisboa só não a podia dar.” *O Seculo*, Lisboa, 17 de outubro de 1910, p. 2.

⁹⁴ “O povo, este grande povo que soube redimir-se, rejubilava. Tambem elle ia viver por mais umas horas a redemptora vida dos heroes. Tambem elle, após o triumpho da sua soberania, era chamado a consagrar as instituições que com o seu generoso sangue fundara e regara no solo bendito da patria portugueza. E toda a cidade ardeu em dedicação pelo regimen novo, ao memso tempo que amargura a saudade intensa pelos que morreram — soldados humildes, ignorados populares, esse homem forte que se chamou Miguel Bombarda, esse patriota de rija tempera, de esforçado heroismo e intelligencia viva que se chamou Candido dos Reis.” Ibidem, p. 2.

referiam-se à ordem e cordialidade com que o povo assistia comovido as cerimônias⁹⁵, reiterando a forte presença de “forasteiros” de todas províncias⁹⁶.

Da Rotunda, partiram para o cemitério do Alto do São João — reduto perpétuo de liberais, progressistas e heróis nacionais, papel que divide com o Cemitério dos Prazeres, onde se encontram, por exemplo, Oliveira Martins, o próprio Cortesão e agora Mario Soares. Já era noite fechada e só uma pequena parcela da multidão restava junto ao campo santo, à medida em que se proferiam os discursos da inumação e que se somariam ao restante da oratória fúnebre de consagração da República. Braamcamp Freire, vice-presidente da Câmara Municipal, já havia pronunciado anteriormente, na Rotunda, que nos corações indeléveis dos portugueses persistiria a recordação daqueles dois nomes, como símbolos de patriotismo e fervor republicano. O ministro da Marinha, por sua vez, associaria o sacrifício do Almirante à abnegação de outros — como Antero de Quental, Elias Garcia, José Falcão — que por fervor patriótico e decepções mundanas acabaram por abreviar a própria vida.

Aos pés das sepulturas a figura do *grande homem* é evocada por António José de Almeida, membro do grande escalão republicano que mais tarde se tornaria presidente da nação. Este conceito — fundamental para compreender o pensamento desta época e a obra intelectual de boa parte de sua geração — serviria para afiançar que sujeitos históricos do porte de Reis e Bombarda representam a “*expressão culminante da sua raça e a cristalização deslumbrante da idéia de liberdade*” e que aquele momento deveria encerrar o período propriamente revolucionário da República.⁹⁷ Teófilo Braga, por sua vez, — com a certeza dogmática que lhe dava a ideologia positivista — afirmara que “*a morte é uma consagração. Ante ela apagam-se todas as imperfeições pessoais, todas as excellencias de character refulgem*”, mas que os ditos consagrados já tinham vencido a lei da morte porque viveram para o bem dos outros e da Pátria. Pelo que seus funerais deveriam ser sentidos como uma apoteose

⁹⁵ “A attitue do povo não pode ser mais ordeira e reverente [...] O povo de Lisboa continua a dar provas exuberantes da sua educação, de cordura e de civismo.” Ibidem, p. 2.

⁹⁶ “Os funerais dos dois intemeratos patriotas que hoje se realisam, devem revestir uma imponencia desusada, tão elevado é o numero de collectividades que n’elles toma parte e tão grande é a quantiedade de forasteiros que da provincia tem vindo para Lisboa, a fim de assistir a essas manifestações fúnebres.” *O Seculo*, Lisboa, 16 de outubro, p. 1. “E’ que a manifestação á memoria de todos os que morreram pela Republica não vae ser apenas privilegio dos lisboetas-patriotas intemeratos, indomaveis combatentes da liberade. Todo o paiz se lhe associa e n’ella toma a parte. Há, pelo menos, na capital, cincoenta mil provincianos. Com o seu concurso, esta epica jornada republicana será uma deslumbradora glorificação da revolução vencedora.” *O Seculo*, Lisboa, 17 de outubro, p. 2.

⁹⁷ *O Seculo*, Lisboa, 17 de outubro de 1910. p. 2.

ou, melhor dizendo, como “*o acto de incorporação dos seus nomes e da sua memória no Panteão dos que a morte não teve o poder de apagar*”.⁹⁸

Fora, portanto, o comparecimento da multidão e o clima de coesão que teriam sufragado o novo regime. Se os funerais foram o fecho do ciclo revolucionário, também prometiam significar “*a afirmação vigorosa de que a nação, numa magnífica e prometedora conjugação de vontades e numa solidariedade perfeita com as instituições novas, está disposta a realizar a obra notável da sua regeneração*”.⁹⁹ *Imortalidade e regeneração* — continuidade e ruptura —, esta incorporação subjetiva dos homenageados na memória coletiva dos portugueses, conforme sugeria explicitamente o discurso do novo presidente, transubstanciava-se no enaltecimento da República, agora exortada como momento refundador da própria Nação. Ou seja, a grande lição cívica que a imprensa republicana pretendia extrair dos maiores funerais civis até então realizados em Portugal era que a consagração pública dos heróis teria sancionado a revolução e, portanto, a República.¹⁰⁰

1.3 Jaime Cortesão, mocidade e engajamento político

Por esta altura, já havia desembarcado na capital o estudante de medicina Jaime Zuzarte Cortesão, somando-se aos milhares de “forasteiros” que teriam vindo acompanhar as cerimônias. Ali, aos 26 anos de idade, dar-se-ia seu verdadeiro batismo na vida republicana.¹⁰¹ Dias antes, quando das irrupções da revolução, encontrava-se na casa da família em São João do Campo, provavelmente trabalhando em sua tese de licenciatura, *A Arte e a Medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz* [sic], ou no primeiro livro de poesias, *A Morte da Águia*, que seria lançado naquele mesmo ano. Mais arte do que medicina, sua tese era a expressão de um movimento maior de combate ao positivismo e materialismo naturalista vigentes, e mais especificamente, à teoria da natureza mórbida e degenerada do *gênio* e da criação artística. O trabalho foi uma crítica sistemática à interpretação que José Tomás de Sousa Martins — destacado

⁹⁸ Ibidem, p. 2. Ver tb. CATROGA, Fernando. Op. cit., p.169.

⁹⁹ *O Seculo*, Lisboa, 17 de outubro de 1910. p. 2.

¹⁰⁰ CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 169.

¹⁰¹ “*Corri a Lisboa, assisti aqui aos funerais grandiosos, imponentíssimos, do almirante Cândido Reis e do Dr. Miguel Bombarda. Fiquei muito impressionado pela fé e pelo entusiasmo da massa republicana imensa que acompanhou os féretros.*” CORTESÃO, Jaime; CAEIROS; Igreja. Entrevista de Jaime Cortesão a Igrejas Caeiro no programa ‘perfil de um artista’. In: SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal*. Póvoa de Varzim: Fundação Eng. António de Almeida, 1993. pp. 337-353 (anexo B) p. 344.

médico da época — havia dado a genialidade do poeta Antero de Quental, e que exploraremos (minuciosamente) nos capítulos subsequentes.

Ao ter notícia dos levantes em Lisboa, Cortesão dirigiu-se de imediato à Coimbra para tomar parte dos acontecimentos. Por sua militância em defesa da causa republicana fora preso, passando a noite do dia 4 para 5 de outubro na cadeia. Foi a primeira de suas “não poucas” experiências de preso político, como narra em entrevista radiofônica ao programa *Perfil de um Artista*, transmitido ao vivo na noite de 14 de outubro de 1958 na Rádio Clube Português, e sob comando do também dissidente político (famoso ator e locutor português), Francisco Igrejas Caeiro.¹⁰²

E quando foi da implantação da República eu fui preso, na noite de 4 para 5, em Coimbra, porque tinha vindo da minha aldeia aos primeiros rumores da revolta para saber o que se passava. Iniciei nesse dia a minha carreira de prisioneiro político, que não é longa, mas não é muito pequena. Tive a surpresa de ser libertado de madrugada, ainda de noite, o que me fez logo adivinhar que a revolução republicana tinha vingado.¹⁰³

* * *

Nascido em 29 de abril de 1884 na vila de Ançã (conselho de Cantanhede), Jaime Cortesão ainda cedo desloca-se com a família para freguesia de São João do Campo, planície fértil cortada pelas águas do Mondengo, também esta nas imediações de Coimbra. Nas lembranças de infância o cenário dos campos alagadiços e da vida familiar misturavam-se à imagem de crescer em meio aos livros do pai.¹⁰⁴

Filho de Antônio Augusto Cortesão, que a par da profissão de médico, era professor na Escola Normal de Coimbra e um distinto filólogo. Tido em grande apreço por José Leite de Vasconcelos e tendo artigos publicados em amplas cadeias de jornais portugueses e brasileiros, foi autor de obras valiosas, nomeadamente, seus trabalhos

¹⁰² Esta entrevista é uma das poucas fontes diretas a informações biográficas de Jaime Cortesão. Sua transcrição está disponível em CORTESÃO, Jaime; CAEIROS; Igreja. Op. cit., pp. 337-353. Todavia, tivemos acesso ao registro fonográfico original em disco de vinil lançado em 1971 pela editora *Guildd da Música* gravadora *Sasseti & Cia. Ltda.* por comemoração do cinquentenário da *Seara Nova*, contendo as entrevistas de Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro e Antônio Sérgio àquele mesmo programa. O material foi recebido em doação pela Cátedra Jaime Cortesão/FFLCH-USP, que teve o zelo de digitaliza-lo e disponibiliza-lo em seu acervo. Ouvindo-o é possível perceber que alguns das respostas são na realidade lidas por Cortesão, o que denota a existência de um roteiro prévio, condição imposta pela censura para entrevistas transmitidas ao vivo, mas que neste caso não parece comprometer significativamente seu conteúdo. Mais recentemente o colega Roger Lee de Jesus, da Universidade de Coimbra, que vem se ocupando dos registros sonoros de Cortesão, publicou um opúsculo com nova transcrição mais fidedigna. CORTESÃO, Jaime; JESUS, Roger Lee. *Seguindo a voz de Jaime Cortesão*. Ançã: Patrimonium, 2016.

¹⁰³ CORTESÃO, Jaime; CAEIROS; Igreja. Op. cit., p. 344.

¹⁰⁴ “*Eu passei a minha mocidade num período de paz em Portugal, na época do rotativismo liberal, época de paz, de intimidade em que havia vida de família e de famílias. E recordo-me de festas campestres, de piqueniques de aldeia, de passeios no rio, nas inundações dos campos de Coimbra, coisas que me foram muito agradáveis.*” Ibidem, p. 340.

sobre gramática e o *Dicionário Histórico da Língua Portuguesa*, acabaram tendo alguma projeção no meio letrado. A primorosa biblioteca¹⁰⁵ de que era possuidor, o exercício da medicina, mas, sobretudo, os trabalhos de filologia em que se empregava nos momentos que a clínica lhe permitia, viriam sensivelmente inspirar as escolhas futuras do filho.

Da mãe, Norberta Cândida Zuzarte — cujos biógrafos pouco falam — teria herdado a veia poética. Cortesão diz guardar dela as melhores recordações, como eram também afetuosas as lembranças que trazia das duas irmãs. Teve ainda um irmão mais novo, Armando Cortesão, que seguirá seus passos tornando-se eminente historiador da cartografia portuguesa, embora viesse a compor campo político oposto.¹⁰⁶ Fora ainda nesse contexto que começa a conviver com a prima, Maria Carolina, com quem mais tarde viria a casar-se.¹⁰⁷

Na adolescência, foi educado num colégio em Coimbra que lhe deixou as piores impressões.¹⁰⁸ Ao terminar o liceu, matricula-se em 1898 na Universidade de Coimbra, onde cumpre com distinção o primeiro ano de Grego do curso de Teologia. Numa fase de indecisão, comum ao início da vida acadêmica, cursa algumas disciplinas das faculdades de Filosofia e Direito¹⁰⁹. Embora revelasse notável aptidão para o desenho — declaradamente sua primeira manifestação artística — e interesse pelas Belas-Artes, sente-se cooptado pela perspectiva liberal de intervenção, a que se juntava seu dom da oratória. Provavelmente, a ideia de uma voz consciente, que apoiada na formação jurídica, pudesse erguer-se a serviço da justiça e do bem comum atraía o jovem idealista. Decide então pela carreira do Direito, da qual desiste ao final de dois anos, em larga medida pelas duras discordâncias que nutria contra à cultura coimbrã e às condições pedagógicas daquela instituição.¹¹⁰

¹⁰⁵ Para além da já citada entrevista, no prefácio de sua tese de licenciatura já fazia referência a importância do acervo paterno para o desenvolvimento daquele trabalho. Cf. CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medicina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. pp. 6-7.

¹⁰⁶ Ver LOURENÇO, Miguel Rodrigues. Armando Cortesão. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (coord.) *Leitores de mapas. Dois séculos de História da Cartografia em Portugal*. Lisboa: BNP; CEG; CHAM, 2012. pp. 137-149.

¹⁰⁷ CORTESÃO, Jaime; CAEIROS; Igreja. Op. cit., p. 340 et seq.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 350. Não sendo talvez a mesma instituição em que cursara seu ensino secundário, existe hoje no centro de Coimbra (nas dependências do antigo complexo do Mosteiro da Santa Cruz) a *Escola Secundária de Jaime Cortesão*, rebatizada após o 25 de Abril de 1974, o antigo patrono era justamente Sidónio Paes. No Brasil Cortesão também dá nome a uma escola estadual de ensino fundamental, localizada na Vila Carrão, município de São Paulo.

¹⁰⁹ Cf. Matrículas e frequências de Cortesão na Universidade de Coimbra e nas Escolas Médico-Cirúrgicas do Porto e de Lisboa. Em TRAVESSA, Elisa. *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)*. Porto: Asa, 2004. p.267 (apêndice I).

¹¹⁰ SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. Op. cit., p. 19. e SARAIVA, Ricardo (pseud.). *Jaime Cortesão: subsídios para sua biografia*. Lisboa: Seara Nova, 1953. p.11.

Tendo-se há muito esvaído os avanços da reforma pombalina e o alcance da legislação liberal, a Universidade de Coimbra parecia novamente presa sob o torpor conservador das velhas tradições que em nada correspondiam ao anseio de boa parte dos jovens que por mais uma vez agitaram suas longas capas negras em protestos por um alvo futuro para Portugal, no mesmo pátio em que quatro décadas atrás havia se rebelado a geração de Antero, originando seu conhecido *manifesto*¹¹¹, e, posteriormente, a enorme repercussão da *Questão Coimbrã*, que mobilizou parte nuclear do grupo que daria na *Geração de 70*. Inspirado por seus predecessores, Cortesão, insatisfeito com o autoritarismo dos lentes e com a obediência servil e favoritismo de alguns estudantes, decide abraçar novos horizontes.

Na mesma Universidade, matricula-se nos preparatórios de Medicina. O fascínio pela profissão paterna, encarada como um sacerdócio, parecia ser uma alternativa mais direta para contribuir com a sociedade. É o que costuma endossar os biógrafos, e expressa uma das visões que próprio Cortesão remete ao papel social do médico.¹¹² De toda forma, não se deve ignorar que a dificuldade em se decidir por uma carreira correspondia, muito provavelmente, às inquietações subjetivas de um jovem permanentemente solicitado nas mais variadas direções, com grande pendor pelas Artes, mas também uma renovada fé na Ciência, e o papel social de ambas. Sem se desconsiderar a questão fundamental da emancipação econômica, que nunca deixaria de ser uma preocupação.¹¹³ No ano de 1905, matricula-se então na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

O Porto e seu papel determinante nos primeiros passos de sua trajetória intelectual será abordado alhures, mas de fato o ambiente arejado da capital nortenha e de seu meio literário e político cativaram o futuro médico e jovem militante. Vemo-lo, com efeito, tomar parte na direção da famosa greve acadêmica de 1907 contra a ditadura de João Franco. No mesmo ano, passa a figurar como integrante de grupos

¹¹¹ QUENTAL, Antero de. *Manifesto dos estudantes da Universidade de Coimbra á opinião illustrada do paiz 1862-1863*. Barcelos: Tipografia Aurora do Cávado, 1986.

¹¹² “Se alguém há que pelo seu mister, esteja tão chegado à Vida, tão perto dos seus segredos, tão misturado aos seus mais profundos movimentos, para que nele encontre um contínuo, poderoso e sempre renovado estímulo da imaginação, da inteligência, ou do sentimento que o leve a produzir as máximas obras — esse é o médico. Espectador forçado dos dramas do homem, guia, e ao mesmo tempo consolador e confidente, assistindo assim às suas mais aflitivas dores e aos seus mais nobres e legítimos desesperos, às suas misérias e contingências, aos seus crimes e sublimidades, palpando por assim dizer os mais fundos instintos e irreduzíveis elementos da sua natureza, ninguém há como ele em melhores condições para tentar os grandes trabalhos de alcance social e educativo.” CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. P. 21.

¹¹³ Cf. *Cartas manuscritas de João de Figueiredo falando acerca da tese de licenciatura em medicina de Jaime Cortesão (1910)*. BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, Cota: E25/505-511. Ainda retomaremos este aspecto.

acadêmicos de tendência anarquista com outros vultos da intelectualidade portuense.¹¹⁴ Filia-se então ao Partido Republicano, onde seria uma espécie de ponte-de-ligação entre os republicanos do Norte e as lideranças do Sul do país. Em seguida ao *Regicídio* (1908) viaja a Lisboa e é justamente recebido pelo Dr. Bernardino Machado, como se pode depreender de seu próprio testemunho.

Conheci-o em 1908, dois ou três dias após o regicídio. Eu era àquele tempo estudante de medicina no Porto; e, como tal, estabelecia ligação entre a parte mais combativa da academia e o comitê que preparava no norte a revolução republicana, prestes a eclodir. O inesperado ato de violência e desespero lançara a hesitação entre os dirigentes republicanos do Porto. Nessas circunstâncias, fui comissionado para, à sombra da minha mocidade anônima, ir a Lisboa indagar dos dirigentes o que pensavam fazer, e se tencionavam ou não aproveitar a confusão que o atentado lançara entre os monárquicos. Chegado à capital, encontrei quase todos os chefes republicanos presos ou inibidos pela estreita vigilância policial. O único a quem consegui ouvir foi Bernardino Machado. Morava ele então à rua São Bernardo, onde me acolheu, por volta da meia noite, com aquela simplicidade afetuosa do professor, habituado a fazer dos alunos, camaradas. Nada de dogmático ou empertigado. Era o mesmo homem do retrato de Ramalho, apenas um pouco retocado, pelo tempo e pelos tempos. O corte do cabelo rente realçava-lhe a fronte poderosa; a sarça das sobrancelhas negras dava mais brilho ao olhar penetrante; mas no rosto de traços finos, emoldurado pela barba, o sorriso da sua bonomia habitual não conseguia disfarçar as graves inquietações pela hora que passava.

Sai de sua casa cerca das quatro da madrugada, com uma inexprimível impressão de embaraço, em que se debatiam a admiração pela sua forte personalidade e a reação de estranheza às suas idéias, então tão diferentes das minhas. Durante aquelas longas horas empenhou-se em convencer-me, para que eu, por minha vez, persuadissemos os dirigentes portuenses, a que não pensassem por então em violências e, ao contrário, se preparassem por uma propaganda intensa para as próximas eleições. Não só, em seu entender, os republicanos não dispunham dum chefe militar de grande prestígio, mas supunha necessário completar a revolução nos espíritos. Assim o vi e o ouvi através da sua vida e até ao dia em que nos despedimos pela última vez, procurando convencer pela palavra e não pelas armas, e proclamando sempre o respeito pela personalidade alheia, a tolerância com as opiniões contrárias e a supremacia da consciência livre sobre a violência e a fôrça bruta.¹¹⁵

Trata-se de uma passagem de *O Elogio Histórico de Bernardino Machado*, publicado por Cortesão um ano após a celebração póstuma que se prestou a 17 de junho de 1944, no Rio de Janeiro pela Liga da Defesa Nacional (grupo de exilados portugueses e simpatizantes da causa democrática). Foram convidados para oradores José Lins do Rego e Jaime Cortesão, a quem coube escrever o encômio acerca da figura

¹¹⁴ LOPES, Oscar (coord.). *Jaime Cortesão*. Lisboa: Arcádia, 1962. p. 9. e CASTRO, José A. Jaime Cortesão e a cidade do Porto, *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória —Homenagem a D. Domingos de Pinho Branca*, Braga: A.C litografia, 2002, v. 1. pp. 95-105.

¹¹⁵ CORTESÃO, Jaime. *Elogio histórico de Bernardino Machado*. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1945. pp.16-17.

do antigo chefe e presidente republicano¹¹⁶, sendo um dos raros registros de sua entrada na vida política nacional e do contato com as antigas lideranças republicanas. Outro registro deste encontro também pode ser lido nas agudas memórias de Raul Brandão que, como muitos, atribui a Bernardino o imobilismo dos setores progressistas frente ao regicídio e descreve a chegada de Cortesão para tentar persuadir, e ser dissuadido, pelo velho ministro.¹¹⁷

Considerando as limitações históricas do arbítrio de um único indivíduo frente a uma ampla conjuntura dos fatos, acusa-se mesmo ter pairado sobre a pessoa de Bernardino a decisão de não tomar imediatamente o poder via golpe militar, logo após o assassinato régio; tendo este avaliado que o povo ainda não dispunha da conscientização necessária para assentar um sistema democrático.¹¹⁸ Ao arrepio disto, viria o ano de 1910, acabando o período apenas da propaganda e abrindo-se a era constitutiva de alargamento dos projetos democráticos. Bernardino Machado, Cortesão e muitos outros deixam de estar apenas nos bastidores da luta política, vindo a assumir a ação direta na vida institucional na nova República, e posteriormente no combate ao fascismo. Onde aquele acabaria por tornar-se uma espécie de mentor intelectual deste, além de seu companheiro no exílio e na prisão, por mais de uma vez.¹¹⁹ Instaurado o novo governo, tudo indica que a necessidade e o desejo de estar mais próximo do núcleo de decisão — e efervescência — política fez com que, mesmo já inserido no

¹¹⁶ SARAIVA, Ricardo. SARAIVA, Ricardo (pseud.). Acerca de algumas figuras republicanas, *Seara Nova*, Lisboa, novembro de 1952, a. XXXII, n.1264-1265. pp.165-175. p.166.

¹¹⁷ “*Quem impediu que a revolução se fizesse no dia do assassinato de D. Carlos foi o Bernardino Machado [...] no Paço, depois do regicídio, estavam receosos, os republicanos não tinham menos medo. Logo a seguir ao atentado o Jaime Cortesão veio a Lisboa delegado por vários grupos do Norte, que reclamavam a revolução imediata. Trazia um bilhete para o Bernardino Machado, e foi à noite ao [sede do jornal] Mundo procurá-lo. No Mundo miravam-no de alto a baixo desconfiados, e levaram-no para uma sala onde havia muitos letrados, neste gênero: ‘Cuidado com os bufos! Fora os bufos!’; etc. Debalde ele apresentou o seu cartão. Não lhe apareceu ninguém. Foi dali bater à porta dum republicano, muito do Afonso Costa [sic], que não lhe abriu; falaram-lhe a medo por uma gradinha. Por fim lá se decidiu a ir à rua de S. Bernardo e esteve quatro horas com o Bernardino, que, depois de o ouvir, lhe disse: — Revolução!? Mas para se fazer uma revolução é preciso um general montado num grande cavalo, um Saldanha que se ponha à frente das tropas e as arraste... E conclui: — Sabe que mais? Diga aos nossos amigos do Porto que se vão preparando mas é para as eleições.*” BRANDÃO, Raul. Op. cit., pp.304-305.

¹¹⁸ Assim narra o filho do líder republicano: “*O governo temia um golpe revolucionário para aquela noite. Na casa de S. Bernardo [residência de B. Machado] enconstravam-se ainda, quando ali chegámos, alguns vultos políticos, discutindo acaloradamente. Havia duas correntes: uma que preconizava a acção revolucionária imediata, aproveitando a surpresa e perturbação produzidas pelo atentado; outra, moderada, que, repudiando qualquer solidariedade, mesmo aparente, com os autores do regicídio, não julgava conveniente e político, naquele momento, um movimento armado. Prevaleceu esta última opinião, não sem um acalorado e por vezes violento debate. Lembramo-nos que, em certa altura, Machado Santos queria a todo o transe sair para a rua a sublevar os seus marinheiros, num ataque isolado aos quartéis da Guarda. Prontificávamo-nos já a ir buscar o automóvel pedido, quando os mais sensatos o conseguiram demover daquela loucura.*” MACHADO, Antonio. *Bernardino Machado: memórias*. Porto: Figueirinhas, 1945. p.199.

¹¹⁹ Cf. CORTESÃO, Jaime. *Elogio histórico de Bernardino Machado*. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1945, passim.

ambiente intelectual e acadêmico do Porto, Cortesão optasse por terminar sua formação na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, transferindo-se para a capital.

1.4 O novo regime, a questão nacional e o *horizonte de expectativa* intelectual

Assim como a epígrafe que abre este capítulo, o editorial de João Prudêncio — publicado no mesmo quinzenário¹²⁰ — é uma boa forma de nos encaminharmos para sua conclusão, procurando reter a circulação e o sentido que palavras como *revolução*, *república* e *história* iriam ocupar no discurso e imaginário sociais da época.¹²¹ Em realidade, toda uma constelação de conceitos que até o momento ocupava mais os romances e ensaios históricos, certos textos de opinião e, timidamente, algumas páginas de jornais, se tornam tópicos constantes da ampla agenda republicana. Quando liberais e socialistas utópicos se reuniram nas *Conferências do Casino* de Lisboa, na primavera de 1871, queriam despertar uma crise geral na consciência nacional.¹²² Investida pretensiosa que foi interrompida — como veremos —, mas que despertou, ao menos, uma crise de consciência em parte da *intelligentsia* portuguesa, que desde então se autoatribuía, com mais afinco, o compromisso de um projeto de nação.¹²³ Caberia agora, aos filhos da República, darem vida àquelas ideias e a este projeto, transformando-o em *programa* de Governo.¹²⁴

Dessa forma, Prudêncio (que era na verdade pseudônimo do jornalista Alfredo de Mesquita Pimentel) parece resumir o sentimento de toda uma época. Escreve que

¹²⁰ *Occidente*, Lisboa, 30 de outubro, v. XXXIII, n. 1146. p. 242.

¹²¹ Aliás, uma história social dos conceitos é parte fundamental do método que procuramos utilizar neste trabalho, bem como à toda a investigação que se atenha a esfera da circulação das ideias. “*Desde que a sociedade atingiu o desenvolvimento industrial, a semântica política dos conceitos envolvidos no processo fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje. É só pensar na mudança de significado e de função do conceito de ‘revolução’, que na origem apresentava uma fórmula modelar do possível retorno dos acontecimentos. Entretanto, o sentido do termo foi reformulado, passando a indicar um conceito teleológico de caráter histórico-filosófico, a par de uma segunda e nova significação como conceito de aplicação política, tornando-se, segundo nosso ponto de vista, o indicador de uma alteração estrutural. Neste caso, a história dos conceitos torna-se parte integrante da história social. A isso se segue uma exigência metodológica mínima: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então.*” KOSSELECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p.103. Ainda, sobre o que entendemos desta relação entre ideologia, discurso e imaginário social, recomenda-se ANGENOT, Marc. Prefácio; *El discurso social. Los límites históricos de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009. pp.13-18; pp. 21-91.

¹²² Ver MEDINA, João. *As conferências do casino e o socialismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

¹²³ Cf. BAPTISTA, Jacinto. *Para a psicologia da revolução* In: Op. cit., pp. 19-98.

¹²⁴ A ideia de *programa político* em Portugal, é ainda anterior a este momento, vindo desde período liberal na primeira metade do XIX, como demonstra Jorge Borges de Macedo. MACEDO, Jorge Borges de. O aparecimento em Portugal do conceito de programa político, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XIII, v. 2, 1971, pp. 375-423.

durante séculos se tinha ensinado ao povo português a lição da sua História como “melopéa de saudades” e que, durante séculos, padecia o peito lusitano ao se vergar sob os grandes feitos da crônica de Portugal perdidos nas páginas amareladas de um passado longo. Indignava-se, “*pois seria possível que tanta fé, tanto valor, tanta grandeza d’Alma [...] com a prodigalidade de todos os sacrifícios augustos, se tivessem perdido para sempre?*”

Ao culpabilizar o ensino “beato e triste”, que teria arrancado da alma portuguesa todo o estímulo de rejuvenescimento, afirma que por longos anos de provação uma palavra apenas se ouvira: paciência. De todas as virtudes cristãs, que deveriam revigorar a fé na confiança de melhor futuro, só aquela — a da resignação — se espalhava pelas escolas, era pregada nas catedrais, pronunciada nos parlamentos e publicada nos jornais, amordaçados pela censura. Conclui, assim, que na miséria moral dos que se deixavam esmagar pela doutrinação e o abandono da História, Portugal seria para todo o sempre a entidade passiva e acanhada que o estrangeiro subestimava. E a questão da *História nacional* e o *topus da decadência*¹²⁵ passam a ser novamente tópico central do discurso de renovação política.

O papel que distribuamos a nós mesmos era o de sebastianista arruinado e mendicante, dando-se por muito satisfeito quando, em troca do seu mobiliário antigo e precioso, conseguia obter algumas moedas regateadas pela rapina e ridas pela usura. Quem estudasse, em todas as bibliothecas se possível fôsse, o pensamento predominante da crítica moderna sobre a vida geral dos povos, veria saltar, a toda a evidencia de um asserto unanime, insistente, a immensa magoa da nossa decadencia, em face do peso immenso e subjugador da historia, esmagando, queimando, destruindo toda a esperança numa vitalidade nova, toda a ousadia de uma fé mais pura, mais fertil, mais vermelha de sangue altivo e conquistador.¹²⁶

Acusa ainda a docilidade com que se curvava o país perante às demais nações¹²⁷, quando a “diplomacia dos fortes” impunha sua ambição imperialista frente à incapacidade na manutenção dos seus domínios. Numa clara alusão ao *Ultimatum* de 1890, prossegue defendendo o lugar ocupado por Portugal na empresa colonial — antiga e contemporânea — sem tergiversar ou preocupar-se em esconder os mais típicos argumentos e preconceitos da afirmação de seu *papel civilizador*¹²⁸, indagando

¹²⁵ Ambas serão exploradas nos capítulos seguintes.

¹²⁶ *Occidente*, Lisboa, 30 de outubro, v. XXXIII, n. 1146. p. 242.

¹²⁷ Outro tópico recorrente, mesmo em Cortesão. Cf. CORTESÃO, Jaime. “A nossa representação no Congresso de Londres”, *A Vida Portuguesa*, Porto, 1 de setembro de 1913, n. 17, pp. 129-130.

¹²⁸ “*Como chegaria, um dia, o pariah da Índia ao goso inteiro da sua personalidade, tal como a estatuiu a filosofia social contemporânea, se elle continuasse a ser um vadio, senão um salteador, nas mãos dos portugueses? Quasi faria do negro uma creatura aproveitavel, para si e para os outros, se o protugês não tinha dinheiro, nem força,*

como seria possível a um povo morrer sob o esplendor de tamanhas façanhas. Mesmo que soe estranho aos critérios atuais, vale reiterar que o posicionamento da maior parcela da intelectualidade portuguesa era pela manutenção dos territórios e legado colonial ultramarino. O que só irá se tensionar de fato mais tarde, ao longo das disputas ideológicas entre Estado Novo e oposição democrática: seja pelas diretrizes dos comunistas no apoio às lutas de libertação nacional, seja pela conformação de uma opinião pública internacional crítica ao colonialismo. Ou ainda mesmo, pelo efetivo fracasso nas Guerras Coloniais, que culminariam na crise que leva ao fim do regime em abril de 1975.¹²⁹

“*Vagavamos á tóa, desnorteados, no mar tenebroso dos problemas nacionaes, mais profundamente vago, mais carregado de perigos e de sombras do que aquell’outro mar, ousadamente sulcado e descoberto pelos nossos navegadores.*” Agarrado à metáfora da navegação — e consequente idealização dos *Descobrimentos*, como *idade dourada*, outro tópico bastante comum — sugere que aquilo que os teria faltado desde então era uma “estrela-guia”, que colocasse Portugal no rumo de sua grandeza. Mais uma vez, retomava-se o velho sentimento lusitano do declínio de sua experiência histórica, que teve como apogeu a fase da expansão marítima. Nada de novo no fronte.

Eis que surge um momento no texto que podemos observar alguma — ainda que sutil — ruptura com os discursos habituais. E suas palavras ganham nova tônica, parecendo-se cada vez mais com aquilo que se leria nas páginas dos jornais e das revistas de ideias que marcaram a intelectualidade e opinião pública das décadas seguintes. Talvez um real conhecedor da cultura política de fins do XIX e início do XX em Portugal censurasse esta nossa compreensão. Mas, na dialética constante entre *ruptura/continuidade* na história, cada vez mais evidente numa História das ideias que procura fugir as armadilhas de uma excessiva polarização é, de fato, tarefa quase impossível querer se estabelecer um marco divisor. Mas a nós, que temos um conhecimento limitado do assunto, e uma leitura não tão abrangente das fontes primárias¹³⁰, podemos observar que, para além do tradicional pessimismo literário e a avaliação crítica da decadência portuguesa e ibérica, o novo momento político propicia

nem religião, nem vontade de o trazer para a comunhão das regalias modernas?” Occidente, Lisboa, 30 de outubro, v. XXXIII, n. 1146. p. 242.

¹²⁹ Sobre o 25 de Abril de 1974 (a *Revolução dos Cravos*), ver SECCO, Lincoln. Parte II – rupturas e permanências; Parte III – destinos coletivos. In: _____. Op. cit., pp. 115-178; pp. 179-262.

¹³⁰ Muito embora, como já falado na *introdução*, o estágio de pesquisa em Portugal possibilitou o acesso ao menos a uma parte deste vasto repertório de circulação de ideias, expressões e projetos políticos, que de outra forma nos chegaria somente por biografia secundária.

uma análise mais propositiva. Não que os antigos intérpretes não propusessem cada um a seu termo as causas e possíveis saídas para aquele diagnóstico de crise nacional, mas agora os projetos de futuro de fato pareciam estar ao alcance dos homens, o otimismo queria prevalecer.

Assim questiona-se Prudêncio: onde encontrar a “antiga fibra heroica” que moldará este futuro? Perdida em meio ao maquiavelismo das relações modernas, soterrada pelo ensino jesuítico alienante ao pensar. De onde surgiria tábua salvadora? Na cobiça estrangeira? Na finança pouca? No comodismo? Na indústria que mal possuíam? Nas artes ou na filosofia que mal concebiam? Etc.

Collámos então o ouvido ao coração da patria, e auscultámos o puro rumor sagrado da alma portuguesa. A salvação devia estar ali. Não se amoldava a nossa consciência com a ameaça de que a nacionalidade teria de morrer de todo. A obra do heroísmo não poderia ser mantida senão pelo heroísmo. A grandeza de um povo não pôde ser sustentada senão pelo consagraimento do seu espirito historico.¹³¹

Ou seja, não mais o passado — naquilo que Marx considerava *o peso da tradição* — deveria reger o destino de Portugal, no inexorável fatalismo e permanência de suas instituições seculares e milenares. Mas sim o presente, de forma ativa e consciente, deveria buscar numa outra leitura desse passado, aqueles valores que de fato pretendiam projetar na construção de sua nova realidade. O que também não era novo nem particularidade portuguesa¹³², mas que naquele contexto ganha contornos tão específicos que se tornam praticamente um lugar obrigatório de observação a todo aquele que queira entender a dimensão do discurso histórico no Portugal contemporâneo — e, por conseguinte, a obra de Jaime Cortesão e de sua geração.

Espécie de chave interpretativa disso que procuraremos mostrar, note-se a mobilização de termos como de *herói/heroísmo* e *espírito histórico* atrelados àqueles já referidos (revolução, república, história). Numa era aberta há pouco mais de um século por revoluções burguesas e prestes a eclodir na conflagração socialista de 1917, reconhece-se cada vez mais a história como fruto da agência humana, do amplo coletivo dos homens, não mais o mero cumprir da providência divina ou do arbítrio e vontades de reis e ministros. Nesse sentido, a ideia de *herói* e suas variantes, passa a

¹³¹ *Occidente*, Lisboa, 30 de outubro, v. XXXIII, n. 1146, p. 243.

¹³² Recordemos a conhecida passagem de Karl Marx: “*A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada [...]*.” MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, (Coleção *Os pensadores*) v. XXXV, pp.329-404. P. 329.

figurar não apenas como atributo especial de alguma entidade singular, mas como virtude coletiva — o *gênio nacional*¹³³ — de um *povo, raça, grei*. E, que mesmo quando representada em um indivíduo, nada mais era do que a legítima manifestação deste espírito coletivo, expressão máxima deste *Zeitgeist*, do *espírito de uma época*.

Daí, deriva este projeto que Cortesão chega a referir-se, justamente, como “ressurgimento heroico de Portugal”.¹³⁴ Com o povo agora como sujeito/protagonista frente às demandas da modernidade, não se furtariam, todavia, em buscar num passado idealizado a essência e o sentido da força que desencadearia, não a *formação* da nacionalidade — como no paradigma brasileiro — mas a sua *reforma*ção, seu *ressurgimento*. Claro que estes mesmos termos, além de não serem exclusividade portuguesa, tampouco constavam apenas nos discursos de democratas e progressistas. O resgate às supostas virtudes de uma *idade de ouro*, como se sabe, foi base constitutiva da ideologia de regimes fascistas e surtos nacionalistas que emergiram nas décadas seguintes. Esse *mito das origens* ou, retomada de um passado heroico, prestava-se muito bem na constituição dos nacionalismos acrescidos de valores ufanistas (conservadores e beligerantes) também em torno da consolidação do território e hegemonia da própria nação. Logo, contra às demais nações, fosse na disputa geopolítica por espaços e influência econômica nas antigas e novas colônias em África e no Oriente, fosse dentro da própria Europa.¹³⁵ Não à toa, tais ideologias serviram como substrato ideal no qual brotariam e desencadear-se-iam os conflitos de interesse que levaram às duas Guerras Mundiais.

Neste sentido, o *horizonte de expectativa* intelectual vai projetar na República portuguesa o *espaço* pleno da realização de seus anseios e programa político; espaço esse de construção coletiva, do *ressurgimento* e dignificação da nação.¹³⁶ No qual, o intelectual engajado atua frontalmente na *mediação* entre aquilo que acreditava ser o melhor para o destino pátrio e sua efetiva realização no plano político e social. Não como o déspota esclarecido de outrora — figura compreensivelmente tão comemorada na pessoa do Marquês de Pombal, pelos republicanos e opositores do salazarismo —,

¹³³ VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1999. p.167.

¹³⁴ CORTESÃO, Jaime. Prefácio a modo de memória. In: _____. *O infante de Sagres: drama épico em IV actos* – 4ª ed. Lisboa: Maranus, 1960. pp. s/n. p. s/n.

¹³⁵ Ver VILAR, Pierre. El apogeo de los ‘nacionalismos’, y la aparición del ‘imperialismo’: crisis y controversias em 1905-1913. In: _____. Op. cit., pp. 173-175.

¹³⁶ *Horizonte de expectativa e espaço de experiência* são conceitos já bastante comuns (até mesmo vulgarizados) no campo dos estudos historiográficos. Tendo uma origem no pensamento alemão do XIX (Herder, muito provavelmente), tornaram-se populares a partir da obra de Reinhart Koselleck. Cf. KOSELLECK, Reinhart. ‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’ In: _____. Op. cit., pp. 306-327. Cf. tb. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. pp. 39-40. Embora neste momento passemos apenas de relance, julgamos pertinente seu uso para este caso.

mas, realizando a fundo o escrutínio dos problemas nacionais, denunciando-os, buscando soluções e mobilizando amplos setores da população em um interesse uníssono e comum. Era de fato o modelo do intelectual zolaniano.¹³⁷

A questão nacional que emerge na contemporaneidade também opera com distinção em terras lusitanas. Tendo Portugal as fronteiras mais antigas da Europa (estabelecidas desde o século XIII) e uma composição étnica já bastante miscigenada e estabelecida desde a Idade Média, seus litígios não se assentavam em grandes disputas territoriais¹³⁸ (ao menos não dentro da Europa), de pertencimento cultural e linguísticos, como vários outros Estados tiveram que equacionar ao longo dos séculos XIX e XX (e que por vezes seguem sendo entraves em pleno século XXI). Mais do que a consolidação de um sentido de comunidade¹³⁹, tratava-se da criação de uma comunidade de sentidos: valores comuns, democráticos, que afiançassem os rumos do Portugal contemporâneo, tal como outrora as navegações e o comércio marítimo haviam definido seu pretérito.

É sob esta perspectiva que precisamos ler as considerações de João Prudêncio — e tantos outros — quando, por fim, sugere aos leitores resgatar “*a audacia do nosso pensamento, a energia do nosso braço, a altivez da nossa independência*” esquecida em dois séculos de “decadência” mas que se fazia novamente ouvir nos auspícios da República.¹⁴⁰ “*A consagração que o povo, o exercito e a marinha fizeram ao regimen acabado de implantar, foi ao mesmo tempo uma verdadeira apothese á memoria de dois homens, que sinthetisaram no seu esforço esta formidavel obra de rehabilitação do nome português.*” As palavras utilizadas pelo jornalista poderiam ser facilmente encontradas em qualquer veículo de propaganda republicana daquele momento em Portugal, no Brasil, ou nas colônias.

Refere-se ainda aos funerais dos dois valentes “caudilhos da revolução” pela imponência que revestiram e a significação moral que tiveram, “*pois não poderia encontrar-se melhor fôrma de render a homenagem collectiva da nação ao sistema de*

¹³⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. pp. 150-152.

¹³⁸ Exceto a *Questão de Olivença*, que segue em disputa, por mais que meramente simbólica entre os países ibéricos. Nos mapas oficiais impressos pelo exército Português, ainda hoje, a fronteira oeste do território naquela região aparece não traçada. Como nos demonstrou *in loco*, em visita de campo, o professor João Carlos Garcia, geógrafo da Universidade do Porto.

¹³⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

¹⁴⁰ “*Ahi o esta dizendo agora o entusiasmo de todo um povo soltando o grito de victoria que rebenta de todos os labios, expansão d’aquelle mesmo espirito audaz que se esparge e vibra por todas as paginas da chronica dos nossos heroismos; grito que é voz d’aquelle avatar, vestindo aço, que vem percorrendo os campos de batalhas onde se constituiu a nacionalidade portugêsa.*” *Occidente*, Lisboa, 30 de outubro, v. XXXIII, n. 1146. p. 243.

governo que a vontade popular impuzéra". E termina: "Se um sopro de alma pudesse perpassar de novo nos olhos para sempre serrados d'aquelles dois portugueses valorosos, com que desvanecimento elles veriam ali o começo da realização da sua obra libertadora!"¹⁴¹ Ou seja, reforçando a imagem dos heróis/mártires como expressão de um espírito coletivo.

* * *

Concluindo esta primeira análise — no que diz respeito aos marcos do nosso recorte temporal — é importante destacar que, ainda que tomemos 1910 como um ponto de partida, não se pode desconsiderar sua condição como um ponto de chegada. O culminar de inquietações sociais, projetos políticos convergentes e antagônicos, e toda ordem de fatores conjunturais lastreados sobre uma estrutura de longa sobrevivência em Portugal, cabeça de um império colonial, vendo-se agora obrigada por pressões internas e externas a recolocar-se num mundo cada vez mais competitivo e globalizado. Ao olharmos retrospectivamente, comparando com os demais casos do princípio do século XX, se o 5 de Outubro¹⁴² fora ou não uma *Revolução* propriamente dita, — seja pela fragilidade e breve sobrevivência do regime republicano, seja pela efetiva dimensão da participação popular, ou mesmo pelo sentido mais estrutural do conceito — importa-nos menos. Fora certamente o *ponto de chegada* de um longo processo; de uma conjuntura econômica e política falida, na incapacidade da monarquia em se opor à expansão da ideia de República como redentora dos males da pátria, como salienta Joaquim Romero Magalhães.¹⁴³

¹⁴¹ Ibidem, pp. 243-245

¹⁴² Interessante perceber que muito comumente a efeméride seja reconhecida como 'O 5 de Outubro', data oficial da proclamação, na referida obra monumental dirigida por Luís de Montalvor (pseudônimo de Luís Filipe de Saldanha Ramos), *História do Regimen Republicano em Portugal* (Ática, 1930) — cujo primeiro volume abre justamente com o *Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal*, de Jaime Cortesão —, o capítulo referente ao acontecimento, chama-se "O movimento revolucionário de 4 de Outubro e a proclamação da república". De autoria de Afonso de Bourbon e Menezes, polemista antimonárquico e próximo ao anarcossindicalismo. Interessante ressaltar a tônica desta obra que procura mostrar o empenho popular nos processo históricos, ou seja, que Portugal teria uma vocação democrática, republicana, com participação popular, desde a formação de sua nacionalidade, na Idade Média, que se confirmaria agora na República.

¹⁴³ Reforçara já o autor que "*A República concretiza-se nos primeiros anos do século, quando o regime monárquico se mostra exaurido e incapaz de conduzir e governar o País. Nada parece evitável do que lhe sucede em cascata de descabros. Um erro puxa outro, numa sequência que parece conduzir ao 5 de Outubro. Embora não se acredite em fatalidades. Mas a verdade é que a monarquia não soube ou não quis perdurar. D. Carlos 1º, O Ultimo, arriscou-se a uma ditadura, a pior das soluções, sem que se chegasse a perceber bem porquê. Disso decorre o final abrupto da sua própria vida. E os pouco mais de dois anos que se seguem não passam de um tempo de preparação para o partido republicano. E de um tempo de demonstração da absoluta impossibilidade da monarquia se tornar aceitável: dela se disse ser um regime 'incompatível com a dignidade e prosperidade da Nação.'* Vista na sua cronologia, a proclamação da República parece inelutável." MAGALHÃES, Joaquim Romero de. Op. cit., pp. 13-17.

No que tange a seu componente ideológico, resulta também de uma longa gestação que conduzir-nos-ia, pelo menos, até meados do XIX. Procuramos dar conta de algumas destas questões no capítulo 2, mas não custa antecipar — até por já havermos apontado — que no campo das manifestações literárias e do ideário político que abastecem o repertório finissecular, e mais tarde, os afetos republicanos, (quase) todos os caminhos levam à elite letrada da *Geração de 70*. Geração que obviamente não representava um pensamento único nem monolítico, cujo juízo e posições políticas de um mesmo autor alteravam-se completamente com o passar dos anos. Mas que tinha em comum a herança da *crise de consciência* do ideário iluminista europeu — nas suas especificidades ibéricas¹⁴⁴ — e que, portanto, configuraram no conjunto de suas ideias, o espaço oitocentista de opinião pública, pleno de antagonismos, mas condicionante dos desfechos próximos do país. Para muitos, uma “geração de ouro” formada sobre uma matriz ideológica socialista — ao gosto de Thierry, Fourier, Saint-Simon e Proudhon¹⁴⁵ — e positivista e republicana, não sendo um acaso, um de seus membros, Teófilo Braga, ter se tornado o primeiro presidente. Esta polifonia ideológica espelhou os posicionamentos de cada um dos elementos deste heterogêneo grupo, que ainda iremos explorar. Todos diferentes uns dos outros, mas portadores deste legado cultural e uma experiência histórica comuns.¹⁴⁶

Quanto aos funerais cívicos de Reis e Bombarda, que marcaram não só a consolidação da República como a entrada de Cortesão na vida política nacional, servimo-nos largamente da interpretação de Fernando Catroga. Não somente quando este analisa esta cerimônia, especificamente — na referida obra *O Céu da Memória*. Mas, também, naquilo que em trabalhos posteriores caracteriza como de uma *religião cívica*¹⁴⁷, que aqui não temos a oportunidade de explorar, mas que expressa muito bem o sentido daquele fenômeno. Dado o cariz violento da tomada de poder e a explícita relação da morte laica com a política, compreende-se que o novo Governo, através da imprensa, tenha recorrido a estes funerais como um *rito de passagem* (Van Gennep) que marcasse a transição e viesse plebiscitar o regime nascente. Os enterros seculares,

¹⁴⁴ A esse respeito, bem como as especificidades que o pensamento iluminista (e barroco antes dele) nas suas manifestações ibéricas vais reverberar nas américas, recomenda-se a leitura do capítulo oitavo da elucidativa obra de Rubem Barboza Filho In: BARBOZA FILHO, Rubem. Cap. VIII – Rupturas e independências. In: *Tradição e artifício. Iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro, UFMG; IUPERJ, 2000. pp. 357-444.

¹⁴⁵ HOBBSBAWM, Eric J. Três grandes utópicos: Owen, Saint-Simon, Fourier. IN: _____ (org.) *História do Marxismo. O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 1. pp. 45-53.

¹⁴⁶ Cf. PEIXINHO, Ana Teresa. Op. cit.

¹⁴⁷ CATOGRA, Fernando. *Entre deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 132 et. seq.

mas com toda a pompa ritual, foram os primeiros a merecerem honras nacionais e suas mortes, embora trágicas, foram revestidas de uma áurea digna dos grandes sacrifícios. Por isso, convidava-se o povo a venerar os restos mortais dos dois “mártires”, como se de fato fossem “*reliquias santas num sacrário bendito, formado de entusiasmos, esperanças, de amor, que se transformaram já em símbolo desta Pátria nova*”.¹⁴⁸

Pouco importavam as condições em que se teriam dado o assassinato de Bombarda e o suicídio de Cândido dos Reis, tudo convergia como se tivessem sido vítimas diretas das forças contrarrevolucionárias. Versão mitificadora (e mistificadora) que só nos é inteligível uma vez que seja lida à luz do papel destes *heróis* na *carismação* dos ideais sociais, salienta Catroga. O prestígio que os finados gozavam vinha ao encontro das necessidades simbólicas da República. Logo, o investimento na sua consagração pública por parte do Estado garantiu o enorme grau de adesão às novas instituições, ao mesmo tempo em que preenchia a demanda identitária popular, que requeria a criação e sacralização cívica de *heróis-fundadores*. Propósito que a concomitante renovação toponímica das ruas, avenidas, escolas (além das próprias cidades, vilas e aldeias por todo país e colônias) se encarregará de reforçar.¹⁴⁹

Como também analisou José Murilo de Carvalho, para o caso brasileiro, heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência e eixos de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes da legitimação de regimes políticos, não havendo regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns — como no caso português — os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e promoção da figura do herói — como ocorre com Tiradentes no caso brasileiro, ao qual dedica seu estudo. E ressalta que é exatamente neste último caso os heróis são mais importantes porque a falta de envolvimento real do povo na implantação do regime precisa ser compensada no pano simbólico. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária e não se faz no vazio social, é aí também que residem as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, “a cara da nação”, responder às necessidades ou aspirações coletivas e refletir o comportamento que corresponda a um modelo consensualmente valorizado. Na

¹⁴⁸ CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*. Coimbra: Minerva, 1999. p. 167.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 168.

ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará em vão.¹⁵⁰

Para uma compreensão mais satisfatória da história política da I República Portuguesa, haveria ainda de se considerar o que ocorre nas duas décadas imediatamente posteriores a sua implantação. Seria indispensável conhecer os muitos pormenores dos acontecimentos transcorridos entre outubro de 1910 e 14 de maio de 1915 — revolta que derruba a ditadura de Pimenta de Castro — e depois, a década seguinte, até o fim da experiência republicana, em 28 de Maio de 1926 com a subida ao poder de Sidónio Pais. Esforço a que somos obrigados a declinar neste trabalho. Salientamos, ao menos, que toda a história deste período entronca de tal maneira nos seus primeiros anos que muitos dos acontecimentos e fenômenos políticos que ocorreram ao longo de toda a sua vigência tiveram a sua origem naquilo que se produziu naquele despertar. E, por isso, preferimos focar neste “começo” afim de compreendermos melhor o período posterior de efervescência do campo intelectual que produziu homens da estirpe de Cortesão e discursos nos quais a História — como idealização, mas também como disciplina — ganha cada vez mais espaço.

Se não foi a República sonhada por seus idealizadores, fora, ao menos, a República possível. Como disse Leonardo Coimbra — outro dos mentores intelectuais de Cortesão — em um de seus discursos parlamentares: “*a República do nosso sonho nunca será a República da nossa realidade, como nenhum movimento concreto de um corpo traçará a curva geométrica pela qual aproximadamente o definimos.*” E completa, numa espécie de previsão dos anos que se seguiriam “*também a liberdade política não é mais do que um esforço de consciência vencendo em pontos, perdendo uma grande extensão do corpo social. Mas porque nem todos os poetas trazem beleza nas suas obras, é isso um motivo para desamarmos a Poesia?*”.¹⁵¹ Não nos parece.

Aliás, nunca pareceu à maior parte dos contemporâneos de Leonardo Coimbra, afinal, o que se passou naquele momento foi uma verdadeira república de poetas, melhor dizendo, de intelectuais. Onde a *intelligentsia* portuguesa tentara, com maior e menor sucesso, tomar as rédeas da nação em torno de um projeto político, fosse através das revistas de ideias, fosse ocupando cargos nos gabinetes do Estado. Por isso, perceber a entrada do jovem Jaime Cortesão neste momento da vida política nacional, bem como o impacto do mesmo em sua trajetória pessoal — em seu envolvimento com

¹⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., pp. 55-56.

¹⁵¹ REPÚBLICA PORTUGUESA. *Diário da câmara dos deputados*. Lisboa, Sessão n. 28 de 24, 25 e 26 de julho de 1919, p. 59. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/04/01/028/1919-07-24?sft=true>>. Acesso em 28/03/2017.

as ideias republicanas e figuras como a de Bernardino Machado —, permite-nos não somente contextualizar os passos imediatamente seguintes de seu percurso, como o desfecho futuro de sua atuação direta na da I República, no combate ao fascismo, e na articulação democrática durante o exílio e no retorno a Portugal.

Permite-nos, ainda, elucidar em sua escrita da História o lugar do povo, dos indivíduos, a ênfase de determinados fatores e o apego a certas interpretações. E, em seus textos de opinião, e atuação política, compreender seus posicionamentos moderados, intercalados por discursos inflamados, chegando às tentativas pela via armada de reestabelecimento da democracia. Isso não porque sua obra é um reflexo de seu meio, ou deste momento específico de despertar intelectual, como se a partir deste se compreendesse toda a produção do autor. Mas, porque de fato estabelece-se um ponto de vista — ao nosso ver, privilegiado — das dimensões e dinâmicas que a vida pública e a militância política ocupariam até o fim da vida de Cortesão.

Porque neste momento instauram-se não só o princípio de sua trajetória intelectual cerzida aos desfechos da nascente República, mas também as diretrizes de seu *projeto* intelectual. Isto é, um projeto cívico e pedagógico de intervenção onde a História ocupará papel determinante e que deveria, por sua vez, fundamentar-se nesta experiência do real, e sobretudo na sua tomada de consciência, para poder compor um programa de modificação desta realidade. Projeto esse de conscientização, de mudança, de engajamento e condução popular dos destinos de Portugal. É isto, ao nosso ver, que diferencia nitidamente essa figura do intelectual público, moderno — iniciada em Portugal com a *Geração de 70*, e que chegava agora à plena maturidade de sua intervenção cívica e exercício direto do poder — dos literatos, pensadores e *savants* que até o século anterior dissertavam sobre os rumos nacionais, mas sem participarem diretamente de seu desfecho.

CAPÍTULO 2

O LEGADO DA *GERAÇÃO DE 70*: DECADÊNCIA E DEGENERACÃO

Foi para S. Miguel, para o seu mundo mais doce, mais fácil... Depois, uma tarde como aquelle philosopho Demonax de quem conta Luciano, «concluindo que a vida lhe não convinha, sahio d'ella voluntariamente, e por isso muito deixou que pensar e murmurar aos homens de toda a Grécia». O que d'elle pensam os homens da nossa Grécia não o sei — pois que de ha muito, na nossa Grécia, uma apagada tristeza traz os homens desattentos e mudos. É morta, é morta a abelha que fazia o mel e a cera! Quem se nutre ainda do gostoso mel? Quem se allumia ainda com a pura cera? Por mim penso, e com gratidão, que, em Anthero de Quental, me foi dado conhecer, n'este mundo de peccado e de escuridade, alguém, filho querido de Deus, que muito padeceu porque muito pensou, que muito amou porque muito comprehendeu, e que, simples entre os simples, pondo a sua vasta alma em curtos versos — era um Genio e era um Santo.

EÇA DE QUEIRÓZ, «Um genio que era um santo», *Anthero de Quental* — *In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. p. 522

2.1 O suicídio de Antero de Quental e seu impacto

Antes do Regicídio de 1908 e a baixa prematura dos dois mártires da República, outra morte havia impactado profundamente a sociedade portuguesa, mormente o ambiente letrado: o suicídio de Antero de Quental, nos Açores, em 11 de setembro 1891. Se é bem verdade que o Romantismo desde cedo já flertava com a brevidade da vida, e o destino trágico do jovem Werther¹⁵² passa a figurar como fim provável das mentes inquietas de melancólicos e tísicos, foi somente no mais tardar do século XIX que se viu povoarem os cafés das grandes metrópoles com esses tipos peculiares. A *bilis negra*, atributo da acídia, que legava os homens à atitude passiva da contemplação ganha neste momento de fervor dos ânimos uma potencialidade crítica, transgressora, boêmia, e ao mesmo tempo *blasé*. Numa atitude de introspecção e desamparo, típica da modernidade, daqueles que se julgavam já “vencidos da vida”¹⁵³ em plena flor da idade. No caso português, tal espírito de época parecia intensificar-se pelos elementos do pessimismo filosófico, saudosismo literário e uma leitura decadentista da história.

¹⁵² Em 1774 Johan W. Von Goethe publica *Os sofrimentos do jovem Werther*, símbolo acabado dos males da imaginação que levam ao suicídio, e que se tornaram verdadeira *mania* na Europa de seu tempo, sendo inclusive proibido em diversos países. Acerca de sua penetração em Portugal, ver. MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 140 et seq.

¹⁵³ Lembrando que *Vencidos da Vida* foi o apelido informal do grupo que agremiava personalidades como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, entre outros.

“*Portugal era um povo de suicidas, talvez um povo suicida*”¹⁵⁴ — exagerou Unamuno — mas, de fato, quando Antero pôs termo a própria vida, os desaparecimentos análogos de António Soares dos Reis, Júlio César Machado e Camilo Castelo Branco ainda ressoavam no imaginário popular.

A ideia de vida artística (ou do intelecto), como esfera autônoma, já existia pelo menos desde o século XV. O Humanismo renascentista considerava a figura do *gênio* (o indivíduo com atributos e virtuosismo técnico) e, por conseguinte, a arte resultante de seu ofício, como indícios de sua proximidade com o *Criador*. Por sua vez, o Idealismo romântico alemão trouxe o debate para o âmbito do *espírito*, onde o próprio gênio, partindo da natureza era o criador original. A partir do século XIX, a popularização da imprensa e o maior acesso da sociedade burguesa europeia à cultura letrada possibilitou que um maior número de pessoas pudesse flertar com o universo das artes, assimilando suas formas de autorrepresentação, incorporando ao seu cotidiano seus vícios e virtudes.

Tratava-se de uma nova maneira de encarar as questões do mundo e do pensamento implicando numa profunda metamorfose, abrindo-se à filosofia de cunho existencial, à superação do clássico, das ciências modernas, da negação das doutrinas religiosas, etc. Enfim, como se os modernos tivessem vencido *a querela* com os antigos. Um novo *regime de temporalidade* se apresenta, no qual não mais o passado ditava os modelos, e sim abria-se um outro espaço de experimentação do cotidiano, de onde agora se projetam as utopias e expectativas prometidas pela modernidade. Um futuro ideal, ao alcance das mãos que se traduziam no surgimento das mais variadas meta-narrativas que davam sentido a marcha dos homens. Liberalismo, Positivismo, Socialismo utópico, Materialismo histórico, são todos desdobramentos desse ideal gestado no século XIX. Era uma nova forma de ver o mundo, um mundo que se secularizava, aburguesava e se proletarizava. Os homens passam a ser considerados agentes de sua própria história, e caberia aos *gênios*, ou pelo menos aos intelectuais, conscientizar-lhes disso.

É como se um ciclo aberto com aquilo que Paul Hazard chamou de *crise da consciência europeia*¹⁵⁵. Nas últimas décadas do XVII e princípios do XVIII teria se

¹⁵⁴ “*Portugal é um povo triste, e é-o até quando sorri. A sua literatura, incluindo a sua literatura cómica e jocosa, é uma literatura triste. Portugal é um povo de suicidas, talvez um povo suicida. A vida não tem para ele sentido transcendente. Desejam talvez viver, sim, mas para quê? Mais vale não viver.*” Cf. UNAMUNO, Miguel de. *Os portugueses, um povo de suicidas*. Lisboa: Ática, 2011.

¹⁵⁵ Paul Hazard, em sua obra clássica, acreditava que as forças intelectuais e morais, e não as materiais é que conduziam a história, este momento que vai precisamente de 1680 a 1715 seria por várias razões que descreve o responsável por alterações profundas nos quadros mentais europeus. “*Era preciso, pensava-se, destruir o edifício antigo, que tinha abrigado mal a família humana; e a primeira faina e a primeira faina tinha que ser de demolição.*”

dado início a libertação do homem, ao menos no plano das ideias, despontando na era das primeiras revoluções. Assim, através da figura do intelectual moderno — tanto em sua concepção mais liberal quanto no modelo gramsciano de intelectual orgânico¹⁵⁶ — a crise de consciência tornar-se-ia: *consciência da crise*. Ou melhor dizendo, das diversas crises, e chegou-se ao ápice de sua expressão mobilizando uma atmosfera de grande contestação na cultura política do XIX. As antigas aristocracias de sangue perdiam cada vez mais poder diante de monarquias constitucionais e, sobretudo, do surgimento de repúblicas federativas. É certo que esse movimento não era uniforme e que cedo ou tarde esbarrava em seus próprios limites: na concorrência da doutrina religiosa, nas tensões sistêmicas do modo de produção e circulação capitalistas, nas misérias geradas pelo colonialismo, pelos nacionalismos, e mais ainda, pelo Imperialismo, com suas consequentes guerras de proporções globais. Neste sentido os séculos XVI e XVIII são “tipicamente transitórios” — o que não teria maior significado, já que essa é uma constante da história, lembra-nos Fernando Novais: “*se a representação dominante ou oficial que essa etapa fazia de si própria não insistisse em considerar a estabilidade como o valor por excelência a se preservar*”. Daí as crises constantes e as múltiplas formas de ajustamento da ordem e dos sistemas dominantes à sua respectiva estrutura e fins históricos.¹⁵⁷

Os valores modernos, burgueses, mas também das massas organizadas passam a criar demandas de circulação das ideias dentre elas a profissionalização do escritor, do periodista polígrafo nos jornais e revistas. O *mecenatismo* passa a dar lugar a uma relação diversa entre escritor e público, onde aquele produz e este paga para *consumir* seu produto. Surge assim, o *tipo social* do escritor e intelectuais públicos, formadores de opinião.¹⁵⁸

A segunda seria a de reconstruir e preparar os alicerces da cidade futura. Não menos imperiosamente, e para não cair num cepticismo precursor da morte, era preciso constituir uma filosofia que renunciasse aos sonhos metafísicos, sempre enganosos, para estudar as aparências que as nossas fracas mãos podem atingir e com o que nos devemos contentar: era preciso edificar uma política sem direito divino, uma religião sem mistério, uma moral sem dogmas. [...] A uma civilização fundada sobre a ideia do dever: deveres para com Deus, deveres para com o Príncipe, os novos filósofos tentariam sobrepor uma civilização fundada sobre a ideia do direito: direitos da consciência individual, direitos da crítica, direitos da razão, direitos do homem e do cidadão.” HAZARD, Paul. A crise da consciência europeia (1680-1715). Lisboa: Cosmos, 1948. p. s/n.

¹⁵⁶ Representante efetivo dos interesses de uma coletividade social, ou seja, de uma classe, agremiação, partido político. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. Passim.

¹⁵⁷ Cita como exemplo disso as revoluções do XVII na Inglaterra que moderaram o absolutismo e não por acaso preparam o terreno para sua posição primeva e hegemônica no capitalismo industrial. NOVAIS, Fernando A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: _____. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. pp. 23-43. p. 37.

¹⁵⁸ A esse respeito, recomenda-se BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012. pp. 129-146. Cf. tb. BOURDIEU, Pierre. A conquista da autonomia: a fase crítica da emergência do campo. In: _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. pp. 63-199.

Filhos desse contexto, mas em franco combate ao estilo ultrarromântico de Camilo, Ortigão e Castilho, um grupo de jovens estudantes rebeldes — liderados por Antero e também Teófilo Braga — inicia em 1865 a polêmica literária que ficaria conhecida por *Questão Coimbrã*, responsável por instaurar o Realismo em Portugal. Esteticamente, representava uma nova forma de expressão literária e, politicamente, trazia os ideais socialistas e as questões científicas. Por isso, ela se afasta dos moldes acadêmicos e conservadores da Escola Romântica, atacando não só o *status quo* literário, mas as posturas daquilo que esses jovens intelectuais reconheciam como atraso cultural, econômico e político da sociedade portuguesa frente às demais nações modernas. Essa revolta estudantil se voltará contra “*aqueles que se arrogam o direito de legislar para o mundo da inteligência e da inspiração*”¹⁵⁹ ganhará corpo nessa mesma linha de pensamento e irá se transfigurar nas já mencionadas conferências proferidas do Cassino Lisbonense (1871). As *Conferências Democráticas Estabelecidas na Sala do Casino, Largo da Abegoaria*, como se chamaram a época, eram tertúlias públicas com o intuito de se discutir os problemas que então interessavam à *intelligentsia* portuguesa. Para tanto, os responsáveis pelos encontros alugavam o aquele espaço, uma espécie de café-concerto, onde se reunia também a boemia áurea do período, a poucos passos do Chiado, área nobre da cidade.

Depois de circular por toda a cidade (na forma de prospectos), o manifesto contendo a súmula das conferências e assinado por seus doze idealizadores é finalmente publicado na edição de 18 de maio de 1871 do jornal *A Revolução de Setembro*.¹⁶⁰ Antero abre o ciclo de palestras com uma apresentação introdutória

¹⁵⁹ Cf. MARTINS, Ana Maria A. Prefácio In: VÁRIOS. *Antero de Quental In Memoriam*. Edição fac-similada. Lisboa: Presença, 1993. pp. VII-XLIII. p. XXX.

¹⁶⁰ “Ninguém desconhece que se está dando em volta de nós uma transformação política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social. / Sob cada um dos partidos que lutam na Europa, como em cada um dos grupos que constituem a sociedade de hoje, há uma ideia e um interesse que são a causa e o porquê dos movimentos. / Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas ideias e a legitimidade desses interesses; investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as Nações têm sido, e como as pode fazer hoje a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas as ideias e todas as correntes do século. / Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações. / Abrir uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-se sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; / Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; / Procurar adquirir consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa; / Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna; / Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa; / Tal é o fim das Conferências Democráticas. / Têm elas uma imensa vantagem, que nos cumpre especialmente notar: preocupar a opinião com o estudo das ideias que devem presidir a uma revolução, de modo que para ela a consciência pública se prepare e ilumine, é dar não só uma segura base à constituição futura, mas também, em todas as ocasiões, uma sólida garantia à ordem. / Posto isto, pedimos o concurso de todos os partidos, de todas as escolas, de todas aquelas pessoas que, ainda que não partilhem as nossas opiniões, não recusam a sua atenção aos que pretendem ter uma acção – embora mínima – nos destinos do seu país, expondo pública mas serenamente as suas convicções e o resultado dos seus estudos e trabalhos. / Lisboa, 16 de Maio de 1871 – Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto

acerca do “espírito” daquelas comunicações, que consistia em agitar ideias que colocassem Portugal no ritmo da cultura europeia da época. A seguinte, e, provavelmente, a mais famosa das conferências também era de sua lavra: *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. E ficou conhecida como a síntese, anamnese e programa de superação do referido atraso nacional. Apenas as cinco primeiras conferências — entre elas a de Eça de Queirós sobre o Realismo — foram apresentadas ao público até serem suspensas pelo decreto de censura do Marquês d’Ávila e de Bolama, que acumulava as funções de Primeiro-Ministro e Ministro do Interior. O texto acusava as reuniões de atacarem a religião e as instituições políticas do Estado. As conferências que acabaram por ser canceladas tratariam ainda de temas, como: a República, o Socialismo, a instrução pública e a ideia de democracia.¹⁶¹

Tolhidos de surpresa, os organizadores protestaram veementemente através da imprensa e, sobretudo, de folhetos avulsos que circulavam trazendo alguns conteúdos das prenúncias/exposições. Emergiu dessa experiência, um verdadeiro embate acerca da liberdade de expressão na esfera pública lusitana, pondo em cheque as tão desgastadas supostas virtudes liberais da monarquia constitucional portuguesa. Nesse contexto, Alexandre Herculano abandonou o silêncio de seu exílio em Val-de-Lobos e se pronunciou contra a suspensão das conferências; muito embora não subscrevesse inteiramente todos os interesses defendidos pelo grupo censurado. A nova polêmica ajudou a instaurar a consolidar os ditames do Realismo na literatura portuguesa, a força do pensamento naturalista e científico e a figura dos homens de letras engajados.

Ainda que seus integrantes tenham se dispersado nos anos seguintes, a geração que nasceu das conferências foi um dos poucos grupos que merecem a alcunha para o caso português. A *geração de 70*, que entre 1871 e 1887 atinge seu apogeu, foi aglutinada fervorosamente em torno do mesmo objetivo e rezando pela mesma cartilha filosófica e científica, tendo como base os ensinamentos de Michelet, Proudhon, Darwin, Spencer, Taine, Hegel, entre outros. Nesses anos, ainda embalados pelo êxito recente e pelo ardor próprio da juventude, esses jovens sentem-se identificados por um furioso ímpeto iconoclasta, dirigido contra o espírito romântico compassivo e hipócrita, que consideram produto das três instituições necessitadas de urgente reforma: a monarquia, a Igreja e a burguesia. Por isso, são antimonárquicos,

Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga, Tófilo Braga.” EDITORIAL. *A Revolução de Setembro*, Lisboa, 18 de maio de 1871.

¹⁶¹ Cf. MOISES, Massaud. Op. cit. p. 199.

republicanos, anticlericais e socialistas.¹⁶² Ideário, que como vimos, desdobra-se em importante matéria ideológica na constituição dos quadros republicanos portugueses. Por isso, a perda de Antero veio como uma avalanche na geração da qual ele e seu pensamento eram eixos centrais.

* * *

Dada a proximidade com o poeta, e por estar distante dos Açores, o historiador Oliveira Martins foi o mais contatado via correspondência acerca do falecimento do amigo. As várias cartas despachadas de São Miguel ao continente devem ter chegado praticamente juntas à soleira de sua porta na Praia da Granja (próxima ao Porto). A primeira delas, datada do dia 13 de setembro (1891), era de Sebastião Arruda da Costa Botelho, primo de Antero, e abria noticiando aquilo que a imprensa já fazia circular.

Não sei como prevenir V. Exa. para receber o golpe, que também nos fere profundamente, se é que ao ter visto este envelope tarjado de preto não lhe deu o agourodo pressentimento que as tristes novas dão aos corações amigos, pela perda do nosso querido Antero, que tanto nos magoa pelo destino cruel, que o conduziu ao suicídio.¹⁶³

Além das dores existenciais que iam preenchendo o itinerário romântico do gênio, Antero vinha sendo assolado por crises entéricas agudas, sem lenitivo que as pusessem fim. Sob o pretexto de ir morar em sítio ermo, nos arredores de Ponta Delgada (capital da ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores), o revolucionário — que nunca tinha pego em armas — decide comprar um revólver que seria o instrumento de sua imolação. Depois de visitar alguns amigos e parentes, por volta das 8 horas da noite, dirige-se à praça do Campo de São Francisco. Foi lá que de frente a um antigo convento, disferiu-se dois tiros contra a face, que não o levaram de imediato. Irrisão do destino, pouco acima do banco onde se sentara, estava em relevo na portada do dito edifício a palavra: *Esperança*.¹⁶⁴ Assim cumpriu-se o trágico fim do poeta.

A ideia de por fim a vida havia se tornado pensamento constante na mente de Antero, ao ponto de resultar-se em ação.¹⁶⁵ Nem por isso deixam de ser um tanto

¹⁶² Cf. MOISES, Massaud. Op. cit. p. 200.

¹⁶³ Carta de Sebastião Arruda da Costa Botelho à Joaquim Pedro de Oliveria Martins, 13 de setembro de 1991. Cf. MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001. p. 13.

¹⁶⁴ Relato de José de Bensaúde, referente a invocação religiosa que dava nome ao convento (Nossa Senhora da Esperança). Em carta a Oliveria Martins, 16 de setembro 1981. Cf. Ibidem, p. 17.

¹⁶⁵ Como relatam várias das pessoas próximas que estiveram com ele naqueles últimos dias. “a ideia do suicídio Data desde que se convenceu que não podia aclimar-se, mas foi-se fixando pela sucessão dos factos. Que lutas,

precipitadas as ilações entre toda sua trajetória e este infeliz desfecho. Surpresos ou não, de todo jeito inconformados¹⁶⁶, desde muito cedo os amigos procuravam dar alguma explicação e sentido ao ocorrido. E é interessante observar este movimento para não se confundir: a busca por consolo dos mais próximos, com a *ilusão biográfica*¹⁶⁷ que se construirá nos discursos subsequentes. Estes, muitas das vezes, produzidos por quem mal conhecia o poeta e que procuram alinhar as tantas pontas de sua vida pessoa e de sua persona literária na narrativa única de seu fim. Desde então, escreveu-se mais sobre a morte de Antero do que acerca de seu pessimismo propriamente filosófico (ideia de morte na obra de Antero, por exemplo). Tende-se a confundir os dois planos, como se o seu posicionamento teórico se esgotasse no gesto decisivo do suicídio.¹⁶⁸

Numa das muitas cartas que noticiavam o acontecimento, José Bensaúde, rico industrial e lavrador da ilha de São Miguel, amigo de Antero, escrevera “as muitas causas deste sinistro sucesso”. Iam desde adversidades familiares em torno as duas filhas adotivas (órfãs do grande amigo Germano Meirelles), passando pelos problemas de saúde, e por fim, as condições climáticas da ilha micalense. É neste contexto epistolar que surge parte da mitologia que autores como Sousa Martins iriam transpor em sintomatologia, para recriar os quadros patológicos que teriam levado àquele suicídio.

Sim, o clima. Mais de uma vez, as condições meteorológicas da ilha seriam apontadas como o algoz do ocorrido, conforme anuncia Oliveira Martins a Eça de Queiroz:

O nosso Antero cedeu por fim à tentação constitucional da sua vida. Morrer era-lhe uma obsessão. Matou-o principalmente o clima enervante de São Miguel que estonteia os mais fleumáticos. No meio dessa aflição consolame sequer a ideia de que não morreu vítima de nenhuma dificuldade maior:

que tremendas lutas não tive com ele para dissuadi-lo! Tinha feito uma ideia fixa do conjunto de todos os factos, a qual duele este fatal desenlace.” Carta de Sebastião Arruda da Costa Botelho à Oliveria Martins, 13 de setembro de 1991. Ibidem, p. 14.

¹⁶⁶ Vários mostravam surpresa, como é o caso de António Feijó: “*O suicídio de Antero foi bomba inesperada.*

Fiquei com suores frios. Será possível tal desgraça?! Que tragédia íntima lhe roubou a paz daquela liberdade moral a que ele tinha chegado?! Pobre Antero!” Carta de António Feijó a Luís de agalhães, 29 de setembro de 1891. Ibidem, p. 45.

¹⁶⁷ Dessa forma se refere Pierre Bourdieu (em texto bastante conhecido) acerca da concepção enganosa de se tomar a vida de um indivíduo como um constructo linear onde cada acontecimento estaria perfeitamente concatenado a um *telos* objetivo. No caso de Antero, o suicídio. “*Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.*” BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191. p. 185.

¹⁶⁸ CATROGA, Fernando. *Antero de Quental: história, socialismo, política*. Lisboa: Notícias, 2001. p. 75.

nem dinheiro, nem doença, nem mulher. Nada. Matou-o a sua imaginação exacerbada pelo capacete de ozônio da ilha. Era uma tentação antiga: duas vezes o desarme e uma no instante em que se ia matar. E então havia um motivo: mulher. O nosso pobre Antero não tinha filosofia bastante para perceber que, a vida nem vale a pena de nos desfazer-mos dela. Era um alucinado da metafísica e provavelmente acabou julgando ir viver num mundo melhor.¹⁶⁹

Se é coerente perceber a argumentação climática no relato de um industrial tabagista, como Bensaúde, e nas palavras na explicação de um médico positivista — como veremos em Sousa Martins — é no mínimo interessante vê-las figurar na carta do historiador Oliveira Martins ao poeta Eça de Queiroz. O que demonstra o *clima* cultural da época e a penetração deste tipo de ideia mesmo nas mentes tidas como mais literárias, o que não era peculiaridade portuguesa se pensarmos em vários nomes do Realismo, de forma em geral. O mesmo acontecerá com a ideia de *degeneração*, como também ver-se-á adiante. Ou seja, mais do que uma disputa entre áreas do conhecimento, era uma disputa entre visões de mundo de gerações que se sucediam na interpretação dos fenômenos naturais, humanos e históricos.

Suicídio que fora tão estudado e comentado ao longo de mais de um século. Alvo de análises apressadas e especulações de toda ordem para apresentá-lo como corolário lógico e previsível, em realidade deixou perplexos e desolados aqueles quemais poderiam considera-lo como inevitável e coerente.¹⁷⁰ Ao menos é isso que se depreende a diversidade de hipóteses e a especulação da vasta correspondência trocada e dos testemunhos contratantes que viriam a compor seu *In Memoriam*. Mas afinal, que livro era esse que desencadeara tamanha polêmica, ao ponto de Jaime Cortesão focar em um de seus artigos a sua tese inaugural na Medicina e seu combate ao Cientismo positivista em torno da concepção da natureza mórbida do gênio e da Arte?

2.2 *In Memoriam*, páginas de uma prosopografia intelectual

No longínquo verão de 1896 quando o livro *Anthero de Quental – In Memoriam*¹⁷¹ finalmente surgiu nos escaparates das livrarias, sua reverberação é

¹⁶⁹ Trecho de carta de Oliveira Martins a Eça de Queiroz, setembro de 1891. Cf. MARTINS, Ana Maria. *Anthero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001. p. 51.

¹⁷⁰ MARTINS, Ana Maria A. Prefácio In: VÁRIOS. *Anthero de Quental. In Memoriam. Edição fac-similada*. Lisboa: Presença, 1993. pp. VII-XLIII. p. VII.

¹⁷¹ VÁRIOS. *Anthero de Quental – In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. Aqui majoritariamente referido como *In Memoriam de Antero* (que é como ficou conhecido), ou apenas *In Memoriam*.

imediatamente. O livro de ouro de Antero, como se referia Eça de Queiroz¹⁷² — autor de uma das mais sensíveis homenagens ao amigo — era mais do que um simples necrológio. Era a tentativa de erigir um monumento literário ao poeta que tanto havia animado aquela geração. Parecia, de fato, ser a intenção, ao menos declarada, por parte de seus editores.¹⁷³ Todavia, como se sabe esse tipo de arranjo diz mais respeito aos vivos do que aos mortos. Em torno do projeto de celebração póstuma envolveram-se os principais vultos da *intelligentsia* portuguesa. Seus idealizadores articularam pessoas que conheciam a biografia e obra anterior e outras que nunca tiveram maior contato com ambas. Convidou-se até mesmo desafetos de Antero, como foi o caso de Teófilo Braga.

As *vidas*¹⁷⁴, mas também a morte (eulogias, encômios e orações fúnebres, e mais secularmente: os necrológios e estudos póstumos) representam literatura bastante difundida em Portugal. Aliás, pertencem originalmente ao gênero *epidítico* da Retórica, e por isso, acabaram cumprindo a função de manutenção de uma identidade no campo social. Neste caso, a figura de Antero como representativa de valores intelectuais, políticos e morais específicos, e sua perda, comoveram vastamente a esfera pública. Em torno de sua homenagem foram reforçados acordos implícitos da crença e adesão comum àqueles valores, gerando assim uma larga identificação por parte da coletividade.¹⁷⁵

É muito comum neste momento ver a biografia dos *gênios*, ganhar um caráter de exemplaridade, como outrora teria cabido à hagiografia dos *santos*. Se recordarmos que Antero recebeu ambas alcunhas, podemos imaginar como se transcorreu a construção do mito anterior em Portugal. Sobre os elogios e homenagens fúnebres, mais especificamente, é sabido que desde remota era, encomendavam-se as *Célebres*

¹⁷² Cf. Carta de Eça de Queiroz a Luís de Magalhães, Paris, 8 de Fevereiro, 1894. MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001. p. 164

¹⁷³ “Ao começar a publicação do seu quarto volume (dezembro de 1891) a Revista de Portugal anunciou um número extraordinário consagrado exclusivamente à memória do seu illustre collaborador, o eminente poeta e philosopho Anthero de Quental, então recentemente fallecido. Interrompida a publicação da Revista, os seus editores julgaram dever manter o compromisso tomado para com a grande e inolvidável memória do altíssimo poeta dos Sonetos, fornecendo assim aos mais íntimos amigos de Anthero o ensejo de, reunidos, lhe consagrarem uma piedosa homenagem. Eis a origem d'este livro.” Mas julgam que uma homenagem a altura daquele grande Espírito só se daria quando a publicação de suas Obras Completas. “Uma edição monumental e definitiva das Obras Completas de Anthero, com um volume destinado à Correspondência: eis, em nosso entender, o melhor monumento que á sua memória se poderá levantar. [...] Assim o Poeta, o Pensador e o Homem ficariam immortalmente evocados, para o mundo e para a posteridade, n'um mesmo monumento, fulgurando em toda a grandeza do seu genio e em todo o esplendor da sua alma — mixto de stoico heroísmo e de divina santidade.” ARAÚJO, Joaquim de; MAGALHÃES, Luís (eds.). Ao leitor. In: VÁRIOS. *Antero de Quental — In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. pp. 5-8.

¹⁷⁴ Sobre as *Vite* enquanto gênero literário e sua circulação luso-brasileira, ver GOMES JR, Guilherme S. G. “Vidas de artistas: Portugal e Brasil”, *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, junho de 2007, v.22, n. 64. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a03v2264.pdf> >. Acesso em: 23/10/2017.

¹⁷⁵ PERELMAN, Chaïm. *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa, Asa, 1993. pp. 41-51.

Exéquias dos imperadores, reis e altos membros da nobreza e do clero, proferidas em seus funerais e depois transcritas e publicadas. O que significa dizer que, contiguamente aos mausoléus e campas erguiam-se *monumentos* de papel para a consagração/perpetuação de seus feitos ilustres. Também nasce com o Romantismo a ideia de se fazer o mesmo com outras personalidades, de forma secular e construída coletivamente. Neste caso, homenageando os artistas.¹⁷⁶

Se este tipo de obra, portanto, já existia, marcando um rito de passagem entre a morte física do autor e a projeção de sua memória para eternidade, nenhuma outra, no caso lusitano, parece haver repercutido como o *In Memoriam* de Antero. Ao invés dos simples necrológios, até então publicados em jornais e revistas (que era o projeto original) seu formato: em larga brochura, com tiragem para a venda ao público, contendo testemunhos de diversos contemporâneos, acaba por se tornar um modelo para os que viriam em seguida, como foi o caso dos livros feitos *à memória* de Sousa Martins, Fialho de Almeida, Eça de Queiroz, Teófilo Braga, entre outros.¹⁷⁷ Mas, nenhum parece ter levantado tamanha repercussão, justamente pelos estudos que se debruçavam sobre as explicações ao suicídio do poeta, não à toa seu texto mais polêmico foi certamente *A Nosografia de Antero* escrita pelo Dr. Souza Martins.

Historicamente, esse tipo de manifestação literária foi comum em conjunturas de progressiva laicização somado à emergência da figura do intelectual. Como explica Valdeci Lopes de Araújo, o problema das formas de perpetuação da memória neste contexto passa a ganhar importantes contornos. Os mesmos letrados, muitos dos quais não oriundos de famílias nobilitadas, que se afastavam da promessa religiosa da *vida eterna*, buscavam desesperadamente mecanismos alternativos de *sobrevivência*. O que explica, em grande medida, a pregnância de temas clássicos como fama e glória. Tendo

¹⁷⁶ “A palavra latina *monumentum* deriva da raiz indo-europeia *men*. Esta exprime uma das funções nucleares do espírito (*mens*), a memória. Deste modo, tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação — incluindo os próprios actos escritos — é um monumento. É verdade que, com a Antiguidade Romana, este tinha dois signicados: denotava uma obra comemorativa de arquitectura ou de escultura (arco de triunfo, coluna, estátua, troféu, pórtico, etc), e aplicava-se a edificações funerárias destinadas a perpetuar a lembrança de alguém. Como sublinhou Ariès, já na sua origem ‘o túmulo é um memorial’. E, nas sociedades de dominância sacral, a sobrevivência do morto não se concretizaria somente no plano escatológico, mas também dependeria da fama que os túmulos (com os seus signos, as suas inscrições), os monumentos e os elogios de escritores ajudavam a reactivar.” CATROGA, Fernando. “Recordar e comemorar: a raiz tanatológica dos ritos comemorativos”. *Revista Mimesis*. Bauru, 2002, v. 23, n. 2, p. 13-47. pp. 20-21. Disponível em: <https://secure.usc.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v23_n2_2002_art_01.pdf>. Acesso em: 16/11/2017. Cf. tb. LA BELLA, Lucas. *Monumentos de papel: um estudo sobre a filosofia e a escrita da história em Manuel de Araújo Porto Alegre*. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. 2012. 39.p. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10183/56129>>. Acesso em: 21/03/2018.

¹⁷⁷ VÁRIOS. *Sousa Martins (in memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. VÁRIOS. *Fialho de Almeida: in memoriam*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917. VÁRIOS. *Eça de Queiroz: In memoriam*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1922. VÁRIOS. *In memoriam do doutor Teófilo Braga: 1843-1924*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

o caminho dificultado na cena institucional pelo bloqueio das formas tradicionais de poder, restavam a esses homens a fama literária e a clássica conjunção de interesses entre o *sábio* e o *herói*. E, paralelamente, pôde-se observar um progressivo deslocamento de expectativas antes veiculadas a redenção da alma para o reconhecimento terreno na posteridade.¹⁷⁸

Quando dos óbitos mais recentes o gênero já obedecia outra ordem, no formato de conferências mais curtas que depois eram publicadas em livretos ou separatas de revistas. Como o *Elogio Histórico de Bernardino Machado* (1945, já referido no Capítulo 1) escrito por Jaime Cortesão, ou mesmo na homenagem realizada pela Sociedade Portuguesa dos Escritores publicada após um ano do falecimento deste (1961).¹⁷⁹ Em que pese que a homenagem a Antero também havia sido originalmente pensada como um exemplar especial da revista que tanto ajudara a dignificar.

A *Revista de Portugal*¹⁸⁰, criada por Eça de Queiroz e da qual Antero havia sido um exímio colaborador, foi onde este publicou (no inverno de 1890) seu último trabalho: *Tendências Geraes da Philosophia na Segunda Metade do seculo XIX*. O espírito da revista é definido na carta que Eça escreve a Camilo Castelo Branco em 1888, convidando-o a colaborar. “*Acima dos partidos, das escolas, dos currículos, de tudo quanto é limitado e transitório*”, a *Revista de Portugal* pretendia ser a expressão fiel da “*actividade na criação literária, na invenção artística, na investigação histórica, na observação científica, na análise crítica, em tudo quanto é do domínio do Espírito, ou imaginando ou estudando*”.¹⁸¹

Além da contribuição de Antero — reconhecidamente um texto de fundamental importância — foi na revista que se publicou primeiramente *Os Filhos de D. João I*, de Oliveira Martins, e outros textos de significância filosófica, política e literária.

¹⁷⁸ ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). TESE DE DOUTORADO EM HISTÓRIA, PONTÍFICE UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. 2003. Disponível: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4293@1>. Acesso em: 18/08/2009. pp. 68-69.

¹⁷⁹ Publicação em separata da *Revista Ocidente*, contendo as alocações proferidas na sessão de homenagem póstuma promovida pela Sociedade Portuguesa de Escritores, da qual Cortesão foi presidente, em 26 de janeiro de 1961. Cf. VÁRIOS. *Homenagem a Jaime Cortesão*. Lisboa: Editorial 1961.

¹⁸⁰ Vinha já dos tempos de Coimbra (finais da década de 1960) a ideia de Eça em fundar dirigir uma revista. Em *Os Maias*, os personagens João da Ega e Carlos da Maia concebem projeto semelhante: “um aparelho de educação superior”, com o nome de *Revista de Portugal*. Da ficção à realidade, este é o mesmo título que adota o autor, um ano depois, em julho de 1889, quando sai o primeiro número do periódico. A sua duração será breve, em maio de 1892 sairá o último, perfazendo um total de 24 números, distribuídos por 4 volumes. Do primeiro número vendeu-se 3000 exemplares, o que lhe garantiria uma idade larga, mas três meses depois comprava-se apenas cerca de 800-1000 exemplares. Eça atribui a isso alguns fatores que iam de seu conteúdo longo e denso, sua periodicidade espaçada e seu custo de 500 réis, caro para uma revista da época. Em 1894, Eça tenta revivê-la noutros moldes, mas ficaria somente o projeto. Cf. MATOS, Alfredo Campos. “Revista de Portugal”. _____. (coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1988. pp. 848-849.

¹⁸¹ Eça de Queiroz apud MATOS, Alfredo Campos. Op. cit. p. 848.

Entre eles alguns de Teófilo Braga, Fialho D'Almeida, um balanço da ciência econômica em Portugal, por Rodrigues de Freitas, a crítica de costumes de Ramalho Ortigão, inclusive o *Quadro Social da Revolução Brasileira* (sobre a implantação da República em nosso país). Aliás, não só o Brasil passa a figurar como tema no periódico, mas autores brasileiros como Oliveira Lima e Eduardo Prado escrevem artigos sobre a formação da literatura brasileira e os destinos políticos do Brasil.¹⁸²

No mesmo ano em que publica *Os Maias* (1888), Eça de Queiroz é nomeado Cônsul em Paris, e seguirá residindo na capital francesa por toda vida. A custo de evitar o naufrágio da revista, nomeia o amigo, escritor e periodista Luís de Magalhães para coordenar de fato o periódico que estampava seu célebre nome como diretor, na esperança de que este sustasse o colapso que se anunciava. O que não aconteceu, e publicação acabou tendo apenas IV volumes (24 números). Apesar de sua breve duração, podemos averiguar que seria este modelo editorial — talvez o primeiro deste porte em Portugal — que inspira as importantes revistas de ideias que surgiriam mais tarde, como *Serões*, *A Águia*, *A Vida Portuguesa*, *Seara Nova*, dentre outras que ainda nos ateremos.

O IV (e, portanto, último) volume publicado da *Revista de Portugal* abria com um breve editorial “à memória imprescindível e saudosíssima do Mestre”. Reivindicava que havia publicado seus derradeiros lampejos, e um devido tributo viria com uma edição extraordinária, selando o compromisso à memória de Antero. E comovidamente mencionava que no momento em que mais trabalhavam para reorganização do periódico, contando já com o auxílio insubstituível de tão grande nome, eram “fulminados” pela notícia de seu trágico fim.

Uma inconsolável orphandade para o nosso espirito e para o nosso coração! Um golpe que não cicatrizará nunca e que, reaberto a cada momento pela memoria, gotejará sempre esse sangue da alma — as lagrimas! Perdiamos (muitos de nós) um Amigo unico, irmão para uns, pae para outros, cujo coração se abriu sempre, benevolo e amavel, a todas as confidências dos nossos corações. **Perdia a nossa geração um verdadeiro mestre**, mestre pela vastidão incomensurável do pensamento e por esse conjunto de dotes e attributos do espirito que os antigos chamavam Sabedoria. Perdia, emfim, o nosso tempo um dos mais raros, dos mais perfeitos, dos mais complexos exemplares humanos — **mixto de heroismo e santidade**, alma sedenta de Justiça e apaixonada pelo Bem, razão atribulada na vehemente ambição da Verdade character estoico, cuja vida fôra um modêlo de pureza e de elevação moral [grifo nosso].¹⁸³

¹⁸² Ibidem, pp. 848-849.

¹⁸³ EDITORIAL. “Anthero de Quental”, *Revista de Portugal*, Porto, 1892, n. 1. v. 4. pp. V-VII. p. VI.

Assinado enquanto *A Redacção*, o tributo ao reconhecido mestre, que originalmente deveria ser escrito por Eça, fora redigido exclusivamente por Luís de Magalhães que já aqui atribuía sua áurea de *herói e santo*.¹⁸⁴ Seguia justificando que “*Era preciso que as vozes d’aquelles que o amaram se confundissem na manifestação de saudade e de adoração que a Revista não podia deixar de tributar-lhe, como n’um momento se confundiram as lagrimas de todos os que por elle as verteram.*”¹⁸⁵ Este número especial nunca veria a luz do dia, mas sua organização por parte de Luís de Magalhães seria como uma espécie de embrião do *In Memoriam*. Juntando-se a Joaquim de Araújo, que conhecia Antero desde a adolescência em São Miguel, tomam para si a distinta — e quase ingrata — tarefa de organizar o laborioso empreendimento.

* * *

“*O Livro é uma verdadeira obra de Santa Engrácia*”, comentara João Machado de Faria e Maia, um dos vários colaboradores do *In Memoriam* de Antero, referindo-se a desventurada construção da Igreja de Santa Engrácia, nunca terminada após séculos de construção — fruto de uma suposta maldição — e que atualmente viria a ser a sede do Panteão Nacional. Queixava-se ainda de que escrevera aos editores Lugan & Genelioux pedindo-lhes uma separata de seu artigo, pois gostaria de o ver antes de morrer e era provável que “*não chegasse a idade de um Matusalém*”.¹⁸⁶

Ana Maria Martins, quem melhor dedicou-se ao estudo de sua gênese, classificou o livro como um projeto “típico à portuguesa”. Com entusiasmos iniciais, promessas não cumpridas e o esmorecimento subsequente que conduzia quase sempre ao desânimo e ao fracasso final. Teria sido contra essa “lusa inércia” que lutaram seus idealizadores, Joaquim de Araújo e Luís de Magalhães. Sobretudo este último, destacando que não fosse sua paciente determinação e o livro provavelmente nunca teria passado a uma resma de provas tipográficas.¹⁸⁷

O que de fato ocorrera era a dificuldade em se coordenar tão distintas personalidades, o cumprimento dos prazos, devolução das provas a aos respectivos autores, além de contratempos de toda ordem. Como a enchente do Douro que invade

¹⁸⁴ Ver carta de Eça de Queiroz a Luís de Magalhães, Paris, 21 de outubro de 1891. Em MARTINS, Ana Maria, op. cit., p. 71.

¹⁸⁵ EDITORIAL. “Anthero de Quental”, *Revista de Portugal*, Porto, 1892, n. 1. v. 4. pp. V-VII. p. VI.

¹⁸⁶ Carta de João Machado de Faria e Maia a Joaquim de Araújo, 30 de setembro de 1895. Cf. MARTINS, Ana Maria, op. cit., p. 272.

¹⁸⁷ MARTINS, Ana Maria A. Prefácio In: VÁRIOS. *Antero de Quental In Memoriam. Edição fac-similada. Lisboa: Presença, 1993.* pp. VII-XLIII. p. X

as instalações da Tipografia Ocidental, onde se preparavam os impressos. Dos 29 autores, cujos ensaios vigoram na obra, alguns dos nomes eram consensuais: pessoas próximas a Antero, grandes nomes das letras (coincidindo por vezes ambas características). Era o caso de Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, João de Deus, Jayme Batalha Reis, Carolina Michaelis de Vasconcelos, etc. Também, não raros foram os casos de autores, mais ou menos destacados em seus campos, mas que pouca intimidade tiveram com Antero e sua obra, e que por razões outras se fizeram representar com contribuições que seriam precisamente seriam as mais heterodoxas.

Como a de Teófilo Braga, que, não há muito, havia vilipendiado a memória do poeta com a publicação de *Raios de Extinta Luz* (1892)¹⁸⁸ — uma coletânea supostamente inédita de sonetos de juventude de Antero que trazia um *Escorso biográfico* bastante pernicioso a imagem da família Quental. Além do estranhamento com outras figuras, que ao menos eram pessoas destacadas (como o Dr. Sousa Martins) havia também nomes praticamente desconhecidos, que tinham envolvimento pessoal com um dos dois organizadores. O próprio Luís de Magalhães lamentou a existência de passageiros “metidos a bordo” pelo Joaquim de Araújo.

No *In Memoriam* dedicado a Souza Martins (bastante semelhante ao de Antero), publicado em 1904, o mesmo Joaquim de Araújo participa e comenta como fora feito o convite ao médico para escrever no “*Livro-de-homenagem que haviam erguido, como um monumento sagrado a Antero*”.¹⁸⁹ Araújo assume a colaboração das informações que dera para a elaboração da portentosa *Nosografia*, que disse ser o trabalho mais elegante e bem acabado de Sousa Martins. “*Porque é um livro, todo um livro severo, de análise, num engaste poderoso de forma, esse extraordinário trabalho de sciencia e de esthesia*” que, anos volvidos, explicava o fundo constitutivo da “maravilhosa inteligência” do poeta.¹⁹⁰

A primeira metade do século XX em Portugal foi profusa em edições monumentais coletivas, como veremos. Mesmo uma rápida consulta nos índices destas obras já denota o aparecimento mútuo de autores que criavam estas redes de relações e influências no meio editorial. Ainda, na proposta metodológica daquilo que tomamos por prosopografia intelectual, seria interessante constatar por meio de estudo de

¹⁸⁸ BRAGA, Teófilo (ed); QUENTAL, Antero. *Raios de extinta luz. Poesias inéditas (1859-1863) com outras pela primeira vez coligidas. publicadas e precedidas de um escorso biográfico por Teófilo Braga*. Lisboa: M. Gomes editor, 1892.

¹⁸⁹ ARAÚJO, Joaquim de. Uma carta de... Além do túmulo. In: VÁRIOS. *Sousa Martins (In Memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 405-409.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 407.

referências cruzadas dos nomes (método onomástico¹⁹¹), a reciprocidade na participação de autores em obras coletivas, inclusive deste gênero. Visto que além da troca de cortesias e favores intelectuais de seus organizadores, a especificidade dos livros *In Memoriam* é atrelar o seu nome diretamente ao prestígio do homenageado.

Em 11 de novembro de 1893, em carta a Oliveira Martins, Luís de Magalhães comunica que o livro finalmente começa a ser impresso e teria duas edições (uma mais ordinária e outra de luxo), testa de capítulos diferentes e assinaturas em fac-símile dos autógrafos, prevendo um pouco mais de 300 páginas.¹⁹² Todo o ano de 1894 se passará com o envio de originais, revisão de provas, protestos, reclamações e atrasos. E, finalmente, em 18 de junho de 1896, a edição vulgar (2000 exemplares) é posta à venda, enquanto ainda se trabalhava na tiragem da edição especial, com detalhes em cores e papel de linho (cerca de 300 exemplares). Muito acima da previsão de Magalhães, a obra acabaria com 691 páginas.¹⁹³

Para além de ter sido “*a coisa melhor, mais séria, mas importante, mais descente*”¹⁹⁴ que julgavam ter feito ao legado de Antero, seu *In Memoriam* foi durante mais de meio século a única fonte informativa de grande parte de sua obra.¹⁹⁵ Além disso vinha recordar, ou mesmo revelar, ao limitado público leitor do final do século (cerca de 85% dos portugueses eram analfabetos) uma das figuras mais ricas daquele contexto já considerado o mentor de toda uma geração. Antero era o poeta, filósofo e político que desaparecera de forma tão trágica. Na ocasião da publicação, por intermédio de Luís de Magalhães, seu editor, o francês Mathieu Lugan (então radicado no Porto) é agraciado com a Ordem de Cristo (maior condecoração do Portugal monárquico).¹⁹⁶

É por tudo isso que, mais do que um simples livro (um documento final), o *In Memoriam* de Antero de Quental trata-se de um caso muito bem documentado de uma

¹⁹¹ Utilizar o nome como “fio de Ariadne” que liga os autores entre si dentro de um amplo sistema de relações intelectuais. Bastante utilizado neste trabalho quando nos dirigirmos a perspectiva daquilo que entendemos por uma *prosopografia intelectual*. Largamente inspirada na proposta de Carlo Ginzburg expressa em GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991. pp. 169-178. pp. 175-178.

¹⁹² Cf. MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001. p.147

¹⁹³ MARTINS, Ana Maria A. Prefácio In: VÁRIOS. *Antero de Quental. In Memoriam. Edição fac-similada*. Lisboa: Presença, 1993. pp. VII-XLIII. XXIV

¹⁹⁴ Ibidem, p. XXVI.

¹⁹⁵ Ibidem, p. XXVI.

¹⁹⁶ “*A graça que acabo de receber do governo português será para mim mais um laço que me prende à pátria portuguesa, berço dos meus filhos./ Será para mim uma eterna lembrança da minha humilde colaboração no monumento literário que V. Ex. e os seus ilustres colaboradores acabam de levantar à memória de Antero de Quental, que tanto o merece.*” Mathieu Lugan apud MARTINS, Ana Maria. Op, cit., p. XXIV.

prosopografia intelectual.¹⁹⁷ Graças à extensa troca de correspondência, das relações pessoais, literárias e editoriais da época e as muitas polêmicas que suscitou.¹⁹⁸ Este tipo de obra coletiva, portanto, assim como as revistas de ideias, acabava por constituir em torno de si uma verdadeira rede de sociabilidade intelectual.¹⁹⁹ Sociabilidade nem sempre branda, como observa Ana Maria Martins. Por vezes “*um cortejo de peripécias, algumas roçando a tragicomédia, impaciências, intrigas e invejas*”, as misérias literárias, que Antero dizia ser as piores misérias humanas.²⁰⁰

Retomando novamente Fernando Catroga, a reação dos homens diante da morte (dos outros, neste caso) expressam distintas representações simbólicas não raro antagônicas entre si.²⁰¹ E até agora pudemos medir algumas delas nas cerimônias públicas de Reis e Bombarda, e no monumento escrito a Antero, que são dois entre muitos exemplos. No entanto, as condições históricas e sociais dos ritos e manifestações coletivas do luto não devem fazer esquecer de que toda esta problemática da morte mexe diretamente com o interior dos indivíduos. Elas são urdidas por uma *pulsão* que impele o homem a separar-se da natureza (e da animalidade) e distinguir-se dos demais seres, como um “cultuador de mortos”. Logo, como um produtor de cultura e de memória. Sem a angústia nascida da tomada de consciência da precariedade humana não haveria então nem cultura nem necessidade de se construir monumentos, conclui Catroga. Afinal, somente aquele que se sabe e se recusa a ser transitório pode aspirar à perpetuação.

O monumento funerário — seja em granito ou papel — é assim, simultaneamente, exteriorização da tomada de consciência de que o homem é um “ser-para-a-morte” (Heidegger) e afirmação do seu “direito à memória”.²⁰² Ainda segundo

¹⁹⁷ De acordo com Lawrence Stone “*a prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes [...]. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. [...] O objeto mais popular para a prosopografia foram e ainda são as elites políticas, mas outros grupos que se prestam mais facilmente a tal tratamento são membros de certas categorias de alto status, como funcionários públicos, oficiais da Marinha, o alto clero, intelectuais e educadores, advogados, médicos, membros de outros corpos profissionais e empresários industriais e comerciais.*” STONE, Lawrence. “Prosopografia”, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, junho de 2011, v. 19, n. 39, pp. 115-137. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009>. Acesso em: 13/09/2017.

¹⁹⁸ Registro em que Ana Maria Martins fez o exímio trabalho de compilar em sua quase totalidade e publicar na edição crítica da correspondência da qual nos valem os. Cf. MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001.

¹⁹⁹ Como desenvolveremos no capítulo 4.

²⁰⁰ Antero de Quental, apud MARTINS, Ana Maria. Op. cit. p. 8.

²⁰¹ Para uma história das mentalidades das relações dos homens com a morte, inclusive a própria, ver ARRIES, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: UNESP, 2014. Passim.

²⁰² CATROGA, Fernando. Op. cit. p. 20.

Catroga, “*Ora, apreender o sentido do inaceitável definhamento é um dos requisitos necessários para se tentar apreender o tempo; ou melhor, o homem como tensão entre um futuro que ainda não é e um passado que já não existe.*”²⁰³ O morrer, sendo intrínseco à vida, surge como o problema radical que, em vez de ser recalcado, teria muito a nos ensinar. Em nota, remete a passagem de Antero: “*Saibamos compreender a Morte, que é a única maneira de sabermos compreender a Vida e de sabermos viver*”²⁰⁴. E, como da morte só poderemos reconhecer a sua semiótica, os discursos tanatológicos, como o *In Memoriam de Antero*, serão sempre uma fala dos (e sobre) os vivos.²⁰⁵

2.3 O Cientismo em Portugal

Nada alimenta tanto o mórbido pessimismo dos nossos dias como este gélido fatalismo soprado pela sciencia sobre o coração do homem. [...] N’esse abysmo, «onde se engolfamos mundos e os dias», quantos hoje, desesperando das divinas promessas da voz interior, que tudo parece contradizer, não desejam afundar-se e sumir-se, esquivando-se á cadêa fatal dos séres e fugindo para sempre ao phantasma gigante da necessidade e ás suas ferras leis!

ANTERO DE QUENTAL, «Tendencias Gerais da Philosophia na Segunda Metade do Seculo XIX», *Prosas*, v. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. pp.106-107

Se enquanto movimento literário o Realismo de 1870-1880 veio sobrepujar o Romantismo burguês, seus desdobramentos seguintes — dentro e fora do romance e da poesia — intensificar-se-iam num amálgama de Naturalismo, Filosofia Positiva, confiança na razão científica e exaltação republicana das virtudes do cidadão comum. Trazendo consigo a forte (e a primeira vista, contraditória) presença de uma sensibilidade pessimista e decadente. Um aristocratismo intelectual nietzscheano que constitui a manifestação em meio lusitano de uma fase europeia de mais pronunciada acomodação se comparada ao anterior progressismo liberal.²⁰⁶ Era uma *belle époque* à portuguesa.

²⁰³ Ibidem, p. 14.

²⁰⁴ Conclusão de “Filosofia da Morte”. Cf. QUENTAL, Antero de. Ensaio sobre as bases filosóficas da moral ou filosofia da liberdade. In: _____. *Prosas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1931, v. III. pp. 164-179. p.179.

²⁰⁵ CATROGA, Fernando. Op. cit. p. 14.

²⁰⁶ Cf. LOPES, Oscar (coord.). *Jaime Cortesão*. Lisboa: Arcádia, 1962. pp. 11-14.

De todo modo, as ideias não flutuam soltas sobre a marcha dos processos históricos, e assim como no caso mais geral do ideário republicano, uma compreensão mais concreta do alcance que o Positivismo, e aquilo que convencionou-se chamar de “Cientismo”²⁰⁷, ganharia nos meios intelectuais portugueses, a partir de 1870, precisaria interrogar quais foram as condições objetivas que proporcionaram a recepção, penetração e assimilação deste sistema de pensamento. Tais correntes de pensamento consistiam em uma nova visão de mundo que reivindicava uma intensa transformação cultural, com radicalidade bastante para eliminar das consciências nacionais as marcas profundas de uma educação católica, antepondo-se também à recente chegada das filosofias metafísicas, como aquelas defendidas por Antero. Abarcar tantos condicionantes e seus inúmeros desdobramentos é tarefa que excede as possibilidades de nossa proposta.²⁰⁸ Entretanto, alguns apontamentos neste sentido nos ajudam a melhor situar o embate de ideias (defensores e detratores) em torno destas correntes do pensamento moderno que se expandiram por todo Ocidente a partir das últimas décadas do XIX.

O termo *cientismo* (pouco usual entre nós brasileiros), designa a tendência intelectual ou concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade — religião, filosofia, metafísica etc. É, a propósito este o primeiro e segundo sentidos que lhe atribui o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, enquadrando-o contudo como variação/sinônimo de *cientificismo*.²⁰⁹ Aqui preferimos manter a designação por juízo pessoal de que “cientificismo” — por seu turno — se presta mais ao terceiro sentido²¹⁰, como uma postura viciosa esporádica na valorização extrema das propriedades da

²⁰⁷ “Chama-se, vulgarmente, ‘cientismo’ a teoria que defende que a ciência não só é suscetível de conhecer e explicar, de imediato, ou a prazo, o real tal qual aparece, mas que os seus princípios e métodos são extensíveis e aplicáveis a todas as esferas do cognoscível.” André Lalande apud CUNHA, Norberto Ferreira da. “Ciência e cientismo nos pensadores portuenses no alvorecer do século XX”, *Atas do congresso internacional — pensadores portuenses contemporâneos*, Lisboa, 2002, INCM/Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto), pp. 383-396.

²⁰⁸ Recomenda-se para este fim, ver CATOGRÁ, Fernando, “os inícios do Positivismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1977. v.1, 1977. pp. 287-395. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol1/pdf_vol1/09_fcatroga.pdf>. Acesso em: 22/12/2017.

²⁰⁹ “**Cientismo**: substantivo masculino. filosofia [rubrica temática], mesmo que: *cientificismo*. etimologia inglesa *Scientism*.” e “**Cientificismo**: substantivo masculino (1887), 1. FILOSOFIA [rubrica temática], concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade (religião, filosofia, metafísica etc.), por ser a única capaz de apresentar benefícios práticos e alcançar autêntico rigor cognitivo. 2. FILOSOFIA [rubrica temática], tendência intelectual que preconiza a adoção do método científico, tal como é aplicado às ciências naturais, em todas as áreas do saber e da cultura (filosofia, ciências humanas, artes etc.). [...]” HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 464.

²¹⁰ “**Cientificismo**: substantivo masculino (1887), [...] 3. pejorativo. tendência a valorizar excessivamente as noções científicas ou pretensamente científicas, em qualquer campo da vida prática, intelectual ou moral <ex. as distorções do cientificismo> [...] etimologia científico + -ismo. sinônimo/variação: *cientismo*.” Ibidem, p. 464.

ciência, que venha a se manifestar a qualquer momento. Enquanto “cientismo” nos parece mais datado, portanto, menos generalista do ponto de vista histórico, referindo-se mais especificamente a este movimento de finais do XIX e princípios do XX. Na linguagem de época, nos estudos contemporâneos e, de forma geral, na história da Filosofia (em outros idiomas), o termo também é mais frequente em Portugal, como se verá. Na segunda edição italiana e de língua espanhola do famoso *Diccionario de Filosofia* de Nicola Abbagnano o termo aparece já sendo remetido a seu caráter pejorativo.²¹¹ Por razões que nos escapam, o verbete *cientismo*, ou mesmo, *cientificismo*, foi suprimido da tradução brasileira, coordenada por Alfredo Bosi.²¹² Abbagnano remete o termo às ressalvas do biólogo lamarckista e filósofo Felix Le Dantec e também à crítica posterior do filósofo espiritualista Henri Bergson.²¹³

* * *

No terceiro capítulo de seu livro *Contre la métaphysique, questions de méthode* (1912), chamado “Pragmatisme e Scientisme”, Le Dantec reconhece a existência do termo *scientisme*, que era aplicado nas acepções mais diversas.²¹⁴ Relata que os críticos que se ocuparam de sua obra — Bergson, provavelmente — já se referiram a ela como *materialista* ou *monista*, este último até reconhece, embora num conceito distinto do comumente empegado. Todavia, renuncia a ele porque julga perigoso enquadrar a explicação num “ismo”. Aliás, critica justamente e entre outras razões o pragmatismo de William James — tão apreciado no círculo da *Resnascença Portuguesa* — dizendo que ele é em realidade a “anti-ciência”. E prefere se assumir apenas como alguém de um “temperamento cientista”, ou mesmo, um “cientista entusiasta”.²¹⁵ Aliás, Dantec novamente referindo-se a James, nos traz que todo mundo

²¹¹ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dizionario di filosofia*. Torino: Unione Tipografica; Editrice Torinese. 1971. p.770. Ct. tb. ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997. p.169

²¹² Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

²¹³ “**Cientismo** (ingl. *scientism*; franc. *scientisme*; ital. *scientismo*). 1) La actitud propia del que se vale de los métodos y de los procedimientos de la ciencia. Éste es el significado que el término tiene especialmente en inglés (cf. también Le Dantec, *Contre la métaphysique*, 1912, p. 51). 2) La actitud del que da una importancia preponderante a la ciencia, muy por encima de las otras actividades humanas, o considera que no existen límites para la validez y la extensión del conocimiento científico. En este sentido, el término equivale a positivismo, pero con una connotación peyorativa. [...]” ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997. P.169

²¹⁴ LE DANTEC, Félix. *Contre la métaphysique, questions de méthode*. Paris: Alcan, 1912, p. 59 (nota 1). Disponível em: < <https://archive.org/details/contrelamtaphy00leda> >. Acesso em 25/09/2017.

²¹⁵ Ibidem, pp. 54 e 69.

segue alguma filosofia e no século XX a própria palavra “Filosofia” não terá outros sentido do que a palavra “Ciência”.²¹⁶

Já Bergson, em *La Pensée et le Mouvant* (1934), numa crítica costumeira e bastante coerente, associa o termo aos desvios e exageros dos positivistas que tomavam a ciência como *tábua de salvação* dos mistérios humanos/na compreensão do homem. A ciência deveria apenas seguir “*sendo científica, que não se envolvesse em uma metafísica inconsciente, que se apresenta então aos ignorantes ou aos semi-doutos sob a máscara da ciência*”, queixando-se de que durante mais de meio século este cientificismo — metafísico — vem obscurecendo o caminho da Metafísica.²¹⁷ Ou seja, diferente de outras filiações de cunho religioso, político, literário e mesmo filosófico, o caráter pejorativo apegou-se de fato ao termo, de modo que não costumava a ser adotado por aqueles que possamos identificar como tais — sejam ou não adeptos declarados. Mesmo com o Positivismo, alguns intelectuais preferiam o termo Filosofia Positiva, como Le Dantec, que temia o sufixo “ismo”.

Racionalismo, positivismo, cientismo, empirismo, etc. Outra “constelação de conceitos” que operam num mesmo campo semântico da doutrina científica de finais do XIX. Adote-se ou não a terminologia, considerando os perigos de sempre criar uma alcunha única para classificar expressões diversas, esse fenômeno veio traduzir uma forte tendência do pensamento europeu da época, com forte incidência na, e da, cultura francesa. As razões de seu êxito nos meios intelectuais — e mesmo para além destes — no caso português, só pode significar que veio a corresponder às demandas sociais objetivas. A doutrina positivista, enquanto atitude filosófica, possibilitava a legitimação de ideologias alternativas, quer pela sua leitura crítica das instituições vigentes, quer pela prospecção otimista que propunha. Valores que se contrapõem diretamente ao dogmatismo católico tão arraigado na cultura ibérica e que contribuem fortemente para o novo equacionamento do papel da religião nas sociedades modernas, dilema da visão de mundo burguesa e, provavelmente, um dos paradoxos ideológicos

²¹⁶ “Para mim, um cientista entusiástico, a palavra filosofia não deve mais ter, no século XX, nenhuma outra definição do que a palavra ciência; as conquistas do método científico têm sido até o nosso tempo, que devemos esperar tudo disso; É impossível, a partir de agora, dar o menor crédito aos sofistas eloquentes que constroem sistemas incoerentes em fórmulas cheias de obscuridade além da ciência, não podemos esperar construir um edifício que tenha qualquer chance de durar!” [livre tradução do autor] Ibidem, pp. 51.

²¹⁶ Ibidem, pp. 54 e 69.

²¹⁷ “Nosotros sólo hemos pedido a la ciencia que siguiera siendo científica, que no se envolviera en una metafísica inconsciente, que se presenta entonces a los ignorantes o a los semidoctos bajo la máscara de la ciencia. Durante más de medio siglo este Cientismo ha obstaculizado el camino de la metafísica” BERGSON, Henri apud ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997. p.169.

mais marcantes na vida cultural e política da sociedade portuguesa, desde a Revolução Liberal ocorrida em 1820.²¹⁸

Cair-se-ia em projeções anacrônicas, ainda, se creditássemos a este êxito os ditames empiristas de uma suposta racionalidade econômica e tecnológica, não obstante a defesa de tais interesses estivesse na pauta do dia, consonantes à crítica constante que se fazia pelo menos a metade do século XVIII²¹⁹ acerca do *atraso* industrial português frente às demais potências europeias. Todavia, não foram esses elementos a *ideia-força* dos positivistas. Na experiência portuguesa, tal corrente de pensamento incorporou muito pouco a concepção tecnocrática e utilitarista dos diversos saberes inaugurados pela sociedade científico-industrial. Na linha dos grandes sistemas filosóficos do XIX procurou-se fomentar uma visão global e moral do mundo e da vida. A maior parte de seus adeptos lusitanos não se distinguiram como apóstolos do progresso material, recorreram ao discurso científico para atacar tudo que não pudesse desaguar na demonstração teleológica de que o cosmos caminhava para o épico aperfeiçoamento do homem e da sociedade.²²⁰

Isto não significa, porém, que o crescimento das profissões liberais e a introdução de cursos de pendor mais técnico no ensino oficial português não tenham preparado terreno para emergência de uma cultura que reivindicará a defesa dos valores técnico-científicos como ideal de progresso. Um exemplo disso, foi o prosélito movimento que assinalou devidamente o contributo que as Escolas Médico-Cirúrgicas e Politécnicas deram para a propagação daquelas ideias. Basta percebermos que ao lado de alguns publicistas originalmente formados nos cursos de Direito, a grande maioria dos divulgadores eram praticamente todos médicos, como Júlio de Matos, Sousa Martins e o próprio Miguel Bombarda. Também por isso convém destacar que as correntes predominantes no positivismo português são muito mais acentuadamente de raiz biológica e naturalista do que inspiração histórica e sociológica.²²¹

O fato do Dr. Bombarda e seus escritos figurarem entre as manifestações cimeiras da corrente em Portugal não é aleatório. Combinado aos anseios republicanos,

²¹⁸ CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo A. M. A. de. Teófilo Braga e o movimento positivista. In: _____. *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996. pp. 213-230. p. 215.

²¹⁹ Ver CALAFATE, Pedro (org.) *Portugal como problema. Volume II – séculos XVII-XVIII. Da obscuridade profética à evidência geométrica*. Lisboa: FLA; Público, 2006. Cf. tb. CARDOSO, José L. (org.) *Portugal como problema. Volume V – A economia como solução. Do mercantilismo à ilustração (1625-1820)*. Lisboa: FLA; Público, 2006.

²²⁰ CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo A. M. A. de. Teófilo Braga e o movimento positivista. In: _____. *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa, Universidade Aberta, 1996. pp. 213-230. p. 215.

²²¹ CARDIA, Sottomayor. O pensamento filosófico do jovem Sérgio, *Cultura – história e filosofia*, vol. I, Lisboa, INIC, 1982, pp. 411-467. p. 422.

a *doutrina positiva* transportava uma capacidade crítica que dava força à tradição anticlerical da oposição ao mesmo tempo em que vinculava uma visão otimista de futuro. Satisfazia às necessidades ideológicas dos grupos que não viam seus interesses satisfeitos no regime monárquico-tradicional e não se identificavam com as representações mentais nele dominantes, ganhando fôlego em parte das elites e setores médios. Correlatamente, nos princípios do século XX, aquele Socialismo (dito utópico) — que já vinha desde Antero, Eça e o *jovem* Oliveira Martins — compunha um discurso político que recebeu um novo sopro das ideias e lutas pela emancipação de classe, das mais variadas vertentes do internacionalismo operário, que já há algum tempo vinham *rondado a Europa* e crescendo entre os trabalhadores. Estavam nessas condições muitos setores intelectualizados da nova geração. Uma vez esgotada a velha luta entre liberais e absolutistas a intelectualidade portuguesa acenava ora para o Positivismo, ora em direção a um Socialismo moderado. Por conseguinte, como punham em causa o pensamento teológico e suas expressões sociopolíticas na manutenção da ordem vigente, não se surpreende que o sucesso que ambas ideologias tiveram junto a *intelligentsia* portuguesa tenha também se propagado a demais setores marginalizados pelo regime dominante.

Embora o filósofo francês Augusto Comte tenha sido o principal sistematizador da doutrina positiva, sua influência em Portugal não fora exclusiva. No Porto, mais próximo da cultura britânica prevaleceu no primeiro momento o positivismo inglês de Herbert Spencer e Stuart Mill. De matriz francesa, contra o *ecletismo* de Victor Cousin e seus discípulos surgiram além de Comte, Émile Littré, Charles-Philippe Robin, entre outros. O humanismo biológico e o materialismo naturalista dos alemães Ernest Haeckel e Ludwig Büchner, somavam-se às grandes correntes antropométricas e criminalistas italianas de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, além das teses *degeneracionistas* sintetizadas por Max Nordau. Estes últimos com grande repercussão no meio médico lusitano.

Como já foi dito, é comumente aceito que Teófilo Braga foi o principal introdutor do Positivismo em Portugal. Sua adesão a esta doutrina foi professada pela primeira vez em 1872, quando começam a se tornar públicos seus ideais democráticos.²²² Altura em que terá consumado sua “renovação mental” e cortado com sua fase metafísica (Hegel, Michelet e Vico), lançando em 1877, *Traços Geraes de Philosophia Positiva Comprovados pelas Descobertas Scientificas Modernas*,

²²² Cf. SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Lisboa: Centro Bibliográfico, 1950. pp. 3-11.

primeira sistematização do ideário comtiano em Portugal. No entanto, o primeiro órgão do movimento foi a revista *O Positivismo* (1878-1884) fundada em parceria com Júlio de Matos.²²³ De forma geral, numa pátria ainda tomada pelo espírito religioso e providencialista, o termo “positivismo” continuava a ser adotado por muitos para caracterizar uma série de orientações e movimentos de caráter anti-teológicos e anti-metafísicos. No entanto, é indiscutível que o *corpus* doutrinal desta corrente, já naquele primeiro momento, não se esgotava na interpretação de Comte, e só no seio de um evidente ecletismo de influências se poderá encontrar o sentido último da proposta cujo ponto nuclear residia, cada vez mais, na defesa de uma visão de mundo agnóstica e materialista advinda das ciências. Quer-se com isto dizer que, paulatinamente o positivismo de expressão lusitana, sobretudo lusófona (movimento semelhante ocorreu no Brasil) foi se afastando de sua dimensão filosófica e se aproximando do *racionalismo cientista*.²²⁴

O ponto de chegada desta atitude pode ser visto em *A Consciência e o Livre Arbítrio* (1898) de Bombarda, no qual o positivismo evolucionista ilustrava a diluição das doutrinas iniciais naquilo que se poderia chamar de uma “índole cientista”.²²⁵ Percurso comum à grande maioria dos que se envolveram mais diretamente na militância anticlerical, e por conseguinte, na causa republicana. Ciência e Igreja não constituíam assim duas esferas autônomas, mas antes, duas perspectivas incompatíveis de interpretar o mundo e a vida. E basta compulsar a imprensa republicana, socialista e laica dos finais do século XIX e princípios do XX para se encontrar, a miúdo, repetidas profissões de fé na ciência, acompanhadas por outro lado pela inevitável anatematização da religião em geral e do tomismo de matriz jesuítica, em particular, bastante arraigado nos quadros mentais portugueses.

Em síntese, a anamnese da sociedade contemporânea, segundo esta voga, passava pelos seguintes sintomas: o modelo corrente de sociedade-urbano industrial; a falência dos valores burgueses (originais de 1789), desgastados por um liberalismo que mais prometera do que cumprira, as virtudes da vida artística convertidos pelo dandismo do *flâneur* em mero hedonismo e modismos estéticos, para além de outros fatores que estariam levando ao declínio existencial dos rumos coletivos da humanidade. Tudo isso passa a consolidar no Cientismo a atenção de um prontuário médico. Em vez da *decadência dos povos*, focava-se agora também na *degeneração*

²²³ CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo. Op. cit., pp. 217-219.

²²⁴ Ibidem, p. 221.

²²⁵ Ibidem, p. 222.

dos indivíduos, como doença e manifestação bioevolutiva deste declínio. Inclusive para muitos destes teóricos as próprias fases crepusculares de uma sociedade nada mais eram do que a manifestação pandêmica desta patologia generalizada

Não obstante este diagnóstico pessimista, o Cientismo carrega ainda um fundo otimista e teleológico, pouco importando se ao nível do controle racional de seu discurso ele se apresentasse como não-utópico, ou mesmo como anti-utópico. Se entendermos *utopia* como uma mera projeção ideal de desejos subjetivos é um fato que nada disto teria a ver com as projeções de horizonte da modernidade. O próprio Antero de Quental sentiu a necessidade de se distanciar do *utopismo romântico* da geração de 1848, mais afeito à contemplação do que à ação. O que não era tão distinto dos muitos *milénarismos* que já haviam passado, ou permaneciam vivos no imaginário português. Antero, sem dúvida, o fazia em nome não só dos ditames das revoluções sociais e da ciência, mas também da fenomenologia do espírito subjacente à sua filosofia de *devir histórico e intervenção intelectual*. Portanto, no discurso positivista a direção da história não radicava no desejo dos indivíduos ou na luta de classes, mas antes num promanar de *leis universais*. A visão de mundo cientista somente ganhou coerência em função desta finalidade última, qual *telos* metafísico não assumido, que dava sentido à objetificação temporal das sociedades a saber: a ideia de Humanidade como sujeito e o motor da História.²²⁶

* * *

Em *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*²²⁷ — testamento filosófico de Antero — entre as muitas críticas pertinentes que faz ao Positivismo e suas vertentes cientistas/naturalistas, acusava-os, contundentemente, de serem subjetivistas ou de produzir uma metafísica da Ciência. Lembremos de que segundo a lei dos três estados de Comte, a concepção metafísica da realidade seria o estágio (intermediário), superando apenas o teleológico (supersticioso, mais primitivo), mas seguia atrás do positivo (ou seja, científico). Embora seja ilustrativo trabalharmos com materialismo cientista *versus* transcendentalismo metafísico como em pares de oposição, as próprias considerações de Antero já eram mais sofisticadas do que isso. Sua crítica não se deposita sobre o avanço científico, pelo contrário, mas

²²⁶ Ibidem, p. 226.

²²⁷ QUENTAL, Antero de. *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. In: _____. Op. cit. pp. 62-140.

sobre uma determinada “*visão fatalista das sciencias da natureza*” que reduzia o Universo a uma vasta mecânica de forças elementares, da mesma forma que não abraça cegamente a toda doutrina metafísica. Censurava os sistemas metafísicos de explicação apriorísticos (o chamaríamos de pensamento teleológico), a exemplo das filosofias da história, como a de Hegel, o ecletismo/espiritualismo de Cousin, que procura dar um sentido externo e definitivo a experiência humana, o evolucionismo, a busca de *leis gerais*, a frieza de ciências que acusavam a especulação mas caíam no próprio subjetivismo ambicioso das generalizações e interpretações únicas.²²⁸

Assim como o movimento, a que tudo reduz, é um movimento sem causa e sem fim, e a necessidade, a que tudo submete, é destituída de razão e incompreensível, assim também a evolução, em cuja espiral faz mover-se esse mundo cego e fatal, privada de verdadeira substância, explicando o concreto pelo simples e reduzindo o superior ao inferior, não tem realidade própria e é, no fundo, uma aparência vã e uma pura ilusão subjetiva.²²⁹

Havia, portanto, pontos de contato entre o *horizonte de expectativa* cientista e o sentido de *devir histórico* de Antero e de Eça. Numa ruptura com a ideia da *arte pela arte* reivindicavam uma função moral, recorrendo a Proudhon e Taine para acentuar a importância dos condicionamentos históricos e do meio social e físico na sua produção literária. Com efeito, a obra de arte não podia ser vista como pretendiam os exageros românticos como a consequência de um ato puro de criação livre e subjetiva, mas teria de ser explicada à luz de seu momento histórico. Nacionalidade, espaço, “raça” a qual autor pertence, as instituições em que se insere, etc — tendência que ganha nova significação na geração seguinte, a partir das leituras de Guyau e Fouillée. Num sentido próximo, mas com desdobramentos diversos, no lado cientista havia o forte peso das teorias evolutivas e suas implicações diretas nas concepções racialistas, das sociedades entendidas como organismos, retratadas por uma estética naturalista-medicalizante. Posicionamentos que tencionam em debates como o ocorrido em 1872 entre Antero e Teófilo Braga a cerca da pretensa dominância da raça moçárabe na

²²⁸ “Mas este descrédito das grandes construções a priori não significava falta de confiança no poder e auctoridade da razão, nem implicava uma renúncia á especulação e á philosophia. Pelo contrario, pôde bem dizer-se que um recrudescimento de espirito philoso-phico e' uma das características da segunda metade do nosso século. Somente, a par com esse recrudescimento, dá-se uma mudança no temperamento da philosophia: de metaphysica torna-se scientifica; de transcendental, realista; de deductiva, inductiva. Querem-se idéas, mas que as idéas se adaptem o mais perfeitamente possível aos factos, não que parem, em largo voo, por cima d'elles. E esta nova tendência que se patenteia na Philosophia Positiva de Augusto Comte, na Philosophia da Evolução de Herbert Spencer, na Lógica de Stuart Mill, no livro Da Intelligencia de Taine e n'outras obras consideráveis deste tempo. Procura-se chegar á synthese pelo caminho da inducção; procura-se até construir a metaphysica partindo da experiência só e dos factos. Todos almejam por imprimir á especulação um caracter positivo.” Ver também CATROGA, Fernando. *Antero de Quental: história, socialismo, política*. Lisboa: Notícias, 2001. p. 100. Para uma síntese do pensamento filosófico de Antero, da obra ver especialmente introdução e capítulos 1 ao 4 (pp. 11-105).

²²⁹ QUENTAL, Antero de. Op. cit., p. 106.

composição étnica do gênero literário português defendida por este e que aquele julgava demasiado forçada frente à enorme miscigenação lusitana.²³⁰

Em suma, os postulados cientistas — lastreados na visão de uma modernidade doente que se urgia diagnosticar — levavam a que os escritores fossem convidados a modelar-se pelo ofício do médico ou do sociólogo. Como se pode perceber, a crença na cientificação de todas as atividades humanas e sociais repercutiu-se, igualmente, em outros domínios culturais — literatura²³¹, direito, etnologia, pedagogia — embora tenha sido em torno da luta ideológica anticlerical e antimonárquica que tenha ganhado maior força. Com efeito, a Ciência tornou-se no fundamento predominante do otimismo histórico que alimentava a doutrinação republicana das ultimas décadas do XIX e princípios do XX, ao mesmo tempo que a crença no inevitável advento da era da positividade e da ciência coincidiria com a implantação da República (1910). Positivismo e Socialismo, nas suas mais variadas feições — e suas meta-narrativas fossem vistas pela igreja e setores conservadores como o perigo iminente surgidas do modernismo e da secularização. Não surpreende, assim, que se assista de imediato em Portugal, a sua contraofensiva no plano cultural e político, tendo em vista o combate que já na época era entendido como um sinal evidente de descristianização das elites intelectuais e populações urbanas, e a queda do regime monárquico.

2.4 Sousa Martins e a origem mórbida do gênio e da arte

Antero de Quental: poeta, filósofo, agitador político ou doente? Dos quatro, o último não foi o que menos curiosidade despertou a avaliar-se pela produção bibliográfica que imediatamente se seguiu à sua morte. A teoria da natureza patológica dos *gênios* (indivíduos superdotados, destacados no campo das artes, do pensamento, mas também em outras esferas) foi um dos desenvolvimentos mais polêmicos da Psiquiatria positivista de finais do XIX e princípios do XX. E, não por acaso, começa a surgir neste período, no próprio terreno da Medicina, a ciência psicanalítica (Breurer Freud, Adler, Jung, entre outros) que iria se contrapor a muitos daqueles preceitos, mormente o determinismo biológico. Tomando a alma humana (*psyché*) como uma dimensão autônoma: nem divina, nem fisiológica.

²³⁰ CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo. Op. cit., p. 229.

²³¹ Ver PIRES, Machado. Naturalismo e explicações positivistas. Decadência e degenerescência. In: _____. *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980. pp. 91-115.

O “caso de Antero” não fora o primeiro e nem o único²³², mas como viu-se, o espaço que ocupa na cultura finissecular portuguesa deu maior dimensão a criação do *mito*. A indeterminação da causa de seus padecimentos físicos, a relativa marginalidade do modo de vida, o pessimismo e, por fim, o suicídio, foram motivo de interrogação, estudo e controvérsia. Neste caso a ciência nosológica da época não fez perder de vista nem o apóstolo da poesia revolucionária, nem o militante e doutrinário do Socialismo, tampouco o pensador e artista. Pelo contrário, tais dimensões assumiram enorme relevo e alimentaram toda argumentação sobre arte e *degeneração*.²³³

Seu contemporâneo, o Dr. José Tomás de Sousa Martins (1843–1897) era pneumologista e professor catedrático da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Formado em Farmácia e Medicina, destacou-se nas atividades que desempenhava e por sua sempre mencionada filantropia, sobretudo no combate à tuberculose. Considerado por seus pares um exímio orador, homem de atividade inesgotável e alma caridosa, ainda em vida deixou marcas profundas em colegas, alunos e pacientes que tratou.²³⁴ Após seu falecimento esta influência metamorfoseou-se, tendo a figura de Sousa Martins assumido contornos de *santo* laico popular. Num culto ainda vivo e bastante atual, visível na centena de *ex-votos*, flores e velas colocados em torno da sua estátua²³⁵ no Campo dos Mártires da Pátria na colina de Sant’Ana, que fica de frente ao antigo prédio da Escola (atual Faculdade de Medicina da Universidade Nova de Lisboa),²³⁶ bem como no cemitério de Alhandra, onde está sepultado.²³⁷

²³² Ramalho Ortigão sobre Camilo Castelo Branco: “*A nevrose geralmente designada pelo cativante eufemismo de talento artístico, é em certos organismos a fase inicial da degenerescência da raça. Tão estreita e tão vaga zona separa o talento das afecções inferiores da mentalidade, que quase todas as produções literárias se podem classificar pela diagnose alienística.*” ORTIGÃO, Ramalho. *Quatro grandes figuras literárias: Camões, Garrett, Camilo e Eça*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924. p. 169.

²³³ CARDIA, Sottomayor. Op. cit., p. 421.

²³⁴ Já àquela altura, a esse respeito, disse Fialho de Almeida, celebre autor d’*Os Gatos*, que Sousa Martins, “*como Jesus, teria tido uma lenda servindo de base a uma religião infinitamente tolerante e idealista. Como Jesus até teve elle Magdalenas para remir, Judas que o vendiam, e discípulos amados que, mesmo sem tempera d’evangelistas, se fariam matar a um gesto da sua mão de tísico e de martyr.*” ALMEIDA, Fialho de. Carta Casimiro José de Lima. In: VÁRIOS. *Sousa Martins (in memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904.pp. 425-435. p. 427.

²³⁵ A primeira versão é de 1904, mas por julgarem mal executado o trabalho artístico o monumento é substituído por outro, da autoria de Costa Mota, e é inaugurado precisamente quatro anos depois, em nova comemoração do nascimento do médico. Cf. REPOLHO, Sara. *Sousa Martins: ciência e espiritualismo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 68.

²³⁶ Tratando-se portanto de outra instituição. A tradicional Escola Médico-Cirúrgica tornou-se em 1918 a Faculdade de Medicina da Universidade (clássica) de Lisboa, enquanto a Universidade Nova é uma criação da década de 1970.

²³⁷ “*Em plena Lisboa, no Campo dos Mártires da Pátria, tem Sousa Martins uma estátua erguida, datando de 1904, por iniciativa de um grupo de amigos em sua homenagem. Curioso movimento se gera em torno dela. A base da estátua está rodeada de lápides, velas, flores. Várias pessoas parecem rezar... Também em Alhandra, sua terra natal, se gera o mesmo movimento no cemitério onde está sepultado. Nos dias 7 de Março (data do nascimento de Sousa Martins), 18 de Agosto (data da sua morte) e dia 2 de Novembro (dia de finados), o número de pessoas aumenta substancialmente, havendo mesmo excursões organizadas. Vêm pessoas de todas as partes*

Era uma grande personalidade pública em Portugal, talvez um dos nomes mais conhecidos dentro e fora do meio médico, como se pode ler nas notas de seu falecimento, a 18 de Agosto de 1897, que se publicavam por toda imprensa:

Lisboa está sob a mais dolorosa das impressões. Morreu lhe houtem um dos seus vultos mais eminentes: o dr. Sousa Martins! [...] Com Sousa Martins desaparece da sociedade portuguesa um dos homens que mais souberam honral-a, que mais lustre lhe deram, que melhor conseguiram provar ao estrangeiro as qualidades superiores da nossa raça no campo do talento e na arena da sciencia.²³⁸

A sua morte constitue uma verdadeira perda nacional, pois, sem duvida alguma, era elle a individualidade mais em evidencia entre a classe medica do paiz. O seu nome citava-se como o d'uma celebridade, a sua opinião tinha fôros da mais incontestada auctoridade.²³⁹

Era um nome idolatrado em Portugal por quantos haviam sido tratados pelo medico, ensinados pelo professor. Fóra das fronteiras não havia nome de portuguez mais altamente considerado.²⁴⁰

Com exceção da *Nosographia de Anthero* (1896)²⁴¹ não deixou substancial obra escrita — para além de alguns artigos e relatórios académicos.²⁴² Capítulo mais longo do *In Memoriam*²⁴³, trata-se na realidade de um ensaio clínico das razões e causas patológicas do temperamento, conduta, *visão de mundo*, e inerente suicídio do poeta. O termo “nosografia” havia difundido-se pelo menos desde meados da década de 30

do país, das ilhas, emigrantes29... O jazigo de Sousa Martins encontra-se aberto a 7 de Março e 18 de Agosto e chegam a ser centenas as pessoas que aí acorrem. Agradece-se as curas e as graças recebidas, formulam-se novos pedidos.^[SEP] São os devotos de um homem que a crença popular consagrou como santo.^[SEP] [...] Este homem — Sousa Martins — que defendia o positivismo, acaba por ser elevado ao altar da adoração popular, e à revelia da instituição eclesástica dominante e, durante o Estado Novo, à revelia do próprio Estado. [...] Apesar da repressão, há sinais de que o culto se mantém. [...] A partir dos anos 70, o culto assume maior visibilidade, exteriorizando-se hoje livremente.” Ibidem, pp. 55-56.

²³⁸ “Sousa Martins”, *Diário Illustrado*, 19 de Agosto de 1897, pp.1-2, apud REPOLHO, Sara. Op. cit., p.19.

²³⁹ “Dr. Souza Martins”, *Jornal de Notícias*, 19 de Agosto de 1897, p.1, Ibidem, p. 21.

²⁴⁰ “Sousa Martins”, *Occidente*, 20 de Agosto de 1897, pp.179-180, Ibidem, p. 22.

²⁴¹ MARTINS, Sousa. *Nosographia de Anthero*. In: VÁRIOS. *Antero de Quental. In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. pp. 219-314. Doravante chamada apenas como *Nosografia de Antero*, ou *Nosografia*.

²⁴² Nas palavras de Teófilo Braga, “*Sousa Martins possuía todas as condições para ser um grande escriptor; além das ideias, e de um critério positivo exercido nas sciencias biologicas, e da arte de expôr com nitidez profissional, dispunha também de um vocabulário riquissimo, com redacção animada e opulenta. Mas estas mesmas faculdades desviadas de um objectivo fundamental, malbaratarem-se por ahi em pequenos prologos a livros de outros escriptores, e em substanciaes relatorios*”. BRAGA, Teófilo. *Viver na symphatia*. In: VÁRIOS. *Sousa Martins (in memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 59-62. p. 61.

²⁴³ Totalizando exatas 95 páginas. No restante dos vinte e sete artigos (excluindo os apêndices com listagem bibliográfica e correspondência) o segundo maior tem 65 páginas, seguindo-se de outros três excedendo um pouco as 40 páginas — o de Eça de Queirós e Carolina Michaelis, entre eles —, o de Jaime Batalha Reis com 31, outros três com cerca de 20 e todos os demais com menos que isso, sendo alguns bastante breves — não passando das 5 páginas. Em carta, Sousa Martins tenta justificar a disparidade no tamanho de sua contribuição aos organizadores da obra: “*O artigo saiu, como já tive ocasião de dizer a V. Exa, muito extenso, pois que, não sendo feito nem só para médicos nem só para literatos, me vi na necessidade de explicar coisas que para um jornal de medicina seria escusado dizer*.” Trecho de carta de Sousa Martins a Luís de Magalhães, Lisboa, 11 de Fevereiro, 1894. MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a génese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001. p. 166.

daquele século, sempre referente a tratados de descrição e explicação de doenças.²⁴⁴ Seu conteúdo era todo regido por um naturalismo biológico — diverso, portanto, do literário. O texto alterna descrição e análise, parecendo um extenso prontuário médico, nitidamente conformado por uma concepção mecanicista e determinista dos processos orgânicos como fundamentação do comportamento humano. Exposto em uma linguagem excessivamente fisiológica e bastante rebuscada, a obra constituiu um marco no positivismo cientista português. Ainda hoje, apesar de contestado nos seus preceitos científicos e teóricos, segue sendo um texto de referência.²⁴⁵

* * *

Sousa Martins inicia seu texto com o postulado de que: quando dois ou mais organismos associam-se em uma *simbiose*, se estabelece (através de uma *lei da compensação*) a reciprocidade de “direitos” e “deveres”.²⁴⁶ Essa equação geral é descrita como componente primordial da fisiologia. Desde as algas e pólipos marinhos, passando pelos seres de maior complexidade celular até chegar ao funcionamento da sociedade e dos próprios Estados nacionais.²⁴⁷ A exposição prévia deste princípio tem por objetivo sugerir de forma peremptória o princípio de que: onde há uma grande inclinação para a genialidade certamente haverá para a loucura, ou, mais precisamente: para *degeneração*. Em que pese que a associação entre *gênio* e doença/loucura/degeneração era tema recorrente já desde os pensadores clássicos, se perfazendo por todo campo da Fisiologia, através da *teoria dos humores*.²⁴⁸

A doutrina da *degenerescência*²⁴⁹ reinou quase que absoluta em toda psiquiatria ocidental, por pelo menos toda segunda metade do século XIX até Grande Guerra. A teoria foi firmada pelo psiquiatra franco-austriaco Bénédict Augustin Morel em seu *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades* (1857), no qual sustenta a origem

²⁴⁴ Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. Op. cit., p. 1362.

²⁴⁵ CARDIA, Sottomyor. Op. cit., p. 422.

²⁴⁶ Cf. MARTINS, Sousa. Op. cit., p. 219.

²⁴⁷ E acrescenta “*Nas expressões mais elevadas da Symbiose, na vida individual de um homem, na vida social de uma nação, o facto fundamental, com ser essencialmente o mesmo, é tão complexo nas aplicações, que se não antevê ainda quando o determinismo científico haja de desvendar o ultimo segredo da anthropologia e de dizer a ultima palavra em sociologia. O que ha muito se sabe, porém, é que o consensus, a identificação statico-dinamica de todas as parcelas, a unificação de todas as energias-componentes em uma energia-resultante, se acha superiormente incumbido nas Nações ao Estado, no Homem ao Systema nervoso.*” Ibidem, p. 220.

²⁴⁸ Será retomado ao final do capítulo.

²⁴⁹ Ou seja, que emprega o conceito de *degeneração* para explicar um suposto processo hereditário-patológico de degradação dos organismos (e que seria, por seu turno, a origem das deformidades e anomalias físicas a desvios de comportamentais do tipo balizado como normal, como se irá explorar).

de certas doenças no fenômeno da degeneração. Escrita em reação à nosologia de Philippe Pinel e seu discípulo Jean-Étienne Esquirol, baseada em uma sintomatologia muito lábil para permitir classificações fixas. Ou ainda à de Antoine Bayle, que embora partisse de um método anátomo-clínico (que mostrava as lesões nervosas correspondentes aos sintomas), não está preocupado com as causas primárias dessas lesões. O projeto de Morel era buscar essas causas profundas, e isso seria feito através do conceito de *degeneração*. A palavra *degenerar* existe no francês desde o século XIV com o significado latino de “*perda das qualidades de sua raça*”.²⁵⁰ Na *Encyclopédia* (1751) de Diderot e d’Alembert, aparece proveniente da botânica — jardinagem, mais especificamente — como referente a planta (cebola) inferior em beleza à muda-mãe que a teria originado, uma semente que degenerou. Mas, nos tomos desta mesma coleção consta já na descrição de diversos outros verbetes com esse mesmo sentido aplicado para o desenvolvimento de doenças em animais e humanos.²⁵¹

Para os evolucionistas Jean-Baptiste de Lamarck e Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, é um “*desvio natural da espécie*”; Morel, por sua vez, indica como um “*desvio doentio da espécie* [grifo nosso]”. Uma visão que implica a noção de *transformação*, mas não do tipo darwiniano (ligado a evolução dos processos adaptativos da *seleção* natural), mas sim, transformação patológica, involução que degrada o homem perfeito criado à imagem e semelhança de Deus. A causa raiz desse processo inexorável devia-se, portanto, ao *pecado original*. A doutrina sofrerá novas modificações, em particular pelo republicano Valentin Magnan, que procurará laicizá-la. É a primeira tentativa de uma explicação sistemática e global da loucura nos termos da Medicina moderna (pós-hipocrática), que acabaria por desenvolver-se mais tarde na Psiquiatria.²⁵²

Apresenta-nos então, Sousa Martins, sua outra premissa, acerca da hereditariedade, qual seja, a da transmissão de certas características entre as gerações. De forma que, mesmo em estados dormentes, estas características acabem por despertar nos descendentes, trazendo consigo uma condição patológica.²⁵³ O autor

²⁵⁰ BING, François, “Folie et guérison, éléments d'histoire”, *Figures de la psychanalyse*, 2007, n. 15, pp. 131-137. p. 133. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-figures-de-la-psy-2007-1-page-131.htm>>. Acesso em 19/09/2017

²⁵¹ “*Dégénérer. (Jardinage.) se dit d'un oignon inférieur en beauté à la mère qui l'a produit ; une graine qui dégénère.*” D’ALEMBERT, Jean L. R.; DIDEROT, Denis (dirs.) *L'Encyclopédie de Diderot et Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Paris: Briasson; David l'aîné; Le Breton; Durand, 1753, t. 4. p. 753. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50536c/f758.item.r=dégénér>>. Acesso em: 13/08/2017.

²⁵² BING, François. Op. cit. pp. 133-134.

²⁵³ “*De tão feroz ruindade existem morbos, que, não contentes com o desmorrar do organismo, primeiro objectivo da sua campanha, vão, através das gerações, propagando o mal, flor e fructo da sua actividade. Messalinas de novo feitiço, alaxada a impetuosa brutalidade das primeiras acometidas, tentam ainda, ricas de*

conclui seu introito sugerindo que uma das partes mais atraentes do estudo das enfermidades é, justamente, a que indaga as relações das diversas *organophatias* com os estados da alma.²⁵⁴ E, partindo dos enunciados da *compensação* e da *bipolaridade*²⁵⁵, termina por salientar que nem só no corpo físico e no caráter tem império a doença, estendendo-se por igual ao intelecto.²⁵⁶

É somente na V sessão de seu texto que Sousa Martins passa a tratar especificamente do caso clínico de Antero, abrindo com a seguinte afirmação:

Anthero de Quental não logrou subtrair-se ao rigor da lei commum. N'elle a personalidade psychica foi mero corollario da individualidade physica. Qualquer, dada a biographia moral de Anthero, poderá fazer-lhe *in absentia* a autopsie do complicado organismo. Reciprocamente, o conhecimento da anatomia — pathológica bastaria para determinar, na pessoa, **a formula por assim dizer algebrica da alma** [grifo nosso].²⁵⁷

A qual completa dizendo que se equivalem as duas partes (personalidade psíquica e individualidade física) desse grande todo, as eminentes qualidades e correlativos defeitos do artista. Todos os componentes heterogêneos da atividade daquele grandioso espírito, como tudo quanto foi conjugado naquele martirizado corpo. Tudo se explicava “*pelo ouro e pelo barro da plastica d’essa animada estátua*”²⁵⁸. Por isso, segundo o médico, Antero era aquilo “*que em linguagem de clínicos se chama um bom caso*”.²⁵⁹

Ironicamente, Antero — como que se antecipando aos maus juízos que se construiriam sobre si — diferenciava a filosofia da natureza dos metafísicos daquela defendida pelos seus detratores. E não só, acusa o “mecanismo” (*mecanicismo*) cientista, segundo ele: a primeira das feições fundamentais daquela “filosofia da

desejos e não de todo desfalecidas, saciar a indomável virulência, não já no frio cadáver da primeira vítima, senão nas tepidas carnes dos descendentes dela./ Alguns desses morbos, sobre ruínas são perversos. Insinuam-se branda e subrepticamente no corpo, por forma tal que passam ali despercebidos a principio. Não incommodam, então; e quasi não prejudicam. Infiltraram-se, todavia, até nos mais escusos meandros orgânicos. Deixaram nodosa, pouco perceptível agora, mas já indelével, em todas as células: nas reproductoras, como nas outras. Transmittem-se, portanto, hereditariamente./ Na segunda geração, aonde clandestinamente foi dar, a nodosa alastra. Vires acquerit eundo. Na geração imediata, a nodosa como que tem relevo. Na quarta, o relevo é montanha.” MARTINS, Sousa. Op. cit., p. 223.

²⁵⁴ Ibidem, p. 231.

²⁵⁵ “O que se conclue, pois, é que no espirito existem potencialmente, equilibradas pela sua opposta polaridade, a alegria e a tristeza, e que a libertação dum desses estados tanto pôde depender do incitamento dado pelas impressões psychicas, como ser originada nas titillações physicas da doença. Conforme á procedência d’essas titillações, irão ellas, pelos filetes nervosos respectivos, aptos para determinar jogos oppostos, fluxos e refluxos de circulação, praiamares e baixamares das marés sanguíneas do cérebro, patentear uma ou outra d’essas polaridades. A loucura circular e, de um modo geral, a forma alternante de varias nevroses, teem o seu radical na bipolaridade normal do sentimento.” Ibidem, p. 233.

²⁵⁶ Ibidem, p. 233.

²⁵⁷ Ibidem, p. 236.

²⁵⁸ Ibidem, pp. 236-237.

²⁵⁹ Ibidem, p. 237.

natureza” (a outras seriam o *determinismo* e o *evolucionismo*)-²⁶⁰ Acusa, precisamente, de querer reduzir a tudo, até mesmo a alma humana, às formulas matemáticas.

Brotou assim, do chão das sciencias, como seu espontâneo producto, uma philosophia da natureza bem diversa d'aquella a que os metaphysicos nos tinham acostumado. Se na outra circulava um sopro de idealismo, que tudo penetrava e vivificava, n'esta o realismo é o caracter dominante, é a sua mesma alma. Filha da sciencia, reproduz as feições da sua austera mãe. D'essas feições a mais fundamental é o mecanismo. A sciencia é levada, pela mesma natureza das faculdades que a geram, a procurar os elementos irreductiveis dos phenomenos complexos, decompondo a apparencia enganosa das coisas e resolvendo-a em factos últimos, os únicos que podem ser apreciados com rigor, até ao ponto de entrarem em formulas mathematicas, expressão completa da perfeição scientifica. Explica pois o complexo pelo simples.²⁶¹

* * *

No melhor estilo dos “naturalistas” criticado por Antero²⁶², Sousa Martins começa a tratar seu objeto pela descrição do meio natural. Aponta o insulamento na Ilha de São Miguel dos Açores como um fator determinante para o quadro que levaria ao processo degenerativo do poeta. Diferente do psiquiatra canadense Richard M. Bucke que atribuía aos países vulcânicos capacidade maior na gênese dos artistas, o médico português segue uma linha mais próxima a Darwin e Moritz Wagner, onde a *insulariade* tem uma influência capital na *seleção natural* das espécies. Neste sentido, seu determinismo de feição mais biológica o afasta do evolucionismo cultural de matriz anglo-saxã. E, de certa forma, limita-se frente à interpretação do já mencionado Hippolyte Taine.

Já é conhecida (e questionada sua efetividade) a postura de muitos deste naturalistas, que ao pretenderem afastar-se de quaisquer possíveis conotações morais e metafísicas, procuram explicar a realidade humana partindo do evolucionismo. Isto é, a ação do meio sobre as espécies e a transmissão hereditária de traços adquiridos: as leis da natureza submetendo a trajetória do homem na terra, assim como seu comportamento em sociedade. Mas, mesmo dentro desta perspectiva, os enfoques se dividiam entre àqueles que procuravam situar os homens e a cultura em relação aos seus determinantes geográficos, ambientais, e do próprio meio social (pensado como

²⁶⁰ QUENTAL, Antero de. *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. In: _____. Op. cit., pp. 62-140. p.101 et seq.

²⁶¹ Ibidem, p. 101.

²⁶² Além do já citado, ver também QUENTAL, Antero de. A ‘Philosophia da Natureza’ dos naturalistas. In: _____. Op. cit., pp. 22-51. Que retomaremos a diante.

um organismo); daqueles que focavam nos aspectos bioevolutivos manifestados no indivíduo pela hereditariade. A este último tipo pertencia Sousa Martins, principalmente por sua formação médica.

Diferindo quando da primazia do determinismo do meio *versus* o biológico-hereditário (o que também levava a compreensões distintas do processo evolutivo), assemelhavam-se no quesito mecanicista — para ficarmos nas três categorias anteriores. A lei da compensação de Sousa Martins comunga perfeitamente com a afirmação de que “*o Universo é um organismo mecânicamente constituído e a história nada mais é do que um problema de mecânica aplicada à psicologia*”, de Taine.²⁶³

Hippolyte de Taine pode ser considerado o representante mais acabado de um *naturalismo histórico*, ou melhor dizendo de uma História e crítica de arte naturalistas. Ele publicou intensivamente entre as décadas de 1850 e 1880, com enorme influência sobre meio intelectual francês, em especial Émile Zola, Paul Bourget e outras figuras destacadas do Realismo. Posteriormente, sua obra repercutiu por toda Europa continental, Inglaterra (que tinha certa resistência aos autores franceses) e continente americano (com maior destaque nos países onde de forte presença positivista). Sua abordagem se sintetiza na expressão “*race, milieu et moment*” (raça, meio e momento histórico)²⁶⁴ que procura tomar a obra de arte e o artista enquanto produtos do meio *tout court*; recusando a interpretação romântica da criação artística como fruto da genialidade de um indivíduo. Esta interpretação deve ser entendida juntamente com as demais respostas que as tendências diversas — sob a alcunha de Positivismo — procuravam dar as demandas da ordem social burguesa e republicana.

Sousa Martins foca na questão racial, que é um dos pilares do esquema interpretativo taineano, mas pouco se demora na descrição do ambiente físico e seu impacto nos seres — diferente do Euclides da Cunha de *Os Sertões* (1902).²⁶⁵ Prefere exemplificar-se narrando a experiência adaptativa de um certo tipo de coelho, que fora levado à ilha de Porto Santo, e passa em seguida a focar no aspecto consanguinidade.²⁶⁶ A naturalidade na comparação entre a ascendência de Antero e o caso dos mamíferos leporídeos, renderá ironias de seus futuros críticos.

²⁶³ Hippolyte Taine apud WEHLING, Arno. “Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica”. *Revista de História*, São Paulo, março de 1973, v. 46, n. 93, pp. 177-200, p.189. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131940>>. Acesso em: 09/04/2018.

²⁶⁴ Aparece pela primeira vez neste formato em sua *História da Literatura Inglesa*, publicada em 5 volumes (1863-1864). Cf. TAINÉ, Hippolyte. *Histoire de la littérature anglaise*. Paris: Hachette, 1863-1864. 5 v.

²⁶⁵ Autor nitidamente influenciado pelo determinismo histórico e geográfico de Taine, como se denota já da própria estrutura de sua obra magna. Cf. CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de canudos*. Cotia: Atelier Editorial, 2018.

²⁶⁶ MARTINS, Sousa. Op. cit, p. 238.

A ideia de cruzamentos consanguíneos, fruto do isolamento insular (fosse dos coelhos ou dos poetas) é um dos argumentos capitais de suas hipóteses acerca da patologia de Antero.²⁶⁷ Não que achasse que a consanguinidade *per si* gerasse doenças, ou estados mórbidos. O que fazia, “*com escrupulosíssimo zelo*”, segundo ele, era promover na prole o andamento da doença preexistente em ambos os germens reprodutores,²⁶⁸ o que levava, por conseguinte, ao debate da hereditariedade. Embora os trabalhos pioneiros sobre a *transmissão genética* do botânico, meteorologista — e monge agostiniano — Gregor Mendel tivessem vindo à lume já na década de 1860, é somente a partir do primeiro quartel do século XX, com incorporação de novas contribuições, como a *teoria cromossômica* que estas interpretações começam a ser reconhecidas no campo das ciências.

No nosso contexto, embora os conhecimentos acerca da transmissão ainda fossem nebulosos, a hereditariedade já era considerada um dos fatores determinantes na configuração da saúde e temperamento dos indivíduos. E, por isso, nas palavras do autor, “*a hereditariedade é o alicerce mais firme da nosologia, porque os males herdados são inalienáveis. [...] Logo que se é doente de juro e herdade — tuberculoso, arthritico, nevropatha, etc, — é-se para a vida e para... a morte.*”²⁶⁹ Seria, portanto, esse o caso de Antero, que passa agora a classificar como um “*nevropatha de raiz*”, um “*degenerado-hereditario*”²⁷⁰.

Como prova, Sousa Martins cita o suposto caso do avô paterno de Antero, o poeta André da Poente, amigo e companheiro de Bocage, o que já deixaria adivinhar muito talento e algum desequilíbrio.²⁷¹ Essa especulação em torno dos casamentos consanguíneos, da ascendência “desvairada”, bem como tantos fatos pejorativos de sua biografia, tem origem no referido *Escorso biográfico* escrito por Teófilo Braga.

Anthero de Quental nasceu na Ilha de S. Miguel em 1842, em uma família de morgados; ^{SEP} naquela pequena ilha a falta de cruzamentos nas famílias aristocráticas tem determinado uma terrível degenerescencia, que se manifesta pela idiotia e pela loucura. Na família de Anthero de Quental existem casos d'esta terrível tare hereditaire.²⁷²

²⁶⁷ “*Na ilha de S. Miguel, como em todas as pequenas ilhas, são de regra ou pelo menos vulgaríssimas as alianças consanguíneas. Nas famílias mais abastadas ou mais nobilitadas, a regra não tem excepção, ou não a tinha na vigência do regimen dos morgadios./ Anthero padeceu, atavicamente, dos erros de alianças taes.*” Ibidem, p. 239.

²⁶⁸ Ibidem, p. 239.

²⁶⁹ Ibidem, p. 240.

²⁷⁰ Ibidem, p. 240.

²⁷¹ Ibidem, pp. 240-241.

²⁷² BRAGA, Teófilo. Antero de Quental, escorso biográfico. In: _____. (ed); QUENTAL, Antero. *Raios de extincta luz. Poesias inéditas (1859-1863) com outras pela primeira vez coligidas. publicadas e precedidas de um escorso biográfico por Teófilo Braga*. Lisboa: M. Gomes editor, 1892. pp XI-XXII. p. XII.

Os trechos seguintes deste relato “envenenado”²⁷³ não serão menos cheios de imprecisões e de nítido ressentimento por parte do futuro presidente da República. Ao que tudo indica, tratava-se de retaliação em resposta as discordâncias de Antero em torno da polêmica²⁷⁴ envolvendo *A Teoria da História da Literatura Portuguesa* (1872)²⁷⁵, entre outros trabalhos, publicados por Teófilo anos antes. Foi a partir daí que Sousa Martins se baseou para concluir que Antero “*padeceu atavicamente dos erros de tais alianças*”. Felizmente, tais conclusões seriam circunstancialmente rebatidas, entre outros, por Jaime Cortesão e Miller Guerra. Verifica-se assim, que não poucas vezes, a falta de rigor dos investigadores, mesmo autoproclamados científicos — para não mencionar a má fé, produto de afrontas pessoais — pode originar ensaios elaborados a partir de dados totalmente errados.²⁷⁶ Mas não foram as informações falhas, acerca dos fatos, nem a falta delas que induziram a maior parte das convicções do celebrado médico, mas sim as que sobravam em sua interpretação.

Retomando o princípio da compensação, metaforiza que talento e loucura são ramos de uma mesma árvore. Talento vesânico, degenerado, mas de um *degenerado superior*. “*D’aquelles que aberram da especie pelo recalcar dos attributos inferiores com o subjugante peso de exaltadas qualidades superiores.*” E conclui “*Por ser pathologica, não deixa de ser bella sememlhante degenerescencia. Tambem a perola é um producto da degenerescencia: — uma hypersecreção morbida. Não se poderá dizer uma hypercrinia psychica o maravilhoso talento de Anthero?*”²⁷⁷

Lançando mão de seu evolucionismo, agora em um corte claramente racialista, afirma que assim como as interações consanguíneas não criariam, por si, somente doenças, a degenerescência não criaria atributos, apenas faria sobressair os que estavam latentes por se acharem compensados ou serem rudimentares. Concluindo que individualmente não se degenera *para deante*. Degenera-se *para trás*! “*Um africano, por mais que degenere, nao dará um latino; menos ainda um teutonico. Este é que, no*

²⁷³ Como se referiu Ana Maria Martins em mais uma de suas elucidativas incursões por detrás das publicações e polêmicas intelectuais daquela época. Cf. MARTINS, Ana Maria. “Raios de extinta luz. Um título envenenado”. *Prelo*, Lisboa, junho de 1984, n. 3, pp. 32-38.

²⁷⁴ Ver BRAGA, Teófilo. *Os criticos da historia da litteratura portuguesa. Exame das afirmações dos Srs. Oliveira Martins, Antero de Quental e Pinheiro Chagas*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1872. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bas/livros/os-criticos-da-historia-da-litteratura-portuguesa/files/assets/basic-html/index.html#1>>. Acesso em 14/08/2017. Cf. tb. O opúsculo lançado em defesa deste: PINTO, Silva. *Theophilo Braga e os críticos. (Aos Srs. Anthero do Quental e Camillo Castelo Branco)*. Lisboa: s.n., 1872.

²⁷⁵ BRAGA, Teófilo. *A Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Imprensa Portuguesa, Editora, 1872.

²⁷⁶ MARTINS, Ana M. Op. cit. pp-37-38.

²⁷⁷ MARTINS, Oliveira. Op. cit. p. 242.

declive da degenerescencia, podera rolar succcessivamente até á statica e dinamica do homem primitivo.”²⁷⁸

E que, por traço fundamental — parecendo antes obra da Providência, embora negue acreditar nela — em breves gerações esse tipo tende a tornar-se estéril.

É porque o grande degenerado, podendo sociologicamente ser um individuo prestantissimo, biologicamente é sempre um ente teratologico; porque é desharmonico; porque traduz uma desproporcionalidade de desenvolvimento nas componentes orgânicas; porque só alcançou a luxuriante exuberancia de umas funcções á custa do atrophico amesquinamento de outras. [...] E a isso a espécie não perdoa!²⁷⁹

* * *

Sousa Martins levou à consequências extremas as premissas da psiquiatria de seu tempo. A difusão do conceito de *degenerescência* em Medicina parte, como vimos, da obra de Bénédict Morel, que fora também o primeiro a utilizar o termo *dementia praecox* (ou demência precoce) para se referir ao que hoje conhecemos por *esquizofrenia*²⁸⁰. No entanto, a glória da teorização do conceito pertence ao italiano Cesare Lombroso, no livro *L'uomo delinquente in rapporto all'antropologia, giurisprudenza e alie discipline carcerarie* (1878). O tema da relação entre gênio e loucura merecera a atenção de Lombroso desde 1864 — em *Gennio e Follia*, sucessivamente reescrito em diversas edições. Mas, é somente na quinta edição, intitulada *L'uomo di Gênio* (também de 1878) que é apresentada a tese de que a genialidade seria uma *degenerescência* na escalada evolutiva dos homens, uma enfermidade, enfim. E o *gênio*, um “matoide”, um “grafómano” — compulsivo — ou, na expressão consagrada, desde Valentin Magnan, um “degenerado superior”. Mais tarde, Lombroso publicaria um outro volume, expressamente dedicado à questão, *Genio e degenerazione* (1897).²⁸¹

²⁷⁸ Ibidem, p. 242.

²⁷⁹ Ibidem, p. 243. Mais adiante esclarece melhor esse ponto: “O caracter, como a intelligencia, como a memoria, como o sentimento, como a vontade, como em fim qualquer das mil energias psychicas, localizadas em outras tantas regiões cerebraes, são como a vista, o tacto, o ouvido ou qualquer outro sentido, todos localizados para a percepção em zonas circumscriptas da côdea do cérebro, do cortex: nenhuma d’ellas e nenhum d’elles pôde expandir-se além dos limites normaes na especie sem por esse facto molestar os outros. Vista d’aguia, fardo de carnívoro, ouvido de herbívoro e tacto de homem não cabem no mesmo craneo. Character rígido, intelligencia aristotélica, memoria d’anjo, sentimentos nobres e vontade de ferro não cabem na mesma alma — porque se atropellariam em um mesmo encephalo. Pelo menos no encephalo humano actual.” Ibidem, 245-246.

²⁸⁰ Uma vez superadas as interpretações de viés degeneracionista, o suíço Eugene Bleuler (1857-1939), mais próximo da psicologia moderna, cunhou termo “esquizofrenia”: significando a cisão das funções mentais — do grego: *schizo* (dividida) e *phrene* (mente). Ainda controverso, mas menos estigmatizante, Bleuler entendeu que a condição não era uma degeneração ou demência, tampouco exclusiva dos indivíduos jovens.

²⁸¹ CARDIA, Sottomayor, p. 422.

Max Simon Nordau, judeu-húngaro radicado em Paris (onde teria se aproximado mais da filosofia positivista) era médico de formação. Todavia, como tantos se consagrou de fato no exercício do jornalismo, crítica literária e textos de opinião, até tornar-se autor das célebres *Les Mensonges Conventionnels de Notre Civilisation* (1884) — onde criticava a hipocrisia da ética moderna, baseada em mentiras — e, posteriormente, *Dégénérescence* (1894-95)²⁸², sua obra mais conhecida. Nesta última, dedicada a Lombroso, procura detectar os sintomas de uma sensibilidade mórbida a que chama *fin-de-siècle*²⁸³, uma leitura crepuscular da cultura de seu tempo, marcada pela degeneração dos indivíduos e sociedades modernas. Para este estado das coisas, teriam contribuído as obras dos poetas simbolistas e de Tolstói, a pintura de Manet, o teatro de Ibsen e, por fim, a música de Wagner e o pensamento de Nietzsche — apontando nos dois últimos o antissemitismo como traço dessa degenerescência.²⁸⁴ As reações ao livro, não se fizeram esperar, a mais contundente veio do britânico Alfred Egmont Hake que publica anonimamente *Regeneration: a Reply to Max Nordau* (1895), também William James publica uma resenha neste mesmo ano e algum tempo mais tarde até o dramaturgo George Bernard Shaw se envolve no debate em *The Sanity of Art: an Exposure of the Current Nonsense about Artists Being Degenerate* (1908).²⁸⁵

Frente ao antissemitismo que crescia por toda Europa, e que já criticava em seu livro, após o *Caso Dreyfus* (iniciado em 1894) tem seu pensamento mais radical e se torna um dos protagonistas do movimento sionista francês. Ironia do destino, não irá presenciar (a partir da década de 1930) várias das ideias de que foi um dos principais difusores sendo levadas ao limite de sua aplicação política, e seus desdobramentos

²⁸² NORDAU, Max. *Dégénérescence*. Paris: Félix Alcan, 1894-1895. 2 v. (volume I) Disponível em: <<https://archive.org/details/dgnrescencevolu00nordgoog>>. Acesso em: 25/11/2017. (volume II) Disponível em: <<https://archive.org/details/dgnerescence02norduoft>>. Acesso em: 25/11/2017. Tratava-se da tradução da edição alemã, *Entartung*, também publicada em 2 volumes entre 1892 e 1893, não teve, todavia, tamanha repercussão. Cf. NORDAU, Max. *Entartung*. Berlin: Carl Dunker, 1892-1893. 2 v.

²⁸³ “*Fin de siècle*, expressão francesa a pátria original, desse fenômeno foi a França, mais rigorosamente Paris, caracteriza-se, por um conjunto de manifestações: quebra de preconceitos, avidez no gozo, pôr a nu os instintos, modas aberrantes que se imitam servilmente, desejo de experimentar sensações novas, nervosismo até à perversão. É uma disposição de espírito, uma atitude perante a vida, o fruto de uma sentida impotência que se vinga em exibicionismos aberrantes, de uma consciência de abatimento que é a decadência senil de uma sociedade [...] ‘Fin de siècle’ que, segundo Nordau, mais rigorosamente deveria ser chamado ‘Fin de race’. Tal é, pois, uma perspetivação de uma decadência que atinge a humanidade inteira e se radica numa explicação positivista-naturalista, crendo no «desvio» de um tipo primitivo perfeito, na esteira do que já afirmara Morel. Esses ‘desvios’ podem ser gravíssimos, até à alienação total, à idiotia, a deformações físicas. A degenerescência trai-se por estigmas (signos somáticos de degenerescência da espécie). Nordau vai ao ponto de afirmar que se o respeito humano não impedisse um exame aos artistas ‘fim-de-século’, se verificariam casos numerosos de degenerescência (neles ou em parentes próximos)! Esta identificação dos artistas, alias, os simbolistas, com os degenerados conheceu grande expansão [...]” PIRES, Antonio Machado. Op. cit., p. 110.

²⁸⁴ Cf. NORDAU, Max. Op. cit.

²⁸⁵ PRESCOTT, Vera Lúcia. *A decadência nacional de fim-de-século: estudo sobre Guerra Junqueiro*. 2009. 129 p. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS ROMÂNICOS, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, Lisboa, 2009. pp. 26-28. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/404>>. Acesso em 06/04/2018.

trágicos. Como o conceito de *entartete Kunst* (Arte degenerada), e pior, no embasamento pseudocientífico do projeto de eugenia e extermínio nazistas. De todo modo, antes deste terrível porvir, Nordau não somente teve enorme influência em toda cultura letrada e médica ocidental, como teve especial incidência em Portugal, chegando mesmo a se corresponder não só com Sousa Martins, mas com Teófilo Braga.²⁸⁶

* * *

Se a degeneração seria esse tipo de retrocesso do indivíduo na sua equivalência racial, como então Antero se destacou entre seus conterrâneos? A ilusão, para Sousa Martins, estaria em se supor que fosse um *genuíno luso*, quando seus traços físicos denotavam a predominância de suas ascendências escandinavas²⁸⁷. Interessante perceber que, muito embora o médico lisboeta tivesse cruzado algumas vezes com poeta açoriano pelas ruas da Baixa e do Chiado, que chegou a consultá-lo em seu consultório, as fontes citadas para estas sugestões fenotípicas de sua presumida setentrionalidade haviam sido colhidas de terceiros, a exemplo de João Machado de Faria e Maia, Joaquim de Araújo e do *retrato* (poema descritivo) de Antero aos 19 anos que precedia a publicação de seus primeiros *Sonetos* (1861).

Como fica evidentes nas inúmeras citações no texto da *Nosografia*, várias das ilações feitas por Sousa Martins tomam por base passagens da obra e correspondência de Antero. Sem falar nas muitas cartas de amigos trocados na decorrência de seu suicídio, algumas que inclusive haviam sido publicadas. É, contudo, numa análise da correspondência do próprio Sousa Martins que se pode evidenciar seus interesses fenotípicos, e até mais invasivos, acerca da intimidade do poeta. Como na carta enviada a Joaquim de Araújo, a 12 de janeiro de 1894.

Acabei ontem meu escrito acerca de Antero, mas só daqui a 10 ou 12 dias mandar-lho porque preciso de passá-lo a limpo – um pouco mais de 6 a 8 dias dispomos par este *hord'oeuvre* da minha atarefada vida profissional. Diga-me – causa grande transtorno esta anunciada demora? Mais peço o favor de dizer-me caso saiba:
O pai, ou avô, ou alguém do lado paterno ou materno era trigueiro ou a família era loura? O Antero, na maneira carnal das suas funções genitais

²⁸⁶ Sousa Martins não fora o único positivista português a trocar cartas com Max Nordau. Há registros de correspondência entre ele e Teófilo Braga. Ver PIRES, Antonio Machado. Op. cit., p 110 (nota 60).

²⁸⁷ “*A vastidão do craneo, o louro dos cabellos, o azul da iris, n’este filho d’um pae com accentuada tez morena e o perfeito typo meridional, tudo conclamava que era, em grande parte, um homem do norte, aquelle açoriano*”. MARTINS, Sousa. Op. cit., p. 244.

teria tido algum *tic* especial por exemplo pela cintura, ou pelo pé ou pelos dentes das mulheres? Em que ano morreu o pai? E a mãe? [grifo nosso]²⁸⁸

* * *

Assentadas as bases do edifício retórico de Sousa Martins, alicerçado nas ideias da matriz vesânica da Arte e pavimentado com os indícios do atavismo mal-afortunado do poeta, as sessões seguintes de sua obra servirão para erguer a imagem do *gênio degenerado* para o caso específico do autor das *Odes Modernas*. Partindo deste eixo principal procura construir a trajetória que culminaria em seu suicídio, naquilo que já nos referimos como uma *ilusão biográfica*, como se o poeta só tivesse existido para dar cabo da própria vida. Cada fato especulado a cerca de sua biografia, idiossincrasias, sintomas físicos, trechos de sua obra, relatos e impressões de terceiros acerca de Antero. Seria tudo agora encadeados para dar sentido a esta direção.

Da fragmentação e o *desequilíbrio*²⁸⁹ no gênio escreve que em Antero a inteligência teria, avassalado, em graus diversos, todas as outras manifestações do *eu*. Por isso foi, como todos os degenerados, um desequilibrado. O esplendidíssimo astro de seu espírito teve frequentes eclipses, antes de para todo o sempre se diluir nas sobras da morte. Dessa forma — citando *O Homem de Gênio*, de Lombroso — Souza Martins indaga se alguma vez, na história de todos os tempos e todos os lugares, já existiu um “gigante moral” (acima do homem vulgar), que fosse harmônico em todos os atos da vida: “*Esse gigante moral terá de ser fabricado pela phantasia, e compor-se-ha de pedaços de seres diversos, como o monstro de Horacio*”.²⁹⁰ A escolha da metáfora é bastante oportuna, a expressão – *monstro de Horácio* – corria na imprensa da época.²⁹¹ A expressão evoca os versos um ao quinto da *Ars Poetica*, onde o poeta latino descreve um ser polimorfo, composto por partes de animais diversos.²⁹² Esta espécie de quimera,

²⁸⁸ Carta de Sousa Martins a Luis de Magalhães, Lisboa, 30 de Janeiro de 1894. In: MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001. p.161.

²⁸⁹ A noção de “desequilíbrio” é bastante vaga, mas era utilizada pelos teóricos da degenerescência para qualificar a perda de sinergia entre os diferentes centros nervosos e que resulta em um desaparecimento da *harmonia* entre as diferentes funções. Cf. BING, François. Op. cit., p. 134.

²⁹⁰ MARTINS, Sousa. Op. cit. p. 246.

²⁹¹ No Brasil, José de Alencar chegou a utilizá-la numa queixa para caracterizar o gênero do folhetim em páginas do *Correio Mercantil*, a 3 de setembro de 1855. “[...] *É uma felicidade que não me tenha ainda dado ao trabalho de saber quem foi o inventor deste monstro de Horácio, deste novo Proteu, que chamam – folhetim; senão aproveitaria alguns momentos em que estivesse de candeias às avessas, e escrever-lhe-ia uma biografia, que, com as anotações de certos críticos que eu conheço, havia de fazer o tal sujeito ter um inferno no purgatório onde necessariamente deve estar o inventor de tão desastrada idéia.* [...]” Cf. ALENCAR, Jose de. *Ao correr da penna*. São Paulo: Typ. Allemã, 1874, p. 20.

²⁹² “*Se um pintor quisesse juntar a uma cabeça humana um pescoço de cavalo e a membros de animais de toda a ordem aplicar plumas variegadas, de forma a que terminasse em torpe e negro peixe a mulher de bela face, conteríeis vós o riso, ó meus amigos, se a ver tal espetáculo vos levassem? Pois crede-me, Pisões, em tudo a este quadro se assemelha o livro, cujas idéias vãs se concebesssem quais sonhos de doente, de tal modo que nem pés*

cujas características não se harmonizam, e nem podem compensar-se satisfatoriamente umas as outras, é rigorosamente a descrição do temperamento do gênio nos teóricos degeneracionistas.²⁹³

Esqueçamos os grandes heroes da mentalidade, que teem, elles sós, determinado o progresso humano — pois a espécie, reduzida strictamente ao typo, estaria ainda hoje na idade de pedra. Esqueçamos esses deuses bem menos phantasticos do que os dos vários Olympos, e relanceemos a vista tão somente pelos nossos compatriícios, que no ultimo meio século teem primado nas artes, nas letras ou nas sciencias. Façam-lhes rápido inquérito á vida. De tudo encontrarão, menos o completo equilibrio nas idéas ou nos actos.²⁹⁴

Neste trecho o médico não só arranca a figura do gênio/herói da sua áurea romântica, legando-o ao terreno dos desajustados, degenerados etc. Além disso, emite um juízo categórico de que sequer a Civilização existiria no que dependesse destes *tipos*. A nobre figura (clássica e romântica) do *herói*, ou do *gênio*, — que neste caso se sobrepõem — será então rebaixada do cargo de portador dos nobres ideais de sua nação, virtudes de sua raça, consciência máxima de seu tempo. Em vez de ser aquele que transcendia os limites de sua época e, portanto, força motriz da evolução coletiva passa a ser visto como um dos indícios, quando não uma das causas, da involução de uma sociedade: de sua degeneração, sua decadência, seu atraso. Sousa Martins, especificamente, não chega a afirmar diretamente tamanhas generalizações (ao menos não neste momento). Mas como se perceberá, uma ideia puxava a outra, e fora da concepção (liberal e burguesa) de *ordem e progresso* dos positivistas, não havia mais espaço na marcha da humanidade para a excedência. A evolução partiria do equilíbrio; jamais da luta de classes, das revoluções sociais, e menos ainda da agência de grandes vultos.

Àquela detração da excepcionalidade, o autor ilustra com uma lista de possíveis/prováveis descompensações da genialidade, à toda virtude contrapunha-se um vício. Assim, com sucessivos exemplos, apontava “*talentos de primeira grandeza casados com sentimentos de baixo preço*”. Em sua palavras: quem a primeira vista ostenta uma inteligência adamantina, mais tarde entregaria seu caráter orgulhoso; facilmente se encontra um sentimental que é curto de ideias; há muitos os políticos

nem cabeça pudessem constituir uma só forma. Direis vós que a pintores e a poetas igualmente se concedeu, desde sempre, a faculdade de tudo ousar. [versos 1-10].” HORÁCIO. *Arte poética*. Lisboa; Calouste Gulbenkian, 2012.

²⁹³ Interessante ainda perceber que relação análoga poderia ser feita com o monstro criado pelo personagem do Dr. Victor Frankenstein no romance de Mary Shelly, *Frankenstein ou o Moderno Prometeu* (1818), que tem notadamente um tom crítico aos processos de industrialização, domínio técnico e científico elevado as últimas consequências, caricaturando um quadro que o Cientismo torna bastante verossímil. Talvez por isso, não caísse no gosto de Souza Martins, que preferiu recorrer aos clássicos.

²⁹⁴ MARTINS, Sousa. Op. cit. p. 246-247.

fluentes na palavra e gogos na ação, acadêmicos três vezes opulentos (na erudição, na comunicação e nos terrores pueris), artistas riquíssimos de senso estético, medíocres no senso ético e por vezes mesquinhos no bom senso, professores dos mais afamados, desmanchando-se, já por *inversões sexuais*, ou por indecisões doentias, não poupando nem sequer os seus — talvez sem perceber, nem a si mesmo — quando acusa a bravura marcial mesclada de extravagâncias científicas:²⁹⁵ “*Seria interminável a serie*”, arremata.²⁹⁶

Na fisionomia de cada raça, na fisiologia de cada *tipo* — ou, escavando na sua genealogia — se encontrará ainda os “stigmas somaticos”²⁹⁷: afirmações morfológicas da degenerescência.²⁹⁸ Bastava procurar, no indivíduo, ou num seu parente direto ou colateral, e lá estará a contraprova física.²⁹⁹ Portanto, perante a *fatalidade anatômica*, nosso sentimento de entusiasmo pelo grandioso, ou de repulsa pelo que se considera vil, deveriam relativizar-se num sentimento meramente contemplativo da irrevogabilidade das leis biológicas:

[...] perante as quaes o genial artista, o eminente sábio, os sacerdotes do amor grego e as sacerdotisas do amor lesbio, o piedoso philanthropo, o ladrão incorrigível, o philosopho transcendental, o asceta, o Ímpio, o alcoólico e o louco varrido são, singelamente, productos *naturaes* do implacável laboratório da Vida.³⁰⁰

O culto aos heróis, a simpatia pelos gênios deveria então ceder lugar a ciência, nomeando estes sujeitos que fogem a mediania social pelo que de fato são: *degenerados*. No caso de Antero, um *degenerado superior, um neuropata*.

A “nevrose”³⁰¹ é descrita por Sousa Martins, de forma geral, como um estado mórbido do sistema nervoso, de fundo hereditário que, por seu turno, se desenvolverá

²⁹⁵ Sousa Martins não deixa claro sobre o que entende por “extravagâncias científicas”, mas não deixa de ser interessante observar que a crítica é muito parecida (até mesmo nos termos escolhidos), a àquela que recairia sobre ele próprio. Em Jaime Cortesão, e mesmo em Raul Proença que se refere a esse contexto de exacerbação da ciência como um período de “intelectualidade petulante, o reino da Burguesia”. Que será demonstrado no Capítulo 3.

²⁹⁶ Ibidem, p. 247.

²⁹⁷ “Estigma” — do grego *stigma* — está supostamente ligado ao ato de marcar o gado. Posteriormente o termo veio a refletir a ideia já antiga que o corpo reflete as qualidades da alma, foi teorizado por Magnan irá especificá-lo, distinguindo o estigma moral (atraso intelectual, afetivo, ou inadaptação social, por exemplo) e estigmas físicos (atrofia, hipertrofia ou distrofia). Esses estigmas significariam a degeneração e muitas vezes seriam testemunhas da função em que ela afetou especialmente. BING, François. Op. cit. p. 134.

²⁹⁸ “*Asymetrias faciales ou craneanas, prognathismos, implantação caprichosa dos dentes, strabismos, acromegalias, moluscos cutâneos, habitus feminil, orelhas mal feitas ou mal postas, face glabra, erro numérico ou topographico dos dedos, aspecto macrofetal, etc, etc.*” MARTINS, Sousa. Op. cit. p. 247.

²⁹⁹ Ponderando que “*se, claro está, ella não houver provindo de accidente do meio, na phase embryologica.*” Ibidem. 247.

³⁰⁰ Ibidem. 248.

³⁰¹ O termo “neurose” — do grego: *neuron* (nervo) e *osis* (anomalia) — foi criado pelo médico escocês William Cullen em 1787 para indicar desordens de sentidos e movimento causadas por efeitos gerais do sistema nervoso. Naquela época a classificação das doenças seguia um padrão semelhante ao adotado por Carolus Linnaeus na

em uma neuropatia mais específica ao longo da vida, na interação dos componentes fisiológicos da própria doença com o meio social e os estímulos externos. Por isso, afirma que, é o mesmo estudar de Antero a degenerescência hereditária, como a acidentada biografia.³⁰² O meio que teria desencadeado as afecções do poeta fora justamente a vida de estudante em Coimbra. “*Saudavel que Anthero fosse, ao transpor a vez primeira a porta-ferrea* [portão de entrada que dá acesso ao átrio da Universidade], *teria ali colhido germen da doença, [...] Enfermo, o seu estado não fez senão agravar-se; lenta, mas progressivamente.*”³⁰³ Essa doença — seguindo a classificação de George Beard — seria a *nerausthenia*, ou *exaustão nervosa*, um tipo específico de neurose que consiste na falta de tom nos nervos. Sinônimo de “fraqueza irritável”, visto serem os neurastênicos um misto paradoxal de ímpetos e impotências, luz e trevas, positivo e negativo.³⁰⁴

A causa? A descompensação herdada entre a *hyperintellectuidade* advinda da linha paterna e a *hypersentimentalidade* transmitida pela mãe. Ainda por herança materna possuiria uns “laivos de *Hysteria*”, que por sua vez desencadeariam em conjunto uma série de fobias, que passa agora a enumerar. Um sexismo misógino, bem como a abordagem racista do evolucionismo que pregava, são componentes dissolvidos ao longo de todo texto, mas que ficam aqui mais evidentes.³⁰⁵ Além das especulações — a época, pretensamente científicas — são patentes nas muitas adjetivações que faz Sousa Martins os *juízos de valor* morais que na altura dificilmente se distinguiriam dos *juízos de fato* objetivos, como quando se refere a “mesquinhez mulheril” enquanto um dos motivos do celibato de Antero.

* * *

Da extensa lista das fobias de Antero, começa pela fobia do amor. Aqui compara as desilusões amorosas deste com as de Rousseau, “famoso degenerado”, e Berlioz,

primeira metade do XVIII para a classificação botânica. Cullen estabeleceu as Neuroses (desordem nos nervos) como uma das quatro classes de doenças. Já, na psicologia moderna está mais associada a um quadro de transtornos mentais que, embora cause tensão, não interferem com a distinção da realidade, diferente da psicose. A concepção de Sousa Martins está mais próxima da primeira.

³⁰² MARTINS, Sousa. Op. cit. p. 248.

³⁰³ Ibidem, p. 253.

³⁰⁴ Ibidem, pp. 253-254.

³⁰⁵ “*As esferas sensorial, sentimental e intellectual teem diâmetros diferentes no individuo e em cada individuo. A relação desses diâmetros é também vária nas raças, nos sexos e nas edades. Na creança predomina a esfera dos sentidos, na mulher a do sentimento, no homem a da razão. É esta igualmente a ordem nas raças inferiores, medias e superiores. [...] Da linha do pae adveio-lhe a hyperintellectualidade e da linha da mãe a hypersentimentalidade. Elle, que pela ascendencia masculina era um septentrional, pela feminina era um meridional. Essas duas procedencias brigaram toda vida [...]*” Ibidem, pp. 249-250.

“puríssimo neurasthenico”, segundo palavras suas. De forma pouco clara associa a rejeição do poeta à vida conjugal a algum tipo de registro traumático de uma primeira paixão, incompatibilizada pelas demandas de seu “atavismo escandinavo” *versus* seu *fetichismo* por olhos negros. A idealização de uma mulher já seria por si só um desvio, mas ater-se a uma parte específica do corpo era ainda pior. Sobretudo, quando ela não correspondesse ao restante das suas características, era uma verdadeira confusão para a *lei biológica do amor por contrastes*. Não à toa, para o autor, Antero jamais teria se recuperado.

De Antero sabe-se que aos 23 annos se apaixonou, a seu modo, *por uma loira de olhos negros*. Ao seu atavismo scandinavo repugnaria, pela lei biológica do amor por contrastes, penhor de fixação da espécie, tudo quanto nessa senhora lembrasse as raças do norte. De aproveitável para amar, n'essa belleza loira, elle, grandemente loiro também, só encontrara os olhos, — por serem *negros*. Isto o decidiria pelo resto da vida.³⁰⁶

Mesmo numa leitura *caridosa*³⁰⁷ — qual seja, que procure considerar a lógica interna dos argumentos do autor — as premissas são bastante confusas e as conclusões mais um tanto. Lembremos da carta aquela enviada a Joaquim de Araújo, onde Sousa Martins inquires se “*na maneira carnal das suas funções genitais teria [Antero] tido algum tic especial por exemplo pela cintura, ou pelo pé ou pelos dentes das mulheres?*”. Parecia a todo custo querer encontrar algum dado (ou *tic*) específico, para enquadrar seu estudo de caso na teoria do *amor fetichista* de Alfred Binet — que tanto inspiraria os trabalhos de Freud.³⁰⁸ Talvez na ausência de resposta satisfatória de Araújo, tenha recorrido ao verso de algum soneto de Antero como indício, método que não se fartou de utilizar.

Outro terror do poeta: o dos ruídos. “*Chama-se isso hyperacusia; como phobia mental poderá, no dizer de um hellenista meu amigo, chamar-se-lhe kelaphobia, para o distinguir da phonophobia, que é o horror dos sons rythmados*”.³⁰⁹ Do presumido desdém pela arte pictórica — colhido de um comentário de Oliveira Martins — conclui ainda a “*photofobia*”. Fruto da suposta visão degenerada de Antero, que possuiria alto grau da noção das linhas e forma, o que por conseguinte (lei da compensação) atrofiara

³⁰⁶ Ibidem, p. 267.

³⁰⁷ Segundo o *Princípio de Caridade*, que consiste basicamente em se deixar convencer pelos argumentos do autor numa primeira leitura, procurando compreender sua lógica interna, para só então poder aceita-los ou refutá-los.

³⁰⁸ “*Na sua aberração, Antero foi... um delicado. A arte era nelle diathetica. Em vez, porém, de idealisar cada um dos attributos physicos e psychicos da mulher, chegando ao que Stendhal chamou a cristallisação do amor, atteve-se strictamente aos olhos, aos olhos negros. Neste exclusivismo é que está o critério pathologico*.”. Em seguida cita uma passagem de Binet. Cf. MARTINS, Sousa. Op. cit. p. 266.

³⁰⁹ Ibidem, p. 267.

sua percepção da cor.³¹⁰ Seguido pela aversão dos aprestos de viagem. “*N’isto parodiou o seu correligionário em nevropathia e em pessimismo, Carlyle, para quem o fazer as malas era negocio d’estado.*” A esse horror Sousa Martins batiza de “ephodiophobia”! (e confessa que foi por indicação daquele mesmo amigo helenista).³¹¹ E, finalmente conclui:

Por aperfeiçoamento de todos os seus mórbidos horrores, cahiu Anthero na *pantophobia*, no medo de tudo. ‘Estado de angustia, d’anciedade permanente por tudo e por nada’, segundo a define Mathieu. Conforme mais tarde se verá, d’esta *phobia universal* se derivaram, como troncos da mesma arvore, o *pessimismo* do poeta, o *psychismo* do philosopho e o *suicidio* do desvairado.³¹²

Correlato ao que a Medicina contemporânea associaria ao um estado depressivo e de um variado quadro sintomático aqueles teóricos da neurastenia destacariam a “lesão da vontade”³¹³, segundo Sousa Martins: raiz do pessimismo e inação/inércia de Antero. Nota mais característica do estado moral da exaustão nervosa, esta *lesão funcional*, cabe lembrar, bem como todo o quadro clínico das neuroses, era interpretado de um ponto de vista orgânico e biológico. Ainda que se desdobrasse nas mais diversas afecções e comportamentos, tratava-se de uma doença *do corpo* — nos nervos, alterações supostamente submicroscópicas relativas à nutrição e distribuição das células do cérebro que não podiam ser comprovadas dada as limitações das técnicas investigativas então existentes.³¹⁴ Eram, portanto, invisíveis, embora reais, como já defendia o famoso neurologista Jean-Martin Charcot, com quem Antero teve a oportunidade de se consultar, quando de suas viagens a Paris.³¹⁵

³¹⁰ E prossegue: “*Novo característico este de degenerescência: exaltação d’umas qualidades sensoriaes á custa do amesquinhamento de outras. Aos degenerados, que detestam a pintura, se refere Camões: ‘Outros muitos verias, que os pintores/ Aqui também por certo pintariam;/ Mas falta-lhe pincel, faltam-lhe cores./ Honra, premio, favor que as artes criam:/ Culpa dos viciosos successores./ Que degeneram certo, e se desviam/ Do lustre e do valor dos seus passados.*’ [...]”. Ibidem, p. 268.

³¹¹ “*A esse horror chamemos, na conceituosa lição da pessoa já alludida, ephodiophobia. Foi sempre angustiosa no nosso enfermo a idéa de ter de arranjar as suas malas. [...] Nas vésperas do seu suicídio, vésperas também de frustrada viagem, que de S. Miguel o deveria transportar a Lisboa, Anthero sentiu bem o peso da sua ephodiophobia. ‘Resolvido a ir neste vapor — Açor — (diz José Bensaude na mesma carta acima citada), aterrava-o a massada de ter de despachar a bagagem em Lisboa [...].’*” Ibidem, p. 269.

³¹² Ibidem, p. 269.

³¹³ Ibidem, p. 270. Um quadro provavelmente análogo ao que descreveríamos hoje como: apatia, desânimo, prostração, enquanto sintomática de um *transtorno depressivo*. Cf. DEL PORTO, José Alberto. “Conceito e diagnóstico”, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, 1999, v. 21, suppl.1, pp.06-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 03/04/2018.

³¹⁴ Cf. ZORZANELLI, Rafaela. “Hipóteses etiológicas sobre a neurastenia na obra de George Beard e seus contemporâneos europeus”, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, setembro de 2009, v. 12, n. 3, p. 512-523. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n3/v12n3a07.pdf>>. Acesso em: 31/03/2018.

³¹⁵ Ver MARTINS, Ana Maria. “Antero de Quental e Sousa Martins” *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, 1989, ano I, n. 1, pp. 67-72. pp 69-70.

Retomando a interpretação de Sousa Martins, tal *lesão* determinaria — no sentido forte do termo — o desfecho suicida do poeta, da mesma forma que havia condicionado toda sua juventude prostrada. Se, de fato, teve alguma razão em diagnosticar a melancolia e *inação* de Antero, que o mesmo sempre deixou transparecer³¹⁶, injustos foram seus apontamentos seguintes. Em nítido favorecimento a Teófilo Braga afirma que este, e não Antero, fora o grande responsável pela *Questão Coimbrã*. Que o poeta só entrara nela uma vez instigado, pois “era falho na iniciativa, e só arrastado deixava fulgurar as chispas do engenho”, e que o mesmo teria se passado quando de suas participação nas *Conferencias do Casino* e na *Revista Occidental*.³¹⁷ Prova disso estaria no soneto, molde predileto e quase único de sua obra poética, ao que atribui duas razões de ordem patológica.

A primeira teria sido pela forte impressão que lhe causara o lirismo, seja dos antigos mestres — João de Deus, Camões e outros — ou da própria experiência pessoal — novamente teriam sido “*olhos negros da loira...*”. A segunda, residiria na exaustão de seu sistema nervoso, que não lhe permitiria trabalhos de fôlego, e seria a causa de sua intermitência, sem periodicidade, de sua maneira de escrever, seu idealismo, etc. Interessante como neste caso não só o conteúdo dos poemas é invocado como sintoma, mas até a estrutura que utiliza, a escolha pela forma *Soneto* teria uma raiz, não estética, ou estilística, mas patológica.³¹⁸

De natureza mórbida também seria seu *transcendentalismo*. “*Pela volta dos 40 annos, a poesia e a philosophia do enfermo, até ahi em floração caprichosa, fructificaram. Amargos, porém, foram os fructos.*”³¹⁹ A norma sugeria que, uma vez transposta a idade em que o sentimento sobrepuja intellecto — e passada a fase em que ambos se equilibram — chegava o momento de assentar-se sobre a “era da razão”. Mas, em Antero, “*a razão pura tomou então tal ascendente, que abafou as cordas do sentimento. As derradeiras crenças saíram-lhe da intelligencia. Eram antes*

³¹⁶ Como neste trecho de carta ao amigo Visconde de Faria e Maia, transcrita por Sousa Martins: “...o grande desarranjo nervoso de que padeço, que ataca em mim sobretudo a vontade e a determinação; e é assim que desejando fazer uma coisa e não havendo aparentemente obstáculo a isso, pois só depende de mim, passam-se todavia mezes e annos sem que logre fazel-a. Isto em coisas tão pequenas como escrever uma carta, etc, etc. Imagina o que será nas outras, e se poderei entregar-me a trabalho algum seguido! É um estado singular esta alienação da vontade, que só te poderei dar uma idéa d'elle dizendo que se me aí figura que estou encantado... como nos contos de fadas. Mas com tudo isto vou adquirindo uma serenidade interior, e não me julgo infeliz, antes feliz. Possuo um mundo ideal, que de tudo me consola, para tudo é compensação. Mas atravez de que nevoeiros, por meio de quantos spectros tenho caminhado!” Antero de Quental apud MARTINS, Sousa. Op. cit. pp. 270-271.

³¹⁷ Ibidem, p. 271.

³¹⁸ Ibidem, pp. 271-272.

³¹⁹ Ibidem, p. 277.

convicções.”³²⁰ O que teria gerado sua inclinação especulativa, que seria de fato mais comum aos “cerebros do Norte”, recordando-nos que “*era Anthero, um setentrional, por atavismo*”.³²¹ Interessante observar que não atribui ao exagero essencialista de Antero a culpa pelo sentimentalismo, mas sim pelo excesso descompensado da razão.

Em diálogo póstumo com Antero, o autor defende sua visão materialista de mundo frente ao transcendentalismo filosófico do poeta. Qual o papel da humanidade no teatro universal? Os sábios responderiam consultando a natureza, já os filósofos, dispensados desta formalidade, olhariam para o invisível. Os primeiros conheceriam objetivamente a natureza, e parando por aí, dar-se-iam por satisfeitos. Já os segundos fantasiariam uma natureza subjetiva. E, porque seja movediço o terreno, muitos titubeiam na impossível manutenção de uma estabilidade falsa, restando — como Baudelaire — “*num oásis de horror em um deserto de tédio*”, cita o médico.³²²

No pouco contato que tiveram em vida, ao contrário do que se chegou a especular³²³, Sousa Martins e Antero “*estiveram para cruzar armas, pouco depois discutindo em publico. [...] sabendo, porém, que o seu amigo entrara em um período agudo de crise nervosa, absteve-se de publicar suas observações.*”³²⁴ Queria responder as críticas feitas ao livro do naturalista brasileiro Arthur Vianna de Lima (1857-?), *Exposé Sommaire des Théories Transformistes de Lamarck, Darwin et Haeckel* (1885). Antero, para sermos justos, mostrou-se muito deferente ao fato extraordinário de uma síntese das modernas abordagens evolutivas ser publicado em Paris, no idioma francês, por um autor de nome português e sangue brasileiro. Mas, sentiu-se na obrigação de glosar as teorias nele expostas, uma vez que elas excediam o campo científico para o terreno da filosofia.³²⁵ A “*Philosophia da Natureza*” dos Naturalistas (1887), originalmente veiculado em cinco partes na revista portuguesa *A Província* em março daquele ano. Foi o primeiro trabalho de crítica filosófica publicado pelo poeta,

³²⁰ Ibidem, p. 277.

³²¹ Ibidem, p. 279.

³²² Ibidem, p. 280.

³²³ Ver MARTINS, Ana Maria. Op. cit.

³²⁴ Araujo In memoriam de Sousa Martins 407

³²⁵ “Não sou naturalista e, tendo a consciência da minha incompetência, não me atreveria a escrever sobre a obra do sr. Vianna de Lima, se o seu livro fosse propriamente um livro de sciencias naturaes, e se os quatro estudos, dê que se compõe, se conservassem escrupulosamente nos limites rigorosos do campo scientifico. O livro, porem, do snr. Vianna de Lima, apezar da modéstia do titulo, aspira de facto a ser um livro de philosophia da natureza, e, n’esse terreno, creio poder, sem temeridade, emittir algumas opiniões fundamentadas.” QUENTAL, Antero de. A ‘Philosophia da Natureza’ dos naturalistas. In: _____. Op. cit., pp. 22-51. pp. 22-23.

antecipando o pensamento que desenvolveria no *Tendências Gerais da Filosofia*. “*Que duello se perdeu — que poderosa polemica!*”, lamentava Joaquim de Araújo.³²⁶

O horror pueril á metaphysica e a pretensão chimerica de fundar uma pilosophia da natureza positiva e exclusivamente architectada no terreno da sciencia levou Haeckel (e muitos outros atraz d'elle e com elle) a desconhecerem a importância capital da ideia de finalidade e a minarem aquillo que justamente lhes deveria servir de primeiro fundamento para o edificio que levantavam.³²⁷

Se naquele momento Sousa Martins “absteve-se” de responder ao “amigo”, aproveita agora para a réplica. Acusa a rejeição do poeta ao Naturalismo como mais uma prova de sua genuína doença, sobretudo quando este referia a tal pensamento como “*o horror de uma lucta universal no meio da cegueira universal*”³²⁸. Às frequentes acusações de aversão dos naturalistas à atividade especulativa, ou de involuntariamente produzirem uma metafísica da ciência, responde chamando Antero de um “*metaphysico sem physica*”. E, por esse motivo, a ideia que fazia do Naturalismo e da própria natureza eram equivocadas.³²⁹

Se Anthero conhecesse *de visu* a Natureza, se, por valetudinário, não houvesse rompido com ella a ponto de não a encarar, a sua concepção naturalista houvera sido bem diferente do que foi. Conhecendo-a de outiva somente, succedeu-lhe como a geographo, que só pela leitura houvesse informação dos accidentes physicos do globo. Havemos mister, os que estudamos a Natureza, de a lidar, com mão diurna e nocturna: *por dentro*, mediante a observação; *por fora*, mediante a experimentação. Sob pena de tomarmos a nuvem por Juno — o que leva a um optimismo falso; ou a Juno por nuvem, — o que leva a um falso pessimismo. [...] A pretensa cegueira universal apenas existe para os espiritos, que não logram enxergar a consciência universal, indicada no átomo e progressivamente sublimada até ao eu humano.³³⁰

Eis que toda essa visão negativa do mundo e da natureza iriam conspirar com a doença, num fatalismo bizarro. Apóstolo do *pessimismo*³³¹ e servido por sensações e

³²⁶ ARAÚJO, Joaquim de. Uma carta de... Além do túmulo. In: VÁRIOS. *Sousa Martins (In Memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 405-409. p. 407.

³²⁷ QUENTAL, Antero de. Op. cit. p.39.

³²⁸ Antero de Quental apud MARTINS, Sousa. Op. cit. pp. 280-281.

³²⁹ Ibidem, p. 280.

³³⁰ Ibidem, p. 281.

³³¹ Ibidem, p. 282. E prossegue na página seguinte: “*Não é pessimista quem quer, como não se é optimista por deliberação volitiva. ‘A differença essencial entre os pontos de vista optimista e pessimista da vida é simplesmente uma questão de temperamento’ — ensina-o Maudsley, na sua Pathologia do Espirito. Dão-se na alma daltonismos, como na vista. / E’ uma cegueira parcial do espirito, isto de não sentir o lado agradável da existência. Cegueira condicionada por lesões cerebraes, muito subteis embora, mas nem por isso menos verdadeiras. / Também ha quem, por degenerescências medullares, não perceba as impressões do calor ou as da dór, sentindo não obstante as do tacto; quem, por affecções do ouvido, seja surdo para umas notas e não para outras. E deixam acaso por isso de ter objectividades essas inapreciadas vibrações thermicas, doloríferas ou acústicas*” Ibidem, p. 283.

percepções incorretas, salta-lhe do Mundo uma visão em negro, tão nitidamente expressa nestas linhas, que lhe atribui Sousa Martins: “*O que é a Dor? Um mar. E a alegria ?/ Pérola occulta n'esse mar fremente*”. Novamente os versos são evocados como sintomas — muito embora tenha escapado do cientista tratarem-se apenas da tradução de Antero para um poema do húngaro Sándor Petőfi —, e encerra: “*a Morte eis a sua terra da promessa. Para lá se encaminhou. A passos vacillantes, como não podiam deixar de ser [...] mas sempre por Ella norteados*”.³³²

* * *

Assegura também o doutor que, diferente dos delirantes, nos “loucos morais” o suicídio seria premeditado, raciocinado e reveste-se de todas as aparências de um ato voluntário. O critério da loucura — agente do suicídio — não está, pois, no delírio de um ato súbito. “*Tem de ser procurado fora dele. Tal critério está no fundo degenerativo, que invalida o instinto de conservação individual.*”³³³ Destarte, Antero teria manifestado este intento e durante um bom tempo se opusera a seu pouco apego a vida e o desígnio de se livrar dela. “*Por largos annos luctaram em Anthero as duas phobias: o horror da morte e o horror da vida. A doença, todavia, no seu devastador progresso, foi atrophando o primeiro, na mesma escala em que ia hypertrophiando o segundo.*”³³⁴

Em breve *detour*, Sousa Martins apanha os casos dos suicídios premeditados de Camilo Castelo Branco, Júlio César Machado, dentre outros.³³⁵ E dos que, embora anunciados nunca chegariam a ocorrer, como o de Cícero e de Schopenhauer — que segundo o autor, apesar de apostolar a morte voluntária “nunca encontrou arvore boa para se enforcar”. Mencionando ainda o famoso caso de Sêneca que, adversário doutrinal do suicídio, se suicidaria quando achou neste o único refúgio contra uma morte afrontosa.³³⁶ Cerca de vinte anos antes, havia expressado em uma revista médica suas impressões acerca do suicídio. Considerando-o um ato de consciência íntima de

³³² “*Os neurasthenicos e particularmente os mezclados de hysteria, teem no seu destino um pelo menos d'estes dois pontos negros: a vesania e o suicidio. Mais correcto será dizer-se que teem a loucura, com o possível corollario do suicidio./ Anthero, ainda mal não fora presa da primeira, resvalou no segundo — e fez voar os miolos./ Foi livre, n'isto ao menos ?/ De modo nenhum... Um doente, apenas./ Não se suicida quem quer, nem pessoa alguma tem a liberdade de não se suicidar. O suicidio é sempre e simultaneamente um signal e um effeito de errada mentalidade.*” Ibidem, p. 300.

³³³ Ibidem, p. 301.

³³⁴ Ibidem, p. 302.

³³⁵ Ibidem, p. 304-305.

³³⁶ Ibidem, p. 309.

quem o pratica, mas de raiz patológica. Por sua vez — e era esse o objetivo do artigo — considera que o mesmo assume carácter de doença social, contagiosa, sendo o meio de propagação as notícias de suicídio transmitidas pelos jornais.³³⁷

Além do fundo degenerativo, o naturalista não deixa de apontar *en passant* outros condicionantes para o suicídio de Antero. Como já exposto, era mais afeito ao determinismo biológico e por isso lega a ordem social³³⁸ e ao ambiente físico, mais propriamente meteorológico, um papel secundário. É citado o trecho escrito por José Bensaude a Oliveria Martins descrevendo o clima quente e abafado da ilha de São Miguel, quando do falecimento de Antero.³³⁹ Teria sido mais um dos tantos “*nevropathas barometricos*”. Por fim, a escolha da arma e da forma de morrer também corroborava com suas hipóteses.³⁴⁰

“Estavam cumpridos os Fados!” O suicídio de Antero fora para Sousa Martins a resposta final àquela equação desequilibrada que de início mencionava em sua obra. “*A Especie, zelando suas magestáticas prerogativas, mandara que o pestilento sopro da Morte dissociasse os elementos histológicos da prodigiosa e aberrante symbiose — que dava pelo nome de Anthero de Quental.*” E numa sincera expressão de seu monismo, encerra o ensaio com esta passagem: “E os Átomos, em que, apoz regressões mil, se desataram as inanimadas cellulas, surgiram redivivos, imperecíveis, saturados de potencial energia, volitando em cata de destinos novos...”³⁴¹

* * *

A *Nosografia de Antero* não se trata — com o perdão da anedota — de uma

³³⁷ “O instinto imitador que o homem revela em todos os seus actos, e a circumstancia de ser mais facil e por vezes mais attractiva a imitação do mal do que a imitação do bem, conspiram no triste sentido de darem o character epidemico a uma enfermidade que á primeira vista se afigura como intransmissivel.” MARTINS, Sousa. “A divulgação dos casos de suicídio”, *Gazeta Médica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, pp.449-455. p.451.

³³⁸ “Em Anthero, aos motivos ponderados já, todos elles conducentes ao anniquilamento do ser, accresceram outros, de cathegoria secundaria, certo é, mas convergentes no mesmo sentido./ Um d’elles, remoto pode dizer-se, foi de ordem social. Consistiu na desillusão cruel, que ao seu espirito trouxera o mallogro da Liga patriótica do Norte. Toda a sinceridade da sua grandissima alma fora posta ao serviço d’essa nobre instituição, que os acontecimentos desastradamente abortaram.” MARTINS, Sousa. *Nosographia de Anthero*. In: VARIOS. *Antero de Quental. In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. pp. 219-314. p. 307.

³³⁹ José Bensaude apud MARTINS, Sousa. “Péssimas condições do nosso clima, insistentemente mau nas ultimas semanas da vida ; e excepcionalmente peor no dia do suicidio. Tempo quente e húmido; capacete de nuvens sombrias; ar quasi saturado de vapor de agua, 75° a 90° hygrométricos, sendo a saturação 100 ; pressão barométrica de 770 a 780 ^m/_m. produzindo tudo um mal estar e tristeza, que eu mtmo penosamente supportava. Capricho do acaso! Morto Anthero, o hygrometro passou a marcar, dias a fio de 50° a 60° e o barómetro de 750 a 760 ^m/_m !” *Ibidem*, p. 307.

³⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 308.

³⁴¹ *Ibidem*, pp. 313-314.

*tartaruga sobre a árvore*³⁴², produto do engenho ou peculiaridades de Sousa Martins, como talvez poder-se-ia julgar, numa primeira leitura. Refletia sim (com seus muitos particularismos) os debates a cerca da *degenerescência*, que dominavam o campo da psiquiatria naquele contexto. Esperemos que o esforço empreendido até agora tenha possibilitado esta leitura. De forma geral várias das premissas por ele defendidas já eram conhecidas e circulavam para além do meio médico na literatura naturalista, e até mesmo no *senso comum*. A repercussão polêmica que seu deu à época de sua publicação e o par de décadas seguintes deve-se muito provavelmente ao fato de ser acerca de Antero, vindo à lume na homenagem póstuma a esse. Mesmo entre os demais médicos assumidamente positivistas, não passou sem imediata contestação.

O Dr. Augusto Rocha, lente da Faculdade de Medicina de Coimbra, publicou em 1900, na revista *Coimbra Médica*, a conferência *Antero de Quental — perfil psíquico*, com uma recusa global às teses do colega lisboeta. De sublinhar-se, ainda, os reparos discretos de Francisco de Sousa Viterbo — arqueólogo e historiador da medicina — por sinal expressos na homenagem póstuma a Sousa Martins, seu amigo.³⁴³ De um ponto de vista basicamente genealógico e étnico, o educador Francisco Adolfo Coelho, já em 1897 contestava as premissas concretas do diagnóstico pondo em causa *O Suposto Escandinavismo de Antero de Quental*, artigo extenso publicado nos números 18 e 19 da *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*. O elogio³⁴⁴ mais destacado viria certamente de Teófilo Braga, não só pelo radicalismo científico-interpretativo que professava, mas por sua conhecida rivalidade com o colega da *Questão Coimbrã* e das *Conferências do Cassino*, que nem a morte poria termo.³⁴⁵

Anteriormente a isso, parte dos bastidores e da repercussão imediata da *Nosografia de Antero* podem ser também observados a partir da leitura da já mencionada correspondência referente à gênese do *In Memoriam*.³⁴⁶ Originalmente, o

³⁴² Anekdota popular que se baseada na premissa de que com tartarugas não sobem em árvore, primeiramente se trata de algo bastante exótico, e segundo foi posta lá por alguém. Na história, poucas vezes isso ocorre, muito embora seja o que parece. Aprimeira vista, cabe ao historiador compreender as razões daquele animal pairar sobre os galhos, quem o teria colocado lá.

³⁴³ Cf. VITERBO, Sousa. Sousa Martins — o artista da palavra. In: : VÁRIOS. *Sousa Martins (In Memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 109-121. p. 119.]

³⁴⁴ “O que ele faria como escritor apenas se entrevê no pequeno estudo intitulado a *Nosografia de Antero*; é uma base nova para a crítica literária, fundada no conhecimento da organização psíquica do escritor, seus atavismos, hiperestesias e degenerescências. Desde que lemos a *Patologia do Espírito de Maudsley*, aplicamos este processo nos nossos estudos de história literária; Sousa Martins deu a esse processo o exemplo mais eloquente e convincente da sua importância científica. A crítica assim é uma psicologia experimental.” BRAGA, Teófilo. *Viver na symphatia*. In: VÁRIOS. *Sousa Martins (In Memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 59-62. p.61.

³⁴⁵ CARDIA, Sottomayor. Op. cit., pp. 224-225.

³⁴⁶ Cf. MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001.

capítulo se chamaria “A Pathologia de Anthero”, escapa-nos a razão da troca do título, de todo modo sabemos que os acertos, correções — e as muitas exigências — de Sousa Martins eram feitas via correio a Joaquim de Araújo, que encomendara o artigo, e a Luís de Magalhães. Araújo mostrava-se leniente frente às demandas constantes do famoso médico, que constantemente delegava a terceiros. Sousa Martins foi um dos primeiros a terminar o texto e sempre ansioso e insatisfeito com a demora nas provas e publicação, vivia a perturbar os editores.³⁴⁷

Direto da tipografia, no Porto, a outro Joaquim — de Vasconcelos³⁴⁸ — cabia atender os pedidos de Sousa Martins, por vezes diretamente lhe endereçados. Ficara a seu cargo sugerir correções, aplicar as alterações e remeter as provas à Lisboa para apreciação dos autores. Em certo momento chega a censurar, ou no seu próprio dizer: ponderar, o prestigioso médico acerca de certas passagens sobre a vida sexual de Antero. “O Sousa Martins nas provas podará uns períodos de que eu não gosto e que contendem com coisas sexuais. Ele não precisa disso para a compreensão da sua teoria científica e foi o primeiro a dizer, após as minhas ponderações, que concordava em suprimir ou mudar as suas palavras.”³⁴⁹ Mas, na mesma carta o elogia. “De resto, de quanto tenho lido este artigo é o mais notável, e revela *um homem*. [...] O artigo é feito com grande respeito pela extraordinária alma do nosso grande e glorioso amigo”. Todavia, hoje percebemos que o *homem* que mais se revelou no artigo, fora de fato, o próprio Sousa Martins, o que não é mérito exclusivo desta obra, mas que nela é especialmente notório.

Ainda assim, um lado seu pouco conhecido era a constante preocupação com a exposição das ideias, a extrema minúcia gramatical e um perfeccionismo notório. Seu texto contou com a revisão do já mencionado prestigioso psiquiatra Dr. Júlio de Matos, que comungava de suas ideias³⁵⁰, e de dona Carolina Michäelis, que — a despeito de ter sido a primeira mulher a lecionar na Universidade de Coimbra, tornando-se mais tarde uma espécie de *mãe espiritual* da jovem intelectualidade portuense — era ainda

³⁴⁷ Ibidem, p. 209 et seq.

³⁴⁸ Joaquim A. da Fonseca de Vasconcelos (1849-1936), historiador e crítico de arte. Não confundir com o poeta saudosista Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos (1877-1952), eternizado pelo pseudônimo literário: Teixeira de Pascoaes.

³⁴⁹ Carta de Joaquim de Araújo a Luís de Magalhães, não datada. Cf. MARTINS, Ana Maria. Op. cit., pp. 176-177.

³⁵⁰ Ver PIRES, Antonio Machado. Op. cit., p. 109. Cf. tb. SERRÃO, Pedro Marques. Loucura e genialidade. In: *Fernando Pessoa: controvérsias literárias e modos de engrandecimento na república das letras*. 2014. 345 p. TESE DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, Lisboa, 2014. pp. 55-75. pp. 69-70 Disponível em: < <https://run.unl.pt/handle/10362/11826> >. Acesso em 02/11/2017.

tradutora e lexicógrafa,³⁵¹ para além das sugestões do próprio Vasconcelos marido desta. Como se depreende nestes documentos, Sousa Martins tentava a todo custo conferir as provas e ter uma *errata* individual para seu capítulo.³⁵²

Ainda nas famigeradas cartas lê-se as primeiras críticas privadas ao texto. Bernardo Pindela e Alberto Sampaio acusam-na, respectivamente de parecer uma conferência, ser pedante, maçante, excessivamente retórico, e prolixo. “Diz em 20 linhas o que podia exprimir em 5”³⁵³, “a coisa parece-me uma sebenta para uso dos seus estudantes”³⁵⁴, como tantos outros o acusariam, mas este último, no entanto, arremata de forma contundente.

Não creio que seja deprimente para o carácter de Antero — porque se não houvesse *nevropatas*, Schiller, Goethe, e outros que tais, ficava o mundo povoado de Sousas Martins, o que seria de a gente morrer de tédio. Ele que tanto fala *ex-catedra* de nervosismos não se lembra que foi preciso que o Charcot diagnosticasse a moléstia para ele a conhecer: sabe que o famoso médico se sorriu do tratamento e do diagnóstico feito em Lisboa! Supunha eu que o homem era doutra estrutura: mais uma desilusão.³⁵⁵

O próprio autor tinha consciência, senão das inconstâncias, ao menos dos limites de suas interpretações frente aos avanços da ciência na época. Uma das motivações de suas constante cobranças aos editores pela publicação — que ainda se demoraria por mais de dois anos depois da entrega de suas provas finais — era de que seu livro ficasse datado. Sabe-se que naquela mesma altura Max Nordau (com escala de projeção que o meio francês proporcionava) publicaria hipóteses semelhantes acerca da degenerescência nos gênios, recebendo a áurea do pioneirismo.

Quando sai a lume, então o livro *In Memoriam*? Completam-se neste mês dois anos que o meu artigo começou a imprimir-se e receio muito que ele esteja mais do que velho quando a obra vier à luz. Nestas coisas da ciência, cada ano vale um século desde a Idade Média.

³⁵¹ O *Dicionário Michaelis*, carrega o nome alemão de família porque fora primeiramente publicado por ela e sua irmã Henriette Michaelis.

³⁵² “[...] estranhei que o Dr. Sousa Martins venha com uma nova condição que não estabeleceu! Foi por isso que ele (ou Araújo?) reclamou as folhas impressas... outra condição nova! No primeiro caso - o das erratas, declaro-lhe que acho péssima a lembrança de as pôr no fim do artigo, seria absurdo! Por culpa de quem. se recompôs agora o enorme artigo? O Dr. Sousa Martins bem o sabe! Não se conformou o Sr. Dr. Sousa Martins com a revisão do Dr. Júlio de Matos e com a minha, que o tranquilizaram?! É ainda as revê minha mulher [Carolina Michaelis de Vasconcelos]! Peço a lista dos erros que descobriram. Nunca gastei tanta atenção e cuidado com provas minhas! Ele que nem sequer conferiu as citações dos versos do Antero! — pretende fazer erratas no meio do volume!! Confesso-lhe que vou perdendo a paciência. Ou serão todas essas impertinências apenas do Sr. Joaquim de Araújo, advocatus diaboli? Se tal coisa se confirmar, então o amigo há-de permitir que eu me retire da revisão, já que vai tão mal feita para o paladar desses senhores.” Carta de Joaquim de Vasconcelos a Luís de Magalhães, Porto, 9 de Julho de 1894. Cf. MARTINS, Ana Maria. Op. cit. p. 207.

³⁵³ Carta de Bernardo Pindela a Luís de Magalhães, Cascais, 22 de Julho de 1896. Ibidem, pp. 304-305.

³⁵⁴ Carta de Alberto Sampaio a Luís de Magalhães, Guimarães, 1 de Julho de 1894. Ibidem, p. 214.

³⁵⁵ Ibidem, p. 214

Se eu pudesse ter conjecturado de longe tal, teria pedido licença para fazer divulgar numa tiragem à parte, ou pedido que o meu escrito fosse o último a ser exibido.”³⁵⁶

No Capítulo 3, veremos qual foi a resposta que Cortesão e outros nomes de sua geração iriam tratar de considerar a este respeito, representando uma dura crítica as ideias defendidas por Sousa Martins e uma ruptura com as últimas manifestações do Cientismo português. E que, na proposta de uma visão mais intuitiva do gênio e das artes pretendia reabilitar a figura de Antero e superar a crítica de sua geração.

2.5 Decadência, crise e degeneração

A decadência dos povos da Peninsula nos tres últimos séculos é um dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa historia: pode até dizer-se que essa decadência, seguindo-se quasi sem transição a um periodo de força gloriosa e de rica originalidade, é o único grande facto evidente e incontestável que n'essa historia apparece aos olhos do historiador philosopho. Como peninsular, sinto profundamente ter de affirmar, n'uma assemblea de peninsulares, esta desalentadora evidencia. Mas, se não reconhecermos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva? [...] Façamos nós tambem, diante do espirito de verdade, o acto de contrição pelos nossos pecados históricos, por que só assim nos poderemos emendar e regenerar.

ANTERO DE QUENTAL, «Causas da Decadencia dos Povos Peninsulares nos Tres Ultimos Seculos», *Prosas*, V. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. p. 93

Ainda ontem eu pensava que nós outros os peninsulares nem sempre tínhamos sido uma nação estreita, de pequenas tendencias, sonolenta, chata, fria, burguesa, cheia de espantos e servilidades: e que este velho canto da Terra, cheio de árvores e de sol, tinha sido pátria forte, sã, viva, fecunda, formosa, aventureira, épica! Ah!, foi há muito tempo...

EÇA DE QUEIROZ, «A Península», *Prosas Bárbaras*. Porto: Lello & Irmão, 1912. p. 119

Assim como o excessivo trabalho consome o corpo, assim como o demasiado esforço do pensamento esvae o cerebro dos homens, — assim acontece aos povos que um dia executaram uma grande obra, ou viveram de uma ardente idéa. Que ha porém realmente digno, mais eminentemente nobre do que isto, na vida dos individuos e na das nações? Para mais do que para produzir, consumir e obscuramente voltarmos ao seio da natureza animal, existimos: não condemnemos, pois, as duras consequencias do heroismo. [...] Depois de combaterem o mouro e o protestante, depois de se extenuarem n'essa lucta, os soldados de Deus caíam ambos, vencidos, no chão. Quem de facto os derrubava não era, nem o protestante,

³⁵⁶ Carta de Sousa Martins a Joaquim de Araújo, 3 de janeiro de 1896. Ibidem, p. 238. Comentários análogos são lidos em outras cartas do médico, como nesta a Joaquim de Araújo, de 20 de Janeiro de 1895: “E a propósito: quando sai a lume o livro *In Memoriam*? O meu artigo está envelhecendo todos os dias.” Ibidem, p. 257.

nem o mouro: era o espirito moderno, por elles involuntariamente fomentado, [...] Os fructos da nossa obra voltavam-se contra nós; e os golpes mortaes recebidos acabavam de assegurar o triumpho necessário do espirito moderno, a que a nossa phisionomia já antiga, as nossas forças já perniciosas, não podiam pôr senão embaraços.

OLIVEIRA MARTINS, «Causas da Decadencia dos Povos Peninsulares», *Historia da Civilização Iberica*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980. pp. 258-259

Decadência, crise, atraso, degeneração. Mais do que mero pessimismo de Antero, e dos *Vencidos da Vida* a temática a esse respeito abunda na literatura portuguesa. Antes deles Alexandre Herculano já assim se referia ao período sombrio em que Portugal era dominado pelo absolutismo e pela inquisição³⁵⁷. Antero, mais metafísico do que historiador — e em seu ensaio sobre a decadência, mais moralista político do que filósofo — pintou com cores muito negras o “*o peso dos erros históricos*” peninsulares.³⁵⁸ Chega mesmo a afirmar: “*a nossa fatalidade é a nossa história*”, e que esta os havia conduzido a uma “*improcrastinável decadência*” (nos trabalhos da inteligência, de modo geral e mais especificamente na ciência, na política, na economia social, na indústria, e até mesmo nos costumes).³⁵⁹

Era seu intento, mediante o apelo a um exame de consciência nacional, despertar a opinião pública para o “período de força gloriosa e de rica originalidade” do qual falava, propiciando assim as condições de uma “regeneração”. Era na verdade esse o projeto, que vislumbrava o horizonte intelectual e político (o espírito por de trás) de todos aqueles conferencistas do Cassino Lisbonense. *Regeneração* era exatamente o mesmo termo utilizado por Herculano quando projetara no liberalismo político burguês, sua esperança de futuro para Portugal. Mas que Antero antevia na *Revolução* (não beligerante) e advento do Socialismo (à maneira de Proudhon), no fomento da Ciência e da Educação. E estas eram apenas duas das manifestações diversas desse sentimento e da tamanha força que exerceu na cultura finissecular portuguesa, muito embora seja importante notar que não se tratou de um fenômeno restrito àquele tempo e menos ainda, uma exclusividade ibérica.

*Decadência*³⁶⁰ é uma expressão polissêmica e como qualquer conceito histórico

³⁵⁷ SERRÃO, Joel. “Decadência”. _____. (dir.) Dicionário de história de Portugal. Porto: Figueirinhas, 1971. t. I. pp. 784-788. pp.786-787.

³⁵⁸ MACEDO, Jorge Borges de, “Portugal: um destino histórico”, *Primeiras Jornadas Académicas da Espanha e de Portugal: 25 a 27 de maio de 1988*, Lisboa, APH, 1990, pp. 263-318. pp. 274-275.

³⁵⁹ QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. _____. *Prosas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1926. v. II. pp. 92-140.

³⁶⁰ “**Decadência:** substantivo feminino. (séc XVII). Ato ou efeito de decair. **1.** Estado do que está começando a se degradar e se encaminha rapidamente para o fim, para a ruína (*decadência das artes, das letras, dos costumes*). **2.** HISTÓRIA [rubrica temática], época em que ocorreu alguma regressão no plano político e/ou artístico (*decadência da Europa após a guerra*). **2.1** HISTÓRIA [rubrica temática], período correspondente aos últimos

ganha significados e associações diversos que correspondem ao uso em que seu contexto meandra. Etimologicamente, a palavra deriva do latim medieval *decadentia*(*æ*), do verbo *cadere* (cair), e presume-se que esta proveniência radique na palavra francesa *décadence*, a qual, já no século XV, definia essencialmente “o estado de uma construção que se degrada” (1413) ou “a caminho da ruína”(1468).³⁶¹ Por essa razão, quase sempre se refere ao declínio (em oposição ao progresso) de um dado processo que já teria alcançado seu apogeu e agora viveria seu ocaso. Concepção essa própria de uma visão cíclica da história.

São incontáveis os exemplos de leituras literárias, históricas e religioso-escatológicas, da narrativa tripartite de *crescimento*, *apogeu* e *decadência* na marcha da Humanidade, que se repetia numa espécie de *eterno retorno*. A ideia de declínio e queda do Império Romano (Gibbon), ou mesmo do Ocidente (Spengler), mas que no caso ibérico — e mais especificamente português — não raras vezes se abraçam ao milenarismo sebastianista de séculos passados e/ou ao saudosismo histórico imanente (estrutural) no pensamento lusitano. Isso tudo, por fim, somado à moderna concepção de um *atraso* econômico e cultural frente às nações que se industrializaram, que tantos debate suscitava desde o século XVIII.³⁶²

De forma geral, as referências conceituais em torno da ideia de decadência tomam como ponto de partida uma visão de instabilidade das diversas esferas de uma sociedade: transmutação dos valores consolidados, declínio de seu modelo (a ser transplantado por um novo), falência dos ideais iluministas, ou mesmo uma concepção orgânica e fatalista do transcurso destas sociedades comparada a vida de um indivíduo (que nasce, cresce, padece e morre).³⁶³

Julian Freund, em memorável trabalho sobre o tema procura fazer uma história sociológica e filosófica da ideia de decadência enquanto categoria da experiência humana.³⁶⁴ Sustenta de que desde a antiguidade essa dimensão perpassa a obra de clássicos como Hesíodo, Aristóteles, Políbio.³⁶⁵ Assim, a palavra *decadência* chega aos nossos dias com um fatigado currículo de vida, continuamente mobilizada e

séculos do Império Romano (a decadência do Império Romano trouxe ao caos administrativo à Europa). [...]” HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 599.

³⁶¹ PRESCOTT, Vera Lúcia. Op. cit. p. 19.

³⁶² Ver CALAFATE, Pedro (org.) *Portugal como problema. Volume III – século XIX. A decadência..* Lisboa: FLA; Público, 2006.

³⁶³ PRESCOTT, Vera Lúcia. Op. cit. p. 20.

³⁶⁴ Como claramente denuncia o título FREUND, Julien. *La Décadence: Histoire Sociologique et Philosophique d'une Catégorie de L'expérience Humaine*. Paris: Sirey, 1984.

³⁶⁵ Ibidem, pp. 27-57.

examinada por pensadores diversos, e o uso trivial a que hoje a sujeitamos decorre de uma complexa e longa evolução do léxico ao nível de uma evolução histórica dos conceitos. Na verdade, o conceito moderno de *decadência social*, no sentido de corrupção moral, só ganha forma nas primeiras décadas do século XVI na Itália. No século seguinte prevalecerá o sentido de *decadência estética*, em estreita correlação com a difusão da Arte Barroca. É somente no século XVIII que a decadência seria entendida como dissolução dos costumes e do espírito, cabendo ao século seguinte a consagração do sentido histórico de *decomposição civilizacional*, que as teorias da decadência passam a enunciar. Em síntese, apesar de que a decadência social (pela perda das antigas virtudes) ter sido uma das críticas mais presentes nas sociedades ocidentais em crise, ao longo de toda a experiência humana, foi um fenômeno pouco pensado à luz de uma teorização mais elaborada. O século XIX preencheria essa lacuna, especialmente na sua última metade, quando o discurso da decadência está na ordem do dia. Repensa-se a viabilidade do Ocidente, dos Impérios, da Europa e, no seio desta, das nações em formação e crescente disputa.³⁶⁶

Outro traço profundo que difere esta abordagem moderna do conceito daquela que outrora se conhecia é justamente a figura que por excelência o está mobilizando. O intelectual público, em seu projeto de intervenção, traz o debate ao nível secular da *tomada de consciência* deste estado decadente da sociedade, da nação, ou da Humanidade. Por esta razão, é imprescindível considerarmos que desde sua origem, mas mais propriamente neste instante, a ideia de decadência não necessariamente corresponde a uma realidade material concreta. Realidade esta que pode ser comprometida, seja por decorrência de catástrofes, perdas demográficas ou econômicas, que confirmariam um declínio — como descreve Pierre Chaunu³⁶⁷ —, mas não raras vezes apenas o reflexo de um discurso a respeito desta. Não que todo o discurso não seja lastreado em uma leitura, mesmo que equivocada, da realidade e o *status ontológico do passado*³⁶⁸ deixe de presidir o fato inquestionável das rupturas, das guerras, do fim dos impérios antigos, por exemplo. Mas sim a força da legitimação

³⁶⁶ PRESCOTT, Vera Lúcia. Op. cit. p. 19.

³⁶⁷ É o que o autor chama de “decadência objetiva”. Cf. CHAUNNU, Pierre. *Histoire et decadence*. Paris: Perrin, 1981. pp. 142-164.

³⁶⁸ “Supor que um ‘presente’, por se transformar em ‘passado’, modifica com isso seu status ontológico, é compreender mal tanto o passado como o presente. A realidade palpável de nosso próprio presente (transitório) não pode de maneira alguma ser modificada porque está desde já se tornando passado, para a posteridade [...] Embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar essas evidências [...], o objeto real continua unitário [...] Os processos acabados de mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar, em nenhum grau, o status ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história.” THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 50.

deste discurso decadentista reside mais naquilo que consegue animar retoricamente na opinião pública³⁶⁹ do que numa efetiva avaliação sincera das conjunturas passadas e presentes. É por isso mesmo que se deve distinguir, como bem observa José Jobson de Andrade Arruda as ideias de *decadência* e *crise*.

Na transição dos séculos XVIII-XIX no Império-atlântico português, por exemplo, o sentido das palavras *decadência* e *crise* precisa ser devidamente circunstanciado, não somente em relação aos momentos históricos concretos, aos quais elas se dirigem, mas, também, aos contextos específicos nos quais as análises e interpretações foram produzidas. Em contraponto às leituras decadentistas que descreviam o colapso da hegemonia luso-oriental (a partir de meados do XVI) e como os “fumos da Índia” haveriam entorpecido a faina desbravadora portuguesa³⁷⁰, Arruda indaga se podemos efetivamente falar em *decadência* em Portugal ao final da Idade Moderna. E, em seguida, afirma que não.

O que existira de fato não fora uma crise econômica³⁷¹, e sim uma crise do Antigo Sistema Colonial. Como já haviam demonstrado Fernando Novais e ele em duas obras fundamentais da historiografia brasileira, respectivamente: *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* e *O Brasil no Comércio Colonial*, nos anos de 1970.³⁷² Ou seja, uma ruptura nos papéis desempenhados por colônia e metrópole, e, por consequência, um rearranjo destas relações em um novo padrão de colonização.³⁷³ O autor ressalta que “*em Portugal o que temos, efetivamente, é uma crise de crescimento que se transforma em crise de retração e conduz à reificação nostálgica do mito da decadência, acompanhado pela sensação de um tempo perdido.*”

³⁶⁹ Como salienta István Mészáros que esta projeção deve atender a orientação prática de uma racionalidade adequada ao discurso ideológico. Seu caráter residia agora na crítica social e política e não mais numa proposta messiânica de redenção. Seus interesses devem se articular, ainda, não como proposições teóricas abstratas, mas como indicadores práticos bem fundamentados e como efetivos estímulos mobilizadores, direcionados a ações social e politicamente viáveis de sujeitos coletivos reais. Cf. MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 10.

³⁷⁰ Esta visão, que foi a dominante à época, atribuía o suposto declínio econômico da modernidade a ambição fortuita pela riqueza fácil. Cf. SERRÃO, Joel. Op. cit., p. 784 et seq.

³⁷¹ “*Trata-se de uma fase de prosperidade econômica, apesar das dificuldades no plano político, especialmente das relações internacionais extremamente tensas, em meio às quais a diplomacia portuguesa saía-se airoso, aproveitando ao máximo o princípio da neutralidade. O superávit da balança comercial é um indicador seguro do estado de saúde das finanças do Reino. O auge da produção aurífera no Brasil correspondeu aos déficits mais elevados da balança portuguesa com as nações estrangeiras e, especialmente, com a Inglaterra.*” ARRUDA, José Jobson A. “*Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII*”, *Revista da USP*, São Paulo, julho/agosto de 2000, n. 46, p. 66-79. p. 77. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32880>>. Acesso em: 21/02/2018.

³⁷² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986. ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1979.

³⁷³ Sobre isso, consultar também ARRUDA, José Jobson A. O império tripolar: história e historiografia. In: _____. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014. pp. 385-430. Especialmente páginas 409-412.

E completa que a ideia de crise assim como a de decadência também revela, em larga medida, uma projeção do presente sobre o passado.³⁷⁴

O conceito de Antigo Sistema Colonial, por sua vez, se refere ao conjunto articulado de mecanismos pelos quais esse processo de colonização do Novo Mundo se ajusta ao seu *sentido* maior nos quadros do Capitalismo mercantil.³⁷⁵ Destacando-se os seguintes componentes estruturais: o exclusivo metropolitano do comércio colonial, o modo de produção escravista e o tráfico negreiro — que além de alimentar esta mão de obra demonstrou-se (isoladamente) a atividade mais lucrativa do sistema. Orientado pela noção marxista de crise³⁷⁶, Novais sustenta que a tensão do sistema se engendra a partir das condições e contradições intrínsecas e necessárias para o seu próprio funcionamento, que no seu inerente desenrolar acabam por chegar ao limite de suas possibilidades.³⁷⁷ De forma que não era possível explorar a colônia sem desenvolvê-la, e, assim, oposições de interesse para com a metrópole surgem ao longo do tempo. E quanto mais o sistema funciona, mais a tensão se aprofunda.

Considerando Antigo Regime como um todo articulado, bastaria essa crise no setor colonial para comprometer o conjunto, outrossim, nas metrópoles (centro dinâmico do sistema) emergiam nesse momento uma série de contradições. A aplicação das políticas mercantilistas na formação dos Estados modernos tensionava-os uns contra os outros, só podendo resultar na hegemonia final de um deles: a Inglaterra. Era

³⁷⁴ ARRUDA, José Jobson A. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”, *Revista da USP*, São Paulo, julho/agosto de 2000, n. 46, p. 66-79. p. 77. p. 78.

³⁷⁵ Segundo modelo explicativo do “sentido da colonização”, de Caio Prado Jr. Que trataremos no capítulo 4.

³⁷⁶ Lembrando que Marx destaca que “*Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, captadas no processo do seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas de formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagonista não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos: contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo.*” MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, (Coleção *Os pensadores*) v. XXXV, pp.107-257. p. 130. Como observa Jorge Grespan, o conceito de “crise” é problemático na obra econômica de Marx, porque seu conteúdo não fica claramente explícito, em passagem específica, estando diluído ao longo dos textos. Mas seu sentido se dá essencialmente veiculado a ideia de capital, que é determinado a partir de sua negatividade constitutiva: a crise. Cf. GRESPAN, Jorge. A teoria das crises de Marx. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 291-302. p. 291. Do mesmo autor, ver ainda GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital* : o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec, 1998.

³⁷⁷ Obviamente neste caso, crise não dimensiona o completo abalo e superação do modo de produção capitalista. Tão somente reequacionava o *fato colonial* (Hardy) onde o papel das antigas (e remanescentes) colônias na periferia da *Economia-mundo* (Braudel, Wallerstein) não seria mais centrado apenas na produção e fornecimento de insumos. Mas sobretudo como mercado consumidor das novas potências. Ou seja, a crise desbanca a feição mercantil e o modelo tradicional da exploração colonial, enquanto parte de um processo de acumulação primitiva de Capital, que deu o impulso para o capitalismo industrial. Mas a exploração e a posição dependente destas colônias permanecem.

o fim, ou pelo menos o forte abalo da *neutralidade* portuguesa no desenlace de sua relação secular com os ingleses — que pode ser pensada a partir de três vértices distintos: o *Tratado de Methuen* (1703), a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e consequente abertura dos portos (1808) e o *Ultimatum britânico* (1889).

No mais, a entrada nesta sociedade *competitiva* (como foi apontado no Capítulo 1) repercutia na dinâmica interna dos próprios países. O fomento econômico pelo Estado promove a ascensão da classe burguesa, rompendo assim o equilíbrio de forças sobre as quais se fundava o regime absolutista. O liberalismo burguês passa a contextualizar a economia política dos governos como uma alavanca para o desenvolvimento e acaba retendo para si o domínio dos meios de produção. A velha estrutura, aparentemente sólida, compromete-se e começa a desmanchar-se nos ares estertores de uma nova era, que se abriria às reformas e adiava a Revolução. “*A partir de então pode-se falar que a crise estava aberta*”, uma colônia que se torna nação independente ultrapassa totalmente o quadro de possibilidades do sistema. “*O último quartel do século XVIII e o primeiro do XIX foram efetivamente um longo período de reajuste do conjunto, com alternativas de movimentos reformistas e rupturas revolucionárias: a penosa superação, enfim, da dominação colonial nas Américas, e do Absolutismo político na Europa*”.³⁷⁸

Por isso, embora *decadência* e *crise* dialoguem entre si, o primeiro nitidamente remete a uma avaliação de um estágio (de média ou curta duração) de dada experiência histórica, enquanto o segundo seria a liminaridade entre estes estágios (que dialeticamente denuncia seus limites e cria as forças para sua superação). Segundo Reinhart Koselleck, o século da crítica e do progresso moral — justamente a que Hazard atribuía à “crise de consciência” — não conhecera *crise* como um conceito central. Pelo que contém de prognóstico e diagnóstico, a expressão é sim um indicador da nova consciência, mas mesmo que se apreendessem os fatos com perspicácia, toda crise escapa ao planejamento, ao controle racional sustentado pela fé no *progresso*.

Logo, o termo não aparece nas publicações dos progressistas, e sim nos filósofos que possuem uma concepção cíclica da história, como Diderot e Rousseau. A representação cíclica da história permitia conceber um ponto de virada, uma peripécia, para a qual não havia lugar em um progresso linear.³⁷⁹ Para estes iluministas, o

³⁷⁸ NOVAIS, Antonio F. A dimensões da Independência. In: _____. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp. 195-203. pp. 200-203. Ainda sobre a ideia de crise para Fernando Novais, ver a compilação de entrevistas ao final do mesmo livro (sobretudo pp. 354-355).

³⁷⁹ KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à partenogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999. pp. 137-139.

resultado da crise era: a liberdade ou a escravidão. Seu fim corresponderia ao entendimento que uma época tinha de si mesma, de onde se origina o prognóstico, a visão da crise como anarquia, como estado de insegurança e mesmo como guerra civil. Ademais, a natureza da crise é determinada a partir de seu fim, no esforço de sua superação. “*De fato, ela é somente o fim do processo crítico que a sociedade, separada do Estado, moveu contra este Estado. A crise transforma-se em um tribunal moral cujas leis estão escritas nos corações dos críticos burgueses*”. O início da crise não acarreta apenas um período de aporia intelectual e insegurança política, cujo fim, como em Rousseau seria imprevisível. Era, ao contrário, um momento transitório cujo desenlace já estava inscrito nas categorias da crítica burguesa.³⁸⁰

Em outro clássico da historiografia brasileira, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*, Emilia Viotti da Costa diz que “*crises são momentos de verdade. Elas trazem à luz os conflitos que na vida diária permanecem ocultos sob as regras e rotinas do protocolo social*”. Sendo nestes momentos expostas as contradições existentes por trás da retórica de hegemonia, consenso e harmonia social.³⁸¹ Crises precedem a ruptura da ordem e dela se sucedem. Jaime Cortesão e sua geração assistiram às sucessivas crises da fragilidade de seu regime político constantemente tomado de assalto pelas forças conservadoras, o que resultou numa vida de crítica, engajamento e exílio.

Na breve história republicana brasileira — para usarmos um exemplo atual —, ora como farsa, ora como tragédia, fenômenos semelhantes se sucedem e a palavra crise retorna ao vocabulário corrente. Não só a *crise econômica*, mas a *crise política*, advinda de um novo tipo de golpe³⁸², que nosso caso surge em meio a uma larga experiência de arbitrariedade institucional que é temperada de cima pelo autoritarismo e devassidão do poder financeiro; e desde baixo pela anomia de um povo pouco

³⁸⁰ Ibidem, p. 150.

³⁸¹ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de demerara em 1823*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp.13-14.

³⁸² Aqui nos referimos ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) — que a exemplo das derrubadas dos governos de Manuel Zelaya, em Honduras (2009), Fernando Lugo, no Paraguai (2012) e as constantes tentativas de desestabilização de governos progressistas nos demais países da região — configuram uma nova investida contra a frágil democracia latino-americana. São golpes de cariz midiático-jurídico-parlamentar, tratando-se de uma ruptura mais sutil do estado de direito, diferente daquela marcada pelos pronunciamentos militares em países sul-americanos entre as décadas de 1950-1980. As motivações seguem sendo de ordem econômica, em torno de projetos de poder que visam a manutenção ou realinhamento de privilégios financeiros deslocados do setor público para o privado. Bem como, o acesso as reservas naturais e aos mercados nacionais, nos moldes da reestruturação do neo-liberalismo em países de Capitalismo tardio periféricos. Contudo, desta vez as forças armadas — até o momento — aparecem em segundo plano, apenas como pressão estratégica à opositores e repressão aos movimentos sociais, pelo estabelecimento da ordem, não com participação direta nas cadeias centrais de comando. A condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (7 de abril de 2018) em processos de questionável lisura e excessiva publicização/politização, vem corroborando com essa linha de pensamento.

acostumado à ordem democrática.³⁸³ Como todo o acontecimento de relevância em história, a crise também ocorre no entrecruzamento de uma conjuntura momentânea específica com uma estrutura já estabelecida na longa duração.

Não é menos instigante notar que o termo *decadência* (e suas variações mais diretas) parece haver se perdido repertório conceitual brasileiro. No momento, circulam *ad naeuseam* pela imprensa e redes sociais no Brasil propagandas de negatização da esfera política, sobretudo dos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016). E, a abordagem moralizante da questão — em sua tônica parcial, personalista e de forte apelo reacionário — acaba por mobilizar esse afeto de insatisfação coletiva, transitando, de uma forma ou outra, por essa impressão de que “tudo está pior”. Não à toa, torna a surgir no horizonte a idealização de alguns pelo retorno de uma suposta *idade dourada*: “Ditadura Militar”, o “Brasil pré-lulismo”, etc.

Já o termo *corrupção*, este sim bastante explícito e deveras banalizado é aquilo que conduz hoje praticamente todo o debate público acerca das expectativas políticas. Sua própria etimologia (*cor*: coração + *ruptus*: rompido/quebrado) já sugere um fundo comum com a ideia de *degeneração*, de algo orgânico que se deteriorou.³⁸⁴ E assim, a corrupção é até comumente vista como um mal generalizado, uma espécie de achaque, mas tomado enquanto manifestação individual: o sujeito que se corrompe ou se deixa corromper; e não como parte inerente de um sistema viciado na relação entre a Política e o Capital. O que comprova que nem sempre a crise e uma crítica efetiva andam juntas.

Feita esta divagação, o tema da decadência remete-nos, inelutavelmente, para a continuidade histórica. Por essa mesma razão, enquanto que nos finais do XIX a crítica literária e política, bem como a História (alicerçadas nos princípios do evolucionismo cientista ou amparadas nos pródromos positivistas, ainda que por vezes em oposição a estes) arquitetavam suas interpretações do mundo a partir de postulados decadentistas, no século XX, o tema foi sendo relegado a plano secundário, suplantado pela temática das *revoluções*.

Por sua natureza específica e pela sucessividade adensada dos eventos de alta significação, as revoluções trazem consigo a sensação do encurtamento do tempo, o fulgor de uma nova temporalidade, fazendo crer que os tempos históricos se tornam mais transparentes e a captura de (e intervenção em) seu nervo motor, mais plausível.

³⁸³ Sentido durkheimiano do termo: desintegração das normas sociais frente a relações sociais na sociedade moderna. Cf. DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

³⁸⁴ Platão e Aristóteles também, partiam dessa consideração. Cf. FREUND, Julien. Op. cit. p. 15.

Nestes parâmetros, a monotonia do *eterno retorno*, por oposição à agitação social dos tempos revolucionários, desqualificaria os momentos de decadência como menos merecedores da reflexão intelectual.³⁸⁵

No século XX, a ideia de naturalidade das revoluções burguesas é quebrada pela eclosão das revoluções proletárias, de fundamentação socialista. A temática das revoluções rouba de vez a cena por constituir-se na realidade característica duma *era de extremos*. A marcha da história já não era mais vista pelo cumprimento perpétuo de estágios ou ciclos (previstos nas *leis gerais*), mas residia na ação prática dos homens, não como meros catalizadores de um processo iminente, mas agentes da própria história. Mesmo em processos transitórios de ruptura que não tiveram a dimensão das revoluções populares de 1910 (México) e 1917 (Rússia), ao menos a ideia de *Revolução*, foi um dos elementos mobilizadores da superação de uma conjuntura de crise e de um sentimento permanente de decadência. Como pôde-se observar na imprensa portuguesa no 5 de Outubro ao recordarmos o editorial que abre o capítulo 1, bem como o pronunciamento de João Prudêncio (Alfredo de Mesquita Pimentel) que encerra o mesmo. Ou seja, crise, decadência e sua superação, são mais do que temas, são vórtices mobilizadores.³⁸⁶

* * *

Para aqueles que à sua época achavam-se em condições de refletirem sobre o estado das coisas pátrias, o *fin-de-siècle* português, deu muito o que pensar. Tanto assim que toda a *intelligentsia* lusófona verteu sobre o papel as suas opiniões acerca de Portugal, das colônias (e as antigas colônias: comparando seu desenvolvimento com o do Brasil), e, mais especificamente, sobre o seu destino de pequena nação entre os demais povos europeus. As interrogações mais frequentes não podiam deixar de incidir na obsessiva tônica da decadência e atraso nacionais, que saltavam diretamente das leituras históricas mais concretas para o espaço da ficção literária, da poesia, do panfleto ou do texto de opinião. Como ressalta Vera Lúcia Prescott, todas estas possibilidades de escrita foram postas ao serviço do desconcerto de quem apontava o dedo às causas do infortúnio pátrio e, sobrando-lhe alento, sugeria os caminhos da esperança para a *regeneração* de Portugal.

³⁸⁵ ARRUDA, José Jobson A. Op. cit., pp. 67-68.

³⁸⁶ Ibidem, p. 67.

E, no último decênio do século, o envolvente sentimento da decadência advém desta crise nacional para a qual concorreram simultaneamente diversas crises enoveladas entre si (aos níveis econômico-financeiro, político e social). Em última instância, na avaliação mais comum destes letrados sobre o conjunto de crises resultaria uma situação ainda mais grave: a profunda *crise moral* que se alastrou em todas as camadas da sociedade portuguesa.³⁸⁷ E, de fato, as letras portuguesas não faltaram ao encontro, cumprindo sua *missão* de expressão máxima da consciência nacional.

Mesmo em um país de população predominantemente analfabeta, o prognóstico pessimista e a denúncia da(s) crise(s) extrapolavam o suporte escrito na *circularidade*³⁸⁸ do trânsito das ideias para além da cultura letrada.³⁸⁹ Então, a opinião pública vinha sendo construída no seio das camadas populares e o sentimento de decadência seria neles avivado com certas obras mais acessíveis ao grande público, pelo próprio formato de suas obras. Imprensa popular: romances, folhetins, almanaques, contos, poesia, cantigas populares, caricaturas e cartuns; para além das conferências, obras mais densas e os ensaios publicados às parcelas nas revistas culturais, tornam-se o suporte do anseio de mudança. Sobretudo a partir do *Ultimato de 1891*, quando passam a despertar a consciência nacional para a ideia coletiva de *Pátria*.

Intelectuais e imprensa, então incumbidos deste projeto de darem voz à consciência nacional, desencadeiam um verdadeiro processo de autognose coletiva. De aflita inquirição às profundezas do que Portugal era, do havia sido, e do que podia (ou não) vir/tornar a ser.³⁹⁰ Estas “narrativas de destino pátrio”, como chama Prescott, traçam o perfil da sociedade finissecular portuguesa a partir dos testemunhos indispensáveis daquela geração de escritores. Mas não só, seguem sendo o êmbolo das questões da intelectualidade portuguesa nas décadas seguintes enfatizando sempre a impressão de uma trajetória nacional incompleta, um ciclo que nunca se fecha, uma

³⁸⁷ PRESCOTT, Vera Lúcia. Op. cit., p. 29.

³⁸⁸ O conceito de *circularidade cultural* desenvolvido por Carlo Guizburg a partir de leituras de Mikhail Bakhtin referen-se sobretudo ao trânsito das ideias entre cultura letrada e popular no contexto medieval e renascentista, portanto antes da imprensa moderna. Contudo, julgamos que seu sentido pode ser aplicado a esse contexto. Ver GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: as idéias e o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 13.

³⁸⁹ “*Quem vivia na miséria (na cidade ou na província) tinha como única opção queixar-se da boca para fora, sem jamais deixar uma palavra escrita sobre o assunto. A pátria dos debates intelectuais, se lhes chegava a entrar por um ouvido, logo saía pelo outro. Com alguma sorte, a crítica culta da decadência nacional descia até às camadas sociais mais baixas através de panfletos e de poesias (como a de Junqueiro) cuja oralidade e simplicidade fosse contagiante, da sátira ilustrada ou de artigos de imprensa sensacionalista com a sua linguagem desbragada.*” PRESCOTT, Vera Lúcia. Op. cit. pp. 29-30.

³⁹⁰ Ibidem, p. 30.

idade dourada que já não voltará.³⁹¹ E nisso, acabam por aproximar-se (como se verá) dos intérpretes da *formação* da nacionalidade brasileira.

O sentimento de decadência era bastante geral, mas a leitura não era unânime. E aqui importa distinguir-se a leitura decadentista do passado ou da conjuntura presente como um repertório de análise da realidade do *decadentismo*, enquanto movimento estético e literário, que procurava enaltecer os signos da decadência.³⁹² Em tempos que Portugal caminhava ao ritmo apressado de sua crise de entrada na modernidade, a opinião dos escritores também divergia quanto à natureza específica do fenômeno da decadência. As figuras de linguagem eram várias, mas a partir do último quartel do XIX é amplamente dito que a pátria era “um corpo doente”, metáfora comumente utilizada em tempos críticos e que compara o crescimento das nações à evolução característica da espécie humana.

Esta conceptualização de crise como doença, ou *degeneração*, conheceu, portanto, uma ampla difusão no Ocidente, e não foi diferente em Portugal, como pudemos observar. São vários os autores que assimilam o modelo clínico de definhecimento humano à visível involução da nação portuguesa, de sua cultura e de seus artistas. Outros, nacionais e estrangeiros, simplesmente não aceitam a metáfora que anuncia o inexorável fim da pátria. Contudo, nas duas pontas haviam tanto os catastrofistas — que na linha do próprio Nordau — anteviam o fim dos tempos, quanto os esperançosos que ainda que tivessem um prognóstico pessimista (filiando-se ou não as teses biológicas degeneracionistas) contavam com a emergência de um tempo novo, de uma *renascença*, de um *novo homem*.³⁹³

Se decadência, crise e atraso enquanto vértices de mobilização da intelectualidade lusitana já são bastante conhecidas, o mesmo não ocorre com o tema da degeneração. Em seu estudo mais abrangente, Lucien Freund já chamava atenção para associação entre a ideia de decadência e de *degenerescência*,³⁹⁴ que seria sua expressão de cariz biológico-evolucionista no campo da argumentação e pensamento cientista, cujo melhor exemplo para o caso português seja provavelmente Sousa

³⁹¹ Cf. MACEDO, Jorge Borges de. Op. cit., pp. 274-281.

³⁹² Vera Lúcia Prescott recomenda os estudos de José Carlos Seabra Pereira sobre o tema, mas resume *decadentismo* como “um estilo formalmente próximo do simbolismo e que se caracteriza pelo pessimismo, pelo tédio, pelo descrédito nas instituições humanas e no próprio ser humano, criando, como forma de escapismo, uma atmosfera propícia à devoção, aos prazeres sensuais e às sensações extravagantes; *decadismo*.” PRESCOTT, Vera Lúcia. Op. cit., p.17.

³⁹³ Ibidem, p. 34.

³⁹⁴ FREUND, Julien. Op. cit., pp. 5-26 et passim.

Martins. Mas, que também não deixa de espalhar-se para o terreno da literatura daquele país que tanto bebeu deste naturalismo de tipo medicalizante. Por isso a pesquisa de António Machado Pires — que tanto nos auxiliou na compreensão e contextualização dos argumentos deste médico — teve a oportuna sensibilidade de buscar essa mesma associação no grupo da *Geração de 70* e seus contemporâneos.

A literatura, sob a influência dos conceitos das ciências naturais e da medicina (psicopatológica, em especial) desenvolveu a ideia de que o homem da segunda metade do Século XIX é decadente e até um *degenerado*. Os problemas da nevrose e da hereditariedade desfavorável tornam-se temas predominantes (taras, perversões sexuais, etc). A anormalidade passa de tema estético-social a artifício literário (colorido com refinamento estilístico); a crença eufórica no Progresso gera a reacção idealista do fim do século e o ‘excesso de civilização’ passa a ser tomado como causa de decadência.³⁹⁵

Além de abordar a temática da decadência/degenerescência ao longo de todo livro, dedica um capítulo exclusivo a esta última.³⁹⁶ Mais especificamente, onde reforça como este consórcio de ideias, dentro dos quadros do Positivismo e Naturalismo da época, acabava por consensuar que a decadência, de modo geral, derivava da degeneração biológica das raças e dos indivíduos. Trazendo então para a literatura as preocupações científicas e as teses psico-fisiológicas em voga. Esta visão explorou demasiadamente o tema do *homem doente*, do ser humano tocado de males atávicos, irreversíveis e progressivos. Quando a partir disto se passa ao juízo valorativo de que o homem e a sociedade de finais do século estão a deteriorar-se, a degenerar-se, os temas mais vastos da decadência social e do declínio da Humanidade volvem-se enfim, na temática da *nevrose* e da *degenerescência*, como evidenciou-se ao longo do escrutínio das teses degeneracionistas.³⁹⁷

Como também é sabido, Realismo, Naturalismo, Cientismo são orientações de um movimento com a mesma origem: radicadas na doutrina positivista, na sociologia nascente, nos métodos das ciências naturais e agora rigorosamente baseados na observação positiva que permite a indução de leis. E a literatura e a arte em geral,

³⁹⁵ PIRES, António Machado. Op. cit. pp. 23-24.

³⁹⁶ Cf. PIRES, António Machado. Naturalismo e explicações positivistas. Decadência e degenerescência. In: _____. Op. cit., pp. 91-115.

³⁹⁷ Esta associação direta da loucura enquanto degeneração de um quadro mental já fragilizado era conhecida dos portugueses desde, pelo menos os finais do século XVIII, justamente por conta de D. Maria I, de alcunha: a louca. Seu caso fora narrado exatamente com essas palavras, em 1792, por Luís Pinto de Sousa Coutinho, visconde de Balsemão que recomendava ao ministro Cipriano Riberio Freire, em Londres, que a rainha se submetesse ao mesmo médico que havia tratado o monarca britânico: “*Tenho o grande dissabor de participar a V. M.es que S. Mag.de se acha actualmente padecendo huma affecção melancolica, que se tem degenerado em insânia, e chega aos termos de hum frenesim. [...]*”. Luís P. S. Coutinho apud BEIRÃO, Caetano. D. Maria I: 1777 – 1792. Subsídios para a revisão da história do seu reinado. Lisboa : Empresa Nacional de Publicidade, 1934. p. 408.

teriam também agora uma função social devendo afirmam-se na observação e no conhecimento científico, e isso ficou expresso em vários autores portugueses, como demonstra Machado Pires.³⁹⁸ Ramalho Ortigão, talvez uma das maiores expressões disso no campo literário, chega a dizer que uma nação pode enlouquecer, manifestando traços sintomatológicos como os que se verificam no plano individual. A propósito das exorbitantes festas de casamentos do príncipe português, observa “*que não é este um caso isolado de alucinação social. A moderna patologia histórica tem numerosas relações da psicologia mórbida com várias fases da civilização europeia*”.³⁹⁹

Daí, portanto, advém a ideia do artista, e mais propriamente do *gênio artístico*. Sendo o artista resultado de uma alteração orgânica, semelhante ao louco, ao idiota e ao delinquente. Gênio, intuição, criação artística, misticismo e fanatismo religioso bem como as perversões sexuais, prostituição e o crime seriam manifestações de alterações psico-fisiológicas apenas qualitativamente diversificadas (*superiores* ou *inferiores*), mas pertencente a mesma categoria de fenômenos. Os *heróis* de obras literárias, seus criadores, a poesia lírica e os escritos filosóficos poderiam assim documentar análises psicopatológicas. E assim, começam a se inventariar os *tipos* esporadicamente anormais que ilustrariam o definhamento da espécie. Eis como o tema da sociedade burguesa decadente se alarga em tema de uma humanidade doente, degenerada pela neurose moderna e pelos cruzamentos com raças ditas inferiores que o século XX procuraria catastróficamente “sanar”.⁴⁰⁰

Se, como vimos, a *Nosografia de Antero* e o pensamento de Sousa Martins não são em si peculiares, como se poderia supor à primeira vista, podemos concluir que tanto o pneumologista, professor da Escola Médico-Cirúrgica quanto o poeta açoriano, beberam, de certa forma, em uma fonte comum, que pareceu dominar a cultura de sua época. Inscrevendo-se no contexto maior (lusitano e europeu) das teses degeneracionistas, percebendo ainda como a ideia de *degeneração* é em realidade a expressão do naturalismo cientista das teses da *decadência*. Em contrapartida, se analisarmos de perto a razão de ser das duas interpretações: o degeneracionismo de Souza Martins e a leitura decadentista de Antero, perceberemos que o diagnóstico da natureza mórbida da arte e do gênio, inserida na primeira visão e as causas da decadência peninsular apontadas pelo poeta, caminham também em sentidos opostos.

³⁹⁸ Ibidem, p. 91 et seq.

³⁹⁹ Ramalho Ortigão apud PIRES, António Machado. Op. cit., p. 105.

⁴⁰⁰ Como explica François Bing, se num primeiro momento a degenerescência era vista como já trazendo em si mesmo uma cura eficaz: a suposta tendência a esterilidade de seus portadores. Com o tempo as teorias eugenistas procuram propor medidas de “higiene social” procurando adiantar aquilo que acreditavam ser o designio da natureza, e paulatina e perversamente assumindo os projetos de extermínio. Cf. BING, François. Op. cit., p. 134.

Aqui não se trata de pesar o fatalismo *versus* esperança de ambos na chegada de um *telos* regenerador para humanidade (ou para Portugal), mas sim de perceber o papel que os homens cumpririam nesse processo.

Em Sousa Martins, pelo que se depreende de sua obra, as causas primeiras e últimas dos processos humanos, sociais e, portanto, históricos, estaria na biologia. Isto é, nos processos evolutivos legados de um ser a outro pela *determinância* da hereditariedade. Para ele, aliás, a figura do gênio (ou herói) como elemento de expressão de um sentimento coletivo deveria ser desprezada, até mesmo porque a natureza se encarregaria de, mais cedo ou mais tarde, extinguir esse *tipo* pela inexorável condição da esterilidade. Em Antero, que não desprezava de todo os preceitos do evolucionismo, perfilava, todavia, a meta-narrativa moderna e socialista da história como construção dos homens e não apenas a confirmação de leis fisiológicas (ou mesmo sociológicas) pré-estabelecidas. “*Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-he-mos abraçando francamente esse espírito. O seu nome é Revolução*”.⁴⁰¹

É nesta mesma linha de Antero, uma concepção não-biologizante e evolucionista da história, vista enquanto constructo humano e social, que se instalará a contra investida estética e *espiritualista* — no amplo sentido do termo — da geração seguinte: a de Jaime Cortesão, do grupo que começa na *Renascença Portuguesa* e se transfigura na *Seara Nova*. Espiritualista (ou mesmo “novi-romântica”, como prefere Oscar Lopes⁴⁰²) porque procura romper com o materialismo naturalista e trazer de volta o lirismo e a forma poética como estéticas de compreensão do mundo. Idealista, também porque surge como um projeto autoconsciente de ideias que, no olhar de uns devolveriam a dignidade histórica a pátria, e, no de outros, chegar-se-ia numa jamais alcançada.

O que não deve se confundir nem na proposta da *Renascença Portuguesa* (assim como para o caso de Antero) com algum tipo de irracionalismo desmedido e abandono dos preceitos científicos. Pelo contrário, como tentou-se deixar claro e ainda se veremos, a Ciência, Instrução pública e a História (enquanto disciplina científica) eram alguns dos pilares do projeto intelectual deste grupo. O que se combatia eram os

⁴⁰¹ QUENTAL, Antero de. Op. cit., p. 139. Lembrando que para o Socialismo prouhdoniano de Antero a revolução não é sinônimo de um processo violento de tomada do poder mas sim “*um verbo de paz, porque é um verbo humano por excellencia*.”

⁴⁰² LOPES, Oscar. Op. cit., p. 10-14.

exageros cometidos pelo cientificismo dentro da visão de mundo positivista: O *gélido fatalismo* a que se referia o poeta açoriano.⁴⁰³

Veremos em sequência como foi na resposta a Sousa Martins que Cortesão começa articular sua teoria acerca do papel do gênio (artista, poeta), e por conseguinte, de sua sensibilidade, como agentes transformadores. Aqueles que por excelência, iriam ser a expressão máxima dos anseios de seu povo, e que, portanto, mobilizariam a consciência e os desfechos nacionais. A proposta de seu método de crítica estética também será baseada nessa ideia de consciência, *intuição* e *simpatia*, que será, em linhas gerais, sua forma de olhar para a realidade, e para a história. E não à toa, mais adiante, poderemos analisar os desdobramentos disso em sua obra historiográfica.

⁴⁰³ Cf. QUENTAL, Antero de. QUENTAL, Antero de. *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. In: _____. Op. cit. pp. 62-140. pp.106.

CAPÍTULO 3

CORTESÃO, A ARTE E A MEDICINA

O culto supersticioso às ciências naturais foi muitas vezes acompanhado (como é rotina nas superstições) por certo tipo de hipocrisia. Laboratórios de química, física e fisiologia tornaram-se antro de Sibilas, onde ecoavam as perguntas sobre os mais elevados problemas do espírito humano, muitos deles, que realmente conduziram suas investigações com método intrínseco à filosofia, puseram-se a dizer (ou iludiam-se dizendo) que se atinham ao método das ciências naturais.

BENEDETTO CROCE, «Positivismo e Naturalismo Estéticos», *Estética como Ciência da Expressão e Linguística Geral*. São Paulo: É Realizações, 2016. p. 368

É que eu sei que há quem tenha querido fazer da crítica uma espécie de química da Arte, vasando Almas de Poetas em frasquinhos de estante e urdindo de seguida reações, na esperança de que o Infinito precipite nos seus tubos de ensaio.

JAIME CORTESÃO, «O Poeta Teixeira de Pascoaes», *A Águia*, Série I, ano I, n. 8, abril de 1911. p.8

3.1 A ocasião e a obra

Comumente, os estudos e esboços biográficos acerca de Jaime Cortesão apenas mencionam sua tese de licenciatura na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, sem se demorar sobre o tema.⁴⁰⁴ *A Arte e a Medicina: Antero de Quental e Sousa Martins* [sic]⁴⁰⁵, de 1910, é quase sempre tida como mera “obra de ocasião”. Por isso não costuma figurar como elemento representativo de seu pensamento, nem mesmo nos anos iniciais de sua trajetória intelectual. Talvez porque durante muito tempo em Portugal seu nome remetia mais fortemente à sua atuação política (na dissidência democrática contra o Estado Novo) e porque hoje sua obra em História é reconhecida como seu maior legado. Ou até mesmo porque, ainda à época, tenha sido eclipsada por seu primeiro livro de poesia: *A Morte da Águia – poema heroico*, lançado naquele mesmo ano, no gênero que consagraria de fato sua entrada no mundo das letras, com

⁴⁰⁴ Oscar Lopes circunscreve sua importância, Ana Lucas a utiliza como ponto de partida em seu breve artigo e Elisa Neves Travessa dedica-lhe um subcapítulo que embora não chegue a aprofundar-se traz considerações bastante pertinentes. O restante quando muito mencionam seu título. Tornando a aparecer como um exemplo de caso em trabalhos específicos referentes a Antero, Sousa Martins e o Cientismo em Portugal.

⁴⁰⁵ Apenas no título do livro e dos capítulos a palavra “Medicina” aparece grafada com “e”. No restante do texto consta a ortografia com “i”. A razão talvez esteja no *Nota bene* constante na errata: “Devido à pressa na revisão das provas, e a uma justificável relutância dos tipógrafos na adoção da ortografia moderna, escaparam algumas inexactidões ou irregularidades ortográficas, que, por serem de secundária importância, não se corrigem”. Doravante chamaremos apenas de *A Arte e a Medicina*.

os distintivos elogios de Fernando Pessoa, que o classificou como “*o primeiro poeta da novíssima geração*”.⁴⁰⁶ Talvez também, porque após sua atuação como capitão-médico voluntário na Grande Guerra, abandona de vez o exercício da medicina. Mais ainda, talvez esta impressão tenha partido do depoimento do próprio Cortesão, no prefácio da sua tese, quando se desculpa por não esgotar os assuntos abordados, nem em sus aspectos clínicos, justificando-se que “colocado entre duas necessidades pungentes que se contrariam — a de conseguir a Perfeição, tormento de todo artista, e a de me preparar rapidamente para o ganha-pão quotidiano” teve de optar pela segunda “*que, se não é a mais elevada, é pelo menos a mais instante*.”⁴⁰⁷ Especulações.

O que de fato se percebe é que, enquanto seus trabalhos literários, seus artigos de intervenção, sua memória dos campos de batalha no Flandres⁴⁰⁸ e, sobretudo, sua vasta produção de historiador foram mais ou menos celebrados ao longo dos anos (ainda que pouco estudados a fundo), *A Arte e a Medicina* ficou praticamente esquecida. Inobstante encabeçar — por questões cronológicas, é verdade — a lista bibliográfica (prosa) “*com a enumeração dos trabalhos que têm algum significado no desenvolvimento do seu pensamento e obra* [grifo nosso]”⁴⁰⁹ elaborada pelo Cortesão, a obra parece não haver jamais se libertado da pecha de seu ocasionalismo.

Como já foi dito, ainda em 1910, havia transferido o quinto e último ano do curso para a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, mudando-se para a capital. As razões intrínsecas não são claras, em parte sugere-se que mesmo integrado ao ambiente intelectual e artístico do Porto, o amorfismo do ambiente acadêmico da medicina o teria inclinado à essa decisão.⁴¹⁰ Mas, como já se aventou, uma vontade de estar mais

⁴⁰⁶ “*A meu ver é o meu querido amigo (permita-me que assim o trate) o primeiro dos poetas da novíssima geração. Eu chamo, é claro, novíssima geração àquela que apareceu posteriormente à de Pascoaes, Correia de Oliveira e Lopes Vieira, à que é propriamente já e apenas do século vinte. Entre os poetas dessa geração creio que o meu amigo é princeps. Ao especial sentimento da Natureza que a todos é peculiar, e em que tomaram (sem o saber, é claro) o facho das mãos de Tennyson, mais alumando-o, até a chama ser outra, de maior, na alma altíssima da nossa Raça, fazendo escuro o brilho dos ingleses europeicamente antecessores; à subtileza de subjectividade que quase todos têm, e que é o simbolismo traduzido portuguesmente para divino; — a estes dois elementos junta o meu amigo o elemento heróico que os ergue e levanta. Não quero com isto dizer que entre os outros poetas da actual corrente este elemento heróico não exista. O que digo é que em si esse elemento está em pleno equilíbrio com os outros, o que torna o seu voo lírico mais alto, mais límpido, e mais aguentadamente largo. O que com este último adjectivo adverbialado descrevo é que é, para mim, mais importante e de interesse na sua obra.*” Trecho de carta de Fernando Pessoa a Jaime Cortesão, Lisboa, 22 de Janeiro de 19213. PESSOA, Fernando. *Correspondência (1905-1922)*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1998. pp. 71-76. p.72. Publicado originalmente em CORTESÃO, Jaime. *Poesias escolhidas*. Lisboa: Arcádia, 1960.

⁴⁰⁷ Cf. CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. pp. 5-6.

⁴⁰⁸ CORTESÃO, Jaime. *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

⁴⁰⁹ Cf. CORTESÃO, Jaime. Bibliografia do autor. In: _____. *O infante de Sagres: drama épico em IV actos – 4ª ed.* Lisboa: Maranus, 1960. pp. 4-8. p. 4.

⁴¹⁰ Cf. CASTRO, José A. Jaime Cortesão e a cidade do Porto. In: *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: tempos e lugares de memória — homenagem a D. Domingos de Pinho Branca*. Braga: A.C litografia, 2002, v. 1. pp. 95-105. p.96.

próximo do centro político do país, e uma aproximação com as lideranças republicanas certamente teriam contado. O que se sabe pela já referida entrevista radiofônica e pelo desempenho mediano em seu histórico escolar⁴¹¹ é que Cortesão não levava o curso médico com grande entusiasmo. Ao considerarmos que sua experiência universitária havia iniciado em 1898 e tendo transitado por disciplinas dos cursos de Grego, Direito, Filosofia e Matemática, é flagrante que sua atividade estava de fato mais voltada para a militância.

Por conta das reformas⁴¹² ocorridas nas instituições de ensino com o advento da República, ficara suspensa a possibilidade da conclusão imediata do curso, retardando a data final dos exames, bem como a entrega das teses por tempo indeterminado. É provável que, por essa razão, tenha decidido retornar a casa da família em São João do Campo, de onde escreve para o colega João de Figueiredo.⁴¹³ Esta breve correspondência, seis cartas manuscritas que restaram em seu espólio, e nem sempre de fácil leitura — visto já padecerem os dois aspirantes à médicos da caligrafia típica de seu ofício — são o registro único das peripécias que distavam Cortesão do seu diploma. Bem como do pouco entusiasmo que nutriam tanto pelo meio médico quanto acadêmico deixando clara a pouca fé nas reformas em implementação.⁴¹⁴

Ao cabo, os ritos e procedimentos não eram tão distintos dos que hoje se conhecem para o encerramento do ensino superior, tampouco a atitude de alguns dos mestres e burocratas. O amigo Figueiredo corria em vão na *Escola* atrás do professor Jaime Ernesto Salazar, na esperança de que o mesmo aceitasse presidir a defesa e lhe passasse as últimas diretrizes, já que na secretaria “*nada sabiam ou queriam dizer*”. O

⁴¹¹ Ver Quadro 2 de “Apendice I — Matrículas e Frequências de Cortesão na Universidade de Coimbra e nas Escolas Médico-Cirúrgicas do Porto e de Lisboa”, em TRAVESSA, Elisa Neves. *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)*. Porto: Asa, 2004. p. 268

⁴¹² Ver PINA, Madalena E. As faculdades de medicina na I república. In: QUEIROZ, Maria I.; GARNEL, Maria R. L.; ALEGRE, Alexandra (orgs). *Corpo : estado, medicina e sociedade no tempo da I República* (catálogo da exposição). LISBOA: INCM, 2010. pp. 30-37. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/5053>>. Acesso em 21/10/2017.

⁴¹³ *Cartas manuscritas de João de Figueiredo falando acerca da tese de licenciatura em medicina de Jaime Cortesão (1910)*. BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/505-511.

⁴¹⁴ “A sua carta veio encontrar-me um pouco doente [...] o bastante para me não deixar sair de casa e ir a Escola Médica colher informações sobre questão da Tese; se ficou a defesa ou a sua supressão fez parte das medidas de redenção e modernização, essas, ou outras nuances de Aguste Comte (porque as outras diversidades, suprimiram-nas a República) na Escola Médica nada sabem (!) ou nada querem dizer. Coisa lamentável em qualquer dos casos, mas natural, porque o volumoso boato da reforma radical nos processos de ensino era um... Blague./ Constam, é certo que os professores tinha tomado resoluções heroicas [...], certamente e que todos muito impressionados tinham gritado: reforma, reforma e liberdade. Aquilo ia ser soberbo. Passava a haver tudo. Já não era preciso ir estudar especialidades ao Estrangeiro, [...] E a gente enternecida já via a Escola de que fomos filho, pouco animado é certo, mas em todo caso filho, [...] era impressionante!! Tudo reformado, que dizer: os professores reformados; era belo e altruísta. Ma não, infelizmente era blague. Houve, é verdade, umas modificaçõeszinhas nos exames que passaram a metade porque os professores tinham uma grande massada com o antigo estado de coisas (palavras textuais dizem eles), mas o resto era blague. Está tudo como dantes e os professores são... Os mesmos.” Trecho de carta de João de Figueiredo a Jaime Cortesão, Lisboa, 9/11/1910. BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/508.

descaso do professor é nítido e sem sequer ler a carta de Cortesão sua única recomendação é que viesse o último linguado que ele poria o visto.⁴¹⁵ Frente a isso, o amigo replica:

Mas enfim, o que há de positivo é o seguinte: vá imprimindo a tese, mande depois o último linguado em estado terminado que ele põe o visto e o [José Joaquim da Silva] Amado o imprima-se e escusa de ir submetendo as provas a aprovação deles, que eles nada se importam com isso. Pode dizer do Souza Martins todo o mal que quiser, do Antero todo o bem que a sua simpatia lhe inspirar, mas não toque na Escola, como entidade, é patético [?] porque a Escola é sagrada!⁴¹⁶

As teses, também chamadas “dissertações inaugurais”, não eram mais defendidas, somente apresentadas na secretaria da Escola. “*O antigo visto do presidente fica reduzido ao ‘imprima-se’ do diretor*”.⁴¹⁷ E em uma última carta, de 12 de dezembro, depois de ironizar novamente os membros do corpo docente, adianta que os exames haviam sido marcados para o dia 19 seguinte e que não haviam professores porque os antigos tinham sido demitidos e termina: “*Meu caro amigo, o melhor é você pegar na sua tese, logo que esteja pronta e partir para Lisboa, sem demora de modo a estar cá antes do fim da semana.*” E termina: “*A sua tese deve ser um caso raríssimo na Escola-Médica. Como a apreciarão aquelas bestas?*”⁴¹⁸

Como já se adiantou, o trabalho consiste em uma crítica sistemática à *Nosografia de Antero* (escrita pelo Dr. Sousa Martins, a qual tivemos a oportunidade de destrinchar no Capítulo 2). Cortesão sustentava que

O erro fundamental e geralmente comum aos médicos, que tem feito crítica literária sob o ponto de vista médico, é o de ignorarem completamente a psicologia particularíssima dos artistas, e a deplorável mania de os reduzir a um tipo normal, construído com a sua chateza, e a desconfiança saloia daquilo que não atingem.⁴¹⁹

⁴¹⁵ Cf. Carta de João de Figueiredo a Jaime Cortesão, Lisboa, 29/10/1910. BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, Cota: E25/507.

⁴¹⁶ Mesma carta.

⁴¹⁷ E prossegue: “[...] *Ainda é mais indispensável o seguinte./ Apresentar na secretaria as provas tipográficas das primeiras folhas, para se por um número na tese e as provas das últimas folhas par o Sor [sic] Diretor por o solene imprima-se./ O Sr. Diretor é ainda aquele Amado do xarope de advérbios [?] que nós conhecemos. Quando lhe fui levar o linguado, que o meu amigo remeteu, e disse que o Salazar só exigiu aquilo, ele disparou logo, que sim, efetivamente, na verdade era bastante, mas que era melhor serem as últimas folhas, duas ou três, as provas, bastavam; que essas duas ou três últimas folhas já impressas ele poria então o imprime-se e ficava tudo bem.*” Trecho de carta de João de Figueiredo a Jaime Cortesão, Lisboa, 30/11/1910. BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, Cota: E25/510.

⁴¹⁸ Trecho de carta de João de Figueiredo a Jaime Cortesão, Lisboa, 12/12/1910. BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, Cota: E25/511.

⁴¹⁹ CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. pp. 4-5.

Sua contrapartida será um libelo contra estas interpretações oriundas do cientificismo⁴²⁰ de Sousa Martins, entendido como estreiteza de pensamento e ao mesmo tempo extrapolação das teorias materialistas e biológicas da *degenerescência*. Tendências essas perfeitamente inseridas e debitárias de um quadro maior do positivismo português que, por sua vez, dominava toda superestrutura republicana. O texto em forma de um estudo crítico surgia, não de forma isolada, numa contracorrente do pensamento dominante, sobretudo na área das ciências médicas. Respondendo assim àquelas interpretações da natureza mórbida da arte e do gênio, que tanta escola haviam feito em Portugal.

* * *

Obra de ocasião? Sim, circunstancial na medida em que todo produto intelectual se perfaz por circunstanciamentos diversos. *A ocasião faz o autor*, e a obra.

Não no sentido ingênuo (tampouco determinista) de se ler uma obra enquanto imediato reflexo de seu meio. Mas na escolha consciente de partir daquele objeto (neste caso, *A Nosografia e Antero* e agora *A Arte e a Medicina*) não como produtos finais da escrita, ou somente sobre as questões as quais originalmente se debruçam, mas naquilo que são capazes de expressar seu entorno problematizado.⁴²¹

Além do mais, tanto o momento em que era escrita e defendida, quanto os acontecimentos que retratava não eram quaisquer ocasiões. O desaparecimento de Antero e seu impacto e o debate em torno das ideias de *decadência* e *degeneração* marcaram profundamente a atmosfera de sua época e as diretrizes das gerações seguintes. E, seria tarefa inócua procurar compreender o ideário literário e político (ou mesmo a concepção de história) de Jaime Cortesão e demais membros da *Renascença Portuguesa* e *Seara Nova*, sem investigar minimamente a recepção que tiveram da herança intelectual da *Geração de 70*. E aqui procuramos fazê-lo via a figura de Antero: enquanto o eixo agregador de um circuito de ideias que aproximam ambas gerações. Para que se possa visualizar seus pontos de contato e onde se afastam, sobretudo no sentido de superação da leitura decadentista do passado nacional. Contando, os jovens

⁴²⁰ Recordando que procuramos utilizar “Cientismo” para a caracterização da corrente teórico-filosófica oriunda do Positivismo mais voltada para a materialidade das ciências naturais. E “científicismo” como a postura exagerada de se forçar ao limite as explicações dentro de um quadro interpretativo destas ciências. Ver item 2.3 no Capítulo 2.

⁴²¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 49.

intelectuais das décadas de 1910-20, com o advento de uma República, que no seu entendimento nascia para potencializar pensamento em ação.

A Arte e a Medicina foi, com efeito, uma monografia elaborada com a finalidade primeira da obtenção do diploma médico, e a licença para o exercício da profissão. Mas teria sido sua finalidade última? Era essa de fato a ocasião “mais instante”, mas não era a única. E ainda que fosse, isto em nada premedita uma obra menor, ou menos representativa do pensamento de um autor. Menos ainda neste caso em que Cortesão se desprende quase que completamente do estilo formal de um trabalho de Medicina. Hoje, olhando retrospectivamente e chegando até sua tese de Medicina, já conhecendo seus trabalhos de historiador, parece-nos indispensável sua leitura para uma compreensão mais profunda desta primeira fase de sua trajetória intelectual. Bem como dos desdobramentos que certas ideias e conceitos centrais teriam em suas composições futuras.

Além disso, pudemos dar especial atenção à esta obra por conta de nosso próprio condicionamento. Pela *ocasião* de estágio de pesquisa realizado em Portugal que possibilitou-nos a chance única de acessar o conteúdo do livro em questão. Mais ainda, tornou possível percorrermos vasta bibliografia e documentação que compõem as condições mínimas de sua inteligibilidade. Com as quais procuramos dialogar nas sessões seguintes. Deste modo, se no Capítulo 2 pudemos dar conta da conjuntura que origina os debates acerca do suicídio de Antero e da natureza mórbida do gênio, e da Arte, nos atentemos agora para a resposta de Cortesão à Sousa Martins, sua crítica da Ciência e da Arte, e sua proposta de “reabilitação” do poeta.

À frente deste livro vai escrita em primeiro lugar a palavra — Arte. Razões várias me levaram a fazê-lo. A primeira é que entendo que a Arte como a Filosofia ocupa o mais alto lugar entre as criações do espírito humano, o que nos impõe o dever de a defender dos grosseiros ataques de certa ciência estreita, ortodoxa e dogmática. Depois, ela explicará a maneira pessoal com que meu trabalho foi escrito.⁴²²

3.2. A Arte e a Medicina

A despeito de haver sido publicada no mesmo ano de sua apresentação (1910), distribuídos os 50 exemplares acadêmicos, como era de praxe⁴²³ — e inclusive,

⁴²² CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 8

⁴²³ Cf. Carta de João de Figueiredo a Jaime Cortesão, Lisboa, 29/10/1910. BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, Cota: E25/508.

anunciada pelo custo inicial de 500 réis nas páginas de *A Vida Portuguesa* —, a tese de licenciatura de Jaime Cortesão, além de quase esquecida, é hoje obra de difícil acesso. Distintamente de sua produção literária e seus muitos títulos de História, *A Arte e a Medicina* não consta no catálogo de praticamente nenhum acervo. Mesmo em Portugal, são escassas a possibilidade de consultá-la, tendo sido possível nossa leitura a partir do exemplar único do acervo geral da Biblioteca Nacional de Portugal e uma consulta breve ao datiloscrito original em seu espólio.⁴²⁴ Também tivemos acesso ao exemplar que pertencera a Fidelino de Figueiredo, ofertado pelo próprio autor, que encontra-se hoje em parte de seu legado junto a Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa⁴²⁵, ainda indisponível ao público geral.

Cortesão, então com 26 anos de idade, defende sua tese na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa no mês de dezembro.⁴²⁶ De frente à entrada principal do edifício, como já se disse, havia a estátua de Sousa Martins — talvez de ainda discreto uso votivo mas de presença imponente. Antes de virar santo popular, o médico falecido em 1897 havia sido um dos professores mais ilustres daquela instituição e, provavelmente, o nome mais conhecido da Medicina portuguesa até o aparecimento de António Egas Moniz⁴²⁷, seu aluno. Este cenário ilustra em parte a ousadia do jovem aplicante à medicina e a responsabilidade que incorria sobre seus ombros de poeta. A tese deve ser compreendida, portanto, dentro deste movimento maior de combate aos exageros do Cientismo que vinha com alguma força desde o próprio Antero, mas, também, como atitude transgressora de seu autor, certamente inspirada nos anseios de sua já estabelecida militância acadêmica potencializados pelos ventos de renovação da República.

O autor começa sugerindo que o título do trabalho poderia ser apenas “O Caso Clínico Antero de Quental. Crítica a Nosografia de Antero por Sousa Martinz”. Isso se o mesmo não comportasse um estudo de medicina, psicologia, arte e filosofia e não criasse para si o que chama de “*uma verdadeira situação moral*.”⁴²⁸ Situação moral que, por sua vez, consistia em “dupla reabilitação”. Primeiramente ao *gênio* de Antero — a quem Eça e Junqueiro haviam chamado “Santo” — e que com tamanha comoção

⁴²⁴ BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, Cota: E25/Cx.55.

⁴²⁵ BFLUL, Legado de Fidelino de Figueiredo, Cota: LTPC 108 FF (acesso restrito). Consta na folha de rosto a dedicatória “*A Fidelino de Figueiredo no alvorecer de nossa amizade e duma sincera admiração pelo seu belo espírito oferece Jaime Cortesão 23/março de 1911.*” [assinatura de J. Cortesão].

⁴²⁶ Termina de escrevê-lo em novembro de 1910 em São João do Campo na casa dos pais, a quem dedica a obra que totalizaria 178 páginas, sendo impresso em Coimbra pela tipografia França Amado.

⁴²⁷ Afamado neurocirurgião, laureado com o Nobel de Medicina (1949), além de importante figura na oposição democrática e amigo de Cortesão.

⁴²⁸ CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 3.

e impacto havia deixado a vida letrada portuguesa. Mas, também ao próprio nome de Sousa Martins, figura não menos relevante — nem menos sacralizada — “pela deplorável cegueira de que foi vítima seu caráter todo feito de inteireza e de generosidade”, referindo-se aos erros a que o médico teria sido induzido.

Iniciando sua linha de sua argumentação, Cortesão começa por questionar a posição e efetiva competência do fisiologista que se aventurasse a perscrutar a manifestação do gênio e da Arte com seu viés “cirúrgico” e “materialista”. Afinal, comenta, nem todo o médico era um Tolstoi, e *o caso* de Antero pedia redobrada atenção. A própria perspectiva de tomá-lo enquanto *um caso clínico* aliás lhe parecia somente tangenciar tanto a ciência quanto a crítica de arte. Para um estudo fracionário de um Antero doente, era necessário *pari passu* compreender o Antero artista e o Antero filósofo. E, para tal diagnóstico, o médico prescindiria ou das vastas e sutilíssimas qualidades de um grande psicólogo, ou da junção dos conhecimentos da experiência clínica a uma similar *intuição* de artista, que possibilitasse compreender a de Antero. “*Alto espírito e artista como foi Sousa Martins, não tinha assim as qualidades exigidas*”⁴²⁹. Qualidades essas que Cortesão reivindica para si mesmo na dupla qualidade de médico e poeta.

Importante perceber que destarte Cortesão não condena sumariamente Sousa Martins por sua interpretação, mas situa-o dentro de um quadro maior do pensamento do qual era oriundo. Nesse sentido, se de todo não isenta o autor da *Nosografia de Antero*, procura ao menos atenuar algumas de suas hipóteses culpando, todavia, figuras como Joaquim de Araújo e sobretudo Teófilo Braga que teriam fornecido informações falsas e mesmo tendenciosas sobre as origens e aspectos da biografia do poeta.

Sousa Martinz tinha a nobre preocupação de ser **contemporâneo do seu tempo**, no seu pitoresco dizer. Foi-o em demasia, sem atender ao perigo que há em aceitar de ânimo leve certas teorias gerais. A contemporaneidade de então, que tanto entusiasmo lhe mereceu, é hoje **anacronismo** retino, excepto para aquela espécie de gente, vulgar entre nós, que ao contrário de Sousa Martinz, é **contemporânea do tempo dos outros** [grifo nosso].⁴³⁰

Aqui cabe um pequeno *detour*. Mais do que um pleonasma, ou simples aliteração poética, a expressão “ser contemporâneo de seu tempo” (de Sousa Martins) serve para ilustrar um traço dominante no pensamento do próprio Cortesão. Tanto que

⁴²⁹ Ibidem, pp. 3-4.

⁴³⁰ Ibidem, p. 5.

chega a retomá-la em um artigo para *Seara Nova* (1928)⁴³¹ e na abertura do primeiro capítulo de *Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal* (1930), indubitavelmente uma de suas obras mais expressivas. “*Ninguém que seja contemporâneo do seu tempo, na velha mas eloquente frase de Sousa Martins, poderá estudar hoje o fenómeno da formação política de Portugal, sem o encarar nas suas relações com o território [grifo osso]*”, ele escreve.⁴³²

Distava ainda algumas décadas de consagrar-se como historiador, mas sua preocupação com o *sujeito histórico* e anacronismo já se mostravam evidentes, mais precisamente na tensão: indivíduo e contexto. O que significa que embora este não seja um trabalho de História — nem mesmo de medicina, efetivando-se mais como um grande ensaio de crítica estética e a defesa da criação artística para além de uma abordagem pragmática e materialista — ele já expressa uma preocupação historiográfica, ou pelo menos sociológica. Na medida em que procura considerar Antero e o próprio Sousa Martins inseridos em um contexto, imersos em sua temporalidade e por ela condicionados. O que já expressava certo caráter de inovação se considerarmos que, ao lado da interpretações naturalistas e medicalizantes da arte enquanto doença, coexistiam ainda as leituras românticas do gênio enquanto entidade descolada de sua realidade.

O interessante para o caso de Cortesão — e uma das propostas centrais de nosso trabalho — é averiguarmos como irá se constituir esta noção de sujeito histórico ao longo de toda sua obra, não sendo nem mero produto de seu meio tampouco um ente deslocado deste. Síntese que se não é de toda original em Cortesão é, ao menos, bastante representativa de sua visão de História.⁴³³ Afinal, o meio cultural onde se insere o sujeito cria e cristaliza visões de mundo, ideologias e mitos. Socializa memórias e discursos que ultrapassam os condicionamentos sociais e subjetivos de sua gênese e é feito tanto de rupturas como de continuidades. E se o tempo social e político podem melhor enquadrar esses ritmos, a *duração* dos fenômenos culturais apela para certas especificidades de sua produções e circulação ou para suas recorrências internas, e exige um critério de avaliação que tem de postular a relatividade e o futuro. Pois a

⁴³¹ Ver CORTESÃO, Jaime. “Notas de história pátria. A formação democrática de Portugal”, *Seara Nova*, Lisboa, 22 de novembro de 1938, n. 138, pp. 343-345. p. 343.

⁴³² Cf. CORTESÃO, Jaime. *Os Fatores Democráticos da Formação de Portugal*. Lisboa: Portugal. 1966. p. 16. Não pudemos localizar a expressão exata em Sousa Martins e Cortesão não chega a deixar referência. Possivelmente possa ter sido mesmo alguma anedota transmitida oralmente no ambiente da Escola Médico-cirúrgica pelos colegas e alunos do ilustre médico. De todo modo ela expressa a preocupação de Sousa Martins, no diálogo que tinha com seus contemporâneos e o receio de que sua obra “envelhecesse” (como pudemos ver no item 2.4 do Capítulo 2).

⁴³³ Cf. SERRÃO, Joel. *Sobre o papel do indivíduo e da sociedade, na historiografia de Jaime Cortesão*. In: _____. *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Atica, 1960. pp. 145-167.

experiência demonstra que ao contrário do acontecimento político propriamente dito uma obra literária pode vir a ser culturalmente importante independente das repercussões e compreensões que teve em sua contemporaneidade.⁴³⁴

Como assume o próprio autor, é um trabalho mais alinhado à arte do que à medicina.⁴³⁵ Mas não a *arte pela arte*, que como já se viu vinha sendo combatida desde a geração de 70, e sim a arte como engajamento e entrega. Arte como fim, arte como um meio, sem que por isso cedesse ao utilitarismo raso da propaganda. Mais do que um produto de gênio, era uma faculdade sensível que punha o intelecto em contato com o mundo e o intelectual a serviço de um projeto político e social. Era, portanto, a transição da afirmação do artista/pensador livre para o crítico da intervenção, o intelectual zolaniano, o *dreyfusard*.⁴³⁶ Isto é, aquele que mobiliza sua consciência, seu envolvimento, e até mesmo sua *paixão* — como admite Cortesão:

Escrever ciência ou crítica de ânimo frio e sereno é mais obra de dum temperamento, que dum propósito previamente formado. Nós outros escrevemos, as mais das vezes, à custa do amor e do sofrimento, do entusiasmo e da indignação; porque é difícil, senão impossível, a um artista trabalhar sem que nele vibre o homem todo inteiro, desde as mais fugidias sutilezas do cérebro aos mais profundos frêmitos do seu coração.⁴³⁷

Atentam ainda Joaquim Romero de Magalhães e Elisa Neves Travessa para o fato de que a trajetória intelectual de Jaime Cortesão, quer no âmbito da intervenção cívica quer no que respeita à produção escrita, denuncia que a arte (enquanto expressão suprema dos sentimentos e ideias) ocupou sempre um lugar privilegiado. Mais do que isso, como reforça o primeiro, essa ideia de envolvimento pela arte tratava-se de uma *ambição*, palavra consonante a ação. Por esse motivo, Romero de Magalhães reforça ser inseparável o estudo de sua obra do de sua vida, sobretudo na primeira fase dela (isto é, até ao exílio em 1927).⁴³⁸ Esta perspectiva anima também a noção de *projeto* que ora nos valemos.⁴³⁹

Adentrando no objeto de seu estudo, Cortesão reconhece a contribuição do *In Memoriam* como a mais importante fonte de apontamentos biográficos e críticos acerca

⁴³⁴ CARVALHO, Paulo A.; CATROGA, Fernando. Introdução. In: _____. *Sociedade e cultura portuguesa II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996. pp. 13-21. p.16

⁴³⁵ Ibidem, p. 8.

⁴³⁶ Ver BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. pp. 150-152.

⁴³⁷ Ibidem, p. 8.

⁴³⁸ MAGALHAES, Joaquim R. No trilha de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927). In: VÁRIOS. *Cidadania e história: homenagem a Jaime Cortesão. Cadernos da revista de história econômica e Social (edição especial, n.6/7)*. Lisboa: Sá da Costa, 1985. pp. 27-48, p.28. e TRAVESSA, Elisa, Op. cit., p. 21.

⁴³⁹ VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Zahar, 1999, passim.

de Antero. Identificando as eventuais (e já discutidas) disparidades e contradições inevitáveis presentes na obra, destaca a validade e beleza dos artigos de Guerra Junqueiro e Eça de Queiroz por suas maravilhosas “intuições psicológicas” e comenta brevemente alguns dos demais.⁴⁴⁰ Além destes, outros textos teriam ajudado a forjar essa primeira mitologia anteriana, como o prefácio aos *Sonetos Completos* de Antero feito por Oliveira Martins, “*um bellissimo esboço crítico, ainda que muito incompleto*”; e os estudos de Teófilo Braga: *Os Críticos da História da Literatura Portuguesa* (1872, sua tréplica a Oliveria Martins, Antero de Quental e Pinheiro Chagas) e *Soluções Positivas da Política Portuguesa* (1879). Além do já comentado “Escorço biográfico” (de *Os Raios de Extincta Luz*, 1892) e as *Modernas Ideias da Literatura Portuguesa* (1892). Que considera de antemão, em seu conjunto, uma crítica “*tão malevolamente insinuosas, tão cheia de mesquinhas intenções e inexatidões*” que deixava transparecer o “claro propósito” de Teófilo de, a todo o custo, antepor à alta personalidade de Antero a sua própria.⁴⁴¹ Ademais, menciona com alguma ressalva um folheto de Fidelino de Figueiredo⁴⁴² e contribuições estrangeiras, como as de um dos principais lusitanistas da época, o britânico Edgar Prestage.⁴⁴³

* * *

Cortesão não foi o primeiro crítico da *Nosografia de Antero*, e, visto a polêmica que despertou, não poderia ter sido diferente. Algumas reparações vinham até mesmo de médicos como Alfredo Luís Lopes, Manuel Bento de Souza e José de Lacerda (que são até situados entre os amigos e mesmo epígonos de Sousa Martins) acusando seu caráter “teorizador”, que ao generalizar, simplificava, criando esquemas interpretativos mais oriundos de seu entusiasmo do que do rigor metodológico. Descrevem-no como desprovido da faculdade de silenciosas e lentas apurações de pensamento que levam à precisa reflexão científica, e, por isso, “*o pouco que escreveu*

⁴⁴⁰ “Não falando da *Nosografia* por Sousa Martins, os artigos desse volume, em que sobressai a feição crítica ou pelo menos ferem essa nota, são os admiráveis artigos de Guerra Junqueiro e de Eça de Queirós, em ambos dos quais, mas sobretudo no primeiro, há maravilhosas intuições psicológicas; o de Oliveira Martins, tão impregnado de desalento e pessimismo, que obscurece em parte a própria visão crítica; o de Adolfo Coelho, restrito quase a psicologia do Poeta, acanhado, apesar de algumas finas observações; o de Salomão Saragga, minúsculo estudo sobre a prosa de Antero; o de M. Duarte de Almeida, que se encontra muito com algumas opiniões de Sousa Martins, e que ao seu tempo será criticado; e os de João Machado de Faria e Maia, Batalha Reis, D. Carolina Michaelis, Anselmo de Andrade, etc.” CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 13.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 14.

⁴⁴² “O folheto de Fidelino de Figueiredo, também recentemente aparecido, sendo, aliás uma tentativa simpática, assenta sobre péssimas bases e não corresponde de forma alguma ao seu título – Antero de Quental – a sua psicologia; a sua filosofia; a sua arte.” Ibidem, p. 15.

⁴⁴³ Ibidem, p. 16.

é frustrâneo e inferior”.⁴⁴⁴ Mas, de todas as leituras que o precedem a que mais influenciou o jovem médico-poeta foi certamente a de António Sérgio.

É muito provável, aliás, que fora a partir desta mesma admiração por Antero e comum rejeição aos dogmas do *naturalismo cientista* que se estabelece a primeira ponte intelectual entre Sérgio e Cortesão.⁴⁴⁵ Uma *afinidade eletiva*⁴⁴⁶ que marcará profundamente o itinerário de ambos nos projetos comuns de intervenção cívica que se dariam em torno da *Renascença Portuguesa*, e mais tarde na *Seara Nova*. Relação duradoura, marcada por uma eterna e declarada deferência da parte de Cortesão — nem sempre muito recíproca. E não sem que outras clivagens, a visão da História e outras rusgas literárias e políticas surgissem constantemente entre eles e os demais colegas.

Cortesão aponta o *Notas sobre os Sonetos e as Tendências Gerais da Filosofia de Antero de Quental* (1909) como “o primeiro trabalho sério no sentido duma crítica honesta a obra de Antero, sentido que felizmente se está esboçando na moderna geração literária portuguesa.”⁴⁴⁷ E, de fato, aos homens dessa geração de escritores da I República se deve o impulso decisivo dos estudos anterianos. E entre os anos de 1909 e 1910 vem a lume os estudos de Sérgio, Fidelino de Figueiredo e Cortesão. Entre estes, no entanto, foi António Sérgio não somente o primeiro mas o que mais intensamente ocupou o posto. As *Notas* são um conjunto de textos que não formam, em rigor, um livro. Ao longo de diversas páginas pode-se ficar em dúvida se a ideia exposta é também de Sérgio, apenas de Antero ou simplesmente dos filósofos referidos por ambos, pois as dificuldades interpretativas são agravadas ainda pela relativa indeterminação cronológica de sua redação. Apesar dessas incertezas, afirma Sottomayor Cardia, que se pode tentar proceder uma exegese global do texto no intuito de reconstituir a posição do *jovem* Sérgio — aqui no sentido forte do termo, que o distingue do Sérgio da maturidade.⁴⁴⁸ De outro meio, não se dispõe, para conhecer o

⁴⁴⁴ E ainda: “*Meridional em tudo, e portanto de fácil abordagem para as primeiras impressões, salvo a emenda posterior e certo de quanto fosse demasia, aceitou ele demonstrativos de um tal ou qual desequilíbrio acidentais que supôs terem-se dado em que nenhuns caracteres teve desse desequilíbrio; já porque seguindo nisto a prática comum não joeirou as provas, para só aceitar o que fosse documento, desprezando tudo quanto fosse boato e superstição; já porque não chegou a ter nesse gênero de doutrinas uma convicção tão meditada, quanto era necessário para ser científica.*” Manuel Bento de Sousa, apud CORTESÃO, Jaime, Op. cit., pp. 17-18.

⁴⁴⁵ REIS, António. A colaboração na 1ª. Série de A Águia e nos Serões: da ruptura com o naturalismo estético à tentação irracionalista. In: _____. *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano*. Lisboa: INCM, 2003, v.1, pp. 156-165. pp. 159-160.

⁴⁴⁶ Cf. LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber, *Plural*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-142, dec. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74543/78152>>. Acesso em: 31/03/2018.

⁴⁴⁷ CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 15.

⁴⁴⁸ CARDIA, Sottomayor. O pensamento filosófico do jovem Sérgio, *Cultura – história e filosofia*, vol. I, Lisboa, INIC, 1982, pp. 411-467, pp 420-421.

que em matéria de filosofia terá pensado nesses anos o pensador que muito se debruçou acerca do debate entre idealismo crítico e o pragmatismo racionalista.⁴⁴⁹

Mais próximo da metafísica e distante da medicina, Sérgio contestou frontalmente as ideias naturalistas de Sousa Martins. Embora consciente da autoridade científica que ganhava o campo da psiquiatria, renega o abuso do conceito de *degenerado*, quão mais o de *degenerado superior*. Ainda que lhe soassem “ligeiramente fundamentais” as doutrinas que venham associar *gênio* a desvios, discute seriamente o uso desse tipo de diagnóstico para a explicação da obra de arte nestas generalizações pretensamente científicas.⁴⁵⁰

Tem-se feito desconfiança os poucos livros médicos que tenho lido. Afigura-se-me que não raros senhoreia a tendência de pegar num factozinho mais ou menos duvidoso, relativo a dada individualidade, torna-lo indício certo, positivo, incontestável, disto ou daquilo, e daí diagnóstico seguro a quatrocentos anos de distância, teoria sobre o indivíduo, generalização para uma espécie. O grãozinho de areia tornou-se pedra, é rochedo, é avalanche. Sobre um ponto arquiteteta-se desta forma uma doutrina monumental, com equilíbrio instável de um cone apoiado no seu vértice. (...) Formada a doutrina, tudo revela e tudo confirma”.⁴⁵¹

No que os acusa, portanto, de fabricarem sem perceber uma própria metafísica.⁴⁵² Consideração que muitos críticos, inclusive Antero, já fazia aos grandes sistemas explicativos dos positivistas/cientistas.

A *Nosografia* trazia como epígrafe a citação de um manual britânico de doenças do sistema nervoso que estabelece nexos entre a exaustão das pessoas cultas e a tendência das mesmas em ocupar-se de questões metafísicas.⁴⁵³ Sem desconsiderar de todo a premissa, Sérgio avalia que desta forma nem mesmo o próprio Comte fugiria à regra. E que, portanto, o modelo explicativo de Sousa Martins, ainda que não fosse de todo infundamentado, seria unilateral. Se doentio tivesse sido o pessimismo de Antero, não o fora apenas, considera. Nos dizeres de Cortesão, se não víssemos em seus *Sonetos* algum traço de neuropatia, seria um livro enigma, por outro turno, se

⁴⁴⁹ Sobre isto ver VILHENA, Vasco de Magalhães. O Idealismo e a ciência contemporânea. In: _____. *António Sérgio — o idealismo crítico: génese e estrutura. Raízes gnoseológicas. Estudo de história social das Ideias*. Lisboa: Colibri, 2013. pp. 159-228.

⁴⁵⁰ CARDIA, Sottomayor, Op. cit., pp. 425-426.

⁴⁵¹ António Sérgio apud CARDIA, Sottomayor, Op. cit., p. 426.

⁴⁵² “Não desdenhamos tanto dos ruminadores de transcendências. Fácil seria encontrar o grande médico em flagrante delito de metafísica. (...) Está dito e redito: a maioria dos que a detestam vão-na fazendo sem reparar.” Ibidem, p.426.

⁴⁵³ “De fato, homens cultos, de forma geral, possuem a tendência, ao terem seu sistema nervoso exaurido, debruçam-se sobre questões como a relação entre a matéria e a mente, as doutrinas do livre-arbítrio e necessidade, a existência do mal, a natureza da causa primordial, e as grandes questões insolúveis do universo. [tradução nossa].” James Ross apud MARTINS, Sousa. *Nosografia de Antero* In: VÁRIOS. *Antero de Quental — In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. pp. 219-314. p. 219

teimássemos em a considerar, exclusivamente, praticar-se-ia uma injustiça. Dessa forma, conclui que se a individualidade de uma obra fosse dada por aquilo que tem de própria e única, seu autor deveria interessar como um conjunto de ideias, sentimentos e tendências pelos quais fizeram de Antero um poeta e metafísico, em vez de um simples doente, lamentador de seus padecimentos.⁴⁵⁴

Médico e artista, Cortesão irá desdobrar alguns dos argumentos já levantados por Sérgio, mas irá mais fundo na contestação de todo o “edifício” construído por Souza Martins, tanto no âmbito da medicina — se considerarmos aquilo que vinha apontando como a nascente psicologia experimental — quanto mais além, nas incursões sociológicas partindo de autores como Guyau e Fouillée, que também já apareciam nas *Notas*. Aliás, pouco tempo depois da publicação de *A Arte e a Medicina* surge na revista uma *notícia bibliográfica* (não assinada, mas certamente de autoria de António Sérgio, seu diretor) elogiando da tese de Cortesão sobretudo pelo que representa no combate à “teoria geral patológica do génio”.⁴⁵⁵ Seria a primeira de algumas resenhas que surgiriam para respaldar os argumentos de Cortesão, os quais analisaremos adiante.

Arrolados os críticos de Antero e de Sousa Martins, Cortesão inicia o segundo capítulo, “A Medecina julgando a Arte”, com uma apologia do ofício de Médico: “Espectador forçado dos dramas do homem, guia, e ao mesmo tempo consolador e confidente”. Então indaga: “quem senão este, palpando os mais fundos instintos e fragilidades da natureza humana, teria melhores condições para compreendê-la?”⁴⁵⁶ E completa: “que obra sublime de Dor e Verdade” seria a do *médico-artista*, que à maneira de Tolstoi, com uma simplicidade trágica, descrevesse os horrores da vida tenebrosa de um hospital.⁴⁵⁷

Mártires, heróis, abnegados e santos, teriam existido no exercício da Medicina — e Souza Martins foi pela bondade e sacrifício uma dessas altas figuras, destaca Cortesão. Todavia, ressalta que até o momento não teria surgido o “sábio apóstolo” com capacidade moral e intelectual de escrever a grande obra da *medicina social*. Em compensação, “a obra de orgulho desefreado, de dogmatismo estreito, de exclusivismo científico e de torpe positivismo” tornou-se vastíssima, criou escolas e adeptos fanáticos, até.⁴⁵⁸

⁴⁵⁴ CARDIA, Sottomayor, Op. cit., pp. 426-27.

⁴⁵⁵ SÉRGIO, António. Notícia bibliográfica, *Serões*, n, 68, Fev 1911, p. 147

⁴⁵⁶ CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 21.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 22.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 22.

Em nossos dias tem-se a Medicina arrogado o direito de pronunciar o seu julgamento, sobre todas as criações do espírito humano, as mediocres e as geniais, desde a mínima obra de Artes às mais arrojadas concepções poéticas e filosóficas.

Faz-nos assim lembrar aquela criancinha da lenda, que a beira do Mar, tentava metê-lo todo dentro duma cova que fizera na praia.

Em verdade, que pode a Medicina, unicamente armada dos seus instrumentos científicos, e portanto da inteligência, aspecto parcial da alma humana, e em nome da ciência, forma resumida do conhecimento, avaliar da Arte e da Filosofia, que é a própria Vida em toda a sua universalidade e expansão criadora?!

É este um dos problemas capitais a resolver neste estudo.⁴⁵⁹

Nos foge à memória a tal lenda que menciona, mas o sentido da metáfora remete-nos fortemente à conhecida passagem de Jorge Luis Borges, precisamente intitulada *Del rigor en la ciencia* (1946). Neste brevíssimo conto que simula o trecho de um relato de viagem, o personagem fictício do século XVII, Suárez Mirandas descreve um caso da Arte da Cartografia, onde na ânsia por alcançarem a escala que pudesse reproduzir fidedignamente seu objeto, cartógrafos construíram um mapa da mesma dimensão que o espaço a que pretendiam retratar. Ou seja, ilustra de forma caricatural o rigor idealizado do método científico elevado às últimas instâncias da aplicabilidade prática. Ao que parece, tais cientistas teriam confundido a produção de um conhecimento que visasse representar o objeto concreto em sua totalidade com a reprodução imediata do mesmo objeto, tornando inócuo o resultado de seu trabalho e sua disciplina estéril e desacreditada.⁴⁶⁰

A indagação que enuncia o capítulo se desdobra em três questões menores. Poderia, portanto, a medicina como ciência pura — ainda que dispondo da atualização trazida pelos conhecimentos da psicologia — julgar a obra de Arte, para em seguida lhe pôr a etiqueta do normal ou do patológico? Por outro lado, poder-se-ia reduzir, avaliar e julgar por meio da psicologia de um *tipo* normal e médio da humanidade, as obras de todos os poetas e filósofos? E, por fim, qual significação podem ter estes termos — *normal e patológico* — em arte?⁴⁶¹

Segundo o autor, a resposta caberia, portanto, à própria ciência médica na autocrítica de prescindir de seus próprios limites a alcances antes de se lançar a

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 23.

⁴⁶⁰ “...Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o país não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Suárez Miranda: *Viajes de Varones Prudentes*, livro quarto, cap. XLV, *Lérida*, 1658.)” BORGES, Jorge L. Do rigor na ciência. In: _____. *O fazedor* (1960). São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 155.

⁴⁶¹ CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 24.

terrenos tão acidentados e cheios de nuances como o da vida artística. Reparos às teses de Lombroso e Nordau já há muito se faziam dentro da Medicina. E mesmo fora dela, visto o alcance que atingiam na cultura em geral. Mesmo Antero, como quem pressentindo a espécie de pecha que haveria de pesar sobre ele, deixou em muitos de seus escritos a resposta indireta a esta pretensão classificatória. Como se lê nos trechos de uma carta sua acerca de *Les Mensonges Conventionnels de Notre Civilisation* de Max Nordau a ninguém menos que o próprio Sousa Martins.

Não me agradou o livro de Nordau. Tantas ilusões, tanto otimismo e tão pouco espírito crítico, em sujeito que se apresenta com representante da razão *científica*, em face das mentiras da sociedade atual chegaram a irritar-me. De resto, parece-me homem muito moço e nesse caso tem alguma desculpa; mas sempre queria dizer ao Sr. Nordau, para seu ensino, que não está tudo em se saber *cientificamente* que uma coisa é errônea para se afirmar que deve ser substituída. **Para isso era necessário que a mola real do homem e da sociedade fosse a razão teórica, e a sua preocupação principal a verdade. Mas a verdade humana não é a verdade científica... e como o próprio de tais espíritos estreitos e sistemáticos é a presunção e o otimismo atrevido, a sua influência será ainda mais nociva** [grifo nosso].⁴⁶²

Teria tocado a ferida desses críticos cuja “presunção de espíritos estreitos” julgavam conhecer pela ciência a totalidade da alma humana, ressalta Cortesão, afirmando que a primeira qualidade de um crítico deveria ser a *simpatia*. Como pautaram Antero, Flaubert e o tão recorrente Guyau, “*nesse livro [A Arte do Ponto de Vista Sociológico] admirável e que tanta influência tem exercido nas gerações modernas*”.⁴⁶³

É, todavia, respondendo ao segundo questionamento que Cortesão sustenta um de seus principais argumentos na contestação sistemática que faz à *Nosografia*. Segundo ele, não se pode julgar uma obra de arte, tampouco seu criador, tomando por termo a psicologia de um *tipo* normal e médio da sociedade, porque a psicologia do poeta é distinta da dos homens comuns.⁴⁶⁴ Para ele — e para muitos outros críticos das teses degeneracionistas acerca da natureza do gênio — o maior erro de Sousa Martins não estava nas suas premissas teóricas mais generalistas, embora discordasse de algumas delas, mas sim estaria em aplicar tais categorias gerais no diagnóstico de Antero. Ou seja, tinham até concordância com várias das teorias acerca da neurose e nem sempre combatiam de todo a ideia de degeneração, mas o problema estava em aplicá-la às artes, neste caso tomando elevado espírito de Antero como o de um

⁴⁶² Antero de Quental apud CORTESÃO, Jaime, Op. cit., pp. 26-27.

⁴⁶³ Ibidem, pp. 26-27.

⁴⁶⁴ “Pode-se porventura julgar duma obra de arte e do artista seu criador, tomando como termo de comparação a psicologia dum tipo normal e médio da humanidade?/ Não, porque a psicologia do Poeta é perfeitamente diferente da do vulgar dos homens.” Ibidem, p. 28.

neuropata vulgar. Ainda neste trecho, considera, inclusive, uma temeridade julgar sempre um artista tomando de forma literal sua obra.⁴⁶⁵ Deve-se ter em conta o seu poder *representativo*, que é essa qualidade essencial dos artistas de representar sentimentos que por ventura não sejam os seus, mesmo aqueles que nem sequer tenha vivido. Essa ponderação, também de matriz guyauniana, contrapunha diretamente a investigação nosológica de Sousa Martins que banalizava qualquer verso escrito por Antero como sintomas de seu quadro mórbido.

Finalmente, quanto às considerações de normal *versus* patológico em arte, não apela a relativismos. Refratário ao pensamento de Nordau, Laurent e Toulouse, ainda assim não comunga com Paulo Bourget (crítico literário francês, destacado nas falanges contra o naturalismo), pra quem em matéria de produções literárias não havia saúde e nem doença. Cortesão acredita que, inquestionavelmente, existam manifestações artísticas mórbidas e, como tal, a medicina teria o direito de julgá-las. Porém, teria o campo abusado de forma desastrosa desse direito, descobrindo doenças por toda parte. Era preciso somar-se ao repertório médico um critério mais vasto e seguro que lhe servisse de moderador. “*Deixem, pois, os médicos o seu exclusivismo científico que os levava a exageros imperdoáveis, e passem a fazer critica médico-social, que é a maneira de deixarem de ser ridículos e de fazer trabalhos de utilidade e de Justiça.*”⁴⁶⁶ Em outras palavras, era preciso tomar a crítica de arte, e mesmo a medicina de uma perspectiva sociológica.

* * *

*L’Art au Point de Vue Sociologique*⁴⁶⁷, de Jean-Marie Guyau foi publicado postumamente em 1889 por seu padraço, o filósofo Alfred Fouillée, que também introduz o livro. A perda prematura do escritor para a tuberculose aos 33 anos não fora obstáculo para a larga influência que teria na primeira metade do século XX.⁴⁶⁸ Os argumentos principais que compunham a obra em questão já haviam sido apresentados em trabalhos anteriores, como em *Les Problèmes de l’Esthétique Contemporaine* (1884), ganhavam agora o caráter de sistematização de um método para a crítica estética. Assim como tantos que o precederam, como Comte, Mill e Spencer, Guyau

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 28.

⁴⁶⁶ Ibidem, pp. 29-30.

⁴⁶⁷ GUYAU, Jean-Marie. *A arte do ponto de vista sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

⁴⁶⁸ CROCE, Benedetto. *Estética como Ciência da Expressão e Linguística Geral*. São Paulo: É Realizações, 2016. p. 375.

pretendia fundar uma ciência social que fosse o elo entre estudos dispersos (História, Economia, Arte, Religião, etc). Sobretudo, que pudesse tomar estes dois últimos, antes restritos ao domínio da metafísica, como objeto de investigação sociológica. Para isso, desenvolvia uma teoria social da emoção que procurasse dar conta do fenômeno religioso e estético, o qual a ciência de feição mecanicista ainda não tinha podido acessar.

Apóstolo de uma moral libertária de fundo epicurista, inspira muitos outros jovens de sua geração, Nietzsche inclusive, com quem sua obra parece ter vários pontos de contato. Mas, afasta-se deste quando propunha uma ética socializante e solidária oriunda, por sua vez, de um otimismo evolutivo lastreado em um sentimento coletivo de comunhão entre os seres, que viesse sobrepujar o egoísmo e individualismo modernos por uma consciência universal. Utopia na qual a arte e o gênio desempenhavam papéis fundamentais.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira (“Os princípios: essência sociológica da Arte”) expõe minuciosamente seu método, enquanto que na segunda (“As aplicações: evolução sociológica da arte contemporânea) aplica-o para a crítica literária de uma plêiade de autores. Majoritariamente franceses, dos clássicos modernos àquilo que se refere como *decadentes*.⁴⁶⁹ O jovem filósofo inicia seu texto refletindo que século XIX não somente ampliou a ciência como aprofundou-a, fazendo-a passar de *fora* para *dentro*: melhor dizendo, do registro do fenômeno para a busca da essência.

A fisiologia havia se desenvolvido suficientemente para querer aproximar-se da *psique*. E à medida que “a ciência do sistema nervoso” (Neurologia) foi sendo desenvolvida, compreendeu-se melhor como eram insuficientes os pontos de vista do *materialismo naturalista*, que caracteriza como: “bruto e egoísta”.⁴⁷⁰ Por fim, Guyau constata que aquele século se encerraria com algumas descobertas, ainda que mal formuladas, que foram tão importantes no mundo moral quanto as de Newton e Laplace mecânica celeste. Fundando assim a psicologia científica e a sociologia, como o século XVIII fundou a física e a astronomia. Os *sentimentos sociais* revelariam-se então como fenômenos complexos, produzidos em grande parte pela “atração ou pela repulsão entre os sistemas nervosos”, comparada a gravitação dos corpos celestes. Logo, um determinismo que outrora ignorava nosso *livre arbítrio* dava lugar a uma esperança

⁴⁶⁹ Cf. GUYAU, Jean-Marie, Op. cit., pp. 625 et seq.

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 64.

metafísica na qual nossas consciências individuais podem estar em comunhão com todas as consciências. Concluindo que a estética de uma época, não poderia permanecer alheia a essa transformação, “*assim como a moral, a arte tem como resultado final arrebatrar o indivíduo de si mesmo e identifica-lo com todos.*”⁴⁷¹

O papel da arte não estaria, portanto, nem na função utilitário-pedagógica de transportar valores morais, como preferiam os positivistas, nem na *arte pela arte* de Théophile Gautier e seus seguidores. Seria, antes, o papel de acessar e transmitir a sensação de uma emoção estética entre os indivíduos em uma sociedade.

Em resumo, a arte é — por intermédio do sentimento — uma extensão da sociedade a todos os seres da natureza, e mesmo aos seres concebidos como acima da natureza ou, enfim, aos seres fictícios criados pela imaginação humana. A emoção artística é, portanto, essencialmente social. Ela tem como resultado ampliar a vida individual, fazendo com que ela se confunda com uma vida mais ampla e universal. A finalidade mais elevada da arte é produzir uma emoção estética de um caráter social.⁴⁷²

Dessa forma, legava também à Arte a capacidade de criação de *laços* entre os indivíduos, a identificação e o senso de pertencimento a uma dada cultura ou comunidade, análogo ao que Durkheim atribuiria à religião⁴⁷³, ou como ele mesmo já havia sugerido em sua obra mais conhecida *L'Irréligion de l'Avenir, Étude Sociologique* (1987). Como esta, a arte seria um “antropomorfismo” e um “sociomorfismo”, ou seja, criações humanas assentadas sobre dinâmicas e demandas da própria sociabilidade humana, imbuída de um sentimento inato de comunhão e simpatia que precede qualquer outro instintivo natural ou convenção moral.⁴⁷⁴

Também em comparação à ciência, a arte era, para ele, um esforço de compreensão. Descreve a ciência experimental, em seu conjunto, como uma *análise* da realidade que anota os fatos um após o outro e depois isola suas leis abstratas. E assim, recolhendo lentamente os pequenos fragmentos, acumulados um a um por humildes trabalhadores e deixando com que o tempo, o número e a paciência aumentem lentamente seu tesouro. A arte não teria essa paciência. Ela improvisa, antecipa o real e o ultrapassa. É uma *síntese* através da qual nos esforçamos — sendo dadas ou simplesmente supostas as leis do real — para reconstituir através do espírito uma

⁴⁷¹ Ibidem, pp. 63-65.

⁴⁷² Ibidem, pp. 103-104.

⁴⁷³ Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912). DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁴⁷⁴ GUYAU, Jean-Marie, Op. cit., p. 104.

realidade qualquer para recriar um mundo parcial.⁴⁷⁵ O único apto a desempenhar tal esforço (de síntese), com maior ou menos sucesso, seria o *gênio*.

Para o autor, o gênio ocupa-se mais das possibilidades do que da realidade e por isso sua primeira característica é o poder de imaginação. O temperamento que mais lhe sobressai é, portanto, o da *simpatia* e da *paixão*: ele precisa enamorar-se de tudo para poder compreender. Mesmo o gênio-científico, como Darwin, que segundo ele teria vivido em plena comunhão de afeto com a natureza que pretendia desnudar. Outra das particularidades do gênio era poder despojar-se tanto das circunstâncias exteriores como das internas, colocar-se no lugar de seu personagem, ou de um terceiro, assumindo sua trama, dores e anseios. Por esse motivo, tomar a obra de um autor como indício imediato de autorrepresentação biográfica — ou mesmo como sintoma, tal qual pretendia Sousa Martins — se mostrava ineficiente. Mas adverte que esse fundamento criador do gênio, que consiste em sair de si, desdobra-se e despersonaliza-se representando também seu principal perigo. “*Muitas vezes se comparou o gênio com a loucura. Um dos traços comuns existente entre eles é o desdobramento da personalidade*”⁴⁷⁶. Em suma, o gênio era então caracterizado tanto pelo desenvolvimento intenso e harmonioso de todas as faculdades — sobretudo as faculdades sintéticas (imaginação e amor) que produzem a imaginação — quanto pelo desenvolvimento extremamente intenso de apenas uma faculdade em especial. E, neste último caso, poderia surgir a *mania*. “*Em poucas palavras, o gênio completo é potência e harmonia, o gênio parcial é ou potência ou harmonia.*”⁴⁷⁷ Neste aspecto, sua concepção é debitária da ideia de equilíbrio/compensação, indo ao encontro da visão mais corrente e, não à toa, chamará depois os gênios vacilantes de desequilibrados.⁴⁷⁸

Todavia, a natureza da genialidade não tinha para ele uma origem mórbida, manifestada atavicamente pela hereditariedade num inescapável processo de degeneração. Pelo contrário, acreditava que aparecimento do gênio era um *acidente feliz* da evolução, como havia chamado Darwin para referir-se ao sucesso adaptativo das espécies.⁴⁷⁹ Acidente feliz que uma vez sucedido não conduz a uma transmissão

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 106.

⁴⁷⁶ E continua “*O gênio, de tanto fazer o homem sair de si mesmo para fazê-lo entrar em outro, pode fazer com que um dia o artista se perca de si próprio, veja apagar-se a marca distintiva do seu eu, alterar-se o equilíbrio que constituía sua personalidade sã.*” Ibidem, p. 117.

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 118.

⁴⁷⁸ Cf. GUYAU, Jean-Marie. Op. cit., capítulo VI “A literatura dos decadentes e dos desequilibrados; seu caráter geralmente insociável. Conclusão. Papel moral e social da arte”, pp. 625-689.

⁴⁷⁹ “*O gênio é realmente o acidente feliz de Darwin. Sabemos que Darwin explica a origem das espécies através de um acidente na geração individual que se produz em um sentido favorável às condições de vida; a modificação acidental fixa-se, em seguida, por intermédio da hereditariedade e torna-se geral, específica: daí a espécie*

hereditária e física, mas introduz no mundo algumas *ideias* ou *sentimentos*, alguns *tipos novos*, modificando o meio social e intelectual preexistente, não sendo ele próprio o puro e simples produto do meio.⁴⁸⁰ Com isso, não quer dizer que a formação do gênio não obedeça, a certas “leis científicas fixas”. Sem dúvida, não existe nada no gênio que não pudesse ser explicado por um exame minucioso de sua biologia, seu entorno, sua psicologia, etc. O gênio, porém, caracteriza-se pela derrogação *aparente* dessas leis. “*Enquanto todos os indivíduos feitos de acordo com um padrão comum apresentam um espírito de trama regular, da qual é possível contar os fios, o gênio é um novelo embaraçado, e os esforços do crítico para desembaraçar esse novelo conduzem, em geral, apenas a resultados totalmente superficiais.*”⁴⁸¹ A isto, o autor atribui o erro de tantos que procuram explicar o gênio apenas pelas leis gerais, focando em determinantes específicos. E não se refere somente ao dogmatismo cientista. Segundo ele, os elementos sociológico e psicológico foram introduzidos com razão pelo século XIX na História e na crítica literária, mas mesmo estes deveriam reconhecer seus limites, e critica os excessos da leitura *histórica* de Taine e Hennequim.⁴⁸²

Guyau postula ainda que a verdadeira crítica deveria partir da própria obra, e não do escritor e do meio.⁴⁸³ Uma minuciosa reconstituição do entorno e seus circunstanciamentos poderia fornecer apenas um conjunto geral dos materiais da crítica. Para ele, a atribuição principal desta contextualização histórica seria precisamente a de estabelecer um padrão para melhor compreender aquilo que existe de individual, distinto e excedente no gênio. E cita a passagem de Gustave Flaubert⁴⁸⁴ — a que se referiu Cortesão — para ilustrar sua ideia de *simpatia* na crítica de arte.

biológica. Segundo pensamos, o gênio é uma modificação acidental das faculdades e de seus órgãos em um sentido favorável à novidade e à invenção de coisas novas.” Ibidem, pp. 118-19.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 119.

⁴⁸¹ Ibidem, p. 119.

⁴⁸² Acerca da estética histórica de Taine, ver também CROCE, Benedetto, Op. cit., p. 368 et. seq.

⁴⁸³ “*A obra passa a ser considerada, então, apenas como o produto mais ou menos passivo dessas duas forças, no fundo, igualmente inconscientes: o temperamento do escritor e o meio em que ele se desenvolve. Ponto de vista incompleto, que deixa de lado o fator essencial do gênio: a vontade consciente e amante. Depois de ter analisado a obra literária como produto do temperamento pessoal do autor (predisposições hereditárias, gênero de talento etc.) e do meio no qual esse temperamento se desenvolveu (época, classe social, circunstâncias particulares da vida), falta sempre considerar a obra nela mesma, avaliar aproximativamente a quantidade de vida que está nela*”⁴⁸³. *É para a obra, no fim das contas, que é preciso voltar, e é ela que é preciso apreciar, encarando-a do próprio ponto de vista a partir do qual seu autor a encarou.*” GUYAU, Jean-Marie, pp. 142-143.

⁴⁸⁴ “Você me fala da crítica, em sua última carta, dizendo-me que ela em breve desaparecerá. Eu creio, ao contrário, que ela está, no máximo, em sua aurora. Tem-se defendido o contrário da precedente, mas nada além disso. No tempo de La Harpe se era gramático, no tempo de Sainte-Beuve e de Taine se é historiador. Quando se será artista, nada além de artista, mas bem artista? Onde você conhece uma crítica que se preocupe com a obra *em si* de uma maneira intensa? Analisam com muita perspicácia o meio em que ela foi produzida e as causas que levaram a ela; mas e sua composição? Seu estilo? O ponto de vista do autor? Nunca. Seria necessário, para essa crítica, uma grande imaginação e uma grande bondade — quero dizer, uma faculdade de entusiasmo sempre pronta

Flaubert assinalou aqui, de forma excelente, as qualidades dos verdadeiros críticos. A primeira de todas é o poder de simpatia e sociabilidade que, levado ainda mais longe e servido por algumas faculdades criadoras, constituiria o próprio gênio. Para compreender bem uma obra de arte é preciso compenetrar-se tão profundamente da ideia que a domina que se chegue até a alma da obra ou que se lhe atribua uma alma, de modo que ela adquira, diante de nossos olhos, uma verdadeira individualidade e constitua como que uma outra vida de pé ao lado da nossa. Eis aí aquilo que poderíamos chamar de *visão interior* da obra de arte, da qual muitos observadores superficiais são incapazes.⁴⁸⁵

O que significa que para se compreender um autor, é preciso “se pôr em relação” com ele. Sem, no entanto, julgar o valor intrínseco de um autor pela facilidade com que essa relação se estabelece. Afinal, *autor* e o *leitor* são termos de oposição que podem harmonizar-se um com o outro sem que ambos se tornem mais verdadeiros. Guyau ressalta que houvera certos momentos da história em que vida social inteira foi “fictícia e falsa”, e que isso se dava quando em uma dada época uma determinada personalidade literária impõe-se com uma espécie de violência que, poucos anos depois fica isolada, quase não despertando mais *simpatia* — Chateaubriand, por exemplo — que pode até representar um tipo predominante, mas que passa, por não estar em conformidade com o da vida simples e eterna.⁴⁸⁶

Neste sentido, a dificuldade da crítica de Arte não estava nas leis complexas das sensações, emoções e dos próprios pensamentos, o que se poderia facilmente aferir a partir da psicologia experimental. Isto posto, quando se trata de apreciar se uma obra de arte representa a *vida*, a crítica não pode mais apoiar-se em nada de absoluto. “*Nenhuma regra dogmática vem em seu auxílio: a vida não se verifica, ela se faz sentir, amar, admirar. Ela fala menos ao nosso juízo do que aos nossos sentimentos de simpatia e de sociabilidade.*” De tudo o que precede, dever-se-ia ter em conta, inclusive, que pelo caráter eminentemente sociável (*simpatia*) do crítico, este deve adaptar-se a todas as formas de sociedade, não somente as que já existissem historicamente, mas toda aquela que possa vir a existir entre os seres humanos “*e que toda obra de gênio, por excelência, exprime por antecipação.*”⁴⁸⁷

Finalmente, conclui sintetizando que a arte é por excelência um fenômeno de sociabilidade (fundamentada inteiramente nas leis da *simpatia* e da transmissão das emoções) e que, por essa razão, tem em si mesma um enorme valor social. Primeiro

— e depois o *gosto*, qualidade rara mesmo entre os melhores, de modo que não se fala mais nisso.” Gustave Flaubert apud GUYAU, Jean-Marie, pp. 143-144.

⁴⁸⁵ Ibidem, pp. 144-145.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 155.

⁴⁸⁷ Ibidem, pp. 155-156.

porque faz circular as emoções e anseios coletivos da sociedade na qual sua ação se exerce, mas, acima de tudo, porque provoca através da *simpatia* a idealização de uma sociedade melhor. Nisso, para os sociólogos é que deveria consistir a moralidade da arte — totalmente intrínseca e imanente —, que não é o resultado de um cálculo, mas que se produz fora de todo cálculo e de toda busca dos fins.

Afinal, a verdadeira beleza artística já seria por si mesma moralizadora e uma expressão da verdadeira sociabilidade. Pois não desperta em nós somente as sensações mais agudas e intensas, mas também sentimentos mais generosos e sociais. Outrossim, para ele a estética não passa de um esforço para criar a vida, e essa vida não pode ser senão a reprodução poderosa de nossa própria existência — com todas as suas injustiças, misérias, loucuras, e até mesmo vergonhas. E aqui critica a literatura decadentista de seu tempo, apóstola do pessimismo que ao não querer enxergar o lado luminoso da experiência humana transmitia pela sua literatura o fatalismo contagiante de sua era, impedindo os homens de vislumbrarem um horizonte melhor.⁴⁸⁸

A ascendência de Guyau e sua teoria estética seria profunda especialmente em Cortesão, mas não somente. Toda sua geração se serviria largamente de amplos aspectos e ensinamentos do jovem filósofo.⁴⁸⁹ Sua moral de fundo anarquista influenciará os primeiros projetos de educação popular — e foram muitos — daquela também jovem intelectualidade portuense que se rebelava contra o modelo *coimbrão* da Universidade vigente. Foram imbuídos deste espírito que fundaram em 1908 a *Sociedade Amigos do ABC* por Cortesão, Leonardo Coimbra, entre outros. O nome era uma versão aportuguesada e onomatopeica da expressão “*Les Amis de L'Abais*” de *Os Miseráveis* de Victor Hugo, que ao mesmo tempo remetia ao trocadilho do abecedário pois sua atuação mais direta centrava-se combate ao analfabetismo. Em sua sede, na área industrial do Porto, entre reuniões de militância e intervenção, ensinavam as primeiras letras a operários, aproveitando o ensejo para divulgarem suas doutrinas.⁴⁹⁰ Por décadas, era comum encontrar alguma menção ou trecho das obras de Guyau estampando as mais variadas revistas de ideias portuguesas como *A Sementeira*

⁴⁸⁸ Ibidem, pp. 688-689. Com destaque para a seguinte consideração: “*Os desequilibrados são amigos perigosos pela força da simpatia que desperta em nós seu grito de sofrimento. Em todo caso, a literatura dos desequilibrados não deve ser, para nós, um objeto de predileção: por essa preferência, uma época que se deleita com isso — como a nossa pode apenas exagerar seus defeitos. E, entre os mais graves defeitos de nossa literatura moderna, é preciso mencionar o de povoar mais, a cada dia, esse círculo do inferno onde se encontram, segundo Dante, aqueles que durante sua vida “choraram quando poderiam estar alegres”*”. Ibidem, p. 688.

⁴⁸⁹ Cf. CARDIA, Sottomayor, Op. cit., pp. 457-458. Cf. tb. PIRES, António Machado. *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980. p. 26.

⁴⁹⁰ FAVA, Fernando Mendonça. *Leonardo Coimbra e a I República: percurso político e social de um filósofo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 26.

(periódico anarquista publicado em Lisboa), que mais referências fez ao autor. Incluindo a impressão de seu perfil biográfico em uma de suas capas de 1912.⁴⁹¹

Alguns anos antes, Cortesão, que na juventude professava grandes dotes de caricaturista, já havia publicado um retrato de Guyau.⁴⁹² De fato, a estima era tanta que quando de sua primeira e breve passagem pela Maçonaria (1911), adota como nome simbólico: *Marcus Guyau*.⁴⁹³ Mais tarde, em 1914, publica um estudo comparando as ideias de moral em Guyau e Nietzsche no vespertino portuense *O Norte*, que naquela altura era o diretor.⁴⁹⁴ O filósofo alemão, a quem sua primeira fase poética era tão debitária, era agora revisitado por Cortesão sob o peso da guerra. Ainda que não chegue a culpabilizar diretamente a pessoa de Friederich Nietzsche, ele aponta que de sua filosofia partiu a “transformação moral” que posteriormente permitiria a instalação do militarismo alemão e suas catastróficas consequências. Que poucos anos depois presenciaria nos campos de batalha no Flandres.⁴⁹⁵

No artigo, Cortesão comenta que durante o segundo quartel do século XIX, tanto na França como na Alemanha apareceram dois jovens filósofos tão iconoclastas e revolucionários que remodelaram por completo as bases em que se assentava a moral, proclamando ambos a exaltação e a intensidade da vida, levada a um arrebatamento sublime. Os “*dois profetas da nova lei*”, que sendo dois grandes filósofos eram igualmente grandes poetas: Guyau e Nietzsche. Todavia, como já teria destacado Fouillée, demandando o mesmo fim intensivo chegariam a resultados muito diferentes.

Para Cortesão, o Nietzsche de *Crepúsculo dos Deuses* (1888)⁴⁹⁶ e *Assim falava Zaratustra* (1883) pregava a sinceridade de todos os sentimentos e, remodelando de alto a baixo a *tábua dos valores*, relega para o limbo as antigas virtudes da piedade, da humildade e do amor ao próximo. “*Toda a sua moral é de orgulho, crueldade,*

⁴⁹¹ *A Sementeira: publicação mensal ilustrada-crítica e sociologia*, Lisboa, maio de 1912, a. IV, n. 45. p.1.

⁴⁹² No número 13 (Série II) do impresso anarquista *A Vida* de 28 de março de 1909. Não confundir com *A Vida Portuguesa* (1912-1915), da qual Cortesão fora diretor.

⁴⁹³ Sobre Cortesão e a Maçonaria ver SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal*. Póvoa de Varzim: Fundação Eng. António de Almeida, 1993. pp. 41-42. Cf. tb. o documento publicado em PEREIRA, José Esteve. “Jaime Cortesão e a Maçonaria (1911-1920)”, *Prelo*, Lisboa, INCM, dezembro de 1984, n. especial dedicado a Jaime Cortesão, pp. 43-53.

⁴⁹⁴ CORTESÃO, Jaime. “Teatro da Guerra - VI — Guyau e Nietzsche [sic]”, *O Norte*, Porto, 17 de novembro de 1914, n. 119. p.1.

⁴⁹⁵ Sobre a recepção de Nietzsche em Portugal pela intelectualidade lusitana, e mais especificamente o grupo da *Renascença Portuguesa*, ver MONTEIRO, Américo Eneas. A recepção da obra de Friedrich Nietzsche na vida intelectual portuguesa: 1892-1939. 1997. 537 p. Tese de Doutorado em Cultura Alemã, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10857>>. Acesso em 03/12/2017.

⁴⁹⁶ Embora seja mais convencional “Crepúsculo dos ídolos”, algumas edições portuguesas receberam essa tradução.

egoísmo e brava violência.” Ao passo que, o *sentimento moral*, para Guyau, “*confunde-se com a vida mais intensiva e extensiva possível, atingindo a consciência da sua fecundidade prática. A principal forma dessa fecundidade é a acção desinteressada por outrem e a sociabilidade com os outros homens.*” Por conseguinte, assim como Guyau — a quem Kropotkin se referia como filósofo da liberdade — seria o maior representante da ética na França, intérprete e inspirador duma civilização que Cortesão julga “essencialmente generosa e fraternal”, Nietzsche é o representante do bárbaro espírito alemão, cuja série de crimes abomináveis vem ilustrando a guerra. Com a ressalva de que, este, ao menos, pregava a sinceridade cínica de todos os sentimentos, enquanto seus discípulos de agora, cometendo as piores barbaridades, dão-se inocentemente os ares da mais pura santidade. “*A todas as ignomínias juntam ainda a hipocrisia.*”⁴⁹⁷

Portanto, se nos momentos imediatamente seguintes à Grande Guerra, as referências a Nietzsche começam a desaparecer dos periódicos e textos de opinião dos membros da *Renascença Portuguesa*, o nome de Guyau seguirá sendo bastante presente, e seus fundamentos, parte constitutiva da concepção de arte e de gênio ao longo de toda obra de Cortesão, inclusive a da maturidade. Em *A Arte e a Medicina*, sua teoria e método de crítica estética são referidos diretamente em torno de sete vezes e chega mencionar ainda sua noção de *religião individual* (expressa em *L'Irréligion de l'avenir*) para a compreensão da metafísica anterioriana.⁴⁹⁸

* * *

Retomando a tese de Cortesão, no capítulo seguinte, no qual esmiúça os argumentos de Sousa Martins, comenta que não chegara a conhecer o professor, mas uma vez habitando seus espaços, convivendo com seus colegas e lendo a sua homenagem póstuma⁴⁹⁹ pôde perceber sua extrema abnegação e generosidade. E acrescenta que, para ele, uma das características mais originais da personalidade do professor teria sido o constante combate interno entre a inteligência, deformada pelos despropósitos da educação científica que o rondava, e a sua afetividade, de rara

⁴⁹⁷ Os trechos do artigo foram consultados mediante sua reprodução parcial em MONTEIRO, Américo Eneas, Op. cit., pp. 496-497.

⁴⁹⁸ Cf. CORTESSÃO, Jaime. *A arte e a medicina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. pp. 8, 27, 30, 107, 153, 164, 167 e . p.177.

⁴⁹⁹ VÁRIOS. *Sousa Martins (in memorian)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904.

abundância e riqueza nativas. E descreve-o novamente como alguém que amara tão apaixonadamente o século em que viveu, que se descuidou de seus condenáveis excessos. “*Ser contemporâneo de seu tempo, já o dissemos, era uma de suas preocupações, e isso o levou a aceitar todas, quantas teorias científicas trouxessem o cunho de novidade, embora no fundo houvesse apenas fantasia.*”⁵⁰⁰

Em filosofia, teria sido, segundo palavras de Cortesão: positivista, materialista e determinista-fatalista. Tudo aquilo, a superstição científica leva aos que prezam a ciência para além dos limites do razoável. Para ele Sousa Martins refletia, de fato, o espírito teórico de sua época. Mas ao aplicar tais teorias, seu “engenho” perdia de vista os métodos positivos e experimentais que dizia preconizar. E, assim, de pronto, passava a arquitetar sobre o mínimo fato, em meio a um turbilhão de princípios, hipóteses e preconceitos. Servindo-se mais de sua grande faculdade generalizadora e tumultuosa imaginação do que procedimentos efetivamente experimentais.⁵⁰¹ E complementa:

Só um século de monstruosa perversão intelectual e fanatismo científico, em reação ao fanatismo religioso doutro, é que poderia engendrar este vivo paradoxo, verdadeira condenação de si mesmo, batalha contínua entre o eu nativo e o eu adquirido, que foi Sousa Martins, mas que felizmente a principal vitória, cabe, belas infinitas obras realizadas, ao seu espírito religioso.⁵⁰²

Quanto à *Nosografia*, em específico, chega a fazer deferência à forma da exposição das ideias “*elegantemente concatenadas, com lógica nas deduções e até certo brilho*”, abstraindo o que chama de “*princípios basilares e dos erros de fundamentação*” julgava o trabalho sério e até bem desenvolvido e diz que “*Desgraçadamente é um belo e aparatoso edifício, a que faltam todos os alicerces: um sôpro mais forte de verdade, de crítica cerrada e pertinaz indagação há de derrubá-lo fatalmente* [grifo nosso].” Cortesão completa em tom de lamento que, na verdade, erros de todas as espécies (erros de fatos, de princípios, de interpretação e dedução) tenham se sobressaído ao conjunto da obra.⁵⁰³

E mesmo antes de focar no cerne da argumentação, procura desmontá-la de fora para dentro. A despeito do elogio anterior, critica o vocabulário: ora hermético, ora repleto de neologismos. Rejeita os termos e concepções racialistas que teriam

⁵⁰⁰ CORTESÃO, Jaime, Op. cit, p. 34.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 35.

⁵⁰² Ibidem, pp. 36-37.

⁵⁰³ Ibidem, p. 38.

inspirado aquela noção de superioridade dos povos setentrionais. Porém, a crítica mais geral que lhe afigura (que invalida de pronto a maior parte do diagnóstico) é quando toma toda *operação nosográfica* — se assim pudermos chamar — de Sousa Martins, como não sendo fruto de uma investigação propriamente científica, mas antes, de mera especulação. Era a reiteração do *topus* da metafísica involuntária dos positivistas. Já antes mobilizado por Antero, Guyau, Sérgio, Bergson e outros críticos do Cientismo.

Um dos pressupostos centrais da interpretação da *Nosografia de Antero* é (como vimos) a ideia de *degenerescência* e mais precisamente a categoria de *degenerado superior*⁵⁰⁴ para abordar a questão do gênio em Antero. É com rigor que Cortesão iria contestar de todo as origens e implicações, sobretudo desta última, que alcunha de doentes, desequilibrados e perniciosos alguns dos maiores vultos da modernidade.⁵⁰⁵ Reconhecendo as origens terminológicas em Morel, Magnan, e Lombroso atribui a Max Nordau o sentido insultuoso que a palavra *degenerescência* ganhou dentre o grande público, “*encampando a todo aquele que excedesse um pouco a craveira da mediocridade*”.⁵⁰⁶

Daí teria surgido uma enorme gama de indivíduos com caracteres muito diferentes sobre uma mesma designação e viu-se, portanto, a necessidade de criar subdesignações. Aparecem então os *degenerados inferiores* (indivíduos rotineiros, incapazes de sair dos estritos limites duma vida animalesca), e os *degenerados superiores* (que teriam desenvolvido de forma notável uma das faculdades da sensibilidade à custa do atrofiamento das outras). A designação é absolutamente infeliz, aponta Cortesão, porque abunda em pressuposições e é completamente destituída de sentido. Melhor seria continuar-lhe chamar: poetas, santos, filósofos, sem mais nada, que isso bastaria.⁵⁰⁷

Já em Morel a degenerescência era pensada como um desvio de um tipo original e o que a caracterizava como um *mal* crônico (e não uma doença adquirida) era justamente sua transmissibilidade atávica. Dessa forma, Sousa Martins pontuava a hereditariedade como o alicerce mais firme da Nosologia.⁵⁰⁸ E ei-lo buscando no insulamento micaelense (e supostas alianças consanguíneas advindas deste fato) as causas de degenerações progressivas que dariam no *caso* de Antero.⁵⁰⁹ Cortesão põe

⁵⁰⁴ Para um aprofundamento da questão recomenda-se a leitura de SERPA JR., Octavio Domont de. “O degenerado”, *História, ciências, saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, dezembro de 2010. v.17, pp. 447-473.

⁵⁰⁵ CORTESÃO, Jaime, Op. cit, p. 54.

⁵⁰⁶ Ibidem, pp. 54-56.

⁵⁰⁷ Ibidem, pp. 56-60.

⁵⁰⁸ Sousa Martins apud CORTESÃO, Jaime, Op. cit, p. 64.

⁵⁰⁹ Ibidem, p. 64.

em cheque os mitos da ancestralidade consanguínea do poeta, que debitava a “imprecisão e frivolidade” de Teófilo Braga em seu *Escorço biográfico*, reforçando que tais aspectos poderiam ser desfeitos na leitura do “excelente *Esboço genealógico*” do Dr. Eneas do Canto, publicado ao fim do próprio *In Memoriam* de Antero. Neste novo capítulo, contudo, esmiúça as informações trazidas na genealogia de Canto e de outras fontes, derrubando a presunção dos sucessivos casamentos consanguíneos da família Quental.⁵¹⁰

“*Isto era tudo, menos método científico*”⁵¹¹, denuncia Cortesão. Era em realidade a febre por encontrar, seja onde for, factoides para dar sustentação e essa esta fantasia pré-concebida.⁵¹² Perguntando-se acerca da primazia do aposto de *degenerado* para o caso específico de Antero, mais de um testemunho valiam-se dessa impressão ou tergiversavam sobre esse conceito para explicarem sua personalidade. Teixeira de Queirós e Magalhães Lima já haviam inclusive mencionado o nome de Max Nordau. Entretanto, foi Sousa Martins quem o assim categorizou, mesmo antes da publicação de *Dégénèresce* (1984, edição francesa). Como já foi dito⁵¹³, tamanha era sua preocupação e ansiedade pela publicação do *In Memoriam de Antero* (1896), que frente o risco de parecer plagiário, acrescenta já no prelo as devidas referências ao trabalho de Nordau. Neste ponto, Cortesão faculta o atraso na publicação do dito livro à rigorosa correção de Eça de Queiroz, o que já demonstramos (Capítulo 2) não corresponder a verdade.

Para o Dr. Sousa Martins, assim como para os demais teóricos da *degenerescência*, a concepção do processo evolutivo parte de critérios de assumido teor racista. Que pregam não somente a distinção entre as etnias mas a existência da superioridade de umas perante as outras. Como reforça Lévi-Strauss em um texto basilar, *Raça e História* (1952) — que a despeito da idade segue sendo uma das melhores refutações ao racismo no campo das ciências sociais — desde Gobineau a *tara da degenerescência* associava-se não só à distinção das raças mas à questão da mestiçagem.⁵¹⁴ Se hoje, quer pelos avanços no campo científico (que deitaram por terra

⁵¹⁰ Ibidem, p. 65 et seq.

⁵¹¹ Ibidem, p. 62.

⁵¹² “Do rigor científico com que Sousa Martins deduz as suas afirmações, bastaria esse capítulo para bem se ajuizar, se não houvesse por toda Nosografia cópia de inexactidões e erros de interpretação, que abundantemente lhe comprovassem a nulidade” Ibidem, p. 72.

⁵¹³ Ao final do item 2.4 do Capítulo 2.

⁵¹⁴ “Buscar caracterizar as raças biológicas por propriedades psicológicas particulares é distanciar-se da verdade científica, quer se as defina positiva ou negativamente. Cumpre lembrar, no entanto, que Gobineau, que ficou na história como pai das teorias racistas, não concebia a “desigualdade das raças humanas” de modo quantitativo, mas qualitativo; para ele, as grandes raças que contribuíram para a formação da humanidade atual, que não podem ser ditas primitivas — branca, amarela, negra —, eram menos desiguais em valor absoluto do

as teorias de superioridade racial), quer pelos seus catastróficos desdobramentos no campo moral e político, as concepções racialistas parecem ter deixado o pensamento científico e até boa parte do século passado estava-se longe deste consenso. Daí também um mérito para a reflexão (ainda tímida) de Cortesão e Sérgio às teorias desse viés, alegando sua inconsistência.⁵¹⁵ Cortesão não despreza totalmente um olhar evolutivo e classificatório na comparação entre os diversos grupos humanos, tampouco está isento de preconceitos e visões tendenciosas. Mas, desde cedo, mesmo sua abordagem mais *evolutiva* procura partir de aspectos de ordem cultural (religiosidade e costumes), em vez dos caracteres fenotípicos ou biológicos.

Derivava desta linha interpretativa a hipótese da “inaptidão metafísica dos Portugueses” que tanto perturbava o jovem grupo de autores da *Renascença Portuguesa*. Afinal, que ofensa maior poderia abater-se sobre a *intelligentsia* de uma nação do que a suposta incompetência do exercício de suas faculdades. Se fosse verdade que semitas e lusos não tivessem tal inclinação, não seria então Spinoza, “um judeu português”, um verdadeiro metafísico, retruca Sérgio. Como decidir ainda entre Corneille, Flaubert, Renan, Chateaubriand, etc. Qual é o normando e qual era o bretão?⁵¹⁶ Da mesma forma (e remetendo a alguns dos colegas), Cortesão contesta com os exemplos de José Sampaio Bruno na Filosofia, Junqueiro, Pascoais, e Correia de Oliveria na Poesia. E assevera, que mesmo numa análise ligeira, no caso específico das letras portuguesas, ou de modo mais geral, sob a luz da “psicologia experimental”, essa hipótese do determinismo racial na predominância de certos temperamentos de nada valia.⁵¹⁷

Outra concepção antiquada era ainda esta “fisiologização do espírito”. Um *materialismo*⁵¹⁸ elevado aos preceitos últimos, que procurava localizar: caráter, inteligência, memória e paixões em zonas circunscritas da côdea cerebral. E que

que diversas em suas aptidões particulares. A tara da degenerescência, segundo ele, estava mais associada ao fenómeno da mestiçagem do que à posição de cada raça numa escala de valores comum a todas elas; estava, portanto, destinada a atingir a humanidade por inteiro, fadada, sem distinção de raça, a uma mestiçagem cada vez mais acentuada. Mas o pecado original da antropologia consiste em confundir a noção puramente biológica de raça (supondo que tal noção possa, mesmo nesse campo restrito, pretender à objetividade, o que a genética moderna contesta) e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas. Bastou que Gobineau o cometesse para ver-se preso no círculo infernal que leva, de um equívoco intelectual que não exclui a boa-fé, à legitimação involuntária de todas as tentativas de discriminação e opressão.” LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: _____. Antropologia estrutural II. São Paulo: Cosac Naify, 2013. pp. 357-399. pp. 357-358.

⁵¹⁵ Cf. CORTESÃO, Jaime. Op. cit., pp. 77-79.

⁵¹⁶ António Sérgio apud CORTESÃO, Jaime. Op. cit., pp. 77-79.

⁵¹⁷ Ibidem, p. 80.

⁵¹⁸ Importante não confundir com sua avaliação posterior do “materialismo histórico”, ao qual Cortesão emite um parecer bem mais favorável, enquanto método analítico. Veremos no Capítulo 4.

Cortesão caracteriza como mais uma das habituais fantasias do ilustre pneumologista, que julgava inclusive já superada nos avanços da própria Neurologia da época.⁵¹⁹

Confrontados em seu cerne, um a um dos elementos que sustentavam o edifício patológico erguido por Sousa Martins, restava ainda a análise circunstancial de um último elemento: a *neurastenia* de Antero. Neste ponto, Cortesão não rejeita de todo o diagnóstico. Mas, ao contrário do antigo professor da Escola Médico-cirúrgica, iria deixar de lado os fatores bio-degenerativos hereditários, preferindo ater-se aos aspectos sócio-culturais da inconciliável modernidade que se abatia sobre Antero: sua “exaustão nervosa” e sua condição de gênio, encurralados frente a não dissolução dos dilemas de seu tempo.⁵²⁰

* * *

“O Poeta” é o capítulo mais breve da tese, como se fora uma espécie de *profissão-de-fé* da sensibilidade artística.⁵²¹ Aqui é importante distinguir que esta noção de *poeta* excede a caracterização estética de um autor que escreve poesia. A própria concepção de Poesia e lirismo são aqui entendidas menos comum gênero literário e mais como uma forma de olhar a vida, e se expressar nela. Mas também não é mera idealização (neo)romântica de uma nova Arcádia. Talvez ainda carregasse em seu bojo a antiga máxima aristotélica da superioridade da Poesia sobre todas as demais artes, e por isso podia soar (a uma primeira vista) como um tipo de irracionalismo hedonista. Poeta, neste caso é quase que um sinônimo de artista, ou mesmo de gênio (dependendo de seu alcance), aquele que transcende.

Mas o verdadeiro lugar da Poesia/do poeta, que Cortesão defende a partir deste ensaio, é sua potencial sensibilidade intuitiva acessar a essência por trás dos fenômenos, rompendo com a visão aparente e prescrutando até a alma do mundo. O que não deixa de ser a defesa de uma *dialética idealista*, mas muito mais debitária do *intuicionismo* de Bergson e Guyau, do que do racionalismo de Hegel. O capítulo trata-se, portanto, de um *intermezzo* teórico-metodológico (além de poético) de oito páginas,

⁵¹⁹ Ibidem, p. 80.

⁵²⁰ “Essa doença é a *neurastenia*, que foi evidentíssima em Antero e bem definida por Sousa Martins, à parte os competentes exageros no que diz respeito a lesão da vontade, fobias e aberrações do eu, em que há muita falta de interpretação psicológica. Salvo, pois, o que a isto tivermos de referir, deixaremos como está o que Sousa Martins diz sobre a *neurastenia* de Antero.” Ibidem, p. 86.

⁵²¹ Fora publicado integralmente naquele mesmo ano, na revista *A Águia*. Cf. *A Águia: revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica*, Porto, 1 dezembro de 1910, série 1, n. 1. pp. 4-5.

onde a feição lírica de Cortesão é de fato dominante. O que não implica olharmos com atenção a *episteme* por trás dos versos.

Os homens são todos cegos, e os mais cegos ainda são os que tem olhos. Ter olhos só – é cegar. Com eles vemos apenas a face fria e impassível das coisas. E o ouvir e o palpar não passam de imperfeições. [...] Ver é habituarmo-nos a julgar as coisas pelas aparências [...] O homem é o prisioneiro dos seus sentidos, e o Poeta é o que, rompendo esse cárcere para logo caminha liberto, e paira e voa vertiginosamente num perpétuo, surpreso, extasiado deslumbramento pelo mundo imenso, encantado, pululante de maravilhas, que fica para além dessa prisão. Do fruto da Vida roçam os homens apenas a casca, a epiderme uniforme, enquanto os Poetas cravam os dentes, provando mil inéditos sucos, nas profundidades virgens da polpa.⁵²²

Mais do que apenas mergulhar na essência das coisas, o olhar do poeta distinguir-se-ia dos demais especuladores por promover não só o desvelamento do mundo, mas uma verdadeira comunhão com a natureza. O que diferenciava sua proposta das abordagens propriamente científicas, ainda que desnudassem as estruturas dos fenômenos.⁵²³ Esta conceptualização — perene na obra de Jaime Cortesão — pode ser fortemente notada no seu conceito (de matriz franciscana) de *humanismo universalista*.⁵²⁴

Ao contrário do reducionismo científico, no qual se fracionava os homens, os poetas buscariam compreender o espírito como expressão máxima de uma totalidade.

Há em todo o homem uma parcela de Infinito, que por enquanto não podemos reduzir a uma equação. Em todo o homem...; mas quando, por demais, esse homem tem uma tão completa individualidade como a de Antero, quando tantos elementos ha que dissociar na sua obra, e quando uma obra, como a dele, em amplitude e audácia de concepções, em variedade de motivos e em uma nova beleza humana tem tanto de incomensurável, o pobre matemático que tentou fazer a equação é de tal modo temerário que roça pela inconsciência.⁵²⁵

Era a *consciência* e a *intuição* que deveriam guiar o processo de compreensão poética. Por isso, na “psicologia particularíssima” de um gênio (de forma geral), a consciência consistia numa síntese (sempre conflitante) entre: a consciência normal dos homens, a consciência elevada dos artistas, a especulação metafísica dos filósofos.

⁵²² CORTESÃO, Jaime. Op. cit., pp. 89-91.

⁵²³ “Verrier, Newton e Laplace viram sem a luz dos olhos, a distâncias fabulosas, gravitar outros mundos pelo Céu, sentiram-lhes os movimentos e determinaram-lhes as leis; mas os Poetas desvendam, franqueiam outros mundos que estão a nossa volta, sob os nossos pés, ao alcance dos nossos braços, em contato conosco, dentro de nós mesmos e que sendo até aí os vedados e longínquos paraísos, tornam-se assim a habitação comum de todos os homens. [...]” Ibidem. p. 92.

⁵²⁴ Cf. CORTESÃO, Jaime. *O humanismo universalista dos portugueses a síntese histórica e literária*. Lisboa: Portugal Editora, 1965.

⁵²⁵ Ibidem. p. 99

Tudo isso, somado ainda com as individualidades específicas. Mesmo porque nesta concepção os muitos atributos comuns aos gênios deviam convergir nas particularidades de cada caso. Fugindo-se, assim, de reduções e dos *tipos*, e conseguindo efetivamente se aproximar de uma compreensão de figuras como Antero. Era um vasto programa, que o próprio Cortesão reconhece não cumprir na íntegra, mas que não deixa de esboçar nestas páginas e aplicar ao longo do trabalho.⁵²⁶

Prossegue alertando sobre os perigos de uma idealização exagerada. Em seu lirismo sustenta que somos todos feitos do mesmo barro, e mal iria aquele que sonhasse um Antero sem um pouco de argila. Mas pior seria aquele que (sem o sonhar absolutamente perfeito) toma de um “torrão defectivo” o sinal evidente da aberração patológica, numa clara alusão a metáfora de Sousa Martins.⁵²⁷ Ou que então, desconhecendo ou subestimando esta psicologia particularíssima dos gênios, passa a classificar de patológico tudo quanto não caiba na psicologia do homem vulgar.⁵²⁸

Cortesão afirma que o médico desconhecia essa premissa, acabando por imputar a qualquer manifestação (ainda que exaltada a sensibilidade poética), como apenas mais um sintoma mórbido. Mesmo a “cordialidade” e o “espírito de missão” que ora Antero abraçava, ora renegava, ante a necessidade do isolamento criativo, são para Sousa Martins inícios de sintomatologia. Esquecendo-se talvez, de que ele próprio, se analisado sobre tal crivo, teria seus anseios e condutas da reconhecida bondade que o sacralizara, tomados como sintomas de degeneração.⁵²⁹

De todo modo, mais do que apenas defender a premissa da psicologia específica do poeta (ou gênio) frente às teses que pautavam sua natureza mórbida, Cortesão defendia, no fundo — ou mesmo explicitamente — que era preciso ser um poeta para (re)conhecer outro. E mais do que isso, para compreendê-lo efetivamente, através de sua identificação direta para com esse. Estava então implícita a noção guyauniana de *simpatia* como das qualidades primeiras do crítico de arte, que já chamava atenção no começo de sua obra. Sua compreensão desta ideia aparece mais clara na leitura de um elogio que faz ao amigo (também poeta) Teixeira de Pascoaes, publicada em *A Águia* (órgão oficial da *Renascença Portuguesa*) entre abril e maio do ano seguinte (1911).⁵³⁰

⁵²⁶ Ibidem. p. 100.

⁵²⁷ Onde todos os males citados de Antero se espliciriam “*pelo ouro e pelo barro da plastica [daquela] animada estátua*”. MARTINS, Sousa. Op. cit. p. 237.

⁵²⁸ Ibidem. p. 101.

⁵²⁹ Ibidem. p. 104.

⁵³⁰ Cf. CORTESÃO, Jaime. “O poeta Teixeira de Pascoaes”, *A Águia*, Porto, série I, a. 1; parte I: abril de 1911, n. 8, pp. 8-11; parte II: maio de 1911, n. 9, pp. 1 e 2.

Se para falar dum grande Poeta fôsse mister ter ânimo frio e ponderado, ser de neve, e trazer a meio da Alma o fiel duma balança, eu arrojara desde já a pena das minhas mãos, [...] Mas um Poeta só é verdadeiramente grande quando tem o raro heroísmo de encarar a Vida de fito e a toda altura e quando, depois de tanto afundar os seus nos olhos dessa eterna esfinje, pode em fugacíssimos momentos de sideração ajustar as suas naquelas pupilas, fundindo assim os dois, olhares nesse mesmo raio de luz que desvirjiniza os mistérios. [...] A esses, para os compreender, o que se torna mister é ama-los e, para atingir a clarividência das suas verdades, erguer a nossa até a sua Alma em estos de admiração [...] e só ela pode levar o equilíbrio a essas súbitas mudanças de nível que o gênio produz na Humanidade. [...] Assim, quem admira torna a criar, e para bem sentir a obra dum Poeta é necessário conquistar para nós a sua consciência, reviver o seu mundo interior, fundir, por assim dizer, as duas vidas no abraço duma larga simpatia.⁵³¹

Mais do que qualidade de crítico, procura definir essa abordagem como um “método legítimo”.⁵³² Aplicando-a primeiramente à Arte, que já considerava em si um meio de tomar a realidade, numa verdadeira teoria acerca do gênio e da criação artística, que terá depois importantes desdobramentos em sua visão religiosa, programa intelectual e sobretudo em sua visão da história.

Chamava tal método de “intuição artística”.⁵³³ Seria a sua contraproposta à visão materialista e positivista da Arte e da Vida, no seu reducionismo de dogmas *antipáticos* e esterilizantes. Que dissecavam poetas nas mesas de autópsia e maceravam a poesia em seus cadinhos, como queixava-se no elogio a Pascoaes, e como denunciava Antero. Ainda que a proposta pudesse soar estranha ao leitor, Cortesão adverte que suas ideias comungam com as de grandes filósofos e psicólogos. E cita aquele que considera um dos maiores: Henri Bergson. Não chega a fazer referência direta à nenhuma obra, mas pode-se averiguar que os trechos que compila foram retirados de *Le Rire: essai sur la signification du comique* (1900), especificamente do seu terceiro e último capítulo “A comicidade de caráter”.⁵³⁴

A proposta do filósofo espiritualista francês — que tanto influenciaria o século XX — partia de uma espécie de novo humanismo: o homem como medida do mundo.

⁵³¹ Ibidem, parte I: abril de 1911, n. 8, p. 8.

⁵³² Cf. CORTESSÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. p.105.

⁵³³ Ibidem, p. 105.

⁵³⁴ Cita no original em francês, o que corresponde na edição brasileira: “Mas o que vejo e ouço do mundo exterior é simplesmente o que meus sentidos dele extraem para aclarar minha conduta; o que conheço de mim mesmo é o que aflora à superfície, o que toma parte da ação. Meus sentidos e minha consciência, portanto, só me entregam da realidade uma simplificação prática. [...] E não são apenas os objetos exteriores; são também nossos próprios estados d'alma que se furtam a nós naquilo que têm de íntimo, pessoal, originalmente vivenciado. [...] A arte com certeza não passa de uma visão mais direta da realidade. Mas essa pureza de percepção implica uma ruptura com a convenção utilitária, um desinteresse inato e especialmente localizado do sentido ou da consciência, enfim certa imaterialidade de de vida, que é aquilo a que sempre se deu o nome de idealismo. De tal modo que se poderia dizer, sem brincar de modo algum com o sentido das palavras, que o realismo está na obra quando o idealismo está na alma, e que é só graças à idealidade que retomamos contato com a realidade.” BERGSON, Henri. *O riso. Ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. pp. 114-118.

Mas naquilo que teria de mais sensível e íntimo, como inclusive *o riso*, tomado como expressão de uma individualidade no meio social, enquanto uma naturalização do *espírito*.⁵³⁵ Isso porque, para Bergson, todos os fenômenos manifestos pela realidade só poderiam ser aprendidos através da *consciência* individual da experiência humana, o que aproxima seu pensamento da Fenomenologia de Edmund Husserl, mas menos empirista que este, talvez. Cabe se considerar que ambas correntes representavam a retomada do idealismo frente ao materialismo positivista, mas não somente. Bergson não nega o contato empírico como origem autêntica do processo de conhecimento. Advogava, porém, que deveria ser um empirismo de natureza mais elevada, fundado na subjetividade interior do sujeito, tão irrecusável quanto experiência sensorial. O intelecto, embora fosse passagem necessária para essa apropriação autêntica, não se basta, dada sua origem e os limites de sua vocação pragmática.⁵³⁶

Os métodos e preceitos da Ciência moderna impactaram de forma irrevogável praticamente todas as áreas do conhecimento, de modo que a própria metafísica era reequacionada como um fenômeno de origem humana e natural (e não mais uma expressão divina). Contudo, a consolidação deste pensamento justamente se dará na transposição dos grande esquemas teóricos do Cientismo para um campos mais específicos e experimentais, como a Psicologia.⁵³⁷ Em síntese, o conhecimento não era apenas a observação sistemática de um fenômeno e consequente descrição de sua regularidade, com o objetivo de inferir (indutivamente) leis gerais. Era preciso penetrar na essência deste fenômeno, e até mesmo irmanar-se dele. O que somente se daria pelo método da *intuição*.

Neste sentido, Bergson questiona-se acerca da validade da Arte, afirmando que se nossa experiência sensorial (e mesmo intelectual), pudessem acessar de imediato a realidade, fazendo-nos entrar em comunicação direta com as coisas e com nossa própria consciência, a Arte então seria inútil. Ou indaga se talvez não seríamos todos

⁵³⁵ A esse respeito, bem como a aproximação do pensamento de Bergson com a fenomenologia husserliana, ver TOURINHO, Carlos Diógenes. “Sobre a relação entre o espiritualismo de Bergson e a fenomenologia de Husserl nas origens da filosofia contemporânea”, *Dissertatio: revista de filosofia*, Pelotas, 2016, v. suplementar 4, p. 156-171. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/10101>>. Acesso em: 07/04/2018.

⁵³⁶ SAYEGH, Astrid. *Bergson. O método intuitivo: uma abordagem positiva do espírito*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 13.

⁵³⁷ Lembrando que Cortesão já reivindicava a pertinência desta área para a compreensão do gênio de um ponto de vista científico. “Depois é certo que a medicina para fazer a crítica da Arte tem de se ajudar numa das suas ciências auxiliares — a Psicologia, que como ciência experimental, não obstante os últimos estudos de psicologia mórbida, esta ainda numa tenra infância. Prova isto bem desde já que os direitos da Medicina a fazer uma crítica científica, são por enquanto muito reduzidos e condicionados, e isso mesmo foi visto claramente por alguns médicos que nobremente se insurgiram contra as pretensões da chamada crítica científica.” CORTESÃO, Jaime, Op. cit. p. 25. Na mesma obra ver ainda p. 24 (onde observa que mesmo com os avanços era preciso reconhecer os limites da Psicologia) e p. 80 (na qual retorna a se investir dos critérios psicológicos para criticar a concepção da suposta inaptidão racial dos portugueses à faculdade especulativa).

artistas, pois nossa alma vibraria continuamente em uníssono com a natureza.⁵³⁸ Ocorre que o mundo e seus constantes estímulos pairam à nossa frente. E constantemente somos tomados por nossa “vida interior”. Mas ainda assim, nada disso tudo nos é percebido distintamente. Isso porque, segundo o filósofo: entre nós e a natureza — melhor dizendo, entre nós e nossa própria consciência (que é a forma com a qual acessamos a natureza) — interpõe-se um véu “*espesso para o comum dos homens, véu leve, quase transparente, para o artista e o poeta.*”⁵³⁹

A metáfora de uma *realidade velada*, que só nos é acessível por meio da intuição, sendo essa a faculdade por excelência do artista, poeta, gênio, são preceitos chave desta compreensão bergsoniana a que Cortesão procura se filiar. Tais preceitos, por sua vez, tem para nós clara origem na ideia da primazia da vontade sobre o conhecimento do real, de Schopenhauer.⁵⁴⁰ Aliás, a maior parte dos termos utilizados por Bergson já constam na obra do pessimista romântico, e também influenciarão largamente outros filósofos contemporâneos, como Nietzsche e os existencialistas.

Ainda nas considerações de Bergson, a vida no seu utilitarismo prático (que o cotidiano da modernidade ressaltava sobre todas as demais esferas do humano) faz-nos perceber do mundo apenas o que os sentidos mais elementares lhe extraem. E conhecer de nós mesmos somente o que aflora à superfície e que toma parte à ação. Sendo assim, nossos sentidos só nos entregam da realidade uma simplificação prática, não só dos objetos do mundo exterior, mas também de nosso próprio estado de alma. Por conseguinte, se nos libertássemos deste impulso imediato (deste reflexo utilitário) e transcendêssemos essa banalidade surgiria: o grande artista, jamais visto. Excelente em todas as artes. Ou melhor, que fundi-las-ia todas numa só: percebendo todas as coisas em sua pureza original (sejam as formas, as cores e os sons do mundo material quanto os mais sutis movimentos da psique). Mas ao fim, admite que seria demais pedi-lo à natureza.⁵⁴¹

⁵³⁸ BERGSON, Henri. Op. cit. p. 112.

⁵³⁹ Ibidem, p. 114.

⁵⁴⁰ Cf. SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: UNESP, 2005. Especialmente, sobre intuição, ver o livro primeiro “A representação submetida ao princípio da razão: o objeto da experiência e da ciência”, pp. 41-148. E, sobre o gênio, a parte inicial do livro terceiro: “A representação independente do princípio de razão: a ideia platônica: o objeto da arte”, pp. 236-519.

⁵⁴¹ E mais, “*se esse desapego fosse completo, se a alma já não aderisse à ação por nenhuma de suas, percepções, ela seria a alma de um artista como o mundo nunca viu ainda. Seria a mais excelente em todas as artes ao mesmo tempo, ou melhor, ela as fundiria todas numa só. Perceberia todas as coisas em sua pureza original, tanto as formas, as cores e os sons do mundo material quanto os mais sutis movimentos da vida interior. Mas é pedir demais à natureza. Mesmo para aqueles dentre nós que ela fez artistas só acidentalmente, e de um só lado, ela ergueu o véu. Foi só numa direção que ela esqueceu de vincular a percepção à necessidade. E, como cada direção corresponde ao que chamamos de sentido, é por um de seus sentidos, e só por ele, que o artista se dedica ordinariamente à arte.*” BERGSON, Henri. Op. cit., p.116.

Isto posto, fosse na pintura, escultura, poesia ou música, a Arte não teria outro objetivo senão o de afastar símbolos úteis do ponto de vista prático (das generalidades convencional e socialmente aceitas). Enfim, tudo o que mascara o real para nos colocar face a face com a “realidade mesma”. A partir de um mal-entendido sobre esse ponto é que Bergson suspeita que teria nascido o falso antagonismo entre *realismo* e *idealismo* no campo estético.⁵⁴²

A *intuição artística* seria então uma forma de conhecimento que penetra no interior do objeto de modo imediato. Isto é, sem o ato de “analisar” e “traduzir”. A análise é o recorte da realidade (mediação entre sujeito e objeto). A tradução é a composição de signos e símbolos (que, analogamente à linguagem, servem de mediadores). Somente a intuição poderia garantir uma coincidência imediata com o real sem o uso de símbolos nem de repartições analíticas. Finalmente, a *intuição* em Bergson, pode ser entendida como uma experiência metafísica e estética que busca constituir o verdadeiro conhecimento intuitiva e emocionalmente através daquilo despertado pelo objeto em nossa sensação interior. E não diretamente do intelecto (racional e intelectivamente).⁵⁴³

Em linha semelhante caminhava o pensamento de Benedetto Croce, que também propunha um método intuitivo da análise estética, sintetizado em *Estetica come Scienza dell'Espressione e Linguistica Generale* (1902)⁵⁴⁴. Nesta obra, há diversos pontos de contato com os posicionamentos de Bergson, a quem, todavia, critica pela distinção que faz (em *O Riso*) quando considera a expressão artística como fenômeno deslocado da linguagem comum. Croce também problematiza a ideia do gênio na arte e menciona o projeto da estética sociológica de Guyau em torno de seu conceito de *simpatia social*. Na magnitude de uma via de superação dos modelos até então existentes: a estética do *ideal* (Platão) e da *percepção* (Kant).⁵⁴⁵ Apesar das proximidade com as ideias defendidas por Cortesão, nesta altura o poeta português parecia ainda não ter tido contato com a obra deste filósofo italiano, a quem futuramente tomaria de empréstimo a noção do *presentismo* em *História*.⁵⁴⁶

⁵⁴² Prossegue: “A arte com certeza não passa de uma visão mais direta da realidade. Mas essa pureza de percepção implica uma ruptura com a convenção utilitária, um desinteresse inato e especialmente localizado do sentido ou da consciência, enfim certa imaterialidade de vida, que é aquilo a que sempre se deu o nome de idealismo. De tal modo que se poderia dizer, sem brincar de modo algum com o sentido das palavras, que o realismo está na obra quando o idealismo está na alma, e que é só graças à idealidade que retomamos contato com a realidade.” Ibidem, pp. 117-118.

⁵⁴³ Sobre o método intuitivo de Bergson, V. tb. SAYEGH, Astrid. Op. cit., especialmente pp. 42-45.

⁵⁴⁴ CROCE, Benedetto. Op. cit. Ver, especialmente, capítulos 1 e 2: pp. 27-35; pp. 36-44.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 375.

⁵⁴⁶ CORTESÃO, Jaime; CAEIROS; Igreja. Entrevista de Jaime Cortesão a Igrejas Caeiro no programa ‘perfil de um artista’. In: SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal. Póvoa de Varzim:

É sabido que o filósofo Leonardo Coimbra — a quem Cortesão conhecia desde a greve académica de 1907 — fora provavelmente o maior divulgador do pensamento bergsoniano em Portugal. Seu movimento filosófico chamado *Criacionismo* servira-se largamente das propostas e métodos da Escola espiritualista francesa, ainda que por vezes divergindo do mestre, no que diz respeito a sua proposta de superação do materialismo positivista.⁵⁴⁷ É uma aposta segura acreditar que talvez ele tenha sido a via de acesso pela qual Cortesão aproximou-se de autores como Bergson, William James, entre outros de linhagem teórica semelhantes.

* * *

Retomando *A Arte e a Medicina*, vemos Cortesão ridicularizar a enorme lista das supostas fobias de Antero, catalogadas por Sousa Martins. Ele a classifica como um novo conjunto imprecisões, que nada trariam de preciso ou relevante para uma análise efetiva do poeta.⁵⁴⁸ Desconcerta-se sobremaneira com a conclusão a que tais imprecisões levavam: “*por aperfeiçoamento de todos os seus mórbidos horrores, caiu Anthero na pantophobia, no medo de tudo[...]*”.⁵⁴⁹ Conforme sugere Cortesão (e podemos observar no Capítulo 2), foi desta “fobia universal” que o autor da *Nosografia* (em suas páginas seguintes) derivaria, como troncos da mesma árvore: o *pessimismo* do poeta, o *psiquismo* do filósofo e o suicídio do desvairado.⁵⁵⁰ “*É tão fácil arranjar etiquetas e colá-las a esmo, seja lá onde for...*”⁵⁵¹

Sem deixar de contrapor-se sistematicamente aos argumentos de Sousa Martins, deste momento da obra em diante, irá coordenar seu desmonte àquelas hipóteses com a construção de sua própria interpretação acerca da vida e trágico fim de Antero. Não eram a insularidade dos cruzamentos ancestrais, nem os *tics* e fobias (enquanto traços de degeneração) que dariam o complicado corolário daquilo que assolava o poeta. E

Fundação Eng. António de Almenida, 1993. pp. 337-353 (anexo B) p. 343. Aliás, por aqueles anos só encontramos o nome de Croce apenas uma única vez citado nos periódicos da Renascença. Cf. SÉRGIO, António. “Epístolas aos saudosistas”, *A Águia*, Porto, outubro de 1913, série II, v. IV, n. 22. p. 103.

⁵⁴⁷ Ver ROCHA, Afonso. Prefácio. In: COIMBRA, Leonardo. *Obras completas*. Lisboa: INCM, 2014. v. VIII, pp. 11-25.

⁵⁴⁸ “*Mas quê? Sousa Martins, não havendo termo que correspondesse àquele novo horror, procura um helenista amigo, que o livra desses apuros de sábio, e assim arranja a... efodiofobia! E assim por diante.*” CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 110.

⁵⁴⁹ MARTINS, Sousa. *Nosographia de Antero* In: VÁRIOS. *Antero de Quental. In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. pp. 219-314. p. 269.

⁵⁵⁰ CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 141.

⁵⁵¹ *Ibidem*, p. 110.

sim as complexas manifestações, na simultaneidade de artista e de filósofo, em Antero que davam, em parte, a chave do seu complicado enigma psicológico.

A faculdade imaginativa e o poder de abstração, as ânsias de Beleza e de Perfeição, e as investigações excruciantes da Verdade, um profundo sentimento e uma poderosa razão, não só foram os alentos geradores da sua forma original em Arte, como são a causa e a origem das suas crises morais das suas dúvidas, das suas oscilações e dos seus desesperos.⁵⁵²

Na sua competência de poeta e crítico literário, Cortesão — novamente na companhia de António Sérgio — vai julgar a poesia de Antero em sentido outro, quando não oposto, de seus detratores, Sousa Martins e Teófilo Braga. E até mesmo de seu amigo, Oliveira Martins, que no prefácio da edição dos *Sonetos* (de Antero) haveria lhe deturpado o sentido.⁵⁵³ Cortesão também compila alguns trechos de poemas vários, não no intuito de construir um prontuário, mas de expor a sensibilidade das imagens noturnas que atormentavam seu criador. Para ele, “*Antero não via as ‘formas e as aparências’; tinha o poder, apenas concedido aos mais altos poetas, de ver a face às essências, ver a realidade para além da superfície das coisas, e de pairar entre ideias e espíritos*”. Faculdade a que António Sérgio teria definido como a “divina palidez” de seus versos. Mas que Sousa Martins via como o “subjetivismo exagerado” que lhe vetava a capacidade de objetificação.⁵⁵⁴

Eça de Queirós chamava-lhe um Santo, e Guerra Junqueiro diz: ‘Houve, em germen em Antero, um santo, um filósofo e um herói’, e todos os que o conheceram são unânimes em lhe exaltar a perfeição moral, a não ser aqueles, que, como Teófilo Braga, vão procurar mostras de deslealdade nos seus ataques ao positivismo. Em toda a sua vida, como móbil dos seus atos se denuncia clarivamente o elemento afectivo, É ver o seu entusiasmo pela ‘Ideia Nova’, pela Revolução Social, pela Internacional, em cuja obra cooperou, como por todos os movimentos operários e pelos escritores socialistas, e em especial Proudhon, a quem chamou *O Mestre*.⁵⁵⁵

Também nos trabalhos filosóficos de Antero fora Sousa Martins colher os sintomas e as oscilações de sua neurastenia. É assim que o pessimismo (traço forte de suas elucubrações da maturidade, como o será em tantos filósofos entre o XIX e XX) acaba rebaixado ao caráter vesânico de uma doença. Cortesão adverte que um estudo

⁵⁵² Ibidem, pp. 110-111.

⁵⁵³ “[...] Dizer que o sentimento que precedeu a criação destes versos é uma liga íntima de piedade e de ironia, é em Oliveira Martins a pretensão de explicar a psicologia alheia pelo ceticismo pessoal, deturpando e desviando assim para uma esfera psicológica inferior profundo e religioso sentido daquelas duas belas, entre as mais belas composições de Antero.” Ibidem, p. 118.

⁵⁵⁴ Ibidem, pp. 113-114.

⁵⁵⁵ Ibidem, pp. 119-120.

acerca da filosofia de Antero, ainda que fragmentada, excedia suas forças (e ainda estava por se fazer).

De toda forma, não se furtaria à algumas observações. Enumera assim alguns ensaios, com destaque para *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XX* e para a famosa *Carta Autobiográfica* (1887) — enviada a Wilhelm Storck, escritor alemão e tradutor de Camões para aquele idioma. Sendo estes os dois principais documentos se compreender seu pensamento filosófico, conclui que tanto o combate de Antero ao naturalismo, quanto outras tendências, já antecipavam o que surgiria na filosofia europeia posteriormente. Referindo-se, mais especificamente, a *Le mouvement idéaliste et la réaction contre la science positive* (1896), de Fouillée.⁵⁵⁶

Alfred Fouillée é hoje, literalmente: um “ilustre desconhecido”, apesar de à sua época ter sido um autor de enorme repercussão.⁵⁵⁷ Embora tenha estruturado seu pensamento em torno de conceitos chave, como o de “ideia-força”, deixou uma obra bastante dispersa, o que provavelmente tenha lhe enfraquecido uma projeção mais duradoura. Seu projeto filosófico aparece inicialmente como uma tentativa de reconciliar positivismo e idealismo. Daquele mantém o método e a lugar da ciência enquanto um modo privilegiado do conhecimento e deste partirá sua abordagem da consciência como origem dos impulsos humanos, não como um epifenômeno e sim parte da própria realidade natural. Postulava assim um *positivismo espiritualista*, uma espécie de metafísica baseada na Ciência.⁵⁵⁸ Por sua vez, a consciência exprimir-se-ia através das *ideias-força*, noção que enfatiza a natureza ativa e criadora da mente, que por meio destes impulsos transmuta a ideia em ação consciente não por algum processo transcendente, mas pela manifestação externa dos anseios psicológicos dos indivíduos. Por isso, a Psicologia será um meio de acesso privilegiado à consciência e, por conseguinte, a estas *ideias-força*, que são a essência do real.

Soma-se à esta concepção filosófica seu trabalho junto à sistematização do nascente campo da Sociologia. Trabalho este no qual Fouillée aplica suas teorias para a compreensão dos momentos críticos de seu tempo substituindo o determinismo de tipo biológico e geográfico pelo viés de um fatalismo psicológico e histórico que teria a levado a *degeneração* do caráter nacional. Diferentemente dos naturalistas, ele não pensa a degeneração em termos biológicos de morbidez nos indivíduos, mas sim como

⁵⁵⁶ Ibidem, pp. 142-143.

⁵⁵⁷ GAULIN, Morgan. “Un illustre oublié: Alfred Fouillée, de platon aux idées-forces”, *French Studies Bulletin*, 1 de março de 2008, v. 29, n. 106, pp. 17–19. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/frebul/ktn006>>. Acesso em: 19/02/2018. Cf. tb. CARDIA, Sottomayor, Op. cit., p. 448.

⁵⁵⁸ CARDIA, Sottomayor, Op. cit., p. 449

um problema coletivo de ordem moral. Resultava disso uma *sociologia reformista* (segundo seus próprios termos) e elitista que condenava os movimentos massivos e ou revolucionários, procurando assim uma terceira via entre o individualismo liberal e o socialismo operário numa perspectiva de cooperativismo e solidarismo (que dá nome à corrente a qual é comumente associado: *Solidarismo francês*). Daí também resulta sua concepção do papel da *intelligentsia* nacional em fazer a pátria tomar consciência de si, ou seja, retomar as *ideias-força* que deveriam elevá-la a um próximo estágio evolutivo de civilização.

Em Portugal, Fouillée dispunha de grande audiência⁵⁵⁹ e referências ao filósofo eram constantes nas páginas de *A Águia* e *A Vida Portuguesa* (ambas vinculadas ao grupo da *Renascença Portuguesa*) pelo menos durante as décadas de 1910 e 20 ao ponto em que Pessoa homenageou-o no poema *Ultimatum* (de Álvaro de Campos)⁵⁶⁰. Aos poucos, seu nome vai desaparecendo e nos futuros *seareiros* sua permanência em António Sérgio⁵⁶¹ será maior do que em Cortesão. De todo modo, mesmo que não se valendo do conceito de ideia-força, seu sentido será incorporado à matriz do pensamento de Cortesão, à sua filosofia da história e à noção do papel do gênio individual ou coletivo, como expressão ativa desse impulso vontade (pensamento transmutado em ação).⁵⁶² Ainda, o papel que o filósofo atribuía à elite intelectual na construção da consciência nacional, dialogando com outros pensadores de seu tempo, era um traço forte do programa político e projeto editorial da *Seara Nova*, como se verá adiante. No Brasil, a obra de Fouillée parece ter influenciado largamente a Oliveira Vianna.⁵⁶³

A menção a Fouillée (e à essa obra específica sobre a reação idealista ao positivismo) parece ser utilizada por Cortesão no sentido de conciliar a posição do idealismo com a Ciência. Afinal, essa geração mesmo em suas expressões mais neorromânticas não pretendia negar o realismo de 1970 nem romper como avanço científico. Queriam apenas equacionar cada traço dessas abordagens levando em conta

⁵⁵⁹ Ibidem, pp. 450-452.

⁵⁶⁰ “[...] Onde estão os antigos, as forças, os homens, os guias, os guardas?/ Vão aos cemitérios, que hoje são só nomes nas lápides!/ Agora a philosophia é o ter morrido Fouillée! [...]” CAMPOS, Álvaro de (heter.). “Ultimatum”, *Portugal futurista*, Lisboa, novembro de 1917, n. 1, pp. 30-34. p. 31. A revista teria apenas este número.

⁵⁶¹ CARDIA, Sottomayor. Op. cit., p. 449 et seq.

⁵⁶² SANTOS, Alfredo Riberiro. Op. cit. pp. 41-42

⁵⁶³ Como demonstra Maria Stella Bresciani em seu esclarecedor trabalho, que é aliás uma das raras análises acessíveis acerca do pensamento de Alfred Fouillée. Cf. BRESCIANI, Maria S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2007. Sobre tudo pp. 57-60, 201, e seu capítulo sexto, pp. 367-453 (justamente sobre a influência do *solidarismo francês* em Oliveira Viana).

a teoria das sensações e a possibilidades do gênio artístico como potencializadores destas *ideias-forças*. Já quanto ao *desaparecimento* de Fouillée, este não será único. Conforme o pensamento destes autores amadurece, procuram-se autonomizar de suas influências, incorporando-as às suas próprias ideias e expressando-as com vocabulário próprio.

Ou ainda, preferindo referenciar-se uns aos outros, num circuito mais fechado de ideias que passa a figurar nas suas revistas de ideias. Até mesmo num clima de nacionalismo intelectual que se reacendia com a guerra (como já se comentou em relação a Nietzsche). Há também outras influências, de menor relevância, mas que ainda assim aparecem citados em *A Arte e a Medicina*. Ou, que ao menos se sugere, que naquele momento tiveram alguma incidência em Cortesão (mais especificamente no pensamento que conduziu a essa concepção de Arte). Como os escritos de Liev Tolstoi, principalmente, *O Que é Arte?* (1898), do dramaturgo simbolista belga Maurice Maeterlinck, *Poésie et folie: essai de psychologie et de critique* (1908) dos psiquiatras Léon Charles Alexandre Antheaume e Gabriel Dromard, para ficarmos nos principais.⁵⁶⁴

Na proposta de *reabilitação* da obra filosófica de Antero, além de questionar essa falsa ruptura entre Arte e Ciência, Cortesão pretendia tirá-la do espectro de um pessimismo letárgico. Bem mais tarde, já no seu exílio no Brasil, Cortesão apresenta no dia 18 de abril de 1942 no Rio de Janeiro, uma de suas primeiras grandes conferências em terras brasileiras. *Remorso Pela Morte de Antero*, foi proferida na sequência da comunicação do amigo, o poeta Manuel Bandeira. Realizadas no âmbito das comemorações pelo Centenário de Antero de Quental, foram posteriormente publicadas em uma única separata dos cadernos da *Seara Nova*.⁵⁶⁵ Aqui Cortesão — não mais jovem poeta estudante de medicina — volta a se referir às *As Tendências Gerais da Filosofia* enquanto a melhor obra em prosa de Antero, “*por certo a mais pura e elevada afirmação do seu espírito*”.⁵⁶⁶

Diferente da maior parte da tradição anterior que apontariam *As Causas da Decadência*, Cortesão critica o excesso de pessimismo histórico do poeta que (excedendo seus próprios ensaios) ensombra e deturpa a escrita da história de Oliveira

⁵⁶⁴ LOPES, Oscar (coord.). *Jaime Cortesão*. Lisboa: Arcádia, 1962. p. 14.

⁵⁶⁵ BANDEIRA, Manuel; Cortesão, Jaime. *Glória de Antero*. Lisboa: Cadernos Seara Nova, 1943.

⁵⁶⁶ CORTESÃO, Jaime. *Remorso pela morte de Antero*. In: BANDEIRA, Manuel; CORTESÃO, Jaime. Op. cit. pp. 19-47. pp. 33-34.

Martins.⁵⁶⁷ Preferindo de fato a idealização sublime dos sonetos e a prosa crítica e construtiva do último trabalho do poeta. Julgava que só o fato de Antero ter influenciado diretamente os três maiores escritores subsequentes (Oliveira Martins, Eça e Guerra Junqueiro) já bastaria para assinalar seu vigor como pensador e escritor, mas que suas ideias filosóficas manifestaram-se também na sua ação social e política.⁵⁶⁸ Cortesão encerra sua comunicação dizendo que o ensaio de Antero termina com um hino à renúncia⁵⁶⁹ das páginas mais belas que já teriam se escrito em língua portuguesa: “*Raras vezes, o artista, o pensador e o místico, que coexistiam em Antero, terão fundido e vasado em moldes tão puros suas veementes aspirações de beleza, verdade e perfeição.*”⁵⁷⁰

Por isso é trinta anos antes, na tese de licenciatura Cortesão já se perguntava como é que um homem que imprimira aquelas palavras finais em seu testamento filosófico “*com os dilatados olhos de um ideal de bondade poderia encarar a vida humana sem as lágrimas em assomos de angustiosa tristeza?*”. Para ele, as causas do pessimismo de Antero residiam no anseio idealista de sua visão interior contrastando com o espetáculo do mundo externo. Estes contornos díspares entre plano ideal e realidade, era elemento gerador da tristeza em todos os poetas. Nada obstante, pareciam intensificar-se neste caso, onde “*projeções e idealismo encarnam tão vastas e apaixonadas inspirações de justiça social, ânsias pelo aperfeiçoamento humano, e desejos de ver de novo sua raça encontrar um nobre lugar entre a humanidade.*” Projeções, ânsias e desejos que repetidas vezes se deparava com decepções frequentes

⁵⁶⁷ Queixa semelhante faz em CORTESÃO, Jaime. A geografia e a economia da Restauração. In: _____. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses, e outros ensaios*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. pp. 46-66. p. 65.

⁵⁶⁸ “*Não esqueçamos também que Tendências gerais da filosofia no século XIX são, em meio de toda a sua obra, a parte mais solidamente construída, em que ele atinge os mais sublimes cumes do pensamento, e a que por sua vez influuiu na fase filosofante de Guerra Junqueiro. Quere dizer; os três maiores escritores portugueses, depois dele, na sua geração, sofreram profundamente a sua influência. Isto bastaria para assinalar o vigor da sua personalidade como escritor e pensador. Como político, Antero não desdiz do filósofo, pois professou um socialismo anti-materialista e anti-autoritário, — doutrina idealista de fundamento moral e disciplina interior.*” Ibidem, p. 43.

⁵⁶⁹ “*Cessasse um só instante esse culto, esse holocausto do egoísmo nas aras do ideal, e imediatamente toda a vida moral se suspenderia: no instante seguinte ter-se-ia dissolvido. O mundo moral só subsiste por esta renúncia. Ela enche de intrepidez o coração dos heróis, de constância a vontade dos justos, de união a alma dos santos. Ela dá aos simples a candura e a graça; dá aos humildes a dedicação sem alardes; a uns e a outros o perfume da virtude que se ignora. Ela é a inspiradora secreta da grande arte como do grande pensamento. Essa pouca justiça, que consegue penetrar neste mundo de luta, cegueira e egoísmo, vem toda dali, porque só ali tem a sua raiz profunda. Superior ao destino, vencedora da fatalidade, mais profunda do que toda a ciência e toda a especulação, só ela torna patente o íntimo segredo das coisas e é, em si mesma, a única verdade evidente, o único saber sem dúvidas nem obscuridades. Ela vence a morte, porque faz compreender a significação do êxito final e apreciar quanto ele vale. Se pois a perfeita virtude, a renúncia a todo o egoísmo, define completamente a liberdade, e se a liberdade é a inspiração secreta das coisas e o fim último do universo, concluamos que a santidade é o termo de toda a evolução, e que o universo não existe nem se move senão para chegar a este supremo resultado. O drama do ser termina na libertação final pelo bem.*” Ibidem, p. 46.

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 47.

de uma realidade desesperançosa.⁵⁷¹

Foi o que aconteceu com Antero. As mais nobres esperanças da sua vida são marcadas por desilusões cruelíssimas. E tinha de ser. Se o Poeta é o que mais alto se eleva nas regiões duma sonhada Beleza, abrindo aí a Alma às mais sublimes venturas, também depois ao voltar, reconhecendo a imperfeição de tudo quanto o rodeia e a sua impotência para realizar de pronto o ideal entrevisto, será maior o sofrimento, correspondendo em intensidade dolorosa à grandeza d'Alma, que o experimenta.⁵⁷²

Ou seja, nem era toda a filosofia de Antero mero reflexo de seu pessimismo, tampouco era esta sua fobia manifesta em sistema filosófico, conforme sugeria Sousa Martins.⁵⁷³ Para além do “fantasmático sintoma mórbido”, se houver, deveriam pesar ainda mais as razões de ordem existencial que condicionam ao pessimismo, vários pensadores o confirmam. Como o próprio Antero escrevera: “*as tristezas humanas são em si mesmas uma grande escola de filosofia; quem nunca chorou em vão pensará.*”⁵⁷⁴

* * *

E o suicídio de Antero? Sousa Martins insistia que o pessimismo filosófico e a *ideia de morte* — como motivo poético — em Antero fosse não só mais uns dos seus variadíssimos sintomas patológicos, mas também o prenúncio de seu triste desfecho.⁵⁷⁵

Antero, ainda mal não fôra preso da primeira, resvalou na segunda — e fez voar os miolos.
Foi livre, nisso ao menos?
De modo nenhum... Um doente, apenas.
Não se suicida quem quer, nem pessoa alguma tem a liberdade de não se suicidar.
O suicídio é sempre e simultaneamente um sinal e um efeito de errada mentalidade.⁵⁷⁶

Embora indiscutível os estados depressivos que há muito carregava o poeta e o desespero que o tomara por aqueles dias, o que Cortesão procura fazer neste último capítulo é desatribuir o gesto final de Antero da causalidades mecanicistas de um organismo degenerado tencionado a se auto eliminar. Ao contrário de Sousa Martins,

⁵⁷¹ CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. pp. 149-151.

⁵⁷² Ibidem, p. 151.

⁵⁷³ “Num espírito avezado ao transcendentalismo, a fobia geral havia necessariamente de se definir em um sistema filosófico. Outro não podia ser senão o pessimismo.” Sousa Martins apud CORTESÃO, Jaime. Op. cit. p. 145.

⁵⁷⁴ Antero de Quental apud CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 153.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 157.

⁵⁷⁶ MARTINS, Sousa. Op. cit., p. 300.

entendia que o suicídio “*é muitas vezes um alto dever e a maneira única de ser compatível com uma vida, toda de nobre atividade em vista dum Ideal a realizar.*”⁵⁷⁷ Estando a história repleta de suicídios e sacrifícios pessoais que representam o cumprimento de um nobre dever houve os que se mataram “*para não ter que combater contra a pátria; outros para não a atraiçoar, e outros ainda no desgosto violento dos reveses por ela sofridos*” (lembrando que o ocorrido com Almirante Reis se dera em um par de meses antes). E replica: “*ou será que a traição e a cobardia não passem de sinal e efeito de errada mentalidade?*”⁵⁷⁸

Prossegue com exemplos do que julga digno do ato da autoquíria⁵⁷⁹, sem deixar de mencionar “*aqueles que, como alguns sábios gregos, atacados de doenças incuráveis, reduzidos a uma impotência humilhante, a uma miséria repugnante, se matam porque a sua virtude lhes não consegue que vivam por preço tão vil?*”⁵⁸⁰ Neste último, de forma discreta e respeitosa — que foi como o assunto foi tratado à época, diferente do caso de Antero — estaria remetendo ao próprio Sousa Martins o qual um ano após a publicação da *Nosografia*, viria a suicidar-se com uma injeção de morfina em 1897.⁵⁸¹ Em nenhum momento da tese Cortesão faz qualquer menção direta a este acontecimento, a não ser, até como forma de absolvição, nesta passagem. Não se valer deste fato para contrapor os próprios argumentos de Sousa Martins revela-nos muito da integridade moral do autor.

Cortesão não acredita, contudo, que seja possível determinar com exatidão as razões do suicídio de Antero “*Nem pelo critério simplista de Sousa Martins nem mesmo indagando e somando desgostos íntimos, combinados com sofrimentos físicos e fatores externos*”, como, por exemplo, o estado da atmosfera sugestão de José Bensaúde.⁵⁸² A psicologia de Antero, por mais elevada e super-humana que a tomássemos, em vários momentos escaparia tanto aos meios de investigação clínica

⁵⁷⁷ CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 160.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 161.

⁵⁷⁹ “*E os que cheios de um nobre orgulho se matam para não sofrer infames sentenças de morte? [...] E os que se matam porque, Almas amantíssimas, não querem sobreviver ao malogro trágico do seu Amor, como a esposa de Sêneca, não querendo sobreviver ao filósofo? E aqueles que, como Buiça e Costa [regicidas de 1908], se matam, matando, numa ânsia libertadora, de quem não pode suportar mais tempo uma passividade gregária?*” Ibidem, p.161.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 161.

⁵⁸¹ A motivação teria sido por conta de duas doenças letais que carregava, a Tuberculose, em fase avançada — que contraiu devido a grande exposição aos doentes — e uma lesão no coração, talvez originada pela primeira. Lembrando que Sousa Martins foi um dos principais idealizadores dos sanatórios portugueses específicos para o tratamento desse mal.

⁵⁸² Já mencionada carta citada por Sousa Martins, onde Joaquim Bensaúde culpa o clima de São Miguel pela debilidade no juízo de Antero no dia do Suicídio. Oliveira Martins em correspondência a Eça de Queiroz, reafirma o mesmo critério como causa. Cf. MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001. pp. 16-19 e 51.

(ingenuamente praticados por Sousa Martins) ou mesmo à *intuição* por mais arrojada que seja, restando assim averiguar vagamente certas causas remotas e próximas.⁵⁸³

Cortesão concorda acerca do celibato e solidão de Antero terem sido possíveis condicionantes de seu estado melancólico, mas rejeita a classificação de “ginofóbico” visto que esse mostrava-se sempre vibrante às notícias de bodas dos amigos.⁵⁸⁴ Em 1891, quando Antero retorna a São Miguel seus os males físicos se agravam, somando-se aos demais assolamentos mentais. E seu sentimento de *mal-estar* começa a ganhar proporções insustentáveis, como é bem documentado na correspondência que trocara nas últimas semanas de sua vida.⁵⁸⁵ Adicionalmente, a sorte das duas filhas adotivas (órfãs deixadas pelo grande amigo Germano Meireles) e a saúde da irmã também o atormentavam.⁵⁸⁶ A conjunção desse cenário certamente fragilizava em muito a condição do poeta, que reduzido pela doença a uma degradante impotência física, torturado pelo mistério da vida e na perspectiva de insanáveis desgostos reúne as poucas forças que ainda lhe restavam. “*E numa hora de frigidíssima agonia, resolve matar-se.*”⁵⁸⁷

Valendo-se dos relatos constantes no *In Memoriam* e correspondência de Antero, Cortesão faz uma narrativa apaixonada deste momento final de Antero, como se lá estivesse presente. Aqui, sua *intuição* torna-se *simpatia* pura e sua linguagem doura e acadêmica dá vez novamente ao veio poético. Segue descrevendo o ocorrido passo-a-passo “vendo sua face ideal de Santo” e lamentando, por fim, como esse momento foi tratado por Sousa Martins, com palavras tão frias e tão grotescas que lhe pesava transcrever. “*Não seria Antero livre naquela hora trágica?*” replica a colocação

⁵⁸³ CORTESÃO, Jaime. Op. cit. pp. 162-163.

⁵⁸⁴ “*É incontestável que há aqui muita verdade. Não só o homem e a mulher se completam numa atividade espiritual, como o exercício moral e regado das funções sexuais é uma fonte de sentimentos generosos. [...] [parafraseando Oliveria Martins] faltou-lhe na vida esse poderoso estio moral, que feito de integridade espiritual, de renascimento da vida na vida dos filhos e de poderosos deveres correlativos desse estado, que o ligassem a Terra com raízes profundas.*” Ibidem. pp. 163-166.

⁵⁸⁵ Acima, trazia esta, a Joaquim de Araújo: “*Começo a acreditar que não andei bem avisado em vir estabelecer-me em S. Miguel. Cada vez me vou sentindo mais incompatível com estes ares doentios, que o Charcot tanto me condenava, e que com efeito me torturam, atacando-me sem descanso os centros nervosos. A atmosfera é de uma irregularidade pasmosa! Decididamente é ponto assente que já não posso aclimar-me por estas paragens, que tanto encantaram a minha primeira mocidade.*” Antero de Quental em carta a Joaquim de Araújo, apud CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 168.

⁵⁸⁶ Como se evidencia de trecho de carta de Antero a Oliveira Martins, de 29 de agosto de 1891. “*A sorte das raparigas também me preocupa imenso. Ellas não podem ir connosco, porque o estado de minha irmã não lhe permite occupar-se da sua direcção. E depois terá ella saúde e vida? E eu? Seria grande imprudência. Achei aqui uma família pobre e honesta, mãe e duas filhas, que vivem do seu trabalho e que mediante uma pequena mezada as recebem em sua companhia, para lhes darem a educação caseira indispensavel, até que o tempo e as circunstancias aconselhem o que se haverá de fazer.*” QUENTAL, Antero de. *Cartas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1921. pp. 262-263.

⁵⁸⁷ CORTESÃO, Jaime, Op. cit., p. 170.

do médico.⁵⁸⁸ Quem o poderia negar? Ou que há casos em que o suicídio pode ter tão “misteriosas e dilacerantes” causas que de todo escapem ao vão juízo dos homens. Concluindo assim que ineptos seriam uns (procurando descobri-las) como os outros evitá-las com punições legais. “*Oh! a desenfreada tirania humana!*”⁵⁸⁹.

Findo o meu trabalho, quero relembrar aqui o que logo de começo declarei — e é que tentá-lo implicava uma verdadeira situação moral. É que, quem viveu com Antero, na intimidade da sua Alma, e para isso basta conhecer-lhe bem a obra, quem depois de o conhecer o admirou e amou, como um tipo de beleza moral a realizar e um dia o viu, por incompreendido, ultrajado, que outro nome não cabe à forma como Sousa Martins o interpreta, não pode deixar de se indignar e de alimentar o desejo de lhe reabilitar a memória, como uma sagrada missão a cumprir.⁵⁹⁰

3.3 A ideia de *degenerescência* no Portugal modernista

No Capítulo 2, vimos a repercussão da ideia de *degenerescência* em sua franca associação com a leitura decadentista finissecular do XIX. Mormente no que tange à concepção patológica do gênio e da criação artística. Considerando estas ideias enquanto eixo articulador, procurou-se compreender parcialmente alguns dos debates que animaram a vida intelectual portuguesa naquele momento. Tentou-se ainda destacar personagens fundamentais que começam a encarnar (a seu modo) esta figura do intelectual moderno, que no contexto lusitano marca seu início nas *Conferências do Cassino* (1871). E que terminaria por se consolidar nas duas décadas iniciais da I República (1910-20), fosse na construção e execução de seu programa, fosse na sua incondicional defesa frente às investidas conservadoras que a tomavam de assalto.

Não obstante, o processo de implementação da República (discutido no Capítulo 1), tomado enquanto um evento-marco de fundação de um novo momento intelectual e político, não foi uma completa ruptura com as ideias que o precederam (como se percebe melhor agora). Na história isso raramente ocorre, e seria inócuo procurar algum tipo de *vanguarda* que não fosse a somatória das forças e conflitos internos de dadas tendências (tese) rebentando-se em sentidos outros, e mesmo opostos (antítese) de sua matriz geradora. Por fim temos a síntese, ou seja: uma resolução (sempre dialética e provisória) das visões que concorriam por uma compreensão dos fenômenos. Dessa forma qualquer acontecimento ou momento específico entendido

⁵⁸⁸ “*Anthero, ainda mal não fora presa da primeira, resvalou no segundo — e fez voar os miolos./ Foi livre, n'isto ao menos ?/ De modo nenhum... Um doente, apenas.*” MARTINS, Sousa, Op. cit. p. 300.

⁵⁸⁹ CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 172.

⁵⁹⁰ Ibidem, p. 171.

como baliza de uma história intelectual é sempre um ponto de partida e um ponto de chegada.

E por isso, enganar-nos-íamos se julgássemos esgotado o debate em torno da *degenerescência* no Portugal republicano. A ideia de arte e gênios degenerados não fora de imediato suplantada pelo recrudescimento da Psicanálise (e da Psicologia de forma geral). Ela adentraria boa parte do século XX, não somente restrita ao discurso de ódio e estética fascistas, mas ocupando grandes mentes do Modernismo, uns tantos para combatê-la, alguns em seu favor e outros assumindo-a como condição inata (nem por isso negativa) do artista. Dito isto, a tese de licenciatura de Jaime Cortesão nos diz muito sobre Sousa Martins e Antero, mas seguramente expressa muito de sua própria época.

* * *

Entre janeiro e fevereiro (1911) seguintes à publicação da tese de Cortesão surgiram três resenhas a respeito. Embora escritas por colegas da *Renascença* e por António Sérgio, que em breve se juntaria a eles, são testemunhos interessantes da repercussão daquele conteúdo. Na revista *Serões*, Sérgio publica uma breve “Notícia Bibliográfica” elogiando a iniciativa de Cortesão em sua contestação da teoria patológica do gênio, alinhando-o indiretamente à interpretação que Eça de Queirós fizera no *In Memoriam de Antero*. O que certamente prestigiava recém-formado médico e já aplicado poeta.

Como se sabe, Sousa Martins escreveu sobre Antero um estudo célebre onde pretendeu provar que o pessimismo, as preocupações morais e metafísicas, a arte do poeta, provieram inteiramente da degenerescência hereditária, da exaustão dos nervos. No seu livro recente — *A Arte e a Medicina: Antero de Quental e Sousa Martins*, mostra-nos Jaime Cortesão a fragilidade de toda essa construção simplista, arquitetada com presumidos fatos não averiguados, com noções obscuras e fugidias, com generalizações estupefactivas de rapidez e audácia, tudo tratado com um ligeireza, uma falta de lógica e de precisão difíceis de exceder. O assunto é do maior alcance: além de tratar de individualidades tão eminentes, duas circunstâncias mais o notabilizam: a de Sousa Martins ter alargado a sua ideia a pontos de a tornar uma teoria geral patológica do gênio, e a de lhe pertencer a prioridade sobre Nordau na exposição da doutrina. Jaime Cortesão tomou agora o problema tanto na generalidade como no caso especial de Antero, e combatendo o autor da *Nosografia* com os fatos averiguados, com a erudição e com a lógica, como profissional sabedor que é esboça a psicologia de Antero pela *visão interior* da sua obra, (verdadeira crítica final para que todas as outras devem convergir) com a intuição do psicólogo, do artista e do poeta. Todas essas

qualidades são necessárias do *genio que era um santo*, e todas elas brilhantemente mostra Cortesão no seu livro.⁵⁹¹

Na primeira série de *A Águia*, encontram-se as resenhas de Leonardo Coimbra e Raul Proença.⁵⁹² Coimbra⁵⁹³, que mais tarde também se dedicaria aos escritos filosóficos de Antero, é assaz elogioso a Cortesão e, neste caso, sua afinidade eletiva com as escolhas teóricas do autor ficam bastante visíveis. Descreve o livro como um simpático protesto de um poeta contra as agressões e generalizações falsas de um sábio, limitado em seu campo de ação. Também julgava Sousa Martins vítima de seus preconceitos científicos e, por isso, combatido nas incoerências e contradições da própria doutrina. Acusa ainda Sousa Martins de “snobismo científico”, dizendo que seu problema geral é de ordem epistemológica e que se os sábios tivessem uma regular cultura filosófica não se permitiriam certa confiança ingênua e petulante. E, por sua vez, também critica a falsa oposição entre metafísica e ciência.⁵⁹⁴

Para Leonardo Coimbra, as leis do determinismo biológico até poderiam valer para “*os carneiros de Panúrgio, mas o verdadeiro homem é-lhe superior, fora do alcance.*” A ideia de degenerescência só se prestaria então à teorização, pois a realidade é para ele muito mais complexa e os valores relativos. Mesmo o “não-valor” (vício, deformidade) fisiológico pode ser o supremo valor estético ou moral. Mesmo a psicologia autônoma é incompetente e estava em crise — não propriamente ela, mas seus métodos —, acusa o filósofo. Segundo ele, a figura de Antero pertence à religião e não à biologia. E conclui: “*O Poeta procurava a face do Bem e o filósofo os olhos frios da Verdade.*”⁵⁹⁵

Raul Proença parte com tom muito mais crítico. António Reis (biógrafo de Proença) julga esta resenha como assaz representativa de um momento de transição, acabando por fazer dela um pretexto para um verdadeiro ajuste de contas com seu passado positivista/naturalista.⁵⁹⁶ O texto deveria ter sido publicado juntamente com o

⁵⁹¹ SÉRGIO, António. “Notícia bibliográfica”, *Serões: revista mensal ilustrada*, Lisboa, fevereiro de 1911, n. 68, p. 147.

⁵⁹² Note-se que o primeiro contato que tivemos com seus respectivos conteúdos fora através de versão, datilografada, que se encontra anexa ao final do original da Tese (BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, Cota: E25/Cx.55), sob a alcunha de “APRECIÇÕES CRÍTICAS”. Mais tarde tomamos ciência de sua publicação na sessão “Bibliografia”, nos subseqüentes números da revista.

⁵⁹³ COIMBRA, Leonardo. “Bibliografia: A Arte e a Medicina – Antero do Quental e Sousa Martinz. Jaime Cortesão – Coimbra – 1910”, *A Águia*, Porto, 15 de janeiro de 1911, série I, n. 4. p. 16.

⁵⁹⁴ “Os fundadores da ciência moderna foram igualmente os fundadores da filosofia e, só na evolução correlativa das duas culturas, se pode encontrar um ponto de vista suficientemente amplo e crítico.” *Ibidem*, p. 16.

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p. 16.

⁵⁹⁶ Cf. REIS, António. A colaboração na 1ª. Série de *A Águia* e nos *Serões*: da ruptura com o naturalismo estético à tentação irracionalista. In: _____. Raul Proença: biografia de um intelectual político republicano. Lisboa: INCM, 2003. v.1. pp. 156-165. p.160.

de Coimbra no 4º número (janeiro) da revista. Porém, por problemas de envio (por causa da greve dos caminhos de ferro) foi publicado no número seguinte (fevereiro). Devido ao ocorrido, tornou-se a publicar a versão corrigida no 9º (maio).⁵⁹⁷

Proença também se refere ao trabalho como “uma obra de simpatia”, e vimos qual o sentido que o termo implica para estes autores. Assim como Antero um poeta de profundidade, o jovem médico o havia defendido de todas as classificações patológicas, com o amor a que nos pomos a defender o que constitui a melhor parte de nós mesmos. Contudo, é mais radical ao se afastar das teses degeneracionistas, pesando a “distração” com que as vezes Cortesão parecia conceder, em alguns momentos, certo carácter mórbido a Antero, “*mas tão levemente se demora na acentuação desse traços que direis antes que o tomou um súbito remorso ou um repentino acréscimo de paixão.*” Se atentarmos para o título de sua outra incursão sobre o poeta — *Remorço pela morte de Antero* — talvez Proença não estivesse de todo errado. Mas prossegue a crítica reforçando que a obra do poeta da *Águia* não é simplesmente uma obra de simpatia, é mais do que isso: é uma “obra de paixão”.

Falta-lhe essa clarividência na apreciação, esse espírito de dissociação e análise, esse desinteresse voluntário nas conclusões, essa cisão meticulosa das nuances, que constitui o que em todos os tempos se convencionou chamar o espírito crítico. Este admira, mas não deixa de distinguir onde deve admirar e onde, pelo contrário, há de passar adiante. A admiração, o entusiasmo mesmo, não se lhe projeta todo no campo da consciência como uma nuvem que se estendesse inteiramente pelo céu, para encobrir ou falsear o relevo das coisas.⁵⁹⁸

Embora elogie sua sensibilidade considera que falta distanciamento e que o autor cede demasiadamente às paixões, condenando-se desde logo como crítico. Seria, pois, inútil esperar naquele trabalho um grande rigor dialético ou uma desinteressada observação psicológica. Tratava-se, no seu dizer, de “*uma obra de Irmão que defende noutro, com muita veemência e com muita nobreza, ainda que sem serenidade, o que no entender próprio forma a sua dignidade e sua glória de família.*”⁵⁹⁹ E arremata, sugerindo que Souza Martins era um alvo fácil, e indaga se nem sempre Cortesão

⁵⁹⁷ Como esclarecem as respectivas notas: “*I Este artigo foi escrito para o 4º. número da Águia, mas não pôde então ser publicado porque, tendo sido enviado d Lisboa a 10 de janeiro só muito mais tarde foi recebido no Porto, depois de terminada a greve dos caminhos de ferro.*” PROENÇA, Raul. “Bibliografia: Jayme Cortesão – A arte e a medicina – Antero do Quental e Sousa Martins”, *A Águia*, Porto, 1 de fevereiro de 1911, série I, n. 5. pp. 15-16. p.15. E, “*I N. Da R. — Repete-se este artigo bibliográfico, por ter saído no no. 5 com bastante incorreções, devida a falta de revisão do autor.*” PROENÇA, Raul. “Bibliografia: Jayme Cortesão – A arte e a medicina – Antero do Quental e Sousa Martins”, *A Águia*, Porto, 1 de maio de 1911, série I, n. 9. pp. 14-16.p. 14.

⁵⁹⁸ PROENÇA, Raul. “Bibliografia: Jayme Cortesão – A arte e a medicina – Antero do Quental e Sousa Martins”, *A Águia*, Porto, 1 de maio de 1911, série I, n. 9. p. 14-16.

⁵⁹⁹ Ibidem, p. 14.

analisou-o com imparcial visão científica, que era rigor exigir-se em trabalhos daquele gênero, quase sempre, pela força mesmo das circunstâncias, ele teria acertado em linhas gerais.

Diferente de Sérgio e Coimbra (que praticamente só apresentam a obra de Cortesão) Proença procura ir ainda mais longe analisando o contexto. Para ele a *Nosografia de Antero* nasce num período de “alucinação e de superstição científica” bem explicada pelo maravilhoso progresso das ciências e suas aplicações industriais e técnicas: “*A cada passo se criavam novos recursos de observação e mais fecundos e meio experimentais. Esperou-se da ciência o último milagre; fez-se dela o último deus.*” Foi esse o erro, até certo ponto explicável. Refere-se a este período de intelectualidade petulante como “o reino da Burguesia.” Nele é que surgira o positivismo e a doutrina comteana defensora da Ordem e da Razão de Estado. E mais, critica o *determinismo*, que nega a liberdade criadora e a “doutrina da Evolução”, que subordina a *Revolução* a marcha involuntária (e morosa) da Natureza.⁶⁰⁰ Era para Proença a grande ilusão da suficiência da inteligência na compreensão da vida, a Razão seria “o novo Prometeu”. Vale lembrar que Prometeu representava tanto a figura do primeiro homem, como aquele que trouxe o discernimento para humanidade. E para além da alegoria direta à mitologia clássica, talvez houvesse aqui uma outra provocação de Proença, tendo em vista que o emblemático romance de Mary Shelley (que já nos princípios do XIX criticava os excessos da Ciência) era intitulado *Frankenstein: ou o Moderno Prometeu* (1818).

A este estado geral de espírito, Proença afirma corresponder o deslimite dos médicos, ao ampliarem a visão científica as searas da criação e das Artes. Numa crítica exterior e intelectualista que “*como um a brisa superficial que aflora as coisas sem as penetrar intimamente*” o sentido das coisas. Assim teriam feito Lombroso, Nordau, Toulouse, Féré, de Fleury, acreditando-se na posse de todas as faculdades para bem julgar a obra dos *gênios*. Que importa se lhes faltasse essa incursão psicológica, uma intuição profunda, a íntima capacidade de *simpatia*. “*Armados da Ciência, e iluminados por ela, eles descobririam tudo quanto ao homem é dado descobrir, eles formularão a equação algébrica das almas.*”⁶⁰¹

⁶⁰⁰ E completa num interessante desdobramento: “*A Revolução era – neste reino espiritual da Burguesia – uma série de evoluções que a cada passo seguem a Ordem das coisas, quando hoje uma experiência mais imediata da vida parece convencer-nos que a Evolução é que é uma série de revoluções a cada passo alteram a ordem das coisas para lhes ditarem uma nova ordem.*” Ibidem, p. 15.

⁶⁰¹ Ibidem, p. 15

Proença subscreve a afirmação de Cortesão sobre o erro fundamental (e geralmente comum) da crítica literária sob o ponto de vista médico, quando esta ignora a “psicologia particularíssima dos artistas”. E completa: “*É que eles puseram toda a sua tábua de valores na média humana, no rebanho conformista, longe de o por nas realizações mais altas da humanidade. E ante um tal critério, todas as especificidades, todos os relevos, todas as afirmações mais vivas da pessoa moral são objeto de estranheza, causa de desconfiança.*” Observou-se que à exaltação de certas faculdades, correspondia em geral nos “homens de gênio” uma depressão de outras. Mas, o que atraía tais críticos não era o lado positivo da psicologia do artista (ou pelo menos, ambos os lados) mas seu aspecto negativo, o que nele há de depressão e de insuficiência.

É certo que pode haver no grande homem, pela ruptura de equilíbrio que o gênio parece pressupor, certas anomalias e degenerescências que de algum modo o colocam na alçada do estudo médico. Mas daí a dizer que o ou um homem de gênio é um *degenerado* vai uma enorme distância que o mais estrito bom senso nos manda não transpor. Seria olhar o mundo com olhos parciais, e querer apenas colher da vida, não o que nela há de energia batalhadora e de altas virtudes, mas de miserável desgosto e inseparável tristeza.⁶⁰²

E então, parte em franco ataque à pessoa de Sousa Martins, culpando (para além de suas influências) seu temperamento e absoluta incapacidade científica. Chega, ainda, a evocar contra ele seus próprios teóricos e argumentos, enquadrando-o nas idiosincrasias patológicas que descrevia.⁶⁰³ Ao contrário de Cortesão, que eximia em parte os erros de Sousa Martins por ser este *contemporâneo de seu tempo*, Proença afirma categoricamente que o espírito que “*o animara está há uns quinze anos extinto, entre as ideias mortas e as folhas mortas. À outra nenhum pretendido sábio foi menos dotado do que ele do que se chamam o espírito científico.*” E, por esta razão, considera que em toda a sua severidade Jaime Cortesão, ao fim, fora indulgente com aquele “arquitecto de teorias aéreas”.⁶⁰⁴

⁶⁰² Ibidem, p. 15.

⁶⁰³ “Sousa Martins foi atraído por este filitismo crítico. [...] E no caso de Sousa Martins mais a insuficiência avulta. Porque não é apenas uma confiança abusiva na Ciência que lhe faz debitar os dislates mais infantis. Aqui intervem o seu próprio temperamento e a sua absoluta incapacidade científica. Daí os grandes erros e as grandes audácias. Tudo quanto a este respeito escreve Jaime Cortesão é nobremente justo. [...] foi um imaginativo delirante e um espírito verbalista. Há períodos seus que não encerram nenhuma ideia: São puro verbalismo, o (que Max Nordau chamaria ‘uma incrível radotage’). A palavra atrai-o com paixão. Entendendo, como Lombroso, que toda a particularidade é patológica e todo quanto seja característico duma alma é sintoma doentio, entre a classificar de fobias e obsessões os menores traços pessoais de Antero.” Ibidem, p.15-16.

⁶⁰⁴ Ibidem, p.15-16

Finalmente, ao analisar o capítulo “O Poeta”, Proença, que havia dito que a obra em si não teria revelado especiais dotes de crítico de Cortesão, se rende ao lirismo deste. Encontra elevação “incomparável” naquelas “*cinco ou seis páginas* [em realidade, oito] [...] *verdadeiramente maravilhosas*”. Considera assim a parte mais rica, eloquente e densa de todo o livro, dizendo não conhecer na literatura contemporânea “*bocado de prosa que mais o fizesse esquecer o desgosto de ser português!*”. E arremata: “*Jaime Cortesão é como poeta que o amo, é como artista que o admiro porque é então que eu sinto a sua alma mais ‘próxima’.*” Termina por afirmar que se chamassem de *degenerados* os homens de talento ainda assim o mundo seguiria precisando cada vez mais deles, padecendo desta *doença*, uma “doença criadora.”⁶⁰⁵

De fato, parece que fora da aproximação com Cortesão e Leonardo Coimbra que se animaria em Proença o deslumbramento de novos horizontes. Como fica subjacente nas páginas de *A Águia*. Tudo conjugava para o impelir na linha daquele vitalismo (com muito de romântico e mesmo de místico) dos jovens da *Renascença Portuguesa*. Sua ruptura com o Positivismo monista acontece, curiosamente, no preciso instante que em Portugal se assiste à vitória no plano político de uma visão de mundo centrada no racionalismo cientista e numa ontologia materialista.

Mas, como viu-se, começam a divisar-se no horizonte os primeiros sinais da crise desse paradigma e duma contraofensiva idealista, espiritualista (com nuances de um novo romantismo). Se uma visão de mundo médica e cientista havia protagonizado o momento de implantação da República, reivindicavam agora estes intelectuais, que um outro olhar deveria governá-la. Um olhar não menos científico, mas despido de seus exageros, onde a Arte impere como elemento de comunhão e aproximação da verdade. Ambas as tendências (na realidade) foram assimilados quer pela nova geração de intelectuais republicanos, quer logo após pelos integralistas monárquicos e ainda por aqueles *modernistas* que, à sua maneira, também se distanciavam do novo regime.

A história tem destas ironias o triunfo de um regime político acabaria por coincidir com o princípio do fim da visão de mundo que o deu sustentação. A aquisição posterior de António Sérgio ao grupo de Cortesão, Coimbra e Proença irá, porventura, ajudar a temperar este impulso *intuicionista* da *Renascença Portuguesa*, em seu projeto cultural e político para Portugal, que veremos no Capítulo 4. Por ora, é interessante perceber que de alguma forma foi Antero (e sua defesa no combate ao racionalismo cientista) o elo dessa vindoura ligação.⁶⁰⁶

⁶⁰⁵ Ibidem, p.16.

⁶⁰⁶ REIS, António. Op. cit., pp. 164-165.

* * *

Para além deste grupo, o enfrentamento entre a metafísica de Antero e o cientificismo de Sousa Martins também não era letra morta. Embora nenhum outro estudo tenha se aprofundado neste caso, em específico, os temas da *degenerescência*, *decadência* e da natureza patológica do *gênio* e da arte seguiam muito vivas no meio acadêmico e letrado português. Ainda na Medicina, no ano seguinte, aparece o trabalho de António Mendes Correia, *O Gênio e o Talento na Pathologia: Esboço Crítico* (1911).⁶⁰⁷ Concluindo seu quinto ano no curso da Escola Médico-Cirúrgica do Porto é muito provável que em algum momento Mendes Correia e Jaime Cortesão tenham sido colegas (antes deste transferir-se para Lisboa). Assim como Cortesão, Mendes Correia julgava que a Arte poderia ser objeto da investigação e crítica da medicina, desde que operada por médicos com uma visão “não estreita” e que fossem conhecedores dos novos campos da psicologia.

São velhos e banaes os conceitos de que ‘não ha grandes homens para os seus creados de quarto’ e de que as creaturas de mentalidade superior ‘não teem o juízo todo’. [...] Estes juízos populares, que vêm de remota data e se teem applicado a successivas gerações de homens illustres, encontraram modernamente uma expressão, mais respeitável, dentro do campo scientifico. [...] Ultimamente, alguns médicos e psychologos não hesitaram em considerar essas suspeitas como convertidas numa inabalável certeza, e por toda a parte se espalhou, como indestructivel, a theoria da natureza pathologica do génio e do talento. Os creados de quarto dos grandes homens tinham vindo assim a ser precursores duma verdade scientifica e os philistinos, ufanos na hygidez da sua mediocridade, começaram a dar uso illimitado ao novo dogma.⁶⁰⁸

Mais contundente do que nosso médico-poeta, Mendes Correia acusava abertamente o que Cortesão apenas insinuava: que teriam estes apóstolos da neurastenia encontrado um pretexto — com “flamantes roupagens científicas” — para saciarem sua inveja, zombando dos grandes homens.⁶⁰⁹ Acusa ainda o mundo erudito de calar-se (quase numa unanimidade) perante tal formidável teoria. “*Poucos escriptores desceram á liça para terçarem armas com desassombro, pelo génio vilipendiado.*”⁶¹⁰ Talvez por falta de tempo hábil (visto que *A Arte e a Medicina*

⁶⁰⁷ CORREIA, Mendes. *O genio e o talento na pathologia (esboço critico)*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1911.

⁶⁰⁸ Ibidem, pp. 1-2.

⁶⁰⁹ Ibidem, p. 2.

⁶¹⁰ “*É que o philistino comprara com os seus favores a cumplicidade de muitos a quem na verdade a ideia não seduzira, e outros julgaram desforçar-se, na sua mediania, da superioridade dos génios e dos talentos, reconhecendo nesta sem preâmbulos mil características mórbidas. [...] Este silencio favorável, esta benignidade, que acolheram no mundo scientifico as doutrinas referidas, tornam-se mais extranhos e salientes, notando-se o que se passou com as outras obras de Lombroso, o mais encarniçado adversário do génio.*” Ibidem, p. 3.

acabara de ser publicada), ou por outras razões que nos fogem, Mendes Correia não faz qualquer referência ao trabalho de Cortesão. Nem mesmo o de Sérgio, ou de outros autores portugueses (cita apenas escritores como Antero, Camilo, etc, como estudos de caso). Também não chega a evocar teóricos como Bergson, Guyau ou Fouillée (tão caros aos seus contemporâneos). Aliás, alguns anos mais tarde Mendes Correia teve contato com o grupo da *Renascença Portuguesa*, publicando em sua tipografia e colaborando com seu órgão principal, a revista *A Águia*. Pela qual passaram integrantes com ideologias bastante distintas, mas que reuniam um ideal patriótico comum.⁶¹¹

Também não faz qualquer menção à *Nosografia de Antero*, ou a Sousa Martins. A pretensão de Mendes Correia parecia focar-se mais em debater as teorias gerais no âmbito do pensamento europeu, mais preso a uma linguagem médica (fisiológica). O que, de certa forma, já prenunciava seus interesses futuros enquanto professor (lente na Faculdade de Letras do Porto) e renovador dos estudos antropológicos em Portugal.⁶¹² Pregava que Lombroso havia sido “o mais encarniçado adversário do génio”, e que sua teoria, como todas as mais que estabeleciam a natureza mórbida dos “espíritos privilegiados”, tinha lançado raízes profundas num ambiente já predisposto a aceitá-la. E, no entanto, como era flutuante, instável e superficial, com “um sopro de lógica a desmoronaria!”⁶¹³ — novamente a metáfora do sopro/desmoronamento.⁶¹⁴

Queixa-se ainda de que tais interpretações nunca haviam passado pelo crivo que ocorria na criminalística (outro tema frequente de seus futuros estudos) e que, ao contrário dos criminosos (quem Sousa Martins provavelmente chamaria de *degenerados inferiores*), o valor social dos gênios é enorme e inapreciável:

Elles teem sido as guardas-avançadas da civilização, os verdadeiros agentes do progresso social. E a humanidade moderna relega-os quasi sem defeza, summariamente, para o campo da pathologia mental! Se não é uma injustiça de facto, como suppomos, é ao menos uma ingratitude pelos processos.⁶¹⁵

Numa breve sessão (que no *tableau de métiers* é chamada de “não vêr sempre na obra o autor”) levanta a mesma crítica já apontada por Cortesão sobre o critério da

⁶¹¹ MATOS, Patrícia C. F. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo* [de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX]. Tese de DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7831/1/ulsd063315_td_Patricia_Matos.pdf>. Acesso em: 09/10/2017.

⁶¹² Área que antes só era exercida em Coimbra na cátedra criada por Bernardino Machado.

⁶¹³ CORREIA, Mendes. Op. cit. p. 5.

⁶¹⁴ Recordando de Cortesão, acerca das hipóteses de Sousa Martins: “Desgraçadamente é um belo e aparatoso edifício, a que faltam todos os alicerces: um sopro mais forte de verdade, de crítica cerrada e pertinaz indagação há de derrubá-lo fatalmente.” CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 38.

⁶¹⁵ Ibidem, p. 6.

representação artística. Melhor dizendo, da possibilidade da obra expressar sentimentos que não necessariamente sejam vivenciados objetivamente pelo artista.⁶¹⁶ Reconhece que no caso dos poetas mais exaltados, os literatos mais devaneadores, os líricos mais apaixonados haveria, por vezes, uma acentuada morbidez a par do seu talento ou do seu gênio. Lombroso, Nordau e Moreau de Tours teriam dito alguma verdade neste sentido, existindo nesses decadentes cujas obras tem tantos requintes de arte como sinais de doença, podendo-se até afirmar a existência de uma “Arte doente” e de “artistas doentes”, e comenta casos portugueses.⁶¹⁷

*“Mas francamente ajuizar de tal forma da hygiène dos autores pelas suas mais fictícias invenções ou por representações de estados de alma, que todo o homem normal tem um dia, é leviandade indesculpável ou animosidade pre-concebida.”*⁶¹⁸ Concluído seu estudo, julga ter comprovado como são mal fundamentadas as doutrinas que estabelecem a morbidez do gênio e do talento, arriscando a opinião de que seriam manifestações de um aperfeiçoamento hígido e não de um regresso atávico, de uma degenerescência, ou duma psicose nítida. *“O gênio e o talento, segundo o que no actual estágio da evolução científica é licito acreditar, não estão ainda, sem possível contestação, no domínio exclusivo da pathologia.”*⁶¹⁹

Fidelino de Figueiredo, crítico e historiador da literatura (que seria inclusive futuro professor da Universidade de São Paulo) é outro caso interessante. De seu acervo bibliográfico consultamos tanto um dos exemplares da tese de Cortesão, como de a Mendes Correia, ambas com dedicatória do ano de publicação; o que nos evidencia a circulação destas ideias naquele meio. Infelizmente não há glosa considerável para concluirmos o que Figueiredo pensou dos trabalhos, mas há uma obra de sua própria autoria que nos traz alguns traços de suas considerações sobre o assunto. Em 1908, tinha vindo à lume o opúsculo *“Arte Moderna”: Miragem Critica*⁶²⁰. Na nota de

⁶¹⁶ *“Ainda assim mesmo convém não ajuizar sempre da morbidez dos decadentes pelas suas obras. Quantas vezes um artista são cultiva um simbolismo excessivo, por exemplo, por mera condescendência com a escola que segue ou por desejo de dar nas vistas e alcançar fortuna litteraria pela singularidade dos seus trabalhos! Receiemos sempre que a obra não seja um meio seguro de critica da personalidade do autor. Quantos escrevem o que não sentem, quantos são nas suas obras defensores dum ideal de abnegação e no seu intimo uns egoistas, e viceversa!”* Ibidem, pp. 68-70.

⁶¹⁷ *“Em Portugal, por exemplo, Anthero de Quental reflecte no seu nihilismo poético o pessimismo que o conduz ao suicídio, António Nobre apparece-nos tal qual foi, nos accordes da sua lyra dedilhada pelos seus dedos magros de tísico, com a tristeza profunda do seu mal irremediável e às vezes no acceso da febre da sua enfermidade, e Camillo semeia na sua obra signaes duma degenerescência provada, e é vê-lo a descrever com um vigor e uma vibratibilidade que nas outras narrativas se desvanecem um tanto, as grandes scenas de crime e de loucura. Mas a contrapor a estas surgem milhares de obras equilibradas e sadias, em que não ha vestígios de doença dos autores.”* Ibidem, p. 70.

⁶¹⁸ Prossegue *“Nordau não foi leviano: foi apenas um combatente que não exitou na escolha de meios para guerrear os adversários./ Isso não cabe dentro da sciencia.”* Ibidem, p. 71.

⁶¹⁹ Ibidem, pp. 183-184.

⁶²⁰ FIGUEIREDO, Fidelino de. *‘Arte Moderna’ (miragem critica)*. Lisboa: Livraria Central, 1908.

apresentação confessa que hesitou por longo tempo publicar estas críticas “sinceras” à Arte contemporânea mais estritamente à literatura. Circunstâncias posteriores o teriam feito publicar o “folheto” (de apenas 32 páginas) que já abre referenciando — e reverenciando — o nome de Max Nordau. Subscrevia deste a concepção que aquele atual momento da arte europeia refletia o “malestar psíquico”⁶²¹ da neurastenia que eivava toda sociedade. Fruto, por sua vez, do conflito entre nossas íntimas convicções e as demandas da modernidade.

Que é a arte contemporânea?

E' a degenerescência duma passada estética que satisfaz o espirito por homopatia e que, de falsificação em falsificação, desceu ao cinismo descarado dos proxenetas de hospedaria, como esses produtos muito procurados que a exploração do negocio contrafaz, envenenando o mercado. Disse, por homopatia.⁶²²

A Humanidade, segundo ele, ávida por lenitivo aos seus achaques esmagadores, procura nestas doses fracionadas o alento estonteado dos calmantes: “*E' o contrariis da medicina, a alopatia, é por vezes o suicídio.*”⁶²³ E as metáforas médicas abundam por todo texto.

O realismo de Zola e Eça havia, para ele, envelhecido: se *degenerado*. Isto é, não era mas o higienista de outrora, hoje em sua fase cínica não passava de um “trapeiro imundo”, um “bisbilhoteiro d'alcova”. O intuito social, elevado e sublime de Zola, o seu grande credo de pureza e de reabilitação havia se tornado apenas um negócio para editores. Esse mal-estar se traduzia na cultura e nas instituições e, mais afundo, na própria monarquia.⁶²⁴ Lembremos que o livro é publicado poucos meses após o regicídio. O *evolucionismo* era, portanto, uma verdade definitiva em geologia,

⁶²¹ Lembrando que o conhecido ensaio *O Mal-Estar e a Civilização*, de Sigmund Freud fora publicado somente em 1930. Nele o psicanalista vienense sustenta a tese de que a Cultura produziu um mal-estar nos indivíduos, visto que existe um antagonismo intrasponível entre as exigências da pulsão e as da civilização. Ou seja, tal percepção já vinha há muito se divuindo em torno das ideias de *decadência* e *degeneração* na contemporaneidade.

⁶²² FIGUEIREDO, Fidelino de. Op. cit. p. 7.

⁶²³ Ibidem, p. 8.

⁶²⁴ “*O espirito da sociedade é outro, a forma é a mesma. Ha pois um abismo. Temos as nossas mutuas relações organizadas sobre as mesmas bases artificiaes, em que assen- tava o trato social do senhor feudal com os eufudados./ Os reis não tem como ha dez séculos o jus primae noctis, não dizem com ha três séculos:/ — L'Etat c'est moi! — mas a coberto com o farrapo duma Constituição, esmolada como umas calças velhas a um mendigo importuno, são os mesmos donos dos homens, os mesmos ácaros dificultando o desenvolvimento fisiológico do corpo, em que parasitam. E pela escada abaixo, degrau a degrau, as mesmas mentiras eivam todo o espirito humano; na idade media, ignorâncias, sinceridades, agora cinismos, burguesias.*” Ibidem, pp. 12-13.

biologia, filosofia e na história⁶²⁵. Daí surge a necessidade das *revoluções*⁶²⁶, que à essa altura via como um mal necessário para compensar o ritmo evolutivo. Embora não fosse médico, ao menos naquele momento, se mostrava um forte adepto das teorias de Nordau, Lombroso e afins.

Figueiredo também não menciona Sousa Martins, como a nenhum outro representante lusitano daquelas correntes de pensamento. Como fizera Mendes Correia, seus patrícios são apenas citados como exemplificações. De Antero comenta apenas que nas *Odes Modernas*, o pensador sobrepuja o artista que somente se revelaria nos *Sonetos*, na culminância do gênio, todavia, desequilibrado. E que a obra de arte se dá somente quando há equilíbrio. Considera que apenas Émile Zola levou o realismo às últimas consequências. E foi o único *nevropata* a funcionar plenamente na conjunção de todas suas faculdades. Teria vencido por vezes esse desequilíbrio e produzido uma literatura verdadeiramente universal: “*A literatura portuguesa, mormente no romance, permaneceu incólume a todo este movimento. Um relance...*”⁶²⁷

Termina precisamente dizendo que “*o verdadeiro artista é um homem do seu tempo*”, que sente todas as emoções, que as interpreta na sensibilidade extrema de seu temperamento e cria, mas não com uma alma individual sua. Cria com uma alma coletiva, condensando todos os sofrimentos e emoções do seu meio, e neste aspecto se aproxima muito a Cortesão. Mas, diferente do que faz este, ou mesmo Guyau, distingue o “verdadeiro artista” do gênio.

Por isso o verdadeiro artista sente e sofre mais do que os outros, não vive na torre de bronze do gênio, isolado, misantropo. Sociabilisa com o mundo, vê-o, palpa-o, compreende-o. Só assim pode realizar a Beleza eterna, que ha dentro de cada peito, que cada alma adora e sente.⁶²⁸

Carrega assim sua conclusão para uma linha divergente, na qual para ser um grande escritor — romancista ou poeta — é necessário um espírito livre de mentiras e preconceitos, um espírito enciclopédico, com uma concepção larga e generosa do mundo e da Vida, o que só seria alcançado por uma ampla cultura científica. “*A Arte*

⁶²⁵ “*As idéas vem descendo lentamente, descansadamente como um rio de penaplanície sem cheias nem cataratas; quando se lhes opõe um obstáculo, param, ganhando inergias, que acumuladas derrubam o dique, galgando além impetuosas e destruidoras. São as revoluções. Em historia representam o catastrofismo geológico.*” Ibidem, p. 13.

⁶²⁶ “*Elas são pois uma necessidade, porque não ha evolução, sempre metódica e progressiva, sem estacionamentos, nem recurrencias, todos esses óbices que são o apanágio duma inovação. Elas são conflitos dos espíritos modernizados com os poderes estacionários.*” Ibidem, pp. 14.

⁶²⁷ Ibidem, pp. 23-24.

⁶²⁸ Ibidem, p. 31.

Moderna não pôde ser uma Arte iclesiastica, nem militar, nem burguesa, tem de ser inteiramente livre, com a arrogância potente da Verdade.”⁶²⁹

Fernando Pessoa, por seu turno, também se envolve — de corpo e gênio — nesta questão. Além de reunir uma série de escritos sobre gênio e loucura⁶³⁰, o poeta se assumia um “nevropata”, mais precisamente: um “*histero-neurastênico*”.⁶³¹ Teve no entanto, uma outra visão do fenômeno. Não renega as premissas do fundo degenerado do gênio e da Arte, mas nem por isso negativiza suas consequências. Pelo contrário, era do *desvio* que proveria a originalidade artística.

Toda a produção artística superior é, por sua natureza, um produto da decadência e da degeneração. Em primeiro lugar é original, e a originalidade, biologicamente considerada, não passa de um afastamento do tipo normal, sendo por isso um desvio, puro e simples, pouco importando para que se classifique de desvio que lhe seja atribuível um valor em outro campo que não o da ciência da vida. Toda a originalidade, seja ela qual for, implica que a produz um desadaptado, um indivíduo que não sente a necessidade de se subordinar ao meio em que vive, às ideias desse meio, às normas, intelectuais como vitais, dele. Deem-lhe as voltas que quiserem o fato, biologicamente considerado, é este.⁶³²

Daí, Pessoa julga que se originaria a teoria atual da neurose dos gênios, “um pouco desleixada a mercê do retorno das interpretações religiosas e outras drogas análogas”. Em realidade, chega a esboçar sua própria teoria, *The Process of Human Degeneracy*, em contraposição a Nordau.⁶³³ Aponta ainda que a tese de Lombroso caducara e as que existem soberbamente defendidas na *Insanity of Genius* (1881) do periodista e dramaturgo escocês John Ferguson Nisbet⁶³⁴ tem só o defeito de ser

⁶²⁹ Ibidem, pp. 31-32.

⁶³⁰ Reunidos por Jerónimo Pizarro na edição crítica da obra de Pessoa (v.VII, t. I). Cf. PESSOA, Fernando. *Escritos sobre gênio e loucura*. Lisboa: INCM, 2006.

⁶³¹ Em carta a dois psiquiatras franceses, a respeito de um curso de Magnetismo por correspondências, lê-se a seguinte passagem “*Do ponto de vista psiquiátrico, sou um histero-neurastênico, mas, felizmente, a minha neuro-psicose é fraquinha; o elemento neurastênico domina o elemento histérico e isto faz com que eu não tenha traços histéricos exteriores — nenhuma necessidade de mentira, nenhuma instabilidade mórbida nas relações com os outros, etc. A minha histeria é apenas interior, e apenas minha; na minha vida comigo mesmo tenho toda a instabilidade de sentimentos e de sensações, toda a oscilação de emoção e de vontade que caracterizam a nevrose proteiforme. Excepto nas coisas intelectuais, onde cheguei a conclusões que tenho por seguras, mudo de opinião dez vezes por dia; não tenho o espírito assente senão em coisas onde não há possibilidade de emoção. Sei o que pensar de tal doutrina filosófica, de tal problema literário; nunca tive uma opinião firme sobre qualquer dos meus amigos, sobre qualquer forma da minha actividade exterior.*” Cf. Carta de Fernando Pessoa a Hector e Henri Durville, de 10 de junho de 1919. Em PESSOA, Fernando. *Correspondência (1905-1922)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998. pp. 285-291. p. 289.

⁶³² Cf. PESSOA, Fernando. Op. cit., pp. 225-230. pp. 226-227.

⁶³³ Cf. SERRÃO, Pedro Marques. Loucura e genialidade. In: _____. *Fernando Pessoa: controvérsias literárias e modos de engrandecimento na república das letras*. 2014. 345 p. TESE DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, Lisboa, 2014. pp. 55-75. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/11826>>. Acesso em 02/11/2017.

⁶³⁴ NISBET, John Ferguson. *The insanity of genius and the general inequality of human faculty, physiologically considered*. Londres: S. Paul & Company, 1912.

axiomática. Evidentemente que o gênio implicaria originalidade e, por sua vez, desvio do tipo normal, desadaptação do aceito e do usual, etc, como presume a noção de caráter degenerativo do gênio e do talento. Mas, a produção artística tem mais lados, além destes firmados pela morbidez.

“*Sendo certo que todo o gênio é um degenerado (nem superior, nem inferior, porque há só degenerados de uma espécie, mau grado a absurda escapatória dos psiquiatras modern style)*”, há mais de um tipo de gênio. Um chefe político ou um grande general são desvios do tipo normal, por isso, gênios e originais na sua ação e individualidade, mas que tendem à normalidade porque vivem no meio da vida e não se pode fazer isso sem uma certa adaptação a ela. Já os “gênios da inteligência” assumiriam um relevo máximo da degeneração. O artista, ou o pensador, seria um inapto às formas normais da vida, porque é original e se orienta na esfera das sensações e do intelecto, diferentemente do restante dos homens. “*Seria interessante inquirir, num estudo sociológico, de que serve dentro das sociedades este fenômeno degenerativo chamado arte, chamado ciência, chamado filosofia[...]?*” E, uma vez existindo tal serventia, poder-se-ia considerar a anormalidade absoluta e radical do gênio como intérprete suprema da vida.⁶³⁵

Constatado que todo trabalho artístico era mórbido, pois era produto da degenerescência, a Arte como um todo era uma vontade e expressão da Natureza.⁶³⁶

O artista tem pois para com a Natureza o dever de cumprir bem o seu papel de artista, isto é, de doente. Deve com um paciente escrúpulo destruir no seu espírito qualquer coisa que lhe reste de são, de fraterno e de justo. No artista, não só ele próprio está imolado a Deus, mas a Espécie inteira se imola a Deus nele.⁶³⁷

Estes trechos de Pessoa (aos quais nos ativemos até o momento) constam em uma carta que ficou durante muito tempo inédita e pouco conhecida. Ao contrário do restante da correspondência do escritor. A primeira vez que nos deparamos com ela foi no seu espólio junto ao do *Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*.⁶³⁸ Trata-se de um datiloscrito não datado (provavelmente da década de 1910) e sem destinatário. Não se sabendo ao certo se chegou a ser remetida, ou se era essa a

⁶³⁵ Cf. PESSOA, Fernando. Op. cit., pp. 228

⁶³⁶ Prossegue: “*A teoria da decadência na arte é pois a teoria que a Natureza tem da Arte. Seguindo essa teoria, somos tão naturalistas que somos a própria Natureza falando-nos por nossa própria boca, médiuns inspirados do obscuro destino das coisas. [...] Seria interessante inquirir, se fosse possível, qual o fim com que a Natureza cria estes produtos mórbidos, para que serve ela de produtos mórbidos na ação da vida social.*” Ibidem, pp. 228-229.

⁶³⁷ Ibidem, p. 229.

⁶³⁸ Carta datiloscrita (inédita ou pouco conhecida) de Fernando Pessoa a destinatário desconhecido. BNP/ACPC, Espólio de Fernando Pessoa, Cota: E3/114(1)-89.

intenção do autor.⁶³⁹ Foi redigida em forma de reposta a um *inquérito*, como os vários que recebia de veículos de informação portugueses e estrangeiros, ou mesmo de indivíduos que o queriam consultar a respeito de temas específicos. A *persona(lidade) literária* de Fernando Pessoa, dificulta — mais que em outros casos — medirmos sua crença e visão de mundo pelos seus escritos. Mesmo das cartas, sabe-se que várias cumpriam mais uma função ficcional do que propriamente epistolar.

De toda forma, neste caso em específico o documento se mostra bastante representativo (e sintético) daquilo que expressa em outras missivas e publicações.⁶⁴⁰ Como num programa acerca da revista *Orpheu* e os fundamentos da corrente sensacionista, onde, sem chegar a citar Beard (o criador do conceito de *neurastenia*) vai na linha dos argumentos deste, para quem a exaustão nervosa, crescente entre a população, era em grande medida culpa da modernidade (industrialização, urbanização, maior sociabilidade).⁶⁴¹ Outro testemunho deste posicionamento pode ser lido em diversos dos poemas de seu heterônimo Álvaro de Campos.⁶⁴²

Interessante apreciar que Fernando Pessoa — em todo seu particularismo — expressava-se como uma figura de transição, valendo-se das interpretações antigas acerca da raiz mórbida da genialidade mas já com um novo olhar positivo sobre o papel social do gênio, neste caso próximo daquilo que acreditava Jaime Cortesão. Se refere ao *freudismo* como “*um critério psicológico original e atraente, e com o poder emissor derivado de esse critério se ter tornado nele uma franca paranóia de tipo interpretativo*”⁶⁴³, uma vez que se assentava na importante questão da sexualidade.

⁶³⁹ As marcas no papel e a coloração da tinta levam a crer tratar-se de uma cópia-carbono, o que pode denotar que tinha a intenção de enviar o original. Era, inclusive, praxe dos escritores manterem uma cópia de sua própria correspondência ativa, até mesmo para inteirar-se quando recebiam as respostas. Além do que, neste momento da vida intelectual moderna muitas das cartas eram publicadas e tornavam-se parte integrante do legado literário de seus autores, que nitidamente já detinham consciência disso.

⁶⁴⁰ Cf. SERRÃO, Pedro Marques. Op. cit.

⁶⁴¹ “*Veja-se. Sobre uma vida social agitada, directamente como intelectualmente, pelas complexas consequências da irrupção para a prática das ideias da Revolução Francesa, veio cair todo o complexo e confuso estado social resultante da proliferação sempre crescente das indústrias, do enxamear cada vez mais intenso das actividades comerciais modernas. O aumento das facilidades de transporte, o exagero das possibilidades do conforto e da vantagem, o acréscimo vertiginoso dos meios de diversão e de passatempo — todas essas circunstâncias, combinadas, entrepenetradas, agindo quotidianamente, criaram, definiram, um tipo de civilização em que a emoção, a inteligência, a vontade, participam da rapidez, da instabilidade e da violência das manifestações propriamente, diariamente típicas do estádio civilizacional. Em cada homem moderno há um neurasténico que tem que trabalhar. A tensão nervosa tornou-se um estado normal na maioria dos incluídos na marcha das coisas públicas e sociais. A hiper-excitação passou a ser regra.*” PESSOA, Fernando. Os fundamentos do sensacionismo. In: _____. *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa: Ática, 1966. p. 158.

⁶⁴² Cf. PESSOA, Fernando. *Poesias de Álvaro de Campos. Obras Completas de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática: 1964.

⁶⁴³ Carta de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões, de 11 de dezembro de 1931. Cf. PESSOA, Fernando. *Correspondência (1923-1935)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999. p. 250. Pessoa atribuía ainda “*O êxito europeu e ultra-europeu do Freud procede, a meu ver, em parte da originalidade do critério; em parte do que este tem da força e estreiteza da loucura (assim se formam as religiões e as seitas religiosas, compreendo nestas, porque o são, as de miticismo político, como o fascismo, o comunismo, e outras assim); mas principalmente de o critério assentar (salvo desvios em alguns sequazes) numa interpretação sexual.*” Ibidem, p. 250.

Inobstante, por vezes “isto dá azo a que se possam escrever, a título de obras de ciência (que por vezes, de facto, são), livros absolutamente obscenos.” E que “se possam ‘interpretar’ (em geral sem razão nenhuma crítica) artistas e escritores passados e presentes num sentido degradante [...]”.⁶⁴⁴

Em resumo, segundo Pessoa “o Freudismo é um sistema imperfeito, estreito e utilíssimo”. Imperfeito, se esperássemos dele a *chave* da complexidade indefinida da alma humana. Estreito, se julgamos por ele que tudo se reduz à sexualidade, pois nada se reduz a uma coisa só. Mas, utilíssimo, porque chamou a atenção dos psicólogos para três elementos importantíssimos na vida da alma: o subconsciente, a sexualidade e a “translação” (conversão de certos elementos psíquicos em outros).⁶⁴⁵ Ironiza, entretanto, dizendo que não precisava de Freud para chegar a muitas daquelas conclusões. Estas últimas citações do poeta já são de período posterior (1931), e o caso de Fernando Pessoa é importante para evidenciarmos a manutenção, coexistência (e por vezes até prevalência) do legado da psiquiatria do XIX mesmo frente às novas tendências psicanalíticas que emergiam com forte influência por todo mundo.

3.4 Nem (tanto) Arte, nem Medicina: uma crítica literária nos moldes de uma estética sociológica do gênio.

A menos que o heroísmo, ainda menos a bravura, e o fanatismo, no aspecto indeterminado que aqui se reveste, sejam doenças, como tal classificadas, e que nossa história pátria e a obra primordial de todas as religiões, sejam mero produto patológico, irrequeto desequilíbrio de nevropatas! Como tantas e tão laboriosas construções da história, de súbito desabam varridas simplesmente por uma penada dogmática de um médico!

JAIME CORTESÃO, «Hereditariedade Mórbida e Psicológica em Antero», *A Arte e a Medecina*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. p. 67

A ocasião faz a obra? Ou pelo menos, configura o autor? Retomando tais questionamentos nos coadunamos às preocupações de todo aquele que se debruça sobre o mundo das ideias, no estudo da cultura e do fenômeno artístico. E aqui de certa forma, nos aproximamos do intento de nosso próprio objeto. Assim como Jaime Cortesão procurou interpretar Antero (e seu *gênio*), inseridos em um amplo contexto,

⁶⁴⁴ Ibidem, p. 250.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 251

procuramos fazer o mesmo, embora com outras categorias. Colocar nossos objetos em perspectiva histórica (espaço-temporal) é tarefa primordial em qualquer investigação histórica, com nuances muito próprias quando se trata de uma história intelectual.

Ao menos que pensássemos que as manifestações intelectuais e artísticas — ou mesmo que a própria História⁶⁴⁶ — fossem o produto da química cerebral dos indivíduos, como quiseram (e ainda querem) alguns proponentes. E assim, os mais diversos níveis de realidade acabam sendo incorporados no horizonte da pesquisa: estrutura quase imóvel, a conjuntura de acontecimentos mais recentes, de acontecimentos, o meio social, lugar institucional, circuito de ideias, etc. Nem todos estes critérios passavam pelas preocupações do Jaime Cortesão de *A Arte e A Medicina*. Esta nem era sua pretensão. Seu objeto era a Arte, mas como a abordava de um ponto de vista sociológico, a relação entre: o entorno, gênio e criação artística acabam, aos poucos, tornando-se dimensões obrigatórias de sua leitura. Bem como de todo campo disciplinar da Estética naquele momento.

Os tratados, as histórias, *vidas de artistas*, resenhas, enfim, os diversos juízos de valores fixados sobre a arte são provavelmente tão antigas quanto a própria arte. Interpretações também já vinham sendo feitas na forma sistemática da crítica, dos estudos formalistas, classificatórios (funcionalistas, por vezes quase filogenéticos, muito próximos das ciências naturais) quase sempre enquanto área da Filosofia. Em realidade, neste momento (transição entre os séculos XIX-XX) praticamente todos os saberes não propriamente mecânicos eram áreas da Filosofia. Entretanto, no momento de afirmação destes *departamentos* como disciplinas autônomas (ciências), que começam a pensar parcelas da realidade a partir de preceitos distintos (e mesmo opostos) das ciências naturais, a Estética naturalista cede cada vez mais espaço a uma Estética idealista (espiritualista), o que também não era novo, mas empregava agora um forte cariz sociológico.

Cortesão se insere neste contexto somando-se àqueles que acreditam que caberia à Arte, e não à Medicina, julgar a própria arte. É a *arte como um procedimento*⁶⁴⁷ (muito mais intuitivo e sensitivo do que racional) que além de avaliar o artista, seu

⁶⁴⁶ Como chegou a sugerir, ainda que poeticamente, Paul Valéry. Se é verdade que em sua famigerada passagem em *Regards Sur le Monde Actuel* (1931), o termo “química” (*chemie*) se presta mais como metáfora, quando diz que “a História é o produto mais perigoso que a química do intelecto tem desenvolvido. [tradução do autor]”; em outro momento afirma que “o Passado é algo totalmente mental. Ele é apenas imagens e crenças.” Ou seja, o autor que procura negar... Cf. VALÉRY, Paul. De l’histoire. In: _____. *Regards sur le monde actuel*. Paris: Stcock, Delamain et Boutelleau, 1931. pp. 63-69. p. 63 e VALÉRY, Paul. Discurso sobre a historia. In: _____. *Variedades*. São Paulo, Iluminuras, 2007. pp. 111-117. p. 113.

⁶⁴⁷ Ver o que diz Carlo Ginzburg acerca do método proposto pelo crítico russo Viktor Chklovski em GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Cia das Letras, 2001. pp. 15-41. P. 16 et seq.

procedimento e produto final, amplia nosso olhar de forma geral. Reavivando assim nossa experiência de percepção e interação com o mundo, desgastada pelo pessimismo e resignação históricos e banalizadas na repetição da rotina cotidiana moderna. Não utiliza essas palavras, mas é um pouco a ideia de causar *estranhamento*. É essa, aliás, para ele a grande faculdade que vinha distinguindo o artista/gênio/poeta do restante dos demais indivíduos: a capacidade de estranhar, transcender e enxergar com outros olhos — os da alma.

Por isso, quando afirma que os homens são todos cegos (porque ter olhos só é cegar-se e habituarmo-nos a julgar as coisas pelas aparências), não está negando o sentido da visão, está apenas reivindicado seus olhos de poeta.⁶⁴⁸ E assim com seu olhar de poeta, entra na Medicina. Um olhar que vinha de fora, de sua experiência e sensibilidade externas (trabalhado a partir do veio artístico que mais o estimulava naquele período de mocidade, em contato direto com seus pares) falando desde dentro da obra de conclusão de sua formação médica, o lugar que naquele instante ocupava.

* * *

A proposta dessa parte final do presente capítulo é mais um exercício do que uma afirmação. Procura-se trazer como um eixo de amarração deste embate entre *degeneração/degenerescência* e a ideia da natureza mórbida da Arte *versus* a positivação da figura do *gênio-artista*. Pensando a inserção deste último paradigma no movimento maior de uma *virada estética*.⁶⁴⁹ O vasto alcance das teses degeneracionistas há muito é debitado ao sucesso de doutrinas como o Positivismo e Cientismo. Seus desdobramentos no campo das ciências naturais, e para além delas, na política, na literatura e cultura em geral.

Já as respostas surgidas a elas são geralmente vistas como investidas esparsas. Uma onda de espiritualismo/idealismo, tendências neorromânticas e irracionaisistas de algumas vanguardas intelectuais. Embora se possam enquadrá-las geográfica, cronológica, ou mesmo filosoficamente como partes de um mesmo movimento, raras vezes se atribui um critério de unidade (além do *inimigo em comum*). Não cabendo a

⁶⁴⁸ Relembrando: “O homem é o prisioneiro dos seus sentidos, e o Poeta é o que, rompendo esse cárcere para logo caminha liberto, e paira e voa vertiginosamente num perpétuo, surpreso, extasiado deslumbramento pelo mundo imenso, encantado, pululante de maravilhas, que fica para além dessa prisão. Do fruto da Vida roçam os homens apenas a casca, a epiderme uniforme, enquanto os Poetas cravam os dentes, provando mil inéditos sucos, nas profundidades virgens da polpa.” CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. p. 91.

⁶⁴⁹ Ver considerações de Giuseppe GALASSO, Giuseppe. Notas do editor. In: CROCE, Benedetto., Op. cit. pp. 461-491.

nossa competência criar tal modelo interpretativo, o que procuramos agora fazer é (apenas) pensar *A Arte e a Medicina* de Jaime Cortesão em modalidades um tanto distintas àquelas que lhe atribuem apenas o caráter de uma “obra de ocasião”, como um simples trabalho de conclusão de curso.

Se, ao reconstituirmos a enorme repercussão da perda de Antero para sua geração e consequente reverberação de sua figura (seu gênio) na geração seguinte somando-se a uma análise da *Nosografia* escrita por Sousa Martins nos quadros das tendências de sua época, já atendemos, de certa forma, o objetivo de ampliar a imagem desta ocasião que possibilita a escrita do jovem formando em medicina em sua entrada nos embates intelectuais de seu tempo. Podemos agora completar essa imagem realocando esta obra para além do foco que tem tradicionalmente suscitado as demais primícias literárias e intelectuais já consagradas do autor, inserindo-a neste contexto de emergência de uma Estética moderna, e mais propriamente talvez, de uma Sociologia da Arte, que se debruça sobre os aspectos sociais da produção e veiculação das expressões artísticas, com forte ênfase ao papel de seu produtor: o artista. Ou neste caso, mais específico, a figura do *gênio-artista*, que cumpre um papel específico nesta crença geral de seu papel como catalizador de toda uma energia renovadora no âmago da sociedade.

* * *

Antes de *Gennio e Folia* de Lombroso (circa 1964), e das teorias degeneracionistas da natureza mórbida do gênio e da arte, Aristóteles na questão XXX dos seus *Problemas*⁶⁵⁰ já pautava a associação entre gênio/herói e doença/loucura. “*Por que razão todos aqueles que são homens extraordinários, no que diz respeito a filosofia, a política, a poesia ou as artes, resultam ser claramente melancólicos, e alguns até apanhados pelas enfermidades provocadas pela bilis negra [...]?*” E nisto menciona a cólera de Hércules, e outros heróis como Ajax e Belerofonte que se tornaram loucos ou alienados. O mesmo teria ocorrido a Platão, Sócrates e “*a maioria dos que se ocuparam da poesia*”.

Aristóteles culpa o excesso de vinho, não como bebida em si — muito embora faça uma verdadeira antropologia dos *tipos* embriagados — mas como metáfora. Assim como o excesso do néctar dionisíaco provocava as mais distintas alterações no caráter humano: tornando salientes os tímidos, corajosos os covardes e irados e imprudentes

⁶⁵⁰ São tido por *Problemas* (ou *Problemata*) este conjunto de diálogos em forma de perguntas atribuídos a Aristóteles.

os mansos, o excesso de *bilis negra* provocaria nos homens de gênio o constante estado melancólico. Temperamento propenso a criação poética, a especulação, ao talento, mas com o preço a pagar de fazer os indivíduos a conduzirem-se na vida como um “barco sem lastro” — na expressão de Sócrates.⁶⁵¹

Dessa forma, também a Tragédia clássica ajudou a fixar a ideia da loucura. Mais propriamente, a *hybris* (desmedida, excesso, desequilíbrio) como a contraface do heroísmo, ou da genialidade. A própria *teoria humoral*, que é provavelmente a que mais tempo perdurou na doutrina médica — e ainda hoje perdura em algumas áreas da medicina não ocidental, ou dita, alternativa — considerava as doenças (físicas e mentais) como fruto do desequilíbrio. Qual seja, uma descompensação entre os humores (*sanguíneo, colérico, melancólico, fleumático*) que poderia ser causada pelos mais diversos fatores (alimentos, comportamentos, condições climáticas, influência dos corpos celestes, etc). E surpreende, que de forma muito evidente, lógica semelhante torne a aparecer na ideia *lei de compensação* das teses degeneracionistas contemporâneas.

Num constante movimento pendular que, ora aproxima-se da admiração, outrora da repulsa, a figura do gênio e sua expressão terminológica — assim como *decadência* e suas derivações — cumpre um itinerário que chega até a modernidade com sentidos polivalentes.⁶⁵² Tanto na sua modalidade mais substantiva, *o gênio*, como na adjetivação, *homem de gênio*, o termo ganha constantes variações e apostos específicos. Como em *gênio-artístico, gênio-criador*, ou mesmo, *gênio-histórico, gênio-nacional* (*Volksgeist* de Herder)⁶⁵³; estas mais ligadas a ideia de *herói*. Por hora nos fixaremos ao primeiro tipo, o artístico, pois foi essa a perspectiva que animou a leitura de Antero de Quental por parte de Cortesão na ocasião de sua tese de Medicina. Todavia, retornaremos as ideias de *gênio-nacional* e *herói*, visto que são categorias fundamentais para se compreender a obra posterior de Cortesão e boa parte de seus contemporâneos, como até já insinuamos alhures. Aliás, as semelhanças e distinções

⁶⁵¹ ARISTÓTELES. *El hombre de gênio y la melancolia*. Barcelona: Quaderns Crema, 1996.

⁶⁵² De acordo com o Dicionário Houaiss, os sentidos mais comuns são: “**Gênio**: substantivo masculino. (1567), 1. espírito que, segundo os antigos, regia o destino de um indivíduo, de um lugar etc., ou que se supunha dominar um elemento da natureza, ou inspirar as artes, as paixões, os vícios etc. 2. aptidão natural para algo; dom (ter o *gênio* dos negócios). 3. extraordinária capacidade intelectual, notadamente a que se manifesta em atividades criativas. 4. indivíduo dotado dessa capacidade 5. conjunto dos traços psíquicos e fisiológicos que moldam o temperamento e o humor de cada pessoa (homem de *gênio* pacato). 6. tendência a irritar-se ou encolerizar-se facilmente; irascibilidade (casou-se com homem de *gênio* terrível). 7. aquilo que é distintivo numa nação, num povo (o *gênio* latino) [...]” HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 964.

⁶⁵³ VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1999. p.167.

entre um tipo e outro são talvez um dos eixos mais significativos para ligarem ambas as partes deste trabalho.

Se já foi visto como esta contra face do desvio, mais propriamente na ideia de *degeneração*, se tornou expressão dominante — ou pelo menos de enorme repercussão — acerca do fenômeno artístico e da figura do gênio, no discurso cientista, e para além dele na literatura finissecular do XIX, presenciamos agora a tentativa de Cortesão em procurar reabilitá-los. Mais propriamente na obra e figura de Antero de Quental, mas principalmente porque sua geração de fato acreditará que a superação da decadência e dos problemas da modernidade se daria, justamente na atuação destes indivíduos especiais, que encarnavam de certa forma o *espírito de sua época*. Daí ainda associação entre o papel do gênio e o intelectual moderno.

O surgimento da ideia de *gênio-artista*, é singularmente associado ao Renascimento cultural, e embora parte dela tenha se constituído posteriormente no período romântico, Leon Battista Alberti e Giorgio Vasari (séculos XV-XVI) já cumpriam estas distinções análogas aos indivíduos dotados de domínio excecional em suas composições. Aliás, o que temos neste momento é, simultaneamente, como faces de uma mesma moeda, o surgimento mesmo da concepção de *Arte*, que juntamente a de artista, farão a fortuna do Renascimento. Embora não de modo incontestado, com desdobramentos, avanços e recuos por toda Europa, pelo menos até a Contrarreforma (Concílio de Trento, 1545-63).

Contudo, não fixa neste período a noção de gênio, em si. Porque ela é um atributo da Estética, enquanto uma filosofia da Arte, e mesmo os humanistas ou artífices de formação mais sofisticada, assim com a aristocracia mecénática, estavam mais preocupados em se diferenciar e distanciar, por cultivarem as artes liberais, daqueles que praticavam as chamadas artes mecânicas.⁶⁵⁴

Ao que tudo indica, deveu-se, de fato, à Filosofia, mais propriamente ao Idealismo Alemão (Kant, Fichte, Schelling e Hegel), a cristalização da ideia do *artista-gênio* que brotaria como um rio caudaloso, cujos afluentes das mais diversas concepções de arte, comporiam outras tantas possibilidades afirmação desse tipo que, como Proteu (novamente), surpreende-nos a cada instante com um novo gesto de auto-criação. Originário das lucubrações humanistas — da apropriação que estes faziam da Antigüidade clássica —, esse sujeito compósito trilhará um longo percurso até a

⁶⁵⁴ SANTA, Marcos Roma. *A estetização da história: o nascimento da ideia de arte no Ocidente*. TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIA DA LITERATURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. 2010. 173 p. Disponível em < http://www.posciencialit.letas.ufrj.br/images/Posciencialit/td/2010/20-marcosromasanta_aestetizacaodahistoria.pdf >. Acesso em: 02/02/2018. pp. 72-88.

plena formação de sua identidade no Romantismo.⁶⁵⁵

O processo difere em cada um dos contextos específicos, mas, para o caso das letras portuguesas, sabemos que figuras da primeira metade do XIX, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, além da saga do herói liberal exilado, revestem, cada qual a seu modo, a áurea do *gênio-poeta*. Este último, também historiador, festejado como o maior intérprete português. Posteriormente a disputa seria mais acirrada entre os já tão referidos ícones da *Geração de 70* (mormente, Eça, Antero e Junqueiro). Todavia, Antero, por seu destino trágico, foi quem melhor exprimia essa feição e, por isso, seu mito marcou toda sua geração e aquela que imediatamente a sucedeu. Mas, já neste último contexto a ideia do gênio-artista é, cada vez mais, suplantada pela figuração do cientista e do intelectual na sociedade moderna.

A especialização dos saberes — da qual a *Enciclopédia* iluminista e a academia moderna sejam talvez os maiores exemplos — acaba por cingir de vez arte e ciência. O gênio em ciências naturais, empíricas e matemáticas, por sua vez, perpassa por outras categorias relativas à sua capacidade de racionalização. No caso do escritor, publicista contemporâneo, nos momentos em que não se aventura pela ficção ou pela poesia, é esperado que se dispa da ênfase na *criação*, assumindo mais fortemente as faculdades da *mediação* e *conscientização*. Ou seja, desloca-se de vez do plano da *arte pela arte*, ocupando um novo espaço na sociedade burguesa, que não o do artista. Passam a existir, então, de formas autônomas: o artista, o cientista e o intelectual.

Foi, portanto, parte do gesto fundacional das ciências modernas querer afastar-se ao máximo da arte, e o cientista do artista. Negar-lhes até; e não à toa, por vezes negativá-los enquanto produto de uma natureza mórbida, degenerada. Já aos intelectuais que ainda pretendiam uma profunda identidade com a arte e os artistas, restava salvaguardá-los desta investida cientista, tomando-os como objeto de estudo — tal qual fizera Cortesão, e ele, obviamente, não estava sozinho.

Embora não se possa atribuir ao jovem formando da medicina a criação de um método específico, ao perfilar sua abordagem às categorias de *intuição* de Bergson, e de *simpatia*, enquanto uma síntese da proposta interpretativa de Guyau, procura criar um entendimento propriamente sociológico da arte e da figura do gênio: Antero. É bem verdade que isso se demonstra mais nos critérios de desconstrução dos argumentos de Sousa Martins, do que na aferição de seus próprios. Mas ainda assim, se olharmos para o seu texto, de modo a aproximá-lo a estes demais autores, conseguimos filtrar estas

⁶⁵⁵ Ibidem, pp. 111-144.

nuances.

E, por mais que ainda não conhecesse a obra de Benedetto Croce, que de fato propunha as bases de uma nova Estética, em diversos momentos se aproxima dela. Por conseguinte, poder-se-ia tomar o gênio e a criação artística como objeto de especulação científica, não nos moldes do naturalismo medicalizante, ou como mero fenômeno superestrutural de uma sociedade determinada por outras instâncias; mas como objeto em si em sua vinculação com a sociedade. A evolução e autonomia da temática estética, fosse na filosofia, fosse na sociologia contemporâneas foi ganhando contornos interessantes ao longo das décadas seguintes.

Como um breve relato de *memória disciplinar*, temos para o caso brasileiro, alguns dos mais ilustres membros da missão da *Missão Francesa* que viriam fundar as disciplinas de humanidades na nascente Universidade de São Paulo na década de 1930. Jean Maugüe, Claude Levi-Strauss e Roger Bastide, assumiram o objeto artístico profundamente em seus trabalhos, por vezes numa interlocução com a psicologia/psicanálise, como também queria Cortesão.⁶⁵⁶ Bastide, que dos três foi quem talvez melhor tenha se dedicado a uma sociologia da arte, propriamente, debruçando-se sob esta ênfase na análise de diversos problemas brasileiros, chega a estabelecer em seu curso — traduzido por Gilda de Mello e Souza na obra *Arte e Sociedade* (1945) — um balanço da Estética Sociológica até aquele momento, onde aponta os limites do vitalismo de Fouillée e Guyau em suas concepções de gênio.⁶⁵⁷ Inclusive, ao gênio (conceito que chega a empregar, prefere chamar de *produtor de arte*) dedica um capítulo específico onde pretende situa-lo em relação a seu meio social, justamente.⁶⁵⁸ Aliás, a repercussão do campo no Brasil é tanta que no depararíamos ainda, com a crítica literária de matriz sociológica e forte presença do materialismo histórico — de Antonio Candido e Roberto Schwarz e próprios trabalhos de Gilda de Mello e Souza para a arte em suas mais variadas manifestações e Paulo Emílio Salles Gomes, mais especialmente para o cinema, para ficarmos apenas em alguns nomes.

Para além desta cena uspiana, devemos assumir nosso desconhecimento da evolução da área, mesmo para o restante do país. Também em Portugal, para além dos autores já tratados, nosso alcance é bastante limitado, o que de certa forma também excederia as possibilidades deste trabalho. Apenas para mencionar outros autores,

⁶⁵⁶ Ver SOUZA, Gilda de Mello e. A Estética rica e a Estética pobre dos professores franceses. In: _____. *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009. pp. 9-41.

⁶⁵⁷ BASTIDE, Roger. *Arte e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1945. pp. 40-42.

⁶⁵⁸ Ibidem, pp. 96-109.

poderíamos ficar com os nomes de Walter Benjamin, e mais contemporaneamente, Pierre Bourdieu (dos quais nos valem no presente trabalho), pela atenção que legam aos temas da arte, de sua produção/circulação, e do produtor artísticos na modernidade.

Mas, cabe destacar que a crítica de arte — sendo a literária a mais profícua — nos moldes que a conhecemos, ao menos inspirada pela sociologia, a despeito de ser uma invenção moderna não surge no *Modernismo*. Intensifica-se, de fato, mas não é a toa que Paul Valéry, W. Benjamin, György Lukács, Candido, antes deles Guyau, e por fim Bourdieu vão partir das preocupações sociológicas dos próprios literatos como Flaubert, Balzac, Machado, Baudelaire, etc. Para Antonio Candido isto se deve a própria forma do romance como expressão literária do XIX.⁶⁵⁹

* * *

De todo modo, no que diz respeito a abordagem do artista, enquanto gênio, mas especificamente, talvez nenhuma síntese tenha melhor equacionado a questão como a *sociologia do gênio* proposta por Norbert Elias, e por isso nos ateremos a ela.⁶⁶⁰ O que resulta é interessante notar que no momento em que Elias estabelece sua proposta para tratar do caso de Mozart (anos 1990), a Sociologia enquanto campo disciplinar já se encontra plenamente estabelecido a praticamente um século; se considerarmos seu início em 1887, quando Émile Durkheim ministra suas aulas em Bordéus — Lembrando que o termo já era mencionado por Comte em seu Curso de Filosofia Positiva (1830). E, embora a Estética surja como uma preocupação eminentemente filosófica, uma abordagem sociológica do fenômeno artístico já se encontrava nos primórdios da Sociologia proposta por Fouille e Guyau, como vimos. Assim, a arte então considerada como fenômeno social e ao mesmo tempo um objeto

⁶⁵⁹ “Ora, o estudo das sucessões históricas e dos grupos sociais, da rica diversificação estrutural de uma sociedade em crise, não cabia de modo algum na tragédia ou no poema: foi a seara própria do romance, que dele se alimentou, alimentando ao mesmo tempo o espírito histórico do século. O deslumbramento colombiano com que Balzac descobriu a interdependência dos indivíduos e dos grupos, fazendo da sociedade uma vasta estrutura misteriosamente solidária, equivale ao orgulhoso júbilo com que Augusto Comte julgou descobrir as leis de coexistência e evolução desta mesma sociedade.” CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013. p. 430.

⁶⁶⁰ *Mozart, a Sociologia de um Gênio* foi publicado em 1991, um ano após o falecimento de Norbert Elias. Nos informa seu organizador, Michael Schröter, seu epígono, que o último ato do autor referente a este projeto foi precisamente a escolha do título. De resto, o livro foi compilado a partir de textos de um dos tantos projetos em andamento do sociólogo. Esse referente a Mozart, chamado *Der bürgerliche Künstler in der höfischen Gesellschaft* (O artista burguês na sociedade de corte) se inseria em seus debates maiores acerca de uma sociologia histórica da cultura e dos costumes, a questão engajamento/distanciamento do indivíduo, mais propriamente o artista, na sociedade; pensados nos quadros mais gerais do *processo civilizatório* e de seus conceitos de *figuração social* e *sociedade de corte*. Este último não como mera periodização, mas enquanto um modelo explicativo — semelhante ao que fizera Marc Bloch em sua história sociológica para a *sociedade feudal*. Cf. ELIAS, Norbert. *Mozart, a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

autônomo para a expressão e respectivo conhecimento de uma sociedade, é um capítulo específico da história da Sociologia, desde suas origens.

Não obstante, a objetividade e cientificidade do campo, Elias não deixa de reivindicar uma aproximação com traços da *simpatia* e *intuição* outrora propostas.

A sociologia normalmente é tida como uma disciplina destrutiva e redutora. Não partilho desta visão. Para mim, a sociologia é uma ciência que deveria nos ajudar a entender melhor, e explicar, o que é incompreensível em nossa vida social. É por isso que escolhi o subtítulo aparentemente paradoxal ‘A sociologia de um gênio’. Não é meu propósito destruir o gênio ou reduzi-lo a outra coisa qualquer, mas tornar sua situação humana mais fácil de entender, e talvez ajudar, de maneira modesta, a responder à pergunta do que se deveria ter feito para evitar que acontecesse um destino como o de Mozart. Ao apresentar sua tragédia como tento fazer — e é apenas um exemplo de um problema mais geral —, pode ser que as pessoas se tornem mais conscientes da necessidade de se comportar com maior respeito em relação aos inovadores.⁶⁶¹

Para Elias, a tragédia de Mozart — que o teria levado ao menosprezo, miséria e morte prematura, aos 35 anos — partia em larga medida do lugar que ocupava em seu meio envolvente. Era “um gênio antes da época dos gênios”⁶⁶², ou seja, um indivíduo espetacularmente dotado, mas numa sociedade que ainda não conhecia a ideia do gênio romântico. E que, portanto, vivia na ambivalência do artista burguês na sociedade de corte, que pode ser resumida na dicotomia: identificação com a nobreza de corte e seu gosto *versus* o ressentimento pela humilhação que ela impunha (apreciando sua obra, mas menosprezando sua pessoa). A transição da figura do *artista artesão* para o *artista autônomo* configurou-se num dilema existencial para o compositor, que refletia diretamente a condição do *gênio*, que tão enaltecido Renascimento tardio, retornaria apenas com o Romantismo.

A posição do escritor autônomo já se figurava em finais do XVIII, e mesmo nas artes plásticas já surgiam pintores e retratistas que trocavam os longos mecenas da aristocracia pelas ocasionais encomendas da burguesia citadina. Na música, isso chegaria apenas mais tarde, até mesmo porque para ser consumido, seu produto final dependia de uma execução mais dispendiosa de recursos (uma orquestra, por exemplo). E, por isso, a tentativa de dispensar um patrocínio único e ser um produtor autônomo, assumida por Mozart na corte vienense, foi feita numa época em que a estrutura social ainda não oferecia/reconhecia esse lugar. Logo, não basta *estar à frente de seu tempo* — e por mais anti-histórico e evolucionista que soe, de fato, parecem haver sujeitos

⁶⁶¹ Ibidem, pp. 18-19 (nota 7).

⁶⁶² Ibidem, pp. 23-24.

(individuais e coletivos) desse tipo —, é preciso que haja minimamente uma atmosfera de recepção e reverberação para que esta atitude vingue.

Da parte da sociedade repercutiria então esta tensão entre a identificação com obra de arte e um distanciamento de seu produtor, o gênio como figura apartada, diferente dos demais que, aos poucos, no estágio moderno de civilização foi se transfigurando num elemento de mistério e admiração, que ao mesmo tempo é a forma de deificação e enaltecimento dos “grandes homens” em oposição ao desprezo pelas pessoas comuns.⁶⁶³

Assim, a imagem idealizante do gênio (cingido entre o virtuosismo e a loucura) é para Elias a projeção da própria tensão entre civilização e animalidade expressa no seio da sociedade, e que poucos compreenderam como ele. O *dom*, ou o *gênio*, são então entendidos como faculdades espirituais, fora do corpo físico do indivíduo. “*A divisão resultante, na qual se colocam em escaninhos separados o mistério atribuído a um gênio, de um lado, e sua humanidade comum, de outro, expressa uma desumanidade profundamente enraizada na tradição intelectual europeia. Trata-se de um problema civilizatório não resolvido.*”⁶⁶⁴ Não à toa, a geração posterior ao romantismo vai negatizar esta imagem, reincorporando-a na fisiologia dos indivíduos como doença.

Mesmo com ressalvas ao conceito de gênio, Elias procura explicar aquilo que diferencia a *sublimação* deste da produzida pela maioria das pessoas.⁶⁶⁵ Mas procurando fugir da deificação da genialidade e de sua biologização é bastante categórico em contestar a noção de *gênio inato*.⁶⁶⁶ Claramente, a configuração que origina o gênio passam pela articulação específica de talentos e propensões individuais, adquiridos cognitivamente com o domínio das expressões e linguagens de

⁶⁶³ E prossegue: “*Ao elevar o primeiro acima da medida humana, reduzem-se as outras a um nível abaixo dela. Nossa compreensão das realizações de um artista e a alegria que se tem com suas obras não diminui, mas se reforçam e aprofundam quando tentamos captar a conexão entre as obras e o destino do artista na sociedade de seus semelhantes. O dom especial — ou, como se dizia no tempo de Mozart, o ‘gênio’ que uma pessoa tem, mas não é — em si mesmo constitui um dos elementos determinantes de seu destino social, e, neste sentido, é um fato social, assim como os dons simples de uma pessoa sem gênio.*” Ibidem, p. 54.

⁶⁶⁴ Ibidem, pp. 54-57.

⁶⁶⁵ Ibidem, pp. 63-65.

⁶⁶⁶ “*Ao falar de Mozart logo nos pegamos usando expressões como ‘gênio inato’, ou ‘capacidade congênita de compor’; mas tais expressões são ditas sem pensar. Se dizemos que uma característica da pessoa é inata, queremos com isso dizer que é geneticamente determinada, herdada biologicamente da mesma maneira que a cor dos cabelos ou dos olhos. Mas é simplesmente impossível para uma pessoa ter uma propensão natural, geneticamente enraizada, de fazer algo tão artificial como a música de Mozart. [...] Está além de qualquer dúvida o fato de que a imaginação de Mozart se expressava em padrões sonoros com uma espontaneidade e uma energia que lembram uma força natural. Mas, se havia aqui uma força da natureza, certamente era uma força muito menos específica do que a que se manifestava no idioma particular de suas prolíficas invenções. A extraordinária facilidade de Mozart para compor e tocar música conforme o padrão social da música de seu tempo só pode ser explicada como expressão de uma transformação sublimadora de energias naturais, não como uma expressão de energias naturais ou inatas per se.*” Ibidem, p. 58.

sua época socialmente referendadas. Ou seja, procura pensar o fenômeno sociologicamente, chegando mesmo a se referir a genialidade como um fato social.

No primeiro volume de *A Formação da Literatura Brasileira* (1959), Antonio Candido expõe que a tentativa de focalizar simultaneamente a obra, como realidade autônoma, e seu contexto — ou sistema — literário e social é, de fato, tarefa ambiciosa dada a força com que se arraigou o divórcio entre história e estética, forma e conteúdo, erudição e gosto, objetividade e apreciação. “*Uma crítica equilibrada não pode, todavia, aceitar estas falsas incompatibilidades, procurando, ao contrário, mostrar que são partes de uma explicação tanto quanto possível total, que é o ideal do crítico, embora nunca atingido em virtude das limitações individuais e metodológicas.*”⁶⁶⁷ A “crítica total” é como a proposta de “historia total” que tanto animara as primeiras gerações dos *Annales*, na França. Não é a abordagem de tudo, mas que considera o todo, que é a síntese da articulação entre as mais variadas partes de um sistema.⁶⁶⁸ É importante que Candido saliente que isso é um horizonte da crítica estética, talvez nunca plenamente alcançável, mas que deve sempre guiar esta perspectiva.⁶⁶⁹

Prossegue Antonio Candido sugerindo que a maneira de se chegar o mais perto possível deste desígnio exposto estaria na síntese — dialética — entre o geral e o particular, erudição e gosto, meio, autor e obra. No que se faz necessário um pendor para integrar contradições inevitáveis, quando se atenta simultaneamente para todas estas esferas. Sendo preciso, ainda, prever que um autor e uma obra podem não a mesma coisa, sendo até mesmo opostos, porque a criação artística constituem uma tensão incessante entre os contrastes do espírito, da sensibilidade e de sua representação. A forma, através da qual se manifesta esse conteúdo, perfazendo na expressão artística, é sempre uma tentativa (mais ou menos feliz e duradoura) de equilíbrio entre estes contrastes. E que mesmo quando relativamente perfeita, deixa vislumbrar a contradição e revela a fragilidade deste equilíbrio porque, afinal, quem quiser ver em profundidade deve aceitar o contraditório, que “*é o próprio nervo da vida.*”⁶⁷⁰

⁶⁶⁷ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 32.

⁶⁶⁸ Retomaremos no Capítulo 4 a categoria de “história total”.

⁶⁶⁹ O mesmo afirma Eric Hobsbawm para a História: “*Consequentemente, as novas perspectivas para a história também devem nos levar a essa meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja cabalmente realizável: ‘a história total’. Não ‘a história de tudo’, mas a história como uma tela indivisível onde todas as atividades humanas estão interconectadas.*”. HOBBSAWM, Eric. J. “O desafio da razão: Manifesto para a renovação da história”, *Carta Maior*, 11 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14924>. Acesso em: 01/10/2008. Originalmente publicado no periódico britânico *The Guardian*, Londres, 15 de janeiro de 2005, sob o título “In defense of history”.

⁶⁷⁰ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 32.

Por outro lado, se aceitarmos a realidade na minúcia completa das suas discordâncias e singularidades, sem querer mutilar a impressão vigorosa que deixa, temos de renunciar à ordem, indispensável em toda investigação intelectual. Esta só se efetua por meio de simplificações, reduções ao elementar, à dominante, em prejuízo da riqueza infinita dos pormenores. É preciso, então, ver simples onde é complexo, tentando demonstrar que o contraditório é harmônico. O espírito de esquema intervém, como forma, para traduzir a multiplicidade do real; seja a forma da arte aplicada às inspirações da vida, seja a da ciência, aos dados da realidade, seja a da crítica, à diversidade das obras. E se quisermos reter o máximo de vida com o máximo de ordem mental, só resta a visão acima referida, vendo na realidade um universo de fatos que se propõem e logo se contradizem, resolvendo-se na coerência transitória de uma unidade, que sublima as duas etapas, em equilíbrio instável.⁶⁷¹

Retomando Elias, no capítulo intitulado “O Artista no ser humano” aponta a frequência com que nos deparamos com a ideia de que a maturação do talento de um gênio é um processo autônomo, interior, isolado do destino humano do indivíduo em questão. Esta visão é, por sua vez, caudatária da impressão de que o processo criativo independe da existência social de seu criador, de seu desenvolvimento e experiência como ser humano no meio de outros seres. De acordo com este enfoque, os biógrafos de Mozart muitas vezes supuseram que compreender o Mozart-artista e, portanto, sua arte, pode estar dissociado de compreender o Mozart-homem. Como Cortesão, Candido e qualquer outro que se preocupava com essa *mutilação*⁶⁷² do objeto homem, Elias julga esta separação “artificial”, “enganadora” e “desnecessária”. E, por mais que o atual estado de conhecimento não permitisse revelar as conexões mais diretas entre a existência social e as obras de um artista “*como se usássemos um bisturi*”, é possível investigá-las com alguma profundidade. Alguns dos biógrafos de Mozart, “que assim como um São Jorge lançaram-se ao ataque contra o dragão do culto idealizador do gênio”, procurando-o abordá-lo desapaixonadamente, acabam sendo, no fundo, mais outros adoradores de ídolos.

Este ídolo de uma “lei interior” — ora *dom*, ora *doença* — que se manifestava no artista como nada decorresse de sua experiência pessoal. Que visão estreita, atribuir ao artista e sua arte o produto imediato desta manifestação, assevera, “*Que áspera, que intelectual desumanidade, que falta de empatia e de compaixão por um não-intelectual se expressa nestas palavras!*”⁶⁷³ Este juízo emitido por Elias, poderia muito bem tê-lo dito Cortesão — que julgava a ciência ou crítica de ânimo frio, mais obra de um temperamento do que uma cautela metodológica, afastando-se disso. Cortesão que

⁶⁷¹ Ibidem, p. 32.

⁶⁷² Marc Bloch, por exemplo. Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. pp. 44-45 et passim.

⁶⁷³ ELIAS, Norbert. Op. cit., pp. 53-54 (ênfase a nota 30).

aliás chegou a dizer coisas muito semelhantes, como vimos, a diferença é que Elias combatera esta tendência dentro da própria sociologia, gênero biográfico e crítica literária já destituídas da excessiva presença do Cientismo de finais do século, muito embora até hoje os discursos que procuram dar a qualquer característica humana uma maior proporção biológica tenham considerável hegemonia fora das ciências sociais.

Outra passagem que aproxima as considerações de ambos autores está na consideração de Elias: “*Não pode ser muito correto separar desta maneira o artista do homem, retrospectivamente. Deve ser difícil, afinal de contas, amar a arte de Mozart sem sentir um pouco de amor pelo homem que a criou.*”⁶⁷⁴ Novamente, a *simpatia* pela pessoa e destino trágico do gênio são evocados como fatores imprescindíveis para sua compreensão. Assim como Cortesão que em sua tese (1910) pautara-se pelo sentido de *reabilitação* — que considera “uma questão moral” e em sua *Glória de Antero* (1943) guia-se pelo sentimento de *remorso*.⁶⁷⁵

* * *

Em síntese, se analisarmos as premissas centrais da tese de Cortesão em comparação às demais propostas de análise estética, aqui consideradas, cremos que o exercício de procurar compreendê-lo neste movimento de virada estética não terá sido vão. Obviamente, guarda suas próprias especificidades. A dimensão da *intuição* e *simpatia* já foi devidamente abordada e, de fato, revela uma preocupação metodológica — e mesmo uma questão filosófica — daquilo que Cortesão atribuía ao trabalho de uma crítica sociológica do caso de Antero retratado por Sousa Martins.

Vimos que por mais poética que soe sua proposta, que confessa escrever “*na mais das vezes, à custa do amor e do sofrimento, do entusiasmo e da indignação*” porque impossível a um artista escrever sem que nele vibre “*as mais fugidias sutilezas do cérebro aos mais profundos frêmitos do seu coração*”⁶⁷⁶, de algum modo ela se ampara em percepções mais gerais e na ideia de autores importantes na prefiguração e

⁶⁷⁴ Ibidem, p. 14.

⁶⁷⁵ “*Minhas Senhoras e meus Senhores a melhor forma de evocar e celebrar a memória de Antero não seria tirar da sua tragédia e doutrina uma lição de moral transcendente? Em boa verdade, eu vos direi: esta breve evocação da vida e obra do poeta-filósofo não teve outro propósito. Ao terminar, eu quisera ter despertado nos vossos corações, para aplicardes na vida, qualquer coisa de infinitamente compreensivo e amável, de intemporal e saudoso, a que eu chamaria: remorso pela morte de Antero.*” CORTESÃO, Jaime. *Remorso pela morte de Antero*. In: BANDEIRA, Manuel; CORTESÃO, Jaime. Op. cit. pp. 19-47. p. 47.

⁶⁷⁶ CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. p. 8.

formação de um campo disciplinar específico, como a estética sociológica (ou mesmo uma sociologia estética).

É por isso que nas páginas de “O Poeta” vemos seu capítulo mais metafísico e ao mesmo tempo metodológico, se aceitarmos as premissas da intimidade e simpatia com a experiência da criação artística como forma de assumir sua subjetividade. Questiona-se ou não este ponto de vista a partir de uma epistemologia da ciência, ou da constituição dos saberes de tipo acadêmico, isto não era uma preocupação para o autor. O texto, que naquele mesmo instante fora também publicado no primeiro número de *A Águia* (dezembro de 1911) confirmava este sentimento de comunhão entre Cortesão e seu objeto, expresso pelo autor como via de acesso privilegiada ao gênio de Antero: a *simpatia*. Além de remeter à inserções semelhantes no campo da Estética, por outros autores que ele mesmo refere, é um diálogo que se abre em amplas possibilidades. Aliás, o veemente elogio⁶⁷⁷ que Raul Proença fez a essa passagem da tese denuncia um segundo sentimento de comunhão e uma outra esfera de diálogo, que são aqueles abertos entre Cortesão e seus companheiros da *Renascença Portuguesa*, estes sim seus interlocutores diretos.

Isto inclusive pode ser lido novamente em páginas de *A Águia*, quando publica um elogio a Teixeira de Pascoaes. Cortesão começa reforçando a *simpatia* como dimensão obrigatória para a boa crítica literária — sendo ele poeta pode bem julgar os demais. Avaliando que havia uma nova “Primavera” da poesia a florescer em Portugal, “terra onde Apolo deixou cair a lira” — coloca Pascoaes como um dos expoentes dessa geração que traz de volta o lirismo, o espírito de transcendência e religiosidade a esse terreno doravante dominado pelo materialismo. Impressão que seria confirmada por Fernando Pessoa, um ano depois na mesma revista, em artigo sugestivamente intitulado “A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada”.⁶⁷⁸

O materialismo e o positivismo, que durante tanto tempo reinaram no mundo das idéias, tentando secar as fontes eternas do sentimento, já lá vão... Para substituir os dogmas antigos, tinham os sábios criado dogmas tanto, ou mais antipáticos e esterelizantes que aqueles. A corrente predominante no pensamento moderno é a do idealismo, da livre metafísica e duma vasta e indidualizada religiosidade. Antero, o divino Antero, previu-a e anunciou-

⁶⁷⁷ Que aqui reescrevemos: “Aqueles cinco ou seis páginas do Poeta são verdadeiramente maravilhosas. São as páginas mais ricas, mais fortes, mais eloquentes, mais “densas” de todo o livro. Tem uma grandeza bíblica, uma magnificência sibilina de profeta. Debaixo delas sente-se fogo, ardências, visão comunhão íntima com as coisas, contato sensual com o mundo, gestos ânsias, desesperos, torturas, sonhos e misticismo, inspiração gritante de Poeta que acha a verdade que alucina, orgulho do gênio que sobe à consciência de si mesmo./ Não conheço na literatura contemporânea bocado de prosa que mais me faça esquecer o desgosto de ser português.” (Proença...p)

⁶⁷⁸ Cf. PESSOA, Fernando. “A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada”, *A Águia*, Porto, abril de 1912, série II, n. 4. pp. 101-107. Posteriormente publicado em PESSOA, Fernando. *Textos de Crítica e de Intervenção*. Lisboa: Ática, 1980. pp. 11-23.

a. Pois bem, aí estão os Poetas portugueses a dar-lhe razão, e à frente desse profundo movimento, que já abraça todo mundo.⁶⁷⁹

E justifica “Sim, à frente”, porque afirma não conhecer poetas, como aqueles. De maior elevação idealista, de mais profunda religiosidade e que tão arrojadamente se tivessem lançado ao coração do mistério.

Diferente dos homens comuns — prisioneiros dos sentidos — o poeta (ou gênio) é para Cortesão aquele que rompe esse cárcere para logo caminhar livre e vertiginosamente num perpétuo deslumbramento pelo mundo imenso, que fica para além dessa prisão.⁶⁸⁰ E nisto, revela-se a crença nas possibilidades da aspiração íntima dos homens, genialidade desses tipos superiores que conduzem a humanidade no caminho da moral e do progresso. Um espiritualismo idealista com raízes românticas e uma esperança messiânica na emergência desse modelo heroico de virtude que seria o poeta, e neste caso específico, Antero.⁶⁸¹ E, por isso, o erro fundamental da Medicina quando quer dar as caras de crítica literária ocorria primeiramente ao ignorarem a “psicologia particularíssima” do gênio artístico. Reduzindo-os ao tipo normal, que quando não enquadrado, descambava logo à figura do degenerado.⁶⁸² E, por isso, “*na psicologia de Antero há a considerar aquilo que é comum a todos os homens, o que só é comum aos artistas, o que é comum apenas aos filósofos, e depois o quid essencial e original que dá o traço característico duma alma.*”⁶⁸³

De fato, pode-se considerar um certo elitismo nesta concepção heroica de gênio, como homem superior. Certamente, nem todos os demais críticos aqui referidos concordariam com essa leitura, mas de todo modo, outra perspectiva que inclui Cortesão numa das questões sempre colocadas no campo dos estudos estéticos é a autonomia da obra de arte. Tanto no que diz respeito à sua legitimidade enquanto objeto da investigação e da crítica, para além de seu produtor, ou do meio onde se insere, quanto na relação que ela mesma estabelece para com eles. Passou-se por essa questão em Elias, mas novamente é de António Candido que nos servimos para sintetizá-la, naquilo que subscrevemos de uma aproximação coerente do problema,

⁶⁷⁹ CORTESÃO, Jaime. “O poeta Teixeira de Pascoaes”, *A Águia*, Porto, série I, a. 1; parte I: abril de 1911, n. 8, pp. 8-11; parte II: maio de 1911, n. 9, pp. 1 e 2. p. 1.

⁶⁸⁰ CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910. p. 91.

⁶⁸¹ TRAVESSA, Elisa, Op. cit. p. 30.

⁶⁸² Cf. CORTESÃO, Jaime, Op. cit. pp. 4-5. Recordemos que mais adiante reforça: “*Pode-se porventura julgar duma obra de arte e do artista seu criador, tomando como termo de comparação a psicologia dum tipo normal e médio da humanidade? Não, porque a psicologia do Poeta é perfeitamente diferente da do vulgar dos homens.*” Ibidem. p. 28.

⁶⁸³ Ibidem, pp. 100.

quando se refere a obra de arte enquanto uma realidade autônoma. Cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não-literários: impressões, paixões, ideias, fatos, acontecimentos (matéria-prima da criação artística). Sua importância quase nunca é devida ao fato de exprimir um aspecto da realidade (social ou individual) mas à maneira pela qual o faz.⁶⁸⁴

Até mesmo porque, como também se preocupam estes autores, a obra do artista nunca é um reflexo imediato da biografia do homem.⁶⁸⁵ “O poeta é um fingidor” — escreveu Pessoa — e se nem sempre aquilo que representa é o que de fato sente, acredita, ou viveu, no seu cotidiano usual, temos de estar sempre alertas a esta distinção. Especialmente sob o enorme risco de tomarmos a obra de um artista como sintomas de sua doença, como quis Sousa Martins, outros mesmo de uma arte em degeneração, como valeu-se Fidelino de Figueiredo e chegou a comentar o grande sujeito dos heterônimos o grande gênio dos heterônimos. Em contrapartida a Mendes Correia, que como tratamos trazia muito nítida esta distinção.

Como também observa Elisa Travessa — e ainda desenvolveremos —, a teoria do *gênio-artístico*, subjacente em sua tese inaugural da medicina se desenvolverá nas formulações acerca do heroísmo e a visão do papel do indivíduo na História, na produção historiográfica de Cortesão. Antero, a quem considera (como homem, como Poeta e como Filósofo) uma das mais altas individualidades que jamais brotou na raça portuguesa nossa raça, foi a maior expressão deste primeiro caso outros protagonistas ligados à expansão marítima, e posteriormente à formação brasileira, é que comprou o quadro seguinte (os *heróis* pátrios, representantes do *gênio-nacional*).

Embora pretendesse fugir às leituras decadentistas, um olhar pessimista dos últimos dois séculos e da atualidade portuguesa eram predominantes em qualquer visão da época e Cortesão não fugia à regra. Todavia, a crítica à decadência já estava feita pela *Geração de 70*, cabia agora à agenda republicana, fortemente endossada pelos intelectuais, superar aquela condição em sentido ao tão aclamado “ressurgimento heróico de Portugal”. Daí a necessidade de recorrer a modelos heroicos do passado para que estes funcionassem como eixos catalisadores dos impulsos de renovação, resultante da conjugação entre as virtudes do *Bem* e o *Belo* — típicos de toda estética republicana — a caminho do tão idealizado progresso.”⁶⁸⁶

⁶⁸⁴ CANDIDO, Antonio. Op. cit. p. 35.

⁶⁸⁵ “É uma temeridade e um engano julgar sempre do poeta, cingindo-lhe de muito perto a sua obra. Devemos entrar em linha de conta com o seu poder representativo, que é segundo Emerson a qualidade essencial do poeta. Por meio desse poder pode o artista representar sentimentos que não tenham sido vividos, tomando a palavra no seu sentido mais vulgar.” CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 28.

⁶⁸⁶ TRAVESSA, Elisa, Op. cit. p. 24.

Ainda, esta incursão pelos anos de mocidade militante e a tese da Medicina de Cortesão permitiu-nos não só conhecer as suas reflexões sobre o ambiente cultural e científico da sua contemporaneidade, mas suas afinidades eletivas com movimentos maiores no campo das ciências sociais. Mas, sobremaneira, como isso tudo o conforma naquele mesmo contexto, propriamente, de sua formação (no sentido da *bildung* alemã) intelectual. Habilita-nos ainda a compreender a enorme influência que Antero exerceu no pensamento de seu defensor e perfilhando-se na crítica já feita pelo mestre ao cientismo ergue assim as bases de uma nova visão de mundo. Reabilita-se o poeta, contesta-se o determinismo.⁶⁸⁷

A pergunta que fica — como sugere Travessa — é “Quem é este Cortesão de 1910?”

Espírito em que predomina a indecisão vocacional ou o receio do estrangulamento em fronteiras estanques do conhecimento? Seguir a Arte ou a Medicina, ou conciliar ambas? Apreender apenas o particular anulando a visão do todo, ou generalizar para construir uma abrangente visão do mundo? Esta ambivalência, presente desde os tempos de estudante, não é passageira, nem se pode considerar um sinal de imaturidade ou ilusão juvenil, é uma das características perenes no pensamento do Homem Cortesão. A dedicação privilegiada ao estudo da história, concretizada muito mais tarde, não elimina esta versatilidade. Ela permanece na visão e na escrita da história, [...] A ponte para o estudo da obra poética de Cortesão está lançada, a sua tese é simultaneamente uma clara e fremente elevação vitalista da poesia e o testemunho claro da inspiração do Poeta, que se define e afirma como tal. Para o artista Cortesão, influenciado tal como Eça, ‘pelo triplo credo idealista, franciscanista e social-cristão’, ‘a liberdade e, por consequência, a dignidade humana, chamam-se identidade entre o eu profundo e a sua expressão literária. (...) vive num mundo de criação imaginativa, de vida interior, de intimidade com as ideias e as emoções, e, com frequência voltado para o futuro.’⁶⁸⁸

E conclui sugerindo que se o título da dissertação estivesse escrito sobre a forma interrogativa: A Arte ou a Medicina? — desde aquele momento, Cortesão certamente responderia elegendo a primeira. Em carta a Teixeira de Pascoaes (1913) chega a manifestar a hipótese de voltar a exercer a medicina, mais uma vez devido a dificuldades financeiras — que aliás o acompanharam por toda vida, sem que de fato se tenha notícia de haver recorrido uma única vez ao ofício paterno. Com exceção da Grande Guerra, onde cumprira mais a função de obrigação patriótica do que de provimento, visto que naquele tempo era parlamentar.⁶⁸⁹ Como diz na carta “teria como último recurso a vida clínica, o que importa para mim a morte do Poeta, [...], o que

⁶⁸⁷ Ibidem, p. 27.

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 28.

⁶⁸⁹ Como se depreende da leitura da vasta correspondência em seu espólio (BNP/ACPC/E25): nas constantes cobranças aos editores e comissões pelos serviços prestados, as condições financeiras de Cortesão sempre foram precárias, mesmo em momentos profissionalmente mais estáveis de seu exílio, em várias vezes contou com a ajuda de amigos.

importaria, quer saber? a morte moral...Depois eu tenho ambições, ambições de Artista”⁶⁹⁰

Como fechamento deste capítulo, e do exercício final a que nos propusemos, só nos resta esclarecer que não debitamos a Cortesão e sua tese à dimensão de precursores de uma Estética sociológica, nem sequer de obra fundacional (ou fundamental) para esse campo. Mesmo restritos ao caso português certamente há outras obras e autores mais centrais — que de fato desconhecemos — e que melhor expressariam o surgimento dessa proposta disciplinar. O que procuramos fazer, foi apenas destacar como seus termos e suas preocupações não eram apenas alegorias poéticas de um jovem poeta advogando por seu mestre — o que até admite —, mas que estavam em consonância e reverberação com as correntes que irão compor esse novo olhar sobre as artes, sobre gênio, e o mundo das ideias. Dessa forma seu trabalho deixa de ser somente uma antítese das teses deterministas de Sousa Martins, podendo ser lido também enquanto uma síntese positiva (e propositiva) dos grandes embates de seu tempo. De fato, “uma obra de ocasião”, mas uma ocasião que merece ser estudada.

⁶⁹⁰ Cortesão apud TRAVESSA, Elisa, Op. cit. p. 28. Citamos por terceiros pois infelizmente não localizou-se a dita carta no acervo pessoal de Teixeira de Pascoaes (BNP/ACPC, *Espólio de Teixeira de Pascoaes*, cota: D3/129).

CAPÍTULO 4

FAZER-SE INTELLECTUAL E PROJETO HISTORIOGRÁFICO

*O mostrengo que está no fim do mar
Na noite de breu ergueu-se a voar;
À roda da nau voou três vezes,
Voou três vezes a chiar,
E disse: «Quem é que ousou entrar
Nas minhas cavernas que não desvendo,
Meus tectos negros do fim do mundo?»
E o homem do leme disse, tremendo:
«El-Rei D. João Segundo!»*

*«De quem são as velas onde me roço?
De quem as quilhas que vejo e ouço?»
Disse o mostrengo, e rodou três vezes,
Três vezes rodou imundo e grosso,
«Quem vem poder o que só eu posso,
Que moro onde nunca ninguém me visse
E escorro os medos do mar sem fundo?»
E o homem do leme tremeu, e disse:
«El-Rei D. João Segundo!»*

*Três vezes do leme as mãos ergueu,
Três vezes ao leme as repreendeu,
E disse no fim de tremer três vezes:
«Aqui ao leme sou mais do que eu:
Sou um Povo que quer o mar que é teu;
E mais que o mostrengo, que me a alma teme
E roda nas trevas do fim do mundo;
Manda a vontade, que me ata ao leme,
De El-Rei D. João Segundo!
[...]*

FERNANDO PESSOA, «O Monstrengo», *Mensagem*. Lisboa: Ática, 1972. p. 62

4.1 O sentido do *Portugal histórico*: os intelectuais e a I República

Jaime Cortesão historiador: o poeta que havia emprestado os olhos à Medicina, agora entrega-os de vez à História. Sem nunca deixar de cumprir seu desígnio de intelectual, em sua atuação engajada, era, no entanto, Clio (e não mais Euterpe) que estariam a inspirar seus escritos a serviço dos ideais republicanos e de seu projeto intelectual e historiográfico.

Em 1940, quando as tropas nazistas se aproximavam de Biarritz, onde encontravam-se Cortesão e seu companheiro e velho mentor político (e antigo presidente de Portugal), Bernardino Machado, retornam a Portugal, onde são detidos no dia 27 de julho. Passados dois dias, Cortesão é encarcerado no Forte do Peniche e transferido em Setembro para o Aljube. Na prisão, seguia escrevendo e dando aulas de

História, Geografia e Literatura pátrias aos colegas de cárcere.⁶⁹¹ A ele foi permitido sair da prisão em dois momentos (devidamente acompanhado): para o velório da irmã, e para visitar a enorme *Exposição do Mundo Português*⁶⁹², que ocorria numa grande promoção do Estado Novo por ocasião da celebração do duplo centenário (*Fundação*, 1140 e da *Restauração*, 1640) da nacionalidade portuguesa.

Foi no âmbito daquele grande evento público que ocorreu, paralelamente, entre 1 de julho e 30 de novembro o *Congresso do Mundo Português*. Um intenso debate intelectual, historiográfico (e político) acerca das várias disputas e apropriações do Passado nacional. Mesmo preso, Cortesão participa do debate através da publicação de *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses e A Geografia e Economia da Restauração* nos cadernos da *Seara Nova* (1940).⁶⁹³

Este último tratava-se de um ensaio que, como o nome já sugere, pretendia retratar as contribuições da economia açucareira e do comércio marítimo na *Restauração* da soberania lusitana em 1640. A hipótese, assim, é que o comércio do açúcar no Brasil foi o que levou Portugal à Restauração, graças ao renascimento das forças nacionais, resultante da retomada do gênero de vida mais próprio ao país, isto é, o comércio marítimo à distância baseado na agricultura.⁶⁹⁴

A principal peça de seu esquema argumentativo é o combate à leitura decadentista de seus antecessores Antero de Quental e Oliveira Martins. Mais especificamente, a uma resenha (apresentação) de Antero ao *Portugal Contemporâneo* (1881) de Oliveira Martins, publicada na França (para o público francês) em 1884.⁶⁹⁵ Cortesão argumenta:

“A restauração nacional de 1640 — escrevia em 1884 Antero de Quental — fora um facto em grande parte artificial, possível somente pelo abatimento da Espanha, que perdera a sua força de atracção, O Portugal que ressurgue nesta data não se parece nada com o outro, nada dá sua nobre força, do seu génio audaz. Não é mais que um triste bastardo, um ser definhado e mal vindo, o produto artificial da diplomacia que o seu grande amigo, o Inglês herético, protege, maltrata, diverte, explora. Pela sua própria força não se manteria de pé...”. Esta tese, partilhada e desenvolvida a seguir por Oliveira Martins na História de Portugal, é, em grande parte, falsa. **Nada deturpa mais os Juízos históricos que o preconcebimento ideológico e o pendor**

⁶⁹¹ Ver depoimento de Luís Ferreira em LOPES, Oscar (coord.). *Jaime Cortesão*. Lisboa: Arcádia, 1962. pp. 152-155.

⁶⁹² TRAVESSA, Elisa. Op. cit. p. 210.

⁶⁹³ Cf. CORTESÃO, Jaime. A geografia e a Economia da Restauração. In: _____. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. E outros ensaios. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. pp. 46-66.

⁶⁹⁴ Ver FRANCHETTI, Paulo. Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão. In: LEITE, Rui Moreira; LEMOS, Fernando. (Orgs). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; Bauru, SP: EDUSC. 2003. pp. 111-115.

⁶⁹⁵ QUENTAL, Antero. ‘Le Portugal Contemporain’ de Oliveira Martins. In: _____. *Prosas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1931, v. III. pp. 1-11.

filosofante, descuidosos do estudo das fontes. Foi o que sucedeu àqueles dois artistas de génio [grifo nosso].⁶⁹⁶ |

Justificando que a intenção de seu breve ensaio era contribuir para a revisão de algumas daquelas afirmações, “*a que, nos dois casos, o prestígio do nome e o brilho deslumbrante do estilo deram a aparência de verdades*”.⁶⁹⁷ A História produto da pesquisa científica deveria sobrepor a História discurso.

Este texto é um dos muitos testemunhos onde podemos perceber o marco de virada — começado duas décadas antes nos primeiros escritos em *A Águia e Vida Portuguesa* — que Cortesão representa nos quadros da historiografia portuguesa. *Virada*, acreditamos ser melhor que “ruptura”, porque como procuramos até agora a relação dos intelectuais *radicais* da I República com o legado da *Geração* de 1870 é de uma dialética constante entre *reafirmação* e *negação* e, sobretudo, da superação da leitura decadentista do passado português.

Como Cortesão não cansava de afirmar, “*a prestigiosa geração dos ‘Vencidos da Vida’ levam a obra crítica a um tal ponto de negação, que a pergunta era lícita.*” E afirma que aí radicavam as origens da “Renascença Portuguesa”, reiterando que os mais combativos desses escritores, como Antero, Eça, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, cada um a seu modo, haviam feito, no fim da vida, obra de contrição. Mas que “*havia uma reviravolta e um programa implícito, a realizar.*”⁶⁹⁸ “Virada”, “reviravolta” e “realização”, palavras que deveriam mudar o *sentido* (direção) do Portugal Histórico e o *sentido* (significado) da História em Portugal. E nisto reside o projeto intelectual-historiográfico de Jaime Cortesão.

Retomando a célebre consideração de Caio Prado Jr., todo povo tem na sua evolução (vista à distância) um certo “sentido”. Que se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num longo período de tempo — numa *longa-duração* (para irmarmos seu pensamento ao de Braudel). E ao observarmos aquele conjunto (desbastando-o do cipoal de incidentes secundários) poderemos perceber que ele se forma de uma linha

⁶⁹⁶ CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 65.

⁶⁹⁷ E segue “*No regresso ao tráfico marítimo a distância, com base na agricultura, multiplicando as actividades em todos os portos do reino, e do Brasil, devemos, em nosso entender, buscar a causa natural e viva da regeneração das energias nacionais, que precede e explica a Restauração. O instinto da grei conseguira renovar o Império em bases mais sólidas, isto é, criar as condições essenciais duma soberania específica; a insuficiência da Espanha para lhe garantir a segurança, com ameaça de ruína completa, reacendeu a consciência nacional, A esta vieram juntar-se outras causas de carácter moral e político, interno e externo, que provocaram a deflagração*”. Ibidem, p. 65.

⁶⁹⁸ Cf. CORTESÃO, Jaime. “No 40º aniversário da fundação da ‘Renascença Portuguesa’”, *Portucale*, Porto, janeiro-março de 1962, supl. à 3ª Série, pp. 3-7.

mestra e ininterrupta de acontecimentos, dirigida sempre numa determinada orientação.⁶⁹⁹

Esta orientação da evolução de um povo pode variar por acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias poderão intervir conjuntamente, desviando-o para outros caminhos até então ignorados.

Portugal nos traz disto um exemplo frisante que para nós é quase doméstico. Até fins do século XIV, e desde a constituição da monarquia, a história portuguesa se define pela formação de uma nova nação europeia e articula-se na evolução geral da civilização do Ocidente de que faz parte, no plano da luta que teve de sustentar, para se constituir, contra a invasão árabe que ameaçou num certo momento todo o continente e sua civilização. No alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se por assim dizer do continente e volta-se para o oceano que se abria para o outro lado, não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial.⁷⁰⁰

Este de fato é o sentido que por séculos compreendeu a história de Portugal. E não por outra razão o sentido do Portugal Histórico, como discurso de construção da identidade e mobilizações nacionais, sempre remetem a esse momento idealizado da expansão marítima. Para se compreender esta realidade na obra historiográfica de Jaime Cortesão e nos textos de opinião de sua geração, é necessário se compreender o mito heroico dos *Descobrimentos*.

* * *

Sim, maior do que a história acerca da expansão marítima, foi a mitologia que se criou sobre ela. E não somente nos relatos fantásticos — como a *Peregrinação* (1614) de Mendes Pinto que abre este trabalho — de finais do Medievo e princípios da Era Moderna, mas naquilo que persiste de idealização na arte e nas muitas memórias e histórias que até hoje se publicam. Afinal, o mito dos *Descobrimentos*, e mesmo sua história mais sistemática e científica, sempre carregaram enorme potencial político. Quase sempre são variações sobre um mesmo tema. No princípio eram os portugueses uma nação de marinheiros, confrontando-se com incógnito oceano. Sobre a finisterra do Mundo conhecido Portugal projetava suas rochas no oceano, como que afrontando

⁶⁹⁹ PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011. p. 15.

⁷⁰⁰ Ibidem, p. 16.

a ira dos deuses e apontando o *destino* ímpar de descobrir os velados caminhos do poente.

Desde a Antiguidade, precários navios singravam as costas da Lusitânia, país promontório “geograficamente predestinado” para o além-mar.⁷⁰¹ E onde nos séculos das grandes navegações a vontade política de uma sociedade civil (a burguesia marítima) capitaneada pelo Infante D. Afonso Henriques, permitiu a mobilização de uma nação de marinheiros experientes, herdeiros da sabedoria marítima de gregos, fenícios e moçárabes.⁷⁰² Lançados ao oceano, estes argonautas — como nos fantásticos mitos de Ulisses — expunham na verdade os mais extremos dilemas da condição humana diante do absoluto desconhecimento do mundo. *Mar oceano, mar tenebroso*. Por séculos olharam-no os lusíadas da terra, testaram-lhe as águas, os ventos e as correntes até tudo aprontar-se no grande largar das velas. Na coragem de um punhado de audazes e loucos.⁷⁰³ Com destino obscuro, mas armados da arte de navegar, as naus portuguesas abriam mares nunca d’antes navegados.

Os limites do mundo conhecido eram guardados por monstros. Ao cruzar o Cabo do Bojador, Gil Eneas e depois Vasco da Gama, passaram além *do medo e da dor* (Pessoa). Como o *herói* clássico, vencida os perigosos, e favorecia os homens na embate contra a onipotência divina.

Camões exprimiu com génio um desses momentos capitais na história da luta do homem com o planeta: aquele em que **o herói, que é todo um povo — os Lusíadas — vence, pela excedência criadora da vontade**, o gigante Adamastor, o Cabo ignoto e tormentoso, personificação da Natureza hostil, que dividia dois oceanos e separava várias civilizações — dando assim o primeiro e grandioso passo para a unificação da humanidade.⁷⁰⁴

Dessa maneira, estavam transpostos os encastelados limites da Idade Média abrindo o olhar dos homens para os horizontes abertos. Num sentimento de comoção e vislumbre que vai da bravura heroica ao um humanismo de matriz franciscana.⁷⁰⁵ O destino histórico de Portugal desviou quando os Portugueses abandonaram essa feição. Era o que acreditava Cortesão e era isso que os intelectuais e a História precisam retomar na alma do povo português.

⁷⁰¹ A ideia de *convergência atlântica* que aparece pela primeira vez em CORTESÃO, Jaime. *Os Fatores Democráticos da Formação de Portugal*. Lisboa: Portugalia. 1966. pp. 21-22

⁷⁰² Tese de inspiração pireniana. Cf. CORTESÃO, Jaime. Op. cit.

⁷⁰³ Cf. CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos Portugueses*. Lisboa: INCM, 1990. pp 11-131.

⁷⁰⁴ CORTESÃO, Jaime. O homem e a Terra. In: _____. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Portugalia, 1964. v. 1. pp. 90-101.p. 94.

⁷⁰⁵ CORTESÃO, Jaime. *O humanismo universalista dos portugueses a síntese histórica e literária*. Lisboa: Portugalia Editora, 1965.

* * *

Um das prerrogativas deste trabalho desde seu início fora a de compreender Jaime Cortesão dentro da categoria do intelectual moderno. Marcando sua entrada no ambiente político e letrado nacional, no ano de 1910 com o advento da I República e o aparecimento de suas primeiras obras (*A Arte e a Medicina* e *A Morte da Águia*). E, conforme explicou-se na Introdução, optamos pelo itinerário até o momento percorrido dentre muitas outras possibilidades.

Nossa intenção na escolha dos eixos temáticos de cada capítulo foi a de escolher, respectivamente: (1) a reconstituição do evento-marco, que expressasse (sincronicamente) o início de sua trajetória intelectual; (2) a movimentação das ideias da *Geração de 70*, compreendida através de personagens e categorias de pensamento que expressem (diacronicamente) uma herança que prefigura todo o horizonte intelectual da primeira metade do século XX em Portugal e, finalmente, (3) a recepção deste legado finissecular nas primícias literárias e na crítica estética de Cortesão.

Neste quarto e último Capítulo o objetivo será demonstrar como o Cortesão médico/poeta/esteta se estabelece como o intelectual e se transforma⁷⁰⁶ no historiador. E aqui corremos inúmeros riscos. O primeiro deles assumimos quando decidimos fazer uma abordagem mais ampla de sua produção histórica em vez de nos focarmos na imersão de uma única obra (como fizemos em sua tese). O que privilegia uma visão de conjunto mas prejudica uma análise mais aprofundada.

Outro risco, este sim mais grave, seria o de descumprir em nosso primeiro intuito. Encaixando o protagonista em categorias prontas ou pré-estabelecidas. É fato que podemos datar com alguma precisão o surgimento da figura do intelectual (no amplo sentido do termo, que ainda discutiremos) em cada contexto específico. Como já vimos Pierre Bourdieu (como outros autores já haviam feito) assenta o marco em Zola e, de fato, seus argumentos são bastante precisos.⁷⁰⁷ No caso português, como também já se reiterou podemos colher várias das características que definem esse tipo específico desde a década de 1970, consolidando-se nos grupos letrados republicanos. Aqui não se busca um *mito das origens*, tampouco uma baliza classificatória que diga a quem cabe ou não a alcunha de intelectual.

⁷⁰⁶ Ver ideia de *metamorfose* em Gilberto Velho. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 8-9 e 29.

⁷⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. pp. 133-161.

O que nos importa é compreender seu aparecimento historicamente. Isto é, como fruto de um processo social partindo do olhar do próprio autor. Isto porque a figura do intelectual — assim como a *classe* para Thompson — não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio *fazer-se*.⁷⁰⁸ Não queremos com isso dizer que a intelectualidade preenche as categorias de uma classe. As definições de classe social e o lugar que ocupam em uma sociedade se dão na relação que cada uma ocupa nos meios de produção, e em relação umas as outras. Neste aspecto, o intelectual geralmente ocupa um lugar nos setores intermediários do profissionalismo-liberal que é, por sinal, uma das condições históricas para seu estabelecimento na sociedade burguesa.

O uso da metáfora thompsoniana tem aqui outra função. Na realidade não estamos nos atendo ao seu conceito de “classe”, mas sim na sua forma de conceber o seu *fazer-se* (*making*) que expressa esta ideia de formação, não como algo espontâneo ou exógeno mas participante e contínuo. Entretanto, há de fato uma semelhança entre a formação da classe com a da intelectualidade — ousamos dizer. Ambas têm pelo menos duas características em comum, para acontecerem precisam contar com a tomada de consciência de si mesmos e autoidentificação de seus membros.

Afinal, como temos sustentado, a figura do intelectual moderno fora fruto desse processo contínuo de tomada de consciência. Da construção de uma identidade coletiva e uma experiência partilhada com demais indivíduos e grupos (que se identificavam e eram identificados) com essa forma de estar no mundo. É distinta de outras formas de organização que os antecederam (Ordens religiosas, Academias, *Repúblicas das Letras*⁷⁰⁹, etc.). Porque embora fossem vinculadas ao universo da cultura, das artes, e da política, tinham com esses uma relação nova. E o estudo da mesma deve considerar, portanto, esse processo ativo de formação que se dá tanto pela ação humana de grupos e indivíduos quanto pelos condicionamentos do meio social.⁷¹⁰ Assim como “classe” é uma *relação* e não uma *coisa*, ser intelectual (para estes indivíduos que abordamos) é,

⁷⁰⁸ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1. p.11.

⁷⁰⁹ Acerca destas formas pré-modernas de agremiações de pensadores ver BURKE, Peter. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”, *Estudos Avançados*, São Paulo, agosto de 2011, v. 25, n. 72, pp. 277-288. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/03/2018.

⁷¹⁰ “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.” THOMPSON, Edward P. Op. cit., p. 10.

declaradamente, uma maneira singular de olhar o mundo, mas sobretudo de estar no mundo.

* * *

Mas também, outro elemento fundamental para se compreender este objeto, é justamente sua relação com a Política. E no nosso caso, mas especialmente com a História. Antônio Pedro Pita explora a questão em seu em seu artigo (de sugestivo nome) *Os Intelectuais e a Democracia ou a Democracia dos Intelectuais*.⁷¹¹ Nele, o autor explora justamente a postura de indivíduos como Cortesão, Raul Proença, Antônio Sérgio e sua atuação na vida política da I República enfatizando, sobretudo, o papel que a História cumpria dentro de seus projetos de cidadania, instrução pública e conscientização nacional.

Reproduzindo a ideia do autor, o elemento correlativo do estatuto de intelectual, neste momento, é (em grande medida) o sucesso da conversão da História em produto integralmente visível. Ora no presente — *espaço de experiência* — ora no futuro — *horizonte de expectativa*. Porque a História em si não guarda reservas de sentido, mas não seria na descoberta e revelação de uma suposta lógica imanente da História que reside o maior poder do discurso intelectual, mas sim na mediação que esta cria a partir do seu sentido da história.⁷¹²

Desse modo, o artista, o filósofo ou o cientista podem prosseguir seus trabalhos atendendo unicamente aos acontecimentos específicos do seu próprio campo de atividade, mesmo que essas obras produzam efeitos sociais e políticos intensos. A intervenção do intelectual seria de outra ordem. Consiste em extrair da complexidade e da mistura (que é o movimento da história) aquilo que identificaria o seu sentido último: por mais específico que seja o ponto de partida, por mais especializado que pareça ser o ângulo de abordagem, pertence à singularidade do intelectual tornar a especificidade do fenômeno o elemento significante de todo o curso da história. Esses intelectuais, muito bem exemplificados na pessoa de Jaime Cortesão, tomarão para si, de forma constantemente referendada, como veremos adiante, a necessidade de um “trabalho de consciência” nacional.⁷¹³

⁷¹¹ PITA, Antônio Pedro. Os intelectuais e a democracia ou a democracia dos intelectuais. In: PRADO, Maria Emilia. Tradição e Modernidade no mundo ibero-americano. Atas do colóquio internacional RJ: CNPq, 2004. pp.11-22.

⁷¹² Ibidem, p. 11

⁷¹³ Ibidem, p. 11.

Em *Portugal: Um Destino Histórico*⁷¹⁴, o historiador Jorge Borges de Macedo faz uma síntese dessa problemática em torno do sentido da nação portuguesa enquanto categoria de compreensão do próprio sentimento de nacionalidade. Debatendo o lugar histórico de Portugal (e da Península Ibérica) e sua afirmação frente ao mundo globalizado e uma Europa em vias de unificação. Este comentário para salientar que a *questão nacional*, o lugar de Portugal no “Concerto das Nações” é sempre, e ainda hoje uma questão muito viva na cultura política, midiática e intelectual portuguesa. Tão antigo quanto o “destino histórico” de Portugal, são os questionamentos acerca desse; além de sempre recorrentes. Para o autor

Não há nações circunstanciais. Isso não quer dizer que uma nação não tenha sempre uma parte de tentativa determinada ou projectada. São realizações humanas, com o sentido de que uma comunidade ou um conjunto de comunidades, por múltiplas condições convergentes, podem encontrar maneiras de explorar formas de desenvolvimento e consulta. São esses meios de conciliação e reforço realizados por actos comuns que lhes permitiram manter o significado que representam as Nações. Não é possível considerar este processo como um acaso pois ele se manifesta em actos duráveis e persistentes que ultrapassam as consciências individuais e se concretizam em realizações históricas que compreendem pessoas, lugares, decisões colectivas que conquistaram a continuidade com que se exprimem.⁷¹⁵

Logo, o conceito de “circunstância” seria incompatível com o de *Nação*. Se tornando ainda menos verossímil para Portugal “*que tem quase nove séculos de existência política. Se nove séculos de independência política são circunstância, o que é então uma permanência?*” Por isso, considera que Nação é uma unidade social e humana, cuja a sobrevivência é constantemente testada pelo tempo e pela gravidade das dificuldades vencidas. E conclui seu pensamento com uma consideração que poderia ter sido escrita por Cortesão, dada a afinidade e alinhamento que esse tipo de impressão suscitava na intelectualidade portuguesa. “*Os sucessos e os insucessos vividos em comum provam que uma nação adquiriu consciência crítica quanto às suas capacidades e conseguiu formular uma interpretação assente nos sucessivos triunfos da sua unidade realizada* [grifo nosso].” E pergunta: “E não será isso a sua história? E não poderá definir — ou contribuir para definir — um destino histórico?”⁷¹⁶

Nação, nacionalidade e nacionalismo (não custa reforçarmos) serão sempre personagens protagonistas desta trama. A primeira por ser entendida como a

⁷¹⁴ MACEDO, Jorge Borges de, “Portugal: um destino histórico”, *Primeiras Jornadas Académicas da Espanha e de Portugal: 25 a 27 de maio de 1988*, Lisboa, APH, 1990, pp. 263-318.

⁷¹⁵ Ibidem, p. 264.

⁷¹⁶ Ibidem, pp. 264-267.

conformação física e política de uma coletividade: a *alma mater* que os lusitanos fizeram questão de imprimir em um Estado nacional (1383), mesmo antes do Estado-nação — *topus* constante. O segundo seria algo como a *ideia-força* (Fouillée) que comunga este sentimento de coletividade em torno da formação, manutenção e êxito da primeira, através de um senso de coesão — cabendo ao intelectual o papel de mediar esse consenso. Ao menos era isso que acreditavam estes ideólogos republicanos. E o terceiro, uma espécie de deformação do segundo: quando a nação se encontra em crise de hegemonia (perante si mesma, ou nações concorrentes) e desperta um senso mais assertivo (e mesmo agressivo) na afirmação de seus valores.

E, por mais que se estranhe hoje seus discursos — que iam de um cosmopolitismo humanista ao mais parco dos ufanismos — deve-se considerá-lo com alguma cautela. Como alerta Antonio Candido.

Aliás, o nacionalismo artístico não pode ser condenado ou louvado em abstrato, pois é fruto de condições históricas, — quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como elemento de autoconsciência, nos povos velhos ou novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando as suas formas de organização política. Este processo leva a requerer em todos os setores da vida mental e artística um esforço de glorificação dos valores locais, que revitaliza a expressão, dando lastro e significado a formas polidas, mas incharacterísticas.⁷¹⁷

Mas, estes não eram seus únicos temas. Em realidade, a característica que se agrega a este tipo específico de intelectuais é sua dimensão plural e os diversos suportes onde publicava seus trabalhos, fossem eles históricos, políticos ou literários. “Escritores polígrafos”, ou “anatolianos”, tal como tipificou Sergio Miceli ao referir-se aos casos análogos brasileiros: escritor profissional, assalariado, que vivia dos rendimentos que lhes propiciam as diversas modalidades de sua produção, colaborações na imprensa, participação em campanhas e instituições estatais, etc.⁷¹⁸

No caso de Jaime Cortesão, foi nomeado por Leonardo Coimbra (então Ministro da Instrução Pública) diretor da Biblioteca Nacional de Portugal (1919) cargo que só deixa para partir ao exílio (1927), quando da mal lograda tentativa de derrubar a Ditadura Militar liderando a *Junta Revolucionária* do Porto (fevereiro daquele ano). O cargo possibilitou não somente sua promoção e projeção pessoal, mas de todo o seu grupo, que tinham no espaço da atual sede da biblioteca (antigo convento das irmãs

⁷¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013. p. 29

⁷¹⁸ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. p. 54.

franciscanas no Chiado, hoje Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa) caracterizada em alguns momentos como um “ministério informal” da Cultura e Educação da República, visto que muitas das diretrizes encaminhadas pelos políticos e sindicatos do período eram lá debatidas.

Fazer-se intelectual naquele momento do modernismo que surgia em Portugal era antes de mais nada uma atitude de filiação. Não mais somente a filiação literária, de estilo — fosse ele saudosista ou mais moderno — mas sim aos grupos, às organizações estudantis de matrizes socialistas e anarquistas. Mas que sobretudo se caracterizavam por externar seus manifestos, críticas e projetos de Nação nas *revistas de ideias*.

Poucos autores expressam melhor este fenômeno do que Jean-François Sirinelli, que chamou as revistas desse tipo enquanto “estruturas elementares da sociabilidade” intelectual.⁷¹⁹

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão — pelas amizades que as subtemem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem — e de exclusão — pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudadas nessa dupla dimensão.⁷²⁰

A *Renascença Portuguesa* surgiu como sociedade cultural, depois de duas reuniões preparatórias, a primeira em Coimbra (27 de agosto de 1911) e a segunda em Lisboa (17 de setembro). Seus Estatutos foram divulgados na imprensa em dezembro de 1911, publicados na revista *A Águia (Revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica)* em janeiro de 1912, que a passa a ser (em sua II série) seu veículo oficial. O núcleo original era composto por Álvaro Pinto, António Carneiro, Augusto Casimiro, Augusto Martins, Cristiano de Carvalho, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes. Com sede na cidade do Porto, onde já promovia importantes iniciativas locais no domínio da Cultura, da Arte, da Educação popular.⁷²¹

⁷¹⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2012. pp. 231-269. p. 248.

⁷²⁰ Ibidem, pp. 248-249.

⁷²¹ Cf. CORTESÃO, Jaime. “No 40º aniversário da fundação da ‘Renascença Portuguesa’”, *Portucale*, Porto, janeiro-março de 1962, supl. à 3ª Série, pp. 3-7. Originalmente publicado em *O Primeiro de Janeiro*, de 28 de dezembro de 1951.

Parte deles, já haviam publicado juntos no quinzenário *Nova Silva* (*revista ilustrada*), que se publicou no Porto, entre fevereiro e abril de 1907 (apenas 5 números). Também já haviam fundado em 1908, (como já se chegou a comentar, Capítulo 3) o *Amigos do ABC* (uma associação pedagógica vocacionada para a alfabetização operária), onde participam ativamente no jornal anarquista *A Vida* (1905-1909) e criam em dezembro de 1910 uma nova revista mensal (*A Águia*), cuja segunda série se tornaria órgão oficial de divulgação das ideias da *Renascença Portuguesa*.

Logo, seus idealizadores perceberam que a nova iniciativa era muito mais ambiciosa que todas as anteriores, e tinha condições para se tornar (naquele crucial momento da implementação da I República) no movimento de mobilização política e cultural do novo regime. É assinalar-se a coincidência (decerto proposital) entre as iniciais da República Portuguesa e as da *Renascença Portuguesa*. No sentido de dar corpo às suas aspirações mais vastas, o núcleo promotor do Norte, associado a colaboradores recém-chegados a revista, procurou afinidades noutras regiões do país, e chegou mesmo ao outro lado do Atlântico. Como relata Álvaro Pinto (que foi o administrador da associação):

A formação da *Renascença Portuguesa* em 1912 foi precedida de interessante correspondência com alguns escritores brasileiros, quer para a formação dum Comité no Rio de Janeiro, quer para um ponderado intercâmbio que estabelecesse um conhecimento mais amplo das actividades dos dois países. *A Águia* divulgou constantemente produções brasileiras e a *Renascença* editou algumas obras de escritores do grande continente sul-americano.⁷²²

Ao “Comité” do Rio de Janeiro se refere o artigo dois do Estatuto revisto de 1913. Entretanto, encontrou em António Sérgio, Raul Proença e Câmara Reis, e logo depois em Fernando Pessoa, os parceiros ideais para alargar o projeto rumo ao sul, cobrindo assim os centros mais importantes do país.

Aquilo que unia os dois grupos (de Lisboa e o do Porto), era um imaginário dinâmico e anti-positivista, cujas raízes na Geração de 70, pudemos explorar nos Capítulos anteriores. Mas como não cansava de reafirmar Cortesão, aquela “prestigiosa geração” de Antero de Quental e dos *Vencidos da Vida* já haviam feito “o ato de contrição da Pátria”. Cabia agora a sua geração — mormente ao grupo da *Renascença* — “restituir Portugal à consciência dos seus valores espirituais próprios”.⁷²³

⁷²² PINTO, Álvaro. *São Paulo, Cidade vertiginosa*. Lisboa: Edição do autor, 1937, p. 49.

⁷²³ CORTESÃO, Jaime. Op. cit. pp. 3-4.

e promover em todo o país, por meio duma revista, que fosse o órgão do movimento, de edições de livros, Universidades populares, conferências, exposições e concertos, uma profunda acção cultural, junto de todas as camadas sociais. [...] E que o pensamento orgânico da ‘Renascença Portuguesa’ correspondia a uma aspiração da consciência colectiva, ainda que então apenas alvrescentes, se pôde observar nos anos seguintes marcados pela unidade e coerência íntima das manifestações espirituais, vindas de várias personalidades e sectores alheios ao grupo mais combativo da ‘Renascença’, propriamente dita.⁷²⁴

Seus integrantes convergiam na necessidade de aproveitar a mudança de Regime. Para renovar a sociedade portuguesa, responsabilizando-a pela criação de riqueza e pedindo-lhe uma exigente política de cidadania que pusesse termo a uma cultura da dependência, da insuficiência pedagógica e do caciquismo partidário, que haviam caracterizado a monarquia constitucional a partir *do rotativismo liberal*.

Todavia, divergiam no modo como essa renovação se devia processar. O grupo do norte, sobretudo Pascoaes e Cortesão, inspirados pelo estado de espírito combativo e nacionalista que surgira depois do *Ultimatum* britânico (1890) e que levava ao levantamento republicano do 31 de janeiro de 1891 no Porto e à publicação de *Pátria* (1896) de Guerra Junqueiro. Julgavam ser necessário para se chegar a uma nova política de cidadania valorizar o Passado cultural português em detrimento das ideias estrangeiradas. Já para o grupo de Lisboa, mais centrado na pessoa de António Sérgio, julgava que o único modo de modernizar a cultura portuguesa era universalizando-a, abandonando os vínculos autóctones, a favor das experiências estrangeiras europeias.⁷²⁵ As repercussões desse embate no âmbito da História serão tratadas adiante.

Independentemente das oposições internas e da sensibilidade particular de cada grupo, os associados da *Renascença Portuguesa* encontraram associação um espaço tolerante de aceitação que facilitou uma colaboração ativa de todos eles e lhes permitiu uma convivência profícua, que visou sobretudo a promoção dos ideais de *cidadania* e *civismo* na sociedade portuguesa. Num conjunto notável de atividades pedagógicas e sociais, tanto na sua função editorial quanto na promoção de quatro Universidades Populares (Porto, Coimbra, Póvoa de Varzim e Vila Real) Onde Cortesão era o responsável pelas lições de *História Pátria*.⁷²⁶

⁷²⁴ Ibidem, p. 4

⁷²⁵ Ver SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *A Renascença Portuguesa. Um Movimento Cultural Portuense*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990. E tb. SEABRA, José Augusto. *Por uma Nova Renascença*. Lisboa: INCM, 2006. pp.13 et seq.

⁷²⁶ Cf. CORTESÃO, Jaime. “Curso de história pátria”, *A Vida Portuguesa*, Porto, 15 de novembro de 1912, n. 2. (lição 1 e 2). Cf. tb. CORTESÃO, Jaime. “A Renascença portuguesa e o ensino da história pátria”, *A Águia*, Porto, Setembro de 1912, n. 1 (série II), pp. 73-80.

Com esta mesma finalidade, é concebida *A Vida Portuguesa: quinzenário de inquérito à vida portuguesa*. Mais voltada para a discussão de um projeto de Nação do que a crítica cultura e literária (que era a feição primeira de *Á Águia*), era mais acessível do grande público, tratando de assuntos mais gerais e numa diagramação e com recursos gráficos que distinguem daquele tipo de suplemento literário que circulava aos finais do XIX, com a mesma proposta pretenciosa de Eça de Queiroz com a *Revista de Portugal*. Não teve duração muito longa, seu primeiro número data de 31 de outubro de 1912, e seu último sai em novembro de 1915 (um total de 39 exemplares). De todo modo, fora sempre dirigida por Jaime Cortesão. E, assim, como já se disse a respeito do *In Memoriam* de Antero de Quental (Capítulo 2), é um excelente documento para se prospectar a circulação de autores e o circuito de ideias daquela época.

Com a nomeação de Leonardo Coimbra para o Ministério (1919) parte nuclear do grupo muda-se para Lisboa. E acabam criando a *Seara Nova* (1921), em torno do chamado *Grupo da Biblioteca Nacional*, encabeçado por Cortesão. Quando este importante eixo intelectual se desloca para Lisboa, o núcleo portuense da *Renascença* (em torno agora da figura de Álvaro Pinto) começa a perder força. Em 1932 é chegado o fim da *Renascença Portuguesa* com a publicação do derradeiro número de *Á Águia* (série V, n. 3, junho), também abalada pelo e o encerramento da Faculdade de Letras do Porto (criada por Leonardo Coimbra em 1919) pela Ditadura Militar.

* * *

A *Seara Nova* (*Revista de doutrina e crítica*) foi fundada em 1921 por Jaime Cortesão e Raul Proença. Com o desterro de seus idealizadores e sob a censura do Estado Novo a revista sobreviveria (com breves períodos de interrupção) até 1984. Se a predominância de Cortesão já era grande no grupo e órgãos editoriais da *Renascença Portuguesa*, agora na BNP com a *Seara Nova*, sua voz seria ainda mais eloquente. Muitos dos editoriais dos primeiros anos da revista não eram assinados individualmente, mas certamente surgiam no seu gabinete de diretor.

Espaço fundamental de consolidação de grupos, filiações, circulação e publicização de ideias, a *Seara Nova* traz em suas páginas um repositório muito rico para a compreensão da crise das instituições republicanas em Portugal. Os *seareiros* tiveram uma consciência bastante evolvida no processo em curso nesses anos de crise. Foram particularmente críticos ao que se referiam como vícios de mentalidade coletiva

subjacentes ao capricho das forças políticas, a presença corrosiva dos interesses econômicos sobre os demais interesses, e aos perigos das tomadas de poder pelos militares.

Frente à instabilidade política fixaram atenção à corrente fragmentação dos partidos, à brevidade e rotativismo das experiências de governo, à falta de programas precisos e à inconstância das posições nos partidos, suas ideologias e táticas propriamente revolucionárias (ou “bolchevistas”, como se referiam). Embora houvesse certa polifonia e dissidência entre os membros da revista, ao circular nas ruas a Seara exprimia claramente em seus editoriais em tom uníssono, os seus propósitos. Como se percebe no primeiro editorial da revista:

A SEARA NOVA PRETENDE:

Renovar a mentalidade da *élite* portuguesa, tornando-a capaz dum verdadeiro movimento de salvação;

Criar uma opinião pública nacional que exija e apoie as reformas necessárias;

Defender os interesses supremos da nação, opondo-se ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoísmo dos grupos, classes e partidos;

Protestar contra todos os movimentos revolucionários, e todavia defender e definir a grande causa da verdadeira Revolução;

Contribuir para formar, acima das Pátrias, a união de todas as Pátrias — uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas.⁷²⁷

Percebe-se que a adoção de um sujeito impessoal: *A SEARA NOVA*, em um editorial não assinado funciona na perspectiva da criação de um eu coletivo, de um “nós”. Nesta dimensão a experiência compartilhada do fazer-se intelectual investe-se de um espírito de grupo. Os sociólogos da cultura Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano, ao analisarem projetos semelhantes no caso argentino, afirmam que toda a revista inclui certa classe de escritos, como editoriais, declarações e manifestos, em torno dos quais procura criar vínculos e solidariedades estáveis, definindo no interior do campo intelectual uma espécie de “nós” (identidade), bem como de um “eles” (alteridade), independente de como se enuncie. Ético ou estético, teórico ou político, o círculo que uma revista traça para assinalar o lugar que ocupa ou aspira ocupar marca a tomada de distância mais ou menos polêmica, com relação a outras posições do território literário.⁷²⁸ Este recurso

⁷²⁷ EDITORIAL. “A Seara Nova pretende”, *Seara Nova*, n.1, 15 de outubro de 1921. Em CARDIA, Sottomayor (org). *Seara Nova. Antologia: Pela Reforma da República* (1921-1926). Lisboa: Seara Nova, 1971. v. 1. p. 89.

⁷²⁸ Beatriz Sarlo & Carlos Altamirano Apud COUTO, Cristiano. *Intelectuais e exílios: confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia* (1978-1984). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre. 2013. 243 f. p.12. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76241>>. Acesso em: 15/12/2016.

fica ainda mais evidente no texto-manifesto que apresenta o periódico, também publicado no seu primeiro número em 15 de outubro de 1921.⁷²⁹

Dessa forma, “*A SEARA NOVA*” ou “*O GRUPO SEARA NOVA*” (como se autorreferem no editorial e na *Apresentação* do primeiro número da revista) opera na construção deste já mencionado *nós* (ou de um “eu” coletivo), que é constantemente retomado como o sujeito do manifesto. Funciona como representante de um ideário construído coletivamente, identificado com um espírito público, acima disso, republicano. Investido de um discernimento bastante propositivo, que mobiliza tópicos humanistas de uma retórica muito comum à época dos manifestos e panfletos, quase como se estes fossem imbuídos por entidades externas de representar no seio de cada nação os vetores de valores universais.

Opera ainda em oposição aos demais sujeitos antagônicos, que aqui aparecem como responsáveis pelos achaques e sevícias que acometem a Nação. Neste caso, encontram-se algumas categorias personificadas em tipos ideais: “potentados do dinheiro”, “inimigos do bem comum”, “elite isolada do povo”, etc. Mas que fogem aos nomes próprios, mas abusam de substantivos comuns, por vezes adjetivados, para (des)qualificar os problemas apontados: “cabotinismo literário”, “miserável contentamento”, “espoliação”, “militarismo”, “nacionalismo”, etc.

Eis que invocam como, a qualidade geral, que poria termo a estes inimigos: “o heroísmo”. Mais uma vez a recorrente ideia da *excedência* (ora do gênio, ora do artista, e aqui do herói) aparece como lenitivo dos males da República e como a força de transcendência e superação. Mas este é um daqueles casos do herói sem face, não um indivíduo superdotado, mas uma postura coletiva. Os *vícios* e *virtudes* são aqui descritos como se estivessem impressos não neste ou naquele indivíduo, mas no corpo da própria Nação.

Analisando bem, o “inimigo” também não tinha face própria, geralmente não era personificado. Mesmo num tom acusatório, esta escolha em não nominar seus algozes parece apontar uma certa maturidade política que é constantemente reivindicada pelos autores em seus textos — desde a crítica literária das décadas anteriores até os opúsculos mais panfletários subsequentes. Seja por autocensura, seja por um certo espírito de cordialidade, parecem querer assumir um caráter distintivo ao fugir do sofisma do *argumentum ad hominem*. Ou seja, tal posicionamento referenda a proposta de que representam e combatem ideias e não pessoas, negando certo aspecto

⁷²⁹ CARDIA, Sottomayor. Op. cit. pp. 90-97.

folhetinesco e literário da crítica política das gerações anteriores. Em Cortesão, esse traço será fundante de toda sua postura intelectual como veremos adiante.

Parte disso dá-se, ainda, por tomarem para si próprios (retoricamente ao menos) a culpa pelo atual estado das coisas e o protagonismo pela sua superação. A “*élite*”, assim como “*Seara Nova*” aparecem no texto em itálico. Talvez mera formalidade ao estrangeirismo do termo, no primeiro caso mas, de fato, eles aparecem em destaque.

A “*elite*” (ou, simplesmente: “elite”), por sua vez, é produto de uma concepção de organização social onde por cima de distinções de classe, grupos, setores, pairam sobre estes alguns indivíduos capazes de representar os anseios da coletividade, organizá-los e agremiá-los sob as mais variadas instituições e que num regime republicano deveriam ser eles os responsáveis pela condução do destino nacional. Não propriamente enquanto políticos — e no texto aqui compilado fica evidente a distinção: “*A verdade é que os políticos não são melhores nem piores do que o permitem as condições gerais da mentalidade portuguesa.*” Logo, “*todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país, e em especial a sua elite*” —, mas enquanto “*consciência duma nação que deveria ser a última a desfalecer ou a corromper-se*”.

Dito de forma sintética, trata-se de uma concepção de democracia onde: o poder emana do povo e é gerido pelos políticos. Entre este e aquele deve estar esta *elite*, que não é propriamente econômica, mas antes de tudo intelectual, e que arbitra esta mediação. Ela seria responsável por vetorizar os anseios populares, desde que imbuídos por virtudes universais, denunciar todo e qualquer injustiça e exploração, escrutinar os problemas que afastam a pátria de cumprir seu real propósito republicano, tudo isso operando no plano das mentalidades, no universo da cultura. Não à toa, todo o projeto desta geração de *seareiros* se concentrará numa proposta cívico-pedagógica, fortemente inspirada na ideia de excedência do gênio/herói. Papel que era agora (modestamente) preenchido esse novo tipo de homem público engajado da República: o intelectual *radical*.

É com a alcunha de “republicano radical” que Fernando Novais se refere a esse período de Jaime Cortesão.⁷³⁰ E, talvez, seja de fato a categoria que melhor cumprisse explicar este tipo, que não é um membro da classe dirigente, mas também não comunga de todos os anseios e maior parte da classe proletária, como também sugere António

⁷³⁰ NOVAIS, Fernando. Prefácio a Jaime Cortesão ou ‘encontro marcado’. In: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. pp. V-XXIV.

Candido para a experiência brasileira, mas que tem muitos em comum com a portuguesa.

Segundo ele, pode-se chamar “radicalismo” o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao *establishment*. Agindo de modo progressista e reagindo ao estímulo dos problemas sociais prementes, em oposição a cartilha conservadora. Comumente é gerado na classe média ou em setores esclarecidos das classes dominantes. O radicalismo se diferencia de um pensamento propriamente revolucionário, porque embora seja “fermento transformador”, só se identifica em parte com os interesses específicos da classe proletária (esta sim segmento tradicionalmente revolucionário da sociedade).⁷³¹

É fácil ver isso observando que ele pensa os problemas na escala da nação, como um todo, preconizando soluções para a nação, como um todo. Deste modo, passa por cima do antagonismo entre as classes; ou por outra, não localiza devidamente os interesses próprios das classes subalternas, e assim não vê a realidade à luz da tensão entre essas classes e as dominantes. O resultado é que tende com frequência à harmonização e à conciliação, não às soluções revolucionárias.⁷³²

Quanto aos predicados pra se ocupar esta vaga são muito claros. Aparecem no manifesto (*Apresentação*) e repetem-se frequentemente nos editoriais e mesmo artigos autorais assinados ao longo dos números subsequentes da revista. Parece haver aqui um princípio de coerência em ter sempre ratificados pelos autores e referendados pelo público os preceitos do grupo. Abre com a identificação assumindo-se enquanto *intelectuais*: “A SEARA NOVA representa o esforço de alguns intelectuais” seguindo com a afirmação e ressalva: “aliados dos partidos políticos mas não da vida política”. Mais tarde exploraremos esta ressalva, ao tratarmos de *autonomia*, por hora é importante salientar essa primeira parte.

E, assim, assumem de cara uma feição “militante”, dizendo que “Os homens da SEARA NOVA pretendem fazer, por sua parte, em nome de toda a elite portuguesa, o **seu acto de contrição** [grifo nosso]” — novamente a metáfora que vinha desde Antero. Concluindo que o “**heroísmo** é a palavra mais adequada para exprimir o peso enorme das suas responsabilidades [grifo nosso]”. Assumem-se ora revolucionários, ora reformistas, cabe aqui a necessária distinção que a ideia de Revolução assumia no campo ideológico deste grupo. Republicanos de forte influência socialista, não eram,

⁷³¹ CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”, *Estudos Avançados*, São Paulo, abril de 1990, v. 4, n. 8, p. 4-18. p. 8. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8540>>. Acesso em: 15/02/2018.

⁷³² Ibidem, pp. 4-5.

salvo exceções, nem um pouco simpáticos ao marxismo-leninismo representado pela Revolução de 1917.

Mesmo antes da derrocada do apoio ao comunismo soviético (a partir da década de 1950) em toda Europa, já se opunham ao que costumavam chamar de bolchevismo. Reivindicavam-se, “radicais sem serem jacobinos”, e julgavam avesso aos progressos da democracia às tomadas de assalto ao poder por grupos ou classes específicos. O socialismo por eles apregoado era de matriz proudhoniana — revisitado por Eça de Queirós, Antero de Quental e Oliveira Martins — e visava muito mais a disponibilidade da terra e recursos à coletividade do que qualquer tipo de tomada de poder político e econômico pelo proletariado que, aliás, sempre fora um segmento social de pouca menor expressão em Portugal.

Neste momento já se opunham claramente à guerra, inclusive porque vários haviam participado dela, salientando, no entanto, que não se furtariam de pegar em armas para combater o militarismo e os nacionalismos de toda a espécie. E foi, de fato, o que fizeram em 1927, quando da tentativa de reestabelecimento da democracia em Portugal. Mencionam, por fim, uma defesa ao internacionalismo e a *Apresentação* fecha com oito itens que ao mesmo tempo retomam, resumem e reforçam suas intenções.

Para além da inextricável tensão entre qualquer sujeito e seu meio social, a condição do intelectual frente a esse binômio nos parece ainda mais intensa. Senão necessariamente definidora de sua existência, é certamente definitiva para sua experiência e identidade intelectuais: seu *fazer-se*. Tal premissa parte da ideia de que muito embora todo o ser constitui-se inevitavelmente a partir de um meio abrangente, o intelectual, enquanto tipo social, reclama para si um auto-reconhecimento desta identidade. Faz parte de seu programa uma tomada de consciência de seu papel social, e mais do que resignar-se ao contexto envolvente, ele se sente (como já pudemos averiguar) responsável por ele, atuante.

Poder-se-ia reunir várias citações onde Cortesão, por exemplo, advoga seu engajamento/envolvimento. Talvez a mais interessante delas ocorre quando defende um certo *presentismo* da História. Na já referida (Capítulo 1) entrevista radiofônica, gravada em 1958, Cortesão dá a seguinte declaração. Quando questionado pelo entrevistador: “Quando aborda temas históricos subordina-se a veracidade dos fatos perante os acontecimentos ou interpreta-os na posição de comentador, distanciado no tempo e no espaço?”, o mesmo, furtando-se de uma saída mais fácil referendando o

valor, ainda muito em voga, de uma objetividade positiva na investigação científica, etc. Eis que responde:

Eu creio que não é possível a um historiador distanciar-se do seu tempo. Um grande filósofo da História, italiano, o Croce, entendia mesmo que toda a história é contemporânea no sentido de que se interpretava a História segundo as tendências do nosso tempo, as necessidades do nosso tempo. Eu penso também que toda a História tem um carácter contemporâneo. Nós estudamos a História como quem procura responder as questões do nosso tempo.⁷³³

Além de denotar sua afinidade para com os debates teóricos acerca da História, Cortesão assume seu pertencimento ao tempo presente e as problemáticas deste, mesmo no exercício de sua parcela historiador. O que dizer então no amplo papel de intelectual e militante político. Não obstante ao seu envolvimento e imersão espaço-temporal, a proposta que se pretende abordar analiticamente de agora em diante privilegia o ser social do ponto de referência do indivíduo e de seu fazer-se perante o meio e perante o grupo.

Como já se comentou (Capítulos 1 e 3), Jaime Cortesão fora militante estudantil. Além de sua mobilização anarco-proletária nos movimentos de alfabetização popular. Depois da participação no círculo Republicano de Bernardino Machado durante a implantação da República tornou-se professor de Liceu e Deputado pelo distrito de Lisboa. Neste último cargo advogou pela participação de Portugal na Grande Guerra. E, mesmo possuindo a dispensa por conta do cargo parlamentar, resolve inscrever-se como médico de campanha no fronte Belga.

Gazeado e bastante ferido retorna como herói de guerra, privado durante um tempo da visão e com parte das vias respiratórias irremediavelmente comprometidas. Recobrado, retoma a atividade política e intelectual, assumindo a BNP e seu protagonismo na *Seara Nova*. A seguir, quando tem de deixar o país (1927) parte primeiramente para a França e Espanha, estabelecendo-se finalmente neste primeiro até a tomada de Barcelona pelos fascistas. O republicano inveterado torna a deslocar-se pela Europa continental e Inglaterra durante os anos que se sucederam, sempre participando de coletivos da oposição exilada e sempre em condições de vida bastante precárias.⁷³⁴ Após breve passagem por Portugal, onde é preso no Peniche, vem deportado para o Brasil (1940), onde viverá por 17 anos, ocupando cargos em

⁷³³ CORTESÃO, Jaime; CAEIROS; Igreja. Entrevista de Jaime Cortesão a Igrejas Caeiro no programa 'perfil de um artista'. In: SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal*. Póvoa de Varzim: Fundação Eng. António de Almenida, 1993. pp. 337-353. p. 343.

⁷³⁴ Ver. PAULO, Heloisa. Da revolução ao exílio: trajectórias de vida e combate. In _____. (org.). *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010. pp. 97-130.

instituições públicas, mas vivendo praticamente dos artigos que publicava nos periódicos de diversos países lusófonos.

* * *

O relato aqui posto cumpre apenas demonstrar que a experiência de vida de um sujeito como Cortesão carrega em si (pra além de situações conturbadas) uma série de eixos semânticos que são mobilizados em torno da constituição de sua identidade enquanto cidadão, intelectual, historiador. Segundo Norbert Elias, que aponta essa tensão natural entre envolvimento e distanciamento (ou *alienação*, conforme tradução brasileira), em momentos de risco, como guerras ou demais catástrofes se torna de fato mais difícil esperar que os sujeitos possuam discernimento necessário para se colocarem alheios, ou distanciados, daquilo que condiciona sua própria vivência diária.

A afirmação é exposta logo na introdução de seu livro e será retomada em capítulo posterior chamado alusivamente de “Os pescadores e o turbilhão”, pois partindo de um conto de Edgar Allan Poe, narra a deriva de dois pescadores que presos em um redemoinho que devorava todos os despojos da navegação e seus tripulantes, safa-se aquele que garantiu certa abstração, mesmo em meio a morte eminente, pra racionalizar um escape. Ou seja, afastou-se para melhor enxergar.⁷³⁵

Entretanto, uma vida não precisa ser extraordinária — no sentido de incomum — para ser mais ou menos fundante e atuante no fazer-se dos indivíduos. Elias assinala a figura do intelectual como ser social, independente de seu grau de envolvimento e alienação. E promove que as teorias sociológicas do conhecimento devem justamente romper a tradição fortemente entrincheirada em que cada pessoa em termos de seu próprio conhecimento é um ponto de partida. Trata-se, antes, de um fundo de conhecimento já pré-existente que como a linguagem na qual é expresso é específico de um grupo, permitindo que possa ser expresso simbolicamente por diversas linguagens.⁷³⁶

Essa é uma das diferenças entre teorias do conhecimento do tipo filosófico tradicional e a teoria do conhecimento sociológica não reducionista. A primeira trabalha com a imagem humana de um sujeito do conhecimento, um conhecedor, em um vácuo — de “eu” sem “nós”, “você” sem “eles”. A última trabalha com o conhecedor num grupo enquanto sujeito do conhecimento. [...] Levar em consideração o fato de que cada ser humano, enquanto sujeito

⁷³⁵ ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. pp.22 ,164 et seq.

⁷³⁶ Ibidem, pp. 27-28.

do conhecimento e para tornar-se humano, deve ser capaz de dizer “nós” tanto quanto “eu”, é um passo em direção à reorientação teórica aqui sugerida. Outro passo adicional nessa direção é a atenção para a situação em que se encontra o grupo que detém o conhecimento em relação aos outros grupos humanos, assim como à natureza não-humana.⁷³⁷

Não raras as vezes, a relação reivindicada entre um grupo e outro é justamente a sua não-relação: alteridade, distanciamento e/ou independência são polos comumente mobilizados na constituição da desta identidade. Dessa forma, uma questão fundamental tanto no fazer-se dos intelectuais, como para quem o toma enquanto objeto de estudo, é o conceito de *autonomia*.

Como já vimos, parte significativa do editorial e Apresentação da *Seara Nova* pregam justamente sua independência dos Partidos e das instituições em geral, dos interesses econômicos e de autopromoção. As únicas filiações que proclamam são aos valores universais que comungam e o desejo de ver um Portugal retomando seu “papel cimeiro” enquanto civilização. Embora alguns deles já tivesse ocupado cadeiras parlamentares (como o próprio Cortesão, antes da Guerra), e desempenhassem papel central nas decisões ligadas ao projeto educacional da I República, os *seareiros* faziam questão de (modo peremptório e público) qualquer convite para participarem formalmente do Governo, como se pode apreender em vários momentos, nas próprias páginas revista. Tendo já retornado a Portugal em 1957, Cortesão é aclamado pra ser candidato a Presidência da República, renunciando ao pleito em nome de Humberto Delgado.

A SEARA NOVA E O SR. FRANCISCO A. CORREIA

O sr. Francisco A. Correia, levado por motivos de sentimento, entre os quais o apelo do senhor Presidente da República, feito nas horas trágicas de 19 e 20, aceitou uma pasta no actual ministério. Fiel aos seus princípios, entendeu a Seara Nova que não podia s. exa. continuar a fazer parte deste grupo. Por nossa parte aceitámos as razões alegadas pelo sr. F. A. Correia, e ele por sua vez não tomou como desprimorosa a nossa resolução. Para esclarecer melhor o público sobre a nossa atitude, devemos ainda declarar que mais alguns membros da direcção da Seara Nova foram instados para tomar conta doutras pastas. Todos eles separadamente e depois o grupo reunido resolveram por forma categórica declinar o convite.⁷³⁸

A SEARA NOVA E O PODER

Mais uma vez um dos directores da Seara Nova [Jaime Cortesão] foi vivamente instado para entrar no governo ou para indicar outro dos directores a participar do poder; e uma vez mais qualquer dos membros da direcção e o mesmo grupo reunido terminantemente recusaram o convite. Não o fizeram pelo horror às responsabilidades, nem agora o proclamar por envaidecimento estulto. Estas palavras têm um único fim: mostrar que os nossos actos estão de acordo com as ideias que apregoamos. Nenhum dos

⁷³⁷ Ibidem, pp. 33-34.

⁷³⁸ EDITORIAL. “A Seara Nova e o sr. Francisco A. Correia”, *Seara Nova*, n. 2, 5 de novembro de 1921. Em (No. 2 — 5/11/1921) CARDIA, Sottomayor. Op. cit., p. 113.

membros da Seara Nova poderá exercer qualquer alta delegação dos seus princípios, sem que em volta deles se forme a necessária corrente de opinião pública.⁷³⁹

Para além parecer preceito básico do estatuto *seareiro*, a recorrência com que esse discurso de autonomia é publicizado na *Seara Nova*, denuncia a importância que afirmar-se independente/autônomo ocupa neste *fazer-se* do intelectual do grupo. É por isso que a própria mobilização desse recurso precisa ser também considerada histórica e sociologicamente. Pois, afinal, acabam por legitimar o “*intelectual que usa seu capital específico, conquistado por meio da autonomia e garantido pela própria autonomia do campo, para intervir no terreno da política, conforme o modelo de Zola e Sartre*”⁷⁴⁰.

É o mesmo que ocorre de forma geral com a suposta autonomia da Ciência em relação à esfera Política. A transformação da República dos positivistas em República dos intelectuais era também marcada num discurso de autonomização e imparcialidade do campo científico. A própria ideia de autonomia, antes de ser pensada arquetipicamente como característica intrínseca da Ciência (enquanto saber supostamente desinteressado) é também mobilizada historicamente. Ou seja, a autonomia da Ciência com relação à Política aparece, assim, não como um valor absoluto. Mas como uma reivindicação produzida em determinadas condições históricas por agentes ou grupos sociais específicos. E é sempre relacional e relativa, visto que se está sendo (ou ao menos se reivindicando) autônomo em relação a algo específico: a Igreja, ao Estado, à Academia.⁷⁴¹

Recordando que na ideia de *excedência* de Cortesão, uma das características do indivíduo *gênio* (seja ele *artístico* ou *histórico*) é justamente sua autonomia. Assim, o gênio/herói é aquele melhor exprime e representa a consciência de seu tempo e, concomitantemente, consegue se sobrepor a ela. Pensamento típico de um intelectual-historiador (obrigatoriamente nesta ordem, porque o projeto historiográfico se subordina ao intelectual, como já se referiu) que embora não ignore as massas o papel da Geografia, do Econômico e demais estruturas do social, acredita que os momentos de real mudança histórica são encabeçados por indivíduos ou grupos de indivíduos (elites) especiais.

⁷³⁹ EDITORIAL. “A Seara Nova e o Poder”, *Seara Nova*, n.4, 5 de dezembro de 1921.) Ibidem, p. 114.

⁷⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 175.

⁷⁴¹ L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico & SIGAUD, Lygia. Antropologia, impérios e Estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: _____. (orgs.), *Antropologia, impérios e Estados nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj, 2002. pp. 9-37. p.15.

Neste caso identifica-se enquanto intelectual como responsável pelos rumos de Portugal. Atitude um tanto prepotente, poder-se-ia pensar. Um grupo julgar-se seletor e distinto cumpridor das etapas que sucederão os tempos sombrios que agora denunciam. Mas, concomitantemente, uma das virtudes mais valorizada nos discursos intelectuais desta época era justamente a da *modéstia*. Se parte importante da afirmação intelectual estaria no autorreconhecimento do grupo certamente importa muito como se é percebido pelo outro. E este é um traço que pareceu sempre importar a Cortesão, por sua famosa cordialidade — melhor dizendo, sua *cortesía*. Como brincou com a aliteração, Manuel Bandeira em poema que lhe dedica.

Honra ao que, bom português,
Baniram do seu torrão:
Ninguém mais que ele cortês,
Ninguém menos cortesão.⁷⁴²

A parte de não confessar o rito católico e nenhuma outra religião formal, Cortesão era um assumido *franciscano*. Inclusive, quando de seu falecimento (14 de agosto de 1960) é sepultado com túnica marrom e o cordão dos votos da Ordem Terceira de São Francisco. Humildade remete aos ideais mais puros do cristianismo que dizia professar, e ao equilíbrio, a contenção e boa medida dos humores para os gregos, era argumento central nos manuais de Corte e espelhos de príncipe por toda a idade moderna, e na República parece denotar a isonomia dos indivíduos que não usarão nem do poder econômico, nem da coerção para subjugar os demais. No caso dos concursos professorais da III República francesa, Gérard Noiriel aponta que modéstia era sempre um tópico importante juízos dos candidatos, e em certa medida as preocupações com esse quesito não eram lá tão republicanas, mas sim, apenas mais uma garantia que indivíduos modestos, inclusive proveniente de camadas mais baixas, não iriam querer subverter a ordem vigente logo de cara.⁷⁴³

É enfim, tal qual a autonomia, uma virtude operacionalizável, e com inegável eficácia simbólica. Embora reificada como virtude pública, a ausência dela é apontada como vício particular. E, portanto, é difícil pensá-la como postura de um coletivo, pois cada indivíduo a expressa de maneira muito própria, que vai da indulgência e resignação de si mesmo até a extrema generosidade para com os demais. Obviamente, tal característica, talvez mais do que outras é nitidamente observável no modo de

⁷⁴² BANDEIRA, Manuel. Jaime Cortesão. In: _____. Mafuá do Malungo: versos de circunsância. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

⁷⁴³ NOIRIEL, Gérard. El juicio de los iguales. El acto de defensa de tesis en el cabio del siglo. In: *Sobre la crisis de la história*. Madrid: Ediciones Cátedra 1997 pp. 231-250. p. 244.

vestir-se, de portar-se, de ocupar as funções na esfera pública, e, não à toa, a maior parte dos relatos acerca de Jaime Cortesão fazem menção a ela. Como num trecho que relata sua atuação enquanto preso político no Forte do Peniche, entre o exílio em Espanha e o desterro para o Brasil em 1940.

Era o primeiro a levantar-se, e, à luz débil da madrugada, colocava-se em pijama, frente a uma janela, fazendo exercícios de ginástica por algum tempo; em seguida procedia às suas abluções; depois destas, sentava-se à pequena secretária, preparando os seus trabalhos e aí se conservava até à hora da primeira refeição. Só as refeições, a limpeza da caserna, o desentorpecer das pernas e a conversa com os companheiros interrompiam os seus trabalhos. Depois do almoço, que era às 10 horas, até ao render da guarda, às 13, dava início às suas palestras, que nós escutávamos tomando apontamentos. Algumas vezes os guardas de serviço abriam a porta e escutava, interessados, as suas lições. Depois destas, juntávamos os apontamentos, passando-os a limpo.⁷⁴⁴

Poder-se-ia abreviar o debate da importância que a modéstia cumpria no *fazer-se* de Cortesão apenas relatando que, muito embora não confessasse fé católica, tinha bom apreço pelo cristianismo mas fez questão de ser sepultado trajando uma veste franciscana leiga, vontade que fora atendida. Porém isso impediria tratar de um ponto importante que o presente trabalho pretende abordar, a questão do comportamento do intelectual e sua manifestação física e material, melhor dizendo: pública. Para tal, se partirá de alguns relatos de contemporâneos que conviveram em alguma medida com Cortesão e a concepção de *héxis* corporal trabalhada por alguns autores.

Uma das inspirações deste breve *detour* vem do ensaio de Gilda de Melo e Souza chamado *A Estética rica e a Estética pobre dos professores franceses*. Onde ela refere-se a Jean Maugüé dizendo que seu nome evoca todo um folclore: “*Maugüé não era apenas um professor — era uma maneira de andar e de falar, que alguns de nós imitavam afetuosamente com perfeição; era um modo de abordar os assuntos, hesitando, como quem ainda não decidiu por onde começar e não sabe ao certo o que tem a dizer [...]*” E concluí afirmando que “*A impressão e a marca que deixou em nós foram extraordinárias e, mesmo agora, depois que o correr dos anos nos ofereceu tantas oportunidades de comparação, continuamos considerando-o como um dos maiores professores que já conhecemos.*”⁷⁴⁵

Perceber como este “folclore”, esta maneira de portar-se, ou seja essas categorias de juízo que se criam a partir de um professor, de um intelectual, marcam a geração seguinte de maneira indissociável do restante de suas contribuições, mais ou

⁷⁴⁴ Cf. LOPES, Oscar (Coord.) *Jaime Cortesão*. Lisboa: Editora Arcádia, 1962. p.155.

⁷⁴⁵ SOUZA, Gilda de Mello e. *A Estética rica e a Estética pobre dos professores franceses*. Exercícios de leitura. São Paulo: 34, 2009, p. 10.

menos significativas a um determinado campo, nos levam a crer que para além de mero anedótico gestual, a maneira de portar-se perante os pares e o público constitui domínio operacional e por vezes consciente do fazer-se intelectual.

A noção de *hexis corporal* trazida por Bourdieu e Saint-Martin, no sentido original do termo designa um conjunto de propriedades associadas ao uso do corpo em que se exterioriza a posição de classe de uma pessoa (de acordo com nota do tradutor). No caso específico refere-se as categorias de julgamento professoral acerca de alunas de origem social distinta submetidas a avaliação, onde operam critérios totalmente estranhos aos que são explicitamente reconhecidos na definição técnica do desempenho exigido.

Até a questão da voz, manifestações orais, funcionam como critérios externos desta inteligibilidade. “*O sotaque, a elocução e a dicção que são as marcas mais seguras, por serem as mais indeléveis, da origem social e geográfica*”.⁷⁴⁶ No caso de Cortesão é interessante como a questão da permanência do sotaque lusitano fora apontado como integridade de carácter pelo seu entrevistador, o jornalista Igrejas Caeiro, que faz um preâmbulo a entrevista:

A solenidade viril da nossa língua primorosamente articulada pelo professor Jaime Cortesão permite-nos avaliar, desde logo, a firmeza do seu carácter. Os 25 anos de ausência em terra brasileira não atingiram o portuguesismo total do professor Jaime Cortesão. Embora sensível ao calor humano das Gentes de além-Atlântico, o nosso entrevistado não tem nem vestígios do sotaque brasileiro que teria tocado, naturalmente, qualquer personalidade de menor vigor.⁷⁴⁷

Enfim, nas homenagens feitas ao autor são diversas as menções a essas características, cordialidade, modéstia, integridade e coerência entre o falar e o agir⁷⁴⁸. E para cada uma dessas características, remete-se mais direta ou indiretamente algum atributo físico ou comportamental. Encerrando, trago aqui a impressão de Mario Soares:

Recordo a impressão que de novo me provocou: o seu magistério intelectual e moral, o discurso perfeitamente claro, racional e a figura imponente, contida, em contraste vivo com alguns dos seus entusiastas admiradores presentes (da sua geração) mais retóricos, menos autênticos e menos lúcidos, fazendo discursos desajustados à circunstância ou, pelo menos, ao que de nós, jovens, queríamos ouvir... Estávamos ali para afirmar tão-só a nossa solidariedade a uma grande figura da cultura portuguesa que, pelo seu amor à liberdade, era impedido de viver em Portugal e, por esse simples facto,

⁷⁴⁶ BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique. "As Categorias do Entendimento Professoral". In: Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio (orgs.), *Bourdieu: Escritos de Educação*, Petrópolis: Vozes, 1975.p. 192.

⁷⁴⁷ SANTOS, Alfredo. R. *Jaime Cortesão, um dos Grandes de Portugal*. Povia de Varzim: Fundação Eng. Antônio de Almeida (Tipografia Camões), 1993, pp 338

⁷⁴⁸ Cf. LOPES, Oscar (Coord.) *Jaime Cortesão*. Lisboa: Editora Arcádia, 1962.

para manifestar a nossa visceral oposição à Ditadura. [...] Era um homem alto, vigoroso, aprumado, com a solidez de um bloco de granito mas, curiosamente, de convívio fácil e aliciente, grande contador de histórias, nada solene apesar da sua natural solenidade, expansivo, encantador. [...] Quando Jaime Cortesão regressou finalmente ao convívio dos seus amigos, era já um homem velho, fatigado por tantos combates, doente — mas sem sombra de azedume ou de ressentimento. Pelo contrário, mantinha um optimismo contagiante, um interesse verdadeiramente juvenil e uma curiosidade enternecida pelo que lá surgindo de novo em Portugal — pessoas, coisas, iniciativas — bem como uma inabalável confiança no futuro da democracia em Portugal.⁷⁴⁹

E assim, frente a tudo que foi aqui exposto, esperamos ter minimamente cumprido o objetivo de demonstrar como Cortesão e sua geração encaravam e participavam da construção de seu próprio papel de intelectuais da República. Tanto na sua dimensão coletiva quanto no aspecto individual. Por isso buscou-se aqui descrever alguns dos territórios de fronteiras onde se inscrevem e *envolvimento* e *distanciamento*, enquanto categorias fundamentais da experiência intelectual. Assim como comunhão e representatividade se opõe a autonomia e excedência (do gênio/herói) na construção de um discurso histórico cujo sentido se imprime na reabilitação do presente e futuros nacionais. Vejamos agora, como estas questões se desdobra propriamente no *fazer* historiográfico de Jaime Cortesão.

4.2 O sentido da História em Portugal: tradição e inovação historiográfica

Escrever uma obra, marcada o mais possível pelo carácter científico, mas relacioná-la a cada passo com o drama e a afirmação épica da consciência humana em luta com as novas realidades, foi o nosso desígnio. E, se damos uma grande importância aos problemas do método, procuramos com igual afã medir os obstáculos que os portugueses encontraram e o esforço que despenderam para vencê-los; situar os navegadores no mar e os descobridores nas suas relações com os povos descobertos; e, enfim, caracterizar os protagonistas desse encontro nos seus traços essenciais, estudando-lhes a seguir as reacções mútuas e as consequências finais do nascimento dos Novos Mundos geográficos e humanos. E seríamos felizes se pudéssemos transmitir ao leitor, através das páginas desta obra, a ansiedade, o júbilo triunfante que acompanharam o acto de descobrir, e até os cruentos desencantos que se lhe seguiram tantas vezes, ao longo desse equador de terras e de povos, que cingiu o planeta.

JAIME CORTESÃO, «Prefácio», *Os Descobrimentos Portugueses*, v. I. Lisboa: INCM, 1990. p. 3

Uma máxima de Michel de Certeau afirma que “*antes de saber o que a História diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela*”⁷⁵⁰, daí a

⁷⁴⁹ SOARES, Mario. Prefácio. In: SANTOS, Alfredo R. Op. cit., pp. 7-15.

⁷⁵⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 77.

fundamentação dos estudos historiográficos, como pautamos na Introdução. Mas a análise do discurso histórico difere do estudo da História enquanto campo disciplinar. Embora ambos se confundam as vezes na obra de autores como Jaime Cortesão, deve-se ter em conta suas distinções.

O que aqui procuramos depreender é seu *projeto historiográfico*, noção que também implica mais de um significado. Projeteo de que Cortesão possuía um *projeto historiográfico*. — ou seja, uma visão (senão sempre consciente, ao menos bastante nítida) do papel que a História (e portanto sua obra) teriam na construção de uma consciência cívica — não significa dizer que ele não seguisse *à risca* os preceitos científico-metodológicos do ofício de historiador. Pelo contrário, como discutiremos, desde seus primeiros escritos sobre a história a preocupação com a renovação dos estudos históricos em consonância com os preceitos de uma investigação cientificamente orientada, estava sempre presente.

E sim, bem como outros traços de sua produção, vão se alterando com o tempo, mas nem nos seus escritos iniciais, nem nos seus derradeiros deixa de uma alusão (mesmo que introdutória), onde procura dialogar com teorias e linhagens interpretativas diversas. Que iam do materialismo histórico ao seu característico espiritualismo estético. Partindo da *Geração de 70* portuguesa, passando pelos americanistas espanhóis, pelos *Annales*, as grandes metanarrativas históricas e o diálogo com alguns dos principais intérpretes do Brasil. Aqui não poderemos abordar todos estes entrecruzamentos, mas esperemos contemplar alguns.

O próprio campo dos estudos historiográficos em Portugal é uma área que começa a se projetar mais recentemente, se comprados com outros contextos, mesmo com o brasileiro. Para além de alguns trabalhos esparsos, e o esforço individual de alguns historiadores, foi apenas na última década que começam a se publicar trabalhos de modo mais sistemático, configurando assim como uma área autônoma.

Observou-se por muito tempo em Portugal, inclusive pela dinâmica e lugar da História durante o Estado Novo (1933-1974) — e por outras razões que não cabe agora equacionar — uma espécie de neo-empirismo e uma tradição de escolas que é ainda muito comum no meio acadêmico lusitano. Tal atitude parece ter pouco contribuído no desenvolvimento de estudos desse caráter, como afirmaram mais recentemente, Vitorino de Magalhães Godinho (pouco antes de falecer) e Diogo Ramada Curto em entrevistas realizadas no mesmo ano (2011) pela *Revista de História da Biblioteca*

Nacional, do Rio de Janeiro.⁷⁵¹ Nesta mesma linha, já enfatizava António de Oliveira Marques em 1972:

Os Portugueses nunca foram dados a elucubrações historiográficas. Com limitado pendor para as filosofias, sempre lhes faltou aquele sopro unificador que convertesse o mero somatório dos escritores de história e dos escritos de história em corrente inteligível e integrada. Nem os poucos filósofos, nem os muitos ensaístas, nem os próprios historiadores, quiseram alguma vez meter ombros à tarefa de gizar uma história da historiografia portuguesa. Existem, é certo, aqui e além, alguns prefácios algumas introduções, certas páginas intercaladas em obras muito diversas e onde não se esperaria encontrá-las com achegas de dimensão e importância vária sobre historiografia. Mas não existe obra de conjunto que valha a pena mencionar.⁷⁵²

Muito embora tenha existido e exista hoje uma nova geração de historiadores portugueses preocupados com as questões teóricas e historiográficas⁷⁵³, esta ausência foi bastante indelével na sua cultura historiográfica. Ao ponto de que não se pode encontrar nas bibliotecas e repositórios digitais das principais universidades lusófonas praticamente nenhum trabalho de maior fôlego relativo a Jaime Cortesão enquanto historiador. Sendo a única exceção a dissertação de mestrado de Elisa Neves Travessa, da qual vastamente nos servimos, mas que pelo próprio caráter de seu problema de pesquisa não esgota uma série de questões relativas a esta dimensão específica de Jaime Cortesão.

Tampouco esta tese terá o fôlego e a competência de esclarecer a grande parte da problemática deste empreendimento. De todo modo, também procuramos ficar numa análise mais geral dos muitos escritos históricos de Cortesão, em vez de focar em alguma obra específica. Com exceção de alguns *mergulhos* eventuais. De qualquer forma, *exploremos esses mares pouco navegados*. Começando por um breve balanço da historiografia portuguesa da primeira metade do século XX.

* * *

⁷⁵¹ Vitorino de M. Godinho em entrevista concedida a Alberto da Costa e Silva e Tiago C. P. dos Reis Miranda, publicada em 03/06/2011. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/vitorino-magalhaes-godinho>>. Diogo Curto em entrevista concedida a Rodrigo Elias e Nelson Catarino. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 7, nº 74, novembro de 2011.

⁷⁵² MARQUES, António de Oliveira. *Antologia da historiografia portuguesa*. Lisboa: Europa-América, 1972. v. 1. p. 7.

⁷⁵³ Como Fidelino de Figueiredo, Borges de Macedo, Joel Serrão, Joaquim V. Serrão, Vitorino M. Godinho, Joaquim R. Magalhães, Manuel Hespanha, Luis Reis Torgal, José Esteves Pereira, Fernando Catroga, José Amado Mendes, Sérgio Campos Matos, Diogo Ramada Curto, entre outros.

Em 1954, Charles Boxer, publica o artigo *Some notes on portuguese historiography 1930-1950*⁷⁵⁴ contrariando um texto anônimo publicado no *Times Literary Supplement*, argumentando que a historiografia portuguesa de sua geração estava em franca ascensão. Enumera uma série de autores e trabalhos, entre eles cita a monumental *História de Portugal*⁷⁵⁵, dirigida por Damião Peres — na qual Cortesão contribui — como sendo um dos projetos mais ambicioso da historiografia portuguesa, criticando, todavia, sua falta de notas e ausência de bibliografia e rigor metodológico.

Parafraseando Edgar Prestage, Boxer afirma que Portugal deve seu lugar na história do mundo a quatro empreendimentos: as viagens ultramarinas de descobertas, o domínio dos mares orientais no século XVI, o cometimento missionário universal e a colonização do mundo. Não à toa, estes campos são, em maior ou menor escala, objetos centrais na própria obra de Boxer, um dos mais dedicados estudiosos do império marítimo português.

Não obstante, enumera de forma contundente aquilo que apontou como os “sete pecados capitais” da historiografia portuguesa: (1) prolixidade; (2) preferência pelos “discursos” e “conferências”; (3) ilustrações consideradas antes do texto (apelo aos olhos, antes que aos ouvidos); (4) falha na consulta de trabalhos estrangeiros importantes; (5) falta de índices adequados (e, muitas vezes, ausência total de índices); (6) falta de mapas adequados; (7) censura do Governo.

Boxer iria lamentava, ainda, “*uma certa atitude nacionalista e ultra-patriótica*”, que como vimos procedia na maior parte dos autores da época. Mas, termina por acentuar o espírito de cooperação que começa a existir na historiografia portuguesa, elogia autores (como Cortesão, Damião Peres, Teixeira da Mota, Magalhães Godinho, Virginia Rau, entre outros) e a publicação de obras coletivas e monografias universitárias como um sinal de esperança futura.⁷⁵⁶

Autores como Fidelino de Figueiredo, Francisco Falcon e Godinho fazem análises mais positivas das contribuições que vieram desde Herculano, Antero de Quental, passando por Oliveira Martins até chegar a geração de Cortesão e António Sérgio.⁷⁵⁷ Embora divirjam de certos pontos enumerados por Boxer, algumas

⁷⁵⁴ Cf. BOXER, Charles. *Some notes on portuguese historiography 1930-1950. History: history journal of the historical association*, Londres, n. 135/136, pp. 1-13, feb./jun. 1954.

⁷⁵⁵ Mais conhecida como “*História de Barcelos*”, local de sua publicação, 1928-37 com dois suplementos posteriores.

⁷⁵⁶ Cf. BOXER, Charles. *Some notes on portuguese historiography 1930-1950. History: history journal of the historical association*, Londres, feb./jun. 1954. n. 135/136, pp. 1-13.

⁷⁵⁷ Cf. FIGUEIREDO, Fidelino de. *Historiografia portuguesa do século XX. Revista de História*, São Paulo, out./dez. 1954, v. 5, n. 20, pp. 333-349,. GODINHO, Vitorino M. *A historiografia portuguesa do século XX – orientações, problemas e perspectivas. Conferência na Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo em agosto de 1954, Revista de História*, São Paulo, 1955, v. 10, n. 21/21, pp. 3-21. p.11. FALCON, Francisco. *Historiografia*

características comuns são salientadas por todos autores. Apontam eles que o cenário preponderante do pensamento português (onde iria surgir a geração dos *seareiros*) estava embrenhado de um espírito literário de liberdade que obedecia a um pendor inato de fuga da realidade.

Tendência essa que ora situava-se na criação de utopias futuras, ora buscava ressuscitar visões gloriosas de passados extintos, desta forma pendiam sempre a algum tipo de *historicismo* — ainda que moderado — ou a uma ruptura iconoclastia com o passado. Desse caráter descenderia o gosto dos portugueses pelo memorialismo, nacionalismo exacerbado, leitura decadentistas do passado, falta de um ambiente propriamente crítico e essa certa rejeição da historiografia portuguesa aos debates teórico-metodológicos (que em alguns casos pode-se evidenciar até os tempos presentes).

* * *

Antes de Cortesão publicar seu primeiro livro de História (1922), as páginas de *Á Águia* e, sobretudo de *A Vida Portuguesa*, foram o suporte de seus primeiros ensaios históricos. Onde já esboça certas ideias e concepções que serão retomados ao longo de toda sua obra. Logo no segundo número de *A Vida Portuguesa* assina o artigo intitulado “O Centenário de 1915”.⁷⁵⁸ Onde afirma que “*sem uma larga renovação dos estudos históricos em Portugal se não renovará também a consciência nacional*”,⁷⁵⁹ e por isso manifesta o seu apoio à celebração (*IV Centenário da tomada de Ceuta* e *V da morte de Afonso de Albuquerque*).

A apreciação que faz dos cem anos que mediarão entre os dois acontecimentos é positiva. Considera-os o período áureo da história portuguesa, “*aquele em que na posse plena das maiores virtudes concebemos e realizamos a dádiva máxima à Humanidade*”.⁷⁶⁰ Exprime a sua preocupação acerca do caráter das comemorações a empreender, que deveriam adquirir “uma verdadeira dimensão cívica”, em lugar de se quedarem na retórica e no espetáculo de um passado distante. E nisso demonstra seu interesse de associar às celebrações um novo momento da investigação histórica. Não

portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988. v. 1, n. 1, pp. 79-99.

⁷⁵⁸ CORTESÃO, Cortesão. “O Centenário de 1915”, *A Vida Portuguesa*. Porto, 15 de novembro de 1912, n. 2. pp. 9-10.

⁷⁵⁹ Ibidem, p. 9.

⁷⁶⁰ Idem, ibidem.p.9

só apoia a intenção manifestada pela Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos de levar a cabo um *Congresso Nacional de História e Literatura* como advoga a participação da *Renascença Portuguesa*. Cortesão estava convencido de que um dos resultados de tal iniciativa “*seria despertar o interesse pelos estudos históricos na nossa sociedade e aproximá-la da revelação de um novo ideal a dirigir as volições coletivas*”.⁷⁶¹ E conclui o artigo com uma contundente crítica aos políticos portugueses, cujos projetos deixavam claros um total desconhecimento do passado nacional.

Não era difícil encontrar outros artigos semelhantes de Cortesão em outras revistas. Por ora, fiquemos com um último exemplo. Referindo-se a resenha que faz da publicação da obra *Quadros da História de Portugal* (1916) na revista *Atlântida*.⁷⁶² O álbum, ricamente ilustrado, tinha uma finalidade expressamente didática, um tanto escolar mas também para adultos (visto ser o analfabetismo ainda predominante no país). Cortesão faz acerca dela uma avaliação bastante promissora, considerando sua publicação e acolhimento dado pelo público como “*factos que atestam o ressurgimento nacional*”.⁷⁶³

Também as páginas de *A Vida Portuguesa*, foram o espaço (literário) de uma das maiores polémicas intelectuais daqueles anos de 1912-1913 e, certamente, uma das maiores contendas dentro do grupo da *Renascença Portuguesa*. As divergências entre aquilo que se ficou conhecendo como *historicismo* (ou *historismo*) de Jaime Cortesão *versus* o *parasitismo* de António Sérgio. Esta divergência, em realidade, se inseria em um debate maior que havia começado entre Sérgio e o *saudosismo* de Teixeira de Pascoaes, e que era proveniente, em parte, das próprias diferenças entre o núcleo lisboeta e portuense da *Renascença*.

O clima de desavença marcou desde cedo a origem da associação, mostrando tensões insuperáveis no interior do grupo e impedindo mesmo que o movimento elaborasse um manifesto público consensual. E mais tarde voltariam em farpas trocadas por ambos nas edições de 1912-1914 das revistas. Denotando as nuances de visões de mundo adversárias dentro de um mesmo projeto intelectual de República.

Mas, este clima incorporou-se ao grupo e, a *Renascença Portuguesa* nunca recuando diante do convívio polémico das suas tendências, procurando sempre respeitar o pluralismo das opiniões. Como se viu, a agremiação já surge bastante ligada ao ambiente literário do Porto, muito marcado pelas figuras de Pascoaes e Leonardo

⁷⁶¹ Ibidem, p. 10.

⁷⁶² Jaime Cortesão, "Afirmções da Consciência Nacional. V. Os Quadros da história de Portugal", in *Atlântida*, n.º 11, Lisboa, 5 de setembro de 1916, pp. 1069-1072.

⁷⁶³ Ibidem, p. 1069.

Coimbra, que podem ser vistos como os últimos herdeiros de certo orgulho nacional do *Ultimatum*, e de uma poética e filosofia bastante espiritualistas e metafísicas tão fortemente marcada pela presença de Antero.

Foi o alinhamento anti-estrangeirado do saudosismo habilmente explorado pelo seu mentor nas conferências (entre 1912 e 1913), em nome da *Renascença*, que levou António Sérgio a entrincheirar-se nas suas diferenças, abrindo as hostilidades contra Pascoaes e, mais tarde, contra os escritos históricos de Cortesão. E, é em meio a este cenário que Cortesão e Sérgio começam a despontar na cena pública. Combatendo as teses decadentistas e obscurantistas do passado nacional, Cortesão pautará seu projeto pedagógico de conscientização e retomada do “Portugal heroico”.

Ainda que oriundos de uma mesma matriz anterior, filhos eminentes de um mesmo contexto político e intelectual, partilhando de fortes noções libertárias, antifascistas e contrárias as ditaduras (e, posteriormente, ao Estado Novo português) Cortesão e Sérgio, que nasceram praticamente no mesmo ano e compunham os mesmos grupos intelectuais, divergiam quanto ao papel da História, e mais propriamente do Passado lusitano, na formação das novas gerações.

Cortesão, como já se sabe, procurava buscar no fausto do tempo dos *Descobrimentos* o ímpeto heroico da “grei lusitana”, da qual uma vez conscientizado e investido o povo português iria romper com a tirania salazarista e novamente ocupar papel central na condução da Humanidade a um espírito coletivista. Sérgio, por seu turno, rompia de vez com o Portugal histórico, embora tenha exercido o ofício de historiador, julgava que o papel último dessa era sepultar o passado, romper de vez com as amarras que prendiam Portugal ao pretérito e projetar-se de vez ao futuro libertário e cooperativista.

Ainda no ano de 1912, já em avançado debate entre réplicas e tréplicas por conta dos artigos que originalmente Cortesão havia publicado pautando o ensino de História pátria, António Sérgio, em tom exacerbadamente irônico coloca:

No domínio social, o Saudosismo é o Historismo lírico: a saudade dos “bons tempos” em que se era “uma nuvem de gafanhotos”[referência ao “parasitismo” de que acusa a empresa colonialista]. Só alcançaremos um viver decente quando atirmos ao diabo o Historismo e o Saudosismo, quando nos convenceremos afinal de que “o Brasil está em casa”, no trabalho fecundo das profissões usuais. Se o Historismo em toda a parte é a morte a entorpecer a vida, para a s nações ibéricas constitui ele muito especialmente uma monstruosa aberração, porque o nosso viver histórico foi uma contradição monstruosa a todas as condições normais da vida e a todo o espírito da civilização moderna. Em qualquer espécie animal, parasitismo significa degenerescência e abjecção, do indivíduo e da comunidade. Já disse

alguém que ha mortos que é preciso matar: o Portugal histórico é dessa espécie.⁷⁶⁴

Ao que Cortesão responde:

As vantagens do historismo são as de procurarmos as virtudes do génio nacional para as adaptarmos a luta moderna. [...] Se houve um ideal português de tradição, que é hoje esquecido, mas então digno de ser aumentado, é porque estamos desnacionalizados; e se pois o estudo da história nos pode revelar tipos de pureza moral, inconfundíveis, bem nacionais, segundo a sua afirmação, vamos então pelo historismo e não matem os por enquanto o Portugal histórico, coitado do pobre! Como o meu amigo tão cruelmente quer!⁷⁶⁵

* * *

De qualquer forma, a primeira obra (fruto de investigação) histórica de Jaime Cortesão, é publicada somente em 1922. Quando ocupava o cargo de diretor da Biblioteca Nacional é convidado a participar da obra coletiva *História da Colonização Portuguesa no Brasil*⁷⁶⁶, pelo seu diretor, Carlos Malheiro Dias. Coube a Cortesão elaborar um capítulo acerca da chegada de Cabral a costa brasileira.

Todavia, o entusiasmo do empreendimento e o livre acesso que detinha as mais variadas fontes, bibliografia, boletins de sociedades históricas e geográficas de todo Portugal e estrangeiros, fez com que o trabalho final excedesse o permitido, tanto no número de páginas como no recorte temporal. Dessa forma, por sugestão do próprio Malheiro Dias, Cortesão publica a versão integral, que se chamaria *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*⁷⁶⁷ em uma brochura independente, naquele mesmo ano.⁷⁶⁸ A partir de então, sua produção historiográfica pode ser dividida em dois períodos: 1922-1940 e 1940-1960.

O primeiro deles se remete biograficamente ao período em que a frente da *Biblioteca Nacional e Seara Nova*, e a fase do exílio europeu. Inicialmente com remuneração garantida, amplo contato com as matérias já referidas, além de passar a destacar-se como eixo de um destacado grupo intelectual com acesso direto ao governo

⁷⁶⁴ SÉRGIO, António. “Golpes de malho em ferro frio: aos portugueses de 16 anos que não ambicionam ser poetas líricos”. *A Vida Portuguesa*, Porto, n. 16, pp. 121-128, 2 de agosto de 1913.

⁷⁶⁵ CORTESÃO, Jaime. “O parasitismo e anti-historismo: carta a António Sérgio”. *A Vida Portuguesa*, Porto, 2 de outubro de 1913, n. 18, pp. 137-139.

⁷⁶⁶ Cf. CORTESÃO, Jaime. *A Expedição de Cabral (1500)*. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia nacional, 1923, v. II, pp. 1-39, sob o título.

⁷⁶⁷ Cf. CORTESÃO, J. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa, 1922.

⁷⁶⁸ Ver CARVALHO, Filipe Nunes. “O Contributo de Malheiro Dias para a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Notas e Observações”, *Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, Lisboa, junho de 1999, n. 17, pp. 97-196.

republicano e a toda a infraestrutura editorial da época. É também enquanto diretor da Biblioteca que realiza sua primeira viagem ao Brasil na comitiva do presidente António José de Almeida para participar das comemorações do *Centenário da Independência* (1922). Depois de 1927, o trânsito pelos já referidos países lhe possibilita ter acesso a uma série de movimentos que se estabeleciam em torno da renovação dos estudos históricos. Como os *Annales* na França e a voga americanista na Espanha.

A obra monumental dirigida por Malheiro Dias — e patrocinada por empresários portugueses residentes no Brasil — representou, ao mesmo tempo, o elogio do “papel cimeiro” de Portugal no descobrimento, colonização e conquista do território colonial pretérito e uma aproximação das relações contemporâneas entre os dois países. No bojo das comemorações da independência, quando a vanguarda modernista (sobretudo a de São Paulo) procura construir uma identidade nacional própria. Cortesão soma-se aos esforços daquele seleto grupo de intelectuais da antiga metrópole que procuram vislumbrar no filho (Brasil) as virtudes do pai (Portugal). Nesta visão, o Brasil em pleno crescimento econômico e urbano é uma espécie de “Portugal que deu certo”, uma nação moderna pronta pra desempenhar protagonismo no mundo contemporâneo.⁷⁶⁹

Neste período, publica várias obras (as quais retomaremos). É muito comum encontrarmos nesta fase, reflexões introdutórias em cada um dos livros e textos que pública. Por vezes, densos cheios de referências, outras vezes meras inquietações de alguns parágrafos, ainda não surge um quadro teórico fixo, embora várias ideias importantes já se fizessem presentes. O que era de fato sistemático era sua escolha em começar todo texto partindo destas considerações de teor teórico-metodológico. Predominam nesta fase os capítulos de coletâneas e sínteses coletivas sobre formação de Portugal e os *Descobrimentos*, além de artigos, ensaios, e textos de intervenção (quase sempre com conteúdo histórico). Publicados em revistas dentro e fora de Portugal trabalhos acerca dos Descobrimentos e tratam-se de reflexões teórico-metodológicas em grande parte dispersos em prefácios e introduções ou em textos de coletâneas e sínteses coletivas.⁷⁷⁰

⁷⁶⁹ SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. Op. Cit.

⁷⁷⁰ São dessa fase obras como: *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil* (1922), *Do sigilo nacional sobre os Descobrimentos* (1924), *A tomada e ocupação de Ceuta* (1925), *L'Expansion des Portugais dans l'histoire de la Civilisation* (1930, em Bruxelas), *Os fatores democráticos na formação de Portugal* (1930) e *Teoria geral dos Descobrimentos portugueses e A geografia e a economia da Restauração* (1940), todas trazendo teses notáveis, mas estas última com especial densidade teórica no que tange respectivamente a noção de processo histórico, tensão sujeito/estrutura e o uso de modelos teóricos globais para o caso lusitano.

O segundo período coincidiria mormente com seu exílio no Brasil, onde embora bem acolhido intelectual e institucionalmente como professor no Instituto Rio Branco voltou-se para uma produção mais individual, de densas pesquisas relacionadas a cartografia, compilações documentais, organização de coleções, nas quais as elucubrações de caráter teórico-metodológico se encontram já assimilados na sua prática mas não são mais tão comumente discriminadas nas introduções e prefácios de seus livros, voltando a ocupar um papel mais destacado apenas numa de suas últimas obras: *O sentido da cultura em Portugal no século XIV* (1956, publicado em Lisboa).⁷⁷¹ O que não implica dizer que esta fase é menos rica em uma produção histórica pensada nos moldes disciplinares e seu tempo, como se verá.

José Amado Mendes destaca que a notoriedade de Cortesão como historiador pode ser analisada sob duas perspectivas intimamente relacionadas: sua investigação histórica acerca dos mais variados temas — que não se restringem a história do Brasil e Portugal — e sua formulação teórico-metodológica,⁷⁷² por ter fundamentado sua investigação em uma sólida e coerente teoria da História, com evidentes e constantes preocupações com aperfeiçoamento do respectivo método.

Assim sendo, Jaime Cortesão enquadra-se naquilo que Lucien Goldmann caracterizava como condição ideal do trabalho historiográfico assumido pelas facetas do “historiador-erudito” — que no trabalho com as fontes abstrai conhecimento — em conjunto com a do “historiador-filósofo”, ou crítico, — que a partir destas abstrações formula teorias que procurem dar conta de compreender aquela realidade.⁷⁷³ Essa capacidade em lançar mão de novas teorias e modelos ousados conciliado a intenso trabalho documental possibilitou que um novo olhar se voltasse pra antigas questões que desde sempre compunham o repertório da historiografia portuguesa.

A superação do pessimismo decadentista, como vimos, era outra de suas constantes preocupações. E História enquanto disciplina científica (e não apenas discurso) teria papel central nisso. Todavia, não irá procurar substituir a categoria de *decadência* com as ideias de *ressurgimento/ressurreição/restauração*, sem balizar-se

⁷⁷¹ São deste período, (publicadas quase todas no Rio de Janeiro): *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (1943), *Cabral e as Origens do Brasil* (1944), *Introdução à história das Bandeiras* (série de artigos publicados em *O Estado de São Paulo* e em *A Manhã* do Rio de Janeiro, 1947-49), *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1950), *Manuscritos da Coleção De Angelis* (1951-60), *A Fundação de São Paulo — capital geográfica do país* (1955), *Brasil: de los comienzos a 1799* (publicado em espanhol no volume referente ao Brasil da História de América, organizada por Pedro Calmon e publicada em Buenos Aires em 1956), *Paulicea Lusitana Monumenta Histórica* (1956-60) e *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* (1958).

⁷⁷² Cf. CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. *História da História de Portugal*. Lisboa: SIG, 1996. pp. 326-327.

⁷⁷³ Cf. GOLDMANN, L. *A dialética da cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 4.

em pesquisa histórica de fato. E neste sentido, sua vasta experiência de historiador e frequentador de assíduo de arquivos e instituições análogas não nos deixa dúvidas.

Toda sua obra, sobretudo da segunda fase exprime um rigoroso rigor metodológico e com as fontes, bastante incomum aos autores de sua geração. Ainda mais se pensarmos que nunca chegou a ter uma formação acadêmica como historiador e que tampouco ocupou cadeira na Universidade. Claro que as ilações e interpretações posteriores que fazia, após a colheita dos primeiros dados estava condicionada a toda a força literária de seu pensamento e ao cumprimento de algumas prerrogativas de seu projeto historiográfico. No entanto, também neste quesito ele trouxe seu olhar de fora, para dentro da História.

Em suas obras e pronunciamentos da maturidade, isto fica mais evidente. Mas de certa forma sempre estiveram presentes. Surpreende, ainda, não só o fato de tomar a História enquanto ciência, mas de fazer questão de ressaltar o caráter não estático e de constante construção deste conhecimento, associando-o como resultado de um trabalho heurístico e crítico que visa chegar objetivamente a verdade, opondo-o ao dogma, como neste depoimento de 1959:

A história, vista a esta luz, é e deve ser uma escola de formação moral. A averiguação do facto, na sua identificação real, acarreta consigo o amor da verdade e a repulsa da mentira; ensina a relatividade do humano e o respeito pela diversidade alheia; e torna-se uma lição permanente de compreensão e dignidade. Por isso o ensino da história, nos escalões médios e superiores, deve ser feito em contacto permanente com as fontes, tornar-se uma pesquisa contínua do real, uma interpretação livre e um acto de consciência, com fins éticos e pragmáticos. Ensinar aos homens ou adolescentes a história como uma ciência plenamente construída, ou seja, um dogma e artigo de fé, equivale a diminuir-lhes a capacidade de iniciativa e de juízo e tentar secar-lhes as fontes criadoras da personalidade; é, numa palavra, um atentado mortal contra a alma.⁷⁷⁴

Justamente, um dos conceitos interessantes — pelo seu potencial explicativo — do qual se vale Cortesão é o de “fatores democráticos”, que dá título a esta que será uma de suas obras mais eminentes, *Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal* (1930). O que este conceito exprime é justamente uma tendência teórico-metodológica que se torna cada vez mais cara ao autor, a ideia de romper com uma história dos grandes homens e grandes feitos, ou mesmo com aquela história *evnementielle* — como se referia François Simiand. Desse modo, Cortesão abre seu livro da seguinte maneira:

⁷⁷⁴ CORTESÃO, J. A história e o historiador. In: _____. *Os fatores democráticos da formação de Portugal*. Lisboa: Portugal. 1966. pp. 3-8. p. 7.

Antes de entrar propriamente no objecto do nosso estudo, convém enunciar certas ideias gerais — aquilo a que poderíamos chamar os postulados históricos sobre que assenta. Uma antiquada concepção, cuja carreira não terminou de todo em Portugal, faz consistir a história na evocação dos homens e dos eventos singulares, faustosa galeria de retratos e painéis de batalhas, a que se acrescenta quando muito o quadro das instituições. Dir-se-ia desta sorte que os factos de ocupação do solo e agrupamento da população, as variações do regime económico, a elaboração dum espírito colectivo, os movimentos e transformações da massa, isto é, os factos propriamente sociais não têm importância na vida duma sociedade. Longe de nós a ideia de negar a parte da criação individual na história. Mas todas as nações, antes de atingirem a sua definição política suprema, atravessam um demorado período de formação, onde avultam quase exclusivamente esses factos gerais.⁷⁷⁵

Esta noção de fatores democráticos, componentes massivos da vida social, seriam para o autor uma espécie de condicionantes estruturais que prefiguravam formas de organização mais maduras, como as cidades, o Estado e as Nações. Este expediente que passa a ser cada vez mais comum na agenda historiográfica de começos do XX, e tem forte inspiração nos trabalhos de Pirenne, procura conceber os atores históricos para além dos grandes vultos e instituições. Este é certamente um dos pontos de contato da obra de Cortesão com demais autores que procuraram tratar de uma história de feição mais social e também estrutural, onde os acontecimentos perdem força semântica no discurso do historiador, abrindo o flanco para a visão de processo e a ideia de *formação* (tão cara ao pensamento social e histórico brasileiro). Todavia o tema predominante neste momento, de fato seria os *Descobrimentos*.

4.3 “Por mares nunca d’antes navegados”: Cortesão, historiador dos *Descobrimentos*

Escrever uma obra, marcada o mais possível pelo carácter científico, mas relacioná-la a cada passo com o drama e a afirmação épica da consciência humana em luta com as novas realidades, foi o nosso designio. E, se damos uma grande importância aos problemas do método, procuramos com igual afã medir os obstáculos que os portugueses encontraram e o esforço que despenderam para vencê-los; situar os navegadores no mar e os descobridores nas suas relações com os povos descobertos; e, enfim, caracterizar os protagonistas desse encontro nos seus traços essenciais, estudando-lhes a seguir as reacções mútuas e as consequências finais do nascimento dos Novos Mundos geográficos e humanos. E seríamos felizes se pudéssemos transmitir ao leitor, através das páginas desta obra, a ansiedade, o júbilo triunfante que acompanharam o acto de descobrir, e até os cruentos desencantos que se lhe seguiram tantas vezes, ao longo desse equador de terras e de povos, que cingiu o planeta.

JAIME CORTESÃO, «Prefácio», *Os Descobrimentos Portugueses*, v. I. Lisboa: INCM, 1990. p. 3

⁷⁷⁵ CORTESÃO, Jaime. *Os fatores democráticos da formação de Portugal*. Lisboa: Portugalíia. 1966. p. 11.

Já no século XVIII com a criação da Academia das Ciências de Lisboa e Academia Real Portuguesa da História a tópica dos *Descobrimentos* se torna bastante pertinaz no nascente universo historiográfico lusitano. Proliferam-se a publicação de documentos, índices e obras de humanistas que dois séculos antes já haviam versado sobre a cosmografia e cartografia daqueles *mares nunca d'antes navegados*. É provavelmente o *Esmeraldo de Situ Orbis* (1506) de Duarte Pacheco, a expressão mais vultuosa deste momento.

Foi, entretanto, no final do XIX e primeira metade do XX que a temática torna a aparecer com mais força das publicações e livros de História de Portugal. Numa conjuntura onde nacionalismos e neocolonialismo redesenham o mapa dos antigos impérios e, antes de tudo confluir da Grande Guerra, o terreno da diplomacia e retórica esgotou-se de discursos pela primazia e direito histórico nas possessões coloniais.

Isso, sem dúvida, ajuda a reanimar os debates acerca dos *Descobrimentos*, e a saga lusíada volta a ser entoada como há muito não se via. Como destaca Alfredo Pinheiro Marques, a inteligência e a opinião pública portuguesas, sucessivamente pressionadas pelo desenvolvimentismo africanista, pelo Ultimato britânico de 1890, pela implantação da República e a defesa das colónias com consequente entrada na Grande Guerra, debruçam-se em estudos e preocupações pelo passado e pelo presente das navegações e conquistas ultramarinas.⁷⁷⁶

Ocorre que é justamente na superação daquela historiografia retraída, (no seu eterno ressentimento e pesar pela perda da Carreira da Índia e da colônia americana) que doía olhar para o período da Expansão, que se erguem as velas da nova historiografia dos Descobrimentos. Seguindo a linha interpretativa aberta por Antônio Sérgio no artigo *A conquista de Ceuta* (1920), surge uma série de trabalhos de historiadores que virão a ser proeminentes no estudo dos *Descobrimentos* portugueses, como Jaime e seu irmão Armando Cortesão, Duarte Leite, Almirante Gago Coutinho, Quirino da Fonseca, Luciano Pereira da Silva, entre outros. Outra novidade era a voga dos estudos voltados para os descobrimentos do Novo Mundo. Visto que o tema preferido até o momento seguia voltado para o Nascente.

Nesta linhagem imprime-se o referido: *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. A tese central dessa obra é que Portugal se formara e mantivera pela atividade comercial e portuária decorrente das cruzadas e que, portanto,

⁷⁷⁶ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A historiografia dos descobrimentos portugueses*. Coimbra, Livraria Minerva, 1991. p. 26

a *Revolução de 1383* e os *Descobrimentos* se deveram basicamente à ascensão de uma burguesia comercial e marítima. Com base no estudo dos mapas e dos documentos do período, Cortesão aceita que a expansão portuguesa seja produto do interesse econômico de uma burguesia cosmopolita, somado ao “humanismo universalista” (e franciscano) do Renascimento português.

Neste mesmo texto, elabora, ainda de forma mais discreta, outra de suas teses fundamentais, “a teoria do Sigilo” (ou *Segredo*) — que exploraria em um artigo polêmico de 1924 chamado *Do Sigilo Nacional Sobre os Descobrimentos* — que se desenvolve ao longo de toda sua produção historiográfica e estará presente em suas interpretações mais maduras, sintetizada em *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, lançada no ano de sua morte (1960) no âmbito das comemorações do Quinto Centenário Da Morte Do Infante D. Henrique. A ideia do *sigilo*, no entanto, não era nova, povoava o imaginário historiográfico lusitano ao menos desde 1841, quando o Cardeal Francisco Justiniano Saraiva a sugere como possível explicação para a ausência de documentação àquele respeito em seu *Índice Cronológico das Navegações*.⁷⁷⁷

Defende Cortesão que houvera uma estratégia de *segredo* a cercar toda a empresa dos *Descobrimentos*. Estratégia essa protagonizada pelos próprios monarcas e seus mais próximos, e justificável por motivos militares, políticos, mas antes de tudo, fundamentalmente econômicos, relativos à manutenção dos monopólios e interesses econômicos da Coroa aliada a grupos de uma burguesia mercantil.⁷⁷⁸ Explicando como se dava esta política, observa:

Conforme a maior ou menor coexistência destas condições, assim os grupos sociais, cujo género de vida foi o comércio marítimo, utilizaram na defesa do monopólio; a limitação ou exclusão dos estrangeiros do meio social respectivo; o sigilo na sua política, em especial, pelo sequestro de documentos; a organização da espionagem nos países concorrentes; e a política do mare clausum, utilizando a difusão de lendas proibitivas, o segredo geográfico, a organização por meio de tratados e delimitação de

⁷⁷⁷ “*Dos Roteiros, Relações e Memórias, que necessariamente se haviam de escrever logo naquele tempo de nossas primeiras navegações e descobrimentos, muito pouco nos resta hoje (...). É natural que o prudente e cauteloso segredo, em que os nossos Príncipes, ao principio, reservavam aquelas Memórias e Relações; a perda de muitas delas nas mãos dos cronistas, ou nos próprios gabinetes dos Príncipes por ocasião da sua morte; o descuido de recolher estes e outros documentos ao Arquivo geral do reino; a dificuldade de multiplicar as cópias, por não haver ainda a arte tipográfica, ou por não ter chegado a Portugal, logo nos primeiros anos da sua invenção; é natural, digo, que estas ou outras semelhantes causas produzissem a falta, que depois se experimentou, logo que se quis escrever em corpo de história a série de nossas empresas ultramarinas.*” Cf. José Francisco Saraiva apud DOMINGUES, Francisco C. Colombo e a Política de Sigilo na Historiografia Portuguesa, *Mare Liberum: revista de história dos mares*, dezembro de 1990, n.º 1, pp. 105-116. p. 106.

⁷⁷⁸ “*Os grupos sociais, baseados no comércio marítimo, que iniciaram um novo sistema de expansão, tendem, para evitar a concorrência a transformá-lo em monopólio e a defendê-lo tanto mais, quanto menor seja o volume social e a continuidade do domínio económico próprios, e menor a longevidade dos instrumentos produtores, e o número e poder dos concorrentes.*” CORTESÃO, Jaime. *Teoria geral dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. p. 11.

zonas e, finalmente, a aplicação de sanções violentas contra os transgressores.⁷⁷⁹

A *política de sigilo* a que se refere Cortesão, portanto, não diz respeito aos *Descobrimentos* não na sua expressão mais simples, mas sim “ao descobrimento económico de novas regiões produtoras ou das estradas marítimas que aí levavam”. Em causa, estava o comércio africano, nomeadamente na zona da Guiné, por se querer defender da concorrência estrangeira o avultado provento do tráfico local. E reforça: “Os factores económicos estão fundamentalmente na base de todas as formas que tomou a política de segredo em relação com os descobrimentos geográficos. Estes tornaram-se secretos na proporção em que se ligavam à geografia económica e muito mais à dos produtos ricos.”⁷⁸⁰

Assevera ainda que a vocação marítima de Portugal dá-se desde sua consolidação como Estado independente do Reino de Castela, e a partir de então se desenvolve como estratégia primeva na manutenção de sua soberania:

Criar fontes de riqueza e províncias ultramarinas será uma consequência e sequência de Aljubarrota. As espadas do mestre de avis e do condestável D. Nuno Álvares Pereira vão tornar-se, nas mãos poderosas do infante D. Henrique, o leme das caravelas. Mas Aljubarrota continua. E em guerra como na guerra. O plano das operações é e tem de ser secreto. Como na Cumeira de Aljubarrota, no Oceano e nas costas africanas, joga-se igualmente a independência da Nação. Olhos atentos e ciosos espiam os inquietos Portugueses. Até aos começos da dinastia de Avis, Castela considera o reino de Portugal como um arremedo inviável e temerário de Estado, à espera de ser absorvido pela sua poderosa força de atracção. [...] Mas eis que o pequeno país solta as asas — queremos dizer as velas — e poisa num dos lados do Estreito de Gibraltar, no Algarve de além-mar, em Ceuta, porta de três mundos: o mediterrâneo, o africano e o atlântico.⁷⁸¹

O autor se refere aos estadistas portugueses da *Expansão* como “leões em pele de raposa”, que investidos de ímpeto maquiavélico e munidos de vasto conhecimento geopolítico souberam dissimular, por exemplo, a tomada de Ceuta e sua entrada na África dos concorrentes castelhanos.⁷⁸² Mais tarde, sempre em contraposição à Castela, o Infante D. Henrique consegue do Papa Nicolau V a bula *Romanus Pontifex* (8 de janeiro de 1455) que sancionava o monopólio da Coroa portuguesa àquilo que o historiador Joaquim Bensaúde (filho do rico tabagista, amigo de Antero que aparece no Capítulo 2) chamou de *o plano das índias*.

⁷⁷⁹ CORTESÃO, Jaime. *A política de sigilo nos descobrimentos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. pp. 16-17.

⁷⁸⁰ Ibidem. pp. 9-10.

⁷⁸¹ Cf. Ibidem. pp. 18-19.

⁷⁸² Idem.

Isto é, alcançar por via marítima a Índia asiática das especiarias via a navegação meridional da costa africana. O decreto garantia ainda a excomunhão de qualquer indivíduo, cidade, aldeia, etc., que interviesse entre as naus portuguesas e seus interesses comerciais.⁷⁸³ Essa disputa com Castela que se desmedrava na política de sigilo e dissimulação, por parte de ambos, irá ficar muito clara nos termos do Tratado de Tordesilhas (1494), onde esses últimos, de acordo com Cortesão, teriam sido logrados pela astúcia do monarca lusitano.⁷⁸⁴

Segundo estes preceitos, a prática do *sigilo* teria constituído, portanto, em uma série de diretrizes e zelos políticos que garantiram sua eficiência ao ponto de assegurar a primazia dos portugueses neste engenhoso empreendimento. Ela abrangia desde o controle da tecnologia empregada na construção das Caravelas, o segredo das Cartas de marear, dos roteiros e dos reais valores dos cálculos de coordenadas, como no caso das rotas até a Mina e a Índia. Funcionava, por sua vez, através da censura e sequestro de documentos, a descrição extrema e sigilosa dos envolvidos — mesmo, e sobretudo, dos estrangeiros contratados — e da descrição propositalmente equivocada das rotas, das distâncias e acidentes geográficos na cartografia, indo até medidas mais extremas como a captura, prisão e morte exemplar de todo aquele capitão, cosmógrafo, marinheiro que por ventura resolvesse oferecer seus serviços a outras coroas.⁷⁸⁵

O controle na manufatura e a circulação de mapas era em realidade bastante comum. Cortesão cita que no que dizia respeito ao Brasil — ou melhor, à Terra de Santa Cruz — o tão afamado *planisfério de Cantino* que representava com certa precisão boa parte da costa brasileira era, em realidade, cópia de um original português que fora comprado “por peso de ouro” pelo “espião italiano” (Alberto Cantino).⁷⁸⁶ A prática de espionagem utilizando embaixadores, clérigos entre outros era também bastante utilizada entre as coroas europeias no período Moderno, sendo fundamental para a diplomacia lusitana, que também a praticava.⁷⁸⁷

Mas, segundo Cortesão, o segredo geográfico em relação aos mapas revestiu outra forma muito característica, que era não a do sigilo, propriamente dito — via salvaguarda do documento —, mas sim da fraude cartográfica. Porventura, o caso que

⁷⁸³ Cf. Ibidem. pp. 23-24.

⁷⁸⁴ Cf. Ibidem. pp. 133-146.

⁷⁸⁵ Cf. Ibidem. p. 41.

⁷⁸⁶ Cf. Ibidem. p. 45.

⁷⁸⁷ “Garcia de Resende conta, na sua *Crônica de D. João II*, que o monarca pagava secretamente os conselheiros mais íntimos dos Reis Católicos e assim conhecia as suas intenções com antecedência bastante para prevenir os embaixadores em Espanha, por meio de um serviço de postas muito rápido, que tinha organizado para isso.” Cf. Ibidem. p. 140.

cita como exemplo mais típico desse processo é o que se praticou até meados do século XVIII com a situação do Brasil e das Molucas, em relação ao meridiano de Tordesilhas. Para incluir a maior porção possível da América do Sul na zona da soberania nacional, os cartógrafos portugueses deslocaram o Brasil para Leste e torceram ainda na mesma direção a sua parte meridional naquele que ficou conhecido como o *Mapa das Cortes* (1749).⁷⁸⁸ Nos recorda Iris Kantor que uso semelhante ocorreu ao mobilizar-se o mito da *ilha-Brasil*, sustentado por Cortesão, para que através do pressuposto de fronteiras naturais a configuração do espaço da América Portuguesa extrapolasse o traçado original de Tordesilhas e ganhasse o formato que praticamente — com exceção do Prata — acabou por configurar o território brasileiro.⁷⁸⁹

Como explica Júnia Furtado em seu estudo sobre a *Carte de l'Amérique Méridionale* (1748), do cartógrafo francês Jean-Baptiste D'Anville, para o caso dos mapas do século XVIII — mas ao que tudo indica pode ser considerado como prática recorrente em toda a história —, sua produção num contexto amplo de afirmação das rivalidades entre os estados nacionais, bem como de negociações diplomáticas e redefinições de fronteiras dentro e fora da Europa, forjou uma relação intrínseca entre cartografia e negócios públicos. Essa cartografia de caráter geopolítico teria engendrado normas e práticas inovadoras, bem como difundido novas técnicas aos fatores culturais, técnicos e políticos externos à cartografia.⁷⁹⁰ É preciso, contudo, salienta a autora, atentarmos para o fato de que diferente do que usualmente se pensa, não raro, é o mapa que precede o território e não o contrário, e cita: “*Mais do que o mapa ser um produto do território, como normalmente se compreende, vindo apenas depois do território - tanto temporalmente quanto conceitualmente - e permanecendo uma resposta a ele, o que tem ocorrido é uma curiosa reversão.*”⁷⁹¹

Francisco Domingues e Jorge Borges de Macedo, que se dedicaram ao estudo da repercussão da *teoria do Sigilo*, lembram que Cortesão era ciente de que aquele era um mecanismo bastante recorrente em toda a história e uma prática muito usual das monarquias europeias, até mesmo porque embora o autor destaque em demasia o desempenho lusitano na engenhosa empresa expansionista, salienta Macedo que os

⁷⁸⁸ Ibidem. p. 45.

⁷⁸⁹ Cf. KANTOR, Iris. Usos diplomático da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas, *Varia História*, 2007, v. 37, pp. 70-80. pp. 75-76.

⁷⁹⁰ FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 2012. p. 22.

⁷⁹¹ Geoff King apud FURTADO, Júnia. Op. cit. p. 24.

Descobrimentos foram um empreendimento não só português, mas europeu, que mobilizou todas as nações modernas e mentalidade do cristianismo daquele período.⁷⁹²

Embora a teoria do sigilo elaborada por Cortesão tenha sido deveras criticada — sobretudo por Duarte Leite e Damião Peres, seus companheiro de geração — ela não é tão determinista ou tão pouco ingénua, como propuseram alguns de seus críticos.⁷⁹³ O princípio fundamental do raciocínio de Jaime Cortesão é claro: se é incerto que já houvesse sigilo de Estado durante o tempo em que o infante D. Henrique, foi a figura principal de entre os promotores das viagens de exploração, o caso mudou decididamente durante o reinado de D. João II enquanto se definiam concretamente as vias da expansão portuguesa, onde o Estado, no quadro da orientação política traçada pelo *Príncipe Perfeito* teria sonogado sistematicamente qualquer informação susceptível de fornecer à concorrência estrangeira acesso aos meios privilegiados de que os portugueses dispunham então. João Paulo de Abreu e Lima revelou que pesquisas mais recentes efetuadas em arquivos europeus confirmam a tese de Jaime Cortesão sobre a *política de sigilo dos Descobrimentos*.⁷⁹⁴

De acordo com o que se conhece hoje a respeito da circulação de informações no período Moderno, sabe-se que ao contrário do que muito tempo se cogitou não foi necessário o advento da imprensa para que os relatos e as cartas contendo o conhecimento das rotas pro Oriente e o Novo Mundo se propagassem por toda a Europa. Da mesma forma, sabendo-se hoje da existência de intenso registro, criação de arquivos, e da participação direta dos monarcas ibéricos em uma série de outras medidas nesta mesma linha, a teoria alimentada por Cortesão de que a ausência de documentos⁷⁹⁵ evidencia a presença de uma *política de sigilo*, não parece de todo improvável. Muitos dos pontos que ele suscita como a fraude cartográfica, por exemplo, são efetivamente comprováveis. Nesse caso, não basta só constatar a fraude, mas sim compreendê-la no contexto em que foi forjada, como já destacou Marc Bloch.⁷⁹⁶ Ou ainda com aventa Iris Kantor: “a história do uso dos mapas na diplomacia

⁷⁹² Cf. DOMINGUES, Francisco C. Op. cit. p. 108.; MACEDO, Jorge B. O Caráter europeu dos descobrimentos e o sigilo nacional na sua realização. In: SANTOS, Alfredo R. *Jaime Cortesão, um dos Grandes de Portugal*. Pova de Varzim: Fundação Eng. Antônio de Almeida (Tipografia Camões), 1993. pp. 315-324.

⁷⁹³ DOMINGUES, Francisco. C. Op. cit. pp. 110-111. Cf. tb. MACEDO, Jorge. B. Op. cit. pp. 315-322.

⁷⁹⁴ Cf. LIMA, José P. A. Às portas da Índia em 1445: viagem à Etiópia e ao Oriente em tempo do Infante D. Henrique; A confirmação das teses de Cortesão pelos actuais historiadores. In: SANTOS, Alfredo R. *Jaime Cortesão, um dos Grandes de Portugal*. Pova de Varzim: Fundação Eng. Antônio de Almeida (Tipografia Camões), 1993. pp. 298-308; 309-314.

⁷⁹⁵ Como no caso do inventário de D. Henrique, citado por Cortesão. Cf. CORTESÃO, Jaime. Op. cit. p. 43.

⁷⁹⁶ “Não basta constatar o embuste. É preciso também descobrir seus motivos. Mesmo que, a princípio, para melhor rastreá-lo. Enquanto subsistir uma dúvida sobre suas origens, ele permanecerá em si mesmo algo de rebelde à análise; por conseguinte, de apenas até semi-comprovado. Acima de tudo, uma mentira enquanto tal é, a seu modo, um testemunho. Provar, sem mais, que o célebre diploma de Carlos Magno para a igreja de Aix-la-

*internacional é também a história da fixação e difusão de certos erros cartográficos. Contudo, não se pode tomar tais ‘erros’ como ‘inverdades absolutas’, pelo contrário, sua identificação nos permite entender dinâmicas políticas tanto locais, quanto imperiais.”*⁷⁹⁷

Dessa forma, recontextualizada de acordo com o que vem se debatendo na historiografia atual acerca dos descobrimentos, da conduta monárquica e da cartografia, a teoria da *política de sigilo nos Descobrimentos*, sem engendrar-se por algum tipo de determinismo e vista sob nova luz, talvez venha preencher algumas lacunas da história da expansão ibérica como esperava Cortesão.

4.4 Cortesão, Braudel e a Geografia (uma inevitável comparação)

Há muito se costuma dizer que geografia e cronologia são os dois olhos da História. E que um dos grandes pontos de inflexão desse “olhar” fora justamente o das grandes viagens oceânicas e dos (chamados) *Descobrimentos*.⁷⁹⁸ O encontro com *novos mundos* exigia novas cosmografias para entender o alastramento dos limites do mundo conhecido. Também para reconhecer seus habitantes — supostos netos perdidos de Adão — espalhados pelas muitas versões de paraísos e infernos (idealizados no imaginário cristão) que ainda estavam a desbravar-se na vastidão terrestre. A tudo que a Bíblia e a velha escolástica não traziam respostas, dever-se-iam buscar ao novo, ao empírico.

O *estranhamento* e os novos marcos do mundo transcendiam o espaço e a linha de tempo da tradição. E o novo produto do especular e da experiência daqueles que se lançaram ao mar começa a produzir discursos e cartografias para inteligibilidade do que até então não precisavam explicar. E, assim, a geografia, cartografia e relatos de viagem (sobretudo os fantásticos) passam a incorporar no repertório mental europeu dos séculos XIX-XVI. A exemplo disso temos muitas obras, como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, publicada em 1614, trinta anos após a morte do autor (e cujo trecho da parte inicial veio a ser epígrafe geral do presente trabalho).

Chapelle não é autêntico é poupar-se um erro; não é adquirir um conhecimento. Conseguiremos, em contrapartida, determinar que a falsificação foi composta pelos círculos de Frederico Barba-Ruiva? Que iria, por todos os motivos, servir aos grandes sonhos imperiais? Uma nova visão se abre para vastas perspectivas históricas. Eis portanto a crítica levada a buscar, por trás da impostura, o impostor; ou seja, conforme à própria divisa da história, o homem.” BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 98.

⁷⁹⁷ KANTOR, Iris. Op. cit. p. 76.

⁷⁹⁸ BROTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. XIX.

Mendes Pinto, aliás, que Cortesão procura reabilitar (juntamente com outros relatos semelhantes) da “pecha” de mentirosos. Eram fantasiosos, admite, mas a criação de mitos é geralmente uma das primeiras maneiras de se tentar domar o desconhecido, e muitas das descrições e narrativas codificadas em criaturas e fenômenos monstruosos coincidiam com os acidentes geográficos, criando verdadeiros roteiros e cartografias mentais do espaço, que mais tarde se sistematizariam na racionalidade de um método geográfico-náutico laico, do qual os Portugueses (contando com alguns estrangeiros) seriam os exímios desenvolvedores.⁷⁹⁹

É desta predileção de Jaime Cortesão pelo imaginário em torno dos Descobrimentos e da ciência cartográfica (que partilhava desde jovem com o irmão Armando)⁸⁰⁰ que parece vir sua dedicação a temática da Geografia, que será uma das questões de sua proposta metodológica, tão eminente ao ponto de distinguir-se das demais e lhe oferecermos uma sessão a parte. Em realidade, sua ênfase nos aspectos geográficos e econômicos na compreensão da História seriam a primeira grande manifestação na historiografia portuguesa daquilo que mais tarde Vitorino de Magalhães Godinho chamaria de *complexo histórico-geográfico* (em seu seminal verbete para o já referido *Dicionário de História de Portugal*)⁸⁰¹, mas que já naquelas décadas (1940-50) se apresentava ao mundo sob a ideia de *Geo-história* de Fernand Braudel.

Distinto de experiências mais conhecidas pelos historiadores da historiografia, como o caso dos *Annales* na França (que se inicia praticamente no mesmo período, 1929), não surge em Portugal algum movimento acadêmico mais coeso em torno das ciências sociais tendo a História como elemento central. Mas sim, o fenômeno que já pudemos evidenciar: agremiações de letrados e intelectuais, das mais diversas formações, que se expressavam por meio de revistas literárias ou de ideias, nas quais se viu a História aparecer diluída como elemento de construção da identidade nacional. O que, aliás, é muito perceptível se compararmos o mercado editorial de cada país naquele período. Salvaguardando-se o excepcional caso da *Revista de História*

⁷⁹⁹ Cf. CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos Portugueses*. Lisboa: INCM, 1990. pp 11-131.

⁸⁰⁰ LOURENÇO, Miguel Rodrigues. Armando Cortesão. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (coord.) *Leitores de mapas. Dois séculos de História da Cartografia em Portugal*. Lisboa: BNP; CEG; CHAM, 2012. pp. 137-149.

⁸⁰¹ Cf. GODINHO, Vitorino M. Complexo Histórico-Geográfico. em SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1971. t. I, pp. 644-649.

(Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos) dirigida por Fidelino de Figueiredo entre 1912-1928.⁸⁰²

É bem verdade que já é um tanto superada a ideia dos *Annales* enquanto a “revolução francesa da historiografia”,⁸⁰³ sendo mais condizente pensá-la enquanto um momento dentro de uma história geral da historiografia, como propõem Fernando Novais e Rogério Forastieri.⁸⁰⁴ Como bem observam os autores, os influxos desta “nova História” se dão muito mais pelo diálogo que passam a estabelecer com as demais disciplinas do campo das ciências humanas do que por uma efetiva ruptura epistemológica ou superação de paradigmas da história tradicional.⁸⁰⁵ Exemplos de que já havia todo um intento do pensar historiográfico como saber sistematizado e científico (para além de alguns exageros do empirismo metódico) são constantes na obra do positivista N. D. Fustel de Coulanges, para o caso Francês e do liberal romântico Alexandre Herculano, em Portugal.⁸⁰⁶

Todavia, se no surgimento dos *Annales* na França as fronteiras entre a nova História (reestruturada a partir das ciências sociais) e a História de feição mais literária começam a se distinguir, o mesmo não ocorre imediatamente em Portugal. É fato que já em Oliveira Martins se podia observar esse espírito de diálogo com outros campos da erudição e uma visão mais geral e integrada que enfrenta temas relevantes (iberismo, decadência, regeneração, o significado dos descobrimentos e o império) que marcava o “destino” de Portugal na história do mundo. Mas, diferente do contexto francês onde essa transição para uma historiografia moderna se dará na aproximação com a Sociologia e a Geografia (humana, sobretudo), em Portugal permanece muito atrelada à Filosofia e às Letras.⁸⁰⁷ Onde até o presente os cursos de História seguem sedeados nas Faculdades de Letras, enquanto as demais ciências sociais criaram seus próprios institutos.

No mais, lembremos do quadro sugerido por Boxer, que apesar de um pouco generalista é endossado por outros estudiosos da historiografia portuguesa. A

⁸⁰² Ver MOREIRA, Nuno Bessa. *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-historiográfica*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2012. 2 v. 1409 f. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67315?locale=pt>>. Acesso: 21/03/2018.

⁸⁰³ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

⁸⁰⁴ NOVAIS, Fernando A.; FORASTIERI, Rogério. Introdução. In: _____. (orgs). *Nova história em perspectiva*. São Paulo; Cosac Naify, 2011. pp. 7-70.

⁸⁰⁵ Ibidem, p. 15.

⁸⁰⁶ Cf. Seleção de textos de Fustel de Coulanges em: HARTOG, François. O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. Cf. Textos dispersos de Alexandre Herculano reunidos por António Sérgio em: HERCULANO, Alexandre. *Sobre história e historiografia*. Lisboa: Seara Nova, 1937.

⁸⁰⁷ Cf. NOVAIS, Fernando. Op. cit, pp. XV-XVII.

peculiaridade de Cortesão (que não é o único mas é certamente um dos mais destacados) encontra-se justamente no fato de somar a uma tradição literária e ensaística esta preocupação metodológica a que nos referimos, e que acaba aproximando-o de figuras como Marc Bloch e Lucien Febvre.⁸⁰⁸

Não só com eles, mas com vários historiadores da primeira metade do século XX, muito influenciados pelas áreas vizinhas e empenhados na consolidação de uma disciplina histórica propriamente científica, que não mais considerasse apenas os adventos políticos e a chamada história *événementielle*, esforçaram-se por incorporar em seus estudos os aspectos sociais, econômicos, os quadros mentais da sociedade e, de uma forma nem sempre orgânica, a questão do meio natural. Autores como Jaime Cortesão, António Sérgio, Arnold J. Toynbee, Henri Pirenne — e, posteriormente, Fernand Braudel, Pierre Vilar, Henri Lefebvre, Caio Prado Jr., entre tantos outros —, procuraram considerar o ambiente não somente como a descrição de um cenário estático onde a história transcorria, mas como agente integrante, ou até mesmo como “metanarrativa” do processo histórico nos mais diversos contextos.

Boa parte da inspiração certamente vinha de geógrafos importantes como Paul Vidal de La Blache (1845-1918) que em 1903 publicara o seu *Tableau de la géographie de la France*⁸⁰⁹, primeiro tomo da monumental *História da França* (dirigida por Ernest Lavisse), que Braudel considera uma das maiores obras de seu tempo.⁸¹⁰ Nela, o geógrafo tomava o caso do território francês questionando-se como foi possível um fragmento de superfície, que não constitui uma unidade geográfica com limites naturais, ter se tornado uma pátria e um Estado, rompendo, portanto, com pressupostos de um determinismo físico bastante hegemônicos até então.⁸¹¹ Como afirma Luís Corrêa Lima, La Blache e outros precursores da Geografia Humana anteciparam os historiadores, colocando problemas mais pertinentes a partir do ponto de vista da ciência social, como o da relação entre as sociedades e o meio físico e biológico em que se situam. A geografia teria então aberto um grande campo para os estudos de

⁸⁰⁸ GODINHO, Vitorino M. Presença de Jaime Cortesão na Historiografia Portuguesa In. CORTESÃO, Jaime. *Fatores Democráticos na Formação de Portugal*. pp .XXV

⁸⁰⁹ Cf. LA BLACHE, Paul Vidal. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Éditions des Équateurs, 2009.

⁸¹⁰ “Uma das obras mais fecundas para a história, talvez mesmo a mais fecunda de todas, terá sido a de Vidal de La Blache, historiador de origem, geógrafo de vocação. Diriam de bom grado que o *Tableau de la géographie de la France*, publicado em 1903, ao umbral da grande história da França de Ernest Lavisse, é uma das maiores obras não apenas da escola geográfica, mas também da escola histórica francesa.” BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 50.

⁸¹¹ Cf. LA BLACHE, Paul Vidal. Op. cit. E tb. Prefácio de Pierre Nora e Apresentação de Jean-Yves Guiomar da referida edição. NORA, Pierre. Préface. Ibidem, pp. I-XIII. E GUIOMAR, Jean-Yves. Présentation. Ibidem, pp. XV-XI.

economias e sociedades, recortando o seu objeto de estudo pela definição de um espaço.⁸¹²

* * *

Jaime Cortesão, que nas décadas de 1920-30 já havia se estabelecido como historiador dos *Descobrimentos*, e portanto, um historiador dos mares, dedicando-se a estudar o Atlântico com o mesmo apreço que Braudel irá despender ao “mar Interior”. É um dos primeiros historiadores portugueses a pensar as dimensões do Império Português de forma integrada, privilegiando sobretudo as dimensões atlânticas do ultramar, em contrapartida a corrente predominante da historiografia portuguesa vigente, que além de pautar uma tese decadentista, havia-se voltado mais para os estudos das possessões orientais do império.

Joaquim Romero de Magalhães informa-nos acerca do grande papel que a geografia desempenhou em todo o transcurso da obra de Cortesão. Já em 1922, Cortesão lança a tese de que Portugal se formara e se consolidara pela atividade comercial e portuária decorrente de sua posição geográfica e sua participação nas Cruzadas e que, portanto, a *Revolução de 1383* e os *Descobrimentos* se deveram basicamente à ascensão de uma burguesia comercial e marítima. Três anos mais tarde profere em Lisboa, na Universidade Livre, uma conferência que se intitulava, significativamente, *As relações entre a geografia e a história de Portugal*, da qual não ficou texto escrito. Desde então o conhecimento do espaço e a sua importância para o estudo das sociedades no tempo seguiram como um marco forte em seus trabalhos.⁸¹³

No ano de 1928 (exilado em Paris), Cortesão publica o artigo “Notas de História Pátria: a Formação Democrática de Portugal” na *Seara Nova*,⁸¹⁴ que prenunciava algumas das ideias expostas em *Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal*. Inicia com uma passagem do geógrafo Jean Brunhes que era uma de suas favoritas,⁸¹⁵

⁸¹² LIMA, Luís Corrêa. História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel. *Em Debate* (PUCRJ. Online), Rio de Janeiro, n.2, p. 1-15, 2005. Pp. 6-7.

⁸¹³ Cf. MAGALHÃES, Joaquim. R. “Cortesão, Jaime Zuzarte”. *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (Projeto da Biblioteca Nacional de Portugal). 16p. (Disponível em <http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_cortesao.htm>. Acesso em 27/11/2011).

⁸¹⁴ CORTESÃO, Jaime. “Notas de história pátria. A formação democrática de Portugal”, *Seara Nova*, Lisboa, 22 de novembro de 1938, n. 138, pp. 343-345.

⁸¹⁵ “Podemos afirmar com certeza que toda a história das civilizações deve ser refeita sobre uma base geográfica mais solidamente aprofundada; e que um dos maiores interesses do nosso tempo está nesse incremento cada vez maior da orientação juntamente geográfica e social das investigações históricas.” Jean Brunhes apud CORTESÃO, Jaime. Op. cit. p. 343.

e, em algumas páginas seguintes, deixa claro a nova identidade à qual pretendia filiar sua abordagem (além de mencionar novamente a velha expressão de Souza Martins).

As palavras de Brunhes, que servem de prólogo a este trabalho, podiam quase dispensar-nos de mais explícita declaração sobre o método das nossas investigações. Como, não obstante, não escrevemos numa revista de especialidade nem para um público de especialistas, do qual se não pode supor que esteja em dia com as questões de metodologia histórica, entendemos conveniente acrescentar que o método geográfico, a interpretação econômica e o ponto de vista sociológico remodelaram nos últimos anos profundamente a História; e historiador algum, “contemporâneo do seu tempo”, pode escusar-se de os utilizar. A História Social domina hoje toda a História. E caminhando a par com a geografia humana e a sociologia, sem se confundir com elas, assenta de um lado sobre o econômico e, do outro, sobre as variações e as modalidades da distribuição do povoamento humano, ou, na frase de Durkheim, as variações de volume e da densidade dinâmica das sociedades.⁸¹⁶

Três ensaios da década de 1940 os já referidos *Teoria Geral dos Descobrimentos*, o *A Geografia e a Economia da Restauração*, e o *A Cartografia o Açúcar e o seu Significado Histórico* (hoje publicados em um mesmo volume)⁸¹⁷ condensam vários de seus postulados essenciais, onde os espaço ibéricos, ameríndio e africano conectados pelo Atlântico passam a desempenhar papel definidor dos rumos do Portugal medieval que tornar-se-á nação, conquistará os mares e, mais tarde, com o açúcar proveniente do Brasil irá bancar a Restauração de sua monarquia frente ao jugo castelhano, em 1640.

Considerando os *Descobrimentos* portugueses como o “zênite da história nacional, a base do nosso carácter de Nação, o fundamento e a afirmação mais terminante da sua independência”, Cortesão bosqueja uma visão de conjunto ou um “quadro geral das causas, do processo de desenvolvimento [e] das consequências da expansão portuguesa”. Aplica no seu estudo um método específico, “que pode resumir-se em duas teorias: uma econômica (a teoria do segredo), e outra geográfica, completadas por uma concepção geral da história”.⁸¹⁸

E mais adiante, aventa para a predeterminação dos fatores econômicos e espirituais, sendo a política resultante e operando enquanto uma espécie de *superestrutura* destes: “Na história das sociedades coexistem sempre uma constante econômica e uma concepção espiritual da vida, de tendências mais ou menos variável,

⁸¹⁶ Ibidem, p. 219.

⁸¹⁷ CORTESÃO, Jaime. *Teoria geral dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

⁸¹⁸ Ibidem, pp. 11-13.

*e de cuja as reações mútuas nasce o devir histórico”, afirmando que a Política “representa a síntese daquelas duas forças, sobre a quais actua por sua vez.”*⁸¹⁹

Cortesão estava atento a autores que juntamente com La Blache inauguram o que conhecemos hoje como Geografia Humana, servindo-se repetidas vezes de Jean Brunhes e Camille Vallaux, sobretudo a obra *La Geographie de l'Histoire* (1921). Mas, para além de seu interesse pelos aspectos sociais da relação entre os homens e o meio, Cortesão interessou-se predominantemente pelo meio natural em si, ou seja, pelo estudo das cartas dos ventos, das correntes marítimas, embrenhando-se no complexo estudo das navegações. Dos tratados de Alexander von Humbolt (1769-1859) e da Geografia Física de Emmanuel de Martonne (1873-1955), herdou o conhecimento teórico, sobretudo acerca do Novo Continente.

Somando-se à vasta investigação documental dos relatos de viajantes, procurou reconstituir as expedições, suas rotas em meio às *estradas marítimas*, as condições que viabilizaram os empreendimentos lusitanos na América e os obstáculos que tantas vezes abateram as frotas. Esta perspectiva fica muito latente em um de seus últimos trabalhos publicados, *Os Descobrimentos Portugueses* (1958-60), onde critica as Histórias dos *Descobrimentos* que não levam em conta os fatores naturais:

Natural parecia que a história dos descobrimentos geográficos fosse continuamente esclarecida pelo estudo dos agentes físicos da superfície dos oceanos que os podiam determinar e dos meios náuticos que os levaram a cabo. Contudo, quem abrir muitas obras que se ocupam da matéria, firmadas não poucas vezes por nomes ilustres, terá a surpresa de observar a ausência desse cuidado elementar. Dir-se-ia, ao ler esses trabalhos, que as navegações foram um mero acto do pensamento, guiado e realizado pelo puro alvedrio humano, sem qualquer influência da Natureza.⁸²⁰

Em síntese sobre o Brasil Colonial — publicada somente em espanhol como parte de uma coletânea, a qual retomaremos⁸²¹ —, inicia com o capítulo *Relação entre a geografia e a história do Brasil*, afirmado destarte que “*Em poucas histórias nacionais aparece tão palpável, por assim dizer, a influência do fator geográfico como na do Brasil.*” E negando a tese de que o Brasil havia sido descoberto por acaso, assevera: “*Ao nosso ver, a aparição do Brasil na História se relaciona mais concretamente com sua posição no atlântico e coma série de explorações realizadas neste oceano*” e foi a proximidade com a África, acentuada pela ação dos agentes

⁸¹⁹ Ibidem, p. 16.

⁸²⁰ CORTESÃO, Jaime. Apud REBELO, Fernando. História e geografia física, reflexões em torno da interdisciplinaridade desenvolvido por Jaime Cortesão. *Cadernos da revista de história econômica e Social* (edição especial “Cidadania e História: homenagem a Jaime Cortesão”), Lisboa, n. 6/7, pp. 103-110, 1985. p. 103

⁸²¹ CORTESÃO, Jaime. Brasil: de los comienzos a 1799. In: BALLESTEROS, Antonio (dir.); CALMÓN, Pedro; CORTESÃO, Jaime. *Historia de America: Brasil*. Barcelona; Buenos Aires, 1956. pp. 3-540.

naturais e sua posição nos trópicos, determinaram o aproveitamento econômico do país durante os séculos XVI e XVII, baseado na indústria açucareira e mão de obra africana trazida diretamente de Angola pelas estradas marítimas que estreitavam a distância entre os dois continentes. O livro traz ainda uma série de mapas de correntes marítimas e rotas de navegação.⁸²²

Embora a preferência de Jaime Cortesão pelo fator geográfico-histórico se possa considerar uma constante de sua obra, cabe lembrar, como salienta Jorge Borges de Macedo⁸²³, que ele é o ponto de suporte (e de partida) para perceber o problema da unidade de um determinado corpo social e o desfecho de alguns processos, mas não os garante. Se a pressão do condicionamento geográfico cerceia as margens de um percurso histórico, ela só pode tornar-se funcional quando se depara com a ação dos sujeitos humanos. Sendo um processo lento, carregado de circunstanciamentos onde atuam as mais diversas necessidades e faculdades humanas, cuja única forma de consolidar-se em pulsão histórica, seria tomando consciência dele: “*a cultura tem de recorrer constantemente à geografia e à geopolítica, que ajuda a compreender o nexo que as liga ao meio geográfico*”.⁸²⁴

Porque ainda que atinente à toda ação humana, ao meio e aos fenômenos naturais não deveriam para Cortesão ser elevados à categorias absolutas, numa espécie de determinismo naturalista-geográfico, que outrora pautara o estudo sobre o homem e as civilizações, e que o mesmo combatia desde a mocidade (como procuramos dar conta ao longo do trabalho). Não podendo os fatores geográficos jamais serem tomados como um *deus ex machina*, uma explicação para tudo. O meio *condiciona*, mas não *determina*, como queria Vidal de La Bache. Mesmo porque toda a História é uma história dos homens.

Em suma, uma História pensada geograficamente deve ser, antes de mais nada, um campo de estudo interdisciplinar. Destacando-se o enfoque de uma história econômica (“o materialismo histórico” como se refere muitas vezes) que busque evidenciar como o homem interage com o ambiente e é por ele influenciado, mas sempre do ponto de vista do primeiro. Uma história política, que perceba como as comunidades humanas se organizaram em torno de espaços, e como seus governos responderam as demandas que aquele ambiente lhes impôs. Uma história das mentalidades, que vise conhecer como as sociedades confrontam a natureza em sua

⁸²² Cf. Op. cit. pp. 3-7.

⁸²³ MACEDO, Jorge Borges de. A teoria da História de Jaime Cortesão. *Revista Prelo* (número especial dedicado a Jaime Cortesão), Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, n. especial, pp. 57-66, dez. 1984. p. 63.

⁸²⁴ CORTESÃO, Jaime. Apud MACEDO, Jorge B. Op. cit. p. 63.

percepção do mundo natural, que representações e mitos criaram a partir dele e como essas passaram a ser parte integrante fundamental de sua cultura.

Isto tudo fica muito claro no pensamento de Cortesão, quando pauta (naquele mesmo artigo de 1928) a superação de uma historiografia tradicional, que a renovação nos estudos históricos viesse a sobrepor-se aos da narrativa vã dos “meneios políticos dos príncipes”. E que

a lenta adaptação do homem às virtualidades do meio físico, multiplicando as formas da riqueza; a sua condensação nos centros urbanos, provocando a invasão e a liberdade do trabalho, a formação das classes, a solidariedade econômica, as lutas pela igualdade política e por fim o sentimento nacional — constituem hoje os factos dominantes da História e correspondem a uma concepção nova do homem e das suas relações com o Globo [grifo nosso]⁸²⁵.

* * *

Submerso àquele mesmo circuito de influências da Geografia Humana (mormente La Blache), duas décadas mais tarde desponta o nome de Fernand Braudel. Com itinerário de propostas muito semelhantes as de Cortesão, a quem mais tarde admitia considerar como um dos maiores expoentes da historiografia portuguesa.⁸²⁶ Provavelmente por partilhar desse interesse pelo enfoque geográfico, quando Braudel publica *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* (1947), descreve seu objeto como “*uma personagem complexa, embaraçosa, excepcional, que escapa as nossas medidas e definições. Inútil é pretender escrever dele a história simples, no género ‘nasceu a...’.*” Tal como seria inútil “*tentar escrever com simplicidade a seu respeito, contar singelamente como as coisas se passaram*”.⁸²⁷

Para compreender seu objeto não bastaria uma visão fragmentária, convencional, que “*não têm em vista todo o vasto mar, mas um específico e minúsculo pedaço de mosaico [...] antes se concentrando nos gostos dos príncipes e dos ricos, numa nuvem de futilidades que pouco tem de comum com a história, lenta e poderosa*”.⁸²⁸ O que se propunha era um olhar estrutural, devendo-se então considerar

⁸²⁵ CORTESÃO, Jaime. “Notas de história pátria. A formação democrática de Portugal”, *Seara Nova*, Lisboa, 22 de novembro de 1938, n. 138 p. 343

⁸²⁶ GODINHO, Vitorino M. A presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa. In: CORTESÃO, Jaime. *Os Fatores Democráticos da Formação de Portugal*. Lisboa: Portugália. 1966. p. XXIV.

⁸²⁷ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. v. 1. p. 21.

⁸²⁸ Ibidem, p. 22.

o objeto em sua “*problemática fundamental — a dialética espaço-tempo (história-geografia)*”⁸²⁹ na proposta global de uma *Geo-história*.

Uma visão que considerasse não somente a vastidão espacial do objeto, mas sua temporalidade específica. Como o próprio autor se refere, “delimitar é definir”⁸³⁰ e um objeto como o Mediterrâneo (ainda que o recorte original buscasse tratar do período de 1550 a 1600) transborda seu espaço e tempo, enquadrando-se em um tempo geográfico, uma história quase imóvel, a chamada “longa duração”; que estando quase fora do tempo — ênfase para o *quase* — é assim distinta do tempo dos homens e dos eventos⁸³¹. Era a lenta adaptação do homem às virtualidades do meio físico, de que falava Cortesão.

Conforme destaca Stuart Schwartz, em *O Mediterrâneo*, que considera provavelmente o livro de História mais importante de do século XX, Braudel rompe com o enfoque habitual, político e regional, concebendo uma visão mais global na qual as estruturas, os padrões de vida e o próprio meio ambiente (o clima) foram atores dos processos transcorridos naquele mar repleto de ilhas e massas, cerrado por costas, onde várias culturas se desenvolveram.⁸³²

Captar o meio em sua permanência, não significa, sem embargo, tratar a geografia como mera descrição minuciosa do ambiente físico enquanto um meio estático, imutável e inerte (como tantas vezes era retratado nos capítulos iniciais dos livros de história), mas antes, reconhecê-lo enquanto realidade estrutural e estruturante do processo histórico. Desta forma, Braudel escreve logo no início da primeira parte de *O Mediterrâneo* (que se intitula, justamente: “O Meio”) à seguinte observação:

Daí que as circunstâncias tenham concorrido para fazer surgir, através do espaço e do tempo, uma história ao retardador, reveladora de valores permanentes. Neste jogo, a geografia deixa de ser um valor em si mesma para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectivação segundo uma linha do mais longo prazo. A geografia (à qual, como à história, podemos pedir tudo) passa assim a privilegiar uma história quase imóvel, desde que, evidentemente, aceite seguir as suas lições e aceite as suas divisões e categorias.⁸³³

⁸²⁹ Ibidem, p. 28.

⁸³⁰ Ibidem, p. 22.

⁸³¹ Ibidem, p. 25.

⁸³² Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Os furacões e a formação das sociedades caribenhas. *Revista USP*, São Paulo, n. 72, pp. 28-43, dez./ fev. 2006-07. pp. 30-31.

⁸³³ Ibidem, p. 33.

Braudel e Cortesão chegam de fato a encontrar-se no Brasil, como narra este em “*O Homem e a Terra*”, publicado no Estado de São Paulo em 12 de outubro de 1947.⁸³⁴ Dias atrás, Braudel havia estado no Rio de Janeiro, em residência oficial da Embaixada francesa proferindo uma comunicação onde expunha seu conceito de “Geo-história”. Cortesão admitindo o maior interesse e proximidade com as ideias levantadas concorda com a apreciação do termo para designar-se “os factos pré-históricos de morosa adaptação do homem ao planeta”. Mas ao fim da palestra indaga o historiador francês acerca de sua validade e aplicação para os grandes momentos da história humana, onde a despeito dos fatores físicos e seus derivados, prevalecia para ele “a liberdade criadora do homem e a possibilidade da intervenção individual na história.”⁸³⁵

Provocação a qual Braudel teria tergiversado, manifestando (segundo Cortesão) pouco desejo de responder, dizendo que àquela matéria fazia menos concessão que os demais historiadores e sugerindo que o homem poderia intervir na história em algo entre 20 e 30 por cento dos acontecimentos. Confirmando-se numa conversa ao final do evento aquilo que Cortesão como uma inclinação de Braudel à fatalidade do determinismo físico, mais próximo da Geografia Alemã, do que da francesa — a qual ele mesmo preferia. É, de fato, pouco usual ver o historiador francês mais reconhecido por seu “imperialismo” (historiográfico francófono) ser acusado de ceder aos geógrafos germânicos. Cortesão se excede neste ponto se pensarmos a obra de Braudel (e de seu mestre Lucien Febvre) como as grandes expressões na historiografia das propostas de Vidal de La Blache.

Cortesão prossegue seu artigo pautando que na velha luta entre o Homem e a Terra “*sobre que se levantam os mais fundos alicerces da história*” concede progressivamente mais importância ao homem como fator histórico. *Progressivamente*, porque se dá ao passo que ele se afasta dos estágios primitivos da cultura.⁸³⁶ E cita como exemplo o caso das *Bandeiras* na formação territorial brasileira, recorrendo novamente ao “mito da Ilha-Brasill”. Justifica que a narrativa daquele processo permaneceria “*um caos de factos incoerentes, se não admitirmos que à intuição e logo ao conhecimento daquela unidade correspondeu, quer da parte da metrópole, quer dos luso-brasileiros, uma política unitária.*” Se era certo que a História do Brasil se moldara sobre a realidade física e pré-histórica, foi “na

⁸³⁴ Posteriormente publicado em CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Portugalia, 1964. v. 1. pp. 90-101.

⁸³⁵ Ibidem, pp. 91-93.

⁸³⁶ “*Nas primeiras idades culturais o homem obedece estritamente às condições Impostas pela Natureza. Depois, e pouco a pouco, submete à sua vontade a Terra, e elabora ou pode elaborar sobre ela, com livre esforço, as mais audaciosas construções humanas e políticas.*” Ibidem, p. 94.

*imaginação divinatória duns, e na vontade inquebrantável de outros” e no heroísmo de poucos que aquele mito se fez realidade.*⁸³⁷

Por nossa parte, recusamo-nos a considerar escravos do imperialismo físico ou económico homens como Fernão Dias Pais, que imolaram bens, família, a própria vida, à realização dum sonho, com que abriram as portas à realidade. Não fosse essa estirpe de gigantes livres, e hoje a Iha-bBrasil não passaria dum engelhado aborto conservado em álcool no museu da história, para escárnio dum pequeno povo fantasioso — ele próprio relegado à condição duma vaga província a Ocidente da Ibéria.⁸³⁸

Novamente, sua forte inclinação pelo entendimento dos condicionalismos geográficos seria obliterada por uma presença ainda mais forte em sua filosofia pessoal e que se projetava em toda sua visão da História, que era justamente a ideia da excedência e do papel destes indivíduos superdotados. Cortesão torna a tratar do assunto no final da vida, no artigo “Causas da Independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil”⁸³⁹ (1959), e mesmo a reivindicar o neologismo braudeliano da Geo-história, mas apenas para os primeiros passos da marcha dos homens, isto é, no período primitivo.⁸⁴⁰

Semelhanças com Braudel também são percebidas na questão econômica. Não obstante, Cortesão afirma que “os factores económicos estão fundamentalmente na base de todas as formas que tomou a política do segredo em relação com os descobrimentos.”⁸⁴¹ Ele reforça essa dimensão, sem ceder ao determinismo económico:

Embora para nós o passado não se explique apenas pelos factores económicos, pois damos lugar de importância e relevo as causas espirituais, reconhecemos que aqueles são o primeiro móbil e fundamento das acções humanas. Não obstante, seria ilusório esperar uma linha sempre recta de conduta na politica de segredo, pois podiam e puderam desviá-la de seu curso, quer as oscilações do poder pessoal, quer por vezes razões ,mais fortes de interesse religioso e científico.⁸⁴²

Esse trecho remete-nos a uma série de considerações que estarão presentes no terceiro tomo de *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1979), obra em que Braudel também se volta de certa forma para o Atlântico entre os séculos XV e o

⁸³⁷ Ibidem, pp. 94-99.

⁸³⁸ Ibidem, pp. 100-101.

⁸³⁹ Cf. CORTESÃO, Jaime. Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil. In: _____. *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália, 1966. Publicado originalmente em jornais portugueses e angolanos e mais tarde integrando a obra monumental *Os Grandes Portugueses*. Cf. CIDADE, Hernani. *Os Grandes Portugueses*. Lisboa: Arcádia, s/d. pp.11-21.

⁸⁴⁰ CORTESÃO, Jaime, Op. cit. p. 251.

⁸⁴¹ CORTESÃO, Jaime. *A política de sigilo nos descobrimentos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. p. 10.

⁸⁴² CORTESÃO, Jaime. Ibidem, p. 6.

XVIII, procurando situá-lo na escala do mundo, algo que Cortesão, de modo bem menos pretensioso tentara realizar décadas antes.

A história econômica do mundo é, portanto, toda história do mundo, mas vista de um certo observatório, o da economia. Ora, escolher esse observatório e não outro é privilegiar de antemão uma forma de explicação unilateral (e também por isso mesmo, perigosa), da qual sei de antemão que não me libertarei inteiramente. Não se privilegia impunemente a série dos fatos chamados econômicos. Por mais que nos empenhemos em dominá-los, reordená-los e, sobretudo, superá-los, poderemos evitar um “economismo” insinuante e o problema do materialismo histórico? É o mesmo que atravessar areias movediças.⁸⁴³

Concluindo, a Geo-história proposta nos termos de Braudel e o método histórico-geográfico de Cortesão — cada um à sua maneira, mas comungando de uma mesma sintonia — é sim a história que o meio impõe aos homens, e que os homens resistem e transcendem em intensidade diversa para os dois autores. História em que a duração dos processos humanos encontra o atrito do espaço e a resistência do meio geográfico, obrigando-os a perceber o quanto são localizados, limitados e condicionados por estruturas objetivas (e subjetivas), circunstâncias econômicas, sociais e as forças políticas, tratando-se, portanto, de uma história estrutural⁸⁴⁴ que busque vislumbrar as diversas dimensões de seu objeto: os homens. É, ainda, a história de como estes homens se situaram nesse meio, aprenderam a compreendê-lo, manipulá-lo e desvencilhar-se dos mais diversos percalços por ele impostos; ou seja, uma história na qual a dialética entre os sujeitos e o meio tende a pautar os ritmos dos processos históricos.

A apreensão deste quadro, por sua vez, só pode ser feita a partir de uma perspectiva que considere uma “história total”, nos moldes daquela propostas pelos *Annales* — ainda que não completamente exequível, permanente no horizonte do historiador.⁸⁴⁵ Pois como disse Braudel: “a história não está irremediavelmente

⁸⁴³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 3 v 1995. Tomo III, p. 9.

⁸⁴⁴ Como bem descreve Luís Corrêa Lima: “A história voltada para este passado distante que persiste, também chamada história estrutural, está sob o signo da duração, da repetição e da insistência. A estrutura em questão não é a mesma do estruturalismo, onde se trata de um sistema de relações abstratas. Para a história, ‘estrutura’ seria o que na massa de uma sociedade resiste ao tempo, perdura, escapa das vicissitudes e sobrevive com obstinação e sucesso. A imobilidade da estrutura, entretanto, não é absoluta. Ela é imóvel em relação a tudo que evolui ao seu redor mais ou menos depressa. A estrutura está sujeita a rupturas, porém muito afastadas umas das outras no tempo. As rupturas, por mais importantes que sejam, nunca afetarão toda a arquitetura estrutural de uma sociedade, pois nem tudo se quebra de um só golpe. A história estrutural faz parte da história global, que é a dialética permanente entre estrutura e não-estrutura, entre permanência e mudança.” LIMA, Luís C. Op. cit. p. 11.

⁸⁴⁵ Sobre esta categoria de “história total”, ver trabalho de nossa autoria, que a despeito dos problemas ortográficos, vícios de escrita e inevitável desatualização bibliográfica, é uma primeira aproximação razoável da questão. Cf. PERUZZO, Eduardo H. *A história total e os Annales: história parcial de uma proposta historiográfica*. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009. 66.p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21335>>. Acesso em: 21/03/2018.

condenada a ter de se remeter ao estudo de jardins encerrados entre muros.” Até porque assim “ela não cumpriria uma das tarefas que atualmente se lhe põem, qual seja a de responder aos angustiantes problemas atuais, ligando-se às ciências do homem” e conclui, citando o medievalista francês Edmond Faral: “Foi o medo da grande história que matou a grande história, que ela possa reviver”⁸⁴⁶.

Por isso, a visão de conjunto é um elemento também predominante no olhar de Cortesão e é quase impossível não compará-lo com Braudel. Cruzando o Atlântico, uma outra comparação pode ser feita também com alguns modernistas brasileiros que procuraram interpretar o Brasil. Em um diálogo indireto, como ocorre com Gilberto Freyre e Caio Prado Junior, ou mesmo direto, no caso de Sérgio Buarque de Holanda, há muitas ilações possíveis com a obra de Cortesão. Seja pela temática abordada — história de Portugal e história do Brasil Colonial — ou pelo referencial metodológico — uma história de feição mais científica e estrutural — os *annalistes* franceses e a geração dos “interpretes do Brasil” são dois de eixos possíveis de comparação que alastram para além do quadro geral da historiografia portuguesa, uma melhor compreensão do projeto historiográfico de Jaime Cortesão.

4.5 A voga americanista e a síntese sobre o Brasil colonial

Estamos tão acostumados em nos ocupar com o fato da colonização brasileira, que a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de vista. Ela aparece como um acontecimento fatal e necessário derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento.

CAIO PRADO JR, «O sentido da colonização», *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Cia das Letras, 2011. p. 17

Iniciamos este capítulo com a categoria de sentido em Caio Prado Jr. e encerramos com ela. Compreender aquilo que chamara de *o sentido da colonização*⁸⁴⁷ — ou seja, a razão motriz, dos *descobrimientos* e, por conseguinte, do processo de colonização e conformação dos novos territórios americanos — nos quadros da modernidade e expansão do capitalismo mercantil europeus⁸⁴⁸, parece-nos hoje trivial.

⁸⁴⁶BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. v. 1. p. 26.

⁸⁴⁷ Ibidem, p.13.

⁸⁴⁸ “[...] precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV, atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por

Todavia, se pensarmos com vistas à historiografia de feição mais nacionalista produzida durante o século XIX e boa parte do XX, tal concepção caracterizou-se política e metodologicamente como um avanço na interpretação daquele recorte histórico.

A América, pensada enquanto continente, tanto por autores americanos que procuravam transpassar as fronteiras de uma historiografia circunscrita nas identidades nacionais, quanto por *americanistas* que escreviam desde a Europa advogando superar a visão do *Novo Mundo* como um mero desfecho da *descoberta e conquista* colonizadora.⁸⁴⁹ Visão esta que se abria para novas abordagens, e que se por um lado libertava-se do providencialismo das antigas crônicas, não raras vezes, como se verá, persistia com nuances de uma certa missão civilizadora. E, que ao bem da verdade, não será abolida por nenhum dos autores aqui tratados, mas que procuraram pensar — senão fora, ao menos para além — deste paradigma. Destacando as motivações econômicas e condicionamentos geográficos que teriam possibilitado a empresa da colonização.

É a partir deste *modernismo historiográfico* (décadas de 1920-30) que se passa a perceber também uma maior diferenciação na produção narrativa acerca das origens nacionais por parte de autores americanos e *americanistas*. Com uma maior crítica por parte daqueles, num sentido de ruptura e originalidade em relação as influências europeias, *versus* uma afirmação da continuidade e apologia da colonização por parte destes.

Talvez, pela primeira vez de forma sistemática, estes últimos começam a reconhecer a importância das matrizes nativas e a integração dos africanos na constituição racial e cultural do *Novo Mundo*, não à toa a coleção aqui abordada chamar-se-ia *História de América y de los pueblos americanos*. Admite-se pontualmente as mazelas e sevícias do extermínio indígena e da escravidão, enquanto agência colonizadora. Mas não chegariam a reconhecer, ainda, a exploração secular deste *sistema colonial* na formação histórica daqueles jovens países que, muito embora experimentassem forte crescimento na primeira metade do século XX, padeciam num papel periférico na economia global. Era ainda a apologia da colonização moderna e

integrar o Universo em toda uma nova ordem, que é o mundo moderno, que é a Europa, ou antes a sua civilização, se estenderia dominadora por toda a parte. Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e o povoamento do território que constituiria o Brasil não são senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.” Ibidem, p.14.

⁸⁴⁹ Ver CORTESÃO, Jaime. América. O problema do seu descobrimento e as novas bases de uma solução. In: SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1971. t. I. pp.128-142. Especial atenção a nota de Joel Serrão ao final do verbete, pp. 142-143.

da manutenção do colonialismo contemporâneo. Coube à historiografia autóctone trazer este debate à tona na geração de ensaístas que começa a surgir nos modernismos americanos.

Questão aliás que nos chega até a atualidade, qual seja: o sentido da exploração colonial pela metrópole nos quadros da modernidade, apesar de determinante, segue negligenciada por certas linhagens historiográficas com muita força nas antigas Metrópoles e que talvez reticentes em reconhecer o legado do colonialismo (antigo e moderno), tornaram-se prolíficas em interpretações que atenuam as dinâmicas imperiais, tanto para Idade Moderna quando para períodos mais recentes.

Num modelo explicativo supostamente descentrado, corporativo — focado em ideias de pluralidade do poder político e composição de redes econômicas — utilizados à exaustão do que permitem, ou não, as fontes documentais. Tais dioramas conceituais, apesar de reestabelecerem teias inteiras de comunicação e transações comerciais, não parecem dar conta de sintetizar a dinâmica da estrutura colonial e sua permanência secular. Afinal, averiguar maior presença e participação de agentes locais nas esferas política e econômica não contradiz a lógica e sentido da empresa colonial. A mera soma das partes não resulta na compreensão do *Todo*.

A entrada de Cortesão neste debate passava por outras questões. Até mesmo porque altura da primeira fase de sua obra histórica (1922-1940), não chegara a encarar nenhum debate com autores brasileiros. Como ocorre mais tarde com Sérgio Buarque de Holanda nas páginas de *O Estado de São Paulo* (década de 1950) acerca da primazia da ação das *bandeiras* na formação do território brasileiro. Para Cortesão, o bandeirantismo era uma expressão essencialmente metropolitana, ou seja, um processo consciente e da coroa Portuguesa para garantir a confirmação de suas fronteiras na América, “prefiguradas” pela geografia brasileira. No que contraposto por Sérgio Buarque que vai procurar desconstruir o “mito da ilha Brasil” e apontar as causas endógenas da expansão bandeirante.⁸⁵⁰

Distanciando-se do mito aproximando-se mais da realidade histórica daquele momento, Sérgio acaba por vencer o debate frente ao anacronismo daquela ideia de prefiguração nacional do Brasil de seu oponente, distanciando-se do mito aproximando-se mais da realidade histórica àquele respeito. Como salienta Fernando Novais, o peso do *anacronismo* nas histórias nacionais é sempre muito visível, e neste caso como já se discutiu, o mito historiográfico de um Brasil que confirmava o destino

⁸⁵⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979. E tb. CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Portugalia, 1964. 2 v.

de Portugal era um dos horizontes obrigatórios da obra de Jaime Cortesão, embora para ele, considera Novais, este peso possa ser considerado menos grave.⁸⁵¹ E explica-se:

Sendo a nação um produto da história que aspira necessariamente a perpetuar-se, é inevitável que procure legitimação na longevidade de seu passado. Assim, os historiadores recortam o território atual da nação (quer dizer, priorizam o recorte espacial), definindo como história da nação (recorte lógico, que tem que anteceder o espacial) tudo o que se passou nesse espaço, até aonde alcançam os registros. [...] Mas, se a nação foi colônia, a questão que se coloca é a do período colonial, em que ainda não existia, mas estava se formando; em outros termos, o problema fundamental, nestes casos, é o de como a colônia se transforma em nação. Particularizando: a história da colonização portuguesa no Novo Mundo é, ao mesmo tempo, história de Portugal, e pré-história do Brasil. Sem a colônia portuguesa o Brasil não existiria; mas para existir precisou separar-se Portugal. Talvez se sentido possamos entender que os historiadores portugueses vejam no Brasil, sobretudo, um prolongamento ou desdobramento de Portugal, — o que de fato é, mas só em parte. Jaime Cortesão certa vez teria definido o Brasil como um “Portugal exagerado”⁸⁵²

De todo modo, as grandes disputas em torno da temática da colonização nos termos da historiografia atual se darão somente na segunda metade do século XX. E, desta vez, entre a antiga metrópole e ex-colônia, e internamente a cada uma delas nas disputas pelo sentido das histórias nacionais e da afirmação ou negação do forte legado imperial/colonial na formação contemporânea de Portugal e Brasil.

* * *

O que encontrava posto naquele momento era mesmo uma disputa historiográfica dentro das próprias metrópoles. Cada qual querendo destacar o seu papel na empresa expansionista. Neste contexto, é que se dá a primeira participação de Jaime Cortesão na voga *americanista*. A perspectiva de situar a empresa dos descobrimentos nos interesses comerciais de uma Europa que apostara cada vez mais no comércio marítimo, desconsiderada a premissa do *acaso* e levada em conta a intencionalidade de um “plano nacional” com este fim, foram-lhe perspectivas muito caras. A própria predominância do termo *Descobrimientos* em vez de *descoberta*, *achamento*, *conquista*, etc, pode denotar essa visão mais processual e programática deste acontecimento.

Outra questão já patente seria o que o próprio autor gostava de chamar de “*um ponto de vista econômico da história*”. Ainda sem o tamanho peso que a Geografia

⁸⁵¹ Cf. NOVAIS, Fernando. Op. cit., pp. XXI-XXIII.

⁸⁵² Ibidem, pp. XXIII-XXIV.

física e humana viria a ganhar em sua obra, Cortesão atenta — primordialmente, neste caso, e de forma baste invulgar — para os aspectos econômicos. Chegando mesmo a usar o conceito de “*materialismo histórico*” em oposição às concepções meramente idealistas, numa visão totalizante de História e com a proposta de conciliar ambas as dimensões.⁸⁵³ Cronologicamente, outro momento em que este debate volta a ganhar fôlego na obra do autor pra além de textos mais breves e ocasionais é justamente nos trabalhos que prepara apara a coleção *Historia da América y de los Pueblos Americanos* (1936-57, 27 tomos em 25 volumes).

Projeto político-editorial liderado pelo medievalista e americanista espanhol Antonio Ballesteros, a obra coletiva seria originalmente composta por vinte e três tomos, sendo alguns orientados por temas comuns específicos e outros correspondentes a cada país.⁸⁵⁴ Tendo sido efetivamente lançado o primeiro deles: *América Indígena*, de autoria de Luis Pericot y Garcia, em 1936 com plano para os demais nos anos seguintes. Expectativa completamente alterada pelos desfechos da Revolução e Guerra Civil em Espanha e, posteriormente, pela II Guerra Mundial.

Consta no acervo pessoal de Jaime Cortesão os contratos fechados em 1933 com o *Grupo Editorial Salvat* de Barcelona. Neste momento vivia no exílio em Espanha, trabalhando sobretudo no *Arquivo de Índias* e preparando aulas que lecionava em Sevilha. Ficara a seu cargo um estudo de caráter original acerca da atuação dos portugueses para o volume sobre os descobrimentos geográficos: *Los Portugueses*, que dividiria com um texto sobre Colombo, de ninguém menos que o próprio diretor da coleção. E um segundo, independente, que compreenderia toda história da América portuguesa: *El Brasil*.⁸⁵⁵ O primeiro deles foi publicado no tomo quinto da coleção em 1947, e seu original em português foi incorporado nas *Obras Completas de Jaime Cortesão* lançadas por Joel Serrão e Vitorino de Magalhães Godinho na década de 1960, com o título *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses* (1966).

A síntese sobre o Brasil acabou compreendendo somente o período entre o descobrimento e o final do século XVIII, intitulando-se, portanto: *De los comienzos a 1799*. Seguido de um segundo livro sobre o período posterior, escrito pelo brasileiro Pedro Calmon, que já havia publicado em conjunto com Cortesão na obra coletiva *A História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937-40). Contendo mais de 700 páginas entre texto e apêndices documentais, esta obra nunca fora publicada de forma

⁸⁵³ CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. 1994, pp. 107-108.

⁸⁵⁴ Ver plano original de edições em *Historia de América y de los pueblos americanos*, 1936, t. 1, p. IV.

⁸⁵⁵ BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, cota E25/1155.

independente. Muito embora conste junto de seu datiloscrito original — no mesmo espólio — uma apresentação dos editores para lançá-lo nas *Obras Completas*⁸⁵⁶. O próprio Cortesão, chega a referi-lo com seu título original: *História do Brasil no Período Colonial* em seu último escrito de que se tem notícia, justamente a entrada “América” do *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão⁸⁵⁷. Embora nunca tenha sido publicado em português, como obra independente.

* * *

Antonio Ballesteros y Beretta fruto de um matrimônio entre aristocracias aragonesa e italiana, acabou sempre por exercer um papel consular no intercâmbio cultural entre os dois países, sobretudo durante a aproximação de certos intelectuais hispânicos com o pensamento fascista e o integralismo português.⁸⁵⁸ De formação jesuítica, abandona a carreira jurídica pelas cátedras de História — primeiramente em Sevilha e posteriormente na Universidade Central, atual Universidade de Madrid — acabando por tornar-se parte da geração hoje considerada como “pais da historiografia profissional espanhola”⁸⁵⁹. Teve amplo interesse pela História Medieval, dos Descobrimentos e protagonismo na constituição da voga americanista na academia espanhola. Também muito preocupado sempre com as questões metodológicas, muito embora não escondesse sua ampla afinidade com a ideologia conservadora, fazia questão de situar sua produção nos quadros de uma história científica.

A *Historia de América y de Los Pueblos Americanos* foi considerada desde a altura um dos projetos editoriais mais ambiciosos daquele momento⁸⁶⁰. Não se sabe ao certo se a ideia teria partido de “Don António” — como costuma ser referido — ou do editor Santiago Salvat, como afirma seu filho, o também americanista, Manuel Ballesteros Gabrois⁸⁶¹. O que é certo é que se tratou de um dos marcos fundacionais do que seria o americanismo contemporâneo em todo mundo de língua hispânica.

⁸⁵⁶ BNP/ACPC, *Espólio de Jaime Cortesão*, cota E25/3133-3134.

⁸⁵⁷ CORTESÃO, Jaime. América. O problema do seu descobrimento e as novas bases duma solução In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, 1960, v. I, pp. 128-143.

⁸⁵⁸ SARDINHA, Antonio. *La alianza peninsular*. Segovia: Imprensa de “El Adelantado”, 1939.

⁸⁵⁹ MARTÍN, Ignacio Peiró; ALZURIA, Gonzalo Pasamar. *Diccionario Akal de Historiadores españoles contemporaneos*, 2002, pp.101-103.

⁸⁶⁰ Cf. ALBERT, Salvador Bernabéu, “Los americanistas y el pasado de américa: tendencias e instituciones en vísperas de la guerra civil”, *Revista de Indias*, 2007, vol. LXVII, n. 239, pp. 251-282. E, ainda, RIVAS, Ricardo Alberto. “Historiografía de américa entre 1865 y 1941”, *Trabajos y Comunicaciones*, n.24, 1996, pp.177-203.

⁸⁶¹ GAIBROIS, Manuel Ballesteros. “Maestros del americanismo. Antonio Ballesteros Beretta (1880-1949)”, *Quinto Centenario*: revista dedicada al estudio científico de las realidades históricas de la vida social, política, económica y cultural de los pueblos americanos, Madrid: Universidad Complutense, 1982, v. 3. Acesso em

Tal qual ocorrera com a já referida *História da Colonização Portuguesa no Brasil* de Malheiro Dias (citado com Ballesteros, como um dos intelectuais envolvidos na proposta hispanista/iberista de Antonio Sardinha) uma coletânea monumental que procurava promover uma aproximação cultural entre Portugal e Brasil, havia por parte dos Estados ibéricos, tanto nos governos republicanos e democráticos quanto nas experiências de ruptura autoritária, um interesse em proclamar esse paniberismo, ou aquilo que durante o fascismo espanhol se procurou chamar de *hispanidad*. Para além dos governos e intelectuais, essa integração fora também um projeto bastante caro ao setor privado e às classes empresariais que para além de seu apoio aos regimes esperava conquistar os mercados de seus antigos domínios coloniais. Esse caso pode ser averiguado no papel fundamental que ocupava Albino de Souza Cruz no contexto luso-brasileiro⁸⁶² e no caso dos grupos editoriais e o setor privado em Espanha.⁸⁶³

Neste momento, o conceito de *Americanismo* ganha força enquanto campo disciplinar, dentro e fora da academia europeia, no caso português a própria dificuldade de considerar o Brasil como parte de um continente majoritariamente dominado pela matriz espanhola, e a forte ênfase que sua historiografia ainda legava ao Oriente e as colônias em África fizeram com que seu uso fosse mais tímido. Não à toa, coube ao grupo intelectual de Cortesão e António Sérgio explorar esta ideia. Seguindo um ímpeto que Godinho procurou caracterizar como uma “orientação atlântica” que estes intelectuais da *Seara Nova* começam a dedicar a seus estudos, sobretudo acerca dos descobrimentos e da colonização da América.⁸⁶⁴

No prólogo do diretor, que abre o volume primeiro da *Historia de América...*, Ballesteros inicia evocando trecho da carta com que o clérigo Francisco Lopes de Gómara dedica sua *História General de las Indias* (1553) ao “*imperador dos romanos e rei da Espanha Carlos V, senhor das Índias e do Novo Mundo*”. Novo Mundo, cujo *descobrimento*, segundo o cronista, teria sido o maior acontecimento desde a *Criação*, e nascimento e morte de Cristo.⁸⁶⁵ Empresa esta fruto do esforço de Espanha e dos

20/11/2017. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/QUCE/article/viewFile/QUCE8282120001A/1874> <

⁸⁶² VÁRIOS, Souza Cruz. *Juizos sobre sua vida e obra*. Rio de Janeiro; Lisboa: Edições Dois Mundos, 1944.

⁸⁶³ GABROIS, Manuel Ballesteros. “La moderna ciência americanista española (1938-1950)”, em *Miscelanea Americanista. Homenaje a D. Antonio Ballesteros Beretta*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 195. pp. 117-134.

⁸⁶⁴ GODINHO, Vitorino M. “A presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa”. In: CORTESÃO, Jaime. *Os fatores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália, 1966. pp. XI-XLVIII, p. XXIII.

⁸⁶⁵ “*Muy soberano Señor: La mayor cosa después de la creación del mundo, sacando la encarnación y muerte del que lo crió, es el descubrimiento de Indias; y así las llaman Nuevo Mundo. Y no tanto te dicen nuevo por ser nuevamente hallado, cuanto por ser grandísimo y casi tan grande como el viejo, que contiene a Europa, África y Asia. También se puede llamar nuevo por ser todas sus cosas diferentes de las del nuestro.*” GÓMARA, Francisco Lopes de. *História general de las Índias*, 1922. p. 4.

espanhóis, que antes de qualquer outros desbravaram e colonizaram tão dilatados territórios.⁸⁶⁶

Portanto, se justificaria a importância capital de uma História da América, que interessa por igual aos espanhóis e americanos. Os primeiros contemplam nela uma projeção transatlântica de seus costumes, e os americanos a narração de suas origens o desenvolvimento de sua própria história. E acrescenta: “*Sin exageración de ninguna índole, las prezas de los españoles en el Nuevo Mundo exceden a cuanto nos refieren los autores clásicos, y nuestros conquistadores, al lado de los heroes de Homero, resultan gigantes comparados con pigmeos*”⁸⁶⁷.

Em seguida, destaca que “o americanismo” tem hoje uma concepção distinta do que representava outrora.⁸⁶⁸ Após a abundância de interesse e estudos surgidos e continuados desde o século XVI, teria havido nos últimos anos uma espécie de abandonismo por investigações sobre o tema em Espanha, doravante servissem de base a ciência estrangeira. Deficiência que vinha se corrigindo pelo que chama de uma sensibilidade americanista que surgira na última década, que pode ser percebida nas cátedras universitárias, nas publicações, no Congresso de Americanistas — referindo-se mais especificamente ao último, ocorrido em Sevilha naquele ano de 1935 — e na publicação da presente História da América. Interessante notar como reforça o caráter científico dessa nova voga americanista espanhola, dizendo que embora fruto de grandes feitos, um pudor bem entendido “rima bem” com a imparcialidade histórica.

Sobre a coleção, elogia a *Casa Salvat*, editora de Barcelona, por assumir esse trabalho de alta divulgação e justifica como obra de tamanha envergadura, não poderia ser escrita por um só autor. Dentre os arregimentados, destaca Jaime Cortesão em sua participação nos volumes referentes a *Gênesis del Descubrimiento y las Exploraciones portuguesas e ao Brasil*.

Cortesao, antiguo director de la Biblioteca de Lisboa, es hoy uno de los publicistas lusitanos de renombre más universal. Sus investigaciones en la Torre do Tombo y en el Archivo de Índias en Sevilla, sus atisbos geniales acerca del Tratado de y los nebulosos tiempos de los primeros descubrimientos le han conquistado justa fama de historiador ameno al par

⁸⁶⁶ BERETTA, Antonio Ballesteros, “Prólogo de director” en *Historia de América y de los pueblos americanos*, 1936, t. 1, pp. V-XII, p. VI.

⁸⁶⁷ Ibidem p. VI.

⁸⁶⁸ “No sólo es americanista el que aborda puntos más o menos dilucidados de la época de la Conquista o Colonización europea en América; el vocabulo se aplica, y ahora casi con preferencia, al que se dedica de las culturas existentes, siglos anteriores a la aparición de los españoles, en las orillas de mar Caribe; es decir, a horizontes vastísimos de conocimientos, a verdaderos océanos culturales, donde caben multitud de especialidade, si no contrapuestas, al menos de una diversidad incofundible.” Ibidem, p. VII.

que concienzado [...] Del Brasil escribirá ya mencionado historiador portugués don Jaime Cortesao.⁸⁶⁹

Na explicação de seu plano de trabalho, Cortesão procura situar os descobrimentos precedentes dos Portugueses no plano de uma teoria geral a ser aplicada a história dos descobrimentos geográficos. Não a toa em 1940, no *Congresso do Mundo Português* apresenta a comunicação *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses* juntamente com *A Geografia e a Economia da Restauração*, ambas publicadas nos cadernos da *Seara Nova* naquele mesmo ano (como já dissemos).

Essa ideia de um método histórico próprio para a investigação dos Descobrimentos, lhe era uma questão bastante cara que fora amadurecendo ao longo das comunicações e trabalhos que desenvolvera nas décadas de 1920-30, como indica o próprio autor em nota de rodapé. Nessa edição, menciona inclusive *O Sigilo Nacional Sobre os Descobrimentos* (1924), o texto do Congresso de 1926, *L'expansion des portugais dans l'histoire de la Civilizacion* (1930) e os capítulos: *A gênese da expansão portuguesa* e *O Designio do Infante e as explorações atlânticas até a sua morte* (na *História de Portugal*, “Barcelos”, dirigida por Damião Peres, V. III, 1931).

Essa *teoria geral*, por sua vez, deveria basear-se em uma investigação histórica assentada em duas premissas básicas: abordagem econômica e o condicionamento do meio geográfico. Variações dessa mesma fórmula aparecem de forma cada vez mais *rotinizadas* na introdução de praticamente todos os títulos mencionados, mas ganham nesta versão de *Los Portugueses* um formato ainda mais sólido. Ao lado disso, segue outra preocupação metodológica de cunho mais heurístico — também recorrente — onde sugere que mais do que apenas uma nova descoberta de fontes e documentos inéditos, uma nova abordagem dos descobrimentos precisava valer-se de uma análise mais crítica das fontes já existentes.

No pretendemos entrar en disputas de escuela, pero afirmamos que en ratos capítulos de la Historia resulta tan patente como en éste el predominio de los factores económicos en el origen y desarrollo de los acontecimientos. Otra estrella del Norte, el materialismo histórico, o, más bien, el punto de vista económico, tiene que guiar a los nautas de este mare mágnun de la historia de las navegaciones. Veremos que muchas de las regiones más oscuras de este Océano aun hoy Tenebroso se iluminan vivamente bajo la luz de esta razón. Nos será indispensable, por lo tanto, investigar las causas de la expansión geográfica de los pueblos europeos, desde las de carácter económico hasta las espirituales, compararlas después y dar el justo relieve a las que tuvieron mayor influjo en, la Historia.⁸⁷⁰

⁸⁶⁹ Ibidem, pp.X-XI.

⁸⁷⁰ CORTESÃO, Jaime. “Los Portugueses: Explicación del plan”, em *Historia de América y de los pueblos americanos*, 1936, t. 5, pp. 497-499, p. 498.

Se em *Los Portugueses* quer comprovar a importância e pioneirismo destes na empresa dos descobrimentos frente à concorrência europeia, no tomo sobre o Brasil, publicado apenas em 1956, pretende afirmar a importância lusitana na formação daquele país, com destaque a questão geográfica e territorial desde os primeiros capítulos, como ver-se-á adiante. A posição atlântica, em relação ao descobrimento e a posterior sedimentação do espaço litorâneo com vias à produção e comércio oceânico, seria um dos eixos de sua argumentação. Tratando ainda do problema das fronteiras naturais.

As partes subsequentes tratarão com detalhes o contexto diplomático europeu, em torno do *Tratado de Tordesilhas* que, segundo ele, antecede e preside os três primeiros séculos de história do continente, sendo “*a chave da política portuguesa na América*”⁸⁷¹. E a subsequente reafirmação da ideia de conhecimento pretérito de Portugal dos futuros territórios que reivindicava aos Reis Católicos. Tese sustentada a partir de sua nova interpretação de já consagradas fontes (como os já referidos: planisfério de Cantino e *O Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira). Culminando em sua *teoria do Sigilo*, que justificaria o silêncio em torno dos *descobrimentos pré-colombinos*.

El silencio de los cronistas. Impuesto por la razón de Estado, usurpó, con la gloria de Don Juan II, la de una pléyade de navegantes cuyos nombres, acaso, quedarán ignorados para Siempre. Los orígenes del Brasil, a la par que oscurecidos por un anonimato voluntario, se basan sobre un echo de abnegacion colectiva, único en la historia. Bien al contrario de lo que se ha afirmado, no fue una ciega y pródiga casualidad lo que dio esta tierra a Portugal. El Brasil portugues fue un don de la inteligencia previsor, del espíritu de organizacion y de la disciplina moral.⁸⁷²

No debate em torno da povoação e defesa da costa estabelece um diálogo com a obra de historiadores brasileiros, como Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, entre outros. Neste instante, é que se percebe maior diferenciação no conteúdo já produzido e publicado pelo autor desde as décadas de 1930 — quando o livro havia de fato sido encomendado —, e a aplicabilidade prática de seus preceitos acerca da geografia e economia, de forma mais amadurecida, na interpretação dos processos de expansão e integração territorial em relação com os nativos e a produção com mão de obra escrava.

⁸⁷¹ CORTESÃO, Jaime. “De los comienzos a 1799”, em *Historia de América y de los pueblos americanos*, 1956, t. 26, pp. 3-540, p. 61.

⁸⁷² Ibidem, p. 164.

Topus do republicanismo português, não deixa de fazer uma crítica ao Governo Geral e ao e presença jesuíta na América, e às implicações da ocupação holandesa no Brasil, durante o “*domínio filipino*” e sua relação com a *Restauração portuguesa*. Salientando que na “*confiança cega*” dos governantes espanhóis permitiram que os portugueses tomassem acento das fronteiras rumo a Oeste e Sul, dando forma a uma concepção ideal de *Tordesilhas*, como se se cumprisse o destino territorial brasileiro prefigurado por Dom João II.⁸⁷³

Salienta que “*los factores de la expansion portuguesa en el interior de América de Sur, son esencialmente geográfico-econômicos*”⁸⁷⁴, destacando que a motivação primeira era mesmo a busca de trabalho escravo indígena com uma clara analogia do explorador bandeirante com o navegador dos descobrimentos, e do *Tratado de Madrid*, como afirmação de *Tordesilhas*. “*El tratado de Madrid fue depois de Tordesilhas el instrumento diplomático de mayor transcendência para el establecimiento delas fronteras del Brasil*”.⁸⁷⁵ Bem como o papel dos rios — condicionantes geográficos — da Bacia do Amazonas ao Norte e do Prata ao Sul, em comparação ao que o Atlântico havia desempenhado ligando-os ao desconhecido.

E, por fim, Cortesão encerra sua participação no tomo destacando traços da administração pombalina e a exploração dos metais preciosos, tanto via atividade mineradora nas Minas, quanto através do comércio no Prata. O que deslocará o eixo central geográfico para as capitanias mais ao sul, remodelando toda a vida na colônia. Tese que sintetiza em *A Fundação de São Paulo — Capital Geográfica do Brasil* (1955)⁸⁷⁶. Finalizando sua *História do Brasil no Período Colonial* com um vasto apêndice documental.⁸⁷⁷ Esta obra, portanto, iniciada na década de 1930 e publicada apenas ao final da vida, não é apenas uma síntese do período colonial brasileiro, mas também uma síntese das diversas tendências de seu pensamento historiográfico.

⁸⁷³ Ibidem, p. 437

⁸⁷⁴ Ibidem, p. 463

⁸⁷⁵ Ibidem, pp. 502-503

⁸⁷⁶ Cf. CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo — capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

⁸⁷⁷ Cf. CORTESÃO, Jaime. Brasil: de los comienzos a 1799. In: BALLESTEROS, Antonio (dir.); CALMÓN, Pedro; CORTESÃO, Jaime. *Historia de America: Brasil*. Barcelona; Buenos Aires, 1956. pp. 507-540.

CONCLUSÃO

Quando, em 1956, vem a lume a obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Jaime Cortesão vê a necessidade de explicar-se na introdução. Adverte que aquele era um estudo apenas parcial do diplomata santista e sua obra magna. A coleção totalizava 9 volumes que possuíam 5 partes, a primeira delas era um estudo bastante aprofundado sobre Gusmão e sua época (2 tomos, com quase mil páginas). Os demais livros continham a reprodução de centenas de documentos relativos ao Tratado. Ainda assim, o autor escreve que só pôde contemplar “alguns aspectos”. Que teve de fazer escolhas.⁸⁷⁸

Com obra bastante vasta e vida certamente tão multifacetada como a de Gusmão, não contou Cortesão, todavia, com a mesma sorte. Nossa tentativa de rascunhar sua trajetória e produção intelectual ficou milhares de páginas mais enxuta e um tanto mais precária do que seu eminente estudo supracitado. Mas, também como justificou Cortesão, isso não significa que desdenhamos os aspectos que tenham ficado de fora. Pelo contrário, temos ciência de que nosso trabalho deixou de contemplar diversas facetas do historiador português resta a um leitor interessado — munido das referências que trouxemos — buscar completar esse quadro. Daquilo que não tratamos, o que certamente deixa maior lacuna foi seu período de permanência no Brasil (1940-1957) e sua visão única de nossa formação, este sim, tema para trabalhos futuros. Ainda mais se levarmos em conta que esta sua síntese sobre o período colonial é praticamente desconhecida do público lusófono, e certamente mereceria uma análise mais aprofundada, e mesmo uma edição crítica. Quem sabe seria essa a oportunidade nos redirmos?

Como falou-se na Introdução, talvez esta última sessão pudesse se chamar apenas: *considerações finais*. A formalidade impede, mas o fato é que toda investigação desta natureza nunca estará conclusa e é sempre passível de inúmeras revisões e aprofundamentos, conforme a pesquisa avança e novos estudos sobre estas temáticas surgem. Não obstante, convém utilizarmos estas últimas páginas para uma

⁸⁷⁸ “Entenda-se, pois, que não nos propomos traçar uma biografia exaustiva de Alexandre de Gusmão e um estudo crítico sobre a sua obra considerada em todos os seus aspectos. Embora tenhamos explorado a fundo esse terreno, quasi virgem, os nossos esforços de investigação e crítica visaram maiormerte o estadista, que primeiro traçou as fronteiras do Brasil com a parte restante de todo um continente. O ciclope que ergueu e sopesou esse mundo. O homem de ciência, que, durante quinze anos, estudou o problema sob todos os seus aspectos: geográfico e geopolítico, económico, etnográfico, jurídico e diplomático. De qualquer forma teríamos de escolher.” CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: Imprensa Oficial. 2006. t. I, p. 9.

retomarmos algumas ideias centrais e fazermos uma *amarração* final dos eixos que deram sentido a nosso problemática em meio a este vasto cipoal de informações.

Analisando retrospectivamente o percurso, acreditamos que haver concentrado maiores esforços na etapa de levantamento e pesquisa, bem como o foco nas duas primeiras fases da produção intelectual e historiográfica de Cortesão (1910-1940) fora frutuoso, à medida que possibilitou-nos adensar aspectos praticamente desconhecidos de sua trajetória, ou ao menos subestimados até o presente. Isto resulta na possibilidade de agora poder partir-se para sua obra de maturidade com maior compreensão das linhas gerais de seu pensamento. Mesmo porque, como espera-se ter ficado claro, vários de seus preceitos de raiz filosófica e estética, da mocidade, inspiraram as visões que mais tarde teria da História. Exemplo mais nítido disso é uma certa teoria da *excedência*, subjacente de sua visão de gênio/herói, que de certa forma se estende — com a devida proporção — a noção mesma do papel do artista/intelectual contemporâneo.

Esta ideia, que tem forte matriz nietzschiana, e expressa-se, sobretudo na poesia heroica de Cortesão (*A Morte da Águia*), se moldaria sob formas mais humanizadas a partir de seu contato com autores como Bergson, Guyau e Leonardo Coimbra. Antero de Quental foi, portanto, o seu primeiro gênio humanizado, que seria para si uma matriz filosófica, literária e de intervenção política. Sua tentativa de “reabilitação” do poeta, foi o primeiro passo de sua investida naquele imenso projeto de *ressurgimento* do “Portugal heroico”. E, deste mesmo modo, ao longo de toda sua obra encontram-se inúmeros exemplos desta mesma sensibilidade em conceber estes sujeitos históricos como expressões máximas da consciência de seu tempo.

Um dos melhores exemplos talvez seja o já referido texto sobre Alexandre de Gusmão.

Às nossas tendências filosóficas o homem, no que êle tem de individual, nuclear e indissolúvel, naquilo em que se mostrou irredutível às determinações opressivas do ambiente social; e na pequena ou grande parte da sua livre criação, interessa sumamente. A essa rara espécie de homens que, pelo gênio e o caráter moral, são criadores de história, pertenceu Alexandre de Gusmão. A grandeza da sua obra mede-se pela resistência do meio exterior, que teve de vencer. Para melhor medir, por conseguinte, a estatura de Alexandre de Gusmão é necessário começar por situá-lo no seu tempo. Fazer um estudo da sua formação... E, depois, do choque entre essa e as formações alheias... Êste livro poderia, pois, resumir-se na resposta a estas perguntas: Até que ponto a criatura Gusmão se tornou creador por sua vez ? Foi um mero produto da época, ou depois de haver assimilado a seiva da história, moldou também a vida? Como? E em que proporções?⁸⁷⁹

⁸⁷⁹ Ibidem, p. 10.

Ou seja, suas inquietações e idealizações acerca da excedência não deixavam de ter uma sincera preocupação histórica. Assumindo o sujeito, por mais destacado que seja, opera dentro de condicionamentos, bebe de uma determinada época e do legado de épocas pretéritas. Passando sempre pela tensão: sujeito/estrutura, que foi sem dúvida uma das grandes questões dos historiadores desde que a História deixa de ser pensada como um produto da Providência, ou mero desdobramento de leis universais, e passa a ser vista como um produto dos homens — quase nunca nas condições por eles escolhidas, deve-se ponderar.

Gênio, gênio-artístico, gênio-nacional (Volksgeist), herói, heroísmo, e tantas variações destes termos aparecem todas num mesmo sentido. Ora tratados como substantivo, ora como adjetivo expressavam de formas distintas uma mesma ideia que se consolidou ao longo de várias representações de História. Podiam remeter ao herói (de Thomas Carlyle), o gênio (de Victor Cousin), o portador do *zeitgeist* (para Hegel), ao super-homem (de Nietzsche), e até mesmo na representação de povo (de Michelet), ou “a grei”, como preferiam os portugueses.

Desde Camões, o mito do herói português, ganhou força por toda a literatura e historiografia ainda muito se ouviria falar dele. Eduardo de Oliveira França, diretamente do Brasil escrevera nos passos de Oliveira Martins que o homem ibérico era possessor de heroísmo, “*na medida que sente a si mesmo como um destino autônomo. Resiste a fusão no esforço coletivo. Mantém acesa uma combatividade intrínseca em sua atitude em face do mundo — um contínuo impulso a agir por si mesmo.*”. O nome do capítulo era muito sugestivo, aliás, “O Herói Frustrado”.⁸⁸⁰

Neste sentido, a figura do intelectual vai procura emular essa virtude heroica, qual seja: deter a consciência mais elevada de seu tempo, representar a verdadeira expressão de sua raça e conduzir a coletividade ao seu imaginado destino. Eis o papel que grupos como a *Seara Nova* expressamente reivindicavam. A despeito do elitismo da proposta, ela parecia ter motivações sinceras, as mesmas que movem de certa forma todo o intelectual engajado, a compreensão dos problemas de seu tempo e projetos para sua superação. A questão é que neste caso, tais indivíduos se professavam como mediadores por excelência — e excedência — dos processos de mudança histórica.

⁸⁸⁰ E completa: “*Eis porque chamamos herói ao home do século XVII.*” Cf. FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. Portugal na Época da Restauração. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 191

O período do entre guerras, a polarização na arena global, a queda de antigos impérios e ascensão de novas potências trouxe outros agentes à cena política. Entretanto, a via revolucionária (leninista), nunca foi atrativa aos pensadores da Renascença Portuguesa e Seara Nova, pelo contrário. Por isso, a missão de conscientização política era a *ideia-força* que movia estes intelectuais na direção de seu propósito democrático. Como vimos, tal projeto de educação cívica e condução das massas buscou na incorporação da História seus principais elementos de estímulo da nacionalidade, que foi um processo bastante geral naquele momento, servindo tanto aos interesses mais nobres e emancipatórios, como ao recrudescimento de regimes fascistas.

No caso específico de Cortesão, esta expectativa política desencadeou um claro projeto intelectual, com forte presença do papel da História. Diferente de outros, não fora apenas o apologista de uma idade dourada, dedicou-se fortemente à investigação, frequentou diferentes arquivos e teve acesso a montantes documentais expressivos, como muito poucos tiveram a chance. O exílio, apesar de trágico, propiciou um intercâmbio pelas mais variadas instituições da Europa continental, Inglaterra e Brasil. Este vasto apanhado contribuiu não só para uma visão embasada na documentação, mas também de conjunto (global) das estruturas e dinâmicas que consolidaram o vasto Império marítimo português. Resultando em uma obra numerosa, que começa se produzir no momento específico da institucionalização da História enquanto campo científico, em franco debate com a Geografia e demais Ciências Sociais. Acabando por aliar a tradição idealizada do Portugal histórico a um rigor metodológico e uma incessante atividade investigativa, como poucos historiadores daquele contexto haviam enfrentado.

Por conseguinte, suas interpretações acerca da configuração do Estado Português nos seus primórdios, expansão ultramarina e colonização trouxeram uma renovação importante aos quadros da historiografia portuguesa da primeira metade do século XX. Ao incorporar de forma original a geografia, isto é, os condicionamentos do meio aos processos históricos, aproximou sua obra a Fernand Braudel. As semelhanças e diferenças com o movimento francês dos *Annales* não foram ocasionais, a inspiração na geografia humana fora matriz para ambos, mas teve, como demonstrado, suas especificidades em Cortesão. Afinal, qualquer reforço ao caráter determinista, seja do meio natural, seja das estruturas econômicas, comprometia sua premissa da potencialidade da ação humana.

A grande história da humanidade para Cortesão não era de como o meio condicionava os homens, mas sim, como os homens — sobretudo os heróis/gênios — venciam estas condicionantes e dominavam este meio. E é este o historiador da maturidade que irá construir a partir do Brasil — mas com os olhos de Portugal — um discurso singular acerca, justamente, da formação de nosso país. *Formação*, paradigma que tanto mobilizou nossos *intérpretes* foi também noção cara ao historiador português. Para ele, todavia, o dilema nacional brasileiro não era o comumente expressado por nossos autores: a questão racial, a nação incompleta (ainda por se fazer), etc. Aos seus olhos o Brasil estava acabado, ou em vias de se concretizar como o melhor dos mundos *que o Português criou*. Nação emergente, que despontava no cenário internacional. E o “melhor dos mundos” porque, segundo ele, teria sido criado pelo “melhor Português”, aquele do século XVI, o *gênio histórico* dos *descobrimentos*.

Em outras palavras, para ele o problema da *formação* não tinha a ver diretamente com as hipóteses racialistas do XIX nem tão pouco com o *sentido da colonização* na dinâmica da exploração metropolitana. Tratava-se eminentemente da conquista do território, estabelecimento das fronteiras e dos domínios portugueses na América, que a cartografia antiga tão bem pôde expressar. Além do mais, Cortesão e sua tópica do heroísmo via tal intento quase como que uma sequência natural, em terra, do legado dos navegantes lusitanos. Por conseguinte, o bandeirante, enquanto agente primordial deste processo, e manifestação desta proto-nacionalidade luso-tropical, remetia diretamente aos navegadores.⁸⁸¹ Por seu turno, os próprios navegadores seriam então uma extensão dos cavaleiros medievais.

No fundo, o descobridor molda-se pelo ideal da Cavalaria andante. Tornou-se um cavaleiro do mar. Pela boca do Adamastor rugem ou vociferam os dragões e gigantes que atalhavam o passo aos Amadis. Apenas o ideal dos novos cavaleiros se alargou. A Natureza é também um caminho para chegar a Deus. O herói pressente no fundo de sua ávida inquietação [...] Mas a lei do heroísmo e da virtude, clarificada pelo entendimento, continua a ser a vontade e o esforço sofredor. Só os que aceitam inteiramente o seu jugo alcançam a glória [...]. Repetidamente o Poeta faz da vontade, do trabalho e do perigo a condição da sabedoria, da liberdade e da virtude. Esse é um dos seus temas favoritos.⁸⁸²

⁸⁸¹ “*Portugueses e brasileiros natos, tornados bandeirantes, conservam-se fiéis ao mar e à linguagem de bordo. Passaram a navegar os Sertões em frotas humanas.*” CORTESÃO, Jaime. Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil. In: _____. *Os fatores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugal, 1966. p. 247.

⁸⁸² CORTESÃO, Jaime. *O humanismo universalista dos portugueses: a síntese histórica e literária*. Lisboa: Portugal Editora, 1965. p. 243.

Tal ilação acaba por reforçar o famigerado mito do cruzado-navegador-bandeirante, que por séculos povoou corações e mentes em Portugal e no Brasil — basta atentarmos para a heráldica da Cidade de São Paulo: a cruz da *Ordem de Cristo*, a armadura, etc. Mais uma vez, salta aos olhos esta associação idealizada da figura do *herói/heroísmo* como força motriz dos processos históricos, não entendido de forma mecânica, mas através das mediações de sentido que se procurou demonstrar. Daí também a rápida absorção da obra de Cortesão pela elite paulistana, que não media esforços — sobretudo frente a sua perda hegemônica durante o varguismo — em querer arraigar-se a este quinhão quatrocentista, dos conquistadores de mar e de terra. Relação essa que veio a culminar na sua destacada participação nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Por tudo isso, compreender o *projeto* historiográfico de Jaime Cortesão mostra-se de difícil apreensão. Ele encampa uma série de paradoxos, à primeira vista excludentes: seu *presentismo saudosista*, como referimos; o elitismo da ideia de excedência *versus* uma visão desde baixo do protagonismo histórico de grupos e classes; a idealização espiritualista do gênio/herói em contrapartida a seu apelo a uma investigação histórica sistemática, embasada em documentos e partindo de preocupações materiais. Todavia, retrçando aqui os diversos momentos de sua trajetória, esperamos ter colaborado para ilustrar o contexto, e mesmo o *campo de possibilidades*, em que sua obra se produziu. O passo seguinte é restabelecer seu diálogo com nossos intérpretes e as grandes matrizes do pensamento social brasileiro, mas isto cabe ao futuro.

FONTES

Acervos pessoais

Apresentação de uma suposta edição de a história do brasil no período colonial em português que comporia as edições das obras completas (nunca publicada).BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, cota E25/3133

Carta datiloscrita (inédita ou pouco conhecida) de Fernando Pessoa a destinatário desconhecido. BNP/ACPC, Espólio de Fernando Pessoa,. BNP/ACPC, Espólio de Fernando Pessoa, Cota: E3/114(1)-89.

Carta manuscrita de Jaime Cortesão. BNP/ACPC, Espólio de Teixeira de Pascoaes, cota: D3/129.

Carta manuscrita de João de Figueiredo falando acerca da tese de licenciatura em medicina de Jaime Cortesão (1910). BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/505.

Carta manuscrita de João de Figueiredo falando acerca da tese de licenciatura em medicina de Jaime Cortesão (1910). BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/507

Carta manuscrita de João de Figueiredo falando acerca da tese de licenciatura em medicina de Jaime Cortesão (1910). BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/508

Carta manuscrita de João de Figueiredo falando acerca da tese de licenciatura em medicina de Jaime Cortesão (1910). BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/510

Carta manuscrita de João de Figueiredo falando acerca da tese de licenciatura em medicina de Jaime Cortesão (1910). BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/511

Contrato com a Salvat Editores, relativo a “Los Portugueses”1933, Madrid, Barcelona 1.f, dact. (cópia) nota: tem junto cópia da matriz do contrato e duas cartas da editora. BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, cota E25/1155.

Edição autografada com glosa e comentários. CORTESÃO, Jaime. A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz (1910). BFLUL, Legado de Fidelino de Figueiredo, Cota: LTPC 108 FF (acesso restrito). “Consta na folha de rosto a dedicatória “A Fidelino de Figueiredo no alvorecer de nossa amizade e duma sincera admiração pelo seu belo espírito oferece Jaime Cortesão 23/março de 1911./ [assinatura de J. Cortesão]”.

Original. A História do Brasil no Período Colonial – V.I Dactiloscrito com 376 folhas, sendo a primeira manuscrita e as restantes datilografadas com acréscimos, notas e emendas autógrafos. BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, cota E25/3133

Original. A História do Brasil no Período Colonial – V. II. Texto dactiloscrito com acréscimos, emendas e notas autógrafas. Inicia no capítulo IV – Povoamento e defesa da Costa. Organização econômica e política. BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, cota E25/3134.

Original. Arte e a Medicina: Antero de Quental e Souza Martins (São João do Campo, novembro de 1910). BNP/ACPC, Espólio de Jaime Cortesão, Cota: E25/Cx.55

Revistas de Ideias⁸⁸³

- ♦ *A ÁGUIA: REVISTA QUINZENAL ILUSTRADA DE LITERATURA E CRÍTICA* (1910-1932, Porto)

COIMBRA, Leornado. “Bibliografia: A Arte e a Medicina – Antero do Quental e Sousa Martinz. Jaime Cortesão – Coimbra –1910”, *A Águia*, Porto, 15 de janeiro de 1911, série I, n. 4.

CORTESÃO, Jaime. “A Renascença portuguesa e o ensino da história pátria”, *A Águia*, Porto, setembro de 1912, n. 1 (série II).

CORTESÃO, Jaime. “O poeta Teixeira de Pascoaes”, *A Águia*, Porto, série I, a. 1; parte I: abril de 1911, n. 8, pp. 8-11; parte II: maio de 1911, n. 9.

PESSOA, Fernando. “A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada”, *A Águia*, Porto, abril de 1912, série II, n. 4.

PROENÇA, Raul. “Bibliografia: Jayme Cortesão – A arte e a medicina – Antero do Quental e Sousa Martins”, *A Águia*, Porto, 1 de fevereiro de 1911, série I, n. 5. pp. 15-16.

EDITORIAL. *A Águia: revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica*, Porto, 1 dezembro de 1910, série 1, n. 1.

CORTESÃO, Jaime. “A Renascença portuguesa e o ensino da história pátria”, *A Águia*, Porto, setembro de 1912, n. 1 (série II).

SÉRGIO, António. “Epístolas aos saudosistas”, *A Águia*, Porto, outubro de 1913, série II, v. IV, n. 22.

- ♦ *A SEMENTEIRA: PUBLICAÇÃO MENSAL ILUSTRADA-CRÍTICA E SOCIOLOGIA* (1908-1919, Lisboa)

EDITORIAL. *A Sementeira: publicação mensal ilustrada-crítica e sociologia*, Lisboa, maio de 1912, a. IV, n. 45.

⁸⁸³ Recentemente, a maior parte delas passou a integrar o projeto Revistas de Ideias e Cultura (RiC) desenvolvido pelo Seminário Livre de História das Ideias, integrante do CHAM – Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, e já se encontram disponíveis on-line em: <<http://ric.slihi.pt/>>. Acesso em: 21/04/2018.

A VIDA PORTUGUESA: QUINZENÁRIO DE INQUÉRITO À VIDA PORTUGUESA (1912-1915, Porto)

CORTESÃO, Jaime. “Curso de história pátria”, *A Vida Portuguesa*, Porto, 15 de novembro de 1912, n. 2. (lição 1 e 2).

CORTESÃO, Jaime. “A nossa representação no Congresso de Londres”, *A Vida Portuguesa*, Porto, 1 de setembro de 1913, n. 17.

CORTESÃO, Cortesão. “O Centenário de 1915”, *A Vida Portuguesa*. Porto, 15 de novembro de 1912, n. 2.

CORTESÃO, Jaime. “O parasitismo e anti-historismo: carta a António Sérgio”. *A Vida Portuguesa*, Porto, 2 de outubro de 1913, n. 18.

SÉRGIO, António. “Golpes de malho em ferro frio: aos portugueses de 16 anos que não ambicionam ser poetas líricos”. *A Vida Portuguesa*, Porto, n. 16, 2 de agosto de 1913.

♦ *ATLÂNTIDA: MENSÁRIO ARTÍSTICO LITERÁRIO E SOCIAL PARA PORTUGAL E BRASIL* (1915- 1920, Lisboa)

CORTESÃO, Jaime. “Afirmações da Consciência Nacional. V. Os Quadros da história de Portugal”, in *Atlantida*, n.º 11, Lisboa, 5 de setembro de 1916.

PORTUCALE: REVISTA ILUSTRADA DE CULTURA, LITERÁRIA, SCIENTÍFICA E ARTÍSTICA (1928-1945, Porto)

CORTESÃO, Jaime. “No 40º aniversário da fundação da ‘Renascença Portuguesa’”, *Portucale*, Porto, janeiro-março de 1962, supl. à 3ª Série.

PORTUGAL FUTURISTA: PUBLICAÇÃO EVENTUAL (no. único, 1917, Lisboa)

CAMPOS, Álvaro de (heter.). “Ultimatum”, *Portugal futurista*, Lisboa, novembro de 1917, n. 1.

♦ *REVISTA DE PORTUGAL* (1889-1892, Porto)

EDITORIAL. “Anthero de Quental”, *Revista de Portugal*, Porto, 1892, n. 1. v. 4. pp. V-VII.

♦ *SEARA NOVA: REVISTA QUINZENAL DE DOCTRINA E CRÍTICA* (1921-1979, Lisboa)

CORTESÃO, Jaime. “Notas de história pátria. A formação democrática de Portugal”, *Seara Nova*, Lisboa, 22 de novembro de 1938, n. 138.

EDITORIAL. “A Seara Nova e o Poder”, *Seara Nova*, n.4, 5 de dezembro de 1921.

EDITORIAL. “A Seara Nova e o sr. Francisco A. Correia”, *Seara Nova*, n. 2, 5 de novembro de 1921.

EDITORIAL. “A Seara Nova pretende”, *Seara Nova*, n.1, 15 de outubro de 1921. Em CARDIA, Sottomayor (org). *Seara Nova. Antologia: Pela Reforma da República* (1921-1926). Lisboa: Seara Nova, 1971. v. 1..

SARAIWA, Ricardo (pseud.). Acerca de algumas figuras republicanas, *Seara Nova*, Lisboa, novembro de 1952, a. XXXII, n. 1264-1265.

SARAIWA, Ricardo (pseud.). *Jaime Cortesão: subsídios para sua biografia*. Lisboa: Seara Nova, 1953.

♦ *SERÕES: REVISTA MENSAL ILUSTRADA* (1901-1911, Lisboa)

SÉRGIO, António. “Notícia bibliografica”, *Serões: revista mensal ilustrada*, Lisboa, fevereiro de 1911, n. 68.

Jornais e Periódicos

A Revolução de Setembro, Lisboa, 18 de maio de 1871. BNP/FGJ, Cota: J.4157 G.

Diário Illustrado, Lisboa, 19 de Agosto de 1897. BNP/Microfilme, Cota: F. P. 143.

Jornal de Notícias, Lisboa, 19 de agosto de 1897. BNP/FGJ, Cota: 2997 G.

O Norte, Porto, 17 de novembro de 1914. BNP/FGJ, Cota: 2997 G.J. 741//7 A.

O Seculo, Lisboa, 6 de outubro de 1910. BNP/FGJ, Cota: J. 2561 G.

O Seculo, Lisboa, 15 de outubro de 1910. BNP/FGJ, Cota: J. 2561 G.

O Seculo, Lisboa, 16 de outubro de 1910. BNP/FGJ, Cota: J. 2561 G.

O Século, Lisboa, 17 de outubro de 1910. BNP/FGJ, Cota: J. 2561 G.

Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro, Lisboa, 20 de agosto de 1897. BNP/Microfilme, Cota: F. 3583-3595.

Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro, Lisboa, 20 de outubro de 1910. BNP/Microfilme, Cota: F. 3583-3595.

Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro, Lisboa, 30 de outubro, 1910. BNP/Microfilme, Cota: F. 3583-3595.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dizionario di filosofia*. Torino: Unione Tipografico; Editrice Torinese. 1971.
- ALBERT, Salvador Bernabéu, “*Los americanistas y el pasado de américa: tendencias e instituciones en vísperas de la guerra civil*”, *Revista de Indias*, 2007, vol. LXVII, n. 239, pp. 251-282.
- ALENCAR, José de. *Ao correr da penna*. São Paulo: Typ. Allemã, 1874.
- ALMEIDA, Fialho de. Carta Casimiro José de Lima. In: VÁRIOS. *Sousa Martins (in memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 425-435.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Adriano da Guerra e. *Dicionário de pseudônimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.
- ANGENOT, Marc. Prefacio; El discurso social. In: _____. *El discurso social. Los límites históricos de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009. pp.13-18.
- ARAÚJO, Joaquim de; MAGALHÃES, Luís (eds.). Ao leitor. In: VÁRIOS. *Antero de Quental — In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. pp. 5-8.
- ARAÚJO, Joaquim de. Uma carta de... Além do túmulo. In: VÁRIOS. *Sousa Martins (In Memoriam)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 405-409.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813- 1845). TESE DE DOUTORADO EM HISTÓRIA, PONTÍFICE UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. 2003. Disponível: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4293@1>. Acesso em: 18/08/2009. pp. 68-69.
- ARISTÓTELES. *El hombre de gênio y la melancolia*. Barcelona: Quaderns Crema, 1996.
- ARRIES, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: UNESP, 2014.
- ARRUDA, José Jobson A. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”, *Revista da USP*, São Paulo, julho/agosto de

2000, n. 46, p. 66-79. p. 77. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32880>>. Acesso em: 21/02/2018.

ARRUDA, José Jobson A. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”, *Revista da USP*, São Paulo, julho/agosto de 2000, n. 46, p. 66-79.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1979.

BANDEIRA, Manuel; CORTESÃO, Jaime. *Glória de Antero*. Lisboa: Cadernos Seara Nova, 1943.

BANDEIRA, Manuel. Jaime Cortesão. In: _____. *Mafuá do Malungo: versos de circunstância*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

BANDEIRA, Manuel. Jaime Cortesão. In: _____. *Mafuá do Malungo: versos de circunstância*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

BAPTISTA, Jacinto. *O Cinco de Outubro*. Lisboa: Arcádia, 1964.

BARBOZA FILHO, Rubem. Cap. VIII – Rupturas e independências. In: _____. *Tradição e artifício. Iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro, UFMG; IUPERJ, 2000. pp. 357-444.

BASTIDE, Roger. *Arte e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1945.

BEIRÃO, Caetano. D. Maria I: 1777 – 1792. Subsídios para a revisão da história do seu reinado. Lisboa : Empresa Nacional de Publicidade, 1934

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERETTA, Antonio Ballesteros. “Prólogo de director” en *Historia de América y de los pueblos americanos*, 1936, t. 1, pp. V-XII.

BERGSON, Henri. *O riso. Ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BING, François, “Folie et guérison, éléments d'histoire”, *Figures de la psychanalyse*, 2007, n. 15, pp. 131-137. p. 133. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-figures-de-la-psy-2007-1-page-131.htm>>. Acesso em 19/09/2017

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Jorge L. Do rigor na ciência. In: _____. *O fazedor (1960)*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 155.

BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique. "As Categorias do Entendimento Professoral". In: Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio (orgs.), *Bourdieu: Escritos de Educação*, Petrópolis: Vozes, 1975.

BOURDIEU, Pierre. A conquista da autonomia: a fase crítica da emergência do campo. In: _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras. 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BOURDIEU; SAINT-MARTIN. "As Categorias do Entendimento Professoral". In: Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio (orgs.), *Bourdieu: Escritos de Educação*, Petrópolis: Vozes, 1975.p. 192.

BOXER, Charles. Some notes on portuguese historiography 1930-1950. *History: history journal of the historical association*, Londres, n. 135/136, pp. 1-13, feb./jun. 1954.

BRAGA, Teófilo (ed); QUENTAL, Antero. *Raios de extincta luz*. Poesias inéditas (1859-1863) com outras pela primeira vez coligidas. publicadas e precedidas de um escurso biográfico por Teófilo Braga. Lisboa: M. Gomes editor, 1892.

BRAGA, Teófilo. *A Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Imprensa Portuguesa, Editora, 1872.

BRAGA, Teófilo. Antero de Quental, escurso biográfico. In: _____. QUENTAL, Antero. *Raios de extincta luz*. Poesias inéditas (1859-1863) com outras pela primeira vez coligidas. publicadas e precedidas de um escurso biográfico por Teófilo Braga. Lisboa: M. Gomes editor, 1892.

BRAGA, Teófilo. *Os criticos da historia da litteratura portuguesa*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1872. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bas/livros/os-criticos-da-historia-da-litteratura-portuguesa/files/assets/basic-html/index.html#1>>. Acesso em 14/08/2017.

BRANDÃO, Raul. *Memórias. Três volumes reunidos*. Lisboa: Quetzal, 2017.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 3 v 1995. Tomo III.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992,

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. v. 1.

BRESCIANI, Maria S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2007.

BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BURKE, Peter. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”, *Estudos Avançados*, São Paulo, agosto de 2011, v. 25, n. 72, pp. 277-288. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/03/2018.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CALAFATE, Pedro (org.) *Portugal como problema. Volume II – séculos XVII-XVIII. Da obscuridade profética à evidência geométrica*. Lisboa: FLA; Público, 2006.

CALAFATE, Pedro (org.) *Portugal como problema. Volume III – século XIX. A decadência..* Lisboa: FLA; Público, 2006.

CAMPOS, Álvaro de (heter.). “Ultimatum”, *Portugal futurista*, Lisboa, novembro de 1917, n. 1, pp. 30-34.

CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”, *Estudos Avançados*, São Paulo, abril de 1990, v. 4, n. 8, p. 4-18. p. 8. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8540>>. Acesso em: 15/02/2018.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CARDIA, Sottomayor. (org.) *Seara Nova: antologia*. Lisboa: Seara Nova, 1971.v. 1. p. 114 (nota 1).

CARDIA, Sottomayor. O pensamento filosófico do jovem Sérgio, *Cultura – história e filosofia*, vol. I, Lisboa, INIC, 1982, pp. 411-467.

CARDOSO, José L. (org.) *Portugal como problema. Volume V– A economia como solução. Do mercantilismo à ilustração (1625-1820)*. Lisboa: FLA; Público, 2006.

CARVALHO, Filipe Nunes. “O Contributo de Malheiro Dias para a História da Colonização Portuguesa do Brasil. Notas e Observações”, *Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, Lisboa, junho de 1999, n. 17. pp. 97-196.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. pp. 9-10.

CARVALHO, Paulo A.; CATROGA, Fernando. Introdução. In: _____. *Sociedade e cultura portuguesa II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996. pp. 13-21.

CASANOVA, Julian. Prólogo; El Cambio. In: FONTANA, Josep; VILLARES, Ramón. (dirs.) *História de España, Vol. 8: República y guerra civil*. Madrid: Critica; Marcial Pons. pp. XV-XX.

CASTRO, José A. Jaime Cortesão e a cidade do Porto, *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória —Homenagem a D. Domingos de Pinho Branca*, Braga: A.C litografia, 2002, v. 1. pp. 95-105.

CATOGRA, Fernando, “os inícios do Positivismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1977. v.1, 1977. pp. 287-395. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/ihiti/rhi/vol1/pdf_vol1/09_fcatroga.pdf>. Acesso em: 22/12/2017.

CATOGRA, Fernando. *Entre deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2010.

CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo A. M. A. de. Teófilo Braga e o movimento positivista. In: _____. *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996. pp. 213-230. p. 215.

CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. *História da História de Portugal*. Lisboa: SIG, 1996.

CATROGA, Fernando. “Recordar e comemorar: a raiz tanatológica dos ritos comemorativos”. *Revista Mimesis*. Bauru, 2002, v. 23, n. 2, p 13-47. pp. 20-21. Disponível em: <https://secure.usc.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v23_n2_2002_art_01.pdf>. Acesso em: 16/11/2017.

CATROGA, Fernando. *Antero de Quental: história, socialismo, politica*. Lisboa: Notícias, 2001.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*. Coimbra: Minerva, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. pp.31-63

CHAUNNU, Pierre. *Histoire et decadence*. Paris: Perrin, 1981.

CIDADE, Hernani. *Os Grandes Portugueses*. Lisboa: Arcádia, s/d.

CORREIA, Mendes. *O genio e o talento na pathologia (esboço critico)*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1911.

CORTESÃO, Jaime; CAEIROS; Igreja. Entrevista de Jaime Cortesão a Igrejas Caeiro no programa ‘perfil de um artista’. In: SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal*. Póvoa de Varzim: Fundação Eng. António de Almenida, 1993. pp. 337-353.

CORTESÃO, Jaime; JESUS, Roger Lee. *Seguindo a voz de Jaime Cortesão*. Ançã: Patrimonium, 2016.

CORTESÃO, Jaime. “De los comienzos a 1799”, em *Historia de América y de los pueblos americanos*, 1956, t. 26, pp. 3-540.

CORTESÃO, Jaime. “Los Portugueses: Explicación del plan”, em *Historia de América y de los pueblos americanos*, 1936, t. 5, pp. 497-499.

CORTESÃO, Jaime. “No 40º aniversário da fundação da ‘Renascença Portuguesa’”, *Portucale*, Porto, janeiro-março de 1962, supl. à 3ª Série, pp. 3-7.

CORTESÃO, Jaime. “Teatro da Guerra - VI — Guyau e Nietzsche [sic]”, *O Norte*, Porto, 17 de novembro de 1914, n. 119. p.1.

CORTESÃO, Jaime. *A arte e a medecina: Antero de Quental e Sousa Martinz*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1910.

CORTESÃO, Jaime. A Expedição de Cabral (1500). In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia nacional, 1923, v. II, pp. 1-39.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1922.

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo – Capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955

CORTESÃO, Jaime. A geografia e Economia da Restauração. In: _____. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. E outros ensaios. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. pp. 46-66.

CORTESÃO, Jaime. A história e o historiador. In: _____. *Os fatores democráticos da formação de Portugal*. Lisboa: Portugália. 1966. pp. 3-8.

CORTESÃO, Jaime. *A política de sigilo nos descobrimentos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. (Edição fac-símile). São Paulo: Imprensa Oficial. 2006. 2 v.

CORTESÃO, Jaime. América. O problema do seu descobrimento e as novas bases de uma solução. In: SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1971. t. I. pp.128-142.

CORTESÃO, Jaime. Bibliografia do autor. In: _____. *O infante de Sagres: drama épico em IV actos – 4ª ed.* Lisboa: Maranus, 1960. pp. 4-8. p. 4.

CORTESÃO, Jaime. Brasil: de los comienzos a 1799. In: BALLESTEROS, Antonio (dir.); CALMÓN, Pedro; CORTESÃO, Jaime. *Historia de America: Brasil*. Barcelona; Buenos Aires, 1956. pp. 3-540.

CORTESÃO, Jaime. Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil. In: _____. *Os fatores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália, 1966.

CORTESÃO, Jaime. *Elogio histórico de Bernardino Machado*. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1945.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Portugália, 1964. 2 v.

CORTESÃO, Jaime. *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

CORTESÃO, Jaime. O homem e a Terra. In: _____. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Portugália, 1964. v. 1. pp. 90-101

CORTESÃO, Jaime. *O humanismo universalista dos portugueses a síntese histórica e literária*. Lisboa: Portugalia Editora, 1965.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos Portugueses*. Lisboa: INCM, 1990.

CORTESÃO, Jaime. *Os fatores democráticos da formação de Portugal*. Lisboa: Portugália. 1966.

CORTESÃO, Jaime. *Poesias escolhidas*. Lisboa: Arcádia, 1960.

CORTESÃO, Jaime. Prefácio a modo de memória. In: _____. *O infante de Sagres: drama épico em IV actos – 4ª ed.* Lisboa: Maranus, 1960. pp. s/n. p. s/n.

CORTESÃO, Jaime. *Teoria geral dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984

COSTA, Augusto da. *Portugal vasto império. Um inquérito nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de gloria, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de demerara em 1823*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

COUTO, Cristiano. *Intelectuais e exílios: confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e*

Controversia (1978-1984). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013. 243 f. p.12. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76241>>. Acesso em: 15/12/2016.

CROCE, Benedetto. *Estética como Ciência da Expressão e Linguística Geral*. São Paulo: É Realizações, 2016.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de canudos*. Cotia: Atelier Editorial, 2018.

CUNHA, Norberto Ferreira da. “Ciência e cientismo nos pensadores portuenses no alvorecer do século XX”, *Atas do congresso internacional — pensadores portuenses contemporâneos*, Lisboa, 2002, INCM/Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto), pp. 383-396.

CURTO, Diogo. Entrevista concedida a Rodrigo Elias e Nelson Catarino. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 7, nº 74, novembro de 2011.

D’ALEMBERT, Jean L. R.; DIDEROT, Denis (dirs.) *L'Encyclopédie de Diderot et Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Paris: Briasson; David l'aîné; Le Breton; Durand, 1753. t. 4. p. 753. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50536c/f758.item.r=dégénér>>. Acesso em: 13/08/2017.

DEL PORTO, José Alberto. “Conceito e diagnóstico”, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, 1999, v. 21, suppl.1, pp.06-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644461999000500003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 03/04/2018.

DOMINGUES, Francisco C. Colombo e a Política de Sigilo na Historiografia Portuguesa, *Mare Liberum: revista de história dos mares*, dezembro de 1990, n.º 1, pp. 105-116. SARDINHA, Antonio. *La alianza peninsular*. Segovia: Imprensa de “El Adelantado”, 1939.

DOMINGUES, Francisco C. Op. cit. p. 108.; MACEDO, Jorge B. O Caráter europeu dos descobrimentos e o sigilo nacional na sua realização. In: SANTOS, Alfredo. R. *Jaime Cortesão, um dos Grandes de Portugal*. Povia de Varzim: Fundação Eng. Antônio de Almeida (Tipografia Camões), 1993. pp. 315-324.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. *Mozart, a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FALCON, Francisco. Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988. v. 1, n. 1, pp. 79-99.

FAVA, Fernando Mendonça. *Leonardo Coimbra e a I República: percurso político e social de um filósofo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

FERREIRA, David. *História política da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, v. 1.

FIGUEIREDO, Fidelino de. 'Arte Moderna' (*miragem critica*). Lisboa: Livraria Central, 1908.

FIGUEIREDO, Fidelino de. Historiografia portuguesa do século XX. *Revista de História*, São Paulo, out./dez. 1954, v. 5, n. 20, pp. 333-349.

FRANCHETTI, Paulo. Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão. In: LEITE, Rui Moreira; LEMOS, Fernando. (Orgs). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; Bauru, SP: EDUSC. 2003. pp. 111-115.

FREUND, Julien. *La Décadence: Histoire Sociologique et Philosophique d'une Catégorie de L'expérience Humaine*. Paris: Sirey, 1984.

FURTADO, Júnia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

GABROIS, Manuel Ballesteros. "La moderna ciência americanista española (1938-1950)". In: *Miscelanea Americanista. Homenaje a D. Antonio Ballesteros Beretta*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 195. pp. 117-134.

GAIBROIS, Manuel Ballesteros. "Maestros del americanismo. Antonio Ballesteros Beretta (1880-1949)", *Quinto Centenario: revista dedicada al estudio científico de las realidades históricas de la vida social, política, económica y cultural de los pueblos americanos*, Madrid: Universidad Complutense 1982, v. 3. Acesso em 20/11/2017. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/QUCE/article/viewFile/QUCE8282120001A/187>>

GALASSO, Giuseppe. Notas do editor. In: CROCE, Benedetto. *Estética como Ciência da Expressão e Linguística Geral*. São Paulo: É Realizações, 2016.

GAULIN, Morgan. "Un illustre oublié: Alfred Fouillée, de platon aux idées-forces", *French Studies Bulletin*, 1 de março de 2008, v. 29, n. 106, pp. 17-19. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/frebul/ktn006>>. Acesso em: 19/02/2018

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. pp. 169-178.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: as idéias e o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Cia das Letras, 2001. pp. 15-41.

GODINHO, Vitorino M. “A presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa”. In: CORTESÃO, Jaime. *Os fatores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália, 1966. pp. XI-XLVIII.

GODINHO, Vitorino M. A historiografia portuguesa do século XX – orientações, problemas e perspectivas. Conferência na Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo em agosto de 1954, *Revista de História*, São Paulo, 1955, v. 10, n. 21/21, pp. 3-21.

GODINHO, Vitorino M. Complexo Histórico-Geográfico. em SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1971. t. I, pp. 644-649.

GODINHO, Vitorino M. em entrevista concedida a Alberto da Costa e Silva e Tiago C. P. dos Reis Miranda, publicada em 03/06/2011. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/vitorino-magalhaes-godinho>>.

GOLDMANN, L. A dialética da cultura. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMÁRA, Francisco Lopes de. *História general de las Índias*, 1922.

GOMES JR, Guilherme S. G. “Vidas de artistas: Portugal e Brasil”, *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, junho de 2007, v.22, n. 64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a03v2264.pdf>>. Acesso em: 23/10/2017.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GRESPLAN, Jorge. A teoria das crises de Marx. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. Pp. 291-302.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital : o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1998.

GUYAU, Jean-Marie. *A arte do ponto de vista sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HARTOG, François. O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Lisboa: Cosmos, 1948.

HOBSBAWM, Eric J. Três grandes utópicos: Owen, Saint-Simon, Fourier. In: _____ (org.) *História do Marxismo. O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 1. pp. 45-53.

HOBBSBAWM, Eric, J. *A Era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HORÁCIO. *Arte poética*. Lisboa; Calouste Gulbenkian, 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KANTOR, Iris. Usos diplomático da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas, *Varia História*, 2007, v. 37, pp. 70-80.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição à partenogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico & SIGAUD, Lygia. Antropologia, impérios e Estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: _____. (orgs.), *Antropologia, impérios e Estados nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj, 2002. pp. 9-37.

LA BELLA, Lucas. *Monumentos de papel*: um estudo sobre a filosofia e a escrita da história em Manuel de Araújo Porto Alegre. Trabalho De Conclusão De Curso De Licenciatura Em História, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre. 2012. 39p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/56129>>. Acesso em: 21/03/2018.

LA BLACHE, Paul Vidal. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Éditions des Équateurs, 2009.

LE DANTEC, Félix. *Contre ta métaphysique, questions de méthode*. Paris: Alcan, 1912, p. 59 (nota 1). Disponível em: <<https://archive.org/details/contrelamtaaphy00leda>>. Acesso em 25/09/2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: _____. *Antropologia estrutural II*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. pp. 357-399. pp. 357-358.

LIMA, José P. A. Às portas da Índia em 1445: viagem à Etiópia e ao Oriente em tempo do Infante D. Henrique; A confirmação das teses de Cortesão pelos actuais historiadores. In: SANTOS, Alfredo R. *Jaime Cortesão, um dos Grandes de Portugal*. Povia de Varzim: Fundação Eng. Antônio de Almeida (Tipografia Camões), 1993. pp. 298-308.

LIMA, Luís Corrêa. História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel. *Em Debate* (PUCRJ. Online), Rio de Janeiro, n.2, p. 1-15, 2005.

LOPES, Oscar (Coord.) *Jaime Cortesão*. Lisboa: Editora Arcádia, 1962.

LOURENÇO, Miguel Rodrigues. Armando Cortesão. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (coord.) *Leitores de mapas. Dois séculos de História da Cartografia em Portugal*. Lisboa: BNP; CEG; CHAM, 2012. pp. 137-149.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber, *Plural*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-142, dec. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74543/78152>>. Acesso em: 31/03/2018.

MACEDO, Jorge Borges de, “Portugal: um destino histórico”, *Primeiras Jornadas Académicas da Espanha e de Portugal: 25 a 27 de maio de 1988*, Lisboa, APH, 1990, pp. 263-318.

MACEDO, Jorge Borges de. A teoria da História de Jaime Cortesão. *Revista Prelo* (número especial dedicado a Jaime Cortesão), Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, n. especial, pp. 57-66, dez. 1984.

MACEDO, Jorge Borges de. O aparecimento em Portugal do conceito de programa político, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XIII, v. 2, 1971, pp. 375-423.

MACHADO, Antonio. *Bernardino Machado: memórias*. Porto: Figueirinhas, 1945.

MAGALHAES, Joaquim R. No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927). In: VÁRIOS. *Cidadania e historia: homenagem a Jaime Cortesão. Cadernos da revista de história econômica e Social (edição especial, n.6/7)*. Lisboa: Sá da Costa, 1985. pp. 27-48.

MAGALHÃES, Joaquim R. *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Almedina, 2009.

MAGALHÃES, Joaquim. R. “Cortesão, Jaime Zuzarte”. *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (Projeto da Biblioteca Nacional de Portugal). 16p. (Disponível em <http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_cortesao.htm>. Acesso em 27/11/2011).

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A historiografia dos descobrimentos portugueses*. Coimbra, Livraria Minerva, 1991.

MARQUES, Antônio de Oliveira. *Antologia da historiografia portuguesa*. Lisboa: Europa-América, 1972. v. 1.

MARTÍN, Ignacio Peiró; ALZURIA, Gonzalo Pasamar. *Diccionario Akal de Historiadores españoles contemporáneos*. Madrid: Ediciones Akal, 2002.

MARTINS, Ana Maria. “Antero de Quental e Sousa Martins” *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, 1989, ano I, n. 1, pp. 67-72.

MARTINS, Ana Maria. “Raios de extinta luz. Um título envenenado”. *Prelo*, Lisboa, junho de 1984, n. 3, pp. 32-38.

MARTINS, Ana Maria. *Antero de Quental e a gênese do In Memoriam*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2001.

MARTINS, Ana Maria. Prefácio. In: VÁRIOS. *Antero de Quental In Memoriam*. Edição fac-similada. Lisboa: Presença, 1993. pp. VII-XLIII.

MARTINS, Sousa. “A divulgação dos casos de suicídio”, *Gazeta Médica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, pp.449-455.

MARTINS, Sousa. Nosographia de Antero In: VÁRIOS. *Antero de Quental. In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. pp. 219-314.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, (Coleção *Os pensadores*) v. XXXV, pp.329-404.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, (Coleção *Os pensadores*) v. XXXV, pp.107-257.

MATOS, Alfredo Campos. “Revista de Portugal”. _____. (coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1988. pp. 848-849.

MATOS, Patrícia C. F. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo* (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX). Tese De Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em:

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7831/1/ulsd063315_td_Patricia_Matos.pdf> . Acesso em: 09/10/2017.

MEDINA, João. *As conferências do casino e o socialismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

MENESES, Afonso A. Bourbon e. O movimento revolucionário de 4 de Outubro de 1910 e a proclamação da República. In: MONTALVÔR, Luís de (pseud.) (ed.). *História do regímen republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, 1930. pp. 355-406.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1980.

MONTEIRO, Américo Eneas. A recepção da obra de Friedrich Nietzsche na vida intelectual portuguesa: 1892-1939. 1997. 537 p. Tese de Doutoramento em Cultura Alemã, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10857>>. Acesso em 03/12/2017.

MOREIRA, Nuno Bessa. *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-historiográfica*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2012. 2 v. 1409 f. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67315?locale=pt>>. Acesso: 21/03/2018.

NISBET, John Ferguson. *The insanity of genius and the general inequality of human faculty, physiologically considered*. Londres: S. Paul & Company, 1912.

NOIRIEL, Gérard. El juicio de los iguales. El acto de defensa de tesis en el cabio del siglo. In: *Sobre la crisis de la história*. Madrid: Ediciones Cátedra 1997 pp. 231-250.

NORDAU, Max. *Dégénérescence*. Paris: Félix Alcan, 1894-1895. 2 v. (volume I) Disponível em: <<https://archive.org/details/dgnrescencevolu00nordgoog>>. Acesso em: 25/11/2017. (volume II) Disponível em: <<https://archive.org/details/dgnerescence02norduoft>>. Acesso em: 25/11/2017.

NORDAU, Max. *Entartung*. Berlin: Carl Dunker, 1892-1893. 2 v.

NOVAIS, Antonio F. A dimensões da Independência. In: _____. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp. 195-203

NOVAIS, Fernando A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: _____. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. pp. 23-43.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

NOVAIS, Fernando A.; FORASTIERI, Rogério. Introdução. In: _____. (orgs). *Nova história em perspectiva*. São Paulo; Cosac Naify, 2011. pp. 7-70.

NOVAIS, Fernando. Prefácio a Jaime Cortesão ou ‘encontro marcado’. In: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. pp. V-XXIV.

ORTIGÃO, Ramalho. *Quatro grandes figuras literárias: Camões, Garrett, Camilo e Eça*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924.

PAULO, Heloisa. Da revolução ao exílio: trajetórias de vida e combate. In: _____. (org.). *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010. pp. 97-130.

PEIXINHO, Ana Teresa. A Geração de 70 e o republicanismo: a intervenção polémica de Eça de Queirós. In: GOMES, Angela de Castro.; MOURÃO, Alda. (orgs.) *A Experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014. pp. 159-180.

PEREIRA, José Esteve. “Jaime Cortesão e a Maçonaria (1911-1920)”, *Prelo*, Lisboa, INCM, dezembro de 1984, n. especial dedicado a Jaime Cortesão, pp. 43-53.

PERELMAN, Chaïm. *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa, Asa, 1993.

PERUZZO, Eduardo H. *A história total e os Annales: história parcial de uma proposta historiográfica*. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009. 66.p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21335>>. Acesso em: 21/03/2018.

PESSOA, Fernando. *Correspondência (1905-1922)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998

PESSOA, Fernando. *Escritos sobre génio e loucura*. Lisboa: INCM, 2006.

PESSOA, Fernando. Os fundamentos do sensacionismo. In: _____. *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa: Ática, 1966. p. 158.

PESSOA, Fernando. *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Ática: 1964.

PESSOA, Fernando. *Textos de Crítica e de Intervenção*. Lisboa: Ática, 1980.

PINA, Madalena E. As faculdades de medicina na I república. In: QUEIROZ, Maria I.; GARNEL, Maria R. L.; ALEGRE, Alexandra (orgs). *Corpo: estado, medicina e sociedade no tempo da I República* (catálogo da exposição). LISBOA: INCM, 2010. pp. 30-37. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/5053>>. Acesso em 21/10/2017.

PINTO, Álvaro. *São Paulo, Cidade vertiginosa*. Lisboa: Edição do autor, 1937.

PINTO, Silva. *Theophilo Braga e os críticos. (Aos Srns. Anthero do Quental e Camillo Castelo Branco)*. Lisboa: s.n., 1872.

PIRES, António Machado. *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980.

PIRES, António Machado. Naturalismo e explicações positivistas. Decadência e degenerescência. In: _____. *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980. pp. 91-115.

PITA, Antônio Pedro. Os intelectuais e a democracia ou a democracia dos intelectuais. In: PRADO, Maria Emilia. *Tradição e Modernidade no mundo ibero-americano. Atas do colóquio internacional* RJ: CNPq, 2004. pp.11-22.

PORTUGAL, Biblioteca Nacional de. *As Mãos da Escrita: 25 anos do arquivo de cultura portuguesa contemporânea*. Lisboa: BNP, 2007. p.92.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

PRESCOTT, Vera Lúcia. *A decadência nacional de fim-de-século: estudo sobre Guerra Junqueiro*. 2009. 129 p. Dissertação de Mestrado em Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. pp. 26-28. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/404>>. Acesso em 06/04/2018.

QUENTAL, Antero de. *Cartas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1921.

QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. _____. *Prosas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1926. v. II. pp. 92-140.

QUENTAL, Antero de. Ensaio sobre as bases filosóficas da moral ou filosofia da liberdade. In: _____. *Prosas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1931, v. III. pp. 164-179.

QUENTAL, Antero de. *Manifesto dos estudantes da Universidade de Coimbra á opinião illustrada do paiz* 1862-1863. Barcelos: Tipografia Aurora do Cávado, 1986.

QUENTAL, Antero. ‘Le Portugal Contemporain’ de Oliveira Martins. In: _____. *Prosas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1931, v. III. pp. 1-11.

QUENTAL, Antero. *Raios de extincta luz*. Poesias inéditas (1859-1863) com outras pela primeira vez coligidas. publicadas e precedidas de um esboço biográfico por Teófilo Braga. Lisboa: M. Gomes editor, 1892.

RAMOS, Rui. Do ‘rotativismo’ ao franquismo (1897-1908). In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. A segunda fundação. Lisboa: Estampa, 2001, v. 6, pp. 219-259.

REBELO, Fernando. História e geografia física, reflexões em torno da interdisciplinaridade desenvolvido por Jaime Cortesão. *Cadernos da revista de história econômica e Social* (edição especial “Cidadania e História: homenagem a Jaime Cortesão”), Lisboa, n. 6/7, pp. 103-110, 1985.

REIS, António. A colaboração na 1ª. Série de A Águia e nos Serões: da ruptura com o naturalismo estético à tentação irracionalista. In: _____. *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano*. Lisboa: INCM, 2003, v.1, pp. 156-165.

REPOLHO, Sara. *Sousa Martins: ciência e espiritualismo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

REPÚBLICA PORTUGUESA. *Diário da câmara dos deputados*. Lisboa, Sessão n. 28 de 24, 25 e 26 de julho de 1919, p. 59. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/04/01/028/1919-07-24?sft=true>>. Acesso em 28/03/2017.

RIBEIRO, David W. A. Cartografia das relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940- 1957). DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2015. 260 p. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02032016-142848/pt-br.php>>. Acesso em: 18/04/2018.

RIVAS, Ricardo Alberto. “Historiografía de américa entre 1865 y 1941”. *Trabajos y Comunicaciones*, n.24, 1996, pp.177-203.

ROCHA, Afonso. Prefácio. In: COIMBRA, Leonardo. *Obras completas*. Lisboa: INCM, 2014. v. VIII, pp. 11-25.

SANTA, Marcos Roma. *A estetização da história: o nascimento da ideia de arte no Ocidente*. Tese De Doutorado Em Ciência Da Literatura, Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro. 2010. 173 p. Disponível em < http://www.posciencialit.letras.ufrj.br/images/Posciencialit/td/2010/20-marcosromasanta_aestetizacaodahistoria.pdf >. Acesso em: 02/02/2018.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *A Renascença Portuguesa*. Um Movimento Cultural Portuense, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *A Renascença Portuguesa*. Um Movimento Cultural Portuense, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. *Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal*. Póvoa de Varzim: Fundação Eng. António de Almeida, 1993.

SAYEGH, Astrid. *Bergson. O método intuitivo: uma abordagem positiva do espírito*. São Paulo: Humanitas, 2008.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: UNESP, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. Os furacões e a formação das sociedades caribenhas. *Revista USP*, São Paulo, n. 72, pp. 28-43, dez./ fev. 2006-07.

SEABRA, José Augusto. *Por uma Nova Renascença*, Lisboa, IN-CM, 2006.

SECCO, Lincoln. Uma conjuntura longa. In: _____. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo Alameda, 2004. pp. 26-112.

SERPA JR., Octavio Domont de. “O degenerado”, *História, ciências, saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, dezembro de 2010. v.17, pp.447-473.

SERRÃO, Joel. “Decadência”. _____. (org.) *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1971. t. I. pp. 784-788. pp.786-787.

SERRÃO, Joel. Sobre o papel do indivíduo e da sociedade, na historiografia de Jaime Cortesão. In: _____. *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Ática, 1960. pp.145-167.

SERRÃO, Pedro Marques. Loucura e genialidade. In: _____. *Fernando Pessoa: controvérsias literárias e modos de engrandecimento na república das letras*. 2014. 345 p. Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. pp. 55-75. pp. 69-70 Disponível em: < <https://run.unl.pt/handle/10362/11826> >. Acesso em 02/11/2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2012. Pp. 231-269.

SMITH, Robert. Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. 21, 2ª série, n. 1, 1955, pp. 123-156.

SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Lisboa: Centro Bibliográfico, 1950.

SOUSA, Gilda de Mello e. A Estética rica e a Estética pobre dos professores franceses. In: _____. *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades;34,2009. pp. 9-41.

STONE, Lawrence. “Prosopografia”, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, junho de 2011, v. 19, n. 39, pp. 115-137. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009>. Acesso em: 13/09/2017.

TAINÉ, Hippolyte. *Histoire de la littérature anglaise*. Paris: Hachette, 1863-1864. 5 v.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOURINHO, Carlos Diógenes. “Sobre a relação entre o espiritualismo de Bergson e a fenomenologia de Husserl nas origens da filosofia contemporânea”, *Dissertatio: revista de filosofia*, Pelotas, 2016, v. suplementar 4, p. 156-171. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/10101>>. Acesso em: 07/04/2018.

TRAVERSA, Elisa Neves. *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)*. Porto: Asa, 2004.

UNAMUNO, Miguel de. *Os portugueses, um povo de suicidas*. Lisboa: Ática, 2011.

VALÉRY, Paul. De l’histoire. In: _____. *Regards sur le monde actuel*. Paris: Stcock, Delamain et Boutelleau, 1931. Pp. 63-69.

VALÉRY, Paul. Discurso sobre a história. In: _____. *Variedades*. São Paulo, Iluminuras, 2007. pp.111-117.

VARELA, Javier. *La muerte del rey. El cerimonial funerario de la monarquía española (1500-1885)*. Madrid: Turner Libros, 1990.

VÁRIOS, Souza Cruz. *Juizos sobre sua vida e obra*. Rio de Janeiro; Lisboa: Edições Dois Mundos, 1944.

VÁRIOS. *Antero de Quental — In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896.

VÁRIOS. *Eça de Queiroz: In memoriam*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1922.

VÁRIOS. *Fialho de Almeida: in memoriam*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917.

VÁRIOS. *Homenagem a Jaime Cortesão*. Lisboa: Editorial 1961.

VÁRIOS. *In memoriam do doutor Teófilo Braga: 1843-1924*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

VÁRIOS. *Sousa Martins (in memorian)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1999.

VILHENA, Vasco de Magalhães. O Idealismo e a ciência contemporânea. In: _____. *António Sérgio — o idealismo crítico: génese e estrutura. Raízes gnoseológicas. Estudo de história social das Ideias*. Lisboa: Colibri, 2013. pp. 159-228.

VITERBO, Sousa. Sousa Martins — o artista da palavra. In: : VÁRIOS. *Sousa Martins (In Memorian)*. Lisboa: Officina typographica da Casa da Moeda, 1904. pp. 109-121.

WEHLING, Arno. “Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica”. *Revista de História*, São Paulo, março de 1973, v. 46, n. 93, pp. 177-200, p.189. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131940>>. Acesso em: 09/04/2018.

ZORZANELLI, Rafaela. “Hipóteses etiológicas sobre a neurastenia na obra de George Beard e seus contemporâneos europeus”, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, setembro de 2009, v. 12, n. 3, p. 512-523. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n3/v12n3a07.pdf>>. Acesso em: 31/03/2018.